

PRESIDENTE

Desembargador Rowilson Teixeira

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Alexandre Miguel

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Bacharel Maurício Martinho

DIRETOR DA DIGRAF

Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Ato N. 008/2014-PR

Dispõe sobre o cronograma de revisão da Estratégia do Judiciário Estadual e elaboração do orçamento anual para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as atribuições dos Comitês de Planejamento Estratégico e do Plano Plurianual (PPA), nos termos da Resolução n. 001/2011-PR e Decreto Estadual n. 13.814/2008, respectivamente;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria de Planejamento (Coplan) tem a atribuição de coordenar a elaboração, a implementação e a gestão do Plano Estratégico, como também atuarnas áreas de gestão estratégica, gerenciamento de projetos, otimização de processos de trabalho e acompanhamento de dados estatísticos para a gestão da informação;

CONSIDERANDO que a Coplan é o órgão coordenador da elaboração do Plano Plurianual e do orçamento anual,

levando em conta as estimativas das receitas do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários e do valor vinculado aos repasses do Tesouro;

CONSIDERANDO a Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia 2010-2018 e o Plano Plurianual 2012-2015;

CONSIDERANDO a revisão da Estratégia Nacional do Judiciário, com consequente revisão e alinhamento da Estratégia do Judiciário Estadual;

CONSIDERANDO que as propostas do PPA e do orçamento devem ser elaboradas de acordo com a estratégia, as quais convergem para o alcance das metas institucionais;

CONSIDERANDO a metodologia de elaboração da proposta orçamentária anual adotada no PJRO, com base no modelo de gestão por projetos;

CONSIDERANDO as disposições do § 4º do artigo 2º da Resolução n. 70/2009/CNJ, que versa sobre a participação efetiva de servidores e magistrados na elaboração e execução do planejamento estratégico e orçamento,

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer o cronograma de revisão da Estratégia do Judiciário Estadual e elaboração do orçamento anual para o exercício de 2015, conforme Anexo I.

Art. 2º As unidades organizacionais deverão cadastrar a previsão de despesas obrigatórias e discricionárias essenciais para o ano de 2015, bem como as propostas de projetos, conforme o cronograma.

§ 1º As propostas deverão estar alinhadas à estratégia vigente (2010-2018), tendo em vista que a revisão da estratégia nacional somente estará aprovada até o final de maio de 2014.

§ 2º Após a revisão da Estratégia, a Coordenadoria de Planejamento - Coplan poderá realizar novo alinhamento das propostas.

§ 3º Para elaboração da Proposta Orçamentária, serão considerados os conceitos, definições e orientações constantes do Manual Técnico de Orientações para Elaboração do Orçamento.

§ 4º As propostas deverão ser cadastradas, analisadas e priorizadas no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - Siga, no módulo Planejamento/Projetos.

§ 5º As propostas cadastradas até o dia 20 de abril serão analisadas para fins de composição da Proposta Orçamentária 2015.

§ 6º Caso o projeto resulte em atividade, devem ser informados os orçamentos estimados para manutenção da rotina.

§ 7º As propostas de projetos serão analisadas pelas unidades da Coplan em relação ao alinhamento estratégico e segundo a consistência de cada requisito do modelo de projeto adotado pelo Tribunal de Justiça, conforme o Anexo II.

§ 8º A Coplan poderá efetuar os ajustes que julgar necessário e/ou solicitar alterações, com vista à melhoria das propostas e alcance das metas institucionais.

§ 9º As alterações solicitadas deverão ser atendidas em até 5 dias úteis.

§ 10. As propostas de projeto somente serão priorizadas pela Coplan se atendidas as correções solicitadas.

§ 11. As despesas obrigatórias e discricionárias essenciais devem ser estimadas com base em índices oficiais de correção, bem como na execução dos três últimos anos, e sua memória de cálculo encaminhada à Coplan por meio do sistema de protocolo digital.

§ 12. Os projetos que se estenderem além do exercício de 2015 devem ter seus custos estimados até o exercício de encerramento.

Art. 3º Os projetos em andamento que possuem cronograma e custos estimados para os exercícios seguintes são prioritários na composição da proposta orçamentária.

Parágrafo único. Os projetos em andamento que não têm cronograma e/ou custos estimados para os exercícios seguintes passarão por nova análise e priorização.

Art. 4º A Coordenadoria das Receitas do Faju - Coref encaminhará a previsão das receitas do Fundo para o ano de 2015, até 10 de maio do ano corrente.

Parágrafo único. A confirmação dos valores projetados para as receitas do Faju para 2014 deverá ser informada à Coplan até 10 de julho do ano corrente.

Art. 5º Quando necessário, a Coplan realizará reuniões técnicas de análise das propostas e definição das prioridades, as quais contarão com a participação dos representantes das unidades e das entidades de classe.

Parágrafo único. É obrigatória a participação dos responsáveis por projetos estratégicos e gestão das despesas obrigatórias e discricionárias essenciais nas reuniões técnicas.

Art. 6º Compete aos Comitês de Planejamento Estratégico e Plano Plurianual avaliar as propostas priorizadas em relação às fontes de financiamento para subsidiar a decisão do Presidente.

Parágrafo único. A proposta da unidade orçamentária do Faju somente incluirá novos projetos se aqueles em andamento estiverem adequadamente contemplados, observado o artigo 3º deste Ato.

Art. 7º As entidades de classe de magistrados e de servidores deverão encaminhar suas propostas à Presidência até o dia 20 de abril de 2014.

Art. 8º Caberá à Coplan prestar esclarecimentos sobre a matéria deste Ato, entre outras do processo de planejamento orçamentário.

Parágrafo único. A Coordenadoria de Informática - Coinf criará link específico para a Coplan disponibilizar cronogramas, orientações, manuais, formulários, dentre outras ferramentas necessárias a promover a participação, a qualidade e a transparência das atividades do processo de planejamento orçamentário.

Art. 9º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ANEXO I

CRONOGRAMA DE REVISÃO DA ESTRATÉGIA DO JUDICIÁRIO ESTADUAL E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015			
FASES	RESPONSÁVEIS	PRAZO	PRODUTO
Cadastro de propostas de projetos e despesas obrigatórias e discricionárias essenciais	Unidades Organizacionais	20/4/2014	Banco de Propostas
Revisão e alinhamento da Estratégia do Poder Judiciário do PJRO	Coplan	30/4/2014	Estratégia 2015-2020
Análise quanto à consistência das propostas de projetos e das despesas continuadas	Coplan	10/05/2014	Propostas adequadas aos padrões estabelecidos
Priorização das propostas	Coplan e Unidades Responsáveis	30/05/2014	Ranking de prioridades
Avaliação das propostas em relação às fontes de financiamento	Comitês do PE e PPA	30/06/2014	Parecer dos Comitês
Análise da Proposta Técnica	Presidente	30/07/2014	Proposta Orçamentária
Apreciação e aprovação da Proposta Orçamentária	Tribunal Pleno	25/08/2014	Proposta Orçamentária Aprovada pelo Tribunal Pleno
Encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Executivo	Presidente	05/09/2014	Proposta Orçamentária do PJRO

ANEXO II
MODELO DE PROJETO

1 - TÍTULO DO PROJETO OPERACIONAL (PO):

2 - OBJETIVO DO PO:

3 - ALINHADO AO OBJETIVO ESTRATÉGICO:

4 - PRODUTO:

5 - PÚBLICO ALVO:

6 - JUSTIFICATIVA:

7 - PLANO DE AÇÃO:

PLANO DE AÇÃO				
ITEM	AÇÃO/TAREFA	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM

8 - PREVISÃO DE CUSTOS

ITEM (1)	ESPECIFICAÇÃO (2)	UNID. MEDIDA (3)	QUANT. (4)	VALOR (R\$)		LOCALIZAÇÃO (Comarca) (7)	ANO (8)
				UNIT. (5)	TOTAL (6)		
Total							

9 - INDICADOR, LINHA DE BASE E META

Indicador:	
Linha de Base:	
Meta:	

10 - IDENTIFICAÇÃO:

Autor:	
Lotação:	
Chefia Imediata:	

CONSELHO DA MAGISTRATURA

ATOS DO PRESIDENTE

ATO Nº 204/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução nº 001/2014-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 028 de 11/2/2014 ;

Considerando o constante da C.I. Nº 338/2013/EMERON de 28/8/2013, protocolo nº 48972-26.2013 e processo n. 41637-92.2009, às fls. 167/168,

R E S O L V E:

CONCEDER duas diárias e meia, bem como indenização para deslocamento intermunicipal, à Juíza de Direito EMY KARLA YAMAMOTO ROQUE, titular 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal, em virtude de seu deslocamento para participar

do Curso de Pós Graduação em Docência e Metodologia do Ensino Superior da Pesquisa que será realizado nos dias 7 e 8/3/2014, nesta Capital, com saída no dia 6/3/2014 e retorno dia 9/3/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a)Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 205/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 18354-98.2013, às fls. 201/210,

R E S O L V E:

CONCEDER o equivalente a 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, observando o tempo a hospedagem e a duração da substituição, ao Juiz Substituto JAIRES TAVES BARRETO, lotado na 2ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ariquemes, em virtude de seus deslocamentos para exercer atividades Judicantes na Comarca de Buritis nos dias 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30 e 31/1/2014; 3, 4 e 5/2/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a)Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 206/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 18354-98.2013, às fls. 201/210,

R E S O L V E:

CONCEDER o equivalente a 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, observando o tempo a hospedagem e a duração da substituição, ao Juiz Substituto JAIRES TAVES BARRETO, lotado na 2ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ariquemes, em virtude de seus deslocamentos para exercer atividades Judicantes na Comarca de Buritis nos dias 20, 23, 27 e 30/12/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a)Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 207/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante do Processo digital nº 19943-67.2009, fls. 144/148,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento do Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Membro da 2ª Câmara Cível, nos dias 12/3/2014, a partir das 12h, e 13/3/2014, para participar de reunião da Comissão de Estudos para o Novo Código de Processo Civil, que será realizada no dia 13/3/2014, às 10h30 na cidade de Brasília/DF, sem ônus para este Poder.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 208/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 18079-52.2013, às fls. 197/206,

R E S O L V E :

CONCEDER o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, à Juíza Substituta LIGIANE ZIGIOTTO BENDER, lotada na 3ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ji-Paraná, em virtude de seus deslocamentos para exercer atividades Judicantes na Comarca de Ouro Preto do Oeste, nos dias 2, 3 e 6/1/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 209/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 18079-52.2013, às fls. 197/206,

R E S O L V E :

CONCEDER o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, à Juíza Substituta LIGIANE

ZIGIOTTO BENDER, lotada na 3ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ji-Paraná, em virtude de seus deslocamentos para exercer atividades Judicantes na Comarca de Ouro Preto do Oeste, nos dias 4, 5, 6, 7, 8, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28 e 29/11/2013; 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 26, 27 e 30/12/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 210/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 7409-91.2009, às fls. 401/409,

R E S O L V E :

CONCEDER meia diária à Juíza de Direito MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI BENEDETI, titular da Vara Única da Comarca de Costa Marques, em virtude de seu deslocamento ocorrido no dia 10/2/2014 para realização de inspeção judiciária no Distrito de São Domingos do Guaporé.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 211/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do processo nº 65961-10.2013, às fls. 22/33,

R E S O L V E :

CONCEDER nove dias de recesso à Juíza Substituta LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA, lotada na 1ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Porto Velho, referentes a dezembro de 2013, assinalando o período de 5 a 13/3/2014, para fruição do benefício, nos termos do Parágrafo Único do artigo 198, do Regimento Interno deste Poder, ficando o saldo remanescente de nove dias para o gozo oportuno.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a) Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 212/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante na CI Nº 338/2013-EMERON, 28/08/2013, Protocolo Nº. 0048972-26.2013,

R E S O L V E

AUTORIZAR os afastamentos dos Magistrados DALMO ANTÔNIO DE CASTRO BEZERRA, ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE e DENISE PIPINO FIGUEIREDO, para participarem do Curso de Pós Graduação em Docência e Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa, a ser realizado no dia 7/3/2014, das 19h às 23h10 e 8/3/2014, das 8h às 12h10, das 14h às 18h10 e das 19h às 23h10, no Auditório do Fórum Sandra Nascimento, nos termos do art. 103, V, RI/TJRO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a)Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ATO Nº 213/2014-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando constante do Processo nº 45354-10.2012, às fls. 29/30,

R E S O L V E :

CONCEDER meia diária ao Juiz de Direito JOÃO ADALBERTO CASTRO ALVES, Auxiliar da Presidência, em virtude de seu deslocamento à Comarca de Ariquemes, em visita institucional para tratar com a Direção do Fórum sobre o espaço para a Central de Conciliação e o Núcleo Psicossocial daquela localidade, bem como visita à obra do novo Fórum, com saída e retorno no dia 27/1/2014.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.

(a)Desembargador ROWILSON TEIXEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

SECRETARIA JUDICIÁRIA**DESPACHOS****PRESIDÊNCIA**

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Presidência

0001123-35.2010.8.22.0021 - Recurso Extraordinario

Origem : 0001123-35.2010.8.22.0021 Buritis / 1ª Vara Cível

Recorrente : Estado de Rondônia

Procurador : Renato Condeli (OAB/RO 370)

Procuradora : Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185)

Recorrida : Ana Ramos do Nascimento

Advogada : Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

Advogado : Odair Martini (OAB/RO 30B)

Advogada : Cristiane da Silva Lima Reis (OAB/RO 1569)

Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira

Vistos.

O Estado de Rondônia, interpõe recurso especial, nos termos do art. 102, III, 'a', da CF/88, em face de Ana Ramos do Nascimento, alegando que o julgado de fls. 259/263 contrariou o artigo 5º, da CF/88, em seus incisos: XXVIII (princípio da legalidade e celeridade jurídica), LIV e LV (princípio do devido processo legal com cerceamento de defesa), por assim posicionar-se:

Processo civil. Sistema digital. Segundo grau. Protocolização. Embargos de declaração. Meio físico. Não conhecimento. Manutenção da decisão.

A Instrução Conjunta n. 014/2010-PR-CG, que regulamenta a implantação do processo eletrônico, no âmbito do 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio do Sistema Digital do Segundo Grau – SDSG, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico n. 217/2010, de 26 de novembro de 2010, com previsão de entrada em vigor em 6 de dezembro de 2010.

Tal norma previu o prazo de 180 dias (6 meses) para que advogados públicos e privados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública pudessem se adequar ao novo sistema digital que estava sendo implementado.

Assim, desde a entrada em vigor da norma supracitada, é de conhecimento da comunidade jurídica local que todos os processos da classe “apelação cível” seriam automaticamente convertidos para o “Sistema Digital de Segundo Grau”, conforme previsto em no art. 2º da Instrução Conjunta n. 014/2010-PR/CG.

Transcorrido o prazo de adaptação ao novo sistema, esta Corte vem reiteradamente não conhecendo das peças protocoladas fisicamente, conforme precedentes.

Contrarrazões às fls. 288/293.

É o relatório.

Decido.

Tratou-se o caso, de ação de cobrança movida pela recorrida, pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de contrato de trabalho que teria entabulado com o governo estadual, cuja pretensão foi julgada parcialmente procedente e confirmada em grau de recurso (vide Acórdão de fls. 219/225). O Estado de Rondônia, protocolizou embargos de declaração em petição física, cuja juntada foi indeferida por estar em desacordo com a Instrução Conjunta n. 14/2010-PR-CG, desta Corte (vide certidão de fl. 238 e decisão de fls. 240/241).

Inconformado com a citada decisão, o Estado de Rondônia interpôs agravo regimental, o qual restou desprovido (fls. 259/263). Opôs embargos de declaração, o qual novamente restou desprovido (fls. 271/273).

Agora, interpõe recurso especial alegando que o julgado – que apreciou o agravo regimental – é violador de garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, XXXVIII, LV e LIV). Analisando o julgado colegiado, denota-se que não houve a manifestação sobre tais postulados, de tal modo que não se pode dizer que a decisão infirmou qualquer dispositivo constitucional, posto não ter havido manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais invocados agora, pois, qualquer violação, da forma como posta a decisão, ocorreria de forma oblíqua ou indireta, não sendo servil ao manejo do apelo extremo.

Aqui recai o verbete sumular do STF de n. 282 em que: é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Isso porque, todo o julgado baseou-se em direito local, incorrendo-se também, na eficácia da Súmula 280 daquela Corte Constitucional.

Pelo exposto, inadmito o presente recurso extraordinário.

P. I. C.

Velho, 28 de fevereiro de 2014.

Desembargador Rowilson Teixeira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno

ABERTURA DE VISTA

Agravo em Recurso Especial em Mandado de Segurança

nrº [0007246-10.2013.8.22.0000](#)

Agravante: Estado de Rondônia

Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)

Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)

Agravado: José Manoel da Silva Filho

Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)

Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,

fica o Agravado intimado para, querendo, contraminutar o Agravo em Recurso Especial e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014

(a) Belª Cilene Rocha Meira Morheb

Diretora do DEJUPLENO

ABERTURA DE VISTA

Agravo em Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança

nrº [0007246-10.2013.8.22.0000](#)

Agravante: Estado de Rondônia

Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)

Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)

Impetrante: José Manoel da Silva Filho

Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)

Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,

fica o Agravado intimado para, querendo, contraminutar o Agravo em Recurso Extraordinário e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014

(a) Belª Cilene Rocha Meira Morheb

Diretora do DEJUPLENO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 016/2014

1 – CONTRATADA: Lima & Paiva Ltda. - ME

2 - PROCESSO: 0311/0086/2014

3 - OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, motores rotativos e compressores nos condicionadores de ar dos veículos pertencentes à frota Tribunal de Justiça de Rondonia, para atender o Serviço de Transportes – SET/TJRO, conforme as disposições do EDITAL PE-007/2014-DEC/TJRO.

4 – VALOR: R\$ 77.500,00

5 - VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 meses a partir da data (28/02/2014) de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8666/93.

6 – NOTA DE EMPENHO: 2014NE00385 e 2014NE00386.

7 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.

8 – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.1278.2998

9 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.30 e 33.90.39.

10 – ASSINAM: Des. Rowilson Teixeira - Presidente/TJRO e Mirian Pereira Santos – representante legal da empresa.

DEF - Em: 28/02/2014

(a). Celina Pontes da Costa França

Dir.ª Depto de Economia e Finanças

TERCEIRA ENTRÂNCIA
COMARCA DE PORTO VELHO
TURMA RECURSAL

Turma Recursal - Porto Velho
DESPACHO DA RELATORA
Recurso Extraordinario - Nrº: 2
Número do Processo : [1001911-24.2013.8.22.0604](#)
Processo de Origem : 1001911-24.2013.8.22.0604
Recorrente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO 4567)
Recorrida: Ivonete Afonso da Silva
Advogada: Vanessa Trindade de Melo(OAB/RO 2923)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Extraordinario - Nrº: 3
Número do Processo : [0003133-53.2013.8.22.0601](#)
Processo de Origem : 0003133-53.2013.8.22.0601
Recorrente: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues(OAB/RO 2934)
Recorrida: Maria da Conceição Oliveira
Advogado: Clovis Avanço(OAB/RO 1559)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Agravamento em Recurso Extraordinário - Nrº: 2
Número do Processo : [1001014-85.2011.8.22.0015](#)
Processo de Origem : 1001014-85.2011.8.22.0015
Agravante: negresco s/a credito financiamento e investimento
Agravada: Adolfinha da Rosa Alves
Advogado: Helio Fernandes Moreno(RO 227-B)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Agravamento em Recurso Extraordinário - Nrº: 2
Número do Processo : [1001773-49.2011.8.22.0015](#)
Processo de Origem : 1001773-49.2011.8.22.0015

Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado: Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB/RO 4875)
Agravada: Maria Madalena Pantoja da Silva
Defensor Público: Helom César da Silva Nunes()
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Agravamento em Recurso Extraordinário - Nrº: 2
Número do Processo : [1008184-62.2012.8.22.0601](#)
Processo de Origem : 1008184-62.2012.8.22.0601
Agravante: Banco Volkswagen S. A.
Advogada: Mélanie Galindo Martinho(OAB/RO 3793)
Agravado: CARLOS ANTONIO HONORATO BRAGA
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa(OAB/RO 4558)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Extraordinario - Nrº: 3
Número do Processo : [1000119-56.2013.8.22.0015](#)
Processo de Origem : 1000119-56.2013.8.22.0015
Recorrente: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre(RO 4986)
Recorrida: Mercia Jesus de Sá Fonseca
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Extraordinario - Nrº: 4
Número do Processo : [0005282-90.2011.8.22.0601](#)
Processo de Origem : 0005282-90.2011.8.22.0601
Recorrente: Reginaldo Ferreira de Souza
Advogado: José Anastácio Sobrinho(OAB/RO 872)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira()
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
“Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões ao recurso interposto”.
Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar

Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros

Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon

Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: [0005833-45.2012.8.22.0501](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado:Cristiano Santos Coelho

Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)

Finalidade: Intimar o defensor que foi designado o dia 24.04.2014, às 9h30, a audiência para a oitiva das testemunhas da acusação PM Castro e PM Miranda, na 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO.

Proc.: [0002513-16.2014.8.22.0501](#)

Ação:Carta Precatória (Criminal)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Réu:Edson Penha Ribeiro Filho

Advogado:José Maria de Souza Rodrigues, OAB/RO 1909

Finalidade: Intimar o defensor da designação de audiência para a oitiva da testemunha de defesa: H.C.B e S. R. R. dia 29.04.2014, às 8h50min, na sala de audiência da Auditoria Militar Estadual.

Proc.: [0017075-64.2013.8.22.0501](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar

Autor:Corregedoria Geral de Polícia Militar do Estado de Rondônia

Denunciado:Agnus Cruz de Carvalho

Advogado:Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lago (PR 42.732)

DESPACHO :Conforme certidão de fls. 248, todas as testemunhas residem na capital.Em razão disso, DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 25/04/2014 às 08h30. Requisite-se. Intime-se, se necessário.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: [0016379-62.2012.8.22.0501](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado:Adilson Volnei Gorczak, Gelson Moraes Oliveira, Claudinei Vieira dos Santos

Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650), Gilvan Rocha Filho (RO 2650), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)

DESPACHO :Conforme se depreende da certidão de fls. 206v, a defesa do acusado Claudinei arrolou como testemunha os corréus Gelson e Adilson, o que é inadmissível. A razão para não se admitir seja corréu, como testemunha é porque o acusado não está obrigado a dizer a verdade e tem o direito de ficar calado, o que se contrapõe aos encargos impostos às testemunhas, que tem o dever de dizer a verdade e não podem calar acerca do que sabem. A obrigação da testemunha dizer a verdade vem estampada no artigo 203 do CPP: "A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (...) e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade"A jurisprudência firmou entendimento da

inadmissibilidade de se acolher corréu como testemunha. Aliás, a 5ª Turma do STJ assim já decidiu. Neste sentido:HABEAS CORPUS Nº 46.016/RJREL. MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA EMENTA HABEAS CORPUS . DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 288, 299 E 317, § 1º, NA FORMA DOS ARTS. 69 E 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL, C/C O ART. 239 DA LEI Nº 8.069/90. OITIVA DE CO-RÉU COMO TESTEMUNHA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Tratando-se de co-réu, não é possível impor-lhe o dever de dizer a verdade ou retirar-lhe o direito de permanecer em silêncio, dispostos nos arts. 186, parágrafo único, e 203, ambos do Código de Processo Penal, e 5º, LXIII, da Constituição Federal. 2. Ordem denegada.ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Felix Fischer e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília (DF), 04 de outubro de 2007(Data do Julgamento)No mesmo sentido votou o Ministro Felix Fischer, no julgamento do HC 49.397/SP-STJ. Trata-se de questão superada, pois não tenho admitido corréu como testemunha. Ademais, a defesa do acusado terá oportunidade de fazer as perguntas que entender pertinentes aos corréus em audiência de instrução e julgamento perante o Conselho Permanente de Justiça, oportunamente designada.Ciente a defesa e ao MP.Expeça-se carta precatória para as demais testemunhas, conforme DECISÃO de fls. 203/205.Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: [0004419-46.2011.8.22.0501](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado:Jailson Ricardo Pimenta, Eli Aparecido Alves da Costa

Advogado:Airton Pereira de Araujo (RO 243), Aristides Gonçalves Junior (OAB/RO 4303)

DESPACHO :Com vista dos autos para se manifestar acerca da testemunha V. R. da S., que não foi localizada em várias tentativas, o Ministério Público desistiu de sua oitiva (fls. 372/380).Intime-se a defesa para se manifestar sobre a desistência, no prazo de 05 (cinco dias). Nada opondo, homologo o pedido de desistência formulado pelo Ministério Público.Após, retornem os autos conclusos para DECISÃO acerca da preliminar arguida pela defesa.Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: [0002162-43.2014.8.22.0501](#)

Ação:Insanidade Mental do Acusado

Requerente:Juízo de Direito da 1ª Vara da Auditoria Militar da Comarca de Porto Velho RO

Requerido:Allan Stallony Pedro de Souza Silva

Advogado:Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lago (PR 42.732)

Finalidade: Intimar o defensor, para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, apresentar quesitos complementares para o laudo de sanidade mental do réu.

Proc.: 0001703-12.2012.8.22.0501

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor:6a Batalhao da Policia Militar do Estado de RO
Denunciado:Gerson de Macêdo Araújo
Advogado:Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
Finalidade: Intimar o defensor a apresentar as alegções finais

Proc.: 0015094-34.2012.8.22.0501

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Geraldo João Rodrigues, Alexandre Ferreira da Silva
Advogado:Maria Beatriz Imtheon (OAB-RO 625)
Finalidade: Intimar a defensora a apresentar as alegações finais.

Proc.: 0008849-41.2011.8.22.0501

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Fabricio Borba Vasconcelos, Marlon Augusto Camargo
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Finalidade: Intimar o defensor a apresentar as contrarrazões da apleação .

Proc.: 0008341-61.2012.8.22.0501

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Agravante:Ministério Público do Estado de Rondônia, Assistente de Acusação
Denunciado:Celio Neckel dos Santos, Oziel Pereira Borges, Alessandro Rosa de Almeida, Wagney Carneiro da Silva, Diefferson de Moura Bussolaro.
Advogado:Isabela de Oliveira Santos (OAB/RO 5425), Elivania Fernandes de Lima (OAB/RO 5433)
Finalidade: Intimar os defensores para, querendo, requer diligências.

Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0020665-49.2013.8.22.0501

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Eliana Vieira das Chagas
DESPACHO :
Vistos etc. Homologo o acordo celebrado entre as partes e, por consequência, ordeno a SUSPENSÃO CONDICIONAL deste processo, pelo prazo de 2 (dois) anos, com fundamento no artigo 89, §1º, da Lei 9.099/95, a contar de 28/02/2014. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Élia Massumi Okamoto
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º Juizado Especial Cível Avenida Amazonas, 2.375, esquina com Rua Venezuela, bairro Nova Porto Velho. Porto Velho/RO.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET. E-MAIL: pvh1jespcivel@tj.ro.gov.br
JUIZ: DR. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
ESCRIVÃ: GIGLIANNE CASTRO ROMANINI

Proc: 1001820-40.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lisiane zancan Garcia(Requerente)
Advogado(s): HOSANILSON BRITO SILVA(OAB 1655 RO), RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA PEREIRA(OAB 3963 RO)
Banco Itaú (Cartão de Crédito Itaucard)(Requerido)
Advogado(s): Sergio Cardoso Gomes Ferreira Junior(OAB 4407 RO)
Finalidade (mov. 27.2): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela parte autora LISIANE ZANCAN GARCIA, já qualificada, ISENTANDO o réu ITAU UNIBANCO S/A, pessoa jurídica, igualmente qualificada, de toda e qualquer responsabilidade civil reclamada e referente aos fatos alegados na vestibular. Devidos são os valores lançados e cobrados, devendo a demandante promover o respectivo pagamento. Por conseguinte, TORNO SEM EFEITO A TUTELA ANTECIPADA LIMINARMENTE CONCEDIDA (mov. 6.1) e, nos moldes do art. 269, I, CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos. Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1000164-48.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Denise Reski Sidon(Requerente)
Ameron Assistência Médica e Odontológica Rondônia Ltda(Requerido)
Advogado(s): Mayra Marinho Miarelli(OAB 4963 RO)
Finalidade (mov. 24.2): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por DENISE RESKY SIDON, já qualificado, ISENTANDO POR COMPLETO a requerida AMERON ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE RONDÔNIA LTDA, pessoa jurídica igualmente qualificada, da responsabilidade civil reclamada. Por conseguinte, TORNO SEM EFEITO A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA LIMINARMENTE (mov. 6.1) e, nos moldes do art. 269, I, CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos. Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1000450-26.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Itelvina Alves Feitosa(Requerente)

Advogado(s): Antônio Carlos Mendonça Tavernard(OAB 4206 RO)

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): Márcio Nobre do Nascimento(OAB 2852 RO)

Finalidade (mov. 29.2): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, 4º, 6º, 14 da LF 8.078/90, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela autora ITELVINA ALVES FEITOSA, já qualificada, para o fim de: A) CONDENAR a empresa requerida COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD, pessoa jurídica igualmente qualificada, para o fim de PROMOVER A REVISÃO E NOVA ELABORAÇÃO DA FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA, IMPUGNADA E REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2012 (vencida em 17/10/2012 R\$ 349,76), UTILIZANDO A MÉDIA ARITMÉTICA APURADA DE 23,36 m³ (vinte e três vírgula trinte e seis metros cúbicos), desprezando-se todo o excedente, que deverá ser absorvido pela empresa como ônus/custo operacional, caso não seja possível excluir-se do sistema. Referida obrigação de fazer deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, restando expressamente consignado e advertido que a empresa de águas e esgoto poderá fatura o consumo determinado ao preço atual da tarifa por metro cúbico, mas não poderá acrescentar quaisquer outros acréscimos (juros, correção monetária, multa contratual, multa administrativa, etc. ...), bem como deverá conceder novo prazo de 30 (trinta) dias para o vencimento e pagamento da nova fatura. Tudo sob pena de multa cominatória diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), até o limite indenizatório de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), oportunidade em que a obrigação de fazer converter-se-á em indenização por perdas e danos, competindo à autora o então pagamento dos débitos pendentes na sede e controle interno da requerida. Os consectários legais (correção monetária e juros legais simples de 1% ao mês) serão devidos a partir da data em que restar integralizada a multa indenizatória; B) CONDENAR a mesma empresa requerida COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD, ao pagamento indenizatório de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), à título dos reconhecidos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); e C) DETERMINAR, EM RAZÃO DO PRESENTE JULGADO E RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DA FATURA IMPUGNADA (R\$ 349,76) QUE A REQUERIDA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD, EFETIVE, DENTRO DO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, A EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA DO BANCO DE DADOS/CADASTROS DO SPC e SERASA referentes ao valor declarado como inexigível (outubro/2012 R\$ 349,76), sob pena de pagamento de multa cominatória diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite indenizatório de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo de eventual elevação de astreintes e adoção de outras medidas judiciais cabíveis. Transitada esta em julgado, intimem-se pessoalmente a ré para pagar o valor ora liquidado (R\$ 5.000,00 e consectários legais determinados) e cumprir/comprovar as obrigações impostas (Súmula nº 410, STJ), iniciando-se a

contagem dos prazos fixados a partir da respectiva intimação. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, cumprir as diligências acima determinadas e, após, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias e não havendo qualquer manifestação da parte, arquivar o feito com as cautelas e anotações de praxe. Caso haja manifestação da parte, reclamando inércia ou descumprimento da requerida, aguarde-se a integralização da multa cominatória indenizatória para fins de liquidação e execução sincrética. Sem custas ou honorários advocatícios. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1000250-53.2012.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Dalila Ribeiro da Rocha(Requerente)

Advogado(s): Francisco Manuel da Silva(OAB 1810 RO)

Rodolatina Logística(Requerido)

Advogado(s): DIOMAR APARECIDA DA SILVA GODINHO(OAB 1962 RO)

Finalidade (mov. 25.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela autora DALILA RIBEIRO DA ROCHA, já qualificada, para o fim de CONDENAR a empresa requerida RODOLATINA LOGÍSTICA S/A, no pagamento de R\$ 3.170,00 (TRÊS MIL CENTO E SETENTA REAIS), corrigidos monetariamente e acrescido de juros legais, simples e moratórios, de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, em respeito às Súmulas de nº 43 e 54 do STJ. Transitada esta em julgado, ficará a empresa requerida automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1008736-90.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Eliene Braz Falcão de Souza(Requerente)

Advogado(s): jocieli da silva vargas(OAB 5180 RO)

Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/a(Requerido)

Advogado(s): DULCINÉIA BACINELLO RAMALHO(OAB 1088 RO)

Finalidade (mov. 21.1): Vistos e etc. ..., Em que pesem os autos estarem conclusos para SENTENÇA, constato que a parte demandante apresentou novo documento com a réplica (mov. 16.2), cuja eventual impugnação não fora oportunizada à demandada. Desta forma, visando evitar futura arguição de nulidade e/ou injustiça na DECISÃO, arrimado no art. 398, do CPC, converto o julgamento em diligência para o fim de determinar que a concessionária requerida manifeste-se sobre a documentação mencionada, dentro do prazo de 05 (cinco), sob pena de preclusão e imediato julgamento do feito no estado em que se encontra. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1002154-74.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Fabio Guimarães da Silva(Autor)

Advogado(s): DAISY CRISÓTIMO CAVALCANTE(OAB 4146 RO)

Condominio Residencial Park Jamari(Réu)

Advogado(s): RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA(OAB 5565 RO)

Finalidade (mov. 23.2): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor FÁBIO GUIMARÃES DA SILVA, já qualificado, para o fim de: A) CONDENAR o requerido CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARK JAMARY, pessoa jurídica já qualificada, AO PAGAMENTO de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de correção monetária e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); e B) CONFIRMAR INTEGRALMENTE A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA LIMINARMENTE (mov. 6.1). Transitada esta em julgado, ficará o réu automaticamente intimado para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinquena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas e honorários advocatícios, ex vi lege. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1005642-37.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Roberto de Jesus da Rocha(Requerente)

Advogado(s): José Gomes Bandeira Filho(OAB 816 RO)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)

Finalidade (mov. 17.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor ROBERTO DE JESUS DA ROCHA, já qualificado, isentando por completo a responsabilidade civil reclamada em desfavor da instituição bancária BANCO DO BRASIL S/A, pessoa jurídica igualmente qualificada. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, com a res judicata, promover o arquivamento do processo com as cautelas, anotações e registros de praxe. Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei dos Juizados. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1004515-35.2011.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

MARCO VENICIO DA SILVA PEREIRA(Autor)

Advogado(s): Édison Fernando Piacentini(OAB 978 RO)

TAM LINHAS AEREAS S.A.(Réu)

Advogado(s): Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)

Finalidade (mov. 60.1): POSTO ISSO, nos termos dos arts. 6º e 52, IX, da LF 9.099/95, e 333 II, 475-L, inc. VI, do CPC, CONHEÇO E JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO oposta por TAM LINHAS AEREAS S/A pessoa jurídica já qualificada nos autos, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, expedir alvará de levantamento das quantias depositadas e confirmadas no processo da seguinte forma: A) uma ordem em prol da empresa impugnante no valor bloqueado e disponibilizado pelo sistema BACENJUD (mov. 50.1 ID:072013000005129833/Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL); e B) outra ordem, em prol da parte impugnada no valor depositado voluntariamente (mov. 55.2, pág 03 e/ou mov. 56.1, pág 02), com os respectivos acréscimos se houver. Após, cumpridas as diligências, retornem conclusos para SENTENÇA de extinção (art. 794, I, CPC). Sem custas, ex vi lege. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1009211-46.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

TÓNY EDUARDO DA SILVA(Requerente)

Advogado(s): JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS(OAB 4244 RO)

Omar Pereira Braga(Requerido)

Finalidade (mov. 25.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de conciliação redesignada para o dia 24 de março de 2014 às 09h30min, devendo ser expedido mandado de citação e intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1009096-25.2013.8.22.0601 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Ademir de Oliveira(Requerente)

Advogado(s): Maria Goreti de Oliveira(OAB 3199 RO)

Banco Cruzeiro do Sul S.a.(Requerido)

Advogado(s): OAB:156844 SP

Finalidade (mov. 22.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de conciliação redesignada para o dia 25 de março de 2014 às 08h, devendo ser expedidas cartas de intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1002168-24.2014.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Arlandia da Silva Moura(Autor)

Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
D&L SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS E
SOLUÇÕES WEB LTDA (LOJA PANK)(Réu)

Finalidade (mov. 09.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de conciliação redesignada para o dia 7 de abril de 2014 às 08h, devendo ser expedido cartas de citação e intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1007020-28.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Glauco Mauro de Sant'ana(Autor)

Advogado(s): Vanessa Rodrigues Alves Moita(OAB 5120 RO)

Simone Viana de Souza(Réu)

Finalidade (mov. 24.1): Certifico e dou fé que tendo em vista o pedido da parte autora, procedo a redesignação da audiência de conciliação para o dia 24 de março de 2014 às 09h, devendo ser expedido mandado de citação e intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1007282-75.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Cleibson Carvalho da Silva(Requerente)

Advogado(s): VALDISMAR MARIM AMANCIO(OAB 5866 RO)

Banco General Motors S. A.- GMAC(Requerido)

Advogado(s): OAB:4658 RO

Finalidade (mov. 21.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de conciliação redesignada para o dia 24 de março de 2014 às 09h30min, devendo ser expedido mandado de intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1010084-46.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Josiane de Moura Santos(Requerente)

Advogado(s): elieldo rocha dos santos(OAB 6069 RO)

Anderson Lucio da Silva Gondim(Requerido)

Finalidade (mov. 11.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de conciliação redesignada para o dia 24 de março de 2014 às 10h, devendo ser expedido mandado de citação e intimação para as partes, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1007980-18.2012.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Adriano Amaral da Silva(Autor)

Advogado(s): ANNE CAROLINE FREITAS PEREIRA
MATSUSHITA(OAB 4816 RO)

CVC Brasil Operadora e Agencia de Viagens S/A(Réu)

Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)

Finalidade (mov. 27.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos constam, com fulcro nos arts. 6º e 38, da Lei 9.099/95, art. 319, 333, I e II, do CPC, 186, 927 e 944, do Código Civil, e 4º, 6º, 14,II, todos do CDC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ADRIANO AMARAL DA SILVA, já qualificado, para o fim de CONDENAR a ré CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A, pessoa jurídica igualmente qualificada NO PAGAMENTO

do importe de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) à título dos reconhecidos danos morais causados, acrescidos de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça) e ao ressarcimento dos danos materiais, no importe de R\$ 4.345,25, corrigidos monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, em respeito às Súmulas de nº 43 e 54 do STJ. Transitada esta em julgado, intime-se a requerida para pagamento integral do quantum determinado, acrescido dos consectários legais determinados, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo (valor da condenação). Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Porto Velho, 23 de dezembro de 2013. Maxulene de Sousa Freitas - Juíza Substituta.

Proc: 1004353-69.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

DAIANE JORDÃO DE AQUINO MIRANDA(Requerente)

Advogado(s): ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO(OAB 3924 RO)

Serasa Experian S. A.(Requerido)

Advogado(s): OAB:10088 RO

Finalidade (mov. 22.1): Vistos e etc. ..., Em atenção à DECISÃO proferida pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, nos autos de Recurso Especial - STJ Nº 1.419.697 - RS (2013/0386285-0), determinando a suspensão das ações de conhecimento, em que se discute a natureza dos sistemas de SCORING e a possibilidade de violação dos princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor capaz de gerar indenização por dano moral, DETERMINO A SUSPENSÃO DO FEITO, até ulteriores providências/julgamento daquela Corte Superior de Justiça, posto que o cerne da demanda envolve referida matéria. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, 26 de dezembro de 2013. MAXULENE DE SOUSA FREITAS - Juíza Substituta

Proc: 1003791-60.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Inacio Moreira da Silva Neto(Requerente)

Advogado(s): ORLANDO FERREIRA ROLIM NETO(OAB 1520 RO)

Banco Itaú S.A.(Requerido)

Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)

Finalidade (mov. 26.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, 4º, 6º e 14 da LF 8.078/90, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor INACIO MOREIRA DA SILVA NETO, já qualificado, para o fim de CONDENAR o réu BANCO ITAÚ S.A pessoa jurídica igualmente qualificada, no pagamento

de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), à título dos reconhecidos danos morais causados ao requerente, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); Transitada esta em julgado, ficará a instituição bancária requerida automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE n.ºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinquena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. Intimem-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, 26 de dezembro de 2013. Maxulene de Sousa Freitas - Juíza Substituta.

Proc: 1000132-77.2012.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Sandra Rambo da Silva(Autor)

Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)

Credicard Administradora de Cartões S/A(Réu)

Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)

Finalidade (mov. 48.1): Vistos e etc. ..., Acolho os pretensos embargos de declaração opostos (mov. 42.2) como pedido de retificação de mero erro material, dada a gritante inaplicabilidade do dispositivo que determina o pagamento após o trânsito em julgado. O provimento judicial é claro e inteligível, não havendo efetivamente qualquer contradição e/ou omissão entre os requisitos da SENTENÇA, quais sejam, relatório, fundamentação e dispositivo. POSTO ISSO, RETIFICO, DE OFÍCIO E NOS MOLDES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 48, DA LF 9.099/95, o erro material detectado, de modo que, ONDE SE LÊ: ☐ Ante todo o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO VALOR de R\$ 1.043,13 (um mil, quarenta e três reais e treze centavos) referente aos lançamentos no período de 18 a 21 de novembro de 2011, no cartão de crédito nº 9473 xxxxxx da empresa requerida CREDICARDADMINISTRADORADECARTÕES S/A. Transitada esta em julgado esta, fica a Ré automaticamente intimada para pagamento integral do quantum indenizatório determinado, acrescidos dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE n.ºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório observar fielmente os prazos e comandos acima especificados. Caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prossiga-se na forma do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95, e disposições análogas

do CPC (art. 475 e seguintes), observando-se as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo-se todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o decurso dos prazos acima, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. ☐ LEIA-SE: ☐ Ante todo o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO VALOR de R\$ 1.043,13 (um mil, quarenta e três reais e treze centavos) referente aos lançamentos no período de 18 a 21 de novembro de 2011, no cartão de crédito nº 9473 xxxxxx da empresa requerida CREDICARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES S/A. Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos. Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Por conseguinte, determino que o cartório publique a presente e, após, certifique oportunamente o trânsito em julgado, cumprindo os termos do dispositivo judicial retificado. Intime-se e Cumpra-se. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1001166-53.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

JOSÉ LUIZ XIMENES DE SOUZA(Autor)

Advogado(s): ÉRICA DE NAZARÉ SOUSA COSTA SILVA(OAB 3858 RO), Silvana Felix da Silva Sena(OAB 4169 RO)

Banco do Brasil S A(Réu)

Advogado(s): Alexandre Leandro da Silva(OAB 4260 RO)

Finalidade (mov. 51.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste RECONHEÇO OS EFEITOS DA REVELIA e, com fulcro nos arts. 6º, 30 e 38, da Lei 9.099/95, 333, I, do CPC, e 4º e 6º, do CDC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSÉ LUIZ XIMENES DE SOUZA, já qualificado nos autos, para o fim de: A) DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA DAS PARTES, BEM COMO A INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS IMPUGNADOS (BRAZ E SILVA LTDA, SUPERMERCADO, BAGAGEM, ABRIL CLASSIF, AMERICANAS.CO, EDITORAALTO, NETSERVIÇOS e MMC CLUB, no período de julho/2012 a janeiro/2013); B) CONDENAR o requerido BANCO DO BRASIL S/A, pessoa jurídica já qualificada, no pagamento de R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), à título dos reconhecidos danos morais causados, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); C) CONFIRMAR TODO TEOR DA TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA (mov. 6.1). Transitada esta em julgado, fica o banco requerido automaticamente intimado para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE n.ºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as

portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. INTIME-SE e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, 6 de janeiro de 2014. MAXULENE DE SOUSA FREITAS - Juíza Substituta.

Proc: 1005892-07.2012.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Jocemir Vasconcelos de Andrade(Reclamante)

Advogado(s): JOSÉ VITOR COSTA JÚNIOR(OAB 12288 MT)
Azul Linhas Aéreas Brasileira (Trip - Linhas Aéreas S/A(Reclamado)

Advogado(s): Claudecy Cavalcante Feitosa(OAB 3257 RO)
Finalidade (mov. 33.1): Certifico e dou fé que o alvará sob o nº 875 em favor da parte credora encontra-se em cartório, porém vencido, vez que foi expedido em 19 de dezembro de 2013. Tendo em vista que a parte peticionou requerendo o levantamento do alvará em 30.01.2014, encaminho os autos para nova expedição de alvará em prol da parte autora, bem como intimação da mesma, via diário de justiça, para que proceda com o agendamento e com o levantamento da respectiva ordem, no prazo de 30 dias, sob pena de transferência dos valores para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça/RO. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1000559-40.2013.8.22.0601

Ação:Petição (Juizado Cível)

Maria Socorro Rocha da Silva(Requerente)

Advogado(s): José Gomes Bandeira Filho(OAB 816 RO)
EMBRATEL TV SAT(Requerido), Embratel Tvsat Telecomunicações S.a.(Requerido)

Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)

Finalidade (mov. 40.2): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º, 20 e 38, da LF 9.099/95, 4º, 6º e 14 da LF 8.078/90, RECONHEÇO OS EFEITOS DA REVELIA e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela autora SILVANA REIS DE MORAES, já qualificada, para o fim de A) DECLARAR EXTINTA A RELAÇÃO CONTRATUAL FIRMADA ENTRE AS PARTES, BEM COMO INEXIGÍVEL O DÉBITO QUE GEROU A INSCRIÇÃO NO SPC/SERASA (mov. 1.1, p. 13); B) CONDENAR O EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CLARO TV), pessoa jurídica igualmente qualificada, no pagamento de R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), à título dos reconhecidos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); C) CONFIRMAR INTEGRALMENTE A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA LIMINARMENTE (mov. 15.1). Transitada esta em julgado, ficará a requerida automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o

transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1001013-83.2014.8.22.0601

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Livia Maria Barros de Almeida Lisboa(Exequente)

Advogado(s): LÍVIA MARIA BARROS DE ALMEIDA (OAB 6170 RO)

Mab RO Soluções em Madeiras Ltda(Executado)

Finalidade (mov. 4.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 295, IV, CPC, e, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO e, por conseguinte, INDEFIRO A INICIAL, JULGANDO EXTINTO O FEITO, nos moldes das disposições legais já mencionadas e nos termos dos arts. 598 e 267, I, do CPC. Transitada esta em julgado, archive-se o processo com as cautelas e movimentações devidas. Sem custas. Intime-se e Cumpra-se. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1001282-59.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Aldi Albino Monteiro(Requerente)

Rical - Rack Indústria e Comércio de Arroz Ltda(Requerido)

Advogado(s): OCICLED CAVALCANTE DA COSTA(OAB 1175 RO)

Finalidade (mov. 19.1): Certifico e dou fé que fica a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 01 de abril de 2014 às 10h, devendo ser expedido mandado de intimação para as partes e eventuais testemunhas arroladas, bem como publicação no diário da justiça. Do que para constar, lavrei a presente certidão.

Proc: 1008103-79.2013.8.22.0601

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

José Manoel do Nascimento(Requerente)

Banco Santander(Requerido)

Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)

Finalidade (mov. 28.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSE MANOEL DO NASCIMENTO, já qualificado, ISENTANDO POR COMPLETO o requerido BANCO SANTANDER S/A, pessoa jurídica igualmente qualificada, da responsabilidade civil reclamada. Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos. Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1005199-23.2012.8.22.0601 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Mauricio da Silva Oliveira(Autor)
Advogado(s): Claris Eneida Pergher Pinto(OAB 3556 RO)
Casa Bahia Comercial Ltda(Requerido)
Advogado(s): GILBERTO RAIMUNDO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA(OAB 22772 BA)
Finalidade (mov. 52.1): Vistos e etc. ..., Navegando pelos autos verifico que apesar de ser tempestivo o recurso nominado manejado pela Empresa Requerida, o preparo foi recolhido a menor, conforme certificado pela escrivania (mov.50.1), assim, impõe-se a decretação da deserção do recurso, conforme o Enunciado Cível FONAJE nº 80: O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995). (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF Alteração aprovada no XII Encontro Maceió-AL. Deste modo, convalido a deserção constante no movimento. 50.1 e, determino que o cartório certifique o trânsito em julgado da SENTENÇA (mov. 41.1), observadas as movimentações e cautelas de praxe. CUMRA-SE Porto Velho/RO, 27 de dezembro de 2013. Maxulene de Sousa Freitas - Juíza Substituta

Proc: 1008731-68.2013.8.22.0601
Ação:Petição (Juizado Cível)
Leydy Dayana Froes(Requerente)
Advogado(s): TATIANA FREITAS NOGUEIRA(OAB 5480 RO)
Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/a(Requerido)
Advogado(s): DULCINÉIA BACINELLO RAMALHO(OAB 1088 RO)
Finalidade (mov. 17.1): Vistos e etc. ..., INDEFIRO o pleito da empresa requerida, posto que a matéria dos autos é exclusivamente de direito, devendo os fatos e as alegações serem todas comprovadas por documentos (fórmula matemática, autorização, comprovação de anotações idôneas, etc. ...). Dê-se ciência às partes, devendo o cartório aproveitar o ensejo e intimar o autor a apresentar a respectiva réplica em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. Cumpra-se. Porto Velho/RO, 27 de dezembro de 2013. Maxulene de Sousa Freitas - Juíza Substituta.

Proc: 1008811-66.2012.8.22.0601
Ação:Petição (Juizado Cível)
JONATHAN DIAS PERIQUITO(Requerente)
Advogado(s): Pollyana Junia Muniz Da Silva Nascimento(OAB 5001 RO)
LOJAS AMERICANAS S/A(Requerido)
Advogado(s): BEATRIZ VEIGA CIDIN(OAB 2674 RO), Marcelo Estebanez Martins(OAB 3208 RO)
Finalidade (mov. 17.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor JONATHAN DIAS PERIQUITO, já qualificado, para o fim de: A) DECLARAR INEXISTENTE E/OU INEXIGÍVEL O DÉBITO GERADO NA FATURA IMPUGNADA PELO CONSUMIDOR (mov. 1.5), em razão de contrato rescindido pelas partes; B) CONDENAR a ré LOJAS AMERICANAS S/A, pessoa jurídica já qualificada, no pagamento do indébito total apurado de

R\$ 99,98 (NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS R\$ 49,99 x 2), decorrente da cobrança indevida e lançada em fatura do cartão de crédito do requerente (mês de junho de 2012 mov. 1.5), acrescido de juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da primeira manifestação da ré nos autos (mov. 8.1 fevereiro/2013), bem como correção monetária a partir da data do respectivo pagamento do indébito. Transitada esta em julgado, ficará a requerida automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados, excetuados os cálculos de liquidação de novos descontos após o ajuizamento da ação), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar definitivamente o feito, salvo se houver pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo (multa indenizatória integralizada), quando então o processo deverá prosseguir na forma do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando-se as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo-se todo o necessário. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. Intime-se e CUMRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

Proc: 1001068-68.2013.8.22.0601
Ação:Petição (Juizado Cível)
Raidiacleciano Cordeiro da Silva(Adjudicante)
Advogado(s): DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO(OAB 5458 RO), JOAO CASTRO INACIO SOBRINHO(OAB 6709 RO)
B. V. Financeira S.A.(Adjudicado)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
Finalidade (mov. 32.1): POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, c/c arts. 39, I, e 51, IV e XV, da LF 8078/90, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado por RAIDIACLECIANO CORDEIRO DA SILVA, já qualificado, para o fim de: A) DECLARAR NULAS AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO FIRMADO PELAS PARTES, REFERENTES À COBRANÇA de TARIFA DE CADASTRO TAC, REGISTRO DE CONTRATO e SERVIÇO DE TERCEIRO, nos moldes da fundamentação supra; B) CONDENAR, por conseguinte, o réu BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, pessoa jurídica já qualificado, A PAGAR ao autor a importância total de R\$ 3.557,95 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), acrescidos de correção monetária, desde a época da celebração do contrato (18/11/2010 mov. 1.2, 02/05), e de juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Transitada esta em julgado, ficará o banco réu automaticamente intimado para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, e Enunciados Cíveis FONAJE nºs. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo. Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.

269, I, CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, aguardar o transcurso do prazo automático de 15 (quinze) dias e, caso haja pedido de execução da parte credora, devidamente instruído com memória do cálculo, prosseguir na forma do art. 52, IV, da LF 9.099/95, e disposições análogas do CPC, observando as portarias baixadas pelo juízo (rotinas cartorárias) e expedindo todo o necessário. Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. Intime-se e CUMPRA-SE. Porto Velho/RO, data do registro. JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO - Juiz de Direito.

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa

Escrivã: Silvia Assunção Ormonde

Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br

Email :pvh2faz@tj.ro.gov.br

OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: [0019502-16.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Denilde Pereira da Costa Santos

Advogado:Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)

DESPACHO :

Chamo o feito a ordem para:Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 03/04/2014 as 10h00.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0021457-82.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho - RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Chirlene Barroso da Silva

Advogado:Defensoria Publica ()

DESPACHO :

Chamo o feito a ordem para:Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 02/04/2014 as 12h00.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0021458-67.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho - RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Moacir Moises dos Santos

Advogado:Robson José Melo de Oliveira (OAB/RO 4374)

DESPACHO :

Chamo o feito a ordem para:Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 03/04/2014 as 09h00.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0016221-52.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho - RO

Advogado:Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Maria da Penha Nobre Pereira (OAB/RO 3274)

Requerido:Maria Correa dos Santos

Advogado:Defensoria Publica ()

DESPACHO :

Chamo o feito a ordem para:Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 03/04/2014 as 11h00.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0004241-11.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho/RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Manoel de Jesus Gonçalves

Advogado:Geovanni da Silva Nunes (OAB 2421)

DESPACHO :

Chamo o feito a ordem para:Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 03/04/2014 as 12h00.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0004055-17.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Comércio de Produtos Alimentícios Eldorado Ltda Me

Advogado:Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)

Requerido:Estado de Rondônia

DECISÃO :

DECISÃO :COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ELDORADO LTDA. ajuíza Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face do ESTADO DE RONDÔNIA.Busca o autor obter com a presente demanda obter reconhecido o direito de excluir da base de cálculo do ICMS os valores correspondentes a fretes, bonificações e/ou descontos incondicionais.Sustenta que a autora, enquanto contribuinte do ICMS, acaba suportando tributação indevida, visto que, em suas operações, o ICMS acaba recaindo sobre as bonificações e sobre os descontos incondicionais concedidos pela autora.Aduz que a incidência tributária é inconstitucional e não merece subsistir e que a base de cálculo é o valor da operação da venda.Pleiteia, nestes termos, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Brevemente relatados, passo a decidir o pedido de antecipação de tutela pretendida.Pois bem.Percebe-se que pretende o autor a suspensão da exigibilidade do crédito tributário que entende indevido sobre as operações de venda onde houve a concessão de descontos e bonificações.Vemos que para que seja concedida a antecipação da tutela, necessário se faz o preenchimento dos requisitos rígidos do artigo 273 do Código

de Processo Civil. Neste contexto, temos que conjugar também a aplicação do artigo 151 do Código Tributário Nacional que dispõe acerca das hipóteses de suspensão do crédito tributário. Assim, de um lado temos a obrigação da arrecadação do tributo por parte do Estado; de outro, a obrigação de pagamento do tributo por parte do contribuinte. Numa outra vertente, temos que o Estado de Rondônia poderá ser prejudicado caso, concedida a antecipação da tutela, a mesma venha a ser revogada posteriormente; da mesma forma, o contribuinte que, em não sendo concedida a tutela, poderá, ao final, em sendo acolhido o pedido ter que ver seu crédito submetido ao recebimento por parte de Precatório. Assim, a DECISÃO cautelar mais adequada é a que resguarda tanto o fisco quanto o contribuinte. Nesse sentido, diversos julgados: PROCESSUAL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO CAUTELAR. DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DA DÍVIDA. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DESNECESSIDADE. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. 1. O depósito de que trata o art. 151, II, do CTN constitui direito subjetivo do contribuinte, que pode efetuar-lo tanto nos autos da ação principal quanto em Ação Cautelar, sendo desnecessária a autorização do Juízo. 2. É facultado ao sujeito passivo da relação tributária efetivar o depósito do montante integral do valor da dívida, a fim de suspender a cobrança do tributo e evitar os efeitos decorrentes da mora, enquanto se discute na esfera administrativa ou judicial a exigibilidade da exação. 3. Agravo Regimental não provido (STJ - AgRg no REsp: 517937 PE 2003/0028521-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 28/04/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/06/2009) PROCESSUAL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO CAUTELAR. DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DA DÍVIDA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO EM CUSTAS. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento de que é cabível o depósito integral do valor da dívida em medida cautelar para a suspensão da exigibilidade do tributo. 2. Incabível, na espécie, condenação em honorários, ante a ausência de resistência da União em possibilitar o depósito por outras vias, inclusive no próprio processo, que não à necessidade de ajuizar ação cautelar com este escopo. 3. Remessa oficial e apelação parcialmente providas. (TRF-3 - APELREE: 834 SP 2000.61.03.000834-8, Relator: JUIZ CONVOCADO WILSON ZAUHY, Data de Julgamento: 12/11/2010, JUDICIÁRIO EM DIA - TURMA C) TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO IMPRESCINDIBILIDADE DO DEPÓSITO JUDICIAL INTEGRAL CTN, ART. 151, II Nos termos da legislação tributária o contribuinte tem a faculdade de efetuar o depósito para suspender a exigibilidade do crédito e, com isso, não sofrer qualquer coação no sentido do pagamento nem os ônus da mora. Porém, ante a natureza tipicamente instrumental da medida, considerar o valor depositado como recolhimento antecipado do tributo sub judice significa, por certo, a manifesta deturpação do aventado instituto. (TJ-SC - MS: 51149 SC 2010.005114-9, Relator: Luiz César Medeiros, Data de Julgamento: 12/04/2010, Terceira Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Apelação Cível em Mandado de Segurança n. , de Indaial) Diante disto, em uma análise sumária, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA, na forma do artigo 151, inciso I do Código Tributário Nacional, condicionando a suspensão da exigibilidade do tributo ao depósito INTEGRAL do mesmo

em conta judicial, determinando a comprovação mensal do recolhimento da exação, até o transito em julgado da presente DECISÃO .P.I.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0024376-44.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho - RO

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Jose de Arimateia Lima de Andrade

SENTENÇA :

Dispositivo. 64. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de JOSÉ DE ARIMATEIA LIMA DE ANDRADE. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 65. Condono o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 66. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.I.R.C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0021009-12.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Juliete Coutinho da Costa

Advogado: Eliane de Fátima Alves Antunes (OAB/RO 3151)

SENTENÇA :

Dispositivo. 64. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de JULIETE COUTINHO DA COSTA. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 65. Condono o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 66. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0019497-91.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Mário

Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)

Requerido: Francson Correia da Silva

SENTENÇA :

Dispositivo. 61. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar FRANCSON CORREIA DA SILVA a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente (fls. 77/78), localizada na rua Joaquim da Rocha, 5590, Bairro Castanheira, nesta cidade de Porto Velho, no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 62. Condono a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 63. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I.C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0018192-72.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho RO

Requerido:Flávio Araújo Ferreira

SENTENÇA :

Dispositivo. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar FLÁVIO ARAÚJO FERREIRA a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente (fls. 77/78), localizada na Av. Campos Sales, atrás do Colégio Padre Mario Castagna, Bairro Vila Tupi, Porto Velho , no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. Condeno a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0018820-61.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho - RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Maria das Graças Moraes Rosas

SENTENÇA :

Dispositivo.62. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar MARIA DAS GRAÇAS MORAES ROSAS promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente, localizada na Rua B1, n. 9507, Bairro Castanheira, Porto Velho, no prazo de 10 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 63. Condeno a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 64. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0016116-75.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho RO

Advogado:Waldecy dos Santos Vieira (OAB/RO 1906)

Requerido:José Ildo Sodré

SENTENÇA :

Dispositivo.64. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de JOSÉ ILDO SODRÉ. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 65. Condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 66. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0024369-52.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho - RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Mercia Mota Oliveira

SENTENÇA :

Dispositivo.61. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar MERCIA MOTA OLIVEIRA a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente (fls. 34/47), localizada na rua Ipiranga, 4900, Bairro Cohab, Porto Velho , no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 62. Condeno a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 63. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I.C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0019609-60.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Elizangela Noleto Barros

SENTENÇA :

Dispositivo.62. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de ELIZÂNGELA NOLETO BARROS. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 63. Condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 64. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0019494-39.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Heleno Neves dos Santos Filho

SENTENÇA :

Dispositivo. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar HELENO NEVES DOS SANTOS FILHO a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente (fls. 77/78), localizada na Av. Campos Sales, atrás do Colégio Padre Mario Castagna, Bairro Vila Tupi, Porto Velho , no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. Condeno a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0020276-46.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Município de Porto Velho RO

Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido:Luiz Vidal Nogueira Junior

Advogado:Defensoria Publica ()

SENTENÇA :

SENTENÇA Homologo a desistência da ação requerida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, da qual a parte

Autora não se opôs (fl. 64) e, em consequência, RESOLVO o processo sem julgamento do mérito conforme fundamento junto ao art. 273, IV do Código de Processo Civil. Sem custas. Após certifique-se e archive-se. P.R.I.C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0003922-72.2014.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: João Gabriel Silva da Costa

Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido: Estado de Rondonia

Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)

DECISÃO :

DECISÃO : JOÃO GABRIEL SILVA DA COSTA, menor impúbere devidamente qualificado na inicial, representado por seu genitor, ajuíza Ação de Obrigação de Fazer em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Narra em sua peça vestibular que, desde que nasceu, o autor é portador de Paralisia Cerebral Quadriplégica Espástica, que prejudica a coordenação motora (DIC G-80.0). Afirma que, em razão da gravidade da situação, o autor precisa ser submetido a diversos tratamentos médicos (fonaudiologia, fisioterapia, equoterapia, therasuit, hidroterapia e escola especial), conforme laudo médico em anexo. Informa que o custo mensal do tratamento é de cerca de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais) e de extrema urgência, requerendo que a concessão da antecipação da tutela se dê inaudita altera pars, sob o fundamento de que a não realização de tais procedimentos impedirá o desenvolvimento da coordenação motora do requerente, obstando definitivamente a sua progressão no combate à doença. Nestes termos, junta laudo médico emitido pela rede privada e orçamento emitido pela clínica Aiô Silver. É o que interessa relatar. Passo a decidir. Pois bem. A tutela antecipada é a antecipação - pela entrega precária - dos efeitos da SENTENÇA de mérito, podendo ser deferida, revogada ou modificada a qualquer tempo. Os rigorosos requisitos do artigo 273 e seus incisos do Código de Processo Civil devem restar satisfatoriamente preenchidos, não se falando apenas em demonstração de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. (STJ - 3ª Turma - REsp 131.853-SC, Min. Menezes Direito, DJU de 8.2.99) Os fundamentos de direito e os elementos probatórios coligidos, a princípio, não se apresentam razoáveis na perspectiva da pretensão deduzida pelo representante legal do autor, salientando que o tratamento por ele pretendido não consta do rol da Portaria de fornecimento obrigatório por parte do SUS, seja com a prestação do mesmo pelo Estado, seja pelo Município. Ao que vemos, pretende o autor repassar ao Estado um custo decorrente de um tratamento específico, afirmando não possuir condições financeiras para tanto. Nesta diapasão, em uma análise mais aprofundada sobre o tema, percebe-se que o tratamento requerido não constitui, na essência, despesas atribuídas à política de saúde pública, mas sim uma ação de natureza mista, inerente à assistência social, destinando-se a propiciar uma melhor condição de vida ao doente ou portador de necessidades especiais. Neste sentido, temos que o custeio por parte do ente federativo do tratamento requerido pelo autor, dentre eles, equoterapia, é algo que visa propiciar uma melhor qualidade de vida ao mesmo, sem que haja inserção do mesmo no direito à saúde de forma a exigir o tratamento do Estado. Por esta razão, temos que o fornecimento do tratamento por parte do ente federativo constitui, em essência, minoração das

despesas correntes do doente e de sua família com o custeio do mesmo que visa a melhoria das suas condições de vida diária. Como bem assinalado por todo o ordenamento jurídico pátrio, a saúde é direito de todos como assinalado constitucionalmente; não existe qualquer dúvida acerca disso. O caso em exame é exemplo clássico da pretensão do melhor tratamento, o que é sempre pretendido pelos pacientes e buscado pelos familiares. Contudo, o sistema SUS define a política pública de saúde, considerando as prioridades possíveis de serem atendidas com os recursos disponíveis. Invariavelmente, a opção por uma prioridade implica desatendimento a outras. A fixação da prioridade observa a regra técnica da maior incidência e do maior risco ao maior número de usuários do sistema em detrimento de oferecer todos os tratamentos e os melhores. O que buscamos no caso vertente é avaliar a efetiva necessidade financeira do autor de ter esse tratamento/bem estar com o fornecimento do custeio do tratamento na Clínica Aiô Silver pelo ente federativo, considerando que os recursos são limitados e as necessidades ilimitadas. A análise da concessão de um benefício desta espécie deve ser feita com bastante cautela e prudência, considerando que ao se determinar que o ente federativo forneça o tratamento, estamos tirando recursos que poderiam ser utilizados em tratamentos médicos, com preservação de vidas, melhor aparelhamento de hospitais, alimentação dos doentes internados etc. E assim cabe ao magistrado a difícil tarefa de ponderar a esse respeito e avaliar a efetiva necessidade do requerente. Nos autos, em uma análise sumária, não verificou-se a necessidade do autor de ser submetido ao tratamento e que o mesmo seja custeado pelo Estado, ainda mais mitigando o Princípio do Contraditório, salientando-se que se o autor, menor de idade, é acometido de todas essas mobilidades descritas na peça vestibular, é bem provável que o mesmo esteja recebendo algum benefício assistencial por parte do Governo Federal, o que, se quer é esclarecido nos autos. Diante do exposto, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA pelo autor. Cite-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0018307-93.2012.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho RO

Advogado: Maria Aparecida da Silva Prestes (OAB/RO 1760), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058)

Requerido: Raimunda de Sales Rolim

SENTENÇA :

Dispositivo. 64. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de RAIMUNDA SALES ROLIM. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 65. Condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 66. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0022555-05.2012.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho - RO

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Raquel Rocha Barbosa

Advogado: Defensoria Publica ()

SENTENÇA :

Dispositivo.63. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de RAQUEL ROCHA BARBOSA. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 64. Condene o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. 65. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0021006-57.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Maria Severiana do Nascimento

Advogado: Defensor Público (RO. 000.)

SENTENÇA :

Dispositivo.62. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar MARIA SEVERIANA DO NASCIMENTO a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente, localizada na Av. Campos Sales, n. 707, Bairro Areal, Porto Velho, no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 63. Condene a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0016484-84.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho

Advogado: Maria da Penha Nobre Pereira (OAB/RO 3274),

Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)

Requerido: Maria Mazarelo Passos Ferraz

SENTENÇA :

Dispositivo.62. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar MARIA MAZARELO PASSOS FERRAZ a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente, localizada na Av. Campos Sales, atrás do Colégio Padre Mario Castagna, Bairro Vila Tupi, Porto Velho, no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 63. Condene a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 64. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I.C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0021005-72.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Genoveva de Barros Santana

Advogado: Defensor Público (RO. 000.)

SENTENÇA :

Dispositivo.61. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar GENOVEVA DE BARROS SANTANA a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente (fls. 16/26), localizada na Av. Campos Sales, 707, Bairro Areal, Porto Velho, no prazo de 30 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 62. Condene a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 63. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0024375-59.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho - RO

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Neuton Gomes Lima

SENTENÇA :

Dispositivo.62. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar NEUTON GOMES LIMA a promover a demolição da obra irregularmente construída parcialmente sobre a área de preservação permanente, localizada na rua Itapajés, s/n, ao lado do n. 3040, Bairro Lagoinha, nesta cidade de Porto Velho, no prazo de 10 dias, sob pena ser realizada a demolição pelo Autor, imputando ao Réu os encargos. 63. Condene a parte Ré no pagamento de honorários ao Autor que fixo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), bem como nas custas processuais, condicionada a execução à regra do art. 11 e 12 da Lei 1.060/50. 64. P.R.I. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: [0018822-31.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Município de Porto Velho - RO

Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)

Requerido: Lenilson Marques da Silva

SENTENÇA :

Dispositivo.64. Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido demolitório requerido pelo Município de Porto Velho em desfavor de LENILSON MARQUES DA SILVA. Resolvo a lide na forma do art. 269, I. Do Código de Processo Civil. 65. Condene o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da causa. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I.C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br

Proc.: [0011991-18.2013.8.22.0102](#)

Ação: Interdição

Autor: S. M. B. de Q. A. R. M. de Q.

Advogado: Luiz Carlos Forte (OAB/RO 510), Camile Gonçalves Zimmermann (OAB/RO 675A).

Interditado: A. M. de C. S.

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: ADÉLIA MARCELINA DE CASTRO SOARES

A Drª. Silvana Maria de Freitas, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, na forma da lei, etc. ..

FAZ SABER a todos quantos o presentes EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da Ação de Interdição - Tutela e Curatela - Processo nº 0011991-18.2013.8.22.0102, que Sandra Maria Batista de Queiroz, move em face de ADÉLIA MARCELINA DE CASTRO SOARES, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. Carlos Gomes nº 1595, Bairro São Cristóvão, que decretou a INTERDIÇÃO desta, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, determino a inclusão de Aline Regina Marcelina de Queiroz, no polo ativo da ação, DECRETO A INTERDIÇÃO DA REQUERIDA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma dos art. 1.767, I do Código Civil. Nomeio-lhe curadora a requerente, sua filha, ALINE REGINA MARCELINA DE QUEIROZ. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do CPC E NOART. 9º, III, do Código Civil, registre-se a presente no Registro Civil e publique-se pela imprensa local e pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Após o cumprimento integral das determinações contidas nesta SENTENÇA e observadas sempre as cautelas e formalidades legais, arquivem-se. Fica dispensada a especialização de hipoteca legal, na forma indicada pelo MP. Concedo a Gratuidade. Saem os presentes intimados. SERVIRÁ A PRESENTE ATA COMO MANDADO DE INSCRIÇÃO. Porto Velho-RO, 21 de fevereiro de 2014. (a) Maxulene de Sousa Freitas, Juíza de Direito". DADO e PASSADO nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze.

Eu, Raimundo Bezerra do Vale Filho, Diretor de Cartório, mandei digitar e subscrevi.

Proc.: [0012188-70.2013.8.22.0102](#)

Ação: Divórcio Litigioso

Requerente: L. S. C. da R.

Advogado: Agnaldo Araújo Nepomuceno (OAB/RO 1605)

Requerido: V. I. da R.

DESPACHO : Avalie-se o trator apreendido pela Polícia Ambiental de Candeias do Jamari. Não há controvérsia quanto ao valor pago durante o casamento em relação ao outro veículo. Com a juntada do laudo de avaliação, digam as partes. Não há interesse do MP. Porto Velho-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

3ª VARA DE FAMÍLIA

3ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: [0005832-59.2013.8.22.0102](#)

Ação: Inventário

Requerente: J. A. R. C. J. A. P. C. C.

Advogado: João Closs Junior (OAB-RO. 327-A), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Demétrio Laino Justo Filho. (OAB/RO 276), Marcelo Maldonado Rodrigues (RO 2080), Manoel Ribeiro de Matos Junior (OAB/RO 2692), Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677)

DESPACHO : 1. Junte-se o relatório em anexo. 2. Tenho como boas as contas prestadas, no tocante ao alvará nº 413/2013, razão pela as homologo. 3. Petição de fls. 77/78: Desnecessária é a apresentação de documentos referentes a bens imóveis da empresa Amaznature Comércio e Indústria de Madeiras LTDA, porquanto os bens inventariados são os do falecido José Coutinho Carneiro, que se resumem às cotas sociais da empresa. Assim, caberá à inventariante esclarecer qual é o valor atualizado das quotas sociais que tinha direito o falecido, pois nelas já estarão incluídos os bens da empresa. Assino, para esse fim, o prazo de 10 dias. 4. Com a informação, cite-se a Fazenda Pública, para os termos do inventário, nos termos dos arts. 999 e segs. do CPC. 5. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0003786-97.2013.8.22.0102](#)

Ação: Execução de Alimentos

Requerente: N. F. G. F.

Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)

Requerido: N. F. G.

SENTENÇA : ...Em face do exposto, julgo extinto o feito, na forma do art. 267, VIII do CPC. Sem custas e sem honorários. P. R. I. C. e arquivem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0006487-31.2013.8.22.0102](#)

Ação: Prestação de Contas - Exigidas

Requerente: R. M. C. A.

Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966), Leila Fernandes Cruz Afonso (OAB/RO 1698)

Requerido: A. V. C.

Advogado: Thiago de Souza G Ferreira OAB/RO 4412, Andre Phelipe O Haito OAB/RO 704E

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$153,70 (cento e cinquenta e três reais e setenta centavos) , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0002072-73.2011.8.22.0102](#)

Ação: Busca e Apreensão (Cível)

Requerente: J. N. de O.

Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034), Carl Teske Junior. (OAB/RO 3.297), Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)

Requerido: A. V. R.

Advogado: Carlos Roberto Pissolato (OAB/PR 26264)

DESPACHO : Intime-se a requerente para manifestar-se, comprovando a propositura da ação principal de regularização

de guarda, requerendo o que entender de direito, em 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0012240-66.2013.8.22.0102](#)

Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: N. S. da F.

Advogado: Vera Lucia Diniz (OAB/RJ 175.595), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)

Requerido: V. H. L. da F.

Advogado: Defensoria Publica

DESPACHO : Intimem-se as partes para que, em 05 dias, digam se pretendem produzir outras provas, especificando-as e esclarecendo a pertinência. Consigno que a ausência de manifestação será interpretada como desistência das provas requeridas na petição inicial, na contestação e na impugnação à contestação. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0012417-30.2013.8.22.0102](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: D. B. de Q.

Advogado: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)

Requerido: J. P. de O.

DESPACHO : 1. Acolho a emenda à inicial de fls. 25. Proceda-se à adequação no SAP, incluindo a requerida S. S. no polo passivo da ação. Processe-se em segredo de Justiça e com gratuidade processual. 2. Tendo em vista a natureza dos interesses sob litígio (guarda de incapaz), considerando, também, que não há prova suficiente para formação de convicção a respeito dos fatos alegados, e, ainda, não se vislumbrando, a priori, riscos à menor com a DECISÃO no final, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. 3. Designo audiência de conciliação para o dia 25 de março de 2014, às 11h30min. 4. CITEM-SE os requeridos, consignando-se que o prazo para contestar é de 15 dias e fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada, ficando ciente a parte requerida que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente. 5. INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada. 6. Proceda-se ao estudo psicossocial na residência das partes, em 30 dias. 7. Ciência ao Ministério Público. 8. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0000871-41.2014.8.22.0102](#)

Ação: Divórcio Consensual

Requerente: F. S. A. S. J. da S.

Advogado: Márcia Aparecida de Mello Artuso (OAB/RO 3987), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)

DESPACHO : Intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando procuração mediante instrumento público outorgada por F. S. A. à T. A. A. DA S., em dez dias, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, CPC). Porto Velho-RO, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0006874-80.2012.8.22.0102](#)

Ação: Execução de Alimentos

Exequente: R. C. C. A. R. D. C. A. R. I. C. A.

Advogado: Jaycelane Almeida Brito Dorea (OAB/RO 4837), Ana Olsen Matos Pereira (OAB/RO 5110)

Executado: R. de S. A.

DESPACHO : Defiro o requerimento de fl. 91. Intimem-se o exequentes, pela nova advogada constituída, para informem o endereço do executado ou requeiram o que entender de direito, em 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011004-79.2013.8.22.0102](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: J. M. F. C. A. A. J. D. de O.

Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido: J. P. P.

EDITAL DE CITÇÃO

20 (Vinte) dias

DE: JOSIMAR PINTO PEREIRA, brasileiro, residente em lugar incerto e não sabido.

Finalidade: Citar a parte acima mencionada para os termos da ação de Guarda, proposta por José Manoel Fernandes, Carmina Alves Araújo e Janaina Dias de Oliveira, para acompanhar o processo em todos os seus termos, atos e incidentes, até final, tudo sob as penas da lei. O prazo pra responder à ação é de quinze (15) dias, contados desta publicação. DOS FATOS: Os requerentes deram abrigo a genitora da menor, quando a mesma chegou a esta capital em 26 de fevereiro de 2003, ocasião em que passaram cuidar da criança A. C. P. P. de O. como se filha fosse. Cumpre relatar que a genitora da criança possui outros filho menores, fruto do novo relacionamento, motivo pelo qual nunca teve interesse em levar a filha para residir com ela, concordando que a menor permaneça com os requerentes. Ressalta que o requerido apenas registrou a filha e nunca mais manteve contato com a mesma. Ante os fatos, necessário se faz regularizar a guarda da menor.

Sede do Juízo: 3a. Vara de Família da Comarca de Porto Velho.

Porto Velho/RO, 27.02.2014

(a) Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: [0006690-95.2010.8.22.0102](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: E. F. G. de O. E. O.

Advogado: Aldenízio Custódio Ferreira (OAB/RO 1546)

Requerido: I. de P. A.

Carta precatória - Devolvida:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar quanto à certidão da carta precatória devolvida.

Proc.: [0011698-48.2013.8.22.0102](#)

Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80

Requerente:M. H. M. do N.

Advogado:Amanda Camelo Correa (OAB/RO 883)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 56,86 (cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0008351-75.2011.8.22.0102](#)

Ação:Inventário

Inventariante:J. N. de M. P. N. de M. P. N. de M. N. G. M. C. J. E. de M. F. J. C. M. C. de M.

Advogado:João Damasceno Bispo de Freitas (OAB/RO 979), Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663), João Damasceno Bispo de Freitas (OAB/RO 979)

Inventariado:E. de J. E. de M. N.

Desarquivamento - Intimação:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: [0002671-41.2013.8.22.0102](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:R. F. M.

Advogado:Albanisa Pereira Pedraça (OAB/RO 3201)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.

E- mail : pvh1civel@tj.ro.gov.br (pvh1civel@tjro.jus.br)

Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal

Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho

Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: [0025868-71.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Jair Rossi de Mendonça, Master Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado:Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)

Requerido:Rafaela Schuindt de Oliveira Nascimento, Eliane Nazare Nascimento Silva, Edson Joaquim da Silva

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 99.

Proc.: [0003762-52.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Mozaniel Viana da Silva

Advogado:Eliane de Fátima Alves Antunes (OAB/RO 3151)

Requerido:Hyde Alcides de Rezende Neto

Edital - Publicar:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 20 (vinte) dias

Intimação: Mozaniel Viana da Silva, brasileiro, casado, eletricista, CPF nº 707.886.182-53, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos termos do art. 231, I e 232, I, do CPC.

Finalidade: Intimar o autor para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, sob as penas do artigo 267, III, do CPC.

Processo: 0003762-52.2011.8.22.0001

Classe : Monitória

Procedimento: Especial

Requerente: Mozaniel Viana da Silva

Advogado: Eliane de Fátima Alves Antunes, OAB/RO 3151

Requerido : Hyde Alcides de Rezende Neto

Sede do Juízo: Fórum Cível -Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho. CEP: 76.803-686 - Fone: Fax (069) 3217.1318.

Clêuda do S. M. de Carvalho

Escrivã Judicial

Proc.: [0008119-75.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Rodrigo Manoel Ferreira Carrapeiro

Advogado:Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)

Requerido:Patricia Helena Torres Giovinazzo

Edital - Publicar:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 20 (vinte) dias

Intimação: Rodrigo Manoel Ferreira Carrapeiro, brasileiro, casado, médico, CPF nº 294.139.128-23, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos termos do art. 231, I e 232, I, do CPC.

Finalidade: Intimar o autor para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, sob as penas do artigo 267, III, do CPC.

Processo: 0008119-75.2011.8.22.0001

Classe : Procedimento Ordinário

Procedimento: Ordinário

Requerente: Rodrigo Manoel Ferreira Carrapeiro

Advogado: Valéria Moreira de Alencar Ramalho, OAB/RO 3719

Requerido : Patricia Helena de Alencar Ramalho

Sede do Juízo: Fórum Cível -Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho. CEP: 76.803-686 - Fone: Fax (069) 3217.1318.

Clêuda do S. M. de Carvalho

Escrivã Judicial

Proc.: [0022280-27.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Cleyde Correa Martins

Advogado:Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)

Requerido:Banco Volkswagen S. A.

Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)

Edital - Publicar:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 20 (vinte) dias

Intimação: Cleyde Correa Martins, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 031.454.092-04, atualmente em lugar incerto e não

sabido, nos termos do art. 231, I e 232, I, do CPC.
Finalidade: Intimar o autor para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, sob as penas do artigo 267, III, do CPC.

Processo: 0022280-27.2010.8.22.0001

Classe : Procedimento Ordinário

Procedimento: Ordinário

Requerente: Cleyde Correa Martins

Advogado: Ely Roberto de Castro, OAB/RO 509

Requerido : Banco Volkswagen S.A.

Sede do Juízo: Fórum Cível -Av. Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho. CEP: 76.803-686 - Fone: Fax (069) 3217.1318.

Clêuda do S. M. de Carvalho

Escrivã Judicial

Proc.: [0000730-68.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831),

José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)

Requerido:Fabiana Moura Borborema

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 27.

Proc.: [0003168-04.2012.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Autovema Veículos Ltda

Advogado:Maria Inês Spuldaro. (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)

Requerido:Bento e Castro Comércio de Veículo Ltda

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 36.

Proc.: [0017024-06.2010.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento

Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)

Requerido:Josimar Almeida Reski

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 81.

Proc.: [0009538-33.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Heleno da Silva Primo, Mágnio Francisco Alves, Osieni Magda Tavares, Pedro da Silva Primo

AR Negativo:

Manifeste a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a juntada de AR NEGATIVO. PVH.

Proc.: [0013632-58.2010.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Emanuela Keline Torres, Antônio Pinheiro Sobrinho, Joce Queila Barbosa da Silva, Joel Pinheiro de Lima
Manifeste-se a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o resultado da pesquisa realizada no Sistema RENAJUD.

Proc.: [0159027-52.2008.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Pemaza S/A

Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Jane Sampaio de Souza (OAB/RO 3892)

Executado:Ozeas Soares Alves

Advogado:Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881)

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 131.

Proc.: [0003328-92.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado:Márcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)

Requerido:Elisson Silva Oliveira

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 34.

Proc.: [0005904-29.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:J.f. Freire Agencia de Viagem

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (RO 433-A)

Requerido:Conterra Construções e Terraplanagem Ltda

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 65.

Proc.: [0019365-97.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Camila Vieira Alves

Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912), Hianara Marilac Braga O Campo (4783)

Requerido:KES CONSULTORIA E SAUDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 131.

Proc.: [0014047-70.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a.

Advogado:Ellen Laura Leite Mungo (OAB/MT 10604)

Requerido:Giorgio Braga Butignon

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 62.

Proc.: [0023563-80.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco S/A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846),

Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:V. R Pestana Representações Epp

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 25.

Proc.: [0013205-56.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Raimundo Leal da Silva

Advogado:Augusto Cesar de Oliveira (OAB/RO 1054)

Requerido:Flavio Barrozo Lopes

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 23.

Proc.: [0023337-46.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Raimundo do Nascimento

Advogado:Manoel Rivaldo de Araújo ()

Requerido:Ernandes Viana de Oliveira

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 185.

Proc.: [0004364-09.2012.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Espólio de Francisco de Assis Lima

Advogado:Marília Lisboa Benincasa Moro (OAB/RO 2252)

Requerido:FRANCISCO NAZARENO AGUILERA, Raimundo Nazareno Aguilera, Francisco Nazareno Oliveira, Antonio Elioterio dos Santos

Certidão do Oficial de Justiça:sse

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 199.

Proc.: [0002944-66.2012.8.22.0001](#)

Ação:Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C

Requerente:Ivanir Maria Sumeck

Advogado:Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)

Requerido:Zacarias de Souza Lima

Certidão do Oficial de Justiça:Cumulado Com Cobrança (C

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 77.

Proc.: [0012309-81.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Haroldo Cristóvam Teixeira Leite

Advogado:Pedro Origa Neto (RO 2/A)

Requerido:D. H. Engenharia Ltda

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 58.

Proc.: [0013690-56.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda

Advogado:Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)

Requerido:Daniely Amanti Assis

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 36.

Proc.: [0008685-53.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Lacerda Alimentos Ltda Me

Advogado:Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962), Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)

Requerido:Helena Oliveira Vasconcelos Me Nosso Mercado li

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 42.

Proc.: [0022826-77.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Wolney Marcos Bueno

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 27.

Proc.: [0251684-76.2009.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marco Antonio de Faria

Advogado:David Alves Moreira (OAB/RO 299-B)

Requerido:Ana Cínthia de Oliveira Barbosa Silva

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 93.

Proc.: [0013862-95.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BANCO ITAU CARD S/A

Advogado:Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)

Requerido:Zozimo das Gracias Passos

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 49.

Proc.: [0013187-06.2011.8.22.0001](#)

Ação:Depósito

Requerente:Banco Volkswagen S. A.

Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)

Requerido:Deives Faial Torres Nunes

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 125.

Proc.: [0001726-37.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento

Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)

Requerido:Valmir Oliveira da Silva

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 70.

Proc.: [0001761-26.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S.A.

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)

Executado:Porto Príncipe Agência de Viagens e Turismo Ltda, Vagner Holanda Barros

Certidão do Oficial de Justiça:l

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 39.

Proc.: [0021806-51.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Idelzuita da Silva

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)

Requerido:Banco Comprev

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 18.

Proc.: [0016512-18.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S. A.

Advogado:Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)

Requerido:Vania Luzia do Nascimento Niza

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 59.

Proc.: [0013221-10.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Bradesco Leasing Sa Arrendamento Mercantil

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)

Requerido:Raffaele Itálo Munafo

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 48.

Proc.: [0021333-65.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

Advogado:Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086), José Maria Santos de Carvalho (OAB/AM 1028)

Requerido:Mercadinho Popular Comercial Abreu Ltda Me

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 69.

Proc.: [0021009-80.2010.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco CNH Capital S/A

Advogado:Marcelo Mucci Loureiro de Melo (OAB/SP 144880)

Requerido:Indústria e Comércio de Madeiras Jamari Ltda

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 93.

Proc.: [0006943-61.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)

Requerido:Hedigley de Almeida

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 88.

Proc.: [0019008-54.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Fiat S. A.

Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)

Requerido:Elza Aparecida de Castro

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 64.

Proc.: [0009063-77.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)

Requerido:R N da Silva Mesquita ME

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 70.

Proc.: [0001655-64.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Condomínio Portal das Artes

Advogado:Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)

Requerido:Adelaide Cristina Braga Cruz

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 63.

Proc.: [0014561-86.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Instituto João Neóricio

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Requerido:Ferreira Veículos Ltda

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 22.

Proc.: [0022404-39.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Tiago Moreira Dantas

Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (Doc. não informado), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Requerido:Diadema Comércio de Livros e Informática Ltda Epp

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 77.

Proc.: [0151476-21.2008.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:S. M. Pregos e Parafusos Ltda

Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

Requerido:Claudinei de Oliveira Feitosa

AR Negativo:

Manifeste a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a juntada de AR NEGATIVO. PVH.

Proc.: [0015703-28.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)

Requerido:Rosa Maria Nascimento Spnosa

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 32.

Proc.: [0014575-70.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Instituto João Neóricio

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Requerido:Roney da Silva Costa

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 22.

Proc.: [0016594-49.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE RONDONIA - CAERD

Advogado:Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579), Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884A)

Requerido:Anicizio Moreira dos Santos Netto

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 32.

Proc.: [0009720-53.2010.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)

Requerido:Ivan Gomes Rios

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 65.

Proc.: [0019476-81.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.

Advogado:Thatiane Tupinambá de Carvalho (RO 5086)

Requerido:Edimar Macedo Pereira

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 44.

Proc.: [0004170-38.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Terezinha Mendonça da Silva

Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (RO 535-A)

Requerido:B. F. B. Leasing S. A. Arrendamento Mercantil

DECISÃO :

Vistos, etc. ...1) Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos.2) Assim, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3) Cite-se. Intimem-se.4) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0004166-98.2014.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Sandra de Araujo Cunha

Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Executado:Banco Bradesco S. A

DECISÃO :

DECISÃO SANDRA DE ARAÚJO CUNHA propôs ação de execução de título judicial em face de BANCO BRADESCO S.A, pleiteando a condenação da requerida ao pagamento da astreinte imposta na SENTENÇA proferida nos autos nº 0018096-28.2010.822.0001, que tramitou perante à 3ª Vara da Cível de Porto Velho.Todavia, a execução deveria seguir nos próprios autos em que foi prolatada a SENTENÇA (título judicial que ora se pretende executar).Já houve divergência jurisprudencial e doutrinária a respeito da possibilidade do ajuizamento de ação de execução em novo processo, diverso daquele em que foi prolatada a SENTENÇA exequenda. Todavia, este entendimento já está ultrapassado, tendo sido pacificado posicionamento no sentido de que a ação de execução de título judicial deve ser proposta nos próprios autos em que se proferiu a SENTENÇA .Além disso, há disposição legal expressa, no sentido de que o cumprimento da SENTENÇA efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição (art. 475, P, II, do CPC). Dessa forma, vejo que a execução deverá seguir nos autos nº0018096-28.2010.822.0001, conforme determina a legislação

e jurisprudência pátrias, pelo que declino da competência para a 3ª Vara da Cível desta capital. Encaminhem-se os autos, com as baixas de estilo. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0035205-41.1999.8.22.0001](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Banespa S/A Arrendamento Mercantil

Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)

Executado: José Nobrega da Rocha Filho, Karla Simone Araújo de Oliveira, Alicerce Mineradora Industria e Comercio Ltda

Advogado: José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379B), Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28/A), Alexandre Cardoso da Fonsêca (RO 556), Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28/A)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0004201-58.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Condomínio Residencial Veneto

Advogado: Octavia Jane Lédo Silva (OAB/RO 1160)

Requerido: Dorsila Baldinoti Turatti

DESPACHO :

DECISÃO 1) Cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer a audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 14/05/2014, às 10h, onde poderá oferecer defesa. 2) Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir. 3) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. 4) Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0004195-51.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Condomínio Residencial Pinhais

Advogado: Octavia Jane Lédo Silva (OAB/RO 1160)

Requerido: Maria Idalina Monteiro Rezende

DESPACHO :

DECISÃO 1) Cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer a audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 14/05/2014, às 10:30h, onde poderá oferecer defesa. 2) Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir. 3) Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0004176-45.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Lucas Reis dos Santos

Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Requerido: OI Móvel S/A

DECISÃO :

Vistos, etc. ... 1) Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos. 2) Assim, com

fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3) Cite-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0012308-62.2012.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Metus Construções e Incorporações de Rondônia Ltda

Advogado: Carlos Alberto Cantanhêde de Lima (OAB/RO 3206)

Executado: Denison Carlos da Silva Correa

DESPACHO :

Cite-se no endereço e na forma indicada às fls. 27. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0002932-18.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Giselda Araujo do Monte Silva

Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)

Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

Advogado: Pedro Origa (RO 1953)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0011636-20.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Sirlei Rodrigues da Rocha

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Graça Jacqueline da Cunha Lima (OAB/RO 626A)

Requerido: Banco BMG S. A.

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0006713-19.2011.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Aurimar Lima do Nascimento

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)

Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Advogado: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0011555-71.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jefferson de Brito Garcia

Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Requerido:Madza Confeções Ltda Me

Advogado:Ivaldo Ferreira dos Santos (RO 663-ARO)

DESPACHO :

Vistos, etc. ..O Perito informou conforme fls. 86/87, que os documentos a serem examinados (fls.60/62) são cópias de baixa qualidade e em consequência disso a perícia sofre inúmeras limitações.Dessa forma, intime-se o requerido para trazer os originais dos documentos acostados às fls. 60/62, onde constam a suposta assinatura do autor, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0010804-84.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Lucimar de Oliveira Bispo

Advogado:Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini (OAB/RO 4953)

Requerido:CLARO S/A

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003108-94.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Damaris Ferreira Pereira

Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494), Letícia Borges Ondeí (OAB/RO 5085)

Requerido:União P F N

DESPACHO :

Desentranhe-se a Réplica intempestiva, entregando-a ao seu subscritor.Especifiquem as provas, indicando a necessidade e utilidade. Prazo: 5 (cinco) dias. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003770-24.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Antonia Lucineyde Leite Augusto

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A

DECISÃO :

DECISÃO Vistos, etc. ..Ressalvando entendimento pessoal, o Tribunal de Justiça de Rondônia já firmou posição no sentido de que o cadastro do CCF é privado, não servindo como informação pública na existência de dívida não paga. Daí que os cadastros de devedores, antes de fazer o apontamento desses cheques, devem fazer a notificação exigida pelo Código de Defesa do Consumidor.No caso presente, há elementos suficientes indicando a ocorrência de apontamento sem a notificação prévia.Por isso defiro a antecipação de tutela para determinar a exclusão do apontamento dos cheques, até a solução deste processo. Oficie-se Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à

autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0019608-12.2011.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Walter Júnior de França

Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)

Reclamado:Banco Santander Brasil S/A

Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0001175-86.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Francisca Martins da Silva

Advogado:Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido:CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0012676-37.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Dionei Delfino da Silva

Advogado:Raimundo Façanha Ferreira (OAB/RO 1806), Aluizio Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)

Requerido:Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0020810-53.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Rodrigo Fagundes de Lima, Simone Ribeiro de Macedo Lima

Advogado:Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491)

Requerido:Flávio Eduardo Pascoal Júnior, Cleonice Martins Araújo

Advogado:Masterson Neri Castro Chaves (OAB/RO 5346)

DESPACHO :

Desentranhe-se a Réplica intempestiva, entregando-a ao seu subscritor.Especifiquem as provas, indicando a necessidade e utilidade. Prazo: 5 (cinco) dias. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0021617-44.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Auto Posto Vista Alegre Ltda

Advogado:Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado:Pedro Origa (RO 1953)

DECISÃO :

DECISÃO .Vistos. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0020512-61.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S/A

Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)

Requerido:Giovana Ferreira da Silva

DESPACHO :

Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018270-32.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Simone Cavalcante Parente

Advogado:Leonardo Werneck de Carvalho ()

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

DECISÃO :

DECISÃO Verifico que consta nos autos certidão do dia 21/11/2013 às fls. 38 que o requerido não apresentou contestação. Tendo sido decretada a revelia e SENTENÇA proferida em 10/12/2013.Contudo, em diligência na pasta dos servidores foi encontrada contestação protocolada em 22/11/2013, porém verificando o prazo, a contestação foi apresentada INTIMPESTIVAMENTE. Dessa forma, esclareço que quando falta a contestação, o réu demonstra a intenção de não se defender-se, o que não acontece com a contestação intempestiva, em que o ânimo de defesa é manifesto, embora manifestado fora do prazo legal. Porém, ambas situações sofrem consequências análogas, porque os fatos alegados na contestação intempestiva não serão apreciados pelo juiz, da mesma forma como não são quando não contestada a ação, dado que o art. 319 do CPC considera verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Dessa forma, não vejo prejuízo a SENTENÇA proferida às fls. 39/41.Assim, certifique-se a escrivania se houve a intimação do advogado da ré sobre o teor da SENTENÇA , caso negativo, providencie a escrivania nova intimação. Após, certifique-se o trânsito em julgado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0021408-12.2010.8.22.0001](#)

Ação:Prestação de Contas - Exigidas

Requerente:Hermes Gomes da Silva

Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)

Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia

Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114), Fábio Antônio Moreira. (OAB/RO 1553)

DECISÃO :

DECISÃO Verifico que a ação movida foi julgada improcedente, restando o autor sucumbente em todos os pedidos, tendo o Tribunal de Justiça confirmando a SENTENÇA .Em consequência a parte requerida, CERON, requereu o

cumprimento de SENTENÇA , sendo deferido, e pela inércia da parte autora, a ré requereu a penhora pelo sistema BACENJUD na conta do executado.Contudo, verifico que houve um equívoco no momento da penhora, tendo em vista que foi realizada erroneamente na conta da ré.Dessa forma expeça-se alvará de levantamento da quantia penhorada às fls. 66 em valor do requerido. Intime-se o autor para efetuar o pagamento do débito ou comprovar que o fez, no prazo de 03(três) dias, sob pena de penhora.Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016482-85.2010.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Ensino Superior da Amazônia - AESA

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Executado:Jose da Silva dos Santos

DECISÃO :

Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias.Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018036-50.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Wilson Farias

Advogado:Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)

Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

DESPACHO :

Desentranhe-se a Réplica intempestiva, entregando-a ao seu subscritor.Especifiquem as provas, indicando a necessidade e utilidade. Prazo: 5 (cinco) dias. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016442-98.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ricardo Tavares de Souza

Advogado:Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)

Requerido:Provedor Terra Internet, Banco Bradesco Sa Agência Nova Mutum

Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111), Diego Dutra Wallauer (OAB/RS 82209), David Alexander Carvalho Gomes (OAB/RO 6011)

DESPACHO :

DESPACHO Desentranhem-se as réplicas intempestivas, entregando-as ao seu subscritor.Especifiquem as provas, indicando a necessidade e utilidade. Prazo: 5 (cinco) dias. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0004023-12.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Jose Martins dos Santos

Advogado:Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)

Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A

DECISÃO :

Vistos. Considerando que há neste Juízo muitas ações sumárias que versam sobre DPVAT e que durante a realização das audiências de conciliação, instrução e julgamento é constatada a necessidade de realização de perícia para aferir a invalidez alegada pelo autor(a) e seu grau, determino que seja previamente realizada a perícia médica requerida na inicial. Nomeio como perito do juízo o médico ANTÔNIO CIPRIANO GURGEL DO AMARAL. Desde já fixo os honorários periciais em R\$ 800,00, que é a quantia regularmente pleiteada neste juízo a título de honorários pelo perito, sem objeção das partes. Determino a citação do requerido e sua intimação para que deposite o valor dos honorários periciais, devendo apresentar quesitos no prazo de 5 dias da juntada da AR de citação, ressaltando que a apresentação de defesa seguirá o rito do procedimento sumário. Cite-se o Requerido, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer à audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 14/05/2014, às 11h, onde poderá oferecer defesa. Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir. Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004051-77.2014.8.22.0001

Ação: Alvará Judicial

Requerente: Francisco Janes Fontenele Felício

Advogado: Meirivone Miranda de Souza (OAB/RO 3127),

Edmilson José de Oliveira Pedrosa (OAB/RO 636)

DECISÃO :

DECISÃO Verifico que a petição inicial não narra os fatos com lógica e clareza. Sendo que lhe falta pedido, causa de pedir, bem como não traz quem seria o réu da causa. Assim, o art. 284 do CPC prevê que, "verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos art. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias". Dessa forma, intime-se o autor para emendar a inicial esclarecendo os fatos, e trazendo a petição inicial preenchida com os devidos requisitos do artigo 282, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0019544-51.2001.8.22.0001

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Petróleo Sabbá S/A, Sandra Maria Marques Vidal de Menezes

Advogado: Chrystiane Lésleie Muniz (OAB/RO 998), João Closs Junior (OAB-RO. 327-A)

Requerido: Comercio de Derivados de Petroleo Sol Ltda., Marcos Tadeu Marques Vidal, Raimundo Nonato Sales de Menezes

Advogado: Defensor Publico (RO. 000.), Carlos Alberto Cantanhêde de Lima (OAB/RO 3206)

DESPACHO :

Analisando detidamente os autos, verifiquei possuir razão a parte autora, uma vez que às fls. 73/76 a Oficiala de Justiça, Sheila Maria. F. Mendonça realmente localizou o imóvel não localizado pela Oficiala de Justiça Juiara Nicacio dos Santos Biesek. Por isso, defiro o pedido da parte exequente e determino

a redistribuição do Mandado de Penhora, Avaliação para a Oficiala Sheila Maria F. Mendonça para cumprimento. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023202-63.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Priscila de Freitas Lopes

Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828)

Requerido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A., Banco Santander Brasil S.a.

DESPACHO :

Intime-se a parte ré Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. para manifestar sobre o pedido realizado pela parte autora às fls. 25/27, no prazo de 10(dez) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023965-35.2011.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria das Gracas Mourao

Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Requerido: Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda

Advogado: Raimundo de Alencar Magalhães (OAB/RO 105), Deniele Ribeiro Mendonça (OAB/RO 3907)

DESPACHO :

Defiro o pedido de substituição da testemunha. Para sua oitiva, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27.3.2014, às 12h. Intimem-se as partes e a testemunha. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0038141-87.2009.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jeoval Pereira de Souza, Rozana de Jesus Souza Barreto, Fernando Luiz Pereira Souza, Jocilia Maria de Queiroz Bastos Felix

Advogado: Valnei Gomes da Rocha (SSP/RO 2479), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)

Requerido: GN Incorporadora e Construtora Ltda, Ronaldo Scorza Gonçalves

Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)

DECISÃO :

DECISÃO .Vistos. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020645-06.2013.8.22.0001

Ação: Exibição

Requerente: Maria Celi Oliveira da Silva

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido: Banco Comprev

Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)

DECISÃO :

Trata-se de ação de exibição de documentos que Maria Celi Oliveira da Silva propôs em face de Banco COMPREV. Analisando os autos verifiquei que o endereço para efetuar a citação do réu era o endereço do IPAM - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho/RO. Erroneamente, o IPAM recebeu a citação e apresentou defesa. Determinada a manifestação da parte autora, apresentou novo endereço da parte ré e requereu a citação do Banco COMPREV. Não há de se falar em excluir o IPAM da lide, uma vez que não faz parte dos autos. Por isso, defiro o pedido da parte autora e determino a citação do Banco COMPREV no endereço indicado às fls. 30. Expeça-se carta precatória à Comarca de Rio de Janeiro/RO. Destaco que o IPAM não é parte neste processo e não deverá receber qualquer comunicação processual posterior à desta DECISÃO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018909-50.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Sebastião Lourenço da Silva

Advogado: Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)

Requerido: Natura Cosméticos S/A

Advogado: Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)

DESPACHO :

Os autos vieram conclusos para análise de duas petições. Uma da parte ré, de depósito da condenação e outra da parte autora, pedido de cumprimento de SENTENÇA. Considerando que a petição da parte devedora fora juntada anteriormente ao pedido de cumprimento de SENTENÇA efetuado pelo credor, intime-se o Credor para se manifestar do depósito realizado pela parte ré, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018191-92.2009.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: S M Pregos e Parafusos Ltda

Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

Executado: Thiago Lima Etcheverry

DECISÃO :

Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias. Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016127-70.2013.8.22.0001](#)

Ação: Exibição

Requerente: Raimunda da Silva Santos

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido: Banco Bradesco S. A. (Ibi)

DECISÃO :

DECISÃO. Vistos. Certifique-se o trânsito em julgado. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA. No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15

dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016282-83.2007.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar

Advogado: (), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)

Executado: Ferroforte Mat. para Construção Ltda - ME

Advogado: Sinomar Francisco dos Santos (RO 4815)

DESPACHO :

Considerando as informações prestadas pelo advogado Vítor Martins Noé, intemem-se as partes para se manifestarem, requerendo o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0002055-78.2013.8.22.0001](#)

Ação: Exibição

Requerente: Evaldo Liandro Barboza

Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido: Crefisa S A Crédito Financiamento e Inventimentos

Advogado: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar do depósito realizado, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0093411-04.2006.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Banco Rural S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Executado: Aquarius Comércio e Serviços de Limpeza Ltda, Laertes Ribeiro de Oliveira

DESPACHO :

A parte exequente requereu o deferimento da assistência judiciária gratuita, o que já foi indeferido pelo magistrado às 149. Por isso, indefiro o pedido de fls. 150/156, mantenho inalterada esta DECISÃO e determino seu cumprimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0169638-74.2002.8.22.0001](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Banco Rural S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Requerido: N. R. Comércio de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda

Advogado: Defensoria Pública (000000000000000000)

DECISÃO :

Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias. Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0001753-20.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Alfa Casa & Comércio de Materiais Para Construção Ltda

Advogado:Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046)

Executado:Pedro Luciano Federigi Junior

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0017065-02.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco S.A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Amaro da Silva Semião

DECISÃO :

DECISÃO .Vistos. Certifique-se o trânsito em julgado.A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0012195-11.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Gisele Fernandes

Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Ivanilson Lucas Cabral (OAB/RO 1104)

Requerido:14 Brasil Telecom Celular S/A, Serasa S. A.

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar do depósito efetuado pelo devedor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0001496-87.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Frigo Dez Frigorifico Ltda

Advogado:Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)

Requerido:CENTRAIS ELETRICA DE RONDONIA

DECISÃO :

Foi indeferido o pedido de diferimento de custas e determinada a emenda à inicial.A parte autora agravou da DECISÃO . O Egrégio Tribunal de Justiça não conheceu do recurso, restando mantida a DECISÃO deste juízo.Em continuação à análise da inicial, recebo a emenda.Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas são suficientes para o convencimento deste juízo, motivo pelo qual defiro a antecipação de tutela pleiteada, a fim de determinar que a ré se abstenha de efetuar o corte do fornecimento de energia elétrica na empresa autora, em virtude dos débitos discutidos nestes autos, até DECISÃO final desta lide. Pena: multa de 500,00 (Quinhentos reais) por dia, até o limite de R\$10.000,00 (Dez mil reais). Saliento que a liminar alcança apenas o débito discutido nesta demanda, sendo que a empresa autora deverá efetuar o

pagamento das faturas de energia elétricas que não são objetos desta lide.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0020666-50.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:Banco Santander S.A.

Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)

Requerido:Aristoteles de Araújo Almeida

DECISÃO :

Trata-se de ação de execução de título extrajudicial que Banco Santander S.A. propôs em face de Aristoteles de Araújo Almeida.A parte autora, ante a não localização da parte ré, requereu seja oficiado ao BACEN, ao TRE, bem como às empresas de telefonia, a fim de ter o endereço atualizado do réu.Indefiro os pedidos, pois estas diligências para busca do atual endereço do réu são de responsabilidade e ônus da parte autora. Os arquivos restritos somente poderão ser consultados quando a parte esgotar todos os meios possíveis de busca e não houver outra alternativa. Desde logo indefiro definitivamente a pesquisa junto ao cadastro eleitoral, por ser de acesso exclusivo para a Justiça Eleitoral, com exceção apenas de uso para localização de pessoa pela Justiça criminal, quando necessário.Por isso, intime-se a parte autora para dar fiel cumprimento na ação, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018944-15.2010.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Gretty Barbery Oliveira

Advogado:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)

Executado:MBM Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado:Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401), Érica Vargas Volpon (OAB/RO 1960)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0146114-04.2009.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Natalicio Magalhães Ferreira

Advogado:Fausto Schumacher Ale (OAB/RO 4165), José Ademir Alves (RO 618), Marcos Roberto da Silva Santos (OAB/RO 1039/RO)

Requerido:União P F N

Advogado:Procurador do INSS ()

DESPACHO :

Intime-se o INSS para se manifestar da panilha de cálculos apresentados pela parte autora, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020310-21.2012.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Erica Regina Ferreira Vieira, ELIZANGELA IZIDORO GÓIS, Queila Izidoro Góis Soares

DECISÃO :

Aguarde-se a devolução da Carta Precatória. Suspendo o andamento do feito até o dia 01/6/2014, que poderá ser reativado se a Carta retornar antes desse período. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0151557-67.2008.8.22.0001

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Marlon Isidoro Canterle Machado

Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

Requerido:R. de Souza Figueiredo e Cia Ltda ME

DECISÃO :

Considerando que o processo é antigo, que todas as diligências realizadas para localização de bens da empresa executada restaram frustradas e verificando que a mesma não demonstrou interesse em pagar espontaneamente o débito executado, defiro a desconsideração da personalidade jurídica. Saliento que não há necessidade de citação dos sócios da empresa executada, conforme jurisprudência já pacificada do STJ, in verbis: 'DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS. OBSERVÂNCIA. CITAÇÃO DOS SÓCIOS EM PREJUÍZO DE QUEM FOI DECRETADA A DESCONSIDERAÇÃO. DESNECESSIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDOS COM A INTIMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA . VIA ADEQUADA PARA A DISCUSSÃO ACERCA DO CABIMENTO DA DISREGARD. RELAÇÃO DE CONSUMO. ESPAÇO PRÓPRIO PARA A INCIDÊNCIA DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO. ART. 28, § 5º, CDC. PRECEDENTES. 1. A desconsideração da personalidade jurídica é instrumento afeito a situações limítrofes, nas quais a má-fé, o abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial estão revelados, circunstâncias que reclamam, a toda evidência, providência expedita por parte do Judiciário. Com efeito, exigir o amplo e prévio contraditório em ação de conhecimento própria para tal mister, no mais das vezes, redundaria em esvaziamento do instituto nobre. 2. A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de SENTENÇA ou exceção de pré-executividade. 3. Assim, não prospera a tese segundo a qual não seria cabível, em sede de impugnação ao cumprimento de SENTENÇA , a discussão acerca da validade da desconsideração da personalidade jurídica. Em realidade, se no caso concreto e no campo do direito material fosse descabida a aplicação da Disregard Doctrine, estar-se-ia diante de ilegitimidade passiva para responder pelo débito, insurgência apreciável na via da impugnação, consoante art. 475-L, inciso IV. Ainda que assim não fosse, poder-se-ia cogitar de oposição de exceção de pré-executividade, a qual, segundo

entendimento de doutrina autorizada, não só foi mantida, como ganhou mais relevo a partir da Lei n. 11.232/2005. 4. Portanto, não se havendo falar em prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, em razão da ausência de citação ou de intimação para o pagamento da dívida (art. 475-J do CPC), e sob pena de tornar-se infrutuosa a desconsideração da personalidade jurídica, afigura-se bastante - quando, no âmbito do direito material, forem detectados os pressupostos autorizadores da medida - a intimação superveniente da penhora dos bens dos ex-sócios, providência que, em concreto, foi realizada. 5. No caso, percebe-se que a fundamentação para a desconsideração da pessoa jurídica está ancorada em "abuso da personalidade" e na "ausência de bens passíveis de penhora", remetendo o voto condutor às provas e aos documentos carreados aos autos. Nessa circunstância, o entendimento a que chegou o Tribunal a quo, além de ostentar fundamentação consentânea com a jurisprudência da Casa, não pode ser revisto por força da Súmula 7/STJ. 6. Não fosse por isso, cuidando-se de vínculo de índole consumerista, admite-se, a título de exceção, a utilização da chamada "teoria menor" da desconsideração da personalidade jurídica, a qual se contenta com o estado de insolvência do fornecedor somado à má administração da empresa, ou, ainda, com o fato de a personalidade jurídica representar um "obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores", mercê da parte final do caput do art. 28, e seu § 5º, do Código de Defesa do Consumidor. 7. A investigação acerca da natureza da verba bloqueada nas contas do recorrente encontra óbice na Súmula 7/STJ. 8. Recurso especial não provido.' (REsp 1096604/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 16/10/2012) Assim, proceda-se a penhora de imediato, conforme pleiteado. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0024088-62.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Suelane Matos da Rocha

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)

Requerido:Banco BMG S/A

DECISÃO :

Vistos, etc. .. Trata-se de ação declaratória de cobrança ilegal cumulada com pedido de repetição de indébito e revisão de contrato que Maria Suelene Matos da Rocha propôs em face de Banco BMG S/A. Determinada a adequação do valor da causa, bem como o pagamento da diferença das custas, a parte autora agravou desta DECISÃO , sob o fundamento de que não tem como arcar com o valor da diferença das custas. Foi negado seguimento ao recurso, pois é manifestamente inadmissível. A título de emenda à inicial a autora adequou o valor da causa e requereu o deferimento da assistência judiciária gratuita. Juntou contra-cheque a fim de demonstrar sua hipossuficiência (fls. 55/56). É o relatório. Decido. Recebo a emenda à inicial. Defiro a partir de agora a assistência judiciária gratuita requerida. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0007890-18.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Distribuidora de Carne Santa Elvira Ltda

Advogado:Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)

Requerido:Balbina Evangelista Monteiro

Advogado:Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)

DECISÃO :

Considerando que o processo é antigo, que todas as diligências realizadas para localização de bens da executada restaram frustradas e verificando que a mesma não demonstrou interesse em pagar espontaneamente o débito executado, defiro a desconsideração inversa da personalidade jurídica. Assim, proceda-se a penhora da empresa de propriedade da Executada de imediato, conforme pleiteado.Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0001807-49.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Letícia Borges Ondeí

Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)

Requerido:Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A.

Advogado:Luana de Sousa Seabra (OAB/RJ 160313)

DESPACHO :

Intime-se a Credora para adequar sua petição de cumprimento de SENTENÇA a fim de que conste os requisitos legais, como pedido certo e planilha atualizada de seu crédito, no prazo de 5 dias.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0023248-23.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Paulo Alves da Silva, Maria Tenorio da Silva

Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)

Executado:Santo Antônio Energia S.A.

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0002783-90.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ítala da Silva Oliveira, Elias da Silva Oliveira

Advogado:Geovanni da Silva Nunes (OAB/RO 2421)

Requerido:União P F N

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar sobre o depósito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0020173-73.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Holanda & Cavalcanti Maple Bear

Advogado:Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)

Requerido:Felipe Pereira Nunes

DECISÃO :

Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias.Passado esse

prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0000794-49.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Luciano Jorge Teixeira Leite

Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953)

Requerido:Banco BMG S/A

Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

DESPACHO :

Intime-se o Devedor para efetuar o pagamento do débito ou comprovar que o fez, no prazo de 03(três) dias, sob pena de penhora.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0023065-86.2010.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S. A.

Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)

Executado:Nortevet Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda, Paulyne de Brito Cunha

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0018580-09.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Benezael Lages Bentes

Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)

Requerido:H S B C Bank Brasil S A

DECISÃO :

DECISÃO .Vistos. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0017949-02.2010.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Flytour Agencia de Viagens e Turismo Ltda

Advogado:Denise Marin (OABSP 141662), Raquel Frattini (OABSP 223176)

Requerido:Saturno Consultoria de Viagens e Turismo Ltda, Eudes Kang Tourinho, Francisco Elder Souza de Oliveira

DESPACHO :

Intime-se o Devedor para efetuar o pagamento do débito ou comprovar que o fez, no prazo de 03(três) dias, sob pena de penhora.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0017474-46.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda

Advogado:Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)

Requerido:Samaritano Business Of Wood Ltda

DECISÃO :

DECISÃO .Vistos. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0250661-95.2009.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:SBS - Empreendimentos Ltda

Advogado:Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Allan Pereira Guimarães (OAB/ RO 1.046)

Requerido:Rosângela Maria Rodrigues

DECISÃO :

Vistos. De fato, houve indeferimento indevido da petição inicial de liquidação de SENTENÇA (fls. 155), pois o autor havia realizado a emenda no prazo legal, tendo ocorrido, inclusive, a citação.Ocorre que após a prolação da SENTENÇA , somente o segundo grau de jurisdição tem competência para reformá-la, sendo defeso ao juízo, após o trânsito em julgado, modificá-la. Esse é o caso dos autos. Ocorreu o trânsito em julgado porque a parte interessada não recorreu do julgado.No entanto, o art. 268, parágrafo único do CPC, permite ao autor que ajuíze novamente ação extinta sem julgamento do mérito, no limite de 3 vezes.Sendo assim, se for interesse do Credor, deverá protocolar nova petição inicial de liquidação de SENTENÇA a fim de que seja analisada pelo juízo.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0089269-49.2009.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Manoel Saraiva Silva

Advogado:José Assis (OAB/RO 2332)

Requerido:União P F N

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0147860-38.2008.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Eric Marie de Champeaux de La Boulaye

Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)

Requerido:Banco Itaú Holding Financeira S.a Não Usar. Cadastro Duplo

Advogado:Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar sobre o depósito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0021960-06.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nealdo da Silva Nascimento

Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)

Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA

Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)

DESPACHO :

Intime-se a seguradora Ré para depositar o valor dos honorários periciais, no prazo de 5 dias, sob pena de não realização da prova técnica, quando considerar-se-á contra si o que seria comprovado através da perícia.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0017796-95.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Edvaldo Vaz da Silva

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)

Requerido:Banco Finasa S. A.

DESPACHO :

Expeça-se alvará de levantamento.Após, dê-se baixa e arquivem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016150-50.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Adriana Cordeiro de Souza

Advogado:Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)

Requerido:União P F N

Advogado:Procurador da União (0000)

DESPACHO :

Intimem-se as partes sobre a data designada para perícia (fls. 80), devendo a parte autora providenciar os documentos solicitados pelo perito.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0016403-72.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Carlos Geraldo Oliveira de Araújo

Advogado:Iarlei de Jesus Ribeiro (OAB/RO 4488), Jeanne

Salviano da Silva do Couto Ramos (OAB/RO 3927)

Requerido:Construtora BS Ltda

Advogado:Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0009424-60.2012.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:T. L. do B. S. A. A. M.

Advogado:Marili Daluz Ribeiro Taborda (OAB/RO 4759)

Executado:O. J. S.

DECISÃO :

Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias.Passado esse

prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0001954-75.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Francineide de Miranda

Advogado:Raimundo Façanha Ferreira (OAB/RO 1806), Aluizio

Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)

Requerido:Banco Daycoval S/A

Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar sobre o depósito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0006957-45.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S/A

Advogado:Cynthia Durante (OAB/RO 4.678)

Requerido:Waldiva Lopes da Cruz Silva

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)

DESPACHO :

Considerando a certidão de fls. 154, certifique-se a Escrivania se houve a republicação da SENTENÇA .Suspendo o andamento da execução de honorários (cumprimento de SENTENÇA) até que se confirme o trânsito em julgado.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0246298-65.2009.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Leia Carolina Lisowski

Advogado:Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)

Requerido:Kato Construção Civil Ltda

Advogado:Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO

796), Antonio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311), Alexandre

Wascheck de Faria (OAB/RO 924)

DECISÃO :

Trata-se de ação monitória proposta por LEIA CAROLINA LISOWSKI em face de KATO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, sendo opostos embargos, alegando que houve compromisso expresso no contrato, o que excluiria a análise do judiciário. Por isso o feito foi extinto sem resolução de mérito (fls.61/62).Em recurso de apelação, a SENTENÇA foi reformada e o processo retornou a este juízo para prosseguimento do feito e realização de instrução processual.Na data da audiência, o representante da empresa KATO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA informou que nunca constituiu advogado para atuar neste processo e disse que a assinatura aposta na procuração de fls. 24 não é sua (fls. 117).Diante desta controvérsia, a advogada Isabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso foi intimada e informou que foi procurada em seu escritório pelo representante da empresa Ré, que lhe outorgou procuração legitimamente.Intimada para se manifestar, a empresa Ré quedou-se inerte.Vejo que a atitude processual da empresa KATO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA é de evidente má-fé.Na DECISÃO proferida às fls. 128 este juízo intimou o representante da Requerida para se manifestar sobre as informações prestadas pela advogada Isabel Celina, pois ele havia alegado que nunca havia outorgado procuração à

advogada.Ocorre que na referida DECISÃO , este juízo já deixou claro que a assinatura constante na procuração é idêntica à assinatura que apôs na ata de audiência.Assim, não havendo a parte se manifestado, resta evidente que constituiu a advogada para atuar em seu favor e levantou a suspeita de falsificação de procuração no intuito exclusivo de procrastinamento do feito. Atitudes como esta não podem passar em branco e devem ser punidas com o rigor da Lei.Por isso, desde já, reconheço a litigância de má-fé da empresa Requerida/Embargante KATO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA e a condeno, com fulcro no art. 18 do CPC, ao pagamento de multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), mais 5% sobre o valor da causa atualizado, a título de litigância de má-fé.Prossiga-se o feito com a realização da audiência de instrução e julgamento, em cumprimento da DECISÃO do Tribunal de Justiça, que designo para o dia 24/04/2014, às 12 horas.Intimem-se as partes e as testemunhas arroladas.A parte ré deverá indicar novo defensor, uma vez que é evidente que a advogada ISABEL não terá condições de continuar na defesa dos seus interesses nos processo. Caso a embargante KATO não constitua novo patrono, o feito correrá à sua revelia. Intime-se o representante da empresa por carta com AR desta DECISÃO , para ciência e constituição de novo patrono.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0006189-51.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Aline Queiroz Gomes

Advogado:Sebastião Uendel Galvão Roberto (OAB/RO 1730)

Requerido:Claro S/A, Crediário Souza Dois

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Jarbas Moura de Souza (OAB / RO 1246)

DESPACHO :

Intime-se o Credor para se manifestar sobre o depósito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003004-05.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francisco Ozemar Leitão de Souza

Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:Banco Daycoval S/A

Advogado:Paulo Bardella Caparelli (216.411), Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (198.088)

DECISÃO :

Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0026039-28.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Cleuma Moura Bezerra

Advogado:Felipe Gurjão Silveira (OAB/RO 5320)

Requerido:MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA - CONTINENTAL ELETRODOMÉSTICOS

Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)

DESPACHO :

DECISÃO .Vistos. A parte autora já requereu o cumprimento de SENTENÇA .No entanto, é necessária a intimação da parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação,

no prazo de 15 dias, conforme nova posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intime-se a parte devedora, por via de seu advogado, para pagar o valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da multa do artigo 475-J do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0025111-77.2012.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Yamaha Administradora de Consorcio Ltda
Advogado:Edemilson Koji Motada (OAB /SP 231.747)
Requerido:Jardel Paulino da Silva

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Trata-se de ação de busca e apreensão pelo Decreto Lei 911/69, onde foi deferida a liminar (fls. 32). Considerando que até a presente data não ocorreu a citação do requerido ou a localização do veículo, o autor pleiteou a conversão da presente demanda em execução por crédito (fls. 46/48).Ocorre que é juridicamente impossível a conversão da busca e apreensão em execução. O que o art. 5º do Decreto Lei 911/69 permite é o ajuizamento de ação executiva, se o Credor preferir, mas não pode ocorrer a conversão enquanto a ação de busca e apreensão estiver em andamento.É o entendimento já pacificado do STJ, in verbis: não pode o credor amparado por contrato de alienação fiduciária propor ao mesmo tempo a ação de busca e apreensão e a execução (STJ, 3ª Turma, RESP 450990, Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 26.06.203). Elas são, necessariamente, duas ações distintas. Além disso, a parte autora fundamentou seu pedido de conversão no art. 294 do CPC que trata de aditamento à inicial. Ocorre que o aditamento à inicial é o ato de emendar, reformar ou alterar o conteúdo do pedido, não havendo possibilidade de substituição do tipo e rito da ação, como é o caso.O que se deve fazer é a extinção do presente feito a fim de que o Credor possa ajuizar ação executiva própria.Não havendo mais interesse da parte no prosseguimento da busca e apreensão,a extinção do feito pela perda do objeto é medida que se impõe.Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, julgo extinto o processo pela perda do objeto, nos termos do art.267, IV do CPC.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia.Após, dê-se baixa e archive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0016356-30.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Doriana Gomes de Lima
Advogado:Franklin Moreira Duarte (OAB/RO 5748)
Requerido:Sul América Seguros de Vida S. A.
DESPACHO :

Intime-se o Perito para iniciar os trabalhos, liberando-se 50% dos honorários depositados.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0107989-35.2007.8.22.0001

Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa Excluir Cadastro Educação Assistência Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar..excluir Duplicidade
Advogado:(), Vitor Martins Noé (RO 3035)
Executado:Rondoterra Construções e Terraplanagem Ltda

Advogado:Paulo Cesar Rodrigues de Araújo (OAB/RO 3182)
DECISÃO :

Vistos, etc. ...Trata-se de ação de execução que Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar propôs em face de Rondoterra Construções e Terraplanagem LTDA. Atualmente o processo se encontra em fase de cumprimento de SENTENÇA .Os patronos da credora requereram sejam destacados os seus honorários sucumbenciais e contratuais. Alegaram que foi depositada a quantia de R\$ 100.002,35 no autos 0124134-35.2008.822.0001, suficiente para pagamento de seus honorários. Requereram a união deste processo com outro envolvendo as mesmas empresas.É o relatório. Decido. Indefero o pedido de apensamentos dos autos porque, em que pese tratem-se das mesmas partes, os pedidos e a causas de pedir são diversas, por isso, não há que se falar em conexão ou continência entre as ações.Há nos autos quatro créditos, o principal que pertence à FIMCA e três pertencentes aos seus antigos patronos.Com relação ao pedido de contagem e separação dos honorários sucumbenciais referentes a estes autos e aos embargos que correram apartados, defiro o pedido de destaque, mas não de forma a penhorar os valores depositados nos autos 00124134-35.2008.8.22.0001. Naquele processo trata-se de outro crédito diferente que a FIMCA tem com a ré RONDOTERRA.O recebimento dos honorários advocatícios são dependentes do recebimento do crédito principal pelo seu cliente, dentro do processo de cobrança.Vejo também que os honorários contratuais também são devidos e deverão ser resguardados para garantir uma futura cobrança judicial.Este é o sentido das decisões do STJ:PROCESSO CIVIL – DESAPROPRIAÇÃO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE DAR QUANTIA CERTA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS – RECEBIMENTO PELO PATRONO – APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 22, CAPUT E § 4º, 23 E 24, CAPUT E § 1º, DA LEI 8.906/94.1. Prequestionamento implícitodosdispositivosinfraconstitucionais, ficando prejudicada a análise da violação do art. 535, do CPC.2. A lei possibilita ao advogado da causa, por ocasião do recebimento dos valores por precatório ou por levantamento de valores depositados em juízo, a separação do quantitativo dos honorários contratados, protegendo esse direito autônomo do patrono de uma futura cobrança judicial.3. Questões surgidas em relação à execução dos honorários convencionados entre as partes devem ser resolvidas de forma incidental no bojo dos mesmos autos.4. Recurso especial conhecido e provido.(REsp 780924/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2007, DJ 17/05/2007, p. 228).Assim, a fim de garantir a execução e o pagamento dos créditos de honorários existentes e fixados nestes autos, apenas, determino a penhora do imóvel, sala comercial, nº 410, 4º andar, tipo I, situado no Centro Empresarial de Porto Velho, que estava penhorado nos autos descritos acima.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0124134-35.2008.8.22.0001

Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educ. Assist. Comun. e Cult. Mª Coelho Aguiar
Advogado:Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Executado:Rondoterra Construções e Terraplanagem Ltda

Advogado:Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB/RO 4115), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288), Evandro Freitas de Farias (OAB/RO 444E)

DECISÃO :

Vistos etc. ..Trata-se de ação de execução que Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar propôs em face de Rondoterra Construções e Terraplanagem LTDA. Atualmente os autos se encontram em fase cumprimento de SENTENÇA .Houve penhora de dois imóveis pertencentes à executada e a determinação de hasta pública para a venda. A primeira hasta ocorreu em 4.2.2014, mas não houve licitante. Com o intuito de evitar a venda dos imóveis em hasta pública, a executada efetuou o pagamento do valor que entende ser correto (fls. 143/146). Requereu o cancelamento da praça, bem como a extinção do feito.A DECISÃO de fls. 147 suspendeu a realização da praça. Em complemento a esta DECISÃO , vejo que antes da efetuação do pagamento, os antigos patronos da exequente apresentaram nos autos petição requerendo o destaque dos seus honorários, tanto os sucumbenciais como os contratuais (fls. 127/138).É o relatório. Decido.Analisando os autos, verifiquei que ocorreu a troca dos patronos da exequente, bem como que os antigos advogados possuem o direito de receber valores a títulos de honorários sucumbenciais os valores determinados nesta lide (fls. 57) e os dos embargos à execução que correram apensos à estes (fls. 78/82), o que deve ser deferido pois os honorários são devidos aos advogados e tratam-se de verbas próprias do patrono. Destaco que os advogados VITOR e ROSECLEIDE atuaram durante longo tempo no processo e somente o deixaram há pouco, praticamente no seu final, sendo-lhes devidos os honorários fixados na inicial e nos embargos pela sua atuação nos feitos.Com relação aos honorários contratuais, eles são devidos e deverão ser resguardados para garantir o pagamento.Este é o sentido das decisões do STJ:PROCESSO CIVIL – DESAPROPRIAÇÃO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE DAR QUANTIA CERTA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS – RECEBIMENTO PELO PATRONO – APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 22, CAPUT E § 4º, 23 E 24, CAPUT E § 1º, DA LEI 8.906/94.1. Prequestionamento implícitodosdispositivosinfraconstitucionais,ficandoprejudicada a análise da violação do art. 535, do CPC.2. A lei possibilita ao advogado da causa, por ocasião do recebimento dos valores por precatório ou por levantamento de valores depositados em juízo, a separação do quantitativo dos honorários contratados, protegendo esse direito autônomo do patrono de uma futura cobrança judicial.3. Questões surgidas em relação à execução dos honorários convencionados entre as partes devem ser resolvidas de forma incidental no bojo dos mesmos autos.4. Recurso especial conhecido e provido.(REsp 780924/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2007, DJ 17/05/2007, p. 228). negritei.Antes de qualquer liberação de valores ou extinção da execução, intime-se a exequente, através de seus novos patronos, para dizer se concorda com o valor depositado, requerendo o que entender de direito em 5 (cinco) dias.Intimem-se, também, os antigos advogados da exequente para que apresentem nos autos cálculos atualizados dos valores dos honorários sucumbenciais que receberão posteriormente em 5 (cinco) dias.Determino a liberação da penhora realizada às fls. 109/111.Após, venham os autos conclusos para análise e determinação dos valores que a exequente e seus antigos patronos receberão, através de expedição de alvará de levantamento.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003680-16.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Hélison da Silva Desmarest

Advogado:Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

DECISÃO :

Vistos. Considerando que há neste Juízo muitas ações sumárias que versam sobre DPVAT e que durante a realização das audiências de conciliação, instrução e julgamento é constatada a necessidade de realização de perícia para aferir a invalidez alegada pelo autor(a) e seu grau, determino que seja previamente realizada a perícia médica requerida na inicial. Nomeio como perito do juízo o médico ANTÔNIO CIPRIANO GURGEL DO AMARAL. Desde já fixo os honorários periciais em R\$ 800,00, que é a quantia regularmente pleiteada neste juízo a título de honorários pelo perito, sem objeção das partes. Determino a citação do requerido e sua intimação para que deposite o valor dos honorários periciais, devendo apresentar quesitos no prazo de 5 dias da juntada da AR de citação, ressaltando que a apresentação de defesa seguirá o rito do procedimento sumário. Cite-se o Requerido, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer à audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 7/5/2014, às 10:00h, onde poderá oferecer defesa. Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir.Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida.Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003682-83.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Juarez Carlos Antunes

Advogado:Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

DECISÃO :

Vistos. Considerando que há neste Juízo muitas ações sumárias que versam sobre DPVAT e que durante a realização das audiências de conciliação, instrução e julgamento é constatada a necessidade de realização de perícia para aferir a invalidez alegada pelo autor(a) e seu grau, determino que seja previamente realizada a perícia médica requerida na inicial. Nomeio como perito do juízo o médico ANTÔNIO CIPRIANO GURGEL DO AMARAL. Desde já fixo os honorários periciais em R\$ 800,00, que é a quantia regularmente pleiteada neste juízo a título de honorários pelo perito, sem objeção das partes. Determino a citação do requerido e sua intimação para que deposite o valor dos honorários periciais, devendo apresentar quesitos no prazo de 5 dias da juntada da AR de citação, ressaltando que a apresentação de defesa seguirá o rito do procedimento sumário. Cite-se o Requerido, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer à audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 7/5/2014, às 9:30 h, onde poderá oferecer defesa. Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir.Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida.Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003502-67.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Condomínio Garden Village

Requerido:Conceição de Maria Torres Gedeon

DESPACHO :

DECISÃO 1) Cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer a audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 7/5/2014, às 9 h, onde poderá oferecer defesa. 2) Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir.3) Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003536-42.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Antônio Olmar Mulinari

Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)

Requerido:Natal Diesel Turbo Ltda ME

DECISÃO :

O autor na petição inicial comprova o pagamento à vista do conserto do maquinário no valor de R\$ 4.500,00, bem como a compra de sementes no valor de R\$ 11.720,00, o que totaliza um valor considerável. O valor das custas iniciais da presente ação totalizam o valor de R\$ 285,00, onde chego a conclusão de que o autor tem condição de suportar tal despesa. Motivo pelo qual indefiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, efetuando o recolhimento das custas, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003541-64.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Tiago José Pimenta de Santana

Advogado:Greyce Avello Corrêa (OAB/RO 5676)

Requerido:Itaú Unibanco S. A., Serasa Experian

DECISÃO :

Vistos, etc. ...1) Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos.2) Assim, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3) Cite-se. Intimem-se.4) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003583-16.2014.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Dulkeny Samuel Alleyne

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Banco Panamericano S. A.

DECISÃO :

Trata-se de ação cautelar de exibição de documentos proposta pela parte autora informando que firmou contratos de empréstimo com o requerido.Alegou, em síntese, que a requerida não repassou as cópias dos contratos e ainda se

nega a fornecer as respectivas vias.A parte autora, ainda, juntou aos autos documentos que demonstram haver negócio jurídico entre as partes.Indefiro o pedido de liminar requerido por que não há situação de urgência ou perigo da demora.Cite-se o requerido para os termos da ação cautelar (CPC, art. 802 e 803)Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003585-83.2014.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Dulkeny Samuel Alleyne

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos ()

Requerido:BANCO BMC S/A

DECISÃO :

Trata-se de ação cautelar de exibição de documentos proposta pela parte autora informando que firmou contratos de empréstimo com o requerido.Alegou, em síntese, que a requerida não repassou as cópias dos contratos e ainda se nega a fornecer as respectivas vias.A parte autora, ainda, juntou aos autos documentos que demonstram haver negócio jurídico entre as partes.Indefiro o pedido de liminar porque não há urgência ou perigo da demora.Cita-se o requerido para os termos da ação cautelar (CPC, art. 802 e 803)Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003692-30.2014.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Thiago Fleury Marques Cotrim

Advogado:Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)

Requerido:BANCO CRUZEIRO DO SUL

DECISÃO :

Trata-se de ação cautelar de exibição de documentos proposta pela parte autora informando que firmou contratos de empréstimo com o requerido.Alegou, em síntese, que a requerida não repassou as cópias dos contratos e ainda se nega a fornecer as respectivas vias.A parte autora, ainda, juntou aos autos documentos que demonstram haver negócio jurídico entre as partes.Indefiro o pedido de liminar porque não há situação de urgência ou perigo da demora.Cite-se o requerido para os termos da ação cautelar (CPC, art. 802 e 803)Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: [0003584-98.2014.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Dulkeny Samuel Alleyne

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos ()

Requerido:BANCO BMG S/A

DECISÃO :

Trata-se de ação cautelar de exibição de documentos proposta pela parte autora informando que firmou contratos de empréstimo com o requerido.Alegou, em síntese, que a requerida não repassou as cópias dos contratos e ainda se nega a fornecer as respectivas vias.A parte autora, ainda, juntou aos autos documentos que demonstram haver negócio jurídico entre as partes.Indefiro a liminar porque não há situação de urgência ou perigo da demora.Cite-se o requerido para os termos da ação cautelar (CPC, art. 802 e 803)Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0003949-55.2014.8.22.0001

Ação:Monitória

Requerente:BANCO ITAÚ S.A

Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151.056-S)

Requerido:R. V. S. Machado e Cia Ltda, Valdeci Cavalcante Machado, Ronilda Viana Santana Machado

DECISÃO :

1) Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1.102c, §1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. 2) Conste, ainda, do mandado, que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial(CPC, art. 1.102c). 3) Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

pvh2civel@tj.ro.gov.br

JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0093420-63.2006.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Rural S/A

Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Sérgio Santos Sette Câmara (), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)

Executado:Brasil Agenciamentos Turísticos Ltda Me, Amarildo Gomes Horeay

Advogado:Samuel dos Santos Júnior (OAB/RO 1238)

DECISÃO :

Vistos. Considerando o pedido realizado pelo exequente, defiro a liberação da penhora realizada junto ao cartório de registro de imóveis nas matrículas n. 17.695 e n. 27.476. Expeça-se o necessário. Considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100.001.1997.005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100.001.2004.008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1.231.544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012),

ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 15 de janeiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010152-04.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Romilda Delfino de Oliveira

Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Requerido:B B Eletro Ltda Me

Advogado:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Romilda Delfino de Oliveira ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e materiais em face de BB Eletro Ltda alegando, em síntese, que ao tentar efetuar uma compra no comércio local, teve seu crédito negado por constar um protesto em seu nome. Afirma que compareceu ao cartório e desembolsou R\$ 15,15 para emitir a certidão positiva de protesto, referente a uma dívida cujo vencimento é datado em 12/05/2004, no valor de R\$ 2.965,86, tendo como credor a empresa ora requerida. Aduz que realizou as compras a que se refere o protesto e que, em razão de dificuldades financeiras, deixou de pagar as parcelas, contudo renegociou a dívida. Assevera que decorreram mais de oito anos até que o credor buscasse seus direitos, tornando a dívida e, conseqüentemente, o protesto indevidos. Requer antecipação dos efeitos da tutela para determinar o imediato levantamento do protesto indevido, declaração por SENTENÇA da inexigibilidade do débito protestado e ressarcimento pelos danos materiais sofridos no valor de R\$ 15,15 e pelos danos morais suportados em valor a ser arbitrado. Junta documentos.Deferimento da medida liminar às fls. 37.Citada, a parte requerida apresentou contestação às fls. 43/49, alegando que a requerente adquiriu bens de consumo junto a si, tendo ficado acordado entre as partes que realizaria o pagamento pelo crediário próprio da Loja, mas não o fez. Afirma que no momento da compra a requerente assinou uma nota promissória, mas não realizou o pagamento. Diz que não há nos autos qualquer comprovação que exclua o dever de pagar, tal como a quitação do débito. Assevera que no caso em tela inexistente dano moral a ser reparado, pois, além da requerente ter plena consciência da existência da dívida, em nenhum momento submeteu a mesma à situação vexatória, tendo tão somente exercitado o direito de tentar reaver seu crédito. Requer a improcedência da presente ação. Junta documentos. Houve réplica às fls. 63/80.Indeferimento do pedido de designação de audiência às fls. 84.É o relatório.Decido.A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas.Trata-se de ação declaratória cumulada com reparação de danos em razão do protesto de um título que já se encontrava prescrito.Compete à autora a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. Pois bem!Conforme certidão emitida pelo cartório de protesto, acostada às fls. 30, a nota promissória nº 0030473, no valor de R\$ 2.965,86, foi protestada em 02/02/2012, contudo, vislumbra-se a prescrição para a cobrança do referido título, pois o vencimento da dívida se deu em 12/05/2004, pelo que, o

protesto deveria ter ocorrido em no máximo três anos, o que não se verificou no presente feito. Ora, o requerente teve o título protestado mesmo sendo este prescrito, pois é sabido que o prazo para a cobrança de dívida líquida constante de título de crédito prescreve em três anos, nos termos do artigo 206, §5º, inciso I do Código Civil. No caso em análise, bastava a requerida comprovar o protesto em data anterior à prescrição da dívida, o que não foi realizado. Frisa-se que, de acordo com o disposto no art. 77 c/c art. 34 do Decreto 57.663/66, “a nota promissória à vista é pagável à apresentação, devendo ser apresentada a pagamento dentro do prazo de um ano, a contar da sua data”, sendo que o prazo para ajuizamento da execução da nota promissória é de 03 anos, contados do vencimento, consoante previsão expressa no capítulo XI, artigo 70 do Decreto 57.663/1966 (Lei Uniforme de Genebra), e para a ação de conhecimento, o prazo prescricional é de 05 anos, por envolver cobrança de dívidas líquidas constantes em instrumentos tanto públicos como particulares (§5º, I, do art. 206 do Código Civil). Ocorre, entretanto, que a prescrição da dívida não obsta que o credor, ora requerido, venha a receber seu crédito extrajudicialmente. A prescrição cria óbice apenas ao acionamento da jurisdição para receber a dívida vencida, não fulminando o direito em si. Neste sentido, in verbis: APELAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR PROTESTO DE CHEQUES PRESCRITOS. DESCABIMENTO. Independentemente da consumação do prazo prescricional (que sequer ocorreu na hipótese), nada obstará que o portador do título, com fundamento no artigo 1º da Lei nº. 9.492/97, tentasse receber o valor consubstanciado no título, através da repartição competente, já que a prescrição somente impede o recebimento do crédito judicialmente. Inexistência de dano moral. (TJRJ. Apelação Cível nº 0249101-34.2011.8.19.0001. Terceira Camara Cível. Des. Helda Lima Meireles. J. 20/02/2013) Sobre o tema o professor Flávio Tartuce leciona que: Na prescrição, nota-se que ocorre a extinção da pretensão; todavia, o direito em si permanece incólume, só que sem proteção jurídica para solucioná-lo. Tanto isso é verdade que, se alguém pagar uma dívida prescrita, não pode pedir a devolução da quantia paga, já que existia o direito de crédito que não foi extinto pela prescrição. (Manual de Direito Civil, volume único. São Paulo. Editora Método, 2011, p. 244). Logo, a alegação da parte autora de que efetuou o pagamento da dívida protestada, acrescida da ausência de comprovante do seu adimplemento apontam para a certeza do crédito, assim, em que pese a prescrição da dívida materializada na nota promissória encartada às fls. 32, tem-se que a requerida ainda é credora da parte autora. Digno de nota ainda que a prescrição não se trata de um pressuposto para a formalização do protesto, consoante se infere do art. 9º da Lei n. 9.492/97, que regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências, senão vejamos: Art. 9º Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade. (g.n.) Assim, a conduta da parte requerida somente poderia ensejar responsabilidade por dano moral caso houvesse realizado o protesto de dívida inexistente ou já adimplida, ônus da parte autora, e isso não se desincumbiu de fazer, inexistindo nos autos qualquer prova documental neste sentido. O Eg. TJRO já decidiu sobre a matéria, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL.

AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO DO DEMANDADO. DECISÃO REFORMADA. PROTESTO DEVIDO. TERCEIRO DE BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE DAS EXCEÇÕES PESSOAIS. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. PROTESTO. CHEQUE PRESCRITO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. A discussão da causa debendi é inviável, em especial porque o título foi posto em circulação, levado a protesto pelo apelante, aplicando-se, nesta situação, a inoponibilidade das exceções pessoais. A prescrição do título retira apenas a sua eficácia executiva, não desaparecendo o direito do apelante ao respectivo crédito, de modo que o cheque pode ser levado a protesto. Como o protesto não foi irregular, mas, sim, dentro do exercício regular de direito do apelante, portador de boa-fé, não pode este vir a ser responsável por qualquer constrangimento à apelada. (TJRO. Apelação Cível nº 10010119614620078220014. Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 03/11/2009) E ainda: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PROTESTO DE TÍTULO PRESCRITO. TÍTULO EMITIDO AO FAVORECIDO EM TÍPICA RELAÇÃO DE CONSUMO. DÍVIDA EXISTENTE QUANDO DO PROTESTO. APONTAMENTO INDEVIDO. CANCELAMENTO. DANO MORAL. INEXISTENTE. OFENSA AOS PRINCÍPIO GERAIS DO DIREITO. SENTENÇA REFORMADA. O ato de encaminhar ao protesto título prescrito, por mais dano que cause, não pode ensejar indenização, salvo a ocorrência de prejuízo devidamente comprovado, como as despesas para que seja sustado ou outro eventual dano material. (TJRO. Apelação Cível nº 0007178-91.2012.8.22.0001. Rel. Des. Isaías Fonseca Moraes. J. 11/09/2013) Assim, importa também ponderar que sequer comporta qualquer ressarcimento por danos materiais quando apurada a regularidade do crédito, pelo que, o desembolso efetuado pelo devedor para coletar informações junto ao Tabelionato de Protesto não pode ser exigida de seu credor. Reforçando ainda a conclusão pela inexistência do dever de indenizar pondero que nos contratos deve-se observar a boa-fé e, no presente caso ao mesmo tempo em que se materializa a perda de um direito pela requerida pelo seu não exercício no tempo, também se aplica a parte autora o princípio de que ninguém pode se beneficiar de sua própria torpeza. Ante o exposto, com fundamento no art. 882 do Código Civil e art. 9º da Lei n. 9.492/97, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: a) reconhecer a inexigibilidade judicial da dívida representada pela nota promissória encartada às fls. 32, determinando a expedição de ofício, com o trânsito em julgado, para cancelamento definitivo do protesto; b) julgar improcedente o pedido de indenização por danos materiais e morais. Considerando a sucumbência recíproca, arcará, cada parte, com o pagamento dos honorários de seus respectivos patronos. Custas pro rata. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0033751-74.2009.8.22.0001

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Unicred Porto Velho - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Porto Velho Ltda

Advogado:Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Mozart Luiz Borsato Kerne (DNI DNI), Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969), José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB/RO 4195)

Executado:Francisco Nelio da Silva, Maria José da Silva

Advogado:Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos,I - Considerando a extinção de fls. 183, promova a escrivania a exclusão da executada Maria José da Silva junto ao SAP.II - Considerando que a penhora de 30% do salário do executado Francisco Nelio da Silva (fls. 146) recaiu apenas sobre metade da execução, na ordem de R\$ 10.199,85, sendo pago apenas o valor total de R\$ 6.622,21; Considerando o falecimento da executada Maria José da Silva e que o montante integral da dívida remanescente perfaz a importância de R\$ 32.233,86, corrigida pela tabela do TJ/RO, a partir dos cálculos realizados pelo exequente até 21/05/2013 (fls. 175/182);Considerando que embora encaminhado ofício às fls. 165 solicitando informações sobre o cumprimento da penhora, o órgão empregador permaneceu silente e que, em diligência junto à CEF, constatou-se que não houve mais depósitos na conta judicial nº 01530592-4;Considerando a petição do executado de fls. 184/185 que concorda em ratear a dívida em parcelas de R\$ 500,00, o que foi aceito pela parte exequente às fls. 188, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo firmado entre as partes, que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas. Em consequência, DECLARO EXTINTA a presente ação, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante a substituição por cópia às expensas da parte requerente. Sem custas.Considerando que haverá a necessidade de parcelar a dívida em quase 65 vezes, o que corresponde a mais de 05 anos, fica a parte exequente intimada para apresentar os seus dados bancários para que o executado promova o depósito direto em sua conta corrente.Com a indicação, intime-se o executado para o início dos depósitos e oficie-se ao órgão empregador do executado comunicando o teor da presente DECISÃO , determinando a liberação da penhora de fls. 146.Após, arquivem-se os autos aguardando-se o cumprimento do acordo no arquivo, podendo o processo ser desarquivado a qualquer tempo para eventual execução, em caso de descumprimento do ajuste, sem o pagamento de taxa, desde que o pedido de desarquivamento ocorra dentro do prazo de 06 (seis) meses.P. R. I. C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0007081-57.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Honda S/A

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)

Requerido:Diulene Helen S. Valenzuela

DESPACHO :

Vistos. A parte requerida ainda não foi citada, portanto, incabível a suspensão do processo antes do aperfeiçoamento da relação processual, pelo que, diga o requerente em termos de prosseguimento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0006087-97.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10.990), Giulio Alvarenga Reale (OAB/MG 65628)

Requerido:Alexandre Henrique Nery

DESPACHO :

Vistos. Considerando que o feito é de 2011 e até o presente momento não houve citação, promova a parte autora a citação da parte requerida, mediante andamento válido nos autos, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0007563-39.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francisco de Assis Teixeira

Advogado:André Luiz Moura Uchôa (OAB/RO 3966)

Requerido:GEAP - Fundação de Seguridade Social

Advogado:Leonardo Pretto Flores (DF 14638), Leonardo Pretto Flores (OAB/DF 14638)

DESPACHO :

Vistos. Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , fica a parte executada intimada para que cumpra a obrigação no prazo do artigo 475-J do CPC. Honorários advocatícios de 10% sobre o valor da execução, salvo pagamento.Anote-se a mudança da autuação para cumprimento de SENTENÇA . Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0014813-26.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marcelo Silva Barros

Advogado:Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)

Requerido:União P F N

DESPACHO :

Vistos,Manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a petição de fls. 47.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0011632-80.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Auxiliadora Gonçalves Neves, Jonatas Neves dos Santos, Josiane Damasceno Rego, Josicléia Rego da Silva, Franciane Rego da Silva, Josafa Rego Silva, Tamara Raquel Rego da Silva, Rosinildo Aragão de Araújo, Heloisa Prestes de Araújo, Eliana Ferreira Lopes, Kalebe Lopes de Souza, Raíssa Lopes de Souza, Caio Lopes de Souza, Jessé Lopes de Souza, José João Ferreira de Oliveira, Rosenilda Passos de Oliveira, Railane Passos de Oliveira, Raiane Passos de Oliveira, Irismar de Oliveira Noza, Dilto Pereira de Aguiar, Irislane Noza de Aguiar, Yasmim Noza de Aguiar, Deyvid Noza de Aguiar, Iara Noza de Aguiar

Advogado:Valnei Gomes da Rocha (SSP/RO 2479), Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)

Requerido:Santo Antônio Energia S.A

Advogado:Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)

DESPACHO :

Vistos,I - Mantenho a DECISÃO agravada pelos seus próprios fundamentos. Informe-se oportunamente.II - Cumpra-se a parte final do DESPACHO de fls. 883/884, encaminhando os autos ao Ministério Público para manifestar se tem interesse na presente ação.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0014086-33.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Lucas Correa Trindade

Advogado:Kaliana Anissa Prado Nery (OAB/RO 5654), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)

Requerido:Banco do Brasil S. A.

DESPACHO :

Vistos. Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , fica a parte executada intimada para que cumpra a obrigação no prazo do artigo 475-J do CPC. Honorários advocatícios de 10% sobre o valor da execução, salvo pagamento.Anote-se a mudança da autuação para cumprimento de SENTENÇA . Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0014820-81.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD

Advogado:Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884)

Requerido:Maria dos Santos Pinheiro

DESPACHO :

Vistos. Considerando a notícia de acordo firmado entre as partes, suspendo o feito até Setembro de 2015.Decorrido esse prazo, intime-se a parte exequente para informar do cumprimento do acordo e após tornem conclusos para extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0233580-36.2009.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Edson Guimarães Pinto

Advogado:Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198B)

Requerido:União P F N

DESPACHO :

Vistos. Considerando a manifestação da parte requerente, homologo a renúncia do valor, devendo a execução prosseguir no valor indicado de R\$ 43.440,00.Assim, fica a parte credora intimada para providenciar a documentação necessária para expedição da competente requisição de pequeno valor, no prazo de cinco dias:a) SENTENÇA ,b) Certidão de Trânsito em Julgado,c) Procuração/Substabelecimento,d) Acórdão (se houver),e) Planilha de cálculos,f) Número do CPF,g) Número do RG,h) Número da conta corrente, banco e agência.O advogado poderá requerer a expedição de duas RPV, sendo uma em seu nome e outra em nome de seu cliente, indicando as respectivas contas e apresentando o contrato de honorários que demonstre seu interesse à parte do crédito decorrente da SENTENÇA .Se não for cumprida a determinação, arquivem-se os autos.Com a documentação, expeça-se a RPV e arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0267237-03.2008.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francisco Edeilson Pessoa Bacelar

Advogado:Antonio Fontoura Coimbra (OAB/RO 372), Defensoria Pública do Estado de Rondônia ()

Requerido:Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

DESPACHO :

Vistos. Considerando que a ação foi julgada improcedente e que não houve recurso de nenhuma das partes, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0003862-07.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Deybe Adria das Chagas Santos

Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

Requerido:Seguradora Líder do ConsÓrcio do Seguro Dpvt

Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)

DESPACHO :

Vistos. Revogo a segunda parte do DESPACHO de fls. 97.A parte pode escolher o local onde quer propor sua ação, porém considerando que fez a opção de mudar de endereço após a propositura da presente, deve arcar com esse ônus. A perícia deve ser realizada nesse estado, de modo a facilitar o bom andamento do feito. Diga a parte requerente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0241282-21.2009.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Centrais Elétricas de Rondônia S.A. Ceron

Advogado:Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Pedro Origa (OAB/RO 1953), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)

Requerido:Jose Fortunato Alves

Advogado:Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749), Valnei Ferreira Gomes (RO 3529)

SENTENÇA :

Vistos. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA proposta por José Fortunato Alves em desfavor de Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/A.Às fls. 141v. a parte executada foi intimada para realizar o pagamento, porém quedou-se inerte. Posteriormente, houve a penhora de valores, às fls. 147 e mais uma vez, o executado não se manifestou. Assim é que, considerando o cumprimento da obrigação, julgo extinta a presente ação nos termos do art. 794, I do CPC.Expeça-se alvará em favor da parte exequente, para o levantamento da quantia depositada às fls. 147.P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: [0012036-05.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Requerido:Auxiliadora da Cruz Rodrigues, Reginaldo da Cruz Rodrigues

DESPACHO :

Vistos. Oficie-se ao Detran/RO para promover a indisponibilidade do bem. Oficie-se à Rodobens, no endereço ora fornecido, para informar a quantidade de parcelas que o bem foi financiado, bem como o número de parcelas restantes para a sua quitação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Maria Dulcenira Cruz Bentes

Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR

Júlia Nazaré Silva Albuquerque

Escrivã Judicial

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br

ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0005366-14.2012.8.22.0001

Ação: Usucapião

Requerente: Rute Arras Brito Vasquez

Advogado: Marcus Edson de Lima ()

Requerido: Ego Empresa Geral de Obras S.a.

Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

DECISÃO :

DECISÃO Não sendo o caso de julgamento antecipado da lide, por depender a lide de maior dilação probatória, nem havendo questões processuais a ser enfrentada nesta fase, e levando-se em conta também a improvável obtenção da transação prevista no art.331 do Código de Processo Civil, com fulcro no §3º, do referido dispositivo, restou deferida a produção da prova pericial, imprescindível para solução da lide, sobretudo para se aferir o exercício de posse pelo tempo necessário à usucapião, bem como à natureza desta posse (se com animus domini ou não), assim como os limites do imóvel e sua devida descrição. Considerando que o perito nomeado apresentou justificativa acerca da impossibilidade de realização do encargo neste momento nos autos n.0007195-30.2012.8.22.0001, razão pela qual torna-se inviável a realização da audiência de instrução aprazada para 19/03/2014 às 09:00, razão pela qual SUSPENDO o processo nos termos do artigo 265, IV, b, do CPC, ante a ausência de verificação de determinada prova. Intime-se as partes por intermédio de seus patronos via Dje, consignando que deverão comunicar as testemunhas acerca da suspensão da solenidade. De outro giro, considerando que o expert disponibilizou a realizar a perícia a partir de 10/02/14, deverá a escrivania intimá-lo para que cumpra o encargo que lhe foi dado na DECISÃO saneadora, cientificando que o perito deverá ser intimado para designar com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência dia, hora e local para a realização da perícia. Designada a data e a hora intime-se as partes a comparecerem no local indicado. Reserve-me em designar data de audiência de instrução e julgamento, após apresentação do laudo pericial. Libere-se a pauta de audiências. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0005398-19.2012.8.22.0001

Ação: Usucapião

Requerente: Emilia Solis Garcia

Advogado: Marcus Edson de Lima ()

Requerido: Ego Empresa Geral de Obras S.a.

Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Amanda Gêssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)

DECISÃO :

DECISÃO Não sendo o caso de julgamento antecipado da lide, por depender a lide de maior dilação probatória, nem havendo questões processuais a ser enfrentada nesta fase, e levando-se em conta também a improvável obtenção da transação prevista no art.331 do Código de Processo Civil, com fulcro no §3º, do referido dispositivo, restou deferida a produção da prova pericial, imprescindível para solução da lide, sobretudo para se aferir o exercício de posse pelo tempo necessário à usucapião, bem como à natureza desta posse (se com animus domini ou não), assim como os limites do imóvel e sua devida descrição. Considerando que o perito nomeado apresentou justificativa acerca da impossibilidade de realização do encargo neste momento nos autos n.0007195-30.2012.8.22.0001, razão pela qual torna-se inviável a realização da audiência de instrução aprazada para 11/03/2014 às 09:00, razão pela qual SUSPENDO o processo nos termos do artigo 265, IV, b, do CPC, ante a ausência de verificação de determinada prova. Intime-se as partes por intermédio de seus patronos via Dje, consignando que deverão comunicar as testemunhas acerca da suspensão da solenidade. De outro giro, considerando que o expert disponibilizou a realizar a perícia a partir de 10/02/14, deverá a escrivania intimá-lo para que cumpra o encargo que lhe foi dado na DECISÃO saneadora, cientificando que o perito deverá ser intimado para designar com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência dia, hora e local para a realização da perícia. Designada a data e a hora intime-se as partes a comparecerem no local indicado. Reserve-me em designar data de audiência de instrução e julgamento, após apresentação do laudo pericial. Libere-se a pauta de audiências. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque

Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

pvhcivel4a@tj.ro.gov.br

JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES

ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0014104-54.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Pedro Torres da Silva

Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA

DECISÃO :

Vistos, etc. PEDRO TORRES DA SILVA, interpôs embargos de declaração (fls. 37/39) contra a SENTENÇA de fls. 31/35, que julgou procedente o pedido inaugural. O Embargante alega que a SENTENÇA proferida é contraditória, vez que julgou procedente os pedidos da parte autora, sendo esta beneficiária da justiça gratuita e representada pela Defensoria Pública Estadual, sendo que a demandada foi condenada aos honorários sucumbenciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no entanto, estes foram em favor da fazenda estadual. Vieram os autos conclusos. Relatos. Decido. Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 535 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão no julgado. A parte Embargante pautou os presentes embargos sob a alegação de que a DECISÃO do Juízo é contraditória a respeito da condenação dos honorários sucumbenciais em favor da fazenda estadual na qual baseou-se no Resp. n. 469662/RS. Sustenta, no presente caso, que a condenação da parte requerida em sucumbência deve ser feita em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 117/04. Pois bem. Os presentes embargos procedem, posto que os honorários de sucumbência são cabíveis em favor do fundo mantido pela Defensoria Pública, sempre que da sua atuação resultar sucesso à parte representada, salvo nas hipóteses em que o vencido for a própria pessoa jurídica à qual pertence a instituição. No julgamento do Recurso Especial 1.108.013/RJ, submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, entendeu a Corte Superior que são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante (STJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.6.2009). CONCLUSÃO Assim, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Pedro Torres da Silva e, em consequência, retifico parcialmente o dispositivo da SENTENÇA proferida às fls. 31/35, para que passe à seguinte redação: "...Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante disposto no §4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, cuja verba deverá ser recolhida ao fundo da Defensoria Pública, em conta específica..." (fls.34). No mais, mantém-se a SENTENÇA como lançada. P.R.I." Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0012105-37.2011.8.22.0001

Ação:Exibição

Requerente:Juraci Lopes de Queiroz

Advogado:Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515)

Requerido:Sky Brasil Serviços Ltda

Advogado:Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)

SENTENÇA :

Visto. Realizado depósito do valor executado, consistente nos honorários sucumbenciais, com concordância expressa do credor, julgo extinto feito na forma do art. 794, I, do CPC. Defiro o pedido de expedição de alvará em favor do causídico que patrocina os interesses do autor em juízo. Recebido o alvará, aguarde-se eventual manifestação, no prazo de cinco dias. Intime-se a sucumbente para pagamento das custas, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inscreva-se, se inerte. Arquive-se oportunamente. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0018462-96.2012.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S. A.

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Executado:Imunizadora Combate Ltda Epp, Antônio Marcos Mourão Figueiredo, Pamela Raiane Oliveira da Silva

DECISÃO :

Vistos. Analisando-se os documentos constantes dos autos verifica-se que a exequente realizou várias diligências no sentido de localização de bens da executada, sem, no entanto, obter sucesso. Assim, é cabível a requisição à Receita Federal de informações sobre a existência e localização de bens do devedor. A esse respeito, aliás, confira-se entendimento jurisprudencial: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO – BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL – DEFERIMENTO. 1. Demonstrando o credor que efetuou todas as diligências possíveis para encontrar bens livres do devedor, deve-se deferir o pedido de expedição de ofício à Receita Federal. Ao Judiciário cabe zelar pela rápida solução dos litígios. 2. Agravo provido." (TJDFT, AGI nº 20040020010471, 6ª. Turma Cível, Rel. Des. Sandra de Santis). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. DEFERIMENTO. 1. Demonstrando o credor que efetuou todas as diligências possíveis para encontrar bens livres do devedor, deve-se deferir o pedido de expedição de ofício à Receita Federal. 2. A Emenda Constitucional nº 45/2004 estabelece que são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, cumprindo à Justiça garantir meios necessários à consecução desse direito constitucional do jurisdicionado. 3. Ao Judiciário cabe zelar pela rápida solução dos litígios, em face do que, constatada que todas as diligências passíveis de serem efetuadas pelo exequente já foram levadas a efeito sem sucesso, restando-lhe apenas obter dados amparados pelo sigilo, impõe-se deferir as medidas judiciais necessárias para tanto. 4. Agravo provido." (TJDFT, AGI nº 20060020005967, 1ª. Turma Cível, Rel. Des. Nivio Gonçalves). Assim, excepcionalmente, determino a expedição de ofício à RECEITA FEDERAL para que informe sobre a existência de bens (móveis e imóveis) em nome do executado. Vindo a resposta, retornem os autos imediatamente conclusos para eventual decretação de segredo de justiça. Cumpra-se. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0009344-33.2011.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Elizangela das Chagas Valente, Davi Rodrigues Mendes

Advogado:Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769), Tânia Oliveira Sena Pinheiro (OAB/RO 4199)

Requerido:Eletrobras Distribuição/Rondonia - Ceron - Centrais Elétricas de Rondonia S/A

Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Pedro Origa (OAB/RO 1953)

DECISÃO :

Visto. Indefero o pedido de fls. 89/90, uma vez que, tratando-se de honorários sucumbenciais, é titular da pretensão o causídico que, à época, patrocinava os interesses da empresa requerida. Apresente o peticionante de fl. 93 (Pedro Origa &

Sant'Ana Advogados Associados), querendo, cálculos para processamento da fase de cumprimento da SENTENÇA . Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0025165-09.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Anderson Feitoza de Oliveira

Advogado:Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

DECISÃO :

Vistos, etc. Considerando a natureza do bem de consumo fornecido da qual não pode prescindir o cidadão, em face de sua essencialidade, entendo por bem a manutenção do fornecimento de energia, enquanto o débito encontrar-se em discussão. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÍVIDA. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL. ASTREINTES. CABIMENTO. Tratando-se de relação de consumo, referente a bem essencial, como a energia elétrica, inviável pensar-se em corte no seu fornecimento, máxime se dita relação, nesta incluída a alegada dívida relativa ao não-pagamento, é matéria que se encontra sub judice. Assim, enquanto não haja pronunciamento judicial definitivo a respeito do débito, é de ser mantida a liminar a fim de que a fornecedora se abstenha de promover o corte no fornecimento. Aplicação, à espécie, do CODECON, que impede qualquer espécie de ameaça ou constrangimento ao consumidor (art. 42, do CDC). Deferida a antecipação da tutela para o fim de que a Concessionária não proceda a interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica, é possível advertir a demandada que o descumprimento acarretará a fixação da multa. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70018467167, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick, Julgado em 13/06/2007). AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSUMEIRISTA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DISCUSSÃO DO DÉBITO. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. Encontrando-se em discussão o débito exigido pela empresa concessionária de energia elétrica, não se afigura legítimo o corte do fornecimento daquele bem ao usuário. Precedente do STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70013384136, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rejane Maria Dias de Castro Bins, Julgado em 29/11/2005). Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela para determinar que a parte ré CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora instalada na residência do autor ANDERSON FEITOZA DE OLIVEIRA (Rua Winefred Avinel Willes, nº 3506, bairro Felicidade, Porto Velho/RO), e não a inclua nos seus cadastros de inadimplentes referente ao débito em discussão, enquanto pendente de julgamento a demanda, sob pena de multa de R\$5.000,00, sem prejuízo da sua majoração. Outrossim, na forma do art. 125, IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/04/2014, às 09h00min. Intime-se a parte autora através de seu advogado, o qual, querendo, querendo, a convidará para se fazer presente. Cite-se e intime-se, anotando as advertências de lei. Não havendo

citação, deverá a parte autora ser intimada para providenciá-la, no prazo de dez dias, sob pena de extinção.DEFIRO o pedido de gratuidade processual.Int. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON: Av. dos Imigrantes, nº 4137, bairro Industrial, Porto Velho-RO.Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0002650-43.2014.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Almerita Santos Santana Neta

Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

DECISÃO :

Vistos, etc. Estando a existência do débito sendo discutida em juízo, não poderá a parte autora experimentar as consequências de suposto inadimplemento, não se justificando, portanto, a manutenção do cadastro restritivo. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INCLUSÃO DO DEMANDANTE NOS CADASTROS RESTRITIVOS DO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA, NO CASO, NOS TERMOS DO ART. 273 DO CPC. A pendência de discussão judicial acerca dos valores cobrados impede a inclusão do nome da parte demandante em cadastros restritivos do crédito, até DECISÃO final. Conclusão nº 11 do CETJRGS. Preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, no caso, nos termos do art. 273 do CPC. Precedentes do TJRGS e STJ. Agravado de instrumento provido liminarmente. (Agravado de Instrumento Nº 70041279415, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 17/02/2011). Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, defiro a antecipação de tutela para determinar que a parte requerida exclua, no prazo de 72 horas, o nome da parte autora dos serviços de restrição ao crédito (SERASA, SPC etc), não se procedendo posteriores inclusões enquanto pendente de julgamento a demanda, exclusivamente sobre o débito alegado nos autos, sob pena de multa diária de R\$200,00 até o limite de R\$10.000,00.Outrossim, na forma do art. 125, IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/04/2014, às 08h30min. Intime-se a parte autora através de seu advogado, o qual, querendo, a convidará para se fazer presente. Cite-se e intime-se, anotando as advertências de lei. Não havendo citação, deverá a parte autora ser intimada para providenciá-la, no prazo de dez dias, sob pena de extinção.DEFIRO o pedido de gratuidade processual.Int. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A: Av. Imigrantes, nº 4137, bairro Industrial, Porto Velho-RO, CEP 76.821-063.Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014358-27.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Tereza Almeida da Silva

Advogado:Sérgio Muniz Neves ()

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

DECISÃO :

Vistos, etc. TEREZA ALMEIDA DA SILVA, interpôs embargos de declaração (fls. 27/29) contra a SENTENÇA de fls. 20/24, que julgou procedente o pedido inaugural.A embargante alega que a SENTENÇA proferida é contraditória, vez que julgou procedentes os pedidos da parte autora, sendo esta beneficiária da justiça gratuita e representada pela Defensoria Pública Estadual, sendo que a demandada foi condenada aos honorários sucumbenciais no valor de R\$300,00 (trezentos reais), no entanto, estes foram em favor da Fazenda Estadual. Vieram os autos conclusos.Relatados.Decido.Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo.Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 535 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão no julgado.A parte embargante pautou os presentes embargos sob a alegação de que a DECISÃO do Juízo é contraditória a respeito da condenação dos honorários sucumbenciais em favor da Fazenda Pública Estadual, na qual baseou-se no Resp. n. 469662/RS.Sustenta que a condenação da parte requerida em sucumbência deve ser feita em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 117/04. Pois bem. Os presentes embargos procedem, posto que os honorários de sucumbência são devidos em favor do fundo mantido pela Defensoria Pública, sempre que da sua atuação resultar sucesso à parte representada, salvo nas hipóteses em que o vencido for a própria pessoa jurídica à qual pertence a referida instituição.No julgamento do Recurso Especial 1.108.013/RJ, submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, firmou-se o entendimento de que são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante (Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.6.2009). CONCLUSÃOAssim, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Tereza Almeida da Silva e, em consequência, retifico parcialmente o dispositivo da SENTENÇA proferida às fls. 20/24, para que passe a ter a seguinte redação:“...Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante o disposto do parágrafo quarto do artigo 20 do Código de Processo Civil, cuja verba deverá ser recolhida ao fundo da Defensoria Pública, em conta específica...” (fls.23). No mais, mantém-se a SENTENÇA como lançada.P.R.I.”Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0026398-75.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Dalva Margarete Domingos

Advogado:Luiziana Teles F. Anacleto OAB-RO9999 (RO 9999)

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953)

DECISÃO :

Vistos, etc. DALVA MARGARETE DOMINGOS, interpôs embargos de declaração (fls. 49/51) contra a SENTENÇA de fls. 34/40, que julgou procedente o pedido inaugural. O Embargante alega que a SENTENÇA proferida é contraditória, vez que

julgou procedente os pedidos da parte autora, sendo esta beneficiária da justiça gratuita e representada pela Defensoria Pública Estadual, sendo que a demandada foi condenada aos honorários sucumbenciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no entanto, estes foram em favor da fazenda estadual. Vieram os autos conclusos.Relatados.Decido.Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo.Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 535 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão no julgado.A parte Embargante pautou os presentes embargos sob a alegação de que a DECISÃO do Juízo é contraditória a respeito da condenação dos honorários sucumbenciais em favor da fazenda estadual na qual baseou-se no Resp. n. 469662/RS. Sustenta, no presente caso, que a condenação da parte requerida em sucumbência deve ser feita em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 117/04. Pois bem. Os presentes embargos procedem, posto que os honorários de sucumbência são cabíveis em favor do fundo mantido pela Defensoria Pública, sempre que da sua atuação resultar sucesso à parte representada, salvo nas hipóteses em que o vencido for a própria pessoa jurídica à qual pertence a instituição. No julgamento do Recurso Especial 1.108.013/RJ, submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, entendeu a Corte Superior que são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante (Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.6.2009).CONCLUSÃOAssim, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Dalva Margarete Domingos e, em consequência, RETIFICO em parte o dispositivo da SENTENÇA proferida às fls. 34/40, para que passe à seguinte redação:“...Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante o disposto do parágrafo quarto do artigo 20 do Código de Processo Civil, cuja verba deverá ser recolhida ao fundo da Defensoria Pública, em conta específica...” (fls.39).No mais, mantém-se a SENTENÇA como lançada.P.R.I.”Int.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000892-63.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marilene Oliveira Braga

Advogado:Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia

Advogado:José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063),

Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Welser Rony Alencar

Almeida (OAB/RO 1506)

DECISÃO :

Vistos, etc. MARILENE OLIVEIRA BRAGA, interpôs embargos de declaração (fls. 100/102) contra a SENTENÇA de fls. 92/97, que julgou procedente o pedido inaugural. O Embargante alega que a SENTENÇA proferida é contraditória, vez que julgou procedente os pedidos da parte autora, sendo esta beneficiária da justiça gratuita e representada pela Defensoria Pública Estadual, sendo que a demandada foi condenada aos honorários sucumbenciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no entanto, estes foram em favor da fazenda estadual. Vieram os autos conclusos.Relatados.Decido.Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo.Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 535 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição ou

obscuridade, ou suprir omissão no julgado. A parte Embargante pautou os presentes embargos sob a alegação de que a DECISÃO do Juízo é contraditória a respeito da condenação dos honorários sucumbenciais em favor da fazenda estadual na qual baseou-se no Resp. n. 469662/RS. Sustenta, no presente caso, que a condenação da parte requerida em sucumbência deve ser feita em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 117/04. Pois bem. Os presentes embargos procedem, posto que os honorários de sucumbência são devidos em favor do fundo mantido pela Defensoria Pública, sempre que da sua atuação resultar sucesso à parte representada, salvo nas hipóteses em que o vencido for a própria pessoa jurídica à qual pertence a instituição. No julgamento do Recurso Especial 1.108.013/RJ, submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, entendeu a Corte Superior que são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante (STJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.6.2009). CONCLUSÃO Frente ao exposto, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Marilene Oliveira Braga e, em consequência, retifico parcialmente o dispositivo da SENTENÇA proferida às fls. 92/97, passando à seguinte redação: "...Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante o disposto do parágrafo quarto do artigo 20 do Código de Processo Civil, cuja verba deverá ser recolhida ao fundo da Defensoria Pública, em conta específica..." (fls. 96). No mais, mantém-se a SENTENÇA como lançada. P.R.I." Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0008823-20.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Hedomar Moreira Sá

Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Odair Martini. (OAB/RO 30B), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

DECISÃO :

Vistos, etc. HEDOMAR MOREIRA SÁ, interpôs embargos de declaração (fls. 66/68) contra a SENTENÇA de fls. 59/63, que julgou procedente o pedido inaugural. O Embargante alega que a SENTENÇA proferida é contraditória, vez que julgou procedente os pedidos da parte autora, sendo esta beneficiária da justiça gratuita e representada pela Defensoria Pública Estadual, sendo que a demandada foi condenada aos honorários sucumbenciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no entanto, estes foram em favor da fazenda estadual. Vieram-me os autos conclusos. Relatados. Decido. Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 535 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão no julgado. A parte Embargante pautou os presentes embargos sob a alegação de que a DECISÃO do Juízo é contraditória a respeito da condenação dos honorários sucumbenciais em favor da fazenda estadual na qual baseou-se no Resp. n. 469662/RS. Sustenta, no presente caso, que a condenação da parte requerida em sucumbência deve ser feita em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual 117/04.

Pois bem. Os presentes embargos procedem, posto que os honorários de sucumbência são cabíveis em favor do fundo da Defensoria Pública, sempre que da sua atuação resultar sucesso à parte representada, salvo nas hipóteses em que o vencido for a própria pessoa jurídica à qual pertence a instituição. No julgamento do Recurso Especial 1.108.013/RJ, submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, entendeu a Corte Superior que são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando a atuação se dá em face de ente federativo diverso do qual é parte integrante (STJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.6.2009). CONCLUSÃO Assim, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Hedomar Moreira de Sá e, em consequência, retifico parcialmente o dispositivo da SENTENÇA proferida às fls. 59/63, para que passe à seguinte redação: "...Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante o disposto do parágrafo quarto do artigo 20 do Código de Processo Civil, cuja verba deverá ser recolhida ao fundo da Defensoria Pública, em conta específica..." (fls. 63). No mais, mantém-se a SENTENÇA como lançada. P.R.I." Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001886-57.2014.8.22.0001

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Marcio Barroso Passos

Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)

Requerido: Claro S/A

DESPACHO :

Vistos, Recebo o presente feito no rito ordinário, o que deverá ser registrado no SAP e na autuação. Estando a existência do débito sendo discutida em juízo, não poderá a parte autora experimentar as consequências de suposto inadimplemento, não se justificando, portanto, a manutenção do cadastro restritivo. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INCLUSÃO DO DEMANDANTE NOS CADASTROS RESTRITIVOS DO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA, NO CASO, NOS TERMOS DO ART. 273 DO CPC. Apendência de discussão judicial acerca dos valores cobrados impede a inclusão do nome da parte demandante em cadastros restritivos do crédito, até DECISÃO final. Conclusão nº 11 do CETJRS. Preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, no caso, nos termos do art. 273 do CPC. Precedentes do TJRS e STJ. Agravo de instrumento provido liminarmente. (Agravo de Instrumento Nº 70041279415, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 17/02/2011). Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela para determinar que a parte requerida exclua, no prazo de 72 horas, o nome da parte autora dos serviços de restrição ao crédito (SERASA, SPC etc), não se procedendo posteriores inclusões enquanto pendente de julgamento a demanda, exclusivamente sobre o débito alegado nos autos, sob pena de multa diária de R\$200,00 até o limite de R\$10.000,00. Cite-se e intime-se, anotando as advertências de lei. Não havendo citação, deverá a parte autora ser intimada para providenciá-la, no prazo de dez dias, sob pena de extinção. DEFIRO o pedido de gratuidade processual. Conclusos oportunamente. Int. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO

CARTA/MANDADO.Endereço: CLARO S/A: Av. Carlos Gomes, nº 2262, bairro São Cristóvão, Porto Velho/RO, CEP 76804-038.Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0248701-75.2007.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Rubens Jolando, Joacir Jolando Neves, Mauro Biqueri

Advogado:Leandro Low Lopes (OAB/RO 785)

Requerido:Ana Paula Cavalcante dos Santos, Hildinéia Feitosa Monteiro Nobre

Advogado:Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)

DESPACHO :

Visto. Intimem-se as partes para especificação justificada de provas, no prazo comum de 5 (cinco) dias.Após, retornem conclusos.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0013149-91.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Serviço Social da Indústria - Sesi

Advogado:Deise Lúcia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615),

Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)

Executado:João Maurílio Ribeiro Taumaturgo

Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

DESPACHO :

Vistos. Considerando a proposta de quitação do débito pelo executado (fls. 70/71), e a consequente aceitação pelo exequente (fls. 78), consistente no pagamento da dívida em 10 (dez) parcelas de R\$500,00 (quinhentos reais), esclareçam as partes se pretendem homologação de acordo nesse sentido, com desconto em folha de pagamento do executado nos moldes acima e repasse diretamente ao exequente até o limite do crédito.Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de prosseguimento da execução.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0013217-41.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:AESA - Associação de Ensino Superior da Amazonia (FARO)

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Requerido:Edson Soares Rodrigues

DECISÃO :

Vistos, Defiro o pedido de suspensão do feito, devendo os autos ser acondicionados em escrivania própria, até o dia 05.05.2014. Expeça-se desde já carta de intimação, nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC (dirigida ao endereço mais recente informado nos autos pela parte autora), para que, findo o prazo de suspensão, impulse validamente o feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0003934-86.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Amanda Palácio da Silva

Advogado:Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)

Requerido:MEGA VEÍCULOS LTDA

DECISÃO :

Visto. Indefero o pedido de diferimento do recolhimento das custas processuais, por não se enquadrar o feito em qualquer das hipóteses da Lei Estadual n. 301/90.Deverá a autora comprovar o pagamento das custas, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0023832-22.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Carlos Ivan Batista da Silva

Advogado:Corsirene Gomes Lira (OAB/RO 2051), Josenildo Jacinto do Nascimento (OAB/RO 6023)

Requerido:CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

DESPACHO :

Vistos. Na forma do art. 125, IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 17/04/2014, às 11h30min. Deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes.Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: [0021222-18.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ednaldo Damardo da Costa

Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)

Requerido:Tim Celular S/A

Advogado:Marcel Davidmam Papadopol (OAB/RO 5064), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)

DECISÃO :

Vistos, etc. TIM CELULAR S/A ofereceu impugnação à execução de título judicial que lhe move EDNALDO DAMARDO DA COSTA. Alega que a constrição ocorrida através de meio eletrônico, no valor de R\$11.132,00 (onze mil, cento e trinta e dois reais), é indevida, representando excesso de execução, uma vez que, quando do trânsito em julgado da DECISÃO que a condenou ao pagamento de valores, não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado, sendo correto, portanto, o valor de R\$ 9.469,67. Sustenta que o prazo destinado ao pagamento do débito não passa a ser contado de forma automática, esclarecendo que o devedor deve ser intimado para que pague a dívida em quinze dias. Somente diante de eventual inércia é que deveria ser aplicada a multa prevista no art. 475-J, do CPC.Requer o acolhimento da impugnação ofertada, com o reconhecimento de que houve excesso no bloqueio de valores, e consequente liberação do quantum excedente. Manifestando-se sobre a impugnação à execução, asseverou o exequente, em síntese, que há necessidade de intimação para cumprimento da DECISÃO condenatória quando o trânsito em julgado ocorre "nas instâncias superiores, o que na espécie inoccorre", entendendo o impugnado/exequente tratar-se a impugnação de expediente meramente protelatório.Pugna pela sua rejeição da impugnação e majoração dos honorários advocatícios. É o relatório.Decido. A impugnação ofertada por Tim Celular S/A deve ser rejeitada, pelos motivos que passo a expor.Extrai-se do art. 475-J, do CPC, que a parte condenada ao pagamento de quantia certa deverá cumprir espontaneamente o julgado no prazo de quinze dias, eximindo-se, desta forma, da multa prevista no caput de mencionado artigo (10%).Pois bem. Doutrina e jurisprudência têm entendido que o prazo para o pagamento espontâneo a eximir a parte da multa e de novos honorários começa a fluir de forma automática, a partir

do trânsito em julgado da DECISÃO, na hipótese tratada nos autos, em que o trânsito em julgado ocorreu ainda no 1º grau (parte alguma apresentou recurso diante da SENTENÇA). Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. LEI N. 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II, E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC. MULTA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INEXIGIBILIDADE. 1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da DECISÃO condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. Na hipótese em que o trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória com força de executiva (SENTENÇA executiva) ocorrer em sede de instância recursal (STF, STJ, TJ E TRF), após a baixa dos autos à Comarca de origem e a aposição do “cumpra-se” pelo juiz de primeiro grau, o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. 3. O juízo competente para o cumprimento da SENTENÇA em execução por quantia certa será aquele em que se processou a causa no Primeiro Grau de Jurisdição (art. 475-P, II, do CPC), ou em uma das opções que o credor poderá fazer a escolha, na forma do seu parágrafo único – local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou o atual domicílio do executado. 4. Os juros compensatórios não são exigíveis ante a inexistência do prévio ajuste e a ausência de fixação na SENTENÇA. 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (Resp. n.º 940.274 – MS – 2007/0077946-1 – Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros. Julg. 07/04/2010). Assim, considerando que o trânsito em julgado ocorreu neste juízo, bem como o fato de constar no próprio corpo da SENTENÇA intimação para pagamento quando do trânsito em julgado, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 475-J, do CPC, mostra-se desnecessária nova intimação para cumprimento voluntário, sendo correta, portanto, a incidência da multa prevista no art. 475-J, do CPC (10%). Por fim, tocante ao pedido de majoração dos honorários advocatícios, indefiro-o, na medida que o percentual indicado na DECISÃO de fl. 65 (10% - R\$ 1.012,00) se mostra adequado ao trabalho exercido pelo causídico, considerando o baixo nível de complexidade neste feito da atual fase processual. Diante do acima exposto e por tudo mais que dos autos consta, REJEITO A IMPUGNAÇÃO apresentada por Tim Celular S/A. Expeça-se alvará em favor do exequente para saque do valor indicado pela executada, que se mostra incontroverso (R\$ 9.469,67). Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, certifique-se, retornando os autos conclusos para fins de extinção (art. 794, I, do CPC) e liberação do valor remanescente (inclusive rendimentos) em favor do exequente. Intime-se a sucumbente para pagamento das custas do processo, sob pena de inscrição na dívida ativa. Publique-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível

O INTEIRO TEOR DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tjro.jus.br

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO :

JUIZ : jjorge@tjro.jus.br

DIRETORA DE CARTÓRIO: edseiasousa@tjro.jus.br

VARA : pvh5civel@tjro.jus.br

Proc.: [0016007-27.2013.8.22.0001](#)

Ação: Notificação

Notificante: DISTRIBUIDORA DE PETROLEO MANGUARY LTDA

Advogado: Luiz Antonio Rebelo Miralha (RO 700)

Notificado: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda

48 horas:

Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a retirar os autos, no termos do DESPACHO de fls. 20.

Proc.: [0016576-96.2011.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: R.e.o Ramos Me Raddar Veiculos

Advogado: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)

Executado: Kaipa Comércio e Serviços Ltda

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 52 verso: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos”.

Proc.: [0019816-59.2012.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Autovema Veículos Ltda

Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)

Executado: Tito Pereira Dantas

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 37 verso: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos”.

Proc.: [0014833-80.2013.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID

Adv. Karina da Silva Sandres-OAB/RO nº 4594

Executado: Marcia Rodrigues da Silva, Magui Pinto Rodrigues

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 21 verso: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos”.

Proc.: [0019655-15.2013.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Artevidro Industria e Comercio Ltda

Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)

Executado: Thais Alves Nascimento

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 22 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0020685-85.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S/A

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Executado:E.b. Leite Me, Mario Sergio Ramos Leite

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 32 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0013126-77.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Cléber Antonio Bignati Monteiro, Luiz Carlos Bignati Botelho, Luiza Bignati Botelho

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 39 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0013688-86.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda

Advogado:Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)

Executado:Silvi Miranda da Silva

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 30 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0007750-81.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Marcelo Batista de Oliveira, Célia Cristina da Costa

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 59 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0017691-84.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Intermedium S.A.

Advogado:Paula Gracielle Piva (OAB/RO 5175)

Executado:Elton Alves Leal Júnior

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 49 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0004933-73.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Maria Ivanilde Cardoso Garça Machado

Advogado:José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)

Executado:Felipe Castor de Andrade

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 21 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0021541-49.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Instituto João Neóricio

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Executado:Fabiana dos Santos Cruz

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 23 verso : "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos".

Proc.: [0017700-51.2010.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Sociedade de Educação e Cultura de Porto Velho Ltda S/C

Advogado:Francisco Ribeiro Neto (OAB/RO 875)

Requerido:Lucinda dos Santos Souza Gonzaga Goncalves

Advogado:Defensoria Pública (000)

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 90, de intimação da requerida.

Proc.: [0188019-23.2008.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Associação Rondoniense de Ensino Superior - ARES FATEC

Advogado:Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)

Requerido:Anderson Mendes Fonseca

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Ofício de fls. 128/131.

Proc.: [0015483-98.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Rover Distribuidora Importadora e Exportação Ltda

Advogado:José Alexandre Casagrande (PR 26.318)

Requerido:Joaquim Oliveira

Advogado:Lélia de O.r. Gomes Neta (OAB/RO 4308)

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Ofício de fl(s).45.

Proc.: [0266270-89.2007.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Gilmar Antonio Camilo

Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)

Requerido:Antonio Vicente Bispo Filho

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Ofício de fl(s).165.

Proc.: [0022129-27.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Elcineia Desmoni Sales

Advogado:Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)

Requerido:Celso Leite Ribeiro

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Ofício de fl(s).27/28.

Proc.: [0005043-09.2012.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S. A.

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Executado:Bella Pizza Restaurante Ltda, Elisabeth Sbrana Garcia Somenzari

Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 57/63, impugnação à penhora.

Proc.: [0021813-43.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Ilaneide de Oliveira Barradas

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos ()

Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Advogado:Carla da Prato Campos (), Samily Fontenele Silva (OAB/RO 406E)

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 23 e seguintes.

Proc.: [0024277-40.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Fiat S A

Advogado:Melaine Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)

Requerido:Maria do Perpetuo Socorro Magalhaes

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 34 e seguintes, informando que o débito foi quitado em outubro/2013.

Proc.: [0009170-58.2010.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Severino do Ramo Araujo

Advogado:Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)

Requerido:Gargiulo Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado:Marcelo Estabanez Martins (OAB / RO 3.208)

Prosseguimento do Feito:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 348, venda judicial negativa.

Proc.: [0020088-24.2010.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:Serviço Social da Indústria - SESI/DR-RO

Advogado:Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487), Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615)

Requerido:Paulo Adriano Ferreira Lima

Advogado:Defensoria Pública (000000000000000000)

Prosseguimento do Feito:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face manifestação do requerido por negativa geral.

Proc.: [0023122-02.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:E. G. Rodrigues Auto Service

Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)

Executado:Rayssa Gonçalves de Castro

Fica a exequente intimada a apresentar uma contrafé.

Proc.: [0007793-47.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nailson Ferreira da Silva

Advogado:José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)

Requerido:VIA CABO TV - ADELPHIA COMUNICAÇÕES S/A

Advogado:Patrik Camargo Neves (OAB/SP 156541), Sérgio

Seleghini Júnior (OAB/SP 144709), Guilherme da Costa

Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

Petição - Requerido:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte Autora de fl 49, pedido de renúncia.

Proc.: [0020887-33.2011.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Venezia Comércio de Caminhões Ltda

Advogado: Marcia Janete Sacco Garcia-OAB/RO nº 1082 e Maria Sonia Benitez (OAB/RO 1072)

Requerido:Catia de Oliveira Campos

Carta precatória - Devolvida:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar andamento da carta precatória expedida nos autos

Proc.: [0012638-59.2012.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID

Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)

Executado:Roner Glayson de Oliveira Pinto, Adelma Henrique, Eduardo Anselmo Rodrigues Neto

Carta precatória - Devolvida:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida (fls. 52 e seguintes).

Proc.: [0016206-54.2010.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado:Vera Lúcia Nunes de Almeida (OAB/RO 1833), Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)

Requerido:Marcelo Francisco Narciso

DECISÃO :

DECISÃO Indefiro o pedido de fls. 71/72, por ausência de previsão legal. Ressalte-se que o judiciário não é instrumento de pesquisa da parte. Intime-se a credora para indicar bens a penhora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em nada sendo requerido, arquivem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito.

Proc.: 0009042-33.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Hercília Gama da Silva e Souza

Advogado:Claudecy Cavalcante Feitosa (OAB/AC 2317),
Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.A. ELETROBRAS

Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Francianny
Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)

Depósito Judicial Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito
Judicial de fl. 34,efetuado pela parte requerida, no valor de R\$
1.500,00

Proc.: 0002497-15.2011.8.22.0001

Ação:Desapropriação

Requerente:Santo Antônio Energia S.A

Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Luciana
Sales Nascimento (OAB/SP 156820), Bianca Paola Camargo
de Oliveira (OAB/RO 4020), Everson Aparecido Barbosa (OAB/
RO 2803)

Requerido:Benjamin Belarmino da Silva, Pedro Gomes
Nogueira

Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB-RO 1688), Benedito
Mouzinho Borges (OAB/RO 836)

Edital - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de
05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo
de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0005287-98.2013.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Maria Ivanilde Cardoso Garça Machado

Advogado:José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)

Executado:Tatiane Cristina Nascimento da Costa

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de
05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais
no valor de R\$ 7,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008411-60.2011.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Macson Lima Borges

Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)

Requerido:Marisa Lojas S/A

Advogado:Paulo Sérgio Uchoa Fagundes Ferraz de Camargo
(OAB/SP 180623), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)

Depósito Judicial Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito
Judicial de fl. 110/111,efetuado pela parte requerida, no valor
de R\$20.620,88 junto ao Banco do Brasil S/A.

Proc.: 0008741-23.2012.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Administradora de Consórcio Nacional Honda
Ltda

Advogado:Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB/SP
31618), Agnaldo Kawasaki (OAB/MT 3884), Tenille Pereira
Fontes (OAB/MT 11260)

Requerido:Fabrício Correia

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das
custas de novas diligências.

Proc.: 0007228-54.2011.8.22.0001

Ação:Monitória

Requerente:Eletrotel - Eletricidade e Telecomunicações Ltda

Advogado:Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)

Requerido:Fabiano de Paiva Martins

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das
custas de novas diligências.

Proc.: 0021760-67.2010.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:Banco Bradesco S/A

Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO
4659), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Daynne Francylle
de Godoi Pereira (OAB/GO 30.368)

Requerido:Dias Comércio de Gêneros Alimentícios e
Representações Ltda, Manoel Umberto Pereira Dias

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das
custas de novas diligências.

Proc.: 0019830-09.2013.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Bernadete Bernardina Franca Silva

Advogado:Líliã Santiago da Costa (OAB/RO 6033)

Executado:Eugênio Ribeiro Cavalcante

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es),
para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das
custas de novas diligências.

Proc.: 0015482-45.2013.8.22.0001

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia -
CAERD

Advogado:Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579), Evaldo
Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884A)

Requerido:Cláudio Souza dos Santos

Planilha:

Fica a parte credora intimada, por seu advogado, a apresetar
planilha do débito atualizada nos termos da SENTENÇA .

Proc.: 0020295-52.2012.8.22.0001

Ação:Monitória

Requerente:Associação Rondoniense de Ensino Superior -
ARES FATEC

Advogado:David Alves Moreira (OAB/RO 299B)

Requerido:Camila Floresta Alecrim

Advogado:Juacy dos Santos Loura Junior (OAB/RO 656A)

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05
dias, intimada sobre a certidão de fl 59 verso: "Certifico e dou fé
que decorreu o prazo para pagamento espontaneo".

Proc.: [0010452-97.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Brasil Telecom S. A.

Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Ana Tereza Palhares Basilio (OAB/RJ 74802)

Requerido:Edimarcia Soares de Oliveira, Antônio Melo de Castro, José Eneas da Silva, Margarida Emilia Ambrosio dos Reis, Paulo Anjos Silva, Marines dos Santos Barbosa Falcão, Otávio de Melo Falcão, Donizete Aparecido Martins Santiago Advogado:Thaís Sheila Alves Santiago (OAB/RO 4035)

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 144 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para pagamento espontaneo".

Proc.: [0000950-37.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Mauro Paulo Galera Mari

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Executado:Pedro Caetano da Cunha Neto

Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 119/122, pedido de suspensão da execução.

Proc.: [0000062-97.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Tres America Transportes Ltda

Advogado:Luis Marcelo Benites Giummarresi (OAB/MS 5119)

Requerido:Supermercado Gonçalves Ltda

Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 145 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para manifestar sobre petição de fls. 144".

Proc.: [0008044-70.2010.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Maria Rodrigues Camilato, Carlos Alberto Rodrigues Camilato, Pedro Rodrigues Camilato, Alcebíades Vieira, Hélio da Silva Souza, Geni Felipe da Silva, Elizabete da Silva Sousa, Karla Resende Reis Martins de Oliveira, Leni Santiago, Divoney Santos de Andrade Rodrigues, Djanira dos Santos de Andrade, Disney Santos de Andrade Rodrigues, Maria Senhora de Oliveira, Tereza de Oliveira Souza, Tereza Pereira da Fonseca, Vicente Mendes Filho

Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Requerido:Banco do Brasil S.A.

Advogado:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)

Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 439 verso: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para pagamento espontaneo".

Proc.: [0013994-55.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Paulo Fernandes Cândido da Silva

Advogado:Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)

Requerido:BANCO BMG S/A

Advogado:Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)

Custas Finais:

Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 15,40, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0011243-95.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Viroi Distribuidora Ltda

Advogado:Fabiane Martini (OAB/RO 3817)

Requerido:M. B. Sandos & Cia Ltda

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0011245-65.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Viroi Distribuidora Ltda

Advogado:Fabiane Martini (OAB/RO 3817)

Requerido:M F da Cunha

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0010237-53.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Sociedade de Pesquisa, Educação e Cultura Dr. Aparício Carvalho de Moraes Ltda

Advogado:Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)

Requerido:Lucia Rodrigues de Andrade

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0015807-88.2011.8.22.0001](#)

Ação:Consignação em Pagamento

Consignante:Fabiano Ribeiro Barbosa

Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

Consignado:Maringá Comércio e Representações Ltda, Idaildes Ramalho

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0020473-64.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco PSA Finance Brasil S/A

Advogado:Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086), Jose Maria Santos de Carvalho (OAB/AM 128)

Requerido:Marco Vinicius de Vasconcelos

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0183303-16.2009.8.22.0001](#)

Ação:Depósito

Requerente:Banco Fiat S. A.

Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/ES 10990)

Requerido:M. de M. Vieira Me

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0010388-19.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Condomínio Garden Village

Advogado:Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160), Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (RO 632), Raimisson Miranda de Souza (OAB/RO 5565), Samuel dos Santos Júnior (OAB/RO 1238)

Requerido:Alcimar Dantas da Silva

Edital - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: [0003432-21.2012.8.22.0001](#)

Ação:Arresto

Requerente:Luiz Antônio Rebelo Miralha

Advogado:Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)

Requerido:Giácomo Casara de Rivedo

Edital - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: [0000796-19.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Cavalcante & Alexandre Ltda

Advogado:Albenísia Ferreira Pinheiro (OAB/RO 3422)

Executado:Nilma da Silva Oliveira

Edital - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: [0006356-05.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Aderbal Costa de Oliveira

Advogado:Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956), Bruna Marcia Kruk (OAB/RO 5298)

Requerido:Célio Franco Cardoso dos Santos, MARINILCE DA SILVA MONTENEGRO

Edital - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: [0020259-73.2013.8.22.0001](#)

Ação:Cautelar Inominada (Cível)

Requerente:Eldorado Comércio de Vestuário Ltda

Advogado:José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961)

Requerido:Via Uno SA Calçados e Acessórios, Fidc Exodus Institucional

Documento - Retirar:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido de fls. 26, mandado de sutação do protesto para ser cumprido junto ao cartório, pela parte.

Proc.: [0018507-66.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marcelo Nascimento Bessa

Advogado:VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA (OAB 2479)

Requerido:Tudorondonia.com.br, Rondoniaagora Jornalismo, Folharondoniense.com.br, Ivonete Gomes, Gessi Taborda

AR Negativo:

Manifeste a parte interessada sobre a juntada de ARs NEGATIVOS.

Proc.: [0011561-83.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Iris Gabriela Neto Rebouças Me

Advogado:Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)

Requerido:Lorene Fernanda Marques Rodrigues, Rosana Marques Rodrigues Raad

Custas Finais:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 65,00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0004363-58.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Aluizio Souza Vieira

Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:Banco Pine S.A

Advogado:Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 27,10, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017239-11.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Otávia das Chagas Almeida de Lima

Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Requerido:Hipercard - Banco Múltiplo S/A

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 362,51, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0093964-61.2000.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Diva de Souza Meireles

Advogado:Hilda Maria Saraiva de Albuquerque (OAB/RO 722), Samuel dos Santos Júnior (OAB/RO 1238)

Requerido:Embrascom Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda

Advogado:Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB-RO 1401)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$470,63, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017440-03.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Leocadia da Conceição Valente

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 96,75, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0011071-56.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Maria Paiva Rodrigues

Advogado:Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)

Requerido:BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A

Advogado:Carla da Prato Campos (), Tamara Valadares Borges de Oliveira (OAB/RO 3565)

Custas Finais:

Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 15,50, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0006993-87.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Raimundo Rodrigues da Silva

Advogado:Euzélia José da Silva (OAB/RO 1397)

Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia

Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida e autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 227,90 para cada,, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0189328-45.2009.8.22.0001](#)

Ação:Despejo (Cível)

Requerente:S. B. C. de C. E.

Advogado:Oscar Luchesi (OAB/RO 109)

Requerido:L. R.

Advogado:José Manoel Garcia Fernandes (OAB/PR 12855)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$3.802,25, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0004272-65.2011.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Paulo Cordeiro Barbosa

Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)

Requerido:Banco do Brasil S/A

Adv. Gustavo Amato Pissini-OAB/RO 4567

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$28,70, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0016961-78.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Roberto Willian Paulino de Souza

Advogado:José Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888)

Requerido:Sabemi Seguradora

Advogado:Pablo Berger (OAB/RS 61011), Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)

Custas Finais:

Fica a parte autor, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 202,45, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0000741-68.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Francisco das Chagas Braga de Oliveira

Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:Banco do Brasil S/A

Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571), Louise Rainer Pereira Gionédís (PR 8123)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$27,05, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0009013-51.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Cristiane Ribeiro da Silva

Advogado:Clovis Avanço (OAB/RO 1559)

Requerido:VIVO S A

Advogado:Fabrício Grisi Médiçi Jurado (OAB/RO 1751), Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583), Bruno Machado Colela Maciel (OAB/DF 16760)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 560,51, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0147510-16.2009.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Tam - Linhas Aéreas S/A

Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)

Requerido:Viviane Rodrigues dos Santos

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$27,18, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0016991-79.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Edvaldo Costa de Alencar

Advogado:Noemia Fernandes Saltao (RO 1355)

Requerido:B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO, Fai Financeira Americanas Itau S/A Crédito Financiamento e Investimento, Liderança Serviços Especializados em Cobranças S/S Ltda

Advogado:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674), Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Roberto

Jarbas de Souza (OAB/RO 1246), Patrícia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582), Amanda Volpe Gonçalves (OAB/SP 237230)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 175,87, sob pena de inscrição na dívida ativa, bem como para a autora efetuar levantamento do alvará, dentro do prazo do vencimento.

Proc.: [0022071-58.2010.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Marcli Mendes Pontes

Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Banco Citicard S.A.

Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Moraes da Silva (OAB/RO 3830)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 8,95, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0007806-51.2010.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Martha Lídia Navarro Hurtado

Advogado:Rodrigo Ferreira Batista (RO 2840)

Requerido:Banco do Brasil S. A.

Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)

Depósito Judicial Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl.165,efetuado pela parte requerida, no valor de R\$ 17.938,75, junto ao Banco do Brasil S/A.

Proc.: [0013047-98.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Santander Brasil S.a.

Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)

Executado:Porto Cafe Ltda Me

Certidão do Oficial de Justiça:l

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls 21/23, efetuou o arresto e não procedeu a citação.

Proc.: [0009012-66.2011.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Rosangela de Assis Gonçalves Silva

Advogado:Amaral Borges da Silva (OAB/RO 2465)

Executado:Ademir Rodrigues Pereira

Carta precatória - Devolvida:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: [0225701-46.2007.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:L. S. Serviços de Transportes Rodoviários Ltda ME

Advogado:Marcelo Henrique de Menezes Pinheiro (RO 265-B)

Requerido:Gerônimo Pinheiro

Advogado:Pedro da Silva Freitas Queiroz (OAB/RO 2339)

Carta precatória - Devolvida:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Edseia Pires de Sousa

Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata

Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza

Juíza de Direito

Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br

Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: [0014475-18.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Andreia Amaral Rodrigues

Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)

Requerido:Bradesco Saúde S.A.

Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Diogo Moraes da Silva (OAB/RO 3830)

SENTENÇA :

Posto isso, nos termos dos arts. 473 e 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais, confirmando a liminar concedida, declarando outrossim, rescindido o contrato de plano de saúde entre o dependente da parte Autora, Arthur Guilherme Rodrigues Araújo, e a Requerida em 19.03.2012. Determino que a parte Requerida pague a parte Autora a quantia de R\$3.000,00, a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.Deverá a parte Requerida proceder ainda ao reembolso dos valores adimplidos pela parte Autora a título de contraprestação pelo plano de saúde do menor Arthur Guilherme Rodrigues Araújo, posteriores a abril de 2012, acrescido de correção monetária a partir do efetivo desconto e juros de mora a partir da citação. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do CPC.Expeça-se alvará em proveito da parte Autora dos valores referendados às fls. 183, devendo o mesmo ser levantado no prazo de 30 dias, sob pena de remessa à conta centralizadora.Considerando a sucumbência mínima, arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3º, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, o devedore deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, archive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Proc.: [0019523-07.2003.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Sebastiao Bezerra de Freitas

Advogado:Ayrton Barbosa de Carvalho (OAB/RO 861)

Executado:Rawel Comercio Representacoes Ltda

Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$9.078,99 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0012980-07.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A.

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Nilson da Silva

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$171,50, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0004177-64.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Anderson Santana Costa

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$1.471,35, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0024880-50.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Silvio Parente de Souza

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Claro S.A.

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$55,77, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0016707-03.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ítalo Ogliari Ferreira da Silva

Advogado:Rivaldo Veras de Jesus (OABRO 5279), Leonardo

Alencar Moreira (OAB/RO 5799)

Requerido:Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A Embratel

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$375,22, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0015441-49.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Banco Itaucard S/A

Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (ES 10.990)

Requerido:José Pereira Leite

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$554,80, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0012185-98.2011.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Leda Yara Soares

Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Banco do Brasil S/A

Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571),

Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Louise

Rainer Pereira Gionédís (OAB/PR 8123)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$8,70, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0005929-76.2010.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Banco Itauleasing S.A.

Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Nicolas Medina Alonso (SP 87296)

Requerido:Indústria e Comércio de Madeiras Rio Preto Ltda Me

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$683,75, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0011352-17.2010.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Elias Marinho da Silva

Advogado:Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766)

Requerido:Alessandro Mendes Coenga

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$885,75, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0014583-52.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:José Cyrso de Freitas

Advogado:Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552), Henrique

Oliveira Junqueira (OAB/RO 4214), Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477)

Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia

Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Pedro Origa (OAB/RO 1953)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$177,45, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017246-76.2007.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON

Advogado:Olívia Alves Moreira (OAB/RO 2212)

Executado:Décio Cintra Vasconcelos

Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva. (OAB/RO 1073)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$606,30, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0015301-15.2011.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

Advogado:Suzane de Paula Roessler (OAB/RO 4800)

Requerido:Orlando Rodrigues Cataca

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$1.191,80 , sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0009098-66.2013.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Cássio Onairam Lima da Silva

Advogado:Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido:Mario Sergio Correia Barros

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$156,15, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0020557-75.2007.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Santos e Silva Cosméticos Ltda

Advogado:Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Juliano Domingues de Oliveira (OAB/MT 4443E), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Executado:Rosinéia da Silva Santos

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$382,20, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0002041-94.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Banco Itaucard S/A

Advogado:Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)

Requerido:Luiz Melo da Silva

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Déborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$72,85, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0022502-24.2012.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Edgerson Augusto Flores

Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:Banco Bonsucesso S. A.

Advogado:William Batista Nésio (), Ivan Mercedo de Andrade Moreira (OAB/MG 59382), Celso Henrique dos Santos (OAB/MG 110394)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$8,05, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0021403-87.2010.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BV Financeira S. A. CFI

Advogado:Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)

Requerido:Pedro Luciano Federigi Junior

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$874,75, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0006034-48.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Edivandro Marinho de Oliveira

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$133,55, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0148653-74.2008.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Pemaza S. A.

Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Arcelino Leon (OAB/RO 991), Layde Lana Borges da Silva Bezerra (OAB/RO 2909)

Executado:Claudete da Lara

Advogado:Antonio Carlos de Almeida Batista (881)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$95,00, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0001957-93.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Thiago Soares de Mendonça

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A

Advogado:Rosana Benencase (OAB/SP 120552)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$7,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0026024-59.2012.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Serviço Social da Indústria - Sesi

Advogado:Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)

Requerido:Cassiano Nobel de Souza

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$188,85, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0021648-30.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Itaucard Sa

Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/ES 10.990), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)

Requerido:M J L F Santana

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$727,85, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0002181-31.2013.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Safra Leasing Arrendamento Mercantil

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo. (OAB/RO 1894)

Requerido:Antônio Delzumir Pessoa da Silva

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$959,20, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0016612-70.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Aline Mariane Freitas de Castro

Advogado:Ângelo Florindo da Silva (OAB/RO 5489)

Requerido:A. dos Santos Ferreira Silva Comércio de Veículos Ltda

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$108,10, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0019898-27.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Moises da Silva Lopes

Advogado:Ivone Mendes de Oliveira (OAB/RO 4858)

Requerido:Banco Bradesco S.A., Carmen Eneida da Silva Rocha

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$1.505,85, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0016699-60.2012.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado:Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778), Hudson José Ribeiro (OAB/SP 150060)

Requerido:Denilson de Lima Ribeiro

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$745,15, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017006-14.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:B. V. Financeira S.A.

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Helita Rodrigues de Moura Faustino

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$471,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017551-84.2012.8.22.0001](#)

Ação:Cautelar Inominada (Cível)

Requerente:Mirton Moraes de Souza

Advogado:Shirley Conesque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)

Requerido:Banco do Brasil S.A.

Advogado:Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260),

Gustavo Amato Pissini (OAB 12473-A)

Custas Judiciais Autor:

Ficam as partes intimadas, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$8,20 para cada parte, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0047214-30.2002.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Hindemburgo Bilro da Costa

Advogado:Henrique de Souza Leite (OAB/RO 831), Fabiano Souza (OAB/RO 877)

Executado:Zeni Nogueira dos Santos Pereira

Advogado:Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$56,70, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0004986-25.2011.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Mario Camilato

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Banco Pine S.A

Advogado:Denis Audi Espinela (OAB/SP 198153), Paulo Mauricio Badiani Sobrinho (OAB/RO 4719)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$8,80, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0018545-49.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Adeilson Abreu Rosas

Advogado:Walmir Benarrosh Vieira (RO 1500/RO), Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)

Executado:Banco Santander S.a

Advogado:Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482), Nanci Campos (OAB/SP 83577), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$190,58, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0003223-18.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Jorge Gomes Mariano

Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:Banco BMG S/A

Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$7,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0017667-90.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Joaquim Valdomiro Alves da Silva

Advogado:Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (30-B), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$57,55, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0000104-49.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Gsm Brasil Ltda

Advogado:Marcelo Tudisco (180.600)

Requerido:Solange Maria Lanziani Balestieri

Advogado:Moaci Requi (OAB/RO 2355)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$654,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0006174-82.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Rede Mii Ltda

Advogado:Elisandra Nunes da Silva (OAB/RO 5143)

Requerido:Adriana da Costa Sousa & Cia Ltda

Advogado:Leandro Cavol (OAB/RO 473A)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$15,70, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0016354-60.2013.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Flavia Maria Christo de Melo

Advogado:Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342)

Requerido:HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Advogado:Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antonio Sousa Pinto (RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$15,45, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0008097-80.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:AYMORE SANTANDER FINCANCIAMENTOS

Advogado:Francisco Carlos Ramos da Silva (RJ 163.988)

Requerido:Danilo Santana de Souza

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$875,55, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0003727-58.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Elilson Oliveira de Souza

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$129,85, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0006951-67.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a.

Advogado:José Martins (OAB/SP 84314), Márcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)

Requerido:Maria Clara Barreto Crispim

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$691,10, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0003252-68.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Telma Maria de Lima Santana

Advogado:José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)

Requerido:Eletrobras Distribuição Rondonia - CERON

Advogado:Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$157,90, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0001129-97.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Banco Honda S. A.

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)

Requerido:Joselene Cristiane da Silva

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$116,30, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0012488-78.2012.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Rosinaldo Lemos Ferreira

Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido:Banco Itaú S/A

Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$8,25, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0009745-95.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Hidros Empreendimentos Ltda

Advogado:Cleber dos Santos (RO 3210)

Requerido:Elimar Magalhães da Silva

Custas Judiciais Autor:

Ficam as partes intimadas, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais "pro rata" no valor de R\$153,00, para cada parte, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0011009-16.2013.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Consórcio Nacional Suzuki Motos Ltda

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)

Requerido:Maria Francisca Rodrigues

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$98,10, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000806-92.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Adelaide Ferreira da Conceicao Vieira

Advogado:Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)

Requerido:BANCO ITAU CARD S/A

Advogado:Celso Marcon (OAB/AC 3266A)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$232,70, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0006895-34.2013.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento

Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Eugênio Ferreira Lima

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$102,50, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0025784-70.2012.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BANCO BMC S/A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Berlim Rent A Car Ltda.

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$1.506,40, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0224956-95.2009.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Claudia Mendes Gomes

Advogado:Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)

Requerido:Microlins - Centro de Formação Profissional

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$159,94, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001013-96.2010.8.22.0001

Ação:Depósito

Requerente:Recovery do Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multisetorial

Advogado:Cícero Nobre Castello (OAB/SP 71.140), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/RO 3700)

Requerido:Hudson da Silva Souza

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$233,79, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000168-93.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Wilmo Alves

Advogado:Marcia Antonetti (RO nº 1028)

Requerido:Tim Celular S. A.

Advogado:Celso David Antunes (OAB/BA 1141), Luis Carlos Monteiro Laureço (OAB/BA 16780), Gustavo G. do Prado (OAB/RO 4012)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$139,41, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0015190-65.2010.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Alzeni Soares Pereira

Advogado:Janaina Zimmer (OAB/RO 3365)

Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia

Advogado:Ubirajara Rezende (RO 1571), Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)

Ofício - Partes:

Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Ofício.

Proc.: 0019531-81.2003.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Requerente:Sebastiao Bezerra de Freitas

Advogado:Ayrton Barbosa de Carvalho (OAB/RO 861), José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A), Manoel Rivaldo de Araújo ()

Excepto:Rawel Comercio Representacoes Ltda, Idair Pasqualini de Assis, Aluisio Pasqualini de Assis

Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (), Severino José Pertele Filho (OAB/RO 437), Luciene Peterle (OAB/RO 2760), Severino Aldenor da Silva (RO 2352), Luciene Peterle (OAB/RO 2760)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$10.330,58, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0147663-35.1998.8.22.0001

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:ITAÚ UNIBANCO S/A

Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)

Executado:Exagero Center Comercio e Confeccoes Ltda, Amado Ahamad Rahhal, Artur Ramos da Silva Filho, Claudio de Paula

Advogado:José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379B), Lourdes Maria Zanchet (OAB/RO 132), José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379B), Lourdes Maria Zanchet (OAB/RO 132), Henrique de Souza Leite (OAB/RO 831), José Damasceno de Araújo (OAB/RO 66B)

DECISÃO :

Assim, com base nas assertivas acima, indefiro os pedidos feitos pelos executados Artur Ramos (fls. 175/179) e Cláudio (fls. 182/189).Determino que seja expedido alvará a favor do exequente para levantamento das quantias penhoradas e identificadas às fls. 143/145, devendo ser procedido prévio agendamento junto ao Cartório e efetivação de saque em 30 dias.Faculto às partes se manifestarem quanto a eventual interesse em designação de audiência de tentativa de conciliação, ocasião em que poderão apresentar propostas efetivas de uma rápida resolução da questão, atentando-se para a antiguidade destes autos que se arrasta por mais de 15 (quinze) anos.No mais, deverá a parte Autora requerer o que for de direito para um regular prosseguimento do feito.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

7ª VARA CÍVEL**7ª Vara Cível**

Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito

Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br

Escrivã Judicial : Ana Rosa da Costa Farias

Proc.: [0019774-73.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia CREDIFORT

Advogado:Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195), Antônio Fonseca Barbosa Atipos (OAB/RO 3267)

Executado:Marcos Aparecido Soares Barbosa

SENTENÇA :

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (fls. 50/53), para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por COOPERATIVA DE ECONOMIA e CRÉDITOS MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA CREDIFORT contra MARCOS APARECIDO SOARES BARBOSA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento. Sem custas finais.Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. . Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: [0009620-93.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Recol - Representações e Comércio Ltda

Advogado:Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)

Requerido:Paula Ambrosio da Silva Me

SENTENÇA :

Ante a manifestação de fls. 47, com fundamento no inciso VIII do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação do mérito, o processo movido por RECOL - REPRESENTAÇÕES e COMÉRCIO LTDA contra PAULA AMBRÓSIO DA SILVA ME, ambas qualificadas nos autos e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento. Sem custas finais e sem honorários.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: [0025516-16.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Elenilda Assuncao

Advogado:Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)

Requerido:Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado:Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)

SENTENÇA :

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes às fls. 269/270, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento no inciso III do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com apreciação do mérito, o processo movido por ELENILDA ASSUNÇÃO contra GAFISA SPE 85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ambas qualificadas nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Sem custas.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho,28 de fevereiro de 2014.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: [0012972-93.2012.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Gleison Xavier da Silva

SENTENÇA :

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes às fls. 43/44, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, com fundamento no inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A contra GLEISON XAVIER DA SILVA, ambos qualificados nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Sem custas.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 28 de fevereiro de 2014.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: [0022177-15.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Roberto Pizzato

Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)

Requerido:Versailles Incorporadora Ltda

SENTENÇA :

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes às fls. 46/47, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, com fundamento no inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por ROBERTO PIZZATO contra VERSAILLES

INCORPORADORA LTDA, ambos qualificados nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Sem custas. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 28 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016183-06.2013.8.22.0001

Ação: Exibição

Requerente: Wesley Sousa de Jesus

Advogado: Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)

Requerido: Banco IBI S.A. Banco Múltiplo

Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570),

Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)

SENTENÇA :

Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 e no inciso II do art. 844, ambos do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial de exibição formulado por WESNEY SOUSA DE JESUS contra BANCO IBI S/A BANCO MÚLTIPLO, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO a parte requerida que apresente, em 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos que a parte autora pretende comprovar, os seguintes documentos: contrato de empréstimo (n. 1001199010830000 – R\$292,56 – fls. 09), e, ainda, eventuais documentos apresentados quando de sua celebração. Com a exibição, oportunizo à parte autora vistas dos autos em cartório por 05 (cinco) dias para, querendo, extrair cópias, após o que os documentos deverão ser restituídos à parte requerida e substituídos por cópias a seu encargo. Considerando que a parte requerida não deu causa ao ajuizamento da ação, cada parte arcará com o pagamento de seus respectivos advogados. Retifique-se o polo passivo para que nele passe a constar BANCO BRADESCARD S/A. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 28 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015918-04.2013.8.22.0001

Ação: Exibição

Requerente: Raimunda do Socorro Oliveira de Souza

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido: BANCO BMG S/A

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696),

Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

SENTENÇA :

Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 e no inciso II do art. 844, ambos do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial de exibição formulado por RAIMUNDA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA contra BANCO BMG S/A, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO a parte requerida que apresente, em 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos que a parte autora pretende comprovar, os seguintes documentos: contrato de empréstimo consignado (Rubrica “BMG – EMP” - R\$116,33 – fls. 10), bem como autorização para desconto em folha e, ainda, eventuais documentos apresentados quando de sua celebração. Com a exibição, oportunizo à parte autora vistas dos autos em cartório por 05 (cinco) dias para, querendo, extrair cópias, após o que os documentos deverão ser restituídos à parte requerida e substituídos por cópias a seu encargo. Considerando que a parte requerida não deu causa ao ajuizamento da ação, cada

parte arcará com o pagamento de seus respectivos advogados. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 28 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Ana Rosa da Costa Farias

Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE AO DIRETOR DO CARTÓRIO DESTA VARA E/OU MAGISTRADO COMO AINDA CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br e pvh8civelgab@tjro.jus.br
DIRETOR DE CARTÓRIO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0003882-90.2014.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: DAYANA FIGUEIREDO SALES

Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)

Requerido: BANCO CITICARD S/A

DECISÃO :

Vistos. Da análise do pedido constato, em tese, a existência de prova inequívoca e a verossimilhança do alegado, conforme análise dos documentos apresentados, com a possibilidade de dano de difícil reparação a persistir o nome do requerente perante órgãos de proteção ao crédito. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC etc), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem. Não poderá proceder nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide, sob pena de desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019459-45.2013.8.22.0001

Ação: Usucapião

Requerente: Maria Neuza Alves

Advogado: Marcus Edson de Lima ()

Requerido: Novacap Imóveis Ltda

Advogado: Marcelo Henrique de Menezes Pinheiro (RO 265/B)

DESPACHO :

Vistos. Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto pela parte requerida. Quanto a questão da conexão, mantenho o entendimento de indeferimento, posto que já houve julgamento

da ação dita conecta. Com relação a denunciação da lide, postergo a análise para momento posterior a apreciação do agravo pelo tribunal, posto que a solução do recurso poderá determinar a questão. Portanto, diante da situação anômala, determino o sobrestamento do feito aguardando a DECISÃO do referido agravo. Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0006278-45.2011.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis

Advogado: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)

Requerido: TAM LINHAS AEREAS

Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)

DESPACHO :

Vistos. Apesar do pagamento dos valores da condenação, e a apreciação dos autos, inclusive extinção do feito, a parte autora havia questionado sobre valores faltantes a qual entende devido em sede de saldo remanescente. Com efeito, determino a remessa dos autos a Contadoria Judicial, a fim de apurar se de fato há valores faltantes, a qual poderá ocorrer a aplicação de multas e outros encargos, somente em referência a esse valor faltante. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0023192-24.2010.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Ney Luiz de Freitas Leal, Carmem Lúcia Bucci Leal

Advogado: Alan Rogério Ferreira Riça (OAB/RO 1745), Helio Fernandes Moreno (RO 227-B), Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225)

Requerido: Antonio Lopes Sussuarana, Haminadabis Sussuarana

Advogado: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues. (OAB/RO 3798), Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)

DESPACHO :

Visando a regularização do feito, considerando a notícia do falecimento de um dos requerentes, defiro o postulado às fls. 280/287, determino a escrivania que promova a alteração no SAP - Sistema de Acompanhamento Processual, devendo ser o espólio integrado a lide, nos termos do art. 43 do CPC. Providencie o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003833-49.2014.8.22.0001](#)

Ação: Exibição

Requerente: Francisco Neres Fernandes

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)

Requerido: Banco Votorantim S A

DESPACHO :

Vistos. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 802), fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Defiro a medida liminar quanto a entrega dos documentos, considerando a verossimilhança do alegado, devendo a parte requerida juntá-los no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de busca e apreensão. Atente-se o réu de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigo 803 do CPC). Caso em que

o juiz decidirá em 5 dias (art. 803 do CPC). Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003812-73.2014.8.22.0001](#)

Ação: Exibição

Requerente: Jamile Maria de Araújo Manasfi

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)

Requerido: Banco Sabemi S/A

DECISÃO :

Vistos. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 802), fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Defiro a medida liminar quanto a entrega dos documentos, considerando a verossimilhança do alegado, devendo a parte requerida juntá-los no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de busca e apreensão. Atente-se o réu de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigo 803 do CPC). Caso em que o juiz decidirá em 5 dias (art. 803 do CPC). Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0000051-34.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Francisco da Silva Nunes

Advogado: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO (OAB 3531)

Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia . Ceron

SENTENÇA :

Ante o exposto, com fulcro no art. 5º, X, da CF/88, arts. 14 do CDC, 927, do CC, e 269, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e CONDENO a requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, com aplicação de juros legais e correção monetária a partir da publicação desta SENTENÇA . Sucumbente CONDENO a requerida ao pagamento de custas, despesas processuais, e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento), nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, diante do julgamento antecipado, o trabalho realizado pelo causídico, a ausência da complexidade da demanda, e as inúmeras ações de igual natureza. Havendo pagamento de custas, ou inscrita em dívida ativa em caso não pagamento, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0016532-09.2013.8.22.0001](#)

Ação: Cautelar Inominada (Cível)

Requerente: Ana Maria Teixeira Lima

Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado (OAB/RO 4332), Pedro Facundo Bezerra (OAB/RO 5873)

Requerido: AMERON Assistência Médica e Odontológica de Rondônia Ltda

Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Samara Albuquerque Cardoso (OAB/RO 5720)

DESPACHO :

Considerando a DECISÃO proferida às fls. 245/249, manifeste-se a requerente se houve o cumprimento da ordem determinada, no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0005702-18.2012.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Fredson Lopes de Carvalho

Advogado:Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161), Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028), Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB/RO 156B)

Executado:Alex Comércio de Veículos Ltda, Alex Silva Santos
DESPACHO :

Aguarde-se a devolução da carta de intimação de fls. 44.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0019330-40.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)

Executado:Odelson Rodrigues da Silva

DESPACHO :

Vistos. O autor deverá se manifestar quanto a diligência negativa no prazo impreritível de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0023250-22.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Instituto João Neérico

Advogado:Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)

Executado:Rucilene Araújo Botelho

DESPACHO :

Vistos. Certifique a escrivania se houve apresentação de defesa por parte da executada. No mais, diga o autor quanto ao prosseguimento da execução, anexando planilha atualizada e meio alternativo de execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003957-32.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Viana Comércio de Cosméticos e Acessórios de Beleza Ltda ME

Advogado:Gustavo Gerola Marsola (RO 4164)

Requerido:Infraero Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aero Portuária

SENTENÇA :

SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito, antes mesmo de ser apreciado estes autos inicialmente. Isto posto, defiro o requerimento de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes.Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Destaco, tão somente, que não há como realizar o recolhimento/devolução de custas por esta esfera. É ato que compete em sede administrativa do Tribunal de Justiça do Estado.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0004096-81.2014.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:BANCO ITAÚ S.A

Advogado:Isana Silva Guedes ()

Requerido:Janaina Santana Limoeiro

DECISÃO :

Vistos. Defiro liminarmente a medida, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido.Cumprida a liminar, cite-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10.931, de 02.08.2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0004022-27.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Jaquesson de Souza Nunes

Advogado:Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)

Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvt S A

DECISÃO :

Vistos. Não raro as intimações são feitas sem respeito ao prazo prévio a audiência previsto para o rito eleito. Isso se dá pelo acúmulo de mandados com os Srs. Oficiais de Justiça. Dessa forma, converto o presente para procedimento ordinário eis que tem se mostrado prudente por evitar a ocupação infrutífera de pauta e permitir a celeridade devida.Defiro os benefícios da Justiça gratuita.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Decreto a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC).Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0004093-29.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Istefânia Miranda Souza, Mariana Miranda Souza

Advogado:KÊNia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)

Requerido:Supermercado DB Ltda

DECISÃO :

Vistos. Considerando a comprovação de que a parte autora não poderá arcar com o pagamento das custas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, DEFIRO a gratuidade da justiça a parte autora.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art.

285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003832-64.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Blanche Siqueira Villares Stoppe

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)

Requerido: Telefônica Brasil S. A.

DECISÃO :

Vistos. Da análise do pedido constato, em tese, a existência de prova inequívoca e a verossimilhança do alegado, conforme análise dos documentos apresentados, com a possibilidade de dano de difícil reparação a persistir o nome do requerente perante órgãos de proteção ao crédito. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC etc), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem. Não poderá proceder nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide, sob pena de desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0015951-28.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Mercantil Nova Era Ltda

Advogado: Maria de Fátima Paiva da Costa (OAB/RO 3037),

Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)

Requerido: A. R. Soares & Cia Ltda Me

DECISÃO :

Vistos. Expeça-se novo mandado de tentativa de citação da parte requerida. Defiro, desde já, as benesses dos arts. 172, §2º; 227; 228, todos do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0017970-70.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Rosilda de Castro Bezerra

Advogado: Sebastião Uendel Galvão Roberto (OAB/RO 1730)

Requerido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)

DECISÃO :

Vistos. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos legais. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das

contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0024940-86.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Ailton Fernandes dos Santos

Advogado: José Gomes Bandeira Filho (RO 816)

Requerido: Banco Ibi S/a

Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570),

Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)

DESPACHO :

Vistos. Tendo em vista a irregularidade da representação da requerida nos autos, determino que traga/junte no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decretação da revelia (artigo 13, II do CPC), o original ou cópia autenticada da procuração, substabelecimento e contrato social. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0013870-72.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Ricardo de Souza

Advogado: Francilane Vieira de Souza (OAB/RO 4827), Nelson

Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva

Maciel (OAB/RO 1950)

Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social INSS

DESPACHO :

Vistos. Diga o autor quanto a proposta formalizada pelo INSS no prazo de 10 (dez) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0001486-43.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Sebastiao da Silva Pereira

Advogado: Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543), Josias

Rodrigues Nery (OAB/RO 6158)

Requerido: Interligação Elétrica do Madeira S. A.

DESPACHO :

Vistos. Determino que a parte autora traga aos autos comprovante de hipossuficiência, uma vez que houve o pagamento de advogado particular, e as custas, em tese, não implicam prejuízo ao seu sustento, e como cediço na jurisprudência pátria, é necessária devida comprovação da necessidade (0001165-45.2013.8.22.0000 TJ/RO; AgRg no REsp 984.328/SP). Do contrário, deve juntar o comprovante de pagamento de custas processuais. Colaciono, inclusive, entendimento no Superior Tribunal de Justiça que denota o mesmo entendimento: "STJ - AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 290902 SP 2013/0024202-8 (STJ) Data de publicação: 01/04/2013. Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. MASSA FALIDA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. NAINSTÂNCIA DE ORIGEM. VERBETE SUMULAR 481/STJ. REAVALIAÇÃO EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. DECISÃO AGRAVADAMANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica comou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade

de arcarcom os encargos processuais. (Súmula 481/STJ). 2.- Inviável a modificação do julgado na via especial se o Tribunal de origem, soberana no exame dos fatos e provas dos autos, concluir que a parte não comprovou a sua condição de hipossuficiência, necessária à concessão da gratuidade de justiça. Incidência do enunciado sumular 7/STJ. 3.- Agravo Regimental improvido."Prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0004755-27.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Rosângela Maria Passos da Silva Craveiro

Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479),

Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099), Heliton

Santos de Oliveira (OAB/RO 5792)

Requerido: Izabel Maria Fernandes Freitas

Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)

SENTENÇA :

SENTENÇA I – Relatório Trata-se de ação de cobrança proposta por ROSANGELA MARIA PASSOS DA SILVA CRAVEIRO em desfavor de IZABEL MARIA FERNANDES FREITAS. Alega a requerente que firmou contrato de locação com a requerida de um imóvel residencial por um período de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 27/01/2010 a 27/01/2011, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Afirma que, como de praxe fora cobrado caução no valor de 01 (um) mês de aluguel. Encerrando o contrato celebrado, informou que não tinha mais interesse em prorrogar, posto que o valor pago não condizia mais com sua atual realidade financeira, tendo requerido a devolução da caução paga. Conta que passados alguns dias ao pedido, a requerida alegou que não mais seria possível devolver o valor pago a título de caução, posto que o imóvel se encontrava com defeitos decorrentes do uso, e o valor da caução serviria para efetuar o pagamento dos reparos necessários. Mesmo a requerente alegando que a retenção da caução era ilegal, ante o que se encontrava disposto na cláusula sexta do contrato celebrado, não procedeu voluntariamente a devolução, sendo necessário ingressar com a presente demanda. Postulou a procedência do pedido inicial. Juntou documentos. Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando que a retenção do valor da caução é devida, posto que devidamente prevista no contrato firmado entre as partes. Afirmou ainda, que os valores serviram para efetuar pagamentos de reparos necessários no apartamento em razão do uso oriundo da locação. Postulou pela improcedência da ação. Juntou documentos. Apresentada impugnação a contestação, foram reiterados os termos da inicial. Designada audiência para tentativa de conciliação, restou infrutífera. Não postularam pela produção de outras provas. É a síntese do necessário. II – Fundamentação Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 330, I do Código de Processo Civil. No mérito as alegações da requerente merecem ser acolhidas. Conforme se vê dos autos, a parte

autora ingressou com cobrança, pelo rito ordinário, pleiteando a restituição do valor de R\$1.200,00 entregue a requerida como caução em contrato de aluguel, alegando o término do contrato. Em contestação a requerida argumenta que houve retenção devida posto que a autora se manteve no imóvel por 09 meses além da vigência contratual. Sustenta ainda que a requerente está em débito com a requerida no que se refere a despesas com pintura e parcelas de IPTU que nunca foram pagas. Em que pese as alegações, a requerida não trouxe aos autos qualquer elemento de prova hábil a demonstrar a consistência de suas afirmações. O Código de Processo Civil atribui ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, e, ao réu o de provar os fatos modificativos, impeditivos do direito do autor (art. 333 do Código de Processo Civil). Vale ressaltar o documento juntado às fls. 46/47 dos autos, protocolo de atendimento da CERON, que comprova a transferência do nome da titular do consumo de energia elétrica, o que revela não estar mais a requerente residindo no imóvel de propriedade da requerida. Contudo, esse fato em nada contribui para o deslinde da causa. Isto porque, conforme previsão legal, findo o prazo ajustado no contrato de locação, este pode ser prorrogado até mesmo por prazo indeterminado. Desse modo, não há qualquer óbice para a prorrogação do contrato nas condições já estabelecidas entre as partes contratantes, nos moldes do art. 46 da Lei 8.245/1991. Destarte, nos termos da cláusula sexta do contrato de locação, a caução serve para garantir qualquer dano ao imóvel, seus móveis e utensílios, como também na pintura, IPTU e multa. Entretanto, para fazer jus à retenção da caução, é imprescindível que o locador comprove a necessidade dos reparos, bem como a realização efetiva dos gastos. No caso em exame não há prova da necessidade de reparos nem tampouco, que a requerida dispense quaisquer valores, legitimando a retenção do valor da caução prestada pela autora/locatária. Os documentos acostados aos autos pela requerente demonstram satisfatoriamente os fatos articulados na inicial, notadamente a celebração do contrato de locação, o término do pacto e o pagamento do Valor de R\$1.200,00 a título de caução (fl. 16), restando evidenciado o direito à restituição do referido valor ante a resolução do contrato. III - Dispositivo Posto isso, Julgo Procedente a pretensão inicial, resolvendo o feito com apreciação do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida Izabel Maria Fernandes Freitas a pagar à autora o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), atualizados desde a propositura da ação e acrescido de juros legais a partir da citação válida. Condeno a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios no correspondente a 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, §3º, do CPC. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, deverá o réu efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10%, consoante dispõe o art. 475-J, do Código de Processo Civil. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P.R.I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0009520-41.2013.8.22.0001

Ação: Cautelar Inominada (Cível)

Requerente: Eleilson Ferreira Brito

Advogado: Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)

Requerido: Construtora Norbert Odebrecht S/a

Advogado:Deniele Ribeiro Mendonça (OAB/RO 3907), Caroline França Ferreira (OAB/RO 2713)

DESPACHO :

Vistos. Considerando a DECISÃO do Egrégio Tribunal de Justiça que majorou a astreinte, apenas remetam-se os autos ao segundo grau para o regular processamento do recurso de apelação interposto pela requerida.Intime-se pessoalmente o requerido acerca da majoração da multa por descumprimento da ordem liminar.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0000330-54.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Alcilane Farias de Jesus

Advogado:Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)

Requerido:Banco Ibi S/a

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

DECISÃO :

Vistos. Compulsando os autos, verifico que razão assiste o peticionante às fls. 112/119.A DECISÃO interlocutória proferida às fls. 105/106 fora publicada no DJ n. 10 de 16/01/2014 iniciando-se a contagem do prazo processual em 17/01/2014.No entanto, no mesmo dia houve remessa dos autos à Contadoria, conforme termo de fl. 106-v.Portanto, em irrestrita observância aos preceitos legais e aos princípios constitucionais, Defiro tão somente o pedido de Devolução do prazo recursal às partes.Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0019890-50.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Dênis Roberto Titibailof

Advogado:Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)

Requerido:Clínica Radiológica Samuel Castiel Jr

Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)

SENTENÇA :

Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, diante da natureza do feito, a complexidade da demanda, o trabalho realizados pelos causídicos e o tempo de tramitação do feito. Saliento, por oportuno, a concessão dos benefícios da assistência judiciária ao autor.Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.Transitada em julgado a SENTENÇA, e após as formalidades de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0024001-09.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Edna Rodrigues Silva

Advogado:Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON

DECISÃO :

Vistos. Aparte requerida, devidamente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar defesa, conforme certidão de fl. 23, razão pela qual Decreto a REVELIA.Tendo em vista que

o réu não constituiu advogado nos autos, Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJ, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, se deseja produzir mais provas, justificando a utilidade e necessidade.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003394-38.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Robson Guimaraes da Silva

Advogado:Mary Terezinha de Souza dos Santos Ramos (OAB/RO 1994)

Requerido:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.

DESPACHO :

Vistos. Determino que a parte autora traga aos autos comprovante de hipossuficiência, uma vez que houve o pagamento de advogado particular, e as custas, em tese, não implicam prejuízo ao seu sustento, e como cediço na jurisprudência pátria, é necessária devida comprovação da necessidade (0001165-45.2013.8.22.0000 TJ/RO; AgRg no REsp 984.328/SP). Do contrário, deve juntar o comprovante de pagamento de custas processuais.Colaciono, inclusive, entendimento no Superior Tribunal de Justiça que denota o mesmo entendimento:"STJ - AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 290902 SP 2013/0024202-8 (STJ) Data de publicação: 01/04/2013. Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.MASSA FALIDA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA NAINSTÂNCIA DE ORIGEM. VERBETE SUMULAR 481/STJ. REAVALIAÇÃO EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. DECISÃO AGRAVADAMANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica comou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcarcom os encargos processuais. (Súmula 481/STJ). 2.- Inviável a modificação do julgado na via especial se o Tribunalde origem, soberana no exame dos fatos e provas dos autos, concluique a parte não comprovou a sua condição de hipossuficiência,necessária à concessão da gratuidade de justiça. Incidência doenunciado sumular 7/STJ. 3.- Agravo Regimental improvido."Prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003410-89.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ismael Cavalcante dos Santos

Advogado:Gian Douglas Viana de Souza (RO 5939), Larissa Nascimento Florencio (OAB/RO 5716)

Requerido:Joabe Belarmino Ferreira

DESPACHO :

Vistos. Determino que a parte autora traga aos autos comprovante de hipossuficiência, uma vez que houve o pagamento de advogado particular, e as custas, em tese, não implicam prejuízo ao seu sustento, e como cediço na jurisprudência pátria, é necessária devida comprovação da necessidade (0001165-45.2013.8.22.0000 TJ/RO; AgRg no REsp 984.328/SP). Do contrário, deve juntar o comprovante de pagamento de custas processuais.Colaciono, inclusive, entendimento no Superior Tribunal de Justiça que denota o

mesmo entendimento: "STJ - AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 290902 SP 2013/0024202-8 (STJ) Data de publicação: 01/04/2013. Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.MASSA FALIDA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA NAINSTÂNCIA DE ORIGEM. VERBETE SUMULAR 481/STJ. REAVALIAÇÃO EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. DECISÃO AGRAVADAMANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica comou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcarcom os encargos processuais. (Súmula 481/STJ). 2.- Inviável a modificação do julgado na via especial se o Tribunalde origem, soberana no exame dos fatos e provas dos autos, concluique a parte não comprovou a sua condição de hipossuficiência,necessária à concessão da gratuidade de justiça. Incidência doenunciado sumular 7/STJ. 3.- Agravo Regimental improvido."Prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0000011-52.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Leuzimar Constancio de Souza

Advogado:Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)

Requerido:Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia

DESPACHO :

Vistos. Aparte requerida, devidamente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar defesa, conforme certidão de fl. 25, razão pela qual Decreto a REVELIA. Tendo em vista que o réu não constituiu advogado nos autos, Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJ, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, se deseja produzir mais provas, justificando a utilidade e necessidade.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003182-17.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Lúcia Becker

Advogado:Fabricio Fernandes (OAB/RO 1940)

Requerido:Banco Bradesco Financiamentos S A

DESPACHO :

Vistos. A parte autora deverá emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, para esclarecer a divergência entre o veículo apontado na descrição fática e aquele descrito no item VI da peça vestibular.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0003881-08.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nadja Aguiar Ramos

Advogado:Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.A. ELETROBRAS
DESPACHO :

Vistos. Determino que a parte autora traga aos autos comprovante de hipossuficiência, uma vez que houve o pagamento de advogado particular, e as custas, em tese, não implicam prejuízo ao seu sustento, e como cediço na jurisprudência pátria, é necessária devida comprovação da

necessidade (0001165-45.2013.8.22.0000 TJ/RO; AgRg no REsp 984.328/SP). Do contrário, deve juntar o comprovante de pagamento de custas processuais.Colaciono, inclusive, entendimento no Superior Tribunal de Justiça que denota o mesmo entendimento:"STJ - AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 290902 SP 2013/0024202-8 (STJ) Data de publicação: 01/04/2013. Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.MASSA FALIDA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA NAINSTÂNCIA DE ORIGEM. VERBETE SUMULAR 481/STJ. REAVALIAÇÃO EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. DECISÃO AGRAVADAMANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica comou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcarcom os encargos processuais. (Súmula 481/STJ). 2.- Inviável a modificação do julgado na via especial se o Tribunalde origem, soberana no exame dos fatos e provas dos autos, concluique a parte não comprovou a sua condição de hipossuficiência,necessária à concessão da gratuidade de justiça. Incidência doenunciado sumular 7/STJ. 3.- Agravo Regimental improvido."Prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: [0008523-92.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Jacinto Barbosa Leviz

Advogado:Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653)

Requerido:União P F N

Fica a advogada Teresa Cristina Aranha de Brito OAB/RO 5798 intimada a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: [0019054-14.2010.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Osmário Alves Arruda

Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)

Requerido:União P F N

Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães . (RO 178-B)

Fica a advogada Teresa Cristina Aranha de Brito OAB/RO 5798 intimada a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: [0013708-48.2011.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Silvio Cândido Tenório, Maria Elizabet de Lima Cândido

Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)

Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A.

Advogado:Jean Bento (OAB/SC 25762)

Fica a advogada Teresa Cristina Aranha de Brito OAB/RO 5798 intimada a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Raimundo Neri Santiago
Diretor de Cartório

9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível

SUGESTÕES , RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL:pvh9civel@tjro.jus.br
JUÍZA SUBSTITUTA: MAXULENE DE SOUZA FREITAS
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: [0023335-76.2011.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Josimara Cabral Cordeiro Elias

Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Requerido:Brasil Telecom Rio de Janeiro

Advogado:Rochilmer Rocha Filho (OAB RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 17,00 (dezesete reais), conforme certidão da contadoria de fls. 225, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0020490-03.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Giuliano Sousa Queiroz

Advogado:Luis Sergio de Paula Costa (OAB/RO 4558)

Requerido:BANCO SANTANDER S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I

Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15.311)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0016394-42.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Paulo Felix de Oliveira

Advogado:Assis Herter Silva (OAB/RO 4540), Silvia Bernardo Vieira (OAB/SC 15430)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0024195-09.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Antonio Carlos de Oliveira

Advogado:Marlos Gaio (OAB/RO 5785), Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A.

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0000359-70.2014.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Joao Ribeiro Rodrigues

Advogado:Ana Flavia Jordão Ramos ()

Requerido:Nipo Brasil Flex

Advogado:César Eduardo Misael de Andrade (OAB/PR 17523)

Especificação de provas:

Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: [0014921-55.2012.8.22.0001](#)

Ação:Despejo por Falta de Pagamento (Cível)

Requerente:Auto Peças Boa Estrela Ltda

Advogado:Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)

Requerido:Medisa Usinagem Ltda Me

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a comprovar a distribuição da carta precatória no juízo deprecado eis que transcorreu o prazo estabelecido no Art. 79 das Diretrizes Judiciais.

Proc.: [0011870-02.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:José Pires

Advogado:José Gomes Bandeira Filho (RO 816), Lukas Mota de Jesus (OAB/RO 638E)

Requerido:Lislaine Alves de Souza

Prosseguimento do Feito:

Com fulcro no art. 29 do CPC, fica a parte autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a pagar a custa da diligência anterior do oficial de justiça no valor de R\$: 119,58 (cento e dezenove reais e cinquenta e oito centavos) para o prosseguimento do feito, conforme o DESPACHO à fl. 22 dos autos.

Proc.: [0005535-64.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Alan Fernandes Penha

Advogado:Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)

Requerido:Banco do Brasil S.A.

Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Amanda Gêssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 19,83 sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0015094-45.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A.C.F.I

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido:Colins Costa Trindade

Fica a parte Autora, por via de suas Advogadas, no prazo de 05 dias, intimada para assinar a petição de fls. 30.

Proc.: [0001052-54.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Luis Eduardo Xavier Ferreira

Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)

Requerido:Banco Itaucard Sa

Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A),
SÉrgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)

Regularização processual - Réu:

Fica o Advogado(a) da parte Requerida, no prazo de 05 dias, intimada para providenciar a regularização processual da peça de fls. 25/26, para que proceda a assinatura da peça, sob pena da devolução da mesma.

Proc.: [0001172-34.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Sankar Veículos Ltda ME

Advogado:Antônio Lacouth da Silva (OAB/RO 2306), Patricia Daniela Lopez (OAB/RO 3464)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado:Ubirajara Rezende (RO 1571)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 157,50 (cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme certidão da contadoria de fls. 64, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0023482-68.2012.8.22.0001](#)

Ação:Exibição

Requerente:Sérgio Alexandre dos Santos

Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 8,05 (oito reais e cinco centavos), conforme certidão da contadoria de fls. 60, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0001020-83.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Marinaldo Drosdoschi

Advogado:Ivonete Rodrigues Caja (OAB/RO 1871)

Requerido:Sul America Seguros S.a.

Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 26/03/2014 às 15:00 horas, no Instituto Médico Legal, situado à Rua: Flores da Cunha, nº: 4384, Bairro: Costa e Silva, com o perito Otino José de Araújo Freitas, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: [0008385-28.2012.8.22.0001](#)

Ação:Mandado de Segurança

Requerente:Jorge Luiz Marques Júnior, Ozinei Inacio Ferreira Gomes, Robson Monteiro da Silva, Klinger Jardim de Souza, Luan Richard de Souza e Silva, Vanio Alves de Moraes, Camilo Pereira da Silva, Jackson Souza do Nascimento, Alexandre Barbosa Costa, Denilson Rodrigues de Almeida

Advogado:Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Custas Judiciais Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 154,50 (cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme certidão da contadoria de fls. 409 , sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0017306-73.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nildete Maria de Arruda Galao

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Requerido:Banco do Brasil S. A.

Advogado:Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567)

Custas Finais:

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R\$ 1.260,65 (um mil e duzentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme certidão da contadoria de fls. 83, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: [0003750-67.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francisca Helena Oliveira Goes

Advogado:Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)

Requerido:Banco do Brasil S. A.

Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261.030)

DESPACHO :

DESPACHO Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático havendo necessidade de intimação do requerido, na pessoa do seu advogado, para cumprir a obrigação no prazo previsto no art. 475-J, do CPC. Nesse sentido:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO . o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial.2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no AREsp 151.954/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 26/10/2012)Assim, intime-se o requerido, através de seu advogado, via DJ, para cumprir a obrigação fixada na SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-J, do CPC.Decorrido o prazo supra, será acrescido ao valor, multa de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens.Para a fase de cumprimento de SENTENÇA , que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.Proceda a escrivania a retificação da autuação dos autos. Intimação via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 15 de janeiro de 2014.Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: [0000158-78.2014.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nilo Gomes dos Santos

Advogado: Mary Terezinha de Souza dos Santos Ramos (OAB/RO 1994)

Requerido: BANCO BMG

Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0001668-63.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Condomínio Portal das Artes

Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)

Requerido: Anderson Antonio Rangel de Aquino

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça devolvida negativa, devendo pagar a custa da diligência no valor de R\$: 59,79 (cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) para o prosseguimento do feito.

Proc.: [0021446-53.2012.8.22.0001](#)

Ação: Monitória

Requerente: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

Advogado: Kariny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)

Requerido: Valdir Ribeiro de Oliveira

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça devolvida negativa, devendo pagar a custa da diligência no valor de R\$: 31,19 (trinta e um reais e dezenove centavos) para o prosseguimento do feito.

Proc.: [0009243-59.2012.8.22.0001](#)

Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento

Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido: Camila Moraes da Silva

Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça devolvida negativa, devendo pagar a custa da diligência no valor de R\$: 59,79 (cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) para o prosseguimento do feito.

Proc.: [0024610-26.2012.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: José de Ribamar Falcão Araújo

Advogado: Meirivone Miranda de Souza (OAB/RO 3127)

Requerido: Cíntia de Oliveira Barbosa

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça devolvida negativa, devendo pagar a custa da diligência no valor de R\$: 59,79 (cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) para o prosseguimento do feito.

Proc.: [0000898-36.2014.8.22.0001](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda

Advogado: Leno Ferreira Almeida (OAB/RO 6211)

Executado: Atila Messias Uchoa de Lima Eireli Me Constumais Materiais de Construção

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça devolvida como "parcialmente cumprida".

Proc.: [0014281-18.2013.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Analia Ferreira de Souza, Marizete dos Santos Araújo, Jose Ribamar da Penha, Sueli Fernandes Regis, Amadeu Ferreira da Silva, Valdina de Souza Lopes, Carlos Almeida Maciel, Jose Antonio Miranda da Silva, Manoel Raimundo Mendonça, Maria da Gloria Pessoa de Mendonça

Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)

Requerido: Santo Antônio Energia S/A

Advogado: Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)

Réplica:

Fica a parte autora, por via de seu advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar réplica.

Proc.: [0004068-84.2012.8.22.0001](#)

Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C)

Requerente: Gilberto Jodas Vicente

Advogado: Sandra Stephanovich Bresolin (OAB/RO 4627)

Requerido: Paulo Renato dos Santos Silva

Custas Finais:

Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada parte, conforme certidão de fls. 58/59, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0000444-56.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: João Luís Ferreira dos Santos

Advogado: Renan Gomes Maldonado de Jesus (OAB/RO 5769)

Requerido: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Advogado: Maurílio Galvão da Silva Júnior (OAB/RO 2222)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0000763-24.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Robson Gomes Ribeiro

Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)

Requerido: 14 Brasil Telecom Celular S/A

Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022547-91.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Iran de Moura Leal

Advogado:Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)

Requerido:Felipe Aurélio de Oliveira Delfino

AR Negativo:

Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO, por motivo de "mudou-se".

Proc.: 0014294-51.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Deuzimar Medeiros Rodrigues Nascimento

Advogado:Jaycelane Almeida Brito Dorea (OAB/RO 4837),

Adriana Vieira da Costa (OAB/RO 4642)

Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia

Advogado:Pedro Origa (MF 1953), Kênia de C. Mariano (OAB/RO 994)

Prosseguimento do Feito:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls 92v.

Proc.: 0002797-69.2014.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Neuriane Cardoso da Silva

Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)

Requerido:Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho

Advogado:Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0021118-26.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Daniel Ventura da Silva

Advogado:Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)

Requerido:União P F N

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar-se acerca da proposta de acordo de fls. 123/124.

Proc.: 0020344-59.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Kelly Cristine Costa do Nascimento

Advogado:Roselaine Ribeiro Vargas da Costa (OAB/RO 4414)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022496-80.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Jair Francelino da Silva

Advogado:Genival Fernandes Gegê de Lima (OAB/RO 2366)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3.592), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0023780-26.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Antônia Souza Gomes

Advogado:Larissa Nascimento Florencio (OAB/RO 5716), Gian Douglas Viana de Souza (RO 5939)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), João Diego Raphael Cursino Bomfim (RO 3669)

Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0018044-27.2013.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Telma Ferreira da Silva

Advogado:Greyce Avello Corrêa (OAB/RO 5676)

Requerido:Sul América Cia. Nacional de Seguros

Advogado:Iran Tavares Júnior (OAB/RO 5087), Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Mirele Rebouças de Queiroz Jucá (OAB/RO 3193), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)

Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0021618-92.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Lenir Carvalho de Oliveira

Advogado:José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)

Requerido:Francisco José Rosa de Lima

SENTENÇA :

Vistos. Lenir Carvalho de Oliveira propôs a presente ação declaratória cumulada com ação de cobrança em face de José Rosa, ambos qualificados nos autos, alegando, em síntese, ter o requerido se imitado da posse de seu imóvel em decorrência do não pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo pago, inicialmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).Sustentou a má-fé do requerido, haja vista que o imóvel tem valor superior ao do contrato de honoráriosadvocatíciosfirmadoentre as partes e que o requerido jamais havia procurado a parte autora para receber o restante dos valores. Trouxe documentos às fls. 12/22.Determinada emenda à exordial (fls. 30), a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo para se manifestar, conforme certidão de fls. 31.Nos termos do artigo artigo 284, do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.O parágrafo único do mesmo artigo, determina que se a parte autora não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.Ressoa neste sentido a jurisprudência dominante, consoante teor do seguinte aresto:AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. Impõe-se o indeferimento da petição inicial na hipótese em que o requerente, devidamente intimado, descumpra a determinação da emenda da petição inicial no prazo assinado. Agravo Regimental improvido. (AgRg na Rcl 2.889/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado

em 22/04/2009, DJe 04/05/2009. Grifo nosso.).Isto posto, considerando a inércia em promover ato que lhe foi determinado, indefiro a exordial nos termos do artigo 295, VI, do CPC e por consequência ponho fim a prestação jurisdicional de primeira grau, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, I, do mesmo codex.Desde já faculto o desentranhamento das peças que acompanham a exordial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publicue-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se., e com o trânsito em julgado desta, archive-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0001588-02.2013.8.22.0001](#)

Ação:Monitória

Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda

Advogado:César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)

Requerido:Ribeiro e Araujo Ltda Me Porto Carne

SENTENÇA :

Vistos. Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda., qualificada na inicial, propôs a presente pretensão monitória em face de Ribeiro & Araújo Ltda ME (Porto Carne), também qualificada, alegando, em síntese, ser credora da requerida da quantia de R\$ 1.921,20(um mil novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), representado pelos títulos que acompanham a inicial às fls. 15/18Citada (fls. 39/39v.), a requerida não pagou nem ofereceu embargos.Pelo DESPACHO inicial, a requerida ficou ciente de que na ausência do cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-ia o título judicial.É relatório. Decido.A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil, eis que o requerido incorreu em revelia e confissão ficta (artigo 319, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citado não ofereceu defesa.Além disso, os documentos que acompanharam a inicial, demonstram ser a autora credora da requerida na importância de R\$ 1.921,20(um mil novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), já devidamente corrigida. Também restou assente que os títulos apresentados, perderam a eficácia de título executivo extrajudicial, em razão da prescrição.Nos termos do artigo 1.102c, do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, julgo procedente o pedido inicial, com fulcro no artigo 269, inciso I, e artigo 1.102c, § 3º, do Código de Processo Civil, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando o requerido pagar ao requerente a importância de R\$ 1.921,20(um mil novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), acrescido de juros e correção monetária a partir da citação do requerido.Condeno o requerido no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor da causa.Nos termos do art. 475-J do CPC, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado da SENTENÇA , sem o pagamento da quantia supra, será acrescido ao valor multa no percentual de 10%(dez por cento) e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens.Para a fase de execução, desde já fixo honorários advocatícios de 15%(quinze por cento) do valor devidamente corrigido, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.P. R. I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0012087-45.2013.8.22.0001](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saude de Porto Velho Unicred

Advogado:Valeriano Leão de Camargo (OAB/RO 5414), José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB/RO 4195)

Executado:Andre Luiz Rocha Peres

DESPACHO :

Vistos. Indefiro o pedido de fls. 67, por não observar nos autos situaçãoqueensejeacitaçãoeditálicia.Éassenteoentendimento de que a citação por edital é medida excepcionalíssima, devendo ser utilizada somente nas hipóteses em que restar patente que a parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido.Neste sentido:EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. I - Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a citação por edital somente tem cabimento após o esgotamento dos meios processuais disponíveis para localização do devedor. Precedentes: RESP nº 837050/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ de 18.09.2006, AgRg no RESP 823649/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 30.08.2006, RESP 357550/RS, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 06.03.2006, AgRg no RESP 597981/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ de 28.06.2004. II - No presente caso, conforme consignado na DECISÃO monocrática (fls. 30/32), nem mesmo houve a tentativa de citação por meio de oficial de justiça. III - Agravo regimental improvido(STJ , Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 19/08/2008, T1 - PRIMEIRA TURMA. Grifo nosso.)Sendo assim, deve o autor, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias apresentar novos meios para a citação do réu, nos moldes do art. 221 do Código de Processo Civil.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusosPorto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0013678-42.2013.8.22.0001](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:Banco J. Safra S/A

Advogado:Crystiane Linhares (OAB/PR 21425)

Requerido:Idalmir Teixeira de Souza

DESPACHO :

Vistos. Manifeste-se o autor, sobre o que entender de direito, acerca da certidão de fls. 59, em prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0019408-68.2012.8.22.0001](#)

Ação:Usucapião

Requerente:Aparecida Severina da Silva

Advogado:Maria Angélica Pazdziorny (RO 777)

Requerido:Bela Vista Empreendimentos Imobiliarios S.c Ltda

SENTENÇA :

Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0002826-56.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Raimundo Nonato Almeida de Souza

Advogado:Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)

Requerido:American Life Companhia de Seguros

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

DESPACHO :

Vistos. A perícia é essencial para a deslinde do feito. Assim, oficie-se ao IML solicitando data para realização da perícia. Com o ofício, encaminhem-se os quesitos formulados pelas partes. Após, intimem-se pessoalmente o autor e seu advogado, este último via DJ. Vindo laudo pericial, junte-se e intimem-se os litigantes para falarem em até 10 (dez) dias, sucessivamente. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0002931-33.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nilce Schumann

Advogado:Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A),

Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950)

Requerido:B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento

Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)

DESPACHO :

DESPACHO Tendo em vista o acórdão que manteve inalterada a SENTENÇA, dou seguimento ao processo. Encaminhem-se os autos à Contadoria para realização dos cálculos referentes as custas finais. Após, intime-se o requerente, para recolher as custas finais nos termos da SENTENÇA, sob pena de inscrição em dívida ativa. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0025408-84.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Francismar Alves da Silva

Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)

DESPACHO :

DESPACHO Manifesta-se a parte autora requerendo o que entender de direito. Prazo de 05(cinco) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0015927-97.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Josias Paiva do Nascimento ME

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)

Requerido:Banco Fidis S. A.

Advogado:Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)

DESPACHO :

Vistos. Antes de apreciar as questões prejudiciais alegadas na contestação - notadamente a questão do instrumento de mandado de fls.212 - intime-se o autor (já pela segunda vez - fl. 76) para recolher as custas iniciais devidas sob pena de extinção do feito. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0002765-98.2013.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Hermerson Pereira Zacarias

Advogado:Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)

Requerido:Márcio Cardoso da Silva, Distribuidora de Carnes Guapore Ltda

Advogado:Monica Patricia Barbosa Moraes (5763), Juacy dos Santos Loura Junior (OAB/RO 656A)

DESPACHO :

DESPACHO Tendo em vista que a lei preconiza a constante busca pela solução conciliatória em qualquer fase do processo, designo audiência com esta finalidade para o dia 26/03/2014, às 09h30min. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0006495-20.2013.8.22.0001](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Panamericano S/A

Advogado:Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)

Requerido:Elisangela Rodrigues Gusmão

Advogado:Erisson Ricardo Roberto Rodrigues da Silva (OAB/RO 5440)

DESPACHO :

DESPACHO Indefiro a primeira parte do requerido relativamente a transferência bancária dada a dificuldade de controle. Vindo original da petição de fls. 69, defiro a expedição de alvará em favor dos advogados indicados ao final. Após, nada mais havendo, archive-se. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0006060-80.2012.8.22.0001](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Graff Norte Gráfica e Editora Ltda ME

Advogado:Denio Mozart de Alencar Guzman (OAB/RO 3211)

Requerido:ABN Indústria e Comércio de Equipamentos de Informática Ltda ME

Advogado:Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696), Michelli Denardi Tamburus (OAB/SP 188779), Rodrigo Assed de Castro (OAB/SP 172822)

DESPACHO :

DESPACHO .Mantenho inalterada a DECISÃO por seus próprios fundamentos. Aguarde-se DECISÃO do Tribunal. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0006616-82.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda

Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)

Requerido:Maria Lopes Aires Duarte

Advogado:Defensor Público (RO 00)

DESPACHO :

Vistos. Embora não haja previsão legal de intimação por edital, em hipóteses tais aplica-se, por analogia, o disposto nos arts. 232 e 233 do CPC (CPC Anotado, Theotonio Negrão, art. 238, nota 2.a). Intime-se o exequente para promover a intimação por edital do devedor para fins do art. 475-J do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: [0009956-34.2012.8.22.0001](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Auxiliadora da Silveira Pereira

Advogado:Daniel Camilo Araripe (2806)

Requerido:Banco Finasa B.m.c. S.a Excluir Cadastro

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

DESPACHO :

DESPACHO Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls.142/144, com seus acréscimos legais. No ensejo, esclareça a vencedora o que pretende nos requerimentos “b” e “c” de fls.171.S.m.j. o depósito de fls.39/40 foi feito pela autora para garantia do juízo, possibilitando a ordem de suspensão dos descontos feitos diretamente em sua aposentadoria, tocano-lhe apenas pleitear seu levantamento. Assim, não compreendo o que deve ser deduzido desse montante, dado que a autora obteve SENTENÇA que declarou a inexistência do débito.Pela leitura da SENTENÇA a autora deve receber o que lhe foi indevidamente descontado mais indenização por danos morais e honorários advocatícios. Não se compreende a que multa a autora se refere, quando pleiteia mais R\$17.500,00 (item “c”).Entendendo a autora que o depósito feito pelo requerido não satisfaz seu crédito deverá especificar minudentemente sua composição, notadamente das parcelas descontadas e os acréscimos decorrentes, mês-a-mês.Intime-se também a sucumbente para que comprove o pagamento das custas finais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0012425-53.2012.8.22.0001

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I

Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)

Requerido:Wanderson de Jesus Alves de Oliveira

DESPACHO :

Indefiro. Inadvertidamente expediu-se mandado com novo endereço (fls.24/25) sem comprovação do recolhimento da diligência negativa do oficial de justiça, conforme havia sido determinado às fls.23.Novamente o autor volta a carga e ignorando já ter sido realizada diligência no aludido endereço insiste para que se expeça novo mandado (fl.28).Assim, pela última vez, intime-se o autor para comprovar o recolhimento das duas diligências negativas e indicar o paradeiro do demandado sob pena de extinção sem prejuízo da condenação ao pagamento das despesas geradas. Prazo: 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014.Rinaldo Forti da Silva Juiz de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Diretor de Cartório

10ª VARA CÍVEL**10ª VARA CÍVEL**

Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.

E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br

Juíza: Duília Sgrott Reis

Diretor de Cartório: André Luiz de Oliveira Brum

Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0010696-89.2012.8.22.0001

Ação:Prestação de Contas - Exigidas

Requerente:Christopher George Chalender Junior, Cristian George Paz Chalender

Advogado:Carmelita Gomes dos Santos (OAB/RO 327)

Requerido:Christopher George Chalender

Advogado:Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos e examinados,CHRISTOPHER GEORGE CHALENDER JUNIOR e CRISTIAN GEORGE CHALENDER, devidamente qualificados, moveram a presente ação de prestação de contas em face de SCHRISTOPHER GEORGE CHALENDER, também já qualificado nos autos, alegando, em síntese, que ao se divorciar da genitora dos autores, o requerido, seu genitor, acordou que o imóvel pertencente ao casal ficaria para os autores, filhos comum, bem como para outros três filhos que o requerido possuía do segundo relacionamento, na proporção de 1/5 (um quinto) do imóvel para cada filho. Asseveram que ficou acordado, ainda, que o requerido ficaria residindo no imóvel até que os filhos atingissem a maioridade, quando então seria vendido e partilhado. Afirmam que o requerido não cumpriu o acordo e em setembro/2011 alienou o imóvel pelo valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não lhes repassando a parte que lhes era devida, razão pela qual ingressaram em juízo para obter a prestação de contas a respeito do negócio realizado. Com a inicial juntou os documentos de fls. 06-38.Determinando que o requerido apresente a prestação de contas requeridas ou conteste a ação (fls. 39).Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 50-53, alegando, simplesmente, que não observou a acordo realizado em sede de justiça rápida, acreditando que o imóvel lhe pertencia e, por isso, o alienou e utilizou o valor da venda para a reforma da sua nova moradia. Traz com a contestação uma prestação de contas na forma de extrato bancário e junta outros documentos (fls. 54-72).Réplica às fls. 84-85.Audiência preliminar realizada, restando infrutífera a conciliação, vindo os autos conclusos. É o relatório do necessário.Tudo bem visto e ponderado, decido.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, pois a matéria é essencialmente de direito e não requer dilação probatória em sede de audiência. Passo, desta feita, ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, I, do CPC, sendo desnecessária, inclusive, a juntada de memoriais.Ademais, como se sabe, o magistrado é livre na formação da respectiva convicção, podendo, inclusive, indeferir a produção de provas que entender desnecessárias (CPC, art. 130 e 131).Por outro prisma, o art. 125, II, do CPC, impõe ao magistrado a obrigação de zelar pela rápida solução do litígio e no caso em tela, não vislumbro a necessidade de maior dilação probatória, entendendo que a causa está suficientemente instruída e apta a ser julgada. Nosso Tribunal corrobora esse entendimento:AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO. INVALIDEZ PERMANENTE. GRAU DE INCAPACIDADE. TABELA. APLICABILIDADE. LESÃO PARCIAL. A produção de provas somente poderá ser assegurada à parte, se elas se mostrarem pertinentes e relevantes ao feito, pois cabe ao magistrado decidir sobre a necessidade de sua produção, nos termos do que estabelecem os arts. 130 e 131 do CPC, pois toda prova é dirigida a ele e incumbe-lhe sua direção e deferimento ou indeferimento. (...) (TJRO, Apelação Cível: 0016573-78.2010.8.22.0001, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Moreira Chagas, julgado em 26.06.2012). Grifei!Preambularmente, impende apreciar o pleito de litisconsórcio ativo necessário vertido pelo requerido em sede de audiência preliminar.Mesmo que a pretensão aduzida esteja preclusa, posto que o momento oportuno para tanto era na contestação, destaco que o litisconsórcio ativo

necessário é exigência excepcionalíssima, pois interfere diretamente no constitucional direito de ação. Não podem os autores serem obrigados a litigar juntamente com terceiros, ainda mais quando se discutir relação jurídica divisível e perfeitamente individualizada, como é o caso dos autos. Portanto, além da evidente preclusão do pleito do requerido, não há que se exigir a formação de litisconsórcio ativo necessário, vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais e por se tratar de obrigação divisível, cabendo a cada interessado, caso queira, mover a pretensão no momento que lhe aprouver. Rejeito, assim, o pleito de litisconsórcio ativo necessário. Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito. Como é cediço, a ação de prestação de contas, prevista nos artigos 914 a 919 do Código de Processo Civil, em sentido comum, quer dizer justificar, explicar, demonstrar um a um os componentes de débito e crédito de determinada relação jurídica, culminando por apurar eventual saldo, credor ou devedor. Na ação de prestação de contas, portanto, o autor vai a juízo postulando que sejam prestadas as contas devidas em razão de uma determinada relação jurídica de direito material. No caso dos autos, restando incontroverso a existência da relação jurídica de direito material entre as partes, o direito à prestação de contas resta cristalino, cabendo ao requerido prestá-la, o que efetivamente ocorreu, nos termos dos documentos de fls. 62-64. Na ação de prestação de contas, a lei estabelece um procedimento que pode desenvolver-se em duas fases distintas. Conforme o caso, será necessário, num primeiro momento, reconhecer-se, por SENTENÇA, a existência da obrigação de prestar contas. Ocorrendo tal situação, o exame das contas e a apuração de eventual saldo devedor terão vez numa segunda etapa, também encerrada por SENTENÇA. Considerando que o requerido atendeu à determinação judicial e prestou contas, as quais, inclusive, foram impugnadas pelos autores, cabe, doravante, julgar se boas, nos termos do art. 915, § 1º, do CPC. A relação jurídica material existente entre as partes é fruto de DECISÃO judicial homologatória, sendo desprovidas de fundamento as ilações do requerido de que não observou a SENTENÇA proferida em sede de operação justiça rápida, acreditando que o imóvel objeto dos autos lhe pertencia e que não existia impedimento à venda. Nessa toada, patente o direito dos autores de receberem sua quota parte do imóvel alienado indevidamente, já que o mesmo não pertencia ao requerido, mas a seus cinco filhos, na proporção de 1/5 (um quinto) para cada filho. Ocorrendo a venda, fato incontroverso, deveria o requerido ter procedido a partilha do valor obtido conforme restou determinado em acordo homologado judicialmente, sendo imprestável a pseudo prestação de contas de fls. 62-64, posto que produzida unilateralmente e se resume em um extrato da movimentação bancária do requerido. Portanto, reconheço o direito dos autores ao recebimento de suas quotas partes, na proporção de 1/5 (um quinto) do valor obtido com a venda do imóvel, que resulta no montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para cada autor, que deverão ser atualizados monetariamente pelos índices fornecidos pelo e. TJRO desde a venda do imóvel e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, estes a contar da citação. Deverá, ainda, o requerido, atentar-se ao disposto nos artigos 917 e 918 do CPC, que explicita, verbis: Art. 917. As contas, assim do autor como do réu, serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das

despesas, bem como o respectivo saldo; e serão instruídas com os documentos justificativos. Art. 918. O saldo credor declarado na SENTENÇA poderá ser cobrado em execução forçada. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, para JULGAR COMO INADEQUADAS as contas prestadas pelo requerido às fls. 62-64 e RECONHEÇO saldo credor em favor dos autores, no montante de R\$ 32.0000,00 (trinta e dois mil reais), CONDENANDO o requerido no pagamento do respectivo valor, o qual deverá ser corrigido monetariamente pelos índices do e. TJRO desde a data da venda do imóvel e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, estes a contar da citação. CONDENO o requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, estes os quais arbitro, equitativamente, em 10% sobre o valor dado a causa, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, considerando a simplicidade da causa e o tempo do tramite processual. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Em não havendo pagamento de forma espontânea e em comparecendo a parte autora aos autos, acompanhada de advogado, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA, no importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, excetuada a multa, sem prejuízo da majoração em eventual impugnação improcedente. Após o trânsito em julgado, em nada sendo requerido em 05 (cinco) dias, pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de 06 (seis) meses, com base no Artigo 475 J, § 5º, do referido diploma legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0021764-02.2013.8.22.0001

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Santo Antônio Energia S.A

Advogado: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)

Embargado: Ângelo Marcus Veloso da Silva

Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos e examinados, SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, bastante qualificada nos autos, por advogada habilitada, ajuizou Embargos à Execução de Título Extrajudicial que lhe é movida por ÂNGELO MARCUS VELOSO DA SILVA, também devidamente qualificado e regularmente representado nos autos, suscitando, entre outras questões, a impossibilidade de conversão da obrigação de fazer em pecúnia por se tratar de matéria ambiental; a ilegitimidade do exequente para execução do título extrajudicial; a iliquidez do título extrajudicial; pleiteia, ao final, o recebimento dos embargos, o deferimento do efeito suspensivo, julgando o mesmo procedente com a consequente extinção da execução nos termos do art. 267, VI, do CPC. Apresenta os documentos de fls. 28-60 e 73-80. DECISÃO de fls. 66 recebendo os embargos e atribuindo efeito suspensivo à execução. Regularmente intimada, o embargado apresentou impugnação aos embargos (fls. 82-86), alegando que o título executivo extrajudicial apresenta todos os requisitos para sua

validade, possuindo eficácia executória, ressaltando que a embargante não cumpriu com a obrigação assumida, estando inadimplente, o que autoriza o manejo da ação de execução. Aduziu que os embargos são meramente protelatórios e que a embargante não trouxe aos autos prova de qualquer causa modificativa, extintiva ou impeditiva da obrigação contida no título. Pugnou pela improcedência dos embargos, com a condenação da embargante e custas e honorários advocatícios. Audiência preliminar realizada (fls. 89) restando infrutífera a tentativa de conciliação. É o relatório do necessário. Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). No presente caso concreto, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado dos embargos, na forma do art. 330, I, do Código de Processo Civil. Antes, porém, impende apreciar a preliminar suscitada pela embargante, de ausência das condições da ação, ante a ilegitimidade ativa ad causam, que deve ser rejeitada de plano. O título extrajudicial que dá suporte a presente execução fora celebrado entre as partes litigantes, não existindo, destarte, nenhuma falha ou defeito de representação, sendo o exequente parte legítima para pleitear o cumprimento das obrigações assumidas em sede de escritura pública firmada junto a embargante. Demais ilações a respeito das condições da ação são genéricas e se confundem com o mérito, não sendo questão prejudicial, razão pela qual as rejeito. No mais, por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito. Denota-se dos autos, que a embargante assumiu compromisso perante a demandante de lhe indenizar pelo remanejamento necessário em virtude da implantação da Usina de Santo Antônio, constando na escritura pública o dever da embargante de entregar um lote de terras de 50 hectares, contendo uma casa de 100 m², além do pagamento em dinheiro pelas benfeitorias constantes do imóvel afetado, de quem a exequente detinha posse, conforme termo de acordo e escritura pública acostada nos autos da execução (fls. 14-17, 50-61). Vislumbra-se, nessa toada, que a embargante cumpriu parcialmente com as obrigações assumidas, estando inadimplente quanto à entrega da área de terra de 50 hectares, já que a que fora entregue possui apenas 10 (dez) hectares, fato este incontroverso, ante a ausência de impugnação da executada nesse ponto. Almeja o embargado, através da ação de execução, que a executada cumpra integralmente o acordo celebrado ou o indenize pelo não cumprimento da obrigação assumida, tendo apresentado o termo de acordo celebrado, alegando, após o ajuizamento destes embargos, que a embargante não indicou nenhuma causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito assegurado pelo título executivo exequendo, devendo arcar com a obrigação assumida. Nesse cotejo, tenho que a análise dos autos conduz à improcedência dos embargos à execução. Isso porque, o título executivo exequendo, cuja cópia se encontra nos autos, não deixa margem para qualquer dúvida: A embargante se obrigou, além de outras coisas, a entregar a embargada uma área de terra com 50 hectares, contendo uma casa de 100 m², cujas especificações estão no termo de acordo, como forma de promover a reorganização das atividades produtivas, da

condição de moradia e de reparação aos bens e direitos do embargado, afetados pelo empreendimento (Usina Hidrelétrica de Santo Antônio). Consta da proposta de acordo (fls. 53 e 58): A Santo Antônio Energia S.A., nos termos da legislação atual (...) visando à desocupação da parcela (lote), das construções, instalações e culturas existentes, apresenta a V. S.ª a proposta a seguir: REASSENTAMENTO INDIVIDUAL RURAL, em lotes de 50 hectares, sendo 80% da área destinado a Reserva Legal, conforme a lei e, 20% da área destinada a produção. A reserva legal será em condomínio. A argumentação da embargante, no sentido de que a área que fora objeto da desapropriação era área de reserva legal, possuindo restrições quanto ao seu uso e exploração, sendo, inclusive, direito de toda coletividade, o que impede qualquer indenização, não é suficiente para desconstituir o título executivo. Pouco importa a destinação da área, pois o termo de acordo (título executivo), conforme já mencionado, é absolutamente claro em garantir ao embargado o direito uma área de 50 hectares, contendo uma casa de 100 m², entre outras particularidades. A alegada tese de que a área que o embargado possuía era de Reserva Legal, bem como, de que não detinha prova da propriedade, sendo mero detentor, não tem o condão de desconstituir a obrigação contida no título executivo, pois, conforme consta na referida escritura pública é o presente instrumento firmado em consequência da aceitação da Proposta de Termo de Acordo n.º 818/2010 assinada pelo EXPROPRIADO, que ora ratifica em todos os seus expressos termos e condições. É evidente que a escritura teve como base o acordo anteriormente celebrado, não existindo qualquer negociação posterior que pudesse alterar ou afastar as disposições contidas do cogitado Termo de Acordo. Ao contrário do que alega a embargante, em nenhum momento da negociação ficou ressaltado ou sob condição, qualquer direito do embargado, que somente se verificaria após comprovação de propriedade, natureza da posse, destinação da área, intervenção do INCRA, etc. Na escritura pública e no termo de acordo ficou bastante claro que o embargante seria indenizado com uma nova área de 50 hectares, contendo uma casa de 100 m², sendo indenizado pelas benfeitorias existentes no imóvel, tais como pasto, cerca, plantações. Reputo, sem qualquer implemento de condição. Insta salientar, por oportuno, que na época em que necessitava da área desocupada, para fins de agilizar seu empreendimento, a embargante não se preocupou com nenhuma das questões aventadas nestes embargos, procurando de maneira mais rápida possível retirar os moradores de suas áreas de terra, assumindo diversas obrigações, as quais não adimplidas a contento, gera direito à ação executiva. Nesse prisma, merece relevo, também, a tese sustentada de impossibilidade de indenização por área de preservação legal, que embora sedutora, não pode dar azo ao descumprimento de obrigações assumidas contratualmente. Seria muito cômodo para a embargante, celebrar diversos acordos para retirada das famílias e construção de seu empreendimento e depois, não cumprir tais acordos e alegar a impossibilidade de converter o pactuado em perdas e danos. É regra principiológica do direito que a parte não pode se beneficiar de sua própria torpeza. Deixando de cumprir com o pactuado contratualmente e não sendo possível o cumprimento da obrigação, não há dúvidas quanto a possibilidade de se converter em perdas e danos. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do mérito, IMPROCEDENTES os embargos à execução ofertados por SANTO ANTÔNIO ENERGIAS/A contra ÂNGELO

MARCUSVELOSODASILVAe, em consequência, DETERMINO o prosseguimento da presente execução. CONDENO a embargante no pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios da parte embargada, estes os quais arbitro em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na forma do § 4º do art. 20 do CPC, devidamente atualizados. Certificado o trânsito em julgado desta DECISÃO, intime-se a parte exequente para se manifestar em termos de prosseguimento da execução, atentando-se para o depósito do valor da obrigação constante às fls. 64. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0014385-10.2013.8.22.0001

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Ângelo Marcus Veloso da Silva

Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)

Executado: Santo Antônio Energia S.A

Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)

DESPACHO :

Vistos, Tendo em vista a DECISÃO proferida nos autos dos Embargos à Execução, manifeste-se o exequente, em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0022799-94.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: José Raimundo da Silva

Advogado: Paulo Rogerio José (OAB/RO 383)

Requerido: Petrobrás Distribuidora S. A., Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS

DECISÃO :

Vistos, A DECISÃO de fls. 588-589 não surtiu efeitos, tendo em vista que os advogados da requerida não estavam devidamente cadastrados e não foram regularmente intimados via DJ. Deste modo, determino que a mesma seja publicada novamente, atentando-se a Secretaria para a correta inclusão dos patronos da parte requerida (fls. 241 e 360). Deverá a requerida Fundação Petrobrás de Seguridade Social regularizar sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, posto que a contestação de fls. 360-399 está assinada por advogada sem procuração nos autos. Sem prejuízo, oportunizo às partes, no prazo de 10 (dez) dias, que se manifestem quanto a existência de outras provas que desejam produzir, as quais deverão elencar a necessidade/utilidade. Cumpridas as determinações retro, conclusos para deliberação ou julgamento antecipado da lide. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0018611-92.2012.8.22.0001

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Antonio Amancio de Moraes, Arlindo Moreira da Silva, Eva Maria de Lourdes Fiorello Fernandes, Florentino Barbosa de Oliveira, Francelino Rodrigues Montalvão, Geni Borba Mendes, José Vicente da Silva, Maria Elizabeth Burg Barzzotto, Nilo Curbani, Sebastião Ribeiro do Nascimento

Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Executado: Banco do Brasil S. A.

DECISÃO :

Vistos, BANCO DO BRASIL S/A apresentou Exceção de Pré-Executividade, arguindo a incompetência das varas cíveis da Comarca de Porto Velho/RO para execução do julgado, a inexistência de liquidez, certeza e exigibilidade do título e o excesso de execução. Colacionou julgados e doutrina. Requereu o acolhimento da exceção, com a suspensão do cumprimento de SENTENÇA e a remessa dos autos à Justiça Estadual do Distrito Federal ou, alternativamente, a conversão do pleito em liquidação de SENTENÇA. Apresentou os documentos de fls. 217-238. Os exequentes se manifestaram às fls. 242-257, alegando que argumentos expostos na exceção de pré-executividade já foram objeto de análise judicial, razão pela qual deve ser rejeitada. Aduzaram que o foro de seus domicílios, Porto Velho/RO, é competente para o ajuizamento da execução, ante a abrangência nacional da DECISÃO coletiva, o que foi confirmado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Alegaram que é pacífico o entendimento dos demais Tribunais, no sentido de que, nos casos de cumprimento de SENTENÇA de ação coletiva, o consumidor/exequente, tem a possibilidade de escolher entre o foro do juízo que julgou a causa e o foro de seu domicílio. Argumentaram a desnecessidade da prévia liquidação da SENTENÇA, uma vez que esta depende somente do quantum devido, onde sustentaram a higidez dos cálculos apresentados para execução. Pugnaram pela rejeição da exceção. Não apresentaram documentos. É o relatório. Tudo bem visto e ponderado, decido. A exceção deve ser rejeitada. Em relação à incompetência do juízo e à limitação territorial dos efeitos do título judicial, estas questões já foram objeto da DECISÃO de apreciação pelo STJ, à qual nos reportamos, no sentido de, resumidamente, considerar que este juízo é competente para processar o cumprimento individual da SENTENÇA coletiva proferida na ação civil pública, bem como não haver limitação aos efeitos da DECISÃO proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível de Brasília-DF. Demais disso, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia há muito pacificou o entendimento de que é facultado ao consumidor executar SENTENÇA coletiva em Estado diverso daquele em foi proferida, a fim de viabilizar a tutela dos direitos individuais. Confira-se: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA. FORO DIVERSO. ADMISSIBILIDADE. Aplica-se aos contratos bancários o Código de Defesa do Consumidor, o qual tem como princípios o da instrumentalidade das formas, também a facilitação da defesa e acesso à justiça, porquanto beneficiários de SENTENÇA coletiva noutro Estado, os consumidores que podem escolher foro diverso (o de seu domicílio ou outro mais favorável), viabilizando, destarte, a tutela dos direitos individuais. In casu, ante tais circunstâncias especiais, inviável a declinação de incompetência, por vislumbrar prejuízo ao consumidor, autor, que defende foro diverso do declinado. (TJ/RO 2ª Câmara Cível, AC n. 0009258-65.2011.8.22.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, julg. em 23/11/2011). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA COLETIVA. CUMPRIMENTO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. FORO DIVERSO. RELAÇÃO DE CONSUMO. POSSIBILIDADE. Por se aplicar o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, deve ser observado o princípio da facilitação da defesa do consumidor, possibilitando-lhe executar SENTENÇA coletiva em foro diverso daquele onde foi proferida tanto quanto do de seu domicílio, sobremodo se a opção vem em benefício do demandado. (TJ/RO 1ª Câmara Cível, AC n. 0008039-

48.2010.8.22.0001, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, julg. em 19/07/2011).No que se refere à liquidez, certeza e exigibilidade, o título judicial se encontra revestido desses requisitos, tendo os exequentes apresentado os valores que consideram devidos. Por fim, no que toca à alegação de excesso da execução, fica prejudicada sua análise, uma vez que o executado se limitou a afirmar o excesso, deixando de apresentar o valor que entende devido, bem como em razão de tratar-se de matéria atinente a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (inciso V do art. 475-L do CPC).Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade apresentada por BANCO DO BRASIL S/A e DETERMINO o prosseguimento do cumprimento da SENTENÇA .Não existem encargos de sucumbência, por se tratar de simples incidente processual, como já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: “A condenação ao pagamento de verba honorária somente é cabível no caso em que a exceção de pré-executividade é julgada procedente, com a consequente extinção da execução. Logo, se vencido o excipiente-devedor, como no caso dos autos, prosseguindo-se a execução, descabe a sua condenação em verba honorária” (REsp 576.119, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, j. 17.6.04, negaram provimento, v.u., DJU 2.8.04, p. 517 cf. Theotônio Negrão, in ob. cit., nota 43b ao art. 20 do CPC, p. 148).Manifeste-se a exequente em termos de prosseguimento, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de se aguardar no arquivo.Quedando-se silente, intimem-se os exequentes, pessoalmente, a se manifestarem acerca do eventual interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0019469-26.2012.8.22.0001

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ana da Silva

Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/PR 42732)

Requerido:Oi S/A

Advogado:Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos e examinados,ANA DA SILVA, bastante qualificada na inicial, por advogados habilitados, propôs ação de indenização por danos morais em face de BRASIL TELECOM S/A OI S/A., também já qualificada, alegando, em síntese, que em meados do mês de novembro de 2011 teve sua linha telefônica cancelada pela requerida sem que tivesse solicitado tal serviço e em razão de tal cancelamento pretende ser indenizada pelos danos morais que afirma ter suportado. Juntou documentos de fls. 12-18.Citada, a requerida apresentou contestação às fls. 22-38, aduzindo, em suma, que o cancelamento fora realizado posto que a autora solicitou tal serviço e faz ilações a respeito da inexistência de dano moral, mas mero aborrecimento, Juntou documentos de fls. 39-52. Réplica às fls. 54-59.Audiência de tentativa de conciliação realizada (fls. 79), restando infrutífera a composição amigável, vindo os autos conclusos para SENTENÇA .É o relatório do necessário.Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de

Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso concreto, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, sem olvidar que as partes afirmaram não terem mais provas a produzirem (art. 330, I, do CPC).Restou comprovado nos autos que a linha fora cancelada indevidamente, posto que a empresa requerida não se desincumbiu do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, consistente na prova do pedido de cancelamento (art. 333, II, do CPC).As telas comprobatórias acostadas com a contestação não são hábeis a provar o pedido de cancelamento, posto que produzidas unilateralmente pela própria requerida. A comprovação do cancelamento se daria pela juntada aos autos de requerimento assinado pela autora ou da gravação de seu pedido via central de atendimento. Nada a respeito fora produzido, restando patente o cancelamento indevido.E conforme manifestação da requerida (fls. 65-66) o terminal telefônico da autora encontra-se disponibilizado para outro cliente, o que nos leva a concluir que a autora não teve sua linha telefônica restabelecida.Como é cediço, o juiz deve atribuir o ônus da prova à parte que possui melhores condições de produzi-la. Este novo modo de distribuição visa manter o equilíbrio da relação jurídica, tratando as partes de forma isonômica. Insta frisar, mais uma vez, que o ônus da prova cabe a quem alega. Assim cabe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e a ré provar os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do autor, nos termos do artigo 333, I e II, do CPC.No caso dos autos a produção da prova é da requerida, vez que não seria lógico exigir da autora a prova de fato negativo: “não pediu o cancelamento da linha”, tendo em vista que a parte requerida poderia facilmente comprovar suas alegações, já que se trata de prova de fato positivo: “provar que a autora requereu o cancelamento da linha”.Nesse sentido o entendimento doutrinário:“Cada parte, portanto, têm o ônus de provar os pressupostos fáticos do direito que pretenda seja aplicado pelo juiz na solução do litígio. (...). Por outro lado de quem quer que seja o ônus probandi, a prova para ser eficaz há de apresentar-se como completa e convincente a respeito do fato de que deriva o direito discutido no processo. Falta de prova e prova incompleta equivalem-se, na sistemática processual do ônus da prova”. (Curso de Direito Processual Civil, Humberto Theodoro Júnior, 44 ed. Rio de Janeiro, Editora Forense 2006, p. 462/463).Portanto, para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: a) fato lesivo voluntário, negligência ou imperícia; b) ocorrência de um dano patrimonial ou moral, sendo que pela Súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça serão cumuláveis as indenizações por dano material e moral decorrentes do mesmo fato e c) nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente.” (in Maria Helena Diniz, Código Civil Anotado, 6ª Edição, Editora Saraiva, págs. 169/170).E mais:“A responsabilidade civil se assenta na conduta do agente (responsabilidade subjetiva) ou no fato da coisa ou no risco da atividade (responsabilidade objetiva). Na responsabilidade objetiva o sistema fixa o dever de indenizar independentemente da culpa ou dolo do agente. Na responsabilidade subjetiva há o dever de indenizar quando se demonstra o dolo ou a culpa do agente, pelo fato causador do dano”. (Nelson Nery Júnior e Rosa M. de Andrade Ney, Código Civil Anotado, 2ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 186).Assim, por se tratar de risco inerente a própria atividade empresarial, a requerida tem o dever de reparar eventuais

danos causados ao consumidor. De outro lado, também é tranquilo o entendimento de que o dano moral decorrente da má prestação de serviços aéreos é presumido pelas próprias circunstâncias do fato, isto é, trata-se de dano moral in re ipsa ou presumido. Na hipótese, embora em grau mínimo, entendo que o dano moral está caracterizado na conduta indevida e na ausência de prestar serviço eficiente, fazendo o que a requerente perdesse terminal telefônico do qual era titular há vários anos. Em casos desta natureza, recomenda-se que o julgador se paute pelo juízo da equidade, levando-se em conta as circunstâncias de cada caso, devendo o quantum da indenização corresponder à lesão, e não a ela ser equivalente, porquanto impossível, materialmente, nesta seara, alcançar essa equivalência. O valor fixado deve proporcionar às vítimas satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo, nos causadores do mal, impacto suficiente para dissuadi-los de igual procedimento, forçando-os a adotar uma cautela maior diante de situações como a descrita nestes autos. Desta forma, tendo em vista as circunstâncias do caso e levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). ANTE O EXPOSTO, cum fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos iniciais e, em consequência, CONDENO a Requerida ao pagamento de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais em favor da autora, atualizados monetariamente sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data de publicação desta DECISÃO, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Resp 903.258/RS e Súmula 362. CONDENO a parte Requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte Requerente, estes arbitrados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Em não havendo pagamento de forma espontânea e em comparecendo a parte autora aos autos, acompanhada de advogado, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA, no importe equivalente a 10% do valor da condenação, excetuada a multa, sem prejuízo de eventual majoração. Após o trânsito em julgado, em nada sendo requerido em 05 (cinco) dias, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475 J, § 5º, do referido diploma legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: [0021521-58.2013.8.22.0001](#)

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Hidronorte Construções e Comércio Ltda

Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)

Embargado: Explonorte Comércio de Explosivos Ltda

Advogado: Edmar Queiroz Damasceno Filho (RO 589)

DECISÃO :

Trata-se de Embargos à execução interpostos por Hidronorte Construções e Comércio Ltda em face de Explonorte Comércio de Explosivos Ltda. Verifica-se que a SENTENÇA de fls. 61 rejeitou liminarmente os embargos por serem intempestivos, tendo julgado extinto o feito. Observa-se que a SENTENÇA foi publicada com erro material, quanto ao nome do requerido. Assim, onde lê-se "Jezu Resende Martins" (linha 03), leia-se "Explonorte Comércio de Explosivos Ltda". Ademais, ante a ausência de prejuízo para as partes, entende a jurisprudência nacional que não há exigência para a reabertura para o prazo recursal, em respeito à coisa julgada. Neste sentido: "PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO CUJA EMENTA CONTEM ERRO MATERIAL. PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: INOCORRÊNCIA. TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO. LIQUIDAÇÃO INICIADA. PEDIDO DE CORREÇÃO DA INEXATIDÃO. REPUBLICAÇÃO DO ARESTO. REABERTURA DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE, SOB PENA DE OFENSA A COISA JULGADA. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO. I - o tribunal a quo deu provimento a apelação dos ora recorridos para "reformat" a SENTENÇA e julgar procedente a demanda. o acórdão, cuja ementa continha erro material, foi publicado. não houve interposição de recursos. iniciada a liquidação, os ora recorridos pleitearam junto ao tribunal a correção da inexatidão material. Constatado o equívoco, o relator corrigiu-o, e determinou a republicação da ementa e do acórdão. dai o sucumbente recorreu de especial. II - O pedido de correção de erro material, mesmo quando atendido, com a conseqüente republicação da DECISÃO sem a apontada inexatidão datilográfica, não tem o condão de reabrir o prazo recursal, sob pena de ofensa a coisa julgada. precedentes do STJ: RESP N. 39.454/SP - EDCL, RESP N. 50.933/RJ E RESP N. 14.723/RJ. III - Recurso especial não conhecido, por ser intempestivo." Petição de fls. 65/69 requereu a conversão dos embargos em Ação anulatória de título executivo extrajudicial. Indefiro o pedido, ante a ausência de previsão legal para a referida conversão. Certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 61. Após, observando o recolhimento das custas, archive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: [0004060-39.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Eloa Gonçalves dos Santos

Advogado: Severino Aldenor Monteiro da Silva (OAB/RO 2352)

Requerido: CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO S.A.,

DESPACHO :

Intime-se a parte autora para que EMENDE A INICIAL, no prazo de 10 dias, demonstrando o recolhimento das custas iniciais. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: [0003717-43.2014.8.22.0001](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Condomínio Residencial do Edifício Saint Tropez

Advogado: Octavia Jane Lédo Silva (OAB/RO 1160)

Requerido: Jose Angelo de Assis

DESPACHO :

Infere-se dos autos que o feito tramita pelo rito sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 11/04/2014 às

11:00.Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Advirta-se, ainda, o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Considerando que o autor tem advogado constituído nos autos, intime-se, via Diário da Justiça, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008932-68.2012.8.22.0001

Ação: Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente: José das Neves Ximenes

Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)

Requerido: Claudinéia M. Greco, Carlos Boudreaú Garcês dos Santos

Advogado: Defensor Público (RO 00)

DECISÃO :

1) Defiro a gratuidade da justiça para a requerida Claudinéia Marrega Greco, ocupante do lote 40, tendo em vista ser assistida pela Defensoria Pública a quem incumbe selecionar dentre aqueles que mais necessitam de seus serviços além de trazer comprovante de renda módica, fls. 66.2) Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual - SAP, constam duas ações em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública, 0076043-74.2009.8.22.0001 (desapropriação) e 0156150-42.2008.8.22.0001 (execução contra a Fazenda) que tem como objeto a área discutida nestes autos, loteamento Recanto da Lagoa. Juntem-se os relatórios do SAP com relação às tramitações dos aludidos processos, bem ainda, as principais decisões como a SENTENÇA em relação ao primeiro e decisões recursais. Deverão as partes oportunamente manifestarem-se a respeito das mencionadas ações e as respectivas consequências na presente lide. 3) Não foi concretizada a citação em relação ao requerido Carlos Boudreal dos Santos, ocupante do lote 39. O aviso de recebimento negativo dos Correios juntado às fls. 50 consta que tal pessoa teria falecido. Assim, intimo o autor a impulsionar o feito em relação ao aludido requerido, manifestando-se no que entender de direito, devendo indicar se desiste da ação em relação a tal requerido, ou, em termos legais se deseja outra providência como a substituição devendo fundamentar teu pedido. Fixo o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo em relação ao dito requerido. 4) Considerando a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela requerida Claudinéia Marrego Greco, intimo o autor a apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias. Na mesma oportunidade deve manifestar-se quanto à documentação juntada e descrita em item 2.5) Aos requeridos, será oportunizado posteriormente a manifestação quanto aos documentos de item 2. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004030-04.2014.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Anália Rosa Sene de Campos

Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)

Requerido: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON

DECISÃO :

DECISÃO Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais, com Pedido de

Antecipação de Tutela ajuizada por ANÁLIA ROSA SENE DE CAMPOS contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A, com pedido de antecipação de tutela para a exclusão de negativação incidente sobre o nome da autora em órgão de restrição ao crédito. A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. No caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre da inexistência de débito sustentada pela parte autora, que alega estar sofrendo dano em decorrência da manutenção da inscrição. A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois os documentos apresentados demonstram a inscrição nos cadastros de inadimplentes e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima, notadamente pela juntada dos documentos de fls. 18/33. Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, a autora não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o princípio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente em razão dos prejuízos que a requerente terá que suportar caso permaneça com a restrição ao seu crédito. Ante ao exposto, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela para o fim de determinar a baixa da inscrição do nome da parte autora do SERASA. Cite-se a parte requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-se que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na exordial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do artigo 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil. Serve a presente como OFÍCIO à instituição de proteção ao crédito (SERASA) para que exclua a anotação procedida pela requerida, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação. Intime-se e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004210-20.2014.8.22.0001

Ação: Cautelar Inominada (Cível)

Requerente: Graciete Lopes de Paiva, Carlos Jose Rabelo de Souza, Gleice Carla Paiva de Souza, Italo Paiva de Souza, Andrews Paiva de Souza, Catia Apontes Sales, Heloisa Sales Lima, Anderson Sales de Magalhaes, Kemelly Sales de Souza, Endrews Crislan Sales de Souza

Advogado: Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068), Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)

Requerido: Santo Antônio Energia S.A

DECISÃO :

GRACIETE LOPES DE PAIVA e outros, propuseram ação de obrigação de fazer c/c indenização por perdas e danos materiais e morais em face de Santo Antonio Energia S/A, postulando antecipação de tutela, para que se promova o realojamento dos

autores, colocando-os em local seguro. Os requerentes são moradores da comunidade da Vila de São Sebastião, no baixo madeira, situado à margem esquerda do Rio Madeira. Alegam que em virtude da instalação das Usinas de Santo Antonio, no rio Madeira, com a abertura das comportas do represamento, alterou a velocidade, o volume e o curso do rio, provocando desbarrancamento e agravando sobremaneira o fenômeno denominado terras caídas. Em virtude de tais fatos, os autores encontram-se em calamidade, pois os desbarrancamentos continuam de forma acelerada e grandiosa, sendo que a contenção realizada pela requerida, não resolveu o problema. Em razão disso, requerem, em caráter de liminar que a requerida promova o realojamento dos autores, colocando-os em local seguro, no intuito de manter a integridade física dos requerentes, até o julgamento da ação. Os argumentos são adensados por vários julgados do Tribunal de Justiça e a inicial vem acompanhada de quase duzentos documentos, dentre eles fotos do local de residência dos autores. É o relatório. Decido.

FUNDAMENTOS DO JULGADO Para a concessão da medida de urgência prevista no art. 273 do CPC, necessária a prova inequívoca que convença o magistrado da verossimilhança do alegado e que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ainda fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório. Entendo presente o periculum in mora, consubstanciado no fato da água ter chegado na residência dos autores e do perigo da permanência deles nesse local, nestas condições (fls. 27). Todavia, com relação ao periculum in mora os autores imputam o fato da inundação a abertura das comportas da UHE de Santo Antônio, todavia, num juízo preliminar não é possível fixar o nexo causal sustentado. Embora esse juízo saiba da situação grave a que estão submetidos os autores, devido a enchente do Rio madeira, o pedido formulado na inicial está calcado na atividade desenvolvida pela requerida, que pelas obras edificadas, teria modificado a força e as correntes das águas do Rio Madeira, causando o já mencionado desbarrancamento de suas margens. Ora, a enchente que vitima os autores - e centenas de outros moradores de Porto Velho, inclusive não ribeirinhos - é notoriamente natural e ocorre há vários anos na região, havendo, v.g., matéria do Globo Repórter, da rede Globo, do ano de 1992, narrando situação similar. Destaque-se, ainda, que a enchente segundo notícias na mídia escrita e falada, local e nacional, vem se agravando devido a fatores externos, a saber: degelo dos Andes, excesso de chuvas na cabeceiras dos afluentes do Rio Madeira, dentre outros, o que a prima facie, exclui qualquer nexo causal com a atividade desenvolvida pela empresa ré, tanto que a enchente atingiu o Estado do Acre e outras localidades distantes. Neste sentido: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DANO AMBIENTAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO PROLATADO PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL A QUO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. CARÁTER OBJETIVO. ART. 14, § 1º, DA LEI N. 6.398/1981. DANO AO MEIO AMBIENTE. NEXO CAUSAL. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES. 1. Houve manifestação expressa do Tribunal Regional Federal a quo no que tange ao caráter objetivo da responsabilidade da parte ora recorrente. Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, conforme se pode verificar às fls 876/888, bem como na DECISÃO dos aclaratórios acostada

às fls. 901/907 dos autos. Assim, tendo sido abordados de forma suficientemente fundamentos todos os aspectos essenciais para o deslinde da controvérsia, é de se rejeitar a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC suscitada pela parte recorrente. 2. A jurisprudência deste Sodalício orienta no sentido de que, em se tratando de dano ambiental, a responsabilidade é objetiva. Dispensa-se portanto a comprovação de culpa, entretanto há de se constatar o nexo causal entre a ação ou omissão e o dano causado, para configurar a responsabilidade. (AgRg no AREsp 165.201/MT, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 19/06/2012, DJe 22/06/2012). Assim, independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1286142/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013) Ante o exposto, indefiro a antecipação de tutela vindicada. Defiro a gratuidade. Cite-se com as advertências legais para responder, no prazo de 05 (cinco) dias, indicando as provas que pretende produzir (art. 802, do CPC). Decorrido o prazo com ou sem manifestação, conclusos para designação de audiência de instrução e julgamento. Intime-se a parte autora quanto ao indeferimento via publicação no diário da justiça. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

André Luiz de Oliveira Brum
Diretor de Cartório

COMARCA DE JI-PARANÁ

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0003276-50.2014.8.22.0005

Ação: Procedimento Sumário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Walmey Oliveira e Silva

Advogado: Antonio Fraccaro (RO 1941)

Requerido: Fazenda Pública do Município de Ji Paraná

Advogado: Procurador do Município de Ji Paraná ()

DESPACHO :

Vistos. Intime-se a parte autora a comprovar que as dívidas tratadas no pedido não são objeto dos autos de execução fiscal mencionados na certidão de fls. 13/15, no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento. Tornem conclusos após o prazo para apreciação do pedido liminar. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0014762-03.2012.8.22.0005

Ação: Procedimento Sumário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Joanir Antonio de Carvalho

Requerido: Município de Ji-Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA (...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1993, 1997 e 1998 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.2020038020002200.

Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0010511-39.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Jose Ronaldo da Silva

Advogado:Graciela Horsth Silva (OAB/RO 4013)

Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1997 e 1999 a 2001 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.209000130002400. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001524-77.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:José Saulo Gomes

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 2000 e 2002 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.301001450001200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0008008-45.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Associação Resgate de Vidas Ernesta G. Bernardi

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 a 2006 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.3010160080001300. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0012548-39.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Hedy Lamar D Avila Gomes de Souza

Requerido:Município de Ji-Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 a 2007 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.301002320000700. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0011768-02.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Nelsi Grassi

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1999 a 2005 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.4010068050002600. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001531-69.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Jadir Martins Malini

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1997 a 2002 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.4020050010000200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: [0011525-58.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Marcio Venancio

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1995 a 1997 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.202000320004000. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem

honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0014090-92.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Clarice Fernandes Zeferino

Requerido:Município de Ji-Paraná - RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1998 a 2006 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.102000550000600 e 102000550000700. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0014769-92.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Olivio Martins Montezani

Requerido:Município de Ji-Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE para declarar prescrito(s) o(s) tributo(s) apontado(s) na certidão de fls.06/07, relativo(s) ao(s) ano(s) de 1997 a 2001, relativo(s) ao(s) cadastro(s) 000008511 e 000008514 sob a(s) matrícula(s) n.611908 e 612202.Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0013289-79.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Cândida Nunes de Carvalho

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE para declarar prescrito(s) o(s) tributo(s) apontado(s) na certidão de fls.05, relativo(s) ao(s) ano(s) de 1999 a 2002 e 2005, relativo(s) ao(s) cadastro(s) 000004760 a(s) matrícula(s) n.244607.Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0012203-73.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:José Ritller Rodrigues.

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1998 a 2006 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.7030000170002600. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0012204-58.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Alexandre Rocha de Andrade

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1998 a 2004 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.701000770003200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0002786-62.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Márcio Glei Ferreira das Neves

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 2002 e 2007 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.202000320001300 e 202000320001200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001040-62.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Evangelista Vilanova Severo

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 e 1995 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.502000150002900. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001041-47.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Lucélia dos Santos Almeida

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 a 2005 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.4010030010002200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001528-17.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Jose Roberto Tavares Matias

Requerido:Município de Ji Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1998, 1999 e 2007 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.701000800002600. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0001618-88.2014.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Caroline Thaís Silva

Advogado:Márcia Regina Barbisan de Souza (RO 2031)

Requerido:Município de Ji Paraná RO

Advogado:Procurador do Município de Ji Paraná ()

DESPACHO :

Vistos. Os autos vieram a este juízo em razão da DECISÃO que declinou a competência às fl. 104, após a concessão de antecipação de tutela, citação e apresentação de defesa e interposição de agravo de instrumento pelo requerido e pedido de cumprimento da liminar pela parte autora.No entanto, é imprescindível que a parte autora, no prazo de 48 horas, comprove ser usuária do SUS e preste os seguintes esclarecimentos: 1. se é usuária de algum tipo de plano de saúde;2. se os orçamentos juntados (fls. 53/58) dizem respeito a uma única ampola; 3. se há custos adicionais com atendimento hospitalar ou honorários médicos para cada aplicação, isto porque a receita menciona DUAS AMPOLAS DE 8 EM 8 SEMANAS POR PRAZO INDETERMINADO DE FORMA ASSISTIDA.Decorrido o prazo tornem conclusos para realização do juízo de admissibilidade e demais análises. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0009081-18.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Maria de Fátima Pelogia.

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Requerido:Estado de Rondônia

DECISÃO :

Vistos. Tendo em vista a apresentação do relatório da clínica de tratamento, renovo o sequestro a fim de assegurar o tratamento do paciente por mais um mês, mediante apresentação mensal de relatório médico que deverá vir com estimativa da duração do tratamento. Serve de ofício para a transferência bancária para a conta da clínica cujos dados estão à fl.137(cópia em anexo à presente).Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0012206-28.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Wilkson Gonçalves Batista

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1999, 2000 e 2006 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.701000960000900. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0011197-31.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Norival Lopes Heiderich de Brito

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1998 a 2006 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.7030000120002200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: [0014764-70.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Geovane Santana da Silva

Requerido:Município de Ji-Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.601000250001200. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: 0014768-10.2012.8.22.0005

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Abimael Martins Montesani

Requerido:Município de Ji-Paraná RO

SENTENÇA :

SENTENÇA Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE para declarar prescrito(s) o(s) tributo(s) apontado(s) na certidão de fls.04, relativo(s) ao(s) ano(s) de 1999 a 2007, relativo(s) ao(s) cadastro(s) 000004291 sob a(s) matrícula(s) n.206008. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: 0011769-84.2012.8.22.0005

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Hélio José Betonte

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 2001 e 2002 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.301002190000500. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Proc.: 0011773-24.2012.8.22.0005

Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)

Requerente:Michel Angelo Guedes Martins

Requerido:Município de Ji-Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Vistos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar prescrito o IPTU do(s) ano(s) de 1994 que estiver(em) pendente(s) relativo(s) ao(s) imóvel(is) cadastrado(s) sob a(s) matrícula(s) n.301000360000700. Como corolário, resolvo o mérito da causa, na forma do artigo 269, inciso VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 11 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se pelo Dje.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ligiane Zigiotta Bender Juíza de Direito

Angela Pintar Garcia dos Santos

Escrivã Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Juíza de Direito: Dr^a. Sandra Martins Lopes

Diretora de Cartório: Raimunda Pereira dos Santos Heitmann

Proc.: 0005569-27.2013.8.22.0005

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Antonia de Souza Vieira

Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)

DECISÃO :

Vistos. SANEANDO O FEITO, rejeito a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir suscitada pela requerida, pois o autor recebeu o pagamento do seguro de forma parcial, não sendo eficaz a alegação da defesa de que com o recebimento parcial do seguro o autor não pode reclamar a diferença do valor que não foi pago e que é devido.Nesse sentido, pacífica a jurisprudência, sendo oportuna a transcrição de ementa a seguir:Ação de cobrança. DPVAT. Preliminar. Carência. Ação afastada. SENTENÇA ultra petita. Competência do CNSP fixar indenização. Impossibilidade. Vinculação ao salário mínimo. Legalidade. O recibo dando plena e geral quitação à seguradora não tem o condão de inviabilizar a pretensão à diferença devida, considerando que o efeito da quitação se refere tão-somente à parte do valor já pago. O julgamento ultra petita, em si mesmo, não acarreta a nulidade da SENTENÇA, bastando adequá-lo aos limites do pedido. A quitação válida do valor pago a menor não impede que o beneficiário requeira a complementação do que lhe é devido em virtude de lei. O valor da indenização do seguro em caso de morte é devido no patamar de 40 salários mínimos, nos termos do art. 3º da legislação pertinente. (TJ/RO, APC 100.014.2005.012719-9, Relator: Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral, Data do julgamento: 28-03-2007). Diante da insistência em contestação pela produção de prova pericial, para promover a prova pericial para fim de se aferir a existência de invalidez permanente, seu grau e respectivo enquadramento na Tabela da lei n. 11.945/2009, nomeio o Dr. WALTER MACIEL JUNIOR, podendo ser encontrado na CLÍNICA ORTOTRAUMA, estabelecida na Rua Dr. Fiel, n.260, Bairro Vila Jotão, nesta cidade, devendo designar data, hora e o local para a realização da perícia.Fixo os honorários em favor do perito em um salário mínimo, a ser suportado pela Ré, que deverá depositar no prazo de 30 dias sob pena de presunção de dispensa da prova.Comunicada a designação da perícia a este Juízo, intimem-se as partes através dos advogados, devendo o advogado da parte autora apresentar seu cliente perante o perito. Após a apresentação do laudo pericial, libere-se os honorários ao perito ora nomeado, podendo ser mediante transferência a conta bancária que indicar.SIRVA-SE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PERITO.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0011070-59.2013.8.22.0005

Ação:Monitória

Requerente:Itapoã - Comércio de Tecidos e Confecções Ltda

Advogado:Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)

Requerido:José Luiz Soares de Carvalho Júnior

SENTENÇA :

Diante da transação realizada entre as partes, conforme petição à fl. 19/20, DECRETO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, III, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia.Procedidos os atos decorrentes, archive-se. Sem ônus. P.R.I.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009068-19.2013.8.22.0005

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Jonas Aparecido da Silva

Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA

Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

SENTENÇA :

Homologo o acordo extrajudicial instrumentalizado às fls. 44/45, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, III, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia.Em caso de não cumprimento do acordo celebrado, o feito poderá ser desarquivado para execução de título judicial (art. 475-N, III, do CPC) , sendo que com relação à necessidade de pagamento de custas em execução de título judicial, consignamos que não serão devidas as custas iniciais da execução de título judicial (Regimento de Custas - Lei 301, 21/12/1990, art. 6º, §1º). Sem ônus (Regimento de Custas -Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, §7º).Cumpridos os atos decorrentes, archive-se.P.R.I.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0016840-33.2013.8.22.0005](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.

Advogado:Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)

Requerido:Aline Fernanda Carvalho Chagas

DECISÃO :

Vistos. 1. A contumácia da parte autora evidencia desinteresse pelo prosseguimento do feito.2. Aguarde-se por 30 dias.3. Após, intime-se na forma do art. 267, § 1º, do CPC.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0014630-09.2013.8.22.0005](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Bradesco S. A

Advogado:Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206)

Requerido:Zilda Claudino da Silva Tupa

DECISÃO :

Vistos. 1. A contumácia da parte autora evidencia desinteresse pelo prosseguimento do feito.2. Aguarde-se por 30 dias.3. Após, intime-se na forma do art. 267, § 1º, do CPC.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0008939-14.2013.8.22.0005](#)

Ação:Inventário

Inventariante:Maria Mendes dos Santos Nunes

Advogado:João Batista Felberk de Almeida (OAB/RO 930)

Inventariado:Espolio de Zélia Soares dos Santos

DESPACHO :

Vistos. A parte autora para cumprimento do determinado no ato judicial de fls. 22, ante a necessidade dos documentos solicitados pelo juízo, para o deslinde da ação.Prazo de 10 dias.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0008764-20.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Gracinaldo Pereira de Almeida

Advogado:Cleia Aparecida Ferreira (OAB / RO 69 A), Elaine Cristina Dias (OAB/RO 5378)

Requerido:Campilar Alimentos Ltda.

DESPACHO :

Vistos. As partes para especificarem provas, justificando a necessidade de sua produção, no prazo de 15 dias.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0006320-48.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Antonio Sergio da Silva

Advogado:Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)

Requerido:Banco do Brasil S. A.

Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), SÉrgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)

DESPACHO :

Vistos. Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado pela requerida à fl. 148, haja vista a voluntariedade no tocante ao depósito, bem como por tratar-se de valor incontroverso. Após intime-se a requerida para manifestação, no prazo de 15 dias, acerca do petitório autoral às fls. 117/121.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0004142-63.2011.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Marmitt Mota Ltda Me

Advogado:Jancléia de Jesus Barros (OAB/RO 4205)

Executado:NILDA PRADO

SENTENÇA :

HOMOLOGO O ACORDO instrumentalizado às fls. 42, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 794, II, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia. Em caso de não cumprimento do acordo celebrado, o feito poderá ser desarquivado para execução de título judicial (art. 475-N, III, do CPC) , sendo que com relação à necessidade de pagamento de custas em execução de título judicial, consignamos que não serão devidas as custas iniciais da execução de título judicial (Regimento de Custas - Lei 301, 21/12/1990, art. 6º, §1º). Expeça-se termo de liberação de penhora de fl. 20.Sem ônus (Regimento de Custas -Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º,§ 7º). Procedidos os atos decorrentes, archive-se. P.R.I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0014292-35.2013.8.22.0005](#)

Ação:Embargos à Execução

Embargante:C.C. Pinheiros Supermercados ME, Cristóvan Castilho Pinheiro

Advogado:Eronaldo Fernandes Nobre (RO 1041), Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1.041)

Embargado:Coimbra Importação e Exportação Ltda

Advogado:Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)

DESPACHO :

Recebo os embargos.Intime-se o embargado, para querendo, apresentar impugnação no prazo legal.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0013299-89.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Sergio Ruiz Valencia, Gilberto Felbek de Almeida

Advogado:Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB/ RO 2245)

DECISÃO :

Vistos. Defiro a emenda de fl. 49, devendo ser retificado nos registros do feito. Visando melhor administrar a pauta de audiência, excesso de serviço forense, ônus envolvido, e considerando, pela experiência, remota possibilidade de acordo quando da audiência inaugural no procedimento sumário, **CONVERTO A AÇÃO EM RITO ORDINÁRIO**, determinando que se proceda a retificação no registro do feito. CITE-SE SOB O RITO ORDINÁRIO, para querendo, responder a ação no prazo de 15 dias, através de advogado, nos termos do CPC. SIRVA-SE DE ORDEM. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0012996-75.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Sueli Lopes da Silva

Advogado: Thadeu Fernando Barbosa Oliveira (OAB / RO 3245)

Requerido: Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a

SENTENÇA :

Diante do pedido de desistência da parte autora pelo prosseguimento do feito à fl. 26, **DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, com espeque no art. 267, VIII, do CPC, dispensado o prazo recursal. Autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial em favor da parte autora, mediante cópia, e lançamento no documento desentranhado do número do processo, o tipo de ação e o cartório respectivo (Diretrizes Gerais Judiciais, Capítulo II, Seção XII, art. 100, §2º). Sem ônus (Regimento de custas - Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, §7º). Cumpridos os atos decorrentes, archive-se. P.R.I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0003610-21.2013.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Coimbra Importação e Exportação Ltda

Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)

Executado: C.C. Pinheiros Supermercados ME, Cristovam Castilho Pinheiro

Advogado: Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)

DESPACHO :

Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0003407-59.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Aguinaldo Moraes Santiago

Advogado: Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549), Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)

Requerido: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/a

Advogado: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3.592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)

DECISÃO :

Vistos. Diante da insistência em contestação pela produção de prova pericial, para promover a prova pericial para fim de se aferir a existência de invalidez permanente, seu grau e respectivo enquadramento na Tabela da lei n. 11.945/2009, nomeio o Dr. WALTER MACIEL JUNIOR, podendo ser encontrado na CLÍNICA ORTOTRAUMA, estabelecida na Rua Dr. Fiel, n.260,

Bairro Vila Jotão, nesta cidade, devendo designar data, hora e o local para a realização da perícia. Fixo os honorários em favor do perito em um salário mínimo, a ser suportado pela Ré, que deverá depositar no prazo de 30 dias sob pena de presunção de dispensa da prova. Comunicada a designação da perícia a este Juízo, intimem-se as partes através dos advogados, devendo o advogado da parte autora apresentar seu cliente perante o perito. Após a apresentação do laudo pericial, libere-se os honorários ao perito ora nomeado, podendo ser mediante transferência a conta bancária que indicar. SIRVA-SE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PERITO. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0012462-34.2013.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Comércio de Móveis Ji Paraná Ltda - ME

Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)

Executado: Almezinda Rosario Dias dos Santos

SENTENÇA :

Noticiada a quitação extrajudicial da dívida executada, conforme petição da parte exequente à fl. 20, **DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO**, com espeque no art. 794, I, do CPC, dispensado o prazo recursal. Defiro o desentranhamento dos documentos (fls. 10/12) em favor da parte executada, mediante cópia, e lançamento no documento desentranhado do número do processo, o tipo de ação e o cartório respectivo (Diretrizes Gerais Judiciais, Capítulo II, Seção XII, art. 100, §2º). Procedidos os atos decorrentes, archive-se. P.R.I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0004579-36.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Wellington de Oliveira Meireles

Advogado: Wisley Machado Santos de Almada. (OAB/RO 1217)

Requerido: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS

DECISÃO :

Vistos. Fica a parte requerida, vencida, intimada a cumprir voluntariamente a condenação constante do julgado, no prazo de 15 dias, sob pena de multa e estabelecimento do procedimento de execução. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0001944-82.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Rosinaldo Cândido da Silva

Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)

DECISÃO :

Vistos. Cumpria a parte requerida efetuar o depósito dos honorários periciais, sendo que intimada por intermédio de seu advogado, via Diário da Justiça, até a presente data não veio informação aos autos, acerca do depósito do valor referente aos honorários. Impende colacionar esclarecedor julgado acerca da matéria: "TRT-PR-27-11-2007 INOBSERVÂNCIA DE PRAZO ASSINADO PARA A PRÁTICA DE ATO. INEXISTÊNCIA DE

JUSTA CAUSA. PRECLUSÃO. Compete à parte cumprir a determinação judicial no prazo que lhe foi assinado ou, ainda nesse prazo, justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de preclusão, salvo se comprovar a superveniência de força maior impeditiva, entendendo-se como tal a ocorrência de evento imprevisto, alheio à sua vontade e capaz de impedi-la de qualquer manifestação em Juízo. Operada a preclusão temporal, a parte perde o direito de praticar o ato ou de impugnar a legalidade ou a razoabilidade da determinação. Inteligência do artigo 183 do CPC. Recurso ordinário conhecido e desprovido.” (TRT-9 11422006654900 PR 1142-2006-654-9-0-0, Relator: PAULO RICARDO POZZOLO, 3A. TURMA, Data de Publicação: 27/11/2007). Isto posto, considerando que a parte deixou de cumprir ato que lhe competia, em observância ao teor do disposto no art. 183 do CPC, declaro preclusa a produção da prova pericial. Decorrido o prazo para eventual inconformismo ou mesmo apresentação de justa causa para não realização do ato, promova-se os autos conclusos para SENTENÇA. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0001928-31.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Indalécio Possomai

Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3.592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)

DECISÃO :

Vistos. Cumpria a parte requerida efetuar o depósito dos honorários periciais, sendo que intimada por intermédio de seu advogado, via Diário da Justiça, até a presente data não veio informação aos autos, acerca do depósito do valor referente aos honorários. Impende colacionar esclarecedor julgado acerca da matéria: “TRT-PR-27-11-2007 INOBSERVÂNCIA DE PRAZO ASSINADO PARA A PRÁTICA DE ATO. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PRECLUSÃO. Compete à parte cumprir a determinação judicial no prazo que lhe foi assinado ou, ainda nesse prazo, justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de preclusão, salvo se comprovar a superveniência de força maior impeditiva, entendendo-se como tal a ocorrência de evento imprevisto, alheio à sua vontade e capaz de impedi-la de qualquer manifestação em Juízo. Operada a preclusão temporal, a parte perde o direito de praticar o ato ou de impugnar a legalidade ou a razoabilidade da determinação. Inteligência do artigo 183 do CPC. Recurso ordinário conhecido e desprovido.” (TRT-9 11422006654900 PR 1142-2006-654-9-0-0, Relator: PAULO RICARDO POZZOLO, 3A. TURMA, Data de Publicação: 27/11/2007). Isto posto, considerando que a parte deixou de cumprir ato que lhe competia, em observância ao teor do disposto no art. 183 do CPC, declaro preclusa a produção da prova pericial. Decorrido o prazo para eventual inconformismo ou mesmo apresentação de justa causa para não realização do ato, promova-se os autos conclusos para SENTENÇA. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0014184-40.2012.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jose Lessi

Advogado: Agnaldo dos Santos Alves (OAB/RO 1156)

Requerido: Brasil Telecom Celular

Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)

SENTENÇA :

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por JOSÉ LESSI em desfavor de BRASIL TELECOM CELULAR S/A, para declarar a inexistência do débito objeto de inscrição na Serasa e discutido nestes autos, identificado às folhas 20 como sendo título n.º 02109906701, vencimento 14/04/2009, e ainda para condenar a requerida a pagar ao autor o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado o montante atualizado. Confirmando a tutela antecipada que determinou a exclusão do nome do autor do cadastro de inadimplentes da Serasa. Decreto a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Tendo em vista a existência de sucumbência mínima, pois vencido o autor somente no que tangencia ao quantum indenizatório pretendido, condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 20, § 3º, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, archive-se. P.R.I.C. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0032449-32.2008.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Cristiane Gondim da Motta

Advogado: Cleonice Veilveira dos Santos (OAB/RO 2506)

Requerido: Canãa Veículos e Construções Ltda, Ford Motor Company Brasil Ltda

Advogado: José Assis dos Santos (OAB/RO 2591), Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584), Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B), Joao Carlos Veris (OAB/RO 906), Charles Baccan Junior (), Allana Araujo Silva Oliveira (OAB/RO 5500), Celso de Faria Monteiro (OAB/SP 138.436)

DESPACHO :

Vistos. Intimem-se as partes requeridas para se manifestarem quanto ao petitório autoral de fls. 557/562, no prazo de 10 dias. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0086240-76.2009.8.22.0005](#)

Ação: Inventário

Inventariante: A. C. T. de S. E. C. T. S. L. L. H. F. T. M. L. M. de A.

Advogado: Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B), João Carlos Veris (OAB/RO 906), Dinair de Oliveira Talarico (OAB/RO 1507)

Inventariado: E. de R. T. S.

DECISÃO :

Vistos. A fl. 443, há ofício do juízo da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca de Ji-Paraná, solicitando providência quanto a liberação de penhora realizada no rosto dos autos às fls. 200/201, diante de DECISÃO favorável à Davi Soares Moitinho, conferindo-lhe um crédito de R\$ 3.472,95 (três mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Isto posto disponibilize-se o crédito penhorado às fls. 200/201, promovendo-se o necessário, vinculando-o aos autos de processo n. 0009200-69.2002.5.14.0091, em tramitação perante a 1ª Vara do Trabalho desta Comarca de Ji-Paraná. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0008934-94.2010.8.22.0005](#)

Ação:Cautelar Inominada (Cível)

Requerente:Emília Amadeu Azevedo

Advogado:Lincoln Assis de Astrê (RO 2962)

Requerido:BANCO ITAU S/A

Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811), Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352B)

DESPACHO :

Trata-se de cumprimento de SENTENÇA visando o recebimento de honorários de sucumbência, portanto, deverá o exequente promover as devidas retificações do polo ativo da presente execução (fl.135).Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: [0001173-07.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Joao Falquevicz

Advogado:Antonio C. Leal da Silva (OAB RO 4331)

Requerido:Miguel Falquevicz, Eurides Godeis Falquevicz

Advogado:D Any da Penha Santos Cossuol (OAB/RO 5463)

SENTENÇA :

Homologo o acordo extrajudicial instrumentalizado às fls. 54/55, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, III, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia.Em caso de não cumprimento do acordo celebrado, o feito poderá ser desarquivado para execução de título judicial (art. 475-N, III, do CPC) , sendo que com relação à necessidade de pagamento de custas em execução de título judicial, consignamos que não serão devidas as custas iniciais da execução de título judicial (Regimento de Custas - Lei 301, 21/12/1990, art. 6º, §1º).Oficie-se ao CRI para que nos termos do acordo proceda a averbação do registro do imóvel de matrícula n. 20.678 do livro 2, da fração ideal de 12.1000 (doze hectares e dez ares).Oficie-se ao CRI para que proceda ao cancelamento da restrição imposta no imóvel de matrícula n. 20.678 do livro 2. Sem ônus (Regimento de Custas -Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, §7º).Cumpridos os atos decorrentes, archive-se.P.R.I.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Raimunda Pereira dos Santos Heitmann
Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Kelma Vilela de Oliveira - Juíza de Direito- Substituta

Belª Marlene Alves Apolinário - Diretora de Cartório

Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente, ou contate-nos, via internet, pelo seguinte endereço: jip2civel@tj.ro.gov.br.

Proc.: [0003793-60.2011.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Andre Luiz Salustiano, Alcindo Vera, Camila Joelly Tiburcio da Fonseca, Claudemir Medrades Mezabarba, Éder de Almeida Barbosa, Fátima Verga Ribeiro, José Amaro Garcia Gomes, José da Glória Pacheco, Sebastiao Delpupo Cuzzuol, Francisco de Assis Pinto Candido

Advogado:Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701), Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701)

Requerido:Federal de Seguros S.A.

Advogado:Rosangela Dias Guerreiro (OAB/RJ 48812)

DESPACHO :

DESPACHO Intimem-se o patrono dos requerentes descritos a fl. 398, no ponto 2, para que, no prazo de 15 dias, apresente o contrato de financiamento habitacional, se houver. Vindo, abra-se vista novamente à CEF.Caso não os tenha, voltem cls. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0010961-79.2012.8.22.0005](#)

Ação:Consignação em Pagamento

Consignante:Dirceu Selhorst

Advogado:Dário Alves Moreira (OAB/RO 2092)

Consignado:Conforme Confecções Ltda Me

DESPACHO :

DESPACHO Nos moldes requeridos, não há amparo para deferimento do pleito.O causídico deverá dar início ao cumprimento de SENTENÇA e, após, requerer a penhora do valor sobre o crédito da requerida. Sem prejuízo, diligencie-se via oficial de justiça, na empresa localizada na Av. Monte Castelo, ao lado da farmácia Santa Rita, esquina com Rua 31 de Março, com nome de fantasia Passione Moda Íntima, para verificar se é a mesma aqui requerida. Observe o sr. Oficial de Justiça o nome da responsável pela empresa aqui requerida, Sra. Mônica Raquel Crispim dos Reis, fl. 36.Intime-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0024205-90.2003.8.22.0005](#)

Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente:E. L. de M.

Advogado:Lúcia Maria Neves Gomes Gallo (OAB/RO 106B), Karine Mezzaroba (OAB / RO 6054)

Requerido:A. A. de M.

Advogado:Karine Mezzaroba (OAB / RO 6054)

DESPACHO :

Defiro.Desarquive-se.Diga o que pretende, impulsionando o feito, em 5 dias, sob pena de rearquivamento.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0242007-10.2009.8.22.0005](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Prefeitura Municipal de Ji-Paraná - RO

Advogado:Jackson Felberk de Almeida (RO 982)

Executado:Espolio de Abel de Oliveira Neves

Advogado:Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653A), Alan Araís Lopes (OAB / RO 1787)

DESPACHO :

DESPACHO A petição de fl. 37/38 deverá ser regularizada com a assinatura do causídico. Sem prejuízo, manifeste-se a Fazenda, com redobrada urgência. Recolha-se o mandado, independentemente de cumprimento. A Exequente deverá também manifestar-se quanto à possível ocorrência da prescrição, matéria de será analisada de ofício, assim que os autos voltarem à conclusão. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0035417-45.2002.8.22.0005](#)

Ação: Embargos à Execução Fiscal

Embargante: Atalaia S/a Comércio e Indústria, Fernanda Aurelia Nakai Ribeiro Almeida Monteiro

Advogado: Carlos José Dal Piva (OAB/RO 2053)

Embargado: Fazenda Pública do Estado de Rondônia

DESPACHO :

DESPACHO Aguarde-se o deslinde dos embargos à arrematação apensos. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0012735-81.2011.8.22.0005](#)

Ação: Embargos à Arrematação

Embargante: Atalaia S. A. Comércio e Indústria

Advogado: Carlos José Dal Piva (OAB/RO 2053)

Embargado: Fazenda Pública do Estado de Rondônia

DESPACHO :

DESPACHO Promova-se intimação via oficial de justiça plantonista, do procurador do Estado para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se quanto ao andamento do presente feito, especificamente quanto à desistência da arrematação já manifestada pelo arrematante, bem como quanto à alegação da devedora Atalaia de renegociação dos débitos. Com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para DECISÃO. Cumpra-se com redobrada urgência. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0004810-97.2012.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)

Executado: Global Cursos Formação Profissional Ltda-ME, Max Uanderson Pereira Menegaz

DESPACHO :

Defiro. Expeça-se alvará para levantamento da quantia bloqueada, incontroversa. Após, diga o exequente acerca do débito remanescente. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0013171-06.2012.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: OLIMPIO FRANCISCO BAIER

Advogado: Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)

Requerido: DIVINA MARIA DE JESUS

DESPACHO :

Defiro a produção de prova testemunhal, conforme pleiteado pelas partes. Para tanto, designo audiência para o dia 02 de abril de 2014, às 9h. Intimem-se partes, procuradores e as

testemunhas arroladas, bem como as que forem arroladas até 15 dias antes da audiência. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0013009-11.2012.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Joao Rodrigues Neto

Advogado: Defensor Público (RO. 000.)

Requerido: Município de Ji Paraná RO

Advogado: Armando Reigota Filho (OAB/RO 399)

DESPACHO :

Defiro a produção de prova testemunhal, conforme pleiteado pelas partes. Para tanto, designo audiência para o dia 26 de março de 2014, às 9h. Intimem-se partes, procuradores e as testemunhas arroladas, bem como as que forem arroladas até 15 dias antes da audiência. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0004464-78.2014.8.22.0005](#)

Ação: Embargos à Execução Fiscal

Embargante: E. L. Soares Junior Publicidades

Advogado: Defensor Público (RO. 000.)

Embargado: Fazenda Pública do Município de Ji Paraná

SENTENÇA :

SENTENÇA Ante ao exposto, rejeito liminarmente os embargos e indefiro a inicial e, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito. Sem custas e sem honorários. Desde já autorizo o desentranhamento dos documentos. P.R.I.C. Transitando em julgado, arquivem-se. P.R.I.C. Transitando em julgado, arquivem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0008345-97.2013.8.22.0005](#)

Ação: Prestação de Contas - Exigidas

Requerente: Lucinei Marinho da Silva, Lucinaria Marinho da Silva, Luis Carlos Marinho da Silva

Advogado: Ilma Matias de Freitas Araujo (RO 2084)

Requerido: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

Advogado: Ilan Goldberg (OAB/SP 241292), Eduardo Chalfin (OAB/RJ 53588), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)

DECISÃO :

DESPACHO SANEADOR Processo em ordem. Partes bem representadas. Passo à análise das preliminares arguidas pelo requerido: 1. Da Prejudicial de Mérito Prescrição A Lei n. 2.313/54 em seu art. 2º, §1º, dispõe que: Art. 2º Os créditos resultantes de contratos de qualquer natureza, que se encontrarem em poder de estabelecimentos bancários, comerciais e industriais e nas Caixas Econômicas, e não forem reclamados ou movimentadas as respectivas contas pelos credores por mais de 25 (vinte e cinco) anos serão recolhidos, observado o disposto no § 2º do art. 1º ao Tesouro Nacional e aí escriturados em conta especial, sem juros, à disposição dos seus proprietários ou de seus sucessores, durante 5 (cinco) anos, em cujo termo se transferirão ao patrimônio nacional. § 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os depósitos populares feitos nos estabelecimentos mencionados, que são imprescritíveis e os casos para os quais a lei determine prazo

de prescrição menor de 25 (vinte e cinco) anos. [...] Dessa forma, a lei especial considera imprescritíveis os depósitos em caderneta de poupança ou depósitos populares. 2. Da cumulação de pedidos Alega o requerido que a ação de prestação de contas não comporta pedidos cumulados, tal qual consta da inicial. Resta prejudicada a análise da preliminar assestada, porquanto tal problema fora verificado quando da análise inicial, o que motivou a emenda da inicial, fl. 37, para adequar o rito, o que fora efetivamente feito. 3. Da ilegitimidade passiva: Segundo a precisa lição do mestre Alfredo Buzaid, a legitimidade de partes é também conhecida como pertinência subjetiva da ação. Ao se analisar a legitimidade de causa não se deve perder de vista a autonomia e abstração do direito de ação. Entender que parte legítima é a titular do direito material versado nos autos é negar a abstração e autonomia do direito de ação. Assim, infere-se que a posição sustentada pelo requerido está umbilicalmente ligada à teoria civilista do direito de ação. Hodiernamente, pode-se dizer que parte legítima é a titular da relação jurídica deduzida na inicial. Portanto, todos aqueles que compõem os polos ativo e passivo da relação jurídica deduzida na inicial são tidos como partes legítimas. É a conhecida teoria da asserção, sustentada pela mais moderna doutrina. Nesse sentido é a lição de Alexandre de Freitas Câmara: (...) podemos afirmar que têm legitimidade para a causa os titulares da relação jurídica deduzida, pelo demandante, no processo. Explique-se: ao ajuizar sua demanda, o autor necessariamente afirma, em sua petição inicial, a existência de uma relação jurídica, chamada *res iudicium deducta*. Assim, por exemplo, aquele que propõe uma ação de divórcio afirma existir entre ele e a parte adversa, uma relação matrimonial. Da mesma forma aquele que propõe ação de despejo afirma existir entre ele e o réu uma relação de locação. (...) Esses sujeitos da relação jurídica deduzida no processo é que terão legitimidade para estar em juízo (in *Lições de Direito Processual Civil*, Vol I, editora Lumem Juris, 9ª edição, p.123). Nesse sentido, o entendimento do processualista baiano, Fredie Didier Jr., sobre o momento de verificação das condições da ação: As dificuldades que normalmente se apresentam na separação das condições da ação do mérito da causa - aliadas ao fato de que a extinção do processo sem exame do mérito, por carência de ação, após longos anos de embate processual, é consequência indesejável - fizeram com que surgisse uma concepção doutrinária que busca mitigar os efeitos danosos que a aplicação irrestrita do que o Código de Processo determina poderia causar. [de ser possível reconhecer a ausência de condições da ação a qualquer tempo e grau de jurisdição e extinguir o processo sem resolução do mérito. Sem olvidar o direito positivo, e considerando a circunstância de que, para o legislador, carência de ação é diferente de improcedência do pedido, propõe-se que a análise das condições da ação, como questões estranhas ao mérito da causa, fique restrita ao momento de prolação do juízo de admissibilidade inicial do procedimento. Essa análise, então, seria feita à luz das afirmações do demandante contidas em sua petição inicial (in statu assertionis). Deve o juiz raciocinar admitindo, provisoriamente, e por hipótese, que todas as afirmações do autor são verdadeiras, para que se possa verificar se estão presentes as condições da ação'. O que importa é a afirmação do autor, e não a correspondência entre a afirmação e a realidade, que já seria problema de mérito'. Não se trata de um juízo de cognição sumária das condições da ação, que permitiria em reexame pelo magistrado, com base

em cognição exauriente. O juízo definitivo sobre a existência das condições da ação far-se-ia nesse momento: se positivo o juízo de admissibilidade, tudo o mais seria DECISÃO de mérito, ressalvados fatos supervenientes que determinassem a perda de uma condição da ação. A DECISÃO sobre a existência ou não de carência de ação, de acordo com, seria sempre definitiva. Chama-se de teoria da asserção ou da *prospettazione*. Para que se possa entender a aplicação dessa teoria, alguns exemplos são bem-vindos. Se alguém se afirma filho de outrem e, por isso, pede-lhe alimentos, possui legitimidade ad causam, mesmo que se comprove, posteriormente, a ausência do vínculo de filiação, quando será caso de improcedência do pedido e não de carência de ação. [...] (Didier Jr., Fredie, in *Curso de Direito Processual Civil*, 7ª Edição, Salvador/BA: PODIUM, 2007, Vol. I, pag. 162). No caso em comento, os requerentes descrevem existir entre eles e o requerido uma relação jurídica decorrente de responsabilidade contratual e civil, pois estes teriam mantidos cadernetas de poupança que, em tese, não foram devidamente remuneradas. Deste modo, a questão referente à titularidade do direito material será examinada quando da análise do mérito, pois, à evidência, este é o momento adequado para sua verificação. Dessa forma, repilo a preliminar. 4. Da carência de ação A carência de ação é definida quando não há a impossibilidade jurídica do pedido, ilegitimidade de partes e ausência de interesse processual, conforme determina o art. 267, VI, do CPC: Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: VI - quando não concorrer qualquer condição da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual. O requerido fundamenta os motivos que haveria carência da ação como sendo a ausência de administração dos bens invocados pelos requerentes e a falta de interesse de agir. Quanto ao primeiro argumento, este não deve prosperar, já que a intenção dos requerentes e ter acesso prévio aos documentos mantidos pelo requerido para posterior ingresso de ação competente para buscar amparo judicial no recebimento de possíveis perdas. No pertinente à ausência de interesse de agir, tenho que este como condição da ação se divide no binômio necessidade e adequação; necessidade de se buscar a tutela jurisdicional pela pretensão resistida e adequação pela dedução em juízo da pretensão por meio do processo e procedimento adequados às normas processuais. Nesse sentido, argumenta o requerido que, ausente interesse de agir pelo fato de que o que os requerentes buscam já tem em mãos, que são os documentos comprobatórios das transações efetuadas nas cadernetas de poupanças mantidas como requerido. Assim, não há utilidade na prestação de contas. Contudo, a narrativa da peça inicial demonstra que, em tese, a prestação do serviço foi defeituosa, na medida em que, supostamente, não foram pagos aos requerentes os valores devidos às constantes mudanças na política econômica, logo, presente o interesse-necessidade na propositura da ação. Mesmo sorte seguem os demais argumentos (carência de ação em razão do pedido genérico e ausência de pedido administrativo). Os pedidos estão bem delineados na inicial e não há necessidade de esgotar a via administrativa para buscar o amparo da tutela jurisdicional, sob pena de ferir o direito de ação. Por esta razão entendo demonstrado o interesse processual dos requerentes e afastado esta preliminar. Digam as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e conveniência, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Jil-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0013562-24.2013.8.22.0005](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Leonardo Mendes de Souza

Advogado:Pericles Xavier Gama (OAB/RO 2512)

Requerido:Adriano Silva de Melo, Valmir da Silva Vasconcelos, Alfrandio Rufino da Silva

DESPACHO :

Defiro pedidos de fls. 27.Expeça-se o necessário, conforme requer, para satisfação dos itens “a” e “b”.Após, retornem para consulta ao sistema RENAJUD.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0002870-94.2012.8.22.0006](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Valdelino Miller

Advogado:Paulo Luiz de Laia Filho (OAB/RO 3857)

Requerido:Hilarindo Aparicio Inacio

Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (RO. 107B)

DESPACHO :

DESPACHO Mantenho DECISÃO tal qual lançada. Diga o agravado, no prazo legal. Sem prejuízo, designo audiência de instrução para o dia 16 de abril de 2014, às 09h30min. Intimem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas arroladas ou aqueles que vierem a ser no prazo do art. 407 do CPC. Expeça-se o necessário.Intime-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0014679-84.2012.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Josué Paiva da Silva

Advogado:Delaia Souza de Jesus (RO 1517)

Requerido:Jc Vizeli Comercio & Servicios Ltda, Gilvane Viotto da Silva

Advogado:Edneide Guilherme da Silva (RO 974), Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561)

DESPACHO :

Defiro a produção de prova testemunhal, conforme pleiteado pelas partes.Para tanto, designo audiência para o dia 16 de abril de 2014, às 9h.Intimem-se partes, procuradores e as testemunhas arroladas, bem como as que forem arroladas até 15 dias antes da audiência.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0005676-71.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Ilma Elizabeth de Freitas

Advogado:Dário Alves Moreira (OAB/RO 2092)

Requerido:Renato da Cunha Sobrinho

Advogado:Justino Araújo (OAB/RO 1038)

DECISÃO :

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA desfeito de a conduta do requerido dar ensejo à aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 14, parágrafo único, c/c o art. 600, II), há previsão expressa no artigo 601 do CPC no sentido de que tal penalidade não exclui outras sanções de natureza processual ou material, autorizando, portanto, a configuração do delito do art. 330 do Código Penal. Dessa forma, intime-se o requerido para que no prazo de cinco dias, improrrogáveis,

comprove o cumprimento da medida judicial de fl. 42, sob pena de incidir na multa do art. 14 c/c 601 do Código de Processo Civil, além de eventual configuração do crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal, o qual prevê pena de detenção de 15 dias a seis meses e multa. Cumpra-se via oficial de justiça plantonista. Expeça-se o necessário.Com ou sem manifestação, retornem cls para SENTENÇA. Intime-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0007932-84.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Sebastiao Cazaroto

Advogado:Fabio L. Aquino Maia (OAB / RO 1878)

Requerido:B. B. Seguro Auto

Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261.030)

DESPACHO :

Defiro a produção de produção de prova testemunhal, conforme pleiteado pelas partes.Para tanto, designo audiência de instrução para o dia 16 de abril de 2014, às 10h.Intimem-se partes, procuradores e as testemunhas arroladas, bem como aquelas que vierem a ser arroladas até 15 dias antes da solenidade.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0125764-56.2004.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Comrel Comércio Representações Ltda, Aparecida Creusa de Oliveira Silva

Advogado:Edilson Stutz (OAB/RO 309B)

Requerido:Antônio Félix de Figueredo

Advogado:Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)

DESPACHO :

Renovarei as consultas, inclusive BACENJUD.Antes, porém, venha nova atualização de débito.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: [0004916-88.2014.8.22.0005](#)

Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente:A. M. de O.

Advogado:Elaine Tetzner de Oliveira (OAB/RO 4729)

Requerido:A. M. de O. A. M. de O.

DESPACHO :

DESPACHO INICIAL Defiro a gratuidade judiciária.Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 14 de abril de 2014, às 09h30.Cite-se o requerido, e intime-o a comparecer a audiência, cientificando-o que, caso não haja conciliação na audiência, fluirá, a partir de então, o prazo para o oferecimento de contestação.De igual forma intime-se o (a) requerente. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública, se o caso.Expeça-se o necessário.Cópia deste, serve de mandado/carta.Autor: ADAIR MARTINS DE OLIVEIRA - Rua Chico Mendes, n. 993, Bairro Parque São Pedro, Ji-Paraná/RO.Requeridos: ANDREIA MARTINS DE OLIVEIRA - Rua Paranaíba, n. 4497, Setor 9, Ariquemes/RO e ADAILTON MARTINS DE OLIVEIRA - encontradiço na Lojas Romera, Av. Paulista, n. 1120, Ariquemes/RO.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0004920-28.2014.8.22.0005

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Andre Luiz Ataíde Moroni

Advogado:André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)

Requerido:Tam Linhas Aéreas Sa

DESPACHO :

DESPACHO INICIALA ação deve ser processada no rito sumário, conforme determina o artigo 275, do CPC. Assim, designo audiência de conciliação, contestação, saneamento e coleta de depoimento pessoal das partes, para o dia 14 de abril de 2014, às 10h.Cite(m)-se o(s) réu(s) para comparecer(em) na audiência, ocasião em que poderá(ão) defender-se, desde que por intermédio de advogado, ficando ciente(s) de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, Art.277, §3º), ou não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário o resultado da prova dos autos (CPC, Art.277, §2º). Defiro a gratuidade judiciária. Intimem-se.SIRVAA PRESENTE DECISÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.Autor: ANDRÉ LUIS ATAÍDE MORONI - Av. Mal. Rondon, 453, Sala 4, Centro, Ji-Paraná/RORequerido: TAM Linhas Aéreas S.A - Av. Jurandir, 856, Jardim Aeroporto, São Paulo/SP.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0004739-27.2014.8.22.0005

Ação:Embargos à Execução Fiscal

Embargante:Comércio de Confeções C. H. A. Ltda

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Embargado:Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná - RO SENTENÇA .Ante ao exposto, rejeito liminarmente os embargos e indefiro a inicial e, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito. Sem custas e sem honorários. Desde já autorizo o desentranhamento dos documentos. P.R.I.C. Transitando em julgado, arquivem-se. P.R.I.C. Transitando em julgado, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0011186-02.2012.8.22.0005

Ação:Inventário

Interessado (Parte A:Alisson da Costa de Assis, Katiuscia da Costa de Assis, Betânia Cristina Souza de Assis

Advogado:Magda Rosangela Franzin Stecca (RO 303)

Requerido:Espolio de Hermógenes Melo de Assis, Salma Chagas Ribeiro Melo de Assis

Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

DESPACHO :

DESPACHO Defiro pleito.Designo audiência tentativa de conciliação para o dia 14 de abril de 2014, às 11h00min. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Marlene Alves Apolinário
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível - Comarca de Ji-Paraná/RO.

Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos, via internet, pelos seguintes endereços eletrônicos:

Juiz : sassamoto@tjro.jus.br

Diretor de Cartório - Escrivão : jip3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003132-47.2012.8.22.0005

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:R. B. E. M. de J. B.

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Requerido:C. A. do N.

Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433), Maiele Rogo Mascaro (OAB/RO 5122)

SENTENÇA :

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e concedo a guarda da menor I. B. A. à requerente E. M. de J. B., via de consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I e II, do Código de Processo Civil. Eventual necessidade de regulamentação de visitas e fixação de alimentos poderá ser pleiteada em ação própria. Deixo de condenar o réu ao ônus da sucumbência face nenhuma resistência oposta. Isento de custas. Diante da concordância do Requerido, dou por dispensado o prazo recursal. DECISÃO transitada em julgado nesta data. P.R.I. Lavre-se o termo de guarda em favor da Requerente Elza Maria de Jesus Braz e arquivem-se os autos, observadas às formalidades legais.

Vanderlei Guedes Cardoso
Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível

Dr. Silvio Viana

Juiz de Direito

Luzia Lopes Castelan

Diretora Substituta

Lauda n.

Proc.: 0006902-14.2013.8.22.0005

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Marcelo Nogueira Franco

Advogado:Marcelo Nogueira Franco (RO 1037)

Requerido:José Paulo da Silva

Advogado:Fábio Leandro Aquino Maia (OAB/RO 1878)

DECISÃO :

As partes são legítimas e a representação é regular, não havendo nulidades à serem declaradas ou irregularidades à serem supridas.Declaro o processo saneado.Inicialmente, analiso a questão preliminar levantada pelo requerido as fls. 64/66.Quanto ao suscitado, referente ao desentranhamento dos documentos juntados as folhas 52/62, ao fundamento de que os documentos anexados são extemporâneas, ao ponto de que devem ser desentranhados, tenho que tal alegação não deve prosperar.Isto porque, embora o momento processual

para produção de prova documental para o autor seja com o ajuizamento da ação, certo é que o artigo 397 do Código de Processo Civil, dispõe que “é lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapor os fatos articulados pelo requerente, tem o condão de contrapor os fatos articulados pelo requerido, de modo que devem permanecer nos autos. Fixo como ponto controvertido nestes autos a data da desocupação do imóvel objeto da locação pelo requerente. Para tanto, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23 de maio de 2014, às 09:00 horas. Defiro a produção de prova testemunhal, cabendo às partes arrolarem suas testemunhas com antecedência de 30 dias da audiência, a fim de serem intimadas por este Juízo. Caso sejam arroladas após este prazo, as testemunhas deverão comparecer independente de intimação e o rol deverá ser apresentado até 48 horas antes da audiência. Intimem-se Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0055168-76.2006.8.22.0005](#)

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Leandro Gustavo Kunz

Advogado: Patricia Roza Silva Kunz (OAB/RO 2901)

Embargado: Jhonatan Veronez Pagotto

Suspendo o curso deste processo até a solução do agravo interposto nos autos sob n. 0104501-60.2007.8.22.0005. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0013776-49.2012.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Anório Dill de Oliveira

Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

DECISÃO :

(Fls. 76/93) Rejeito a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA, porquanto os cálculos realizados pelo requerente, estão em consonância com aqueles elaborados pelo Sr. Contador Judicial de folhas 69/70, uma vez que foram utilizados os índices de atualização monetária aprovados pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Sendo assim, intime-se a requerida para que no prazo de cinco dias promova o depósito da diferença apurada na folha 70, que deverá ser corrigida monetariamente e computados os juros de mora a partir de 8 de janeiro de 2.014, podendo o cálculo ser realizado na própria página do TJRO, através da internet, sob pena de incidência da multa prevista no artigo 475-J do CPC, além de honorários advocatícios que fixo na mesma base. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0012788-91.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Elcineide Costa Thomas

Advogado: Elcineide Costa Thomas (RO 1661)

Requerido: Banco Bradesco Financiamento S A (Finasa B M C)

Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

DESPACHO :

O valor da proposta apresentada pelo Sr. Perito Judicial está dentro dos padrões da razoabilidade, tendo ele especificado

critérios os valores dos trabalhos à serem realizados. Sendo assim, fica a requerente intimada para depósito dos honorários periciais, no prazo de cinco dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que encontra-se. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0006387-76.2013.8.22.0005](#)

Ação: Carta precatória (Área Família)

Requerente: Altair Andrade da Silva

Advogado: Joanito Vicente Batista (RO 2363)

Requerido: Devanil Andrade da Silva

DESPACHO :

A escrivania deverá promover o integral cumprimento da carta precatória de folha 42, oficiando ao Juízo deprecante informando o valor das custas necessárias para o cumprimento da diligência a fim de que o mesmo expeça alvará para o seu recolhimento. Ante a ausência de tempo hábil para a realização da hasta pública nas datas designadas na folha 59, retire-se de pauta redesignando-se o ato. Int. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0009728-81.2011.8.22.0005](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Jirauto Automóveis Ltda

Advogado: Ângelo Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 3880)

Requerido: Damião Rodrigues Silva

DESPACHO :

A requerente deverá manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, porquanto o processo ainda não foi extinto, tendo este Juízo apenas determinado seu arquivamento, facultando a exequente requerer o desarquivamento do feito independente do recolhimento de taxa, caso encontre bens passíveis de penhora em nome do requerido. Int. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0010577-53.2011.8.22.0005](#)

Ação: Prestação de Contas - Exigidas

Requerente: Maria Conceição dos Reis

Advogado: Francisco Geraldo Filho (OAB/RO 2342)

Requerido: Banco do Brasil S. A.

Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédís (OAB/PR 8123)

SENTENÇA :

Tendo em vista que houve a quitação da obrigação pela parte vencida, conforme se verifica do depósito acostado nas folhas 81, declaro satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará judicial em favor da requerente. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0004638-24.2013.8.22.0005](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Pedro Gomes Fontinelli

Advogado: Dário Alves Moreira (OAB/RO 2092)

Requerido: Ceron Centrais Elétricas de Rondônia S/A

Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)

DESPACHO :

Intime-se a requerida para que promova o cumprimento da obrigação de fazer, no prazo de cinco dias, sob pena de pagamento de multa diária que elevo para R\$1.000,00. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0002710-38.2013.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Israel Rodrigues de Souza

Advogado:Ilma Matias de Freitas Araujo (RO 2084)

Requerido:Banco do Brasil S/A

Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030)

DECISÃO :

(Fls. 68/70) O requerido impugna o valor executado pelo requerente, aduzindo excesso de execução, alegando indevida a aplicação da multa de 10% do art. 475 J, por não ter sido realizada sua anterior intimação para pagamento.Porém, tendo o requerido sido revel no processo de conhecimento, torna-se desnecessária sua intimação para cumprimento da SENTENÇA , visto que os prazos contra o revel revel correm independente de intimação.Neste sentido é o precedente do Superior Tribunal de Justiça:Após a edição da Lei nº 11.232/2005, a execução por quantia fundada em título judicial desenvolve-se no mesmo processo em que o direito subjetivo foi certificado, de forma que a revelia decretada na fase anterior, ante a inércia do réu que fora citado pessoalmente,dispensará a intimação pessoal do devedor para dar cumprimento à SENTENÇA . (Resp nº 1.241.749/SP)Diante do exposto, rejeito a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA e declaro-o extinto, nos termos do artigo 794, I, do CPC.Expeça-se alvará judicial para que o requerente promova o levantamento do valor depositado na folha 61, bem como expeça-se alvará judicial para que o requerido efetue o levantamento em seu favor do crédito de folha 67.Após, ao cálculo das custas processuais finais, intimando-se o requerido para recolhimento no prazo de cinco dias.Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0010897-69.2012.8.22.0005](#)

Ação:Depósito

Requerente:Banco Panamericano S. A.

Advogado:Márcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329), José Martins (OAB/SP 84314)

Requerido:Pedro Cezar Pires Fumagalli

DESPACHO :

(fl.55) Defiro. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0000995-58.2013.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Jirauto Automóveis Ltda

Advogado:Ângelo Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 3880)

Executado:Rubens Ferreira Dias

DESPACHO :

Aexequente deverá manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, porquanto o processo ainda não foi extinto, tendo este Juízo apenas determinado seu arquivamento, facultando a exequente requerer o desarquivamento do feito independente do recolhimento de taxa, caso encontre bens passíveis de penhora em nome do requerido.Int.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0001950-89.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Wilton Jose Domingos

Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

SENTENÇA :

Tendo em vista que houve a quitação da obrigação pela parte vencida, conforme se verifica do depósito acostado nas folhas 65, declaro satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil.Expeça-se alvará judicial em favor do requerente.Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. P.R.I.C.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0009784-80.2012.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Jirauto Automóveis Ltda

Advogado:Ângelo Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 3880), Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4141), André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)

Executado:Churrascaria e Lanchonete Trevo Ltda -me

DESPACHO :

Arequerente deverá manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, porquanto o processo ainda não foi extinto, tendo este Juízo apenas determinado seu arquivamento, facultando a exequente requerer o desarquivamento do feito independente do recolhimento de taxa, caso encontre bens passíveis de penhora em nome do requerido.Int.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0000540-59.2014.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:A. C. A. de J. V. G. A. de J.

Advogado:Sebastião Chaves Godinho (OAB/RO 1107)

Requerido:A. A. de M.

SENTENÇA :

A representação do incapaz deve ser feita na pessoa dos pais ou do tutor.No caso dos autos, estando os requerentes representados pela avó materna, deverá ser comprovada sua condição de tutora.Parte legítima para figura no polo passivo da ação, é a avó paterna dos requerentes.Sendo assim, concedo o prazo de 10 dias para emenda à petição inicial. P.R.I.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0007450-73.2012.8.22.0005](#)

Ação:Monitória

Requerente:Valnice Pedrozo da Rosa

Advogado:Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)

Requerido:R. I. da Silva Me

DESPACHO :

(fl.39) Defiro.Expeça-se carta precatória para penhora, intimação e avaliação de tantos bens quanto bastem para a garantia do crédito da requerente.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0005374-42.2013.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Alimentos

Requerente:Y. M. C.

Advogado:Ademar Kussler (OAB/RO 1324)

Requerido:C. R. C. S.

Advogado:Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)

Em sede providências preliminares, o requerido deverá, no prazo de cinco dias, apresentar seu comprovante de rendimentos, bem como cópia da sua última declaração de renda apresentada à Receita Federal. Após, ao Ministério Público. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 11 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0012775-63.2011.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jadir da Silva Machado

Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)

Requerido: Via Cabo Tv

Advogado: Patrik Camargo Neves (OAB/SP 156541), Sérgio Seleghini Júnior (OAB/SP 144709), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

DESPACHO :

Ao cálculos das custas processuais finais, intimando-se a requerida para recolhimento no prazo de cinco dias. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 11 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0008161-85.2011.8.22.0014](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Fabrício Luiz Debastiani, Camilla Nair Gouveia Pinho

Advogado: Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454)

Requerido: M S Montanari Araujo

Advogado: Edilson Stutz (OAB/RO 309B), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)

DECISÃO :

As partes são legítimas e a representação é regular, não havendo nulidades à serem declaradas ou irregularidades à serem supridas. Declaro o processo saneado. Rejeito a alegação de inépcia da inicial e carência de ação arguida pela requerida, ao fundamento de que o pedido formulado está ausente de fundamentos jurídicos, por encontrar-se obscuro, lacunoso e impreciso, haja vista que a pretensão dos requerentes é a reparação pelos danos causados pelo não cumprimento do contrato, com o pagamento da multa estipulada existente entre as partes, que segundo eles, lhes causou danos que devem ser reparados. O ponto controvertido a ser dirimido nestes autos reside em na verificação dos motivos pelos quais o Banco Shain S/A., que disponibilizava financiamentos aos servidores do Estado de Rondônia interrompeu suas atividades. Para tanto, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13 de agosto de 2014, às 09:00 horas. Defiro a produção de prova testemunhal, cabendo às partes arrolarem suas testemunhas com antecedência de 30 dias da audiência, a fim de serem intimadas por este Juízo. Caso sejam arroladas após este prazo, as testemunhas deverão comparecer independente de intimação e o rol deverá ser apresentado até 48 horas antes da audiência. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0013851-54.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Altino Mickus

Advogado: Alexandre Alves Ramos (OAB/RO 1480)

Requerido: Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Advogado: João Márcio Maciel da Silva (OAB/PE 822A)

DECISÃO :

As partes são legítimas e a representação é regular. Declaro o feito saneado. O ponto controvertido à ser dirimido, é relativo

às circunstâncias fáticas o requerido ficou privado da posse do veículo. Para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de março de 2014, às 09:00 horas. Fica desde já deferida a produção de prova testemunhal, devendo as testemunhas serem arroladas até trinta dias antes da audiência, a fim de que sejam intimadas por este Juízo. Arroladas após este prazo e até cinco dias antes da audiência, deverão comparecer independente de intimação. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0006950-41.2011.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Tarcísio Domingos Zanatta, T. D. Zanatta Representação

Advogado: Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)

Requerido: Banco do Brasil S.A, Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda

Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482), Augusta Gabriela Pini de Souza (OAB/RO 4134), Jhonatas Vieira da Silva (OAB/RO 4265)

DESPACHO :

(fls. 300 e 301) Defiro. Não havendo custas as serem recolhidas, arquivem-se os autos. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0006388-61.2013.8.22.0005](#)

Ação: Arrolamento Sumário

Interessado (Parte A: Daiane Rodrigues, Patrícia Rodrigues Bitencourt Freitas

Advogado: Jobeci Geraldo dos Santos (OAB/RO 541A)

Inventariado: Vania Maria Rodrigues

DESPACHO :

Cumpra-se a inventariante os termos do artigo 23 do Decreto Estadual 15.474/2010 (Regulamento do ITCD), no prazo de dez dias. Int. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0090753-92.2006.8.22.0005](#)

Ação: Separação Consensual

Requerente: E. C. M. L. P. da S. M.

Advogado: Vanilda Estevao da S. R. Canteiras (OAB/RO 240), Vanilda Estevão da Silva Contreiras (RO 00000240)

(fl. 21) Defiro. Expeça-se o termo necessário. Após, retornem ao arquivo. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: [0098381-40.2003.8.22.0005](#)

Ação: Execução Fiscal

Interessado (Parte A: Estado de Rondônia, Adalton Perez Varea

Advogado: Jersilene de Souza Moura (OAB/RO 1676), Edilson Stutz (OAB/RO 309B)

Executado: Romave Tratores Ltda, Nyldice Déo Cidin, Maria Eliza Alonso Cidin, Renéé Alonso Garcia Cidin, José Mauro Alonso Cidin, Paulo Roberto Santos da Silva

Advogado: Armando Reigota Ferreira (RO 122-A)

DECISÃO :

(fls. 181/182) Dispõe o artigo 694 do Código de Processo Civil que "assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo

serventuário da justiça ou leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável” Sendo assim, o arrematante é responsável tributário do imóvel, a partir de 16 de outubro de 2.012, devendo comprovar o pagamento do IPTU da partir da data mencionada, para que deferimento de seu pedido. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Silvio Viana Juiz de Direito

Luzia Lopes Castelan
Diretora Substituta

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski

Proc.: [0011531-31.2013.8.22.0005](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Felipe Pascoal de Lima Junior

Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369),
Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante a certidão de fl. 45-verso: “certifico que transcorreu ‘in albis’ o prazo para a executada cumprir o DESPACHO de fls. 45. Ji-Paraná, 20 de fevereiro de 2014. Rodolfo F.G. Batista - Técnico Judiciário. Mat. 205.136-2”.

Proc.: [0010468-39.2011.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Coopmedh - Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares

Advogado: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627), Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956)

Executado: Fernanda Lima

Advogado: Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante o retorno e juntada da carta precatória, conforme certidão do Oficial de Justiça (fl 91), que segue transcrita: “(...) DEIXEI de INTIMAR a executada FERNANDA LIMA, por não a ter localizado, sendo que não localizei o número que consta no mandado, sendo que o menor número da Rua 1º de Mario é 2229, mas que a executada já residiu na Rua Ipê, no Vale do Paraíso, e trabalhou no IDARON do Vale do paraíso (...). Ouro Preto do Oeste, 17 de janeiro de 2014. (a) Maria Helena Gomes Xavier-Oficial de Justiça.”

Proc.: [0009604-64.2012.8.22.0005](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Hsbc Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151.056-S), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970)

Requerido: Odair Jose Alves

Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante a certidão de fl. 153-

verso, a qual certifica que decorreu o prazo para o requerido apresentar recurso; bem como intimar o advogado da parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o paradeiro dos veículos descritos à fl. 132.

Proc.: [0000942-43.2014.8.22.0005](#)

Ação: Monitória

Requerente: Vitamais Nutrição Animal Ltda

Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)

Requerido: Jose Furlanetti

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante a juntada de AR negativo de carta de citação, com a seguinte informação: “não existe o número”.

Proc.: [0011469-88.2013.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Coimbra Importação e Exportação Ltda

Advogado: Justino Araújo (OAB/RO 1038)

Executado: Evandro Petinari Lúcio, Manoel Paes da Rocha, Pertinari & Rocha Representações Ltda, Jefferson Roberto Batista

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante a certidão de fl. 40-verso, haja vista os embargos opostos não terem sido recebidos com efeito suspensivo, consoante determina o artigo 739-A do Código de Processo Civil.

Proc.: [0005515-61.2013.8.22.0005](#)

Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S.a.

Advogado: Ellen Laura Leite Mungo (OAB/RO 4877)

Requerido: Lucimar Mangarrotti Cuevas

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da juntada do mandado, conforme certidão de fl. 39: “(...) restou prejudicada apreensão determinada e a realização dos demais atos, uma vez que não encontrado o bem indicado até esta data. Esclareço que sequer o endereço predial 1426, na Av. Guanabara, foi localizado, sendo que o endereço predial 1929 da mesma via pública é sede da Videira Igreja em Células. Léo Karlo Philips Martins - Oficial de Justiça”.

Proc.: [0014670-88.2013.8.22.0005](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Debora Brum de Melo

Advogado: Valdemir Rodrigues Marins (RO 1651)

Executado: Danieli Poli

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fl. 29-verso: “certifico que transcorreu ‘in albis’ o prazo para o executado pagar ou opor embargos. Ji-Paraná, 11 de fevereiro de 2013. Rodolfo F. G. Batista - Técnico Judiciário”.

Proc.: [0001127-81.2014.8.22.0005](#)

Ação: Monitória

Requerente: Davi Lindolfo Gonçalves

Advogado: Jéssica Correa de Souza (OAB/RO 5124)

Requerido: Eduardo Pereira da Silva

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante a juntada de AR negativo de carta de citação, com a seguinte informação: “mudou-se”.

Proc.: [0241920-54.2009.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Rubenita Martins Fontes Carlos, Gustavo Fontes Carlos, Vanessa Fontes Carlos

Advogado:Giovana Perboni de Carvalho (OAB/RO 4385), Edilson Stutz (RO. 309-B), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)

Requerido:Banco da Amazônia S. A.

Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Gilberto da Silva Bomfin (OAB/RO 1727)

Finalidade: Intimar o advogado da parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher custas judiciais no valor de R\$ 667,10 (seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos), e comprovar em cartório, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Proc.: [0001480-58.2013.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Cooperativa de Credito Rural de Ji Parana Ltda

Advogado:Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549)

Requerido:Cooperativa Industrial de Componentes Mobiliários - COOPMOB, Luiz de Lima Almeida

Finalidade: Intimar o advogado da parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher custas judiciais no valor de R\$ 907,19 (novecentos e sete reais e dezenove centavos), e comprovar em cartório, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Proc.: [0000690-74.2013.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:José Carlos da Silva

Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)

Requerido:Clebio do Nascimento Gonçalves

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora da certidão de fl. 30-verso, de que transcorreu "in albis" o prazo para o executado pagar o valor da condenação, bem como para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, o demonstrativo do débito atualizado, conforme parágrafo 5º do DESPACHO de fl. 12.

Proc.: [0004925-84.2013.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Einstein Instituição de Ensino Ltda

Advogado:Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046), Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Amanda Gêssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Cecilia Smith Lorezom (OAB/RO 5967)

Executado:Alexandre Cardoso Trindade

Advogado:Rivanne Ribeiro Feitosa (OAB/MS 15.103)

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar a carta precatória, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0000138-12.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Silas Antônio Ribeiro

Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)

Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA

Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Nelson Araujo Escudeiro Filho (OAB/RO 787), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)

Finalidade: Intimar o advogado da parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher custas judiciais no valor de R\$ 169,85 (cento e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), e comprovar em cartório, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Proc.: [0012095-10.2013.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Debora Brum de Melo

Advogado:Valdemir Rodrigues Marins (RO 1651)

Executado:Guadalupe Monteiro de Paula

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da juntada do mandado, conforme certidão de fl. 24:"(...) DEIXEI de proceder a citação e intimação da executada Guadalupe Monteiro de Paula, face a mesma ser pessoa desconhecida; no endereço reside Zenilda Buge, aproximadamente 06 anos. (...) Presidente Médici, 11 de dezembro de 2013. (a) Sebastião Daleprane-Oficial de Justiça."

Proc.: [0005384-86.2013.8.22.0005](#)

Ação:Monitória

Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me.

Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)

Requerido:Poliana Correia

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante a juntada de AR negativo de carta de citação, com a seguinte informação: "mudou-se".

Proc.: [0002361-69.2012.8.22.0005](#)

Ação:Monitória

Requerente:HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811), Genessy Gouvea de Mattos ()

Requerido:M. L. da Silva Armarinhos Me, Marlene Luis da Silva

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante a juntada do mandado, conforme certidão do Oficial de Justiça, que segue transcrita: "(...) deixei de citar a requerida, haja vista a mesma não ter sido localizada, pois, não exerce mais suas atividades comerciais ali. No local encontra-se em funcionamento terceira empresa denominada Rodrigues & Farias Ltda, com nome de fantasia " Colosso". (...). Ji-Paraná, 31 de janeiro de 2014. (a). José Aparecido de Brito-Oficial de Justiça."

Proc.: [0013079-91.2013.8.22.0005](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Nilton Veículos Me

Advogado:VALTAIR DE AGUIAR (OAB 5490)

Executado:Gear Ar Condicionado, Geazi Rodrigues da Silva Fernandes

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante a juntada do mandado, conforme certidão do Oficial de Justiça, que segue transcrita: "Certifico, eu, Alessandra Silva Vilela, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao retromandado, dirigi-me ao endereço mencionado e, nele estando na data de 06 de fevereiro de 2014, DEIXEI de proceder a CITAÇÃO de GEARAR CONDICIONADO, GEAZI RODRIGUES DA SILVA FERNANDES, em face do imóvel estar desocupado, com telefones na fachada. Entretanto, liguei aos números indicados, mas todos estavam desativados. Não obtive informação sobre o mesmo. O referido é verdade e dou fé. Ji-Paraná, 07 de fevereiro de 2014".

Proc.: [0005409-02.2013.8.22.0005](#)

Ação:Monitória

Requerente:Sedução Comércio de Confeções Ltda Me.

Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)

Requerido:Rosa Hetkoski

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 23-verso: "Certifico que não consta nos autos o endereço do 5º BEC para o envio de carta de citação. Ji-Paraná, 19.02.2014. Rodolfo Felipe G. Batista. Cad. 205.136-2".

Proc.: [0011329-88.2012.8.22.0005](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S/A

Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314), GABRIELA DE LIMA TORRES (OAB/RO 5714), Carlos Henrique F. Magalhães (), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)

Requerido:Sonda e Souza Comércio e Serviço Ltda . Me

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar a carta precatória, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0015167-39.2012.8.22.0005](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Honda S. A.

Advogado:Maria Lucília Gomes (OAB/SP 84206)

Requerido:Sirley Dias Cardoso

Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar a carta precatória, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0001301-27.2013.8.22.0005](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Maria Aparecida dos Santos de Oliveira

Advogado:Cleonice Silveira dos Santos (OAB/RO 2506)

Requerido:Eletrobrás Distribuidora de Rondônia Centrais Elétricas S.A CERON

Advogado:Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Pedro Origa (OAB/RO 1953)

Finalidade: Intimar o advogado da parte requerida da certidão de fl. 100, bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, recolha a diferença referente às custas judiciais no valor de R\$ 459,60 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), e comprove em cartório, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

Proc.: [0009529-25.2012.8.22.0005](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO

Advogado:Sergio Luiz Calcagnotto (OAB RO 71/B)

Executado:Norterra Norte Mecanização Agrícola e Terraplanagem Ltda

Advogado:Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Deolamara Luciano Bonfá (OAB/RO 1561), Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)

Finalidade: Intimar o advogado Théo Fernando Abreu Haag, inscrito na OAB/RO n. 4836, para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer ao cartório e retirar o alvará expedido.

Proc.: [0004338-28.2014.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Joseildo Montes

Advogado:Sonia Maria dos Santos (OAB - RO 3.160)

Requerido:BANCO BRASIL S/A, Banco Central do Brasil

Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

DESPACHO : Vistos. Manifestem-se as partes, requerendo o de direito. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito.

Marlete Perim
Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Juiz de Direito: Edewaldo Fantini Junior

Diretor de Cartório: Everson da Silva Montenegro

Proc.: [0015634-81.2013.8.22.0005](#)

Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Infrator:Alexandra de Souza Carvalho

FINALIDADE: Intimar a advogada Cléia Aparecida Ferreira - OAB/RO 69-A do r. DESPACHO prolatado nos autos supracitados.

DESPACHO : "Vistos. Recebo o recurso de apelação interposto (fls. 309/310), sem efeito suspensivo. Dê-se vistas para a Defesa para as razões recursais e depois ao Ministério Público para as suas contrarrazões. Formem-se os respectivos autos de execução provisória da pena. Então, encaminhe-se ao E. Tribunal de Justiça de Rondônia. Proceda-se as anotações necessárias. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edewaldo Fantini Júnior Juiz de Direito."

Everson da Silva Montenegro
Diretor de Cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA**COMARCA DE ARIQUEMES****1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Juíza Titular: Dr^a Márcia Cristina Rodrigues Masioli

Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos

E.mail: aqs1jecivel@tjro.jus.br

Proc: 1000303-17.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Bruno Benevenuto D Holanda(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23 de Junho de 2014, às 10:00 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000301-47.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Cicera Lopes da Silva(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23 de Junho de 2014, às 09:00 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000006-10.2014.8.22.0002

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Arioaldo Domingues(Requerente)

Advogado(s): José Assis dos Santos(OAB 2591 RO)

EDELCEI DE LIMA MELO(Requerido)

Fica o requerente intimado, na pessoa de seu advogado, a informar o endereço do requerido ante a devolução de dois ARs constando que não existe o número indicado.

Proc: 1002347-77.2012.8.22.0002

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Carmelita Mendonça(Requerente)

Ceron Centrais Elétricas de Rondônia Sa (Requerido)

Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)

Carmelita Mendonça(Requerente)

Ceron Centrais Elétricas de Rondônia Sa (Requerido)

Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)

Advogado(s): Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO)

Fica a parte requerida intimada na pessoa de seus advogados para comparecer em cartório neste Juizado Especial Cível, no prazo de 10 (dez) dias, e retirar Alvará Judicial Nº 076/2014, para levantamento de valores, sob pena de transferência para a Conta Centralizadora do TJ-RO.

Proc: 1000270-27.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Ailton Dias da Silva(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 12 de Junho de 2014 às 08:00 horas, no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000264-20.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Fernanda Cristina Duarte da Rosa(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 5 de Junho de 2014, às 09:00 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000263-35.2014.8.22.0002

Ação:Petição (Juizado Cível)

João Batista de Souza(Autor)

Advogado(s): Valdelice da Silva Vilarino(OAB 5089 RO)

Banco General Motors S. A.- GMAC(Requerido)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 3 de Junho de 2014 às 10:30 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000262-50.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Lindomar Rodrigues Nascimento(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 5 de Junho de 2014 às 08:30 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1000274-64.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Boné Distribuidora de Ferramentas e Abrasivos Ltda(Requerente)

Advogado(s): Valdelice da Silva Vilarino(OAB 5089 RO)

Aldair Luiz Machado(Requerido)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 9 de Junho de 2014, às 09:00 horas no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

Proc: 1002571-78.2013.8.22.0002

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

E. Coimbra Santos Peças e Acessórios Me Unogol Autopeças e Acessórios(Requerente)

Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)

Cosmo Ferreira da Silva(Requerido)

Fica o requerente e seu advogado, intimados a recolher custas finais no valor de R\$15,00 (quinze reais), no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado de Rondônia.

Proc: 1002266-94.2013.8.22.0002

Ação:Petição (Juizado Cível)

REGINALDO MOREIRA DOS SANTOS(Requerente)

Advogado(s): Isabel Moreira dos Santos(OAB 4171 RO)

FAB. DE PORTAS ITAIPÚ(Requerido)

Fica a requerente intimada, bem como sua advogada, a recolherem custas finais no valor de R\$58,44 (cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) no prazo de 05 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado de Rondonia.

Proc: 1000271-12.2014.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

SARAIVA & BROL LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): Nathália Franco Borghetti(OAB 5965 RO)

Wiley Marta Brandão(Executado)

Fica o advogado da parte autora intimado para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 12 de Junho de 2014, às 08:30 horas, no CEJUSC - Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes - RO.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

Comarca de Ariquemes/RO

Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:

e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br

Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz

Juíza de Direito

Márcia Kanazawa

Escrivã pro tempore

Proc.: 0015440-90.2013.8.22.0002

Ação:Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C)

Requerente:Erasm Chiquetti

Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)

Requerido:Telma Solino Machado Garcia, Cinira Maria da Silva, Vítor Solino Machado

SENTENÇA:

Vistos.As partes notificaram acordo extrajudicial conforme descrito às fls. 27/28, apenas de parcelamento do débito, considerando que se trata de ação de despejo e o autor informa que já houve desocupação do imóvel. Postularam pela homologação do acordo de parcelamento do débito e extinção do feito.Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes às fls. 27/28 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, declaro extinta a execução, nos termos do artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.Sem custas e verba honorária. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0016083-48.2013.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda

Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)

Executado:Adriana Colombo da Silva

DESPACHO:

Vistos.1- Em consulta ao sistema do TRE, obteve-se êxito em localizar endereço atualizado do requerido, conforme consulta anexa.2- Intime-se o autor para impulsinar o feito, em 10 dias, requerendo o que entender pertinente.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0004458-17.2013.8.22.0002

Ação:Ação Civil Pública

Requerente:Defensoria Pública do Estado de Rondônia Núcleo Ariquemes

Advogado:Defensor Público ()

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás

Advogado:Décio Freire (OAB/MAA-697)

DECISÃO:

Vistos.1- Ante a notícia de descumprimento da medida liminar concedida neste feito, que determinou à requerida a promoção, no prazo de 10 dias, da baixa dos dados de todos os substituídos dos órgãos de proteção ao crédito, os quais foram negativados pelo inadimplemento de faturas decorrentes de processos administrativos de recuperação de consumo, condeno a requerida ao pagamento de multa no importe de R\$1.000,00, eis que constatado o descumprimento em desfavor do substituído Francisco Antônio de Oliveira, cujo nome encontra-se negativado desde 05/07/2013 até a data de 28/01/2014, sendo a DECISÃO liminar proferida em 04/09/2013.2- Fica a requerida intimada, na pessoa de seu patrono a promover, no prazo de 48 horas, a baixa dos dados do substituído Francisco Antônio de Oliveira dos órgãos de proteção ao crédito, referente ao contrato n. 0181344703032210, vencida aos 18/06/2013, no valor de R\$7.044,46, incluso aos 05/07/2013, em cumprimento à liminar já deferida nos autos, sob pena de majoração da multa já aplicada para R\$3.000,00 (três mil reais), para o caso de descumprimento do ora determinado. 3- Intime-se ainda para que comprove, nos autos, em 05 dias, o pagamento da multa fixada no importe de R\$1.000,00.4- No que concerne ao saneamento do feito, verifico que a requerida alega preliminar de litispendência com o feito de n. 0020578-75.2012.8.04.0001, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Porto Velho. Todavia, não acostou aos autos prova documental do alegado, ônus que lhe incumbe, sendo essencial a demonstração do alegado por se tratar de matéria de ordem pública. 5- Ante o exposto, intime-se a requerida para que acoste aos autos, em 10 dias, cópia da inicial do feito de n. 0020578-75.2012.8.04.0001, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Porto Velho, para análise da alegada litispendência.6- Vindo os documentos voltem os autos conclusos para saneamento.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0015629-68.2013.8.22.0002

Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci

Requerente:Ana Caroline Pereira de Oliveira

Advogado:Aline Angela Duarte (RO 2095), Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)

SENTENÇA:

Vistos.ANA CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA, ajuizou a presente ação pretendendo a retificação de seu assento de nascimento pois alega que o nome OLIVEIRA, não integra a origem do tronco familiar. Declarou que sua genitora foi casada com Irineu Ferreira de Oliveira, vindo a se separar de fato, mas só posteriormente se divorciou. Alegou que por ocasião de seu registro a oficiala equivocou-se constando o nome 'Oliveira' que integrava o nome de sua genitora. Postulou pela procedência do pedido para que seja retificado seu nome e data de nascimento.Juntou os documentos de fls. 06/15. Parecer ministerial à fls. 19/20.Aditamento à inicial à fl. 21, quanto pedido de retificação também do nome da genitora, conforme requerido no parecer do MP. É o relatório. Decido. O feito há que ser decidido no estado em que se encontra, sendo dispensáveis maiores dilações probatórias.As provas documentais acostadas aos autos demonstram que a autora, de fato, não possui o nome 'Oliveira' na origem materna, não havendo dados quanto a origem paterna, conforme certidão de nascimento atualizada de fls. 10. Corroboras as alegações iniciais a certidão de casamento da genitora com alteração do nome, excluindo o patronímico 'Oliveira' acrescido por ocasião do casamento.O pedido encontra encontra amparo legal nos termos do artigo 109, da lei n. 6.015/73, e merece ser acolhido, consoante parecer ministerial favorável.Posto isso, e considerando tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido do autor e, via de consequência, extinto o processo, com julgamento de MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE RETIFICAÇÃO ao Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais de Ariquemes, para que retifique o assento de nascimento de n. 096370 01 55 2003 1 00134 133 0055883 11, para excluir o nome OLIVEIRA do nome da autora e de sua genitora passando a constar o nome da autora Ana Caroline Pereira e Maria das Graças Pereira, permanecendo inalterados os demais dados. Consigno que as partes são beneficiárias da gratuidade do ato notarial ou registral, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Lei n. 1.060/50.Custas e honorários, incabíveis na espécie. Face a procedência do pedido da requerente e parecer favorável do Ministério Público, a presente DECISÃO transita em julgado nesta data, por preclusão lógica (art. 503, CPC). Observadas as formalidades legais, arquivem-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0004160-88.2014.8.22.0002

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Requerente:Luiz Antônio de Moraes

Advogado:Karine Reis Silva (RO 3942), Cleyde Reis Silva Fragoso (OAB/RO 1850)

Requerido:Ione Lecker Silva

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DECISÃO:

Vistos. 1- Com gratuidade. 2 - INDEFIRO a LIMINAR, porque ausente o fumus boni juris à medida que em pesquisa no SAP constatei a existência do processo n. 0015918-69.2011.8.22.0002, ajuizado em 26/11/11, em que as partes alegaram convivência marital por 2 anos e 7 meses, não condizendo com as alegações neste feito de que a convivência perdurou por apenas 3 meses. Neste passo, os bens cuja busca e apreensão se requer, à princípio, guarnecem o lar conjugal,

que partilha haverá de ser deliberada em ação própria. Não vislumbrei o perigo da demora por não existir receio de perda ou dilapidação. 3 - Cite-se a parte requerida para contestar o pedido, em 5 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados na inicial. 4 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas em 10 dias. SERVE O PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Márcia Kanazawa

Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.

Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.

Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini

e-mail: danilo@tjro.jus.br

Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira

e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003641-16.2014.8.22.0002

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:S. A. G. de A.

Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)

Requerido:M. R. P.

DECISÃO:

Versam os presentes sobre ação de reconhecimento de união estável c.c dissolução, partilha de bens, guarda e alimentos ajuizada por Sandra Aparecida Gomes de Araújo, em face de Moacir Rodrigues Pegos.Analisando os autos, verifica-se que a autora reside no Município de Buritis/RO onde detém a guarda do seu filho menor há mais de ano.O artigo 147, do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o foro competente para conhecer de matéria envolvido criança ou adolescente é do Juízo de seu domicílio, tendo em vista o princípio do melhor interesse do menor.Nesta toada são as disposições contidas no inciso II, do artigo 100, do Código de Processo Civil que diz ser competente o foro do domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos.CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PROTEÇÃO DO INTERESSE DO MENOR. ART. 147, I, DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO. 1 - A Segunda Seção entende que a regra de competência insculpida no art. 147, I, do ECA, que visa a proteger o interesse da criança, é absoluta, ou seja, deve ser declarada de ofício, não sendo admissível sua prorrogação. 2 - Em discussões como a que ora se trava, prepondera o interesse do menor hipossuficiente, devendo prevalecer o foro do alimentando e de sua representante legal como o competente tanto para a ação de alimentos como para aquelas que lhe sucedam ou que lhe sejam conexas. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de Arneiroz, o suscitante

(STJ - CC: 102849 CE 2009/0016921-2, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 27/05/2009, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 03/06/2009). CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. GUARDA DE MENOR. ALTERAÇÃO. JUÍZO DO DOMICÍLIO DE QUEM JÁ EXERCE A GUARDA. ART. 147, I, DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO. 1 - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça sedimenta-se no sentido de que, tratando-se de ação com o objetivo de alterar guarda de menor, compete ao Juízo do domicílio de quem já exerce o encargo a solução da demanda. Precedentes. 2 - A Segunda Seção, em DECISÃO recente, entende que a regra de competência insculpida no art. 147, I, do ECA, que visa a proteger o interesse da criança, é absoluta, ou seja, deve ser declarada de ofício, não sendo admissível sua prorrogação. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Araguaína - TO, o suscitado (STJ - CC: 78806 GO 2007/0001611-7, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 27/02/2008, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 05/03/2009). No presente caso, embora haja cumulação de ações, prevalece o foro de competência da residência do menor, nos termos acima delineado. Assim, DECLINO DA COMPETÊNCIA sobre este feito, determinando o seu encaminhamento à Comarca de Buritis/RO que é o foro competente para processar e julgar o feito. Proceda-se as anotações e baixas pertinentes. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: [0015287-91.2012.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jacó da Silva

Advogado: Maiele Rogo Mascaro (RO 5122)

Requerido: São Luiz Reflorestadora Ltda Me Ou Djalma Elias de Oliveira Me, Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a

Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Juliano Dias de Andrade (OAB/RO 5009), Maria Cristina Dall Agnol (OAB/RO 4597)

DECISÃO:

Por esta razão, DECLARO NULOS TODOS OS ATOS PRATICADOS APÓS A CONTESTAÇÃO pelo causídico Denis Augusto Monteiro Lopes neste feito. Neste sentido: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. TERGIVERSAÇÃO. ATUAÇÃO DE UM ÚNICO ADVOGADO DEFENDENDO INTERESSES ANTAGÔNICOS NA MESMA DEMANDA. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. NULIDADE DO PROCESSO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. I - Nulo é o processo em que advogado patrocina, simultânea ou sucessivamente, na mesma demanda, direitos antagônicos. Tal procedimento não se coaduna com a ética profissional e com princípios que regem o contraditório e o direito de defesa. Precedentes do STJ: REsp 88.865/DF, Rel. Min. Waldemar Zveiter, e deste egrégio Tribunal de Justiça: AC nº 20.640/2007 - Timon. Acórdão nº 70.605/2008. 3ª Câmara. Cível. Rel. CLEONES CARVALHO CUNHA. II - Encaminhamento de cópia integral dos autos à d. Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de que seja apurada a ocorrência de crime de patrocínio simultâneo ou tergiversação (CP, art. 355). III - Processo anulado desde a caracterização do vício, com retorno ao órgão de origem para prosseguimento do feito. Assim, abra-se novo prazo para contestação da ré São Luiz Reflorestadora Ltda ME, observando-se quanto à necessidade de regularização da representação processual. Int. Comunique-se a Ordem

dos Advogados do Brasil acerca do ocorrido, e remetam-se os autos ao Ministério Público Estadual para tomar ciência e adotar as providências que entender cabíveis. ESTA DECISÃO TEM FORÇA DE MANDADO, CARTA E OFÍCIO. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: [0004287-26.2014.8.22.0002](#)

Ação: Embargos de Terceiro (Cível)

Embargante: Ronaldo Serrão Correa

Advogado: Rubens Ferreira de Carvalho Barbosa (RO 5.178)

Embargado: F. J. Materiais de Construção Ltda Me

DECISÃO:

Ao autor, para comprovar a hipossuficiência, demonstrando os seus rendimentos e despesas, ou o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Segundo posicionamento recente firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a simples afirmação de hipossuficiência não é suficiente para obtenção das benesses da justiça gratuita, sendo necessária a comprovação do estado de hipossuficiência, conforme interpretação conferida à luz da redação do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que assim o exige. (Ag. Instrumento n. 0001169-82.2013.8.22.0000, Des. Rel. Raduan Miguel Filho, DJ n. 029/2013, 15/02/2013). Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: [0004878-56.2012.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria das Dores Fernandes Maia

Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)

Requerido: Linbécio Coradini

Advogado: Regina Marta de Moraes Silva (SP 78185)

SENTENÇA:

III - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da autora, a fim de CONDENAR o réu ao pagamento dos alugueres inadimplidos no período compreendido entre janeiro de 2012 até 07/04/2012, corrigidos monetariamente a partir do vencimento e acrescidos de juros legais a partir da citação, bem como das despesas apresentadas pela autora para reforma do imóvel em razão dos danos causados pelo réu, corrigidos monetariamente a partir do desembolso de cada despesa e acrescido de juros legais, estes devidos a partir da citação. No mesmo sentido, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido contido na reconvenção, para o fim de condenar a reconvinida ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de verba indenizatória pelos danos morais que impingiu ao reconviniente, incidentes à espécie juros e correção monetária, a contar da prolação desta SENTENÇA. Extingo o feito, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do CPC. Em virtude da sucumbência recíproca, arcarão as partes cada qual com os honorários de seu causídico, bem como com as custas processuais. P.R.I. Transitada em julgado esta SENTENÇA, caso não haja promoção de execução em 10 dias, arquivem-se os autos. Ariquemes-RO, 28 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: [0012875-90.2012.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Aliança Assessoria Contábil Ltda, Dayanne Ferreira Bastos, Jeferson Alvis Werkhausen

Advogado: Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514)

Requerido: Oi S.a Porto Velho

Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho. (RO 00000635),
Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)

DESPACHO:

Intime-se o requerido para pagar a multa fixada na SENTENÇA de fls. 185/189, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO / CARTA ARIQUEMES-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: [0003553-75.2014.8.22.0002](#)

Ação: Embargos à Execução Fiscal

Embargante: Climed Clínica Médica Ltda

Advogado: João Gomes de Oliveira Junior (RO 4305)

Embargado: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia

Advogado: Silvana Laura de Souza Andrade. (RO 4080)

SENTENÇA:

Vistos e examinados, Versam os presentes sobre embargos à execução fiscal que CLIMED CLÍNICA MÉDICA LTDA endereça ao CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Diversamente do disposto no art. 738, do CPC, em que o prazo para embargar conta-se da juntada aos autos do MANDADO de citação, no executivo contra a Fazenda Pública tal prazo se inicia: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora (art. 16, Lei n. 6830/80). No caso em tela, conforme se depreende da f. 11 dos autos de execução, a intimação da penhora deu-se no dia 17 de dezembro de 2013. Tratando-se de prazo processual, o início de sua contagem deu-se no dia 18 daquele mês. Contudo, devido ao recesso forense que suspendeu os prazos processuais no período de 20 de dezembro/2013 à 06 de janeiro/2014, o prazo para interposição dos embargos findou-se no dia 3 de fevereiro de 2014. Conforme se denota do protocolo de recebimento de f. 03, os embargos só foram opostos no dia 10 de fevereiro de 2014, ou seja, após escoado o prazo. Isso posto, REJEITO liminarmente os presentes embargos, eis que intempestivos, e JULGO EXTINTO o feito, o que faço com lastro no artigo 267, XI, do CPC. P.R.I. Transitada esta em julgado, arquivem-se. Ariquemes-RO, 18 de fevereiro de 2014. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: [0012973-41.2013.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: A. E. T. S. T. T.

Advogado: Cesar Eduardo Manduca Pacios (RO 520)

Requerido: H. T.

Advogado: Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)

SENTENÇA:

Vistos, etc. ADRIANE ELAINE TEIXEIRA e HUMBERTO TOMÉ requereram homologação de guarda, visitas e alimentos, da menor SOPHIA TEIXEIRA TOMÉ, nos seguintes termos: 1- A

guarda da menor ficará com a autora, com visitas livres ao requerido, que poderá, com prévio entendimento das partes, ficar na companhia do requerido nos finais de semana, férias escolares e datas comemorativas. 2. O requerido pagará a título de pensão alimentícia o valor de um salário mínimo, sendo obrigado ao pagamento do plano de saúde, despesas com farmácia, dentista, materiais escolares e mensalidade escolar. O Ministério Público manifestou-se pela homologação do acordo. É o relatório. DECIDO. Trata-se de pedido de guarda c/c com alimentos. Considerando que as partes estão de acordo, nos termos expostos e assinado por eles às fls. 106/107, aliado ao art. 1583, §2º do Código Civil e, como não se vislumbra qualquer prejuízo para a menor, porquanto seu interesse resta resguardado, o pleito há de ser deferido. DISPOSITIVO. Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO os termos do acordo firmado pelas partes à fl. 39 destes autos, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos e, com fulcro no CPC, art. 269, inciso III, julgo extinto o feito, com resolução de MÉRITO. Expeça-se termo de guarda definitivo em favor da requerente Adriane Elaine Teixeira. Providencie a parte autora o recolhimento das custas iniciais, nos termos do DESPACHO inicial de fls. 104, no prazo de 05 dias. SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC. Ciência ao M.P.P. R. I., e, arquivem-se, com as baixas devidas. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0000298-12.2014.8.22.0002](#)

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado: Procurador Federal ()

Embargado: Osvaldo Santos

Advogado: Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089), Débora Aparecida Marques (RO 4988)

SENTENÇA:

Vistos, etc. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS interpôs embargos à execução em desfavor de OSVALDO SANTOS, ambos qualificados nos autos, alegando excesso da execução. Na fase de impugnação aos embargos, o embargado concordou com o pleito. É o breve relatório, DECIDO. O processo impõe o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I do CPC. Quando se manifestou sobre os embargos, o embargado, por intermédio de seu patrono, anuiu ao pleito do embargante, fazendo emergir a circunstância prevista no art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil, onde se prevê que haverá resolução do MÉRITO? (...) II - quando o réu reconhecer a procedência do pedido?. Assim, deve-se reconhecer que o valor exigido na execução deve ser aquele apresentado pela autarquia. DISPOSITIVO. Posto isto, julgo procedentes os embargos, com fulcro no artigo 269, inciso II do Código de Processo Civil, determinando a extinção do processo. Isento de custas. Em decorrência da sucumbência, nos termos do CPC, art. 26 c/c art. 20, §4º, fixo honorários em R\$-300,00 (trezentos reais), que serão suportados pelo embargado, cuja exigibilidade fica condicionada à ocorrência da circunstância prevista no art. 11, §2º c/c art. 12 da Lei n. 1.060/50. Registro que a expedição das ordens de pagamento deverá ser realizada no processo de execução, não neste feito. Consigno que quando da expedição da ordem de pagamento os valores serão devidamente atualizados, pelo que, desnecessária novas atualizações dos valores. Com o trânsito em julgado, translate-se cópia desta

SENTENÇA para os autos principais e expeça-se a requisição de pagamento adequada consoante os valores apresentados pelo INSS. Com a informação de pagamento, desde já, autorizo a expedição de alvará em favor do credor, podendo ser expedido em nome do causídico, desde que detenha poderes para tanto, arquivando-se os autos executivos em seguida. Homologo de plano eventual desistência ao prazo recursal. P. R. I. e, oportunamente, desanexem-se e arquivem-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0000033-78.2012.8.22.0002

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Catâneo Comércio de Materiais Para Construção Ltda

Advogado: Edamari de Souza (RO 4616)

Executado: João Bosco Gomes Gonçalves, Laudicéia Alves de Almeida

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando valores irrisórios (R\$-14,33), razão pela qual procedi com o desbloqueio, já que os valores eram insuficientes para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de alienação fiduciária. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nome do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0009111-96.2012.8.22.0002

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Central Motos Comércio de Motos e Peças Ltda

Advogado: Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)

Executado: Edirley Costa Storch, Arnaldo Vieira dos Santos Filho, Sumara Oliveira Rocha Alves da Silva

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando parcialmente a quantia desejada, tendo

sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA. Deve o cartório tomar as seguintes providências: 1) Intimar a parte devedora através de seu advogado, via publicação no DJ, para dar conhecimento da penhora e para, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar eventual manifestação e/ou requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (art. 668, CPC), atentando-se para incumbência prevista no parágrafo único, do art. 668 do CPC. 2) Caso não tenha advogado, a intimação deverá ser realizada pessoalmente. 3) Em sido citado por edital, a intimação será realizada na pessoa de seu curador. 4) Expeça-se ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome dos executados e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. 5) Decorrido o prazo sem apresentação de manifestação do devedor, desde já fica deferida a expedição de alvará em favor do credor. 6) Com o resultado do ofício ao IDARON, intime-se o credor para requerer o que de direito para prosseguimento da execução, apresentando valor atualizado da dívida. Na oportunidade, informo ao credor que promovi a consulta junto ao RENAJUD e logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de alienação fiduciária. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nome do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012503-15.2010.8.22.0002

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria Alzerina da Costa

Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)

Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás

Advogado: Fábio Antônio Moreira. (OAB/RO 1553)

DESPACHO:

Vistos, 1. 1. Indefiro o pedido de fl. 184/185, eis que já há SENTENÇA transitada em julgado neste feito, sendo, portanto, incabível a providência do artigo 104, do Código de Defesa do Consumidor. 2. Intime-se a Defensoria Pública quanto ao retorno dos autos. Não havendo pedido para início da fase de execução, arquivem-se os autos. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0009553-28.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Luma de Oliveira Lacerda

Advogado:Marcelo Gomes dos Anjos (OAB/RO 4087)

Executado:Aginaldo Teixeira Dias

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos etc.Expeça-se MANDADO de penhora do bem indicado pela exequente, a ser cumprido no endereço do executado. Efetivada a penhora e avaliação, INTIMAR a parte executada da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Não sendo localizado o bem, nos termos do § 1º do art. 656 combinado com o inciso IV, do art. 600, ambos do CPC, o (a) Sr. Oficial(a) de Justiça INTIMARÁ a parte executada para que, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, INDIQUE onde se encontram os bens sujeitos à execução e, em se tratando de bem imóvel, exiba prova de sua propriedade, sob pena de multa no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor atualizado da dívida, nos termos do art. 601 do CPC. Havendo indicação, proceda-se a respectiva penhora e demais atos já determinados acima. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0005016-57.2011.8.22.0002](#)

Ação:Alvará Judicial

Requerente:Risleide Florentino de Souza, Juliana Naiane de Souza Silva, Gabrielle Porfirio Souza, Manoel Porfirio da Silva Neto

Advogado:Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771), Adeusair Ferreira dos Anjos. (OAB/RO 3780), Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)

DESPACHO:

Vistos.Oficie-se ao Banco do Brasil para que, no prazo de 05 dias, informe se houve a transferência dos valores de fls. 109. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0006531-93.2012.8.22.0002](#)

Ação:Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente:M. L. Construtora e Empreendedora Ltda

Advogado:Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)

Requerido:José Luiz de Oliveira, Selma de Oliveira Santos

Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (OAB/RO 1901)

DECISÃO:

Vistos, etc.Recebo o recurso interposto, em ambos os efeitos, por ser próprio e tempestivo.Intime-se para apresentar contrarrazões, após subam os autos ao e. TJ/RO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011005-10.2012.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:M. V. K. F. P.

Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

SENTENÇA:

Vistos, etc. Trata-se de ação proposta por MARCELO VALADARES e KELLY FALLEIROS POLISEL, onde se requer a declaração e dissolução de sociedade de fato e a partilha de bens.Alegam os requerente na exordial, que conviveram

por um período de março/2011 a julho/2012. Fruto da união resultou na aquisição de bens, devidamente relacionados na exordial. Apresentaram acordo com relação à partilha de bens. Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido da inicial.É o relatório. DECIDO.Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável cumulada com partilha de bens. Considerando que a pretensão dos requerentes é consensual, tendo o acordo respeitado, sem afronta aos direitos dos envolvidos, recebo o acordo, nos seus termos como regular. ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução de MÉRITO, o que faço com fulcro no artigo 269, inciso III, homologando o acordo realizado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos a fim de:1) Reconhecer a existência da união estável entre as partes, iniciada em março/2011 e declará-la encerrada a partir de 23/07/2012;2) Homologar o presente acordo, visto que apresenta todas as formalidades legais.SENTENÇA transitada em julgado nesta data, por força do art. 503, parágrafo único do CPC.P.R.I. e, expeça-se o necessário.Oportunamente, archive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0006557-57.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Diomar Ribeiro Valério

Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Em razão da certidão de fl. 92v, da imprescindibilidade da perícia judicial no caso em tela, e dos princípios da celeridade e eficiência processual, substituo a médica perita nomeada em fl. 82 pelo Dr. Dr. César Augusto de Mello, CRM - RO 3896, o qual, aceitando o encargo, funcionará doravante como perito do juízo.Intime-o nos mesmos termos do DESPACHO de fls. 81/82.Pratique-se e expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0005784-12.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Alimentos

Exequente:D. L. de F. M.

Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)

Executado:M. R. M.

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos.Intime-se a autora pessoalmente para que diga sobre o pagamento integral do débito, vez que compareceu ao cartório e informou o pagamento de um valor (fls. 19) e o seu defensor apresentou planilha dos demais meses que venceram no curso da ação.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0001761-23.2013.8.22.0002](#)

Ação:Consignação em Pagamento

Consignante:Fort Centro Automotivo Ltda Me

Advogado:Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437), Amanda Braz Gomes Peterle (RO 5.238)

Consignado:Antonio Marcos Fracasso. Auto Peças Me

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.1. Junte-se a carta precatória devolvida.2. Intime-se a autora a constituir novo mandatário, no prazo de 10 (dez)

dias, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do MÉRITO. Durante esse prazo, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.3. Regularizada a representação processual, cite-se por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Deve o autor após a retirada do edital, comprovar as publicações em 15 dias, sob pena de presumir desistência da diligência e as consequências de estilo. Decorrido o prazo, caso não venha manifestação, desde já nomeio um dos advogados da Defensoria Pública, para funcionar como curador de revel. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0015374-47.2012.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - Detran

Advogado: Raphael Erik Fernandes de Araújo (OAB/RO 4471)

Executado: Januário Felipe Neto

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Nos termos do art. 40, caput, da Lei 6.830/80, suspendo o feito pelo prazo de um ano. Atento ao credor que, em sendo o feito suspenso e decorrido este prazo de suspensão, sem que tenha vindo aos autos manifestação, o feito será encaminhado ao arquivo sem baixa, onde se aguardará o transcurso do prazo da prescrição intercorrente ou manifestação do credor, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80, sem prévia intimação do credor, vez que já ciente do procedimento a ser adotado, caso não se manifeste antes do término do prazo de suspensão. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0014924-07.2012.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - Detran

Advogado: Raphael Erik Fernandes de Araújo (OAB/RO 4471)

Executado: Andréia Santos Forte

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Nos termos do art. 40, caput, da Lei 6.830/80, suspendo o feito pelo prazo de um ano. Atento ao credor que, em sendo o feito suspenso e decorrido este prazo de suspensão, sem que tenha vindo aos autos manifestação, o feito será encaminhado ao arquivo sem baixa, onde se aguardará o transcurso do prazo da prescrição intercorrente ou manifestação do credor, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80, sem prévia intimação do credor, vez que já ciente do procedimento a ser adotado, caso não se manifeste antes do término do prazo de suspensão. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0014922-37.2012.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - Detran

Advogado: Raphael Erik Fernandes de Araújo (OAB/RO 4471)

Executado: Lanchonete e Pizzaria Cujubim Central Ltda Me

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Nos termos do art. 40, caput, da Lei 6.830/80, suspendo o feito pelo prazo de um ano. Atento ao credor que, em sendo o feito suspenso e decorrido este prazo de suspensão, sem que tenha vindo aos autos manifestação, o feito será encaminhado ao arquivo sem baixa, onde se aguardará o transcurso do prazo da prescrição intercorrente ou manifestação do credor, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80, sem prévia intimação do credor, vez que já ciente do procedimento a ser adotado, caso não se manifeste antes do término do prazo de suspensão. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0012762-39.2012.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Danyele de Alcântara

Advogado: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (RO 4996)

Executado: Ivan Luiz Kerber

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DECISÃO:

Vistos, Defiro a suspensão requerida, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, intime-se a exequente a requerer o que entender de direito, em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0007241-16.2012.8.22.0002](#)

Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia.

Advogado: Promotor de Justiça (RO 1111)

Requerido: Instituto de Apoio Pesquisa Científica Educacional e Tecnológica de Rondônia Ipro, Jamil Ferreira Leite, Município de Alto Paraíso - RO, Romeu Reolon, Câmara Municipal de Alto Paraíso, Miguel Aparecido Facundo

Advogado: José de Almeida Júnior. (1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida. (RO 3593), José de Almeida Júnior. (1370), Alcides José Alves Soares Júnior. (RO 5.595), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Niltom Edgard Mattos Marena. (OAB/RO 361B), Adeusair Ferreira dos Anjos. (OAB/RO 3780), Karine de Paula Rodrigues. (OAB/RO 3140), Kelly Renata de Jesus Damasceno (OAB/RO 5090)

DESPACHO:

Vistos, Em razão de conflito de pauta, redesigno audiência de instrução para o dia 15/5/2014, às 08 horas. No mais, mantenho o DESPACHO anteriormente lançado. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0014598-13.2013.8.22.0002](#)

Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: Banco Fiat S.a

Advogado: Celso Marcon. (OAB /RO 3.700), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)

Requerido: Geferson Alves de Brito

DESPACHO:

Vistos, Tendo em vista que as partes condicionaram o acordo à apresentação do comprovante de pagamento nos autos, intime-se o requerido a adotar tal providência, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, quedando-se inerte o devedor, intime-se o autor a dar prosseguimento ao feito em 05 (cinco) dias. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0000735-58.2011.8.22.0002](#)

Ação:Inventário

Inventariante:Isaias Alves de Sousa, Angela Pereira da Silva
Advogado:Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514), Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890)

Inventariado:Lindolfo Alves de Souza

DESPACHO:

Vistos, etc.Juntem-se as petições cadastradas no SAP.A petição de fls. 122/113 é apócrifa, devendo, sob pena de desentranhamento e devolução, ser regularizada a manifestação no prazo de 05 dias, intimando-se o advogado Edelson Inocêncio Júnior para este fim.Defiro a cota ministerial, intimando-se a inventariante para (a) apresentar comprovante do efetivo recolhimento do ITCD, porquanto o documento de fl. 46 evidencia apenas o agendamento da operação financeira; e (b) esclarecer a origem da propriedade do Lote 2A por parte de Roberto Geraldo de Souza, instruindo os autos com comprovante do negócio jurídico, documento do INCRA, memorial descritivo e outros que se mostrarem pertinentes para esta FINALIDADE.Cumpra-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0007492-97.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar. Banco do Povo

Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (5329)

Executado:Ronaldo Correa de Abreu, José Edivandro Alves

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Cite-se por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Deve o exequente, após a retirada do edital, comprovar as publicações em 15 dias, sob pena de presumir desistência da diligência e as consequências de estilo.Decorrido o prazo, caso não venha manifestação, desde já nomeio um dos advogados da Defensoria Pública, para funcionar como curador de revel (Súmula 196 do STJ).Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0004059-90.2010.8.22.0002](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Agito Geral Boutiques Ltda Me

Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Requerido:Adelmara Araújo Raposo

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Vistos,Defiro o pedido de fls. 78/79.Penhore-se no rosto dos autos indicados à fl. 79, até o montante executado, de acordo com a planilha apresentada, nos termos do art. 674 do CPC. Quando da averbação no rosto dos autos, intime-se a executada para opor embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, contados da juntada do MANDADO de penhora aos autos.Caso a penhora no rosto dos autos reste infrutífera, por insuficiência de valores para cobrir a execução, intime-se a exequente, para no prazo de 10 dias, dar andamento adequado ao feito, sob pena de extinção do feito.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0009283-04.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Joseane Matos dos Santos

Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC ? Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.Desta feita, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Dr. César Augusto de Mello, CRM - RO 3896, na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da períciaInforme ao perito nomeado que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$-234,80, conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo.Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares.

Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Intime-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias. Com as informações prestadas, intime-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos médicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia. Encaminhe-se cópia do Anexo II da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal ao perito, para preenchimento, possibilitando assim o pagamento dos honorários fixados. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0011206-65.2013.8.22.0002

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Ivanilda Oliveira Santos

Advogado: Jucyara Zimmer (OAB/RO 5888)

Executado: João Carlos Ferreira

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando valores irrisórios (R\$-0,33), razão pela qual procedi com o desbloqueio, já que os valores eram insuficientes para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de restrição de benefício tributário. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001330-57.2011.8.22.0002

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Antônio Everaldo Joca

Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás

Advogado: Fábio Antônio Moreira. (OAB/RO 1553)

DESPACHO:

Providencie a escrivania a alteração da classe processual, a fim de que passe a constar como sendo "Cumprimento de SENTENÇA." O novo entendimento firmado pelo STJ é de que o cumprimento de SENTENÇA não se instaura automaticamente, sendo necessária a intimação do executado, todavia, esta pode ser realizada na pessoa de seu advogado. Vejamos: AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. NECESSIDADE. AGRADO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO. O devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial. 2. Agrado regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no Agrado em Recurso Especial nº 151954/MG (2012/0047549-0), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. j. 18.10.2012, unânime, DJe 26.10.2012). Assim, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias, o débito executado, sob pena de multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC. Para esta fase, fixo os honorários¹ em R\$-200,00, com fulcro na permissão prevista no art. 20, §4º do CPC. Valor da execução (R\$-844,31) + honorários de execução (R\$200,00) = R\$1.044,31. Em caso de não pagamento, expeça-se de imediato MANDADO de penhora e avaliação de quantos bens bastem para pagamento da dívida. Do auto de penhora e de avaliação, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, pessoalmente, por MANDADO ou correio, para oferecer impugnação, em querendo, no prazo de 15 dias. Pelo poder de cautela, o Juízo adotou antecipadamente diligências disponíveis a este magistrado, com o fim de localizar bens passíveis de arresto e garantidores da execução. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), e procedi com a restrição de circulação. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que os veículos em questão possuem gravame de alienação fiduciária. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Decorrido o prazo para pagamento voluntário, providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, dê-se vistas ao exequente para manifestação, bem conhecimento acerca das diligências

realizadas. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0005091-96.2011.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Banco Bradesco S/a

Advogado: Ildo de Assis Macedo. (OAB/MT 3541), Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (RO 4659)

Executado: Manoel Ataíde da Silva Filho

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículo em nome do(a) executado(a), e procedi com a restrição de circulação. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de alienação fiduciária. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0058567-20.2009.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Wesley Marcus Valério

Advogado: Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)

Executado: Madekar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda EPP

Advogado: Edinara Regina Colla (OAB/RO 1123)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em

consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de alienação fiduciária e administrativa. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome da executada Eliane e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0002192-23.2014.8.22.0002](#)

Ação: Divórcio Consensual

Requerente: J. M. M. M. F. de O.

Advogado: Defensor Público ()

SENTENÇA:

Vistos, etc. REGIANE PEREIRA TEIXEIRA E RUBENS ALVES BASTOS, qualificados nos autos, propuseram o presente pedido de divórcio consensual, alegando, em resumo, que: a) contraíram núpcias em 10/07/2009; b) da união nasceu um filho, atualmente menor; c) apresentaram acordo quanto a guarda, visitas e alimentos devidos ao filho. Requereram a decretação do divórcio. Juntaram os documentos de fls. 06/14. O Ministério Público, às fl. 16, opinou pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Com o advento da EC/66, dando nova redação ao art. 226 da CF/88, não se faz mais necessário o lapso temporal para o divórcio, podendo, agora, qualquer pessoa, casada, ingressar com pedido de divórcio direto litigioso ou consensual, independentemente do tempo anteriormente previsto. Com a inicial, veio a questão da guarda do filho, a qual será exercida pela mãe, cabendo ao pai o direito de visitas regulares. Também foi fixado valor a título de pensão alimentícia, onde o requerente varão pagará, mensalmente, o correspondente a 18% (dezoito por cento) do salário-mínimo, assim como a metade das despesas médicas, farmacêuticas, educacionais e vestuário, pagos à genitora do infante, mediante recibo. Como as partes nada disseram a respeito do dia para o pagamento, fixo para o dia 10 de cada mês. O casal nada disse a respeito de bens, inexistente a partilha. O membro do Ministério Público, na função de Curador da Família, opinou

pelo deferimento. Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, com fulcro no artigo 269, I do CPC c/c com o artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido de divórcio do casal, dissolvendo o vínculo matrimonial e declarando cessado o regime matrimonial e HOMOLOGO os termos do acordo apresentado, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na inicial. Inscreva-se o divórcio e averbe-se no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa ao feito. Sem custas e honorários de advogado. SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC. P. R. I., e, archive-se, com as baixas devidas. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0003733-91.2014.8.22.0002

Ação: Divórcio Consensual

Requerente: J. de S. M. R. J. M.

Advogado: José Wilham de Melo. (OAB/RO 3782)

SENTENÇA:

Vistos, etc. JOANES DE SOUZA MAMÉDIO E REINALDO JOSÉ MIRA, qualificados nos autos, propuseram o presente pedido de divórcio consensual, alegando, em resumo, que: a) contraíram núpcias em 27/11/1998; b) da união nasceu uma filha, atualmente menor; c) os bens amealhados na união são os relacionados na exordial; d) apresentaram acordo quanto a guarda, visitas e alimentos devidos à filha, bem como plano de partilha dos bens. Requereram a decretação do divórcio. Juntaram os documentos de fls. 07/18. O Ministério Público, às fls. 20/22 opinou pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Com o advento da EC/66, dando nova redação ao art. 226 da CF/88, não se faz mais necessário o lapso temporal para o divórcio, podendo, agora, qualquer pessoa, casada, ingressar com pedido de divórcio direto litigioso ou consensual, independentemente do tempo anteriormente previsto. Com a inicial, veio a questão da guarda da filha, a qual será exercida pela mãe, cabendo ao pai o direito de visitas regulares. Também foi fixado valor a título de pensão alimentícia, onde o requerente varão pagará, mensalmente, o importe de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, assim como 50% das despesas escolares, saúde e medicamentos. Os valores deverão ser pagos na conta da genitora da infante até o dia 05 de cada mês. O casal na constância da união, adquiriu os bens descritos às fls. 04 dos autos, e decidiram pela partilha na forma das fls. 05. O membro do Ministério Público, na função de Curador da Família, opinou pelo deferimento. Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, com fulcro no artigo 269, I do CPC c/c com o artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido de divórcio do casal, dissolvendo o vínculo matrimonial e declarando cessado o regime matrimonial e HOMOLOGO os termos do acordo apresentado, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na petição inicial. Inscreva-se o divórcio e averbe-se no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa ao feito. Sem custas e honorários de advogado. SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC. P. R. I., e, archive-se, com as baixas devidas. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0003769-36.2014.8.22.0002

Ação: Divórcio Consensual

Requerente: R. P. T. R. A. B.

Advogado: Alfredo José Cassemiro (RO 5601), Elonete Loiola Cassemiro (RO 5583), Alfredo José Cassemiro (RO 5601)

SENTENÇA:

Vistos, etc. REGIANE PEREIRA TEIXEIRA E RUBENS ALVES BASTOS, qualificados nos autos, propuseram o presente pedido de divórcio consensual, alegando, em resumo, que: a) contraíram núpcias em 27/12/2003; b) da união nasceu um filho, atualmente menor; c) não contraíram bens durante o matrimônio; d) apresentaram acordo quanto a guarda, visitas e alimentos devidos ao filho. Requereram a decretação do divórcio. Juntaram os documentos de fls. 07/15. O Ministério Público, às fls. 17/19, opinou pela procedência do pedido, desde que fosse fixado o valor dos alimentos em porcentagem do salário-mínimo. É o relatório. Decido. Com o advento da EC/66, dando nova redação ao art. 226 da CF/88, não se faz mais necessário o lapso temporal para o divórcio, podendo, agora, qualquer pessoa, casada, ingressar com pedido de divórcio direto litigioso ou consensual, independentemente do tempo anteriormente previsto. Com a inicial, veio a questão da guarda do filho, a qual será exercida pela mãe, cabendo ao pai o direito de visitas regulares. Também foi fixado valor a título de pensão alimentícia, onde o requerente varão pagará, mensalmente, o valor de R\$200,00 (duzentos reais). Os valores deverão ser pagos à genitora, mediante recibo, até o dia 05 de cada mês. O casal na constância da união, não adquiriu bens, inexistente a partilha. O membro do Ministério Público, na função de Curador da Família, opinou pelo deferimento, desde que o valor fosse fixado em porcentagem. Atendendo o pleito ministerial, fixo a porcentagem de 27,62% (vinte e sete vírgula setenta e dois por cento) do salário-mínimo, equivalente aos R\$200,00 pactuados pelas partes, assim como 50% das despesas escolares, saúde e medicamentos. Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, com fulcro no artigo 269, I do CPC c/c com o artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido de divórcio do casal, dissolvendo o vínculo matrimonial e declarando cessado o regime matrimonial e HOMOLOGO os termos do acordo apresentado, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas nesta DECISÃO. Inscreva-se o divórcio e averbe-se no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa ao feito. Sem custas e honorários de advogado. SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC. P. R. I., e, archive-se, com as baixas devidas. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0002841-56.2012.8.22.0002

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Banco da Amazônia S.a Ariquemes

Advogado: Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)

Executado: M. S. Meira, Minervino Silva Meira

Advogado: Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)

DESPACHO:

Vistos, etc. Inicialmente, esclareço que não foi possível realizar consulta junto aos sistemas on line disponíveis, em relação à empresa executada, tendo em vista que o CNPJ indicado nos autos aponta pessoa diversa, conforme se infere do espelho que ora segue. No que se refere a pessoa física, conforme

detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Realizei consulta junto ao RENAJUD e logrei êxito na localização de apenas um veículo, de propriedade do executado, conforme espelho que segue. No entanto, não promovi a restrição de circulação, a qual será realizada após análise do credor quanto a conveniência e interesse do bem, haja vista se tratar de veículo antigo, de pouca comercialização. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0000272-48.2013.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: V. Cavalheiro Comércio de Móveis Eireli Epp. Móveis e Eletrodomésticos Paraná

Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Executado: Sara Cristina Taborda

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. De igual forma, em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de nenhum veículo em nome do(a) executado(a). De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, tendo sido a executada citada por edital, deve ser nomeado curador à mesma (Súmula 196 do STJ), para que apresente defesa pertinente à matéria, desde que efetivamente existam subsídios para tanto. Desta feita, nomeio um dos representantes da Defensoria Pública para atuar como curador de revel. Após, vistas à exequente para manifestação, bem conhecimento acerca das diligências realizadas. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido

de restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0007398-52.2013.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: J. M. Comércio de Combustível Ltda Me

Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Executado: Octa Serviços Industriais Ltda

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de restrição administrativa. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0007686-97.2013.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda

Advogado: Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)

Executado: Aab Indústria e Comércio de Madeiras Exportação e Importação Ltda, Dois N Madeira Ltda Epp

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículos em nome do(a) executado(a), todavia, procedi com a restrição de circulação de somente um deles, de fabricação mais recente e suficiente para garantir a dívida executada. Contudo tal medida não é suficiente para satisfação da pretensão do autor,

porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de restrição de benefício tributário. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0090762-58.2009.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Fazenda Nacional

Advogado: Maria Valentina Montero Del Rio. (0000000)

Executado: Affinity Importação e Exportação de Artigos de Presente, Ely Sebastião do Nascimento, Amadeu Ayarden Rodrigues

Advogado: Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)

DESPACHO:

Vistos. Considerando que o executado (fls. 136) encontra-se em lugar incerto e não sabido, com permissão insertas nos art. 7º, inciso I e art. 8º, inciso IV, ambos da Lei 6.830/80, proceda-se com a citação do(s) executado(s) por edital, com prazo de 30 dias. Após, cumpra-se os termos do DESPACHO de fls. 142. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0002013-31.2010.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: União Federal

Advogado: Maria Valentina Montero Del Rio. (0000000)

Executado: Aliança Máquinas Agrícolas Ltda, Anselmo Becker

Advogado: Advogado Não Informado (22 SMG)

DESPACHO:

Vistos, etc. Nos termos do art. 40, §2º da Lei 6.830/80, remeta-se o feito ao arquivo sem baixa, onde aguardará o decurso do prazo de prescrição intercorrente ou de manifestação do credor, dando prosseguimento ao feito ou requerendo sua extinção, ante o adimplemento do débito. Isso em razão de que o parcelamento realizado pelo executado, ao que parece, é superior a 24 vezes, ou seja, dois anos. Entendo que esta DECISÃO é a mais adequada ao caso, não trazendo prejuízos ao credor, pois ao mesmo tempo em que determina o arquivamento, retirando o feito do acervo, mantém íntegro o direito do credor, uma vez que não sendo cumprido o parcelamento caberá ao exequente promover a continuidade da execução. Posto isto, archive-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011986-10.2010.8.22.0002](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Fundação Assistencial e Educativa Cristã de Ariquemes Faeca

Advogado: Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275), Marcos Rodrigues Cassetari Júnior. (OAB/RO 1880)

Requerido: Keila Patrícia Haut

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Revogo o DESPACHO retro eis que lançado equivocadamente nos autos. O credor reiterou o pedido de suspensão, sob o argumento de que o acordo celebrado entre as partes está sendo cumprido. Pois bem. Nos autos não foi apresentada nenhuma minuta de acordo para ser homologada pelo Juízo e, sendo de interesse da parte manter a transação celebrada extrajudicialmente, eis que vem surtindo efeito, não vislumbro a necessidade do feito permanecer ativo. No caso em apreciação, ao invés da suspensão, entendo que o arquivamento do feito é medida mais adequada, uma vez que o novo procedimento da execução de título judicial determina o arquivamento do feito em caso de inércia do credor, podendo ser desarquivado à pedido da parte (CPC, art. 475-J, §5º). Logo, por aplicação analógica, o arquivamento do feito em nada prejudicará o credor, visto que caso o acordo venha a ser desonrado, poderá movimentar novamente o feito caso descubra uma forma de receber o crédito. Assim, determino o arquivamento do feito. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0001963-63.2014.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: J. M. R. R. de A.

Advogado: José Carlos Fogaça. (OAB/RO 2960)

SENTENÇA:

Vistos, etc. Trata-se de ação proposta por JOÃO MIGUEL RODRIGUES e ROSEMARY DE ANDRADE, onde se requer a declaração e dissolução de sociedade de fato e a partilha de bens. Alegam os requerentes na exordial, que conviveram maritalmente por 09 anos, não tendo filhos. Fruto da união resultou na aquisição de bens, devidamente relacionados a fls. 04/05. Devido os inúmeros desentendimentos advindos da vida em comum, o casal rompeu o relacionamento. Apresentaram acordo com a partilha de bens. O Ministério Público não manifestou interesse na causa. É o relatório. DECIDO. Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável cumulada com partilha de bens. Considerando que a petição veio com assinatura dos requerentes, recebo o acordo, nos seus termos como regular. ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 269, inciso I e III, e homologo o acordo realizado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e tenho o acordo por devido para: Reconhecer a existência da união estável entre as partes e declará-la encerrada a partir de 2014, ano da propositura da demanda; Reconhecer e homologar a partilha de bens descrita às fls. 04/05 dos autos. SENTENÇA transitada em julgado nesta data, por força do art. 503, parágrafo único do CPC.P.R.I. e archive-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0003271-37.2014.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Quatro Estações Confecções Ltda Me.

Advogado: Jucyara Zimmer (OAB/RO 5888)

Executado:Patricia da Cunha Pessoa Santos

Advogado:Advogado Não Informado (418)

SENTENÇA:

Vistos, etc.QUATRO ESTAÇÕES CONFECÇÕES LTDA ME propôs ação de execução de título extrajudicial, em desfavor de PATRICIA DA CUNHA PESSOA SANTOS, todos qualificados nos autos.Recebida a inicial, determinou-se a citação do executado.Ato contínuo, as partes apresentaram acordo para ser homologado, como forma de extinção do processo.Como o acordo celebrado consta com a assinatura da todas as partes e por não haver vício de consentimento, tomo-o por regular.ANTE O EXPOSTO, homologo o acordo de fls. 33/34, realizado entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 794, II c/c art. 269, III, do CPC julgo extinto o feito.Sem custas, nos termos do art. 6º, §7º, da Lei Estadual nº 301/ 1990.Cada parte arcará com os honorários de seu advogado.SENTENÇA transitada em julgado nesta data, por força do art. 503, parágrafo único do CPC.P. R. I. e, archive-se com as baixas devidas.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0003359-75.2014.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Melquetaleques Pasian Cerqueira Santos

Advogado:Luciana Pereira da Silva Lopes (OAB/RO 4422)

Requerido:Galgrin Group

SENTENÇA:

Vistos, etc.MELQUETALEQUES PASIAN CERQUEIRA ingressou com a presente ação de indenização por danos morais em face de GALGRIN GROUP, requerendo os benefícios da gratuidade da justiça.Determinada a emenda à inicial, por não vislumbrar, a priori, que o autor enquadrava-se na condição de miserabilidade exigida pela lei, o autor manifestou não ter mais interesse em prosseguir no feito, requerendo a sua extinção.É o relatório. Decido.Tendo a parte autora manifestado o interesse na desistência do feito, acolho o pedido e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários. P. R. I. C. e, ante o pedido de extinção feito pelo autor, com fulcro no art. 503, parágrafo único, do CPC, antecipo o trânsito em julgado nesta data. Archive-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0060663-76.2007.8.22.0002](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:União Federal

Advogado:Maria Valentina Montero Del Rio. (0000000)

Executado:Comercio de Café Nova União Ltda

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Considerando que o DESPACHO de fls. 439, verifico que não foram expedidos os ofícios solicitados pelo exequente em relação ao co-devedor Antonio Ferreira da Silva.Assim, expeça-se os ofícios para os órgãos indicados às fls. 424/427, agora em relação ao executado Antonio Ferreira da Silva.Com a resposta, intime-se o exequente para que diga o que entende por direito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0068560-24.2008.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Jaurú Transmissora de Energia Ltda

Advogado:Nilmara Gimenes Navarro. (OAB/RO 2288)

Requerido:Angelin Salla

Advogado:Evanete Revay. (OAB/RO 1061), Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147)

DESPACHO:

Vistos,Intime-se o credor quanto ao retorno do autos para que, no prazo de 10 (dez) dias, requeira o que entender de direito.Decorrido o prazo, caso nada seja requerido, archive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011574-45.2011.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:M. de F. G.

Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074), Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley Não Usar Esse Cadastro Duplo (OAB/RO 4722)

Requerido:A. T. de P.

Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)

DESPACHO:

Vistos, etc.Comulsando os autos, verifico que nenhuma das partes apresentou documetno comprovando a existência do veículo Honda Bis, razão pela qual converto o julgamento em diligência para o fim ver suprida a omissão, ao encargo da autora, no prazo de 10 dias.Intime-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0014603-06.2011.8.22.0002](#)

Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)

Requerente:Ernesto Benites

Advogado:Robson Sancho Flausino Vieira. (RO 4.483)

Requerido:Banco Real

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos,Antes de autorizar o levantamento da quantia depositada, intime-se o requerido a esclarecer, no prazo de 10 (dez) dias, a razão pela qual as petições apresentadas nos autos estão nominadas pelo Banco Santander Brasil S/A, se a ação foi proposta em face do Banco Real.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0012651-21.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Delas Modas Ltda Me

Advogado:Jucyara Zimmer (OAB/RO 5888)

Executado:Mayara Gonzaga dos Santos

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. De igual forma, em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de nenhum veículo em nome do(a) executado(a).De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a).Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte

executada. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0013070-41.2013.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Anezia Antonio de Farias Me.

Advogado: Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)

Executado: Total S.a

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. De igual forma, em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de nenhum veículo em nome do(a) executado(a). De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0004549-10.2013.8.22.0002](#)

Ação: Monitória

Requerente: E. E. Krajewski Dakar Auto Center

Advogado: Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)

Requerido: Adilson de Gasperi

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Providencie a escrivania a alteração da classe processual, a fim de que passe a constar como sendo, "Cumprimento de SENTENÇA". Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Em consulta ao RENAJUD logrei êxito na localização de veículo em nome do(a) executado(a), e procedi com a restrição de circulação. Contudo tal medida

não é suficiente para satisfação da pretensão do autor, porquanto trata-se de medida administrativa, tendo eficácia como garantia da execução tão somente com a penhora do bem. Informo ao exequente que o veículo em questão possui gravame de alienação fiduciária. De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0014157-32.2013.8.22.0002](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Donna Donna Comércio de Confecções Ltda

Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Executado: Bruna Aparecida Ramos Moreira

DESPACHO:

Vistos, etc. Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. De igual forma, em pesquisa junto ao RENAJUD não logrei êxito na localização de nenhum veículo em nome do(a) executado(a). De ofício, considerando os reiterados pedidos em outros feitos similares a este, promovi a consulta junto ao INFOJUD buscando informações acerca de eventuais bens em nomes do(a) executado(a). Conforme comprovante que adiante segue, não houve declaração realizada pela parte executada. Providencie a escrivania expedição de ofício ao IDARON requisitando informações acerca da existência ou não de semoventes em nome do executado e, em havendo, apresente declaração que ateste sua propriedade, indicando a quantidade. Feita esta providência, diante do resultado das diligências realizadas, dê-se vistas ao exequente para conhecimento e manifestação adequada, indicando bens à penhora, no prazo de 10 dias. Ressalto que desde já fica indeferido novo pedido de penhora eletrônica, restrição de veículos ou consulta ao sistema da Receita Federal, uma vez que as diligências foram realizadas nos autos recentemente, bem como eventual pedido de diligência junto ao CRI e JUCER, uma vez que estas diligências podem ser realizadas administrativamente pela parte. Eventual pleito de penhora de imóvel deve ser acompanhado de certidão de inteiro teor. Pratique-se o necessário. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0006837-33.2010.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Stoessel dos Santos Molina

Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212), Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)

Requerido:Instituto de Olhos de Rondônia Ltda, Fazenda Pública do Estado de Rondônia

Advogado:Salatiel Soares de Souza (OAB/RO 932), Zoil Batista de Magalhães Neto (RO 1619), Advogado Não Informado (418)

DECISÃO:

Vistos,Indefiro o pedido de fl. 193.O laudo, diferentemente do alegado pelo autor, é conclusivo.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/5/2014, às 09 horas.Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes (fl. 157/159).Intime-se o autor, com as advertências legais acerca do depoimento pessoal.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0003120-13.2010.8.22.0002](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Andréia Santana da Cunha

Advogado:Marinete Bissoli. (OAB/RO 3.838), Fernando Martins Gonçalves. (RO 834), Pedro Riola dos Santos Junior. (OAB/RO 2640), Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746)

Executado:Dibens Leasing S.a Arrendamento Mercantil

Advogado:Luciano Mello de Souza (RO 3519), Daguiomar Lustosa Nogueira Cavalcante (RO 4.120), Celso Marcon. (OAB /RO 3.700), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)

DESPACHO:

Vistos, etc.O agravo de instrumento apresentado pelas partes, atende as exigências elencadas no art. 526 do CPC. Não obstante as argumentações apresentadas, mantenho a DECISÃO agravada pelos próprios fundamentos ofertados. Intime-se os agravantes a informarem nos autos em quais efeitos foram recebidos os agravos, para posterior apreciação do pleito de fls. 365/366.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0017694-70.2012.8.22.0002](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Município de Ariquemes

Advogado:Paulo César dos Santos. (RO 4768)

Executado:Pedro Geraldo Poletto

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc.Expeça-se carta precatória para penhora do bem indicado à fl. 17.Efetivada a penhora e avaliação, INTIMAR a parte executada da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da juntada do MANDADO. Solicite-se na deprecada que sejam realizados todos os atos executórios necessários para a satisfação integral do crédito.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0002781-49.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Joel Coelho Leal Filho

Advogado:Juarez Rosa da Silva. (OAB/RO 4200)

Requerido:Banco do Brasil Cartões Sa

Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédís (OAB/PR 8.123)

SENTENÇA:

Vistos, etc.Joel Coelho Leal Filho ajuizou Ação Cominatória c/c Indenização por Danos Morais e pedido de Tutela Antecipada contra o Banco do Brasil S.A., alegando, em síntese, que este, em maio de 2010, ingressou com execução de título extrajudicial contra o ora autor que formulou proposta de acordo para parcelamento da dívida e, ante o adimplemento total, a execução foi extinta. Diz que, por causa dessa dívida, teve seu nome lançado no rol dos inadimplentes.Pede a exclusão de seu nome do banco de dados da Serasa, uma vez que a dívida fora paga. Além disso pleiteia o deferimento da tutela antecipada, indenização por danos morais, no valor de R\$ 38.674,30 e verba honorária em 20% sobre o valor da causa.Com a inicial juntou documentos. (13/34).O pedido de tutela antecipada para baixa na negativação do nome do autor em relação à dívida discutida nos autos, foi deferido. (36).Devidamente citado, respondeu o Banco-réu (44/56) alegando que os dados do autor foram enviados à Serasa por dívida no valor de R\$ 38.674,30, na qual o autor figura como coobrigado da empresa Park Promoções e Eventos Ltda. ME, ficando inadimplente com a operação.No caso dos autos, os requisitos que fundamentam a responsabilidade civil não restaram demonstrados, além de que o dano moral prescinde da efetiva prova de sua ocorrência. O mero aborrecimento pela inscrição indevida não gera dano moral, além de que ausente o nexo de causalidade- impulso do agente, resultado lesivo e o nexo causal entre ambos.Em atenção ao princípio da eventualidade, caso haja condenação, deverá ela ser fixada dentro da proporcionalidade e razoabilidade, em valor inferior ao pretendido na inicial. Dizendo que não havendo relação de fornecedor/consumidor o CDC não se aplica, sendo indevida a inversão do ônus da prova.Com a contestação juntou documentos. (57/72).Retorna o autor (74) impugnando a contestação e reafirmando seu ponto de vista esposado na inicial, pedindo o julgamento antecipado da lide e o banco réu pretendendo o depoimento pessoal do autor.Em seguida, os autos vieram para apreciação.É o relatório. Decido.O julgamento antecipado da lide se faz autorizado, com base no art. 330, I, do CPC, eis que a matéria fática encontra-se delineada nos autos, permitindo a emissão de juízo de valor, além de não ter havido interesse pelas partes pela produção de outras provas. Em casos tais, onde se mostra desnecessária a dilação probatória para a aferição de matéria relevante, o julgamento antecipado da lide é cogente e não mera liberalidade do Magistrado que ao emití-lo atende ao interesse público, não havendo que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.O Tribunal de Justiça de Rondônia já se pronunciou:" Presentes as condições que autorizam o julgamento antecipado da lide, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. E esse procedimento judicial não implica ofensa ao princípio do contraditório. Precedentes do STJ" (Apel. Civ. 96.005379-4, Rel. Sebastião Teixeira Chaves, in TJRO-CD vol. 4)A análise dos autos faz emergir de maneira indiscutível a relação de consumo havida entre os litigantes, motivo pelo qual o conflito de interesses ora apresentado deve ser resolvido à luz do Código de Defesa do Consumidor.O art. 6º, VI, do CDC, arrola como direito básico do consumidor " a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".Segundo o estabelecido pelo art. 14, do mesmo diploma, a responsabilidade da prestadora de serviços pelo defeito no fornecimento de seu serviço é

objetiva, ou seja, independe da existência de culpa. Assim, caberia ao consumidor a demonstração do nexo de causalidade e do dano. Veja esta preciosa lição de Cláudia Lima Marques, in Comentários ao CDC, ed. RT, 2ª ed., p. 183, doutrina que acolho:” Reza o art. 6º, VIII, do CDC que é direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinária de experiências. Note-se que a partícula ou bem esclarece que, a favor do consumidor, pode o juíza inverter o ônus da prova quando apenas uma das duas hipóteses está presente no caso. Não há qualquer outra exigência no CDC, sendo, assim, facultado ao juiz inverter o ônus da prova inclusive quando esta prova é difícil mesmo para o fornecedor, parte mais forte e expert na relação, pois o espírito do CC é justamente de facilitar a defesa dos direitos dos consumidores e não o contrário, impondo provar o que é em verdade o risco profissional ao vulnerável e leigo consumidor. Assim, se o profissional coloca a máquina, telefone ou senha à disposição do consumidor para que realize saques e este afirme de forma verossímil que não os realizou, a prova de quem realizou tais saques deve ser imputada ao profissional que lucrou com essa forma de negociação, ou de execução automática, ou em seu âmbito de controle interno: *cujus commodum, ejus periculum*. Em outras palavras, este é o seu risco profissional e deve organizar-se para poder comprovar quem realizou a retirada ou telefonema. Exigir uma prova negativa do consumidor é imputar a este pagar duas vezes pelo lucro do fornecedor com atividade de risco no preço pago e no dano sofrido. Daí a importância do direito básico assegurado ao consumidor de requerer no processo a inversão do ônus da prova.” O ponto controvertido da demanda é a prova de que o o banco-réu, apesar do pagamento da dívida em 2010- quando deu plena quitação insiste na inadimplência do autor. Esta ação foi proposta em 28/02/2013 e a restrição imposta ao nome do autor só foi retirada por força de liminar ocorrida em 08/04/2013, três anos depois, aproximadamente. É crível, portanto, que, em data recente, ao tentar compra no crediário local, foi impedido porquanto seu nome ainda estava inscrito no rol dos maus pagadores por aquela dívida de R\$ 38.674,30. A doutrina e jurisprudência, em casos análogos, tem admitido a demora da exclusão, depois de liquidada a dívida, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, mas, no presente caso, a demora foi absurda e só corrigida por liminar. Houve dano moral.” Dano moral inexistente. Exclusão do nome do devedor do Serasa. Razoável lapso de tempo. Indenização indevida. Com o cancelamento da conta corrente e a quitação da dívida pelo autor a CEF providenciou a exclusão no nome do autor do Cadastro do Serasa em tempo razoável. O nome do autor ficou indevidamente no Cadastro do Serasa do dia 10.10.2002 até 06.11.2002, portanto, tempo razoável para exclusão por parte da CEF. É razoável a demora inferior a 30 dias para excluir o nome daquele que quitou a dívida dos cadastros de inadimplentes.” (in Apel. Civ. Ac. 1524 Sp 2003.61.00.031524-4, TRF 3, p. em 20.10.2009). Ademais, diante da responsabilidade objetiva da empresa-ré, competia a ela as provas da inexistência do nexo causal entre seus atos e os do consumidor. Não o fez. Com o desencadear dos acontecimentos, o autor sofreu, não somente meros dissabores, mas danos psíquicos, que atingiram sua dignidade. Houve, sem dúvidas, danos morais. E à luz da Constituição, pontifica o desembargador Gabriel Marques, na

apelação civil 00.003.717-6, Porto Velho: “O dano moral é nada mais do que a violação do direito a dignidade. E por considerar a inviolabilidade a intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, corolários do direito à dignidade, é que a Constituição inseriu, no art. V e X a plena reparação do dano moral.” Este é o novo enfoque constitucional pelo qual deve ser examinado o dano moral. Note-se que o dano moral está no lançamento indevido do nome do autor nos cadastros da Serasa e os males subsequentes, deixando o autor completamente desamparado, causando-lhe abalo moral, ficando desprezados quaisquer motivos de se discutir o dever de indenizar. Assim, descartadas quaisquer possibilidades de se questionar o dever de reparação do Dano Moral e, conseqüentemente, a responsabilidade banco-réu passo a análise do quantum indenizável, citando, neste aspecto, as lições do Min. Sálvio de Figueiredo:”O que se pode afirmar é que a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, recomendando-se que o arbitramento opere com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte empresarial das partes, suas atividades comerciais e, ainda, ao valor do negócio, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se da experiência e do bom senso, atento à realidade da vida, notadamente a situação econômica atual e as peculiaridades de cada caso...” (Resp 53.521 RJ e 173.366/SP) Posto isto e considerando tudo o mais que dos autos consta julgo procedente a ação para condenar o Banco do Brasil S.A. a pagar ao autor, a título de danos morais, a importância de R\$10.000,00 (dez mil reais) que melhor atende às condições das partes, de acordo com os ensinamentos do Ministro Salvo de Figueiredo. Sobre o montante deverão incidir juros legais de 1% ao mês, correndo da citação e correção monetária a partir da data desta SENTENÇA. Condeno-o, ainda, no pagamento das custas e despesas processuais, mais honorários do advogado do autor que fixo em 15% sobre o valor da condenação. Confirmando e reitero a concessão da tutela antecipada (26) para torná-la definitiva. Transitada esta em julgado e observadas as formalidades legais, aguarde-se manifestação dos interessados, por 10 dias e, nada requerido, arquivem-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0007023-85.2012.8.22.0002

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Daihana Borge Borille

Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Maiele Rogo Mascaro (RO 5122)

Requerido: Sônia Maria do Nascimento Afonso Gorgulho dos Santos, Lena Maria Gorgulho dos Santos Ochôa, Breno Antônio Gorgulho dos Santos, Jane Maria Gorgulho dos Santos

Advogado: Fabiano Ferreira da Silva (B 388), Fabiano Ferreira Silva. (OAB/RO 388B)

SENTENÇA:

Vistos, etc. Daihana Borges Borille ajuizou a presente Ação de Obrigação de Fazer contra a Imobiliária Mendes e Campos, alegando que adquiriu o imóvel urbano lote 08, quadra 08, do loteamento fechado Residencial Park Tropical II, desta cidade, com as medidas e confrontações descritas às fls. 05/06. Diz que o imóvel pertenceu a Sônia Maria do Nascimento, Afonso Gorgulho dos Santos e outros que o venderam a Rosicléia Passos da Silva, por intermédio da Imobiliária ré. Posteriormente,

o marido de Rosicléia, Ilton Machado de Miranda, vendeu o imóvel a Alan Jorge da Silva que o revendeu a Daihane Borille, ora autora. A ré, intermediou, desde o início, a venda do referido imóvel, todavia não realizou a transferência do mesmo para o nome da autora. Com a inicial juntou documentos. (11/37). Emendando a inicial, a autora requereu a exclusão da Imobiliária Mendes e Campos do polo passivo e colocando os antigos proprietários Sonia Maria Gorgulho, viúva, Jane Maria Gorgulho dos Santos, solteira, Lena Maria Gorgulho dos Santos, solteira, e Breno Antônio Gorgulho dos Santos, solteiro, que, em 21/07/2004, venderam o imóvel referido a Rosicléia Passos da Silva, que o revendeu a Alan Jorge da Silva, que o passou em 1º/02/2005 a Daihane Borge Borille, autora e atual proprietária. Pede a procedência. Citados por Edital, Sônia Maria do Nascimento Gorgulho e outros, retro mencionados, apresentaram contestação, alegando em preliminar, ilegitimidade Passiva ad Causam, porque nunca existiu qualquer negócio jurídico firmado entre os contestantes e a autora, não se podendo falar em obrigação entre essas partes. Quem contratou com a autora foi Alan George da Silva, sem qualquer interferência dos contestantes e, se a autora, eventualmente, tem algum direito é contra Alan, com quem ela contratou. Os contestantes são estranhos ao contrato firmado entre eles. Aliás, o contrato originário tem cláusula expressa que proíbe a venda a terceiros sem autorização expressa dos contestantes (cláusula 5ª). Pedem a extinção sem resolução de MÉRITO. Com a contestação juntaram documentos. (67/84). Retorna a autora (85) impugnando a contestação e reafirmando seu ponto de vista esposado na inicial, repelindo a preliminar, pois os contestantes são os responsáveis pela transferência do imóvel e agem com má-fé. Pretendem as partes a produção de prova testemunhal. (142/143). Em seguida, os autos vieram para apreciação. É o relatório. Decido. O Processo pode ser decidido no estado em que se encontra, pois entendo que a prova material apresentada é suficiente para o deslinde do caso, sendo desprovida a prova testemunhal arrolada. Preliminar. Levantam os contestantes/réus preliminar de ilegitimidade passiva, porquanto não existe negócio jurídico entre a autora e os réus. A autora teria contratado com Alan George da Silva e qualquer exigência da autora deve recair contra Alan. Rejeito a preliminar. O imóvel encontra-se em nome dos réus, que formalizaram o loteamento, sendo, portanto, os responsáveis pela transferência. MÉRITO. Analisando, detidamente, o Contrato de fls. 14 verifica-se que os contestantes/réus são os promitentes vendedores do lote 08, da quadra 08, do loteamento fechado Residencial Park Tropical, II, desta cidade. O imóvel foi vendido, em 23/05/2000, a Rosicléia Passos da Silva, obrigando-se os vendedores a outorgar escritura definitiva à compradora, desde que quitado o imóvel. (cláusula 8ª). Rosicléia, porém, através de seu marido, revendeu o imóvel a Alan George da Silva que o repassou a ora autora Daihana. Pelo que consta, a Imobiliária Mendes e Campos acompanhou as transações. Portanto, a cadeia sucessória era do conhecimento da Imobiliária, que cuida dos negócios dos réus, nesta cidade, havendo, inclusive, possibilidade de que aquela tenha procuração dos réus para representá-los. (verdade sabida). Entretanto, a exclusão requerida pela autora desobrigou a imobiliária de qualquer obrigação ou pronunciamento. Isso, porém, não interfere no deslinde da causa. Os contestantes alegam que são parte ilegítimas para figurarem no polo passivo da demanda, porque o § 1º a cláusula 5ª do contrato, exige que, qualquer cessão ou promessa de cessão de direitos e

obrigações do contrato, deve constar a anuência destes. E nas duas cessões do lote 08, da quadra 08, não constou tal anuência, pelo que os contestantes não podem ser de MANDADO S. Evidentemente, que tal cláusula é abusiva, ferindo o CDC aplicável na espécie, inclusive o inciso XV do art. 51. O CDC inova consideravelmente o espírito do direito das obrigações, e relativo à máxima pacta sunt servanda. A nova lei vai reduzir o espaço antes reservado para a autonomia da vontade, proibindo que se pactuem determinadas cláusulas, vai impor normas imperativas que visam proteger o consumidor, reequilibrando o contrato, garantindo as legítimas expectativas que depositou no vínculo contratual. (Cláudia Lima Marques, CDC, 2ª ed. p.693). Logo, a tal cláusula do § 1º, do art. 5º, do contrato não tem nenhum valor sobre os cessionários, podendo Daihana exigir que os réus lhe ortoguem escritura do imóvel. Os contestantes/réus não podem se opor à transferência do imóvel que é de sua obrigação. Portanto, a cláusula que exige a anuência dos réus para que possam ceder seus imóveis é cláusula abusiva que impede o andamento de negócios. Atualmente, a Prefeitura pode expedir autorização para escritura de imóveis, diante a sucessão de contratos não registrados, devendo a autorização recair para o último cessionário, sem qualquer necessidade de anuência de ninguém. Basta a legitimidade dos contratos. O mesmo se dá no presente caso. Para liquidar com o problema, Kheyder Loyola, em seu Passe Agora, 2ª ed., Ridel, dissertando dos contratos em espécie, aduz; “É proibida a inserção da cláusula de inalienabilidade em contrato de compra e venda, uma vez que retiraria o bem de circulação.” (p.281). A Jurisprudência não discrepa. “Direito Civil. Contrato de Compra e Venda. Outorga de Escritura. Adjudicação Compulsória. Com a quitação plena do contrato de compra e venda de bem imóvel, resta adimplida a obrigação do promitente-comprador, cabendo ao promitente-vendedor a outorga da escritura. Situação que não se modifica pelo fato de o imóvel ter sido vendido a terceiro na relação contratual originária, pois o direito à obtenção da escritura já estava constituído antes mesmo da realização do negócio jurídico.” (Recurso Especial em AC 2007.71.00.004699-0/RS. INSSx Alcedina da Silva. Justiça Federal da 4ª Região. Des. Federal Elcio Pinheiro de Castro. Nº de série do Certificado-4435EFFE. Data e hora: 09/03/2011-17:01:39). Assim, também, já se decidiu: “Civil e Processual Civil. Adjudicação Compulsória. Compromisso de Venda e Compra. Imóvel de propriedade do INSS. Legitimidade do Instituto autárquico. Citação de todos os cessionários. Desnecessidade. Apelo Provido. Inversão do ônus da sucumbência. A preliminar de ilegitimidade passiva do INSS não pode ser acolhida, pois é o proprietário do imóvel, a quem cabe a outorga da escritura definitiva do imóvel, não podendo ser acolhida a alegação de que somente teria obrigação de transferir o bem ao promitente comprador originário. (grifo nosso). Na ação de adjudicação compulsória, é desnecessária a presença dos cedentes como litisconsortes, sendo corretamente ajuizada a ação contra o promitente vendedor. (STJ Resp. 648.468, Proc. 2004400623030, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 23/04/20070. (...) Dadas as peculiaridades do caso, em especial o longo lapso temporal transcorrido entre as cessões, devem ser reconhecidos os direitos do autor sobre o imóvel, não sendo necessária a formalização da cadeia de transmissões anterior. Apelo provido, para reconhecer a legitimidade passiva ad causam do INSS e, julgado procedente o pedido inicial, determinando a outorga da

escritura definitiva de venda e compra do imóvel pelo Instituto autárquico, em favor do autor, com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC. Condenação do INSS ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados, por equidade (art. 20, § 4º, do CPC), em R\$ 5.000,00, além do reembolso das custas e despesas processuais, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.”(Primeira Turma do TRF- 3ª Região v.u.- AC 24209 SP 0024209-66.2008.4.03.6100 Des. Federal José Lunardelli- 21/05/2013).Portanto, Rosicléia poderia ceder o imóvel a quem bem entendesse, porque tendo quitado o preço ela já era a nova proprietária, cabendo aos réus, tão somente, a outorga da escritura.Verifica-se, pois, que o processo é de fácil solução. Caminha para a procedência. Posto isto e considerando tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente a Ação para determinar que os réus providenciem a transferência do imóvel à autora, no prazo de 20 dias, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais) até a realização do ato e cumprimento da obrigação de fazer; o máximo da multa é de R\$ 5.000,00.Condeno os réus no pagamento das custas e despesas processuais, mais verba honorária do advogado da autora, que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a teor do art. 20, § 4º do CPC.Transitada esta em julgado e observadas as formalidades legais, aguarde-se pronunciamento do interessado, em 10 dias, e, nada requerido, arquivem-se. PRIAriquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0013069-56.2013.8.22.0002

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Geraldo Queiroz Barcelos

Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

Vistos, etc.Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC ¿ Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)Assim, como se faz necessária a realização da perícia,

os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.Desta feita, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Dr. César Augusto de Mello, CRM - RO 3896, na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia.Informe ao perito nomeado que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$234,80, conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo.Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares. Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias.Com as informações prestadas, intime-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos médicos.O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia.Encaminhe-se cópia do Anexo II da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal ao perito, para preenchimento, possibilitando assim o pagamento dos honorários fixados. Intime-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0013861-10.2013.8.22.0002

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Josenilton de Jesus Oliveira

Advogado:Renato Santos Cordeiro. (RO 3779)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DECISÃO:

Vistos, etc.Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja

a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC ¿ Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso) Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS. É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Desta feita, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Dr. César Augusto de Mello, CRM - RO 3896, na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia. Informe ao perito nomeado que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$234,80, conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo. Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares. Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias. Com as informações prestadas, intime-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos médicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia. Encaminhe-se cópia do Anexo II da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal ao perito, para preenchimento, possibilitando assim o pagamento dos honorários fixados. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012588-93.2013.8.22.0002

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Arildo Castro

Advogado: Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

Vistos, etc. Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado. Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC ¿ Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso) Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS. É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Desta feita, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Dr. César Augusto de Mello, CRM - RO 3896, na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia. Informe ao perito nomeado que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$234,80, conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo. Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares. Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias. Com as informações prestadas, intime-se as partes e

assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos médicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia. Encaminhe-se cópia do Anexo II da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal ao perito, para preenchimento, possibilitando assim o pagamento dos honorários fixados. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0007338-50.2011.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Sumário

Representante: Sônia Regina Batini, Bernardo José Batini Tuckler, Robson de Oliveira Parras

Advogado: Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418), Robson de Oliveira Parras (SP 28787)

Requerido: Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda - Eucatur, Nobre Seguradora do Brasil S/a, Lillian Maria Sulzbacher.

Advogado: Gilberto Piselo do Nascimento. (RO 78-B), Edson Ferreira do Nascimento (RO 296-B), Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB/RO 813), Lillian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)

DESPACHO:

Vistos. Ante a informação da patrona do requerido de que constou o seu nome erroneamente no polo passivo desta ação, retifique-se o polo passivo retirando o nome da causídica Lillian Maria Sulzbacher e colocando-a como advogada na demanda. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0013512-75.2011.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: União Federal

Advogado: Procurador da Fazenda Nacional ()

Executado: Orades de Oliveira da Silva

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Recebo o recurso interposto, em ambos os efeitos, por ser próprio e tempestivo. Intime-se o executado para apresentar contrarrazões, após subam os autos ao e. TRF/1ª Região. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011418-23.2012.8.22.0002](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Celso Andrade Santos

Advogado: Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho. (RO 4435)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a

Advogado: Alexandre Paiva Calil. (RO 2894)

DESPACHO:

Vistos, etc. Expeça-se o necessário para perícia. Intime-se o autor no endereço e fls. 94. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0011820-07.2012.8.22.0002](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Município de Cujubim - RO

Advogado: Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)

Executado: Paulo Cesar Ribeiro Simão

Advogado: Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos, etc. Recebo o recurso interposto, em ambos os efeitos, por ser próprio e tempestivo. Intime-se para apresentar contrarrazões, após subam os autos ao e. TJ/RO. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: [0077014-56.2009.8.22.0002](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Telma Flores da Silva, Alexandre Silva dos Anjos, Alessandra Silva dos Anjos, Mateus Silva dos Anjos

Advogado: Isabel Moreira dos Santos (RO 4171), Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256), Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)

Executado: Governo do Estado de Rondônia

Advogado: Evanir Antônio de Borba (RO 776), João Ricardo Vale Machado (RO 204/a)

DESPACHO:

Vistos, Intimem-se os credores a informarem se o precatório expedido ainda está pendente de pagamento. Em caso positivo, desde já defiro o pedido de fls. 168/169. Expeçam-se RPV's dos valores individualmente considerados. Oficie-se ao setor competente para que proceda à baixa do precatório anteriormente expedido. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Pauliane Mezabarba

Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível

COMARCA DE ARIQUEMES

4ª Vara Cível

Juiz de Direito: Edilson Neuhaus

Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib

e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: [0007760-35.2005.8.22.0002](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: C. A. R. de M.

Advogado: Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)

Requerido: J. R. F.

Advogado: Edson José da Silva. (OAB/RO 295B)

Prosseguimento - Decorrida Susp

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 330.

Proc.: [0000070-37.2014.8.22.0002](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: S. O. Marcelino Colchões Epp

Advogado: Edamari de Souza (RO 4616)

Executado: Dione de Souza Rodrigues

Prosseguimento - Decorrida Suspl

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, tendo em vista que decorreu o prazo para pagamento em 21/02/2014.

Proc.: [0017946-98.1997.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco do Brasil S/a Ariquemes

Advogado:Regina Célia Santos Terra Cruz. (OAB/RO 1100), Reynner Alves Carneiro. (RO 2777)

Executado:Frey Rondônia Florestal S/a, Hugo Waldemar Frey, Arival Antonio Zardo

Advogado:Mauro César Gonçalves Benites. (OAB/MT 12035), Luiz Roberto Debowiski (OAB/RO 211), Advogado Não Informado (418)

Prosseguimento - Decorrida Suspl

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 429.

Proc.: [0003251-17.2012.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Eunice Vaz de Jesus

Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Francilene Araújo da Silva Ramos (RO 4989), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Retorno do TJ:

Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: [0061295-05.2007.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Rosaria Dias da Silva

Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Retorno do TJ:

Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: [0006771-53.2010.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco da Amazônia S.a Ariquemes

Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)

Executado:Haroldo de Almeida Cunha, Manoel Jonas Nunes dos Santos

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Prosseguimento - Decorrida Suspl

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 94.

Proc.: [0007009-38.2011.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Leir Nunes Azevedo

Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Retorno do TJ:

Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: [0016674-10.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Bernardino Palhano

Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B), Jaqueline Vieira Cardoso (RO 5.455)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0015734-45.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Roseli de Oliveira Araújo Me. Doce Erva

Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Requerido:Thays Candido Queiros

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0010674-28.2012.8.22.0002](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Maria Pereira dos Santos

Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

Requerido:Banco Bmg Sa Manaus

Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696)

Prosseguimento do Feito:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 143v.

Proc.: [0011915-03.2013.8.22.0002](#)

Ação:Desapropriação

Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a

Advogado:Patricia Matsuda (PR 41.685), Danielle Cristhine Malachini (PR 39.635), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), Claudia Alves de Souza (5894)

Requerido:Ademar Primaz

Advogado:Guacyara Monteiro Santos (OAB/PR 59.597), Luiz Paulo Mozzer (OAB/PR 59.598)

Data Perícia:

Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 27/03/2014 as 08 horas; com saída do Fórum Local, com o perito Otávio Passareli, devendo as partes comparecerem para acompanhar a perícia.

Proc.: [0000399-49.2014.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Igapó Motos Ltda Me

Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)

Executado:Roberto Vieira dos Santos

Certidão do Oficial de Justiça:I

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 23: (teor) MANDADO Nº: 12938/2014 Certifico que em diligências fui informado pelo Sr. José Pereira da Silva, de que Roberto Vieira dos Santos (seu genro) não mora mais ali, informou ainda que o mesmo trabalha em uma área de Garimpo, não sabendo informar a localização. Razão pela qual deixei de Citar Roberto Vieira dos Santos. Não havendo indicação de bens deixei de proceder ao arresto. Certifico ainda mais que telefonei diversas para o celular informado no MANDADO e também não logrei êxito na localização do requerido.

Proc.: [0000256-60.2014.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:F. Alves de Miranda e Cia Ltda

Advogado:Andrecliana Dias dos Santos Miranda (RO 4430), Edson Resende Filho. (RO 3560)

Executado:Karen Ferreira de Oliveira

Certidão do Oficial de Justiça:!

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 24: (teor) MANDADO Nº. 12956-2014. Certifico que não procedi à citação e demais atos de Karen Ferreira de Oliveira por não localizá-la no endereço fornecido. Em diligência no local descrito no MANDADO, no dia 13/02/2014, fui informado pela atual moradora, a Sra. Zilda Cardoso da Silva Soares, que mora no referido endereço há três meses, aproximadamente, e desconhece a executada. A referida residência corresponde a um apartamento nos fundos do terreno, sendo que à frente do mesmo há uma casa em construção, em fase de reboco, não habitada. Dou fé.

Proc.: [0000347-53.2014.8.22.0002](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda

Advogado:Marcel dos Reis Fernandes. (OAB/RO 4940)

Requerido:Mayki Pereira Lopes

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 30: (teor) MANDADO Nº: 11275/2014 Deixei de efetuar a APREENSÃO e os demais atos em virtude do transcurso do prazo para o cumprimento do MANDADO e a parte autora/patrono ou preposto não ter entrado em contato com este oficial para providenciar os meios necessários ao cumprimento do mesmo, figurando na condição de depositário e providenciando o transporte do bem à garagem devida. Diante do exposto, devolvo o MANDADO em Cartório para os devidos fins.

3

Proc.: [0016948-71.2013.8.22.0002](#)

Ação:Desapropriação

Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a

Advogado:Danielle Cristhine Malachini (PR 39.635)

Requerido:Arlindo Fernandes de Souza

Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 125: (teor) MANDADO Nº. 8949-2014. Certifico,

que em cumprimento ao MANDADO, dirigi-me no endereço na zona rural. E. Ali, estando: Juntamente com o Sr. Pedrinho Mulher, representante da Canaã, ai sendo procedi a IMISSÃO da parte autora na posse, conforme esta demonstrado em auto de imissão em anexo. Efetivada a medida deixei de Citar: ARLINDO FERNANDES DE SOUZA, pelo fato do mesmo ser falecido, então CITEI o seu filho AURO FERNANDES DE SOUZA, rg. 243689/SSP/RO, o qual declarou estar ciente exarando no anverso do MANDADO a sua nota de ciente.

Proc.: [0012594-37.2012.8.22.0002](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S.a. Não Usar Este Cadastro

Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658), Marcelo Brasil Saliba (RO 5258)

Requerido:Evanildo Floriano da Silva Me. Consolata Alimentos

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 126: (teor) MANDADO Nº. 17474-2014. CERTIFICO eu, VOLMIR PEDROTI, Oficial de Justiça Avaliador, que em cumprimento ao R. MANDADO em anexo E DESPACHO do M. Juiz do Feito não havendo a presença do Autor/Preposto ou Depositário deixei de proceder a BUSCA/APREENSÃO/ AVALIAÇÃO e DEPÓSITO, do bem mencionado no MANDADO /Inicial. Certifico finalmente que por haver esgotado o prazo de cumprimento e sem a manifestação da Autora/Patrono ou Preposto, devolvo o R. MANDADO ao Cartório para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: [0000568-36.2014.8.22.0002](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Banco Volkswagen S/a

Advogado:Marcelo Brasil Saliba (RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658)

Requerido:Domingos de Jesus Santos

Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 36: (teor) MANDADO Nº: 11291/2014 CERTIFICO que em cumprimento ao respeitável MANDADO retro, dirigi-me junto com o preposto da parte autora, Marcos Batista Ribeiro, ao(s) endereço(s) mencionado(s) no MANDADO e lá: deixei de efetuar a busca e apreensão do veículo, pois o mesmo não se encontra lá. Fomos informados que o veículo atualmente se encontra na Cometa Car Center na cidade de Jaru- RO.Mui respeitosamente e diante o exposto, devolvo o MANDADO ao Cartório para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: [0002687-67.2014.8.22.0002](#)

Ação:Embargos de Terceiro (Cível)

Embargante:Oziel Durval Alves

Advogado:Luciene Peterle (OAB/RO 2133)

Embargado:União Federal

Carta precatória - retirar:

-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0015540-45.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Izabel Nunes Penido

Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

Requerido:Banco Bmg Sa Manaus

Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696)

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada quanto a resposta do Banco do Brasil, juntada às fls. 47/75.

Proc.: [0014955-90.2013.8.22.0002](#)

Ação:Cautelar Inominada (Cível)

Requerente:Edemar Antônio Mattei. Espólio

Advogado:Enzo Phelipe Jawsnicker de Oliveira (PR 43.577)

Requerido:Zilda Santos Moreira

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Ofício - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Ofício de fl(s) 137, com informação do Cartório de Registro de imóveis quanto as custas.

Proc.: [0014354-84.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ana Paula Alves Quadros

Advogado:Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811), Rafael Silva Coimbra (RO 5311)

Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras Sa

Advogado:Itallo Gustavo de Almeida Leite (MT 7413)

DESPACHO:

Vistos. 1. Encaminhe-se o presente feito à CEJUSC, para designação de audiência de conciliação. 2. Se não houver acordo, as partes deverão especificar suas provas, em audiência. Ariquemes-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito.

Proc.: [0000552-19.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Município de Ariquemes

Advogado:Paulo César dos Santos. (RO 4768)

Executado:Lincoln Assis de Astrê.

Advogado:Célio Soares Cerqueira. (RO 3790)

DESPACHO:

Vistos.1. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.2. Intime-se o executado, para, caso queira, apresente embargos, no prazo legal. Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito.

Proc.: [0000910-47.2014.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marilene Pereira Sena

Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471), Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás

Advogado:Gabriela de Lima Torres (5714)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: [0012615-47.2011.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Iracema de Moura do Carmo

Advogado:Rosana Aparecida da Silva. (OAB/RO 3930)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado (418)

Retorno do TJ:

Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: [0002053-08.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Wagner Adriano de Moraes, Riqueta Fracalossi de Moraes

Advogado:Valdeni Orneles de Almeida Paranhos. (RO 4108), Flaviano da Silveira (RO 5578), Valdeni Orneles de Almeida Paranhos. (RO 4108), Flaviano da Silveira (RO 5578)

Requerido:Zilma da Silva Santos, Diógenes Araujo de Menezes

Advogado:Jonas Mauro da Silva. (OAB/RO 666A)

DESPACHO:

Vistos. 1. Recebo o recurso nos efeitos devolutivo e suspensivo.2. Ao apelado para as contrarrazões no prazo legal.3. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossas homenagens. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: [0014913-41.2013.8.22.0002](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Marcos Ferraz Mascarenhas

Advogado:Werusca Pereira Lago (RO 5484)

Requerido:Companhia de Aguas e Esgotos de Rondônia Caerd

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos. 1. Recebo o recurso nos efeitos devolutivo e suspensivo.2. Ao apelado para as contrarrazões no prazo legal.3. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossas homenagens. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: [0000177-18.2013.8.22.0002](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:V. Cavalheiro Comércio de Móveis Eireli Epp. Móveis e Eletrodomésticos Paraná

Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)

Executado:Esther Frutuosa Costa Moraes

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos 1. A exequente postulou pela suspensão do feito. 2. Em que pese se tratar de execução de título extrajudicial, cuja suspensão é admitida (art. 791, III do CPC), aplico, por analogia, o disposto no art. 475-J § 5º do CPC, haja vista a inexistência de prejuízo para a parte exequente, e determino o arquivamento do feito, podendo, se for o caso, ser desarquivado a qualquer momento, em até 6 meses, independente do pagamento de taxa. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0009651-13.2013.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:F. Alves de Miranda e Cia Ltda

Advogado:Edson Resende Filho. (RO 3560), Andreciliana Dias dos Santos Miranda (RO 4430)

Executado:Sonia Luciana Rossanez

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos 1. A exequente postulou pela suspensão do feito. 2. Em que pese se tratar de execução de título extrajudicial, cuja suspensão é admitida (art. 791, III do CPC), aplico, por analogia, o disposto no art. 475-J § 5º do CPC, haja vista a inexistência de prejuízo para a parte exequente, e determino o arquivamento do feito, podendo, se for o caso, ser desarquivado a qualquer momento, em até 6 meses, independente do pagamento de taxa.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0008279-63.2012.8.22.0002

Ação:Monitória

Requerente:Clailto Machado

Advogado:Maiele Rogo Mascaro (RO 5122)

Requerido:Claudia Aparecida Ferreira

Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)

DESPACHO:

Vistos. 1. Recebo o recurso nos efeitos devolutivo e suspensivo.2. À apelada para as contrarrazões no prazo legal.3. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossas homenagens. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0009284-86.2013.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda

Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)

Executado:Elias Lourenço de Araújo Filho

Advogado:Advogado Não Informado (418)

SENTENÇA:

Vistos etc.Trata-se de autos de Execução de Título Extrajudicial movido por Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda em face de Elias Lourenço de Araújo Filho.As partes realizaram acordo às fl. 49/50, pleiteando sua homologação. Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes às fls. 49/50, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC. P.R.I.C, e archive-se, observadas as formalidades legais.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0008909-85.2013.8.22.0002

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda

Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)

Executado:Carlos Rosemberg Guimarães Filgueira, José Carlos Filgueira

Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO:

Vistos.Retifique-se a classe para cumprimento de SENTENÇA. Intime-se o executado, a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (art. 475, J, do CPC), bem como honorários, da fase executiva, que fixo em R\$ 500,00.Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Maria Apª Góis Dib

Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1000370-64.2014.8.22.0007

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Geovani Lopes de Souza(Reclamante)

Advogado(s): Rosemeiry Maria de Lima(OAB 2504 RO)

Claro S/A(Reclamado)

Parte Autora: Geovani Lopes de Souza

Advogado(s): Rosemeiry Maria de Lima OAB/RO 2504

Parte Ré: Claro S/A

FINALIDADE: intimação da parte autora, por sua advogada, quanto ao conteúdo da DECISÃO abaixo transcrita.

“Vistos

Apesar de fundado o questionamento da dívida, a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela ficará postergada para o momento posterior à resposta da parte contrária. Com a contestação e os documentos trazidos pela parte requerida será analisada a pretensão de ver excluída a negativação.

Faculto à parte requerente o depósito judicial do valor atinente ao débito ora discutido, à título de caução em resguardo da parte contrária. Na hipótese de comprovação de depósito judicial, retornem os autos conclusos para DECISÃO no tocante ao pedido liminar. Intime-se (DJ).

Cite-se e intime-se a requerida (AR).

Aguarde-se a realização da audiência de tentativa de conciliação (mov. 3).

Cacoal, 26/02/2014

Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM”

Proc: 1000357-65.2014.8.22.0007

Ação:Petição (Juizado Cível)

Luiz Carlos Dantas(Adjudicante)

Advogado(s): Nelson Vieira da Rocha Junior(OAB 3765 RO)

Banco Itau S/A(Adjudicado)

Parte Autora: Luiz Carlos Dantas

Advogado(s): Nelson Vieira da Rocha Junior OAB/RO 3765

Parte Ré: Banco Itau S/A

FINALIDADE: intimação a parte autora, por seu advogado, quanto ao conteúdo do DESPACHO abaixo transcrito.

“Vistos

Apesar de fundado o questionamento da dívida, a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela ficará postergada para o momento posterior à resposta da parte contrária. Com a contestação e os documentos trazidos pela parte requerida será analisada a pretensão de ver excluída a negativação.

Faculto à parte requerente o depósito judicial do valor atinente ao débito ora discutido, à título de caução em resguardo da parte contrária. Na hipótese de comprovação de depósito judicial, retornem os autos conclusos para DECISÃO no tocante ao pedido liminar. Intime-se (DJ).

Cite-se e intime-se a requerida (AR).

Aguarde-se a realização da audiência de tentativa de conciliação (mov. 3).

Cacoal, 26/02/2014

Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc: 1000374-04.2014.8.22.0007

Ação:Petição (Juizado Cível)

Vera Lucia Florenço Persch(Requerente)

Advogado(s): Kaiomi de Souza oliveira(OAB 4177 RO)

Magazine Luiza S.A (FS Vasconcelos & Cia Ltda)(Requerido)

Parte Autora: Vera Lucia Florenço Persch

Advogado(s): Kaiomi de Souza oliveira OAB/RO 4177

Parte Ré: Magazine Luiza S.A (FS Vasconcelos & Cia Ltda)

FINALIDADE: intimação da parte autora, por sua advogada, quanto ao conteúdo do DESPACHO abaixo transcrito.

"Vistos

Apesar de fundado o questionamento da dívida, a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela ficará postergada para o momento posterior a apresentação da resposta da parte contrária. Com a contestação e os documentos trazidos pela parte requerida será analisada a pretensão de ver excluída a negatificação.

Faculto à parte requerente o depósito judicial do valor atinente ao débito ora discutido, à título de caução em resguardo da parte contrária. Na hipótese de comprovação de depósito judicial, retornem os autos conclusos para DECISÃO no tocante ao pedido liminar. Intime-se (DJ).

Cite-se e intime-se a requerida (AR).

Aguarde-se a realização da audiência de tentativa de conciliação (mov. 3).

Cacoal, 27/02/2014.

Juíza de Direito

ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal

Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque

Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos

Email: cwl1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0009274-27.2013.8.22.0007

Ação:Justificação (Cível)

Requerente:Sinval Moreira de Souza

Advogado:Juliana Carvalho da Silva (OAB/RO 5511)

Requerido:Adegildo Aristides Ferreira

Advogado:Advogado Não Informado ()

DESPACHO: Recebo a inicial.Designo audiência de justificação para o dia 16/04/2014 às 09:30 horas (CPC, art. 863). Cite-se o requerido para participar da audiência de justificação

judicial.Ressalto que a citação não é para a apresentação de defesa (artigo 865 do CPC), mas sim para comparecimento em audiência e participação do contraditório na realização da prova (artigo 864 do CPC).Intime-se o requerente, por meio de seu advogado via diário oficial, para comparecimento na solenidade ora designada, cientificando-o que deverá trazer as testemunhas relacionadas na inicial para o ato da audiência, independentemente de intimação.SERVE a presente de CARTA/MANDADO de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO do requerido. Não sendo possível a citação pessoal do requerido dê-se vistas ao Ministério Público.Cacoal-RO, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005428-02.2013.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:José Debellazi Tavares

Advogado:José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405), Célio Menezes Rodrigues (RO 4210)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Advogado Não Informado ()

Prosseguimento do Feito:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar sobre proposta de acordo as fls. 56/60, no prazo de 5 (cinco) dias.

Proc.: 0010086-06.2012.8.22.0007

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Wandir André dos Santos

Advogado:José Nax de Góis Júnior (OAB/RO 2220)

Executado:Ercilia Oliveira Notário

Advogado:Advogado Não Informado ()

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0008479-55.2012.8.22.0007

Ação:Embargos à Execução

Embargante:Departamento de Estrada e Rodagem de Rondônia - Der

Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)

Embargado:Cícero Sabino

Advogado:Silvia Leticia Munin Zancan (OAB 1259)

SENTENÇA: Pelo exposto, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, resolvo o MÉRITO e julgo procedente os embargos para, de acordo com o artigo 1º do Decreto n. 20.910/1932 e Súmula 150 do STF, declarar a prescrição da pretensão executiva e, por conseguinte, extinguir a execução embargada.Em razão da sucumbência, condeno a parte embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 500,00, conforme artigo 20, caput e §4º, do Código de Processo Civil. Sendo o embargando beneficiário da assistência judiciária gratuita, a exigibilidade das custas e honorários fica condicionada à comprovação pelo credor da alteação do estado financeiro da parte, no prazo de 5 anos contados da SENTENÇA final, operando-se a prescrição após esse lapso, ex vi do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950.Certifique-se nos autos principais, anexando-se cópia da presente SENTENÇA Publique-se. Registre-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado, archive-se.Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002294-30.2014.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Devalcir Alves

Advogado:Helena Maria Fermينو (RO 3442)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora.Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, indefiro o pedido. Isto porque os laudos médicos de fls. 22 e 26 não demonstram cabalmente a existência dos requisitos que ensejam a medida antecipatória, especialmente a incapacidade para a atividade que o autor exerce. Frisa-se que não há impedimento de reapreciação diante de novos elementos, notadamente de perícia médica a ser designada por este Juízo. Neste sentido:(TRF1-151878) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. 1. Em se tratando de benefício previdenciário por incapacitação, somente pode ser concedida a medida antecipatória quando houver subsídios a comprovar a invalidez, in casu, perícia judicial. 2. Precedente desta Corte. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 2008.01.00.061458-2/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. José Amílcar Machado, Rel. Convocado Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. j. 01.07.2009, unânime, DJe 25.08.2009).Ainda, cumpre esclarecer que para a concessão do pleito de antecipação de tutela deve haver a verossimilhança do direito alegado. No caso dos autos, o ato administrativo de fls. 19 possui presunção de legitimidade, cedendo apenas diante de prova inequívoca da incapacidade laboral, sendo que os laudos produzidos unilateralmente pelo autor não apresentaram elementos suficientes para a verossimilhança da incapacidade alegada. Neste sentido, confira-se os seguintes julgados:TRF3-175738) PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. AGRAVO. ART. 527, II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. NÃO CABIMENTO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. TUTELA ANTECIPADA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. AGRAVO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO. O art. 527 do CPC, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.187/2005, suprimiu, em seu parágrafo único, a possibilidade de impugnação da DECISÃO de conversão liminar do agravo de instrumento em retido, tornando incabível a interposição de agravo para essa FINALIDADE. Precedentes desta Corte. De outra parte, consoante bem assinalou o MM. Juiz ao indeferir a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional pleiteada pela parte autora, a verossimilhança do direito invocado, requisito essencial à antecipação pretendida, esbarra na presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo, (no caso, perícias médica realizada por perito oficial do INSS) cedendo apenas diante de prova em sentido contrário, até este momento inexistente nos autos, eis que os atestados médicos juntados com a inicial, produzidos unilateralmente, não são suficientes à demonstração da verossimilhança da alegação (incapacidade para o trabalho), com o consequente afastamento da presunção de veracidade e legitimidade da perícia médica do INSS. Agravo desprovido. (Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 0001227-83.2012.4.03.0000/MS, 7ª Turma do TRF da 3ª Região, Rel. Diva Malerbi. j. 21.05.2012, unânime, DE 30.05.2012). TRF4-0203905) AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO

DE AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO NÃO DEMONSTRADA.

1. A perícia médica realizada pelo INSS possui presunção de legitimidade e só pode ser afastada por prova robusta em sentido contrário. 2. A CONCLUSÃO administrativa deve prevalecer pelo menos até a realização de perícia judicial. 3. Sem prova inequívoca da incapacidade laboral, não há como sustentar a verossimilhança do direito postulado, requisito indispensável à antecipação dos efeitos da tutela. (Agravo de Instrumento nº 0012584-33.2012.404.0000/RS, 6ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. João Batista Pinto Silveira. j. 23.01.2013, unânime, DE 31.01.2013).Cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002429-13.2012.8.22.0007

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:G. N. B.

Advogado:Advogado Não Informado ()

Requerido:V. B.

Advogado:Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301), Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)

SENTENÇA:

O exequente informa que entabulou acordo com o executado, dando quitação e requerendo a extinção do feito (fls. 52/53). Considerando que a parte exequente noticia que houve transação, com voluntária e espontânea satisfação integral do crédito objeto desta execução pela parte executada, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, incisos I e II do CPC.Sem custas e honorários de sucumbência.Libere-se a constrição no Detran (fls. 54).Quanto à informação trazida aos autos às fls.60/61, fica concedida a gratuidade quanto aos emolumentos ou quaisquer taxas para cumprimento da SENTENÇA no que toca às alterações em razão do reconhecimento da paternidade, nos termos da Lei 1060/50 e Lei Estadual 301/90, bem como provimento 005/2013-CG. Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Encaminhado o ofício, arquivem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002892-18.2013.8.22.0007

Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)

Requerente:Luiz Carlos Dantas

Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido: B. V. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento

Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)

SENTENÇA:

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida nesta Ação Cautelar de Exibição de Documentos ajuizada pela parte autora em face da parte ré, devidamente qualificados nos autos e, via de consequência, reconheço o direito da parte autora de ver exibidos os documentos solicitados na inicial, o que deve ser realizado pela parte ré em 30 (trinta) dias, sob pena de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 461, caput, e § 5º e 6º, do CPC. Uma vez sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, que arbitro em R\$ 500,00 (quinhentos reais), atenta à complexidade, o valor e o tempo de duração da causa, nos termos do que dispõe os §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Fica a parte ré intimada a promover o recolhimento das custas processuais finais devidas, no importe de R\$ 7,50, no prazo de 05 dias a contar do trânsito em julgado desta SENTENÇA, sob pena de imediata inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado e decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, bem como observado o prazo supra, manifeste-se o interessado sobre eventual necessidade de cumprimento de SENTENÇA. No silêncio, arquivem-se os autos. No entanto, o feito poderá ser desarquivado no prazo do art. 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa. P.R.I.

Proc.: 0004644-59.2012.8.22.0007

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Wabe Max Café Indústria e Comércio Café e Cereais Ltda

Advogado: Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)

Requerido: Fabio dos Reis Raasch

Advogado: Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

A parte exequente pediu a suspensão do processo, ante a não localização de bens (fls. 43). Pois bem. A mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de SENTENÇA, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo. Assim tendo em vista as providência(s)/diligência(s) ineficaz(es) na busca de patrimônio em nome do devedor, uma vez que não apresenta qualquer indício de que a parte tenha alterado sua situação patrimonial, bem como porque tal providência já foi deferida e restou infrutífera, conforme se depreende das fls. 32 e 42, APLICO o disposto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, haja vista a inexistência de prejuízo para a parte exequente, e DETERMINO o arquivamento do feito, podendo, se for o caso, ser desarquivado a qualquer momento, em até 06 (seis) meses independente do pagamento de taxa. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0012434-60.2013.8.22.0007

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: J R de Jesus Silva & Cia Ltda Me

Advogado: Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)

Executado: Diego Carvalho Pereira

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

Defiro (fl. 18). Cite-se por edital com as advertências do rito executivo. Nos termos do art. 9º do C.P.C., à parte citada por edital nomeio a Defensoria Pública de Cacoal como Curadora Especial. Decorrido o prazo do edital, com ou sem manifestação do executado, manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0087203-20.2005.8.22.0007

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Sérgio Paulo Barrinuevo Ramalho, Kátia Regina Góis, Elias Malek Hanna

Advogado: Marilda Garcia (OAB/RO 378B), Elias Malek Hanna (RO 356-B.)

DECISÃO:

A parte exequente pediu a suspensão do processo, ante a não localização de bens (fls. 117). Pois bem. A mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de SENTENÇA, com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo. Assim tendo em vista as providência(s)/diligência(s) ineficaz(es) na busca de patrimônio em nome do devedor, uma vez que não apresenta qualquer indício de que a parte tenha alterado sua situação patrimonial, bem como porque tal providência já foi deferida e restou infrutífera, conforme se depreende das fls. 83/85, APLICO o disposto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, haja vista a inexistência de prejuízo para a parte exequente, e DETERMINO o arquivamento do feito, podendo, se for o caso, ser desarquivado a qualquer momento, em até 06 (seis) meses independente do pagamento de taxa. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002336-79.2014.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Oficina Brasil Veiculo

Advogado: Evaldo Inácio Delgado (OAB/RO 3742)

Requerido: Central Norte Serviços e Comércio Ltda.

DESPACHO:

À emenda, no prazo de 10 (dez) dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora juntar aos autos: o comprovante de recolhimento das custas processuais; os documentos constitutivos da empresa requerente, bem como procuração ad judicial constando a empresa autora representada por seu sócio administrador; e adequar os pedidos da ação para o rito ordinário. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002337-64.2014.8.22.0007

Ação: Monitoria

Requerente: Oficina Brasil Veiculo

Advogado: Evaldo Inácio Delgado (OAB/RO 3742)

Requerido: Central Norte Serviços e Comércio Ltda.

DESPACHO:

À emenda, no prazo de 10 (dez) dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora juntar aos

autos: o comprovante de recolhimento das custas processuais; os documentos constitutivos da empresa requerente, bem como procuração ad judicial constando a pessoa jurídica (autora) representada por seu sócio administrador. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002329-87.2014.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jose Camilo de Souza

Advogado: Luzinete Pagel Galvão (RO 4843)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

DECISÃO Desde a entrada em vigor da Lei 12.153/09 e consequente implantação dos Juizados da Fazenda Pública vem sendo debatida a questão da competência para processar e julgar causas de natureza previdenciária, quando o INSS figurar como parte. Mantenho convicção de que a competência é dos Juizados da Fazenda Pública, o que decorre não só da interpretação do contido na Constituição Federal, em seu art. 109, par. 3º e Lei n. 12.153/09, mas principalmente da razão de existência de tais normas, consistente no amplo acesso aos menos favorecidos aos seus direitos basilares, como são as verbas alimentícias provenientes de aposentadoria, pensão ou auxílio assistencial. Contudo, uma vez que a suscitação de conflito de competência nos mesmos, inevitavelmente, postergam e, porque não dizer, obstaculizam o direito das partes, que em nada contribuíram para o imbróglie e, inobstante, são as que mais sofrem com o mesmo, RECEBO os autos e determino seu processamento, ao menos até definição pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema. Embora se trate de incompetência absoluta, o que, em tese, invalidaria os atos decisórios, reputo que os mesmos poderão ser ratificados pelo Juízo competente, caso fixado não ser este. Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora. Cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra. Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0000851-78.2013.8.22.0007

Ação: Exibição de Documento ou Coisa (Cível)

Requerente: Marcus Vinicius Leite Oliveira

Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741),

Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)

Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A. Ag. de São Paulo Sp
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A)

SENTENÇA:

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida nesta Ação Cautelar de Exibição de Documentos ajuizada pela parte autora em face da parte ré, devidamente qualificados nos autos e, via de consequência, reconheço o direito da parte autora de ver exibidos os documentos solicitados na inicial, o que deve ser realizado pela parte ré em 30 (trinta) dias, sob pena de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 461, caput, e § 5º e 6º, do CPC. No tocante ao pedido do requerido quanto à concessão da gratuidade de justiça, indefiro-o tendo em vista que a submissão ao regime de liquidação extrajudicial não prova, por si, a inexistência de recursos suficientes ao pagamento das despesas processuais e, nos presentes autos, o banco réu não trouxe tal prova. Neste sentido, os julgados: 2ª CÂMARA CÍVEL. Apelação Cível nº 100.001.1988.000167-9. Apelante Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON. Apelados F. C. Indústria e Confecções e Comércio Ltda e outros. Relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa. Vistos. Trata-se de recurso de apelação manejado contra a SENTENÇA do Juízo da 1ª Vara Cível desta capital, que reconhecendo a prescrição intercorrente, extinguiu execução de título extrajudicial ajuizada em 12/4/1988, na qual o apelante figura como exequente. Pois bem. No exame de admissibilidade do recurso verifica-se a ausência do preparo e o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, sob a alegação de impossibilidade de pagamento. Entretanto, em que pese a ausência de manifestação do Juízo "a quo" a respeito do pedido, o qual recebeu e mandou processar o presente recurso, tenho por incabível o seu deferimento. Primeiramente porque embora possível, o deferimento de tal benesse às pessoas jurídicas é exceção à regra, e, portanto, deveria estar melhor instruído, com a efetiva demonstração da impossibilidade do recolhimento do valor devido. Nesse sentido: Agravo. Liquidação de SENTENÇA. Procedimento autônomo. Custas processuais. Pessoa jurídica. Incapacidade financeira não demonstrada. Assistência judiciária. Simples declaração. Insuficiente. Pedido indeferido. A liquidação de SENTENÇA, por ser procedimento autônomo, está sujeita à incidência de custas processuais. A pessoa jurídica somente faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita quando demonstrar satisfatoriamente sua incapacidade de arcar com as despesas processuais, não bastando a simples declaração firmada em peça recursal. [...] (TJ/RO-2ª Câmara Cível - Agravo de Instrumento nº 100.005.2005.009996-0, Rel. Des. Miguel Mônico Neto, j. 28/6/2006, v.u.). Assistência judiciária. Benefício postulado em apelação. Indeferimento. Pessoa jurídica. Simples declaração. Insuficiência. Tramitando a ação proposta por pessoa jurídica, dotada de FINALIDADE econômica, sem gratuidade de assistência judiciária, deduzido o benefício somente na peça recursal, reclama-se a demonstração de alteração da condição econômica inicial. (TJ/RO-1ª Câmara Cível - Agravo de Instrumento nº 101.010.2005.000177-9, Rel. p/ o acórdão Juiz Convocado Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, j. 18/1/2006, por maioria). Nesse passo, vê-se que a simples alegação de impossibilidade de pagamento, e bem assim, que o não deferimento causará prejuízos ao postulante, à míngua de

qualquer outro elemento de prova é insuficiente para o deferimento do pedido. Por outro lado, tem-se a notícia de que um ofício da Corregedoria Geral da Justiça recomendou, certa feita, que enquanto perdurasse a administração excepcional do Banco do Estado de Rondônia, a distribuição de suas ações seriam feitas sem a exigência do prévio recolhimento de custas, deixando ao juiz do processo aferir qual o momento ideal para determinar o recolhimento. Entretanto, além de não ser este o caso dos autos, tal ofício não concedeu, e nem poderia, o benefício da gratuidade de justiça a Banco recorrente, que, diga-se de passagem, é instituição financeira e tem recebido - é fato público e notório - ainda que com certa dificuldade, seus ativos. Em face do exposto, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuito e faculto o recolhimento do preparo dentro do prazo de 5 dias, sob pena de deserção. Intime-se, publicando. Porto Velho, 17 de julho de 2007. Des. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Relator. (grifo nosso)TJRJ-163511) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROPAGANDA ENGANOSA. Insurge-se a embargante/2ª ré/2ª apelante, contra o acórdão embargado que não conheceu dos seus Embargos de Declaração, em face da sua intempestividade. Impõe-se reconhecer o erro material da referida DECISÃO, tendo em vista que, na presente Ação, há três réus representados por advogados diversos, aplicando-se, portanto, o prazo recursal em dobro, na forma do art. 191, do CPC. Assim, quando opostos os Embargos Declaratórios de fls. 534/545, não havia decorrido o prazo, em dobro, considerando que o acórdão embargado foi publicado em 03.11.2011. Mesmo que superada a intempestividade do referido recurso, o mesmo não pode ser provido, pois não foi conhecido o seu apelo, em face da deserção, portanto, descabe a apreciação dos argumentos referentes ao pedido de gratuidade de justiça em sede de Embargos de Declaração. Outrossim, a submissão ao regime de liquidação extrajudicial não prova, por si, a inexistência de recursos suficientes ao pagamento das despesas processuais e, nos presentes autos, a embargante não trouxe tal prova. Conhece-se e dá-se provimento parcial aos presentes Embargos de Declaração, para afastar a intempestividade dos Embargos Declaratórios de fls. 534/535, o qual se conhece e nega-se provimento. (Apelação nº 0052784-10.2004.8.19.0001, 11ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Cláudio de Mello Tavares. j. 16.05.2012). (grifo nosso)TJRJ-147041) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVANTE. DESPACHO CONCEDENDO PRAZO PARA O DEVIDO PREPARO DO RECURSO. INÉRCIA QUE RESULTOU NA DESERÇÃO DO RECURSO. Mera declaração de problemas financeiros ou o fato de o instituto agravante estar sob liquidação extrajudicial que, por si só, não induzem carência. Precedentes jurisprudenciais desta Câmara Cível e deste Tribunal neste sentido. Cerceamento de defesa não caracterizado. Agravo regimental, devidamente preparado, insistindo na manutenção do benefício ao agravante. Possibilidade de recolhimento das custas. Desprovimento do recurso. (Agravo de Instrumento nº 0004065-19.2012.8.19.0000, 10ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Gilberto Dutra Moreira. j. 11.04.2012). (grifo nosso)TJRS-034648) AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE DESCONTO CONSIGNADO

EM FOLHA DE PAGAMENTO. BANCO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PLEITO DE AJG. INDEFERIMENTO. DESERÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. Na hipótese, sendo a parte agravante pessoa jurídica, há necessidade de que junte autos documentos que possam corroborar a hipossuficiência. Os documentos existentes nos autos dão conta de que o banco/agravante está em liquidação extrajudicial. Todavia, isso é insuficiente para a concessão do benefício, uma vez que não comprova, efetivamente, que a parte não dispõe de condição para arcar com as despesas do processo. Assim, não sendo demonstrado que o banco/agravante fizesse jus à Assistência Judiciária Gratuita postulada e, a teor do disposto no artigo 511, caput, do CPC, não tendo o recorrente comprovado, no ato de interposição do recurso, o respectivo preparo, configurada está a deserção. Precedentes. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo nº 70051993202, 9ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Leonel Pires Ohlweiler. j. 28.11.2012, DJ 03.12.2012). (grifo nosso)TJRS-016330) AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE DESCONTO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. BANCO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PLEITO DE AJG. INDEFERIMENTO. DESERÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. Na hipótese, sendo a parte agravante pessoa jurídica, há necessidade de que junte autos documentos que possam corroborar a hipossuficiência. Os únicos documentos existentes nos autos dão conta de que o banco/agravante está em liquidação extrajudicial. Todavia, isso é insuficiente para a concessão do benefício, uma vez que não comprova, efetivamente, que a parte não dispõe de condição para arcar com as despesas do processo. Assim, não sendo demonstrado que o banco/agravante fizesse jus à Assistência Judiciária Gratuita postulada e, a teor do disposto no artigo 511, caput, do CPC, não tendo o recorrente comprovado, no ato de interposição do recurso, o respectivo preparo, configurada está a deserção. Precedentes. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo nº 70051545648, 9ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Leonel Pires Ohlweiler. j. 24.10.2012, DJ 26.10.2012). (grifo nosso) Dessa forma, uma vez sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, que arbitro em R\$500,00 (quinhentos reais), atenta à complexidade, o valor e o tempo de duração da causa, nos termos do que dispõe os §§3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Fica a parte ré devidamente intimada a promover o pagamento das custas processuais finais devidas, no importe R\$7,50, no prazo de 05 dias a contar do trânsito em julgado da presente SENTENÇA. Após o trânsito em julgado e decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, bem como observado o prazo supra, manifeste-se o interessado sobre eventual necessidade de cumprimento de SENTENÇA. No silêncio, arquivem-se os autos. No entanto, o feito poderá ser desarquivado no prazo do art. 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa.P.R.I.

Proc.: 0002322-95.2014.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Demilson Martins Pires

Advogado: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)

Requerido: Serviço Social da Indústria Sesi Dr Ro

Advogado: Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

A Constituição da República assevera que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (artigo 5º, inciso LXXIV). Como se vê, a Constituição exige prova da hipossuficiência. Já a Lei

de Assistência Judiciária Gratuita (Lei 1.060/1950) prescreve que presume-se pobre quem assim se declarar (artigo 4º, caput e §1º), no entanto, determina que a concessão de plano do benefício pelo juiz somente deverá ocorrer se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido (artigo 5º, caput). Neste sentido, o julgado: TJRO - 0008881-26.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento. Origem: 00095549520138220007 Cacoal (2ª Vara Cível). Agravante: Ermerinda Borile. Advogada: Claudinéia Duarte da Silva Gomes (OAB/RO 2.248). Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Relator: Desembargador Kiyochi Mori. Agravo interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação de hipossuficiência financeira. Ditames constitucionais. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. ACÓRDAO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 16 de outubro de 2013. Ainda, uma vez que é facultado à parte autora ajuizar a demanda sem qualquer ônus financeiro perante o Juizado Especial Cível, inclusive com regras processuais destinadas a imprimir maior celeridade ao andamento do feito. Sem adentrar nos motivos que levam os jurisdicionados a demandarem perante os Juízos Cíveis quando poderiam fazê-lo nos Juizados Especiais, o fato é que os inúmeros casos semelhantes ? de ajuizamento de ações perante os Juízos Cíveis pleiteando-se a gratuidade, quando seria cabível a proposição da demanda nos Juizados Especiais Cíveis, vem causando distorção que prejudica, em última análise o próprio jurisdicionado. Isso porque o elevado número de feitos que tramitam nas Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, muitas delas de natureza singela, mas em grande volume, preenchem o tempo do Juízo, postergando a entrega da prestação jurisdicional para os casos que efetivamente seriam da alçada dos Juízos Cíveis, dotadas de complexidade e maior valor econômico. Destarte, além da ausência de comprovação da hipossuficiência alegada, indefiro a gratuidade judiciária em razão da parte autora estar representada por advogado particular e possuir profissão, bem como pela natureza patrimonial da demanda e o valor atribuído a causa não indicar que o recolhimento das custas possam causar prejuízo ao sustento do autor e de sua família. Assim, emende-se a inicial juntando o comprovante do pagamento das custas processuais em 10 dias, sem o que a inicial será indeferida. Decorridos, com ou sem manifestação, conclusos. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das Diretrizes Gerais Judiciais). Aguarde-se integral cumprimento. Em eventual recurso, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002331-57.2014.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Sérgio Gomes de Araújo

Advogado: André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a

Advogado: Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alínea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO. Cite (m)-se a (s) parte (s) requerida (s) acima mencionada(s) para responder(em) a ação supra identificada, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigos 285 e 319). SIRVA-SE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO, observando o (s) endereço (s) abaixo. Valor da causa é R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) não apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0086744-76.2009.8.22.0007

Ação: Embargos à Execução Fiscal

Embargante: Supermercado A Luzitana Industria e Comercio Ltda.

Advogado: Wisley Machado Santos (RO 1217)

Embargado: União Federal

Advogado: Advogado Não Informado ()

SENTENÇA:

Pelos fundamentos expostos, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o MÉRITO e julgo parcialmente procedentes os embargos para declarar a inexigibilidade da certidão de dívida ativa que lastreia a execução fiscal n. 0011253-97.2008.8.22.0007. Julgo improcedentes os pedidos de repetição dobrada do valor cobrado e de aplicação de multa por litigância de má-fé, nos termos da fundamentação supra. Tendo a embargante decaído de parte mínima do pedido, condeno a embargada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R\$ 4.000,00, conforme artigo 21, parágrafo único, combinado com o artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. A União não está sujeita ao pagamento de custas processuais no Estado de Rondônia, conforme o disposto no artigo 3º do Regimento de Custas (Lei n. 301/1999). Certifique-se nos autos principais, juntando-se cópia da presente SENTENÇA. Independente do trânsito em julgado, expeça-se alvará de levantamento do valor remanescente dos honorários periciais em favor da perita.

Após o trânsito em julgado, manifestem-se os interessados quanto à eventual necessidade de liquidação/cumprimento da SENTENÇA. Certificado o trânsito em julgado, libere-se, nos autos principais, a penhora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cacoal-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: [0011253-97.2008.8.22.0007](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: União Federal

Advogado: Procurador da Fazenda Nacional (000.)

Executado: Supermercado A Luzitana Industria e Comercio Ltda.

Advogado: Edson Ferreira do Nascimento (RO 296-B)

SENTENÇA:

SENTENÇA Considerando o teor da SENTENÇA prolatada nos embargos, que declarou inexigível a obrigação expressa na certidão de dívida ativa que instrui o pedido executivo, julgo extinta a presente execução fiscal na forma do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Já foram arbitrados honorários nos embargos. A União não está sujeita ao pagamento de custas processuais no Estado de Rondônia, conforme o disposto no artigo 3º do Regimento de Custas (Lei n. 301/19990). Certificado o trânsito em julgado, libere-se, nos autos principais, a penhora, desapensando-se e arquivando-se este feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cacoal-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: [0098359-97.2008.8.22.0007](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Sandra Mara Gonçalves Santos

Advogado: Sabino José Cardoso (OAB/RO 1905)

Requerido: Selso Lopes de Abreu

Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)

DECISÃO:

DESPACHO A SENTENÇA que se pretende ver cumprida fixou obrigações bilaterais e recíprocas, sendo a obrigação da parte Selso de entregar coisa certa - o caminhão objeto da negociação rescindida, e a obrigação da parte Sandra de entregar quantia certa o valor recebido como parte do pagamento. Da Execução para Entrega de Coisa Certa Nos termos do artigo 461-A CPC, intime-se o executado Selso, por seu procurador e mediante publicação no Diário da Justiça, a CUMPRIR os comandos da SENTENÇA que ora se executa, entregando à exequente Sandra o bem veículo CRG/CAMINHÃO, marca/modelo M.BENZ/L1513, PLACAS KBF 1029, CHASSI 34500512395511 REM, COR AMARELA, RENAVAL 111982324, ANO MOD./FAB. 1978/1978. Prazo para comprovação do cumprimento: 15 dias. Em caso de descumprimento, incidirá multa diária de R\$ 200,00, até o limite provisório de R\$ 50.000,00, nos termos do artigo 461 e parágrafos 4º e 6º do CPC, sem prejuízo das demais sanções legais (artigo 461-A, par. 2º do CPC). Da Execução para Entrega de Quantia Certa Na forma do artigo 475-J, caput, do Código de Processo Civil, intime-se a parte executada Sandra, por seu procurador e mediante publicação no Diário da Justiça, ao cumprimento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%. Valor calculado pela parte credora Selso: R\$ 48.944,01, atualizado até 27/09/13. Advirta-se: a) que o prazo de 15 dias para impugnação ao cumprimento de SENTENÇA será contado a partir da garantia da execução ou da intimação da penhora

(CPC, artigo 475-J, §1º); b) a garantia do juízo é pressuposto para o processamento da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (STJ - REsp 1.195.929-SP e REsp 1.265.894-RS); c) que o cumprimento parcial da condenação não afasta a incidência da multa em relação ao crédito remanescente; d) o depósito realizado para garantia do juízo com a FINALIDADE de permitir a impugnação ao cumprimento de SENTENÇA não afasta a incidência da multa (STJ - REsp 1.175.763-RS); e) que o pagamento extemporâneo da condenação, ainda que espontâneo e anterior ao início da execução forçada, enseja a aplicação da multa caso decorrido o prazo do artigo 475-J, caput, do CPC (STJ - REsp 1.205.228-RJ); f) que o pagamento da condenação no prazo para cumprimento voluntário isenta o devedor do pagamento de honorários na execução (STJ 1134186/RS); e g) que no prazo para cumprimento voluntário, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da condenação, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (artigo 475-R c.c. 745-A do CPC; STJ - REsp 1.264.272-RJ). Se inerte a devedora Sandra, independentemente de intimação do credor Selso, tornem os autos conclusos para deliberação. Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: [0002087-36.2011.8.22.0007](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Pedro Dias

Advogado: Ana Paula Moraes da Rosa (OAB/RO 1793), Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Advogado Não Informado ()

SENTENÇA:

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 20, § 2º, da Lei Orgânica de Assistência Social e extingo o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC. Uma vez sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$300,00 (trezentos reais), nos termos do artigo 20, §4º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa nos termos do artigo 12, caput, da Lei Federal nº. 1.060/1950, ante a concessão da gratuidade jurídica. Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá ser arquivado, facultando-se o desarquivamento pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa. P.R.I.C. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: [0004199-75.2011.8.22.0007](#)

Ação: Inventário

Inventariante: T. da L. O. de S.

Advogado: Helena Maria Fermino (RO 3442)

DESPACHO:

A inventariante não atendeu ao determinado na intimação de fls. 92. Intime-se, pois, a inventariante, a fim de apresentar nos autos as últimas declarações, devidamente acompanhadas do comprovante de recolhimento do ITCD, em 05 dias. Em seguida, dê-se vistas dos autos à Fazenda Estadual. Após, voltem conclusos. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001781-33.2012.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Banco do Brasil S. A. Ag. de Brasília Df

Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB-SP 261030)

Requerido:Industria e Comercio de Alimentos Amazon Ltda, Lucineide Moreira Mendes, João Carlos Pereira da Silva, William Pereira da Silva, Maria da Salete Mendonça da Silva

Advogado:Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Diante da revelia do requerido, dispensada a intimação para contrarrazões.Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com nossas homenagens. Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0011295-10.2012.8.22.0007

Ação:MANDADO de Segurança

Impetrante:Andrade & Vicente Ltda

Advogado:Erica Oliveira Teixeira (RO 3855)

Impetrado:Presidente da Comissão de Licitação Obras e Serviços de Ministro Andreazza

SENTENÇA:

Pelos fundamentos expostos e na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, denego a segurança pleiteada na inicial e, por conseguinte, revogo a liminar anteriormente deferida.Honorários indevidos, conforme o artigo 25 da Lei n. 12.016/2009 e Súmulas n. 105 do Superior Tribunal de Justiça e Súmula n. 512 do Supremo Tribunal Federal.A parte vencida deverá, em até cinco dias após o trânsito em julgado, e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas finais, no valor de R\$ 15,50, sob pena de inscrição em dívida ativa.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Jerdson Raiel Ramos

Diretor de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

COMARCA DE CACOAL

JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS

ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003163-27.2013.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria da Conceição Paulucio Peroni

Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Cleuza

Marcial de Azevedo (OAB/RO 1624)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

SENTENÇA:

Vistos, etc.MARIA DA CONCEIÇÃO PAULUCIO PERONI ajuizou ação em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS postulando o restabelecimento de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.Em síntese, alega encontrar-se com 51 anos de idade e ser segurada especial da previdência social, uma vez que reside

em imóvel rural no município de Ministro Andreazza-RO, onde desenvolve atividade de agricultura em regime de economia familiar. Relata que foi diagnosticada com Disacusia (perda da capacidade auditiva), tendo recebido auxílio-doença do INSS no período de abril a julho/2012, quando o benefício foi cessado. Colaciona laudos e exames médicos no intuito de provar que seus problemas de saúde persistem, estando incapacitada para executar suas atividades habituais, condição essa que poderá ser aferida por perícia médica judicial. Finda seu pedido requerendo a conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, juntando à exordial os documentos de fls. 10/103. O pedido de antecipação de tutela restou indeferido às fls. 104, ocasião em que foi determinada a realização de perícia médica judicial.Aperfeiçoada a citação, o requerido apresentou contestação (fls. 109/111), pugnando, no MÉRITO, pela improcedência do pedido inicial, por não reunir a autora os requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado. O laudo da perícia médica oficial foi acostado às fls. 122/124.A requerente apresentou impugnação ao laudo pericial (fls. 127/130).Por seu turno, o requerido manifestou-se às fls. 132/133 pela improcedência do pedido, face a não constatação de incapacidade laborativa pelo perito oficial.É o relatório. Decido.Trata-se de ação previdenciária para a concessão de benefício por incapacidade.Consoante prevê a Lei 8.213/91, são requisitos para percepção das prestações reclamadas a qualidade de segurado, o cumprimento da carência (traduzida em efetivo exercício de atividade em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício) e a demonstração da incapacidade.A qualidade de segurada especial e o atendimento da carência estão bem demonstrados nos autos. A escritura pública de venda e compra do imóvel onde reside com sua família desde o ano de 1999 (fls. 88), assim como as notas fiscais de compra e venda de produtos agrícolas (fls. 65/87 e 95/103), demonstram de forma cabal que a autora exerce atividade rural, em regime de economia familiar. Demais disso, já teve a autora reconhecida essa condição pela própria autarquia previdenciária, na via administrativa, quando implantou-lhe a prestação de auxílio-doença.Tangente ao pressuposto da incapacidade, o perito oficial conclui em seu laudo (fls. 122/124) que a autora encontra-se com diminuição da acuidade auditiva, porém, já satisfatoriamente corrigida com o uso de prótese auditiva. Lastreia sua CONCLUSÃO nos laudos de médicos especialistas ? otorrinolaringologista e fonoaudiólogo (fls. 124v e 125). Em que pese a afirmação do perito de que a autora encontra-se com perda auditiva parcial e permanente, não há qualquer referência a necessidade de afastamento de suas atividades habituais, mormente por que encontra-se ela em uso de aparelho auditivo e realizando sessões periódicas com fonoaudiólogo.Em manifestação às fls. 127/130, pretende a autora ver desconstituído o laudo da perícia médica judicial, por entender que o perito não considerou alguns requisitos subjetivos para sua CONCLUSÃO, requerendo a realização de nova perícia.Não há dúvida sobre a idoneidade do profissional que realizou a perícia, apto a diagnosticar as enfermidades apontadas pela requerente que, após detalhada perícia médica, não atestou incapacidade da autora para o exercício de sua atividade laborativa, não havendo razão, portanto, para a determinação de uma nova perícia. O perito, na condição de auxiliar da Justiça, tem o dever de cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido. Exerce função de confiança do Juízo, sendo nomeado livremente para o exame, vistoria ou avaliação que dependam de conhecimento

técnico do qual o Magistrado é desprovido. Demais disso, a requerente não apresentou qualquer documento capaz de afastar a CONCLUSÃO do laudo pericial. Pela narrativa do perito e pelo conjunto das provas dos autos é possível o convencimento de que a patologia da qual a autora encontra-se acometida não é incapacitante, uma vez que exige curtos períodos de afastamento do trabalho e seu tratamento é compatível com atividade laboral que exerce. Nesse sentido: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA, INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada por perícia médica sua incapacidade laborativa para sua atividade habitual, bem como do período de carência (art. 25, I, da Lei n. 8.213/91), se for o caso, superior a 12 (doze) contribuições mensais, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 2. O perito do juízo concluiu que a autora não está incapacitada para o trabalho. Ausente prova da alegada incapacidade laborativa não é possível conceder aposentadoria por invalidez. 3. Desnecessidade da oitiva de testemunhas, tendo em vista que o laudo pericial foi conclusivo no sentido de não haver incapacidade. 4. Apelação do (a) autor (a) não provida. (TRF-1 - AC: 10342 MT 0010342-07.2010.4.01.9199, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES, Data de Julgamento: 06/06/2012, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.430 de 28/08/2012). PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. LAUDO MÉDICO PERICIAL DESFAVORÁVEL. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. A aposentadoria por invalidez é concedida àquele que se encontra em situação de incapacidade laboral permanente e definitiva, sem possibilidade de reversão de seu quadro patológico, contanto que atenda aos requisitos estampados no art. 42 da Lei n.º 8.213/91. 2. Além da invalidez definitiva, devem, outrossim, ser preenchidos os pressupostos da qualidade de segurado e da carência exigida, esta correspondendo a 12 contribuições mensais. 3. Os esclarecimentos prestados pelo perito (fls. 59), levam esta Turma à convicção de que o apelante não se encontra incapaz de exercer atividades laborativas. Com efeito, o laudo apresentado pelo expert, apesar de afirmar que o apelante sofre de alguma patologia, ressaltou que o mesmo não pode ser considerado inapto para o exercício de atividades laborais, ou seja, não há incapacidade. 4. Apelação do autor não provida. (TRF-5 - AC: 493166 PB 0000097-48.2010.4.05.9999, Relator: Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, Data de Julgamento: 25/02/2010, Primeira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 04/03/2010 - Página: 163 - Ano: 2010). O sistema da livre persuasão racional permite ao julgador não se vincular peremptoriamente às conclusões da perícia. Todavia, o profissional da saúde, no caso concreto, utilizando-se de todas as informações e métodos colocados à sua disposição não vislumbrou incapacidade na condição física da autora a justificar a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Rejeito, pois, a impugnação de fls. 127/130, visto que o laudo pericial foi produzido adequadamente, sem nenhum vício, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, não se mostrando incompatível com das demais provas dos autos. O mero inconformismo com a CONCLUSÃO da perícia não é suficiente

para exigir a repetição da prova técnica. Assim, não estando presentes os pressupostos eleitos na legislação como inarredáveis para a concessão do benefício previdenciário pretendido, deve o pedido ser rejeitado. Posto isso, com apoio no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por MARIA DA CONCEIÇÃO PAULUCIO PERONI contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Sem custas ou honorários de advogado, em face da autora ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. Intime-se o INSS. Registro automático. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.DJe. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: [0055614-39.2007.8.22.0007](#)

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Fazenda Nacional

Advogado: Maria Valentina Monteiro Del Rio. (0000000)

Executado: Columbia Comércio de Veículos e Máquinas Agrícolas Ltda

Advogado: Advogado não informado (3790)

DESPACHO:

DESPACHO 01. Houve duas constrições BACENJUD, a primeira de R\$ 10.460,00, em 07/02/2012 (fl.62), e a segunda de R\$ 4.878,02 (fl.69), que restaram convoladas em penhoras (fls.63 e 71). 02. Devidamente intimada das penhoras (fls.64-Vº e 72-Vº), a executada não embargou no prazo legal e tais numerários foram recolhidos ao Tesouro Nacional, conforme ofício expedido à Caixa Econômica Federal (fl.80) e resposta de fls.101/103. 03. Assim, resta prejudicado o pedido de desbloqueio formulado pela executada a fl.81. 04. Ademais o parcelamento administrativo do débito fiscal não possui natureza jurídica de novação (constituição de nova obrigação para extinção da original), mas sim de simples moratória (dilação do vencimento em obrigação já existente). O artigo 151, III da Lei nº 5.172/66 determina que o parcelamento gera apenas a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 05. Vistas à Procuradoria Estadual para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se quanto à penhora de fl.29, bem como sobre a regularidade dos pagamentos do parcelamento, ou requeira o que entender de direito. 06. P. DJe. Cacoal-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: [0001456-87.2014.8.22.0007](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Joana Ferreira Machado

Advogado: Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Advogado Não informado ()

DESPACHO:

Anote-se (na capa) a prioridade na tramitação, consoante prescreve o art. 71, § 1º, da Lei 10.741/2003. Imprimo o rito sumário (altere-se a classe). Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 29.05.2014 às 09 horas. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à solenidade mediante envio dos autos à Procuradoria Federal em Ji-Paraná. Para o mesmo ato, intime-se a parte autora, bem assim o seu patrono. A parte deverá apresentar suas testemunhas independentemente de intimação. Defiro a AJG. Pub. via DJe. SERVE COMO MANDADO PARA INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA. Cacoal-RO, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0001348-58.2014.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Malzira Rodrigues de Souza

Advogado:Luzinete Pagel Galvão (RO 4843)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

DESPACHO:

Imprimo o rito sumário ((altere-se a classe). Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16.05.2013, às 12h30min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à solenidade mediante envio dos autos à Procuradoria Federal em Ji-Paraná. Para o mesmo ato, intime-se a parte autora, bem assim o seu patrono. A parte deverá apresentar suas testemunhas independentemente de intimação. Defiro a AJG. P. DJe. SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA Cacoal-RO, sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0001058-43.2014.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Alzira Plaster Paes

Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145), Luciana Dall'agnol (MT 6774)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

1. imprimo o rito sumário (altere-se a classe), para desde logo designar audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22.05.2014, às 10h30min. 2. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à solenidade. Para o mesmo ato, intime-se a parte autora, bem assim o seu patrono. 3. A parte autora poderá vir acompanhada de suas testemunhas, independentemente de intimação. 5. Defiro a AJG. P. DJe. SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA. Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0000815-02.2014.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Izabel Guedes Zeferino

Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

1. imprimo o rito sumário (altere-se a classe), para desde logo designar audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22.05.2014, às 11h15min. 2. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à solenidade. Para o mesmo ato, intime-se a parte autora, bem assim o seu patrono. 3. A parte autora poderá vir acompanhada de suas testemunhas, independentemente de intimação. 5. Defiro a AJG. P. DJe. SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA. Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0014123-42.2013.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:C. L. S.

Advogado:Sirlei Regina Diniz Mesquita (OAB-RO 3.763)

Requerido:F. G. de A.

DESPACHO:

1. Acolho a emenda de fls. 142. Incluam-se no polo passivo os herdeiros do de cujus Flávio Greique de Amorim, qualificados às fls. 14.3. Tendo em vista a menoridade dos herdeiros

que figuram o polo passivo e, portanto, configurado conflito de interesses entre a requerente (genitora) e os requeridos, obstando a representação, nomeio a Defensoria Pública, para o exercício da função de curadoria especial, que deverá ter vistas dos autos para contestar. 4. Designo audiência de Instrução para o dia 23.04.2014, às 09h30min. 5. Intimem-se as partes. 6. As testemunhas poderão ser apresentadas independentemente de intimação. 7. Ciência ao Ministério Público. 8. Expeça-se o necessário. P. DJe. Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0011234-52.2012.8.22.0007

Ação:Embargos à Execução

Embargante:Alceu Todero

Advogado:Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)

Embargado:Banco da Amazônia S. A. Ag. de Porto Velho RO

Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)

DESPACHO:

DESPACHO Intime-se o embargado, via DJe, para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, quanto aos requerimentos formulados pelo embargante na audiência de fl.83, conforme constou da ata de audiência. Cacoal-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008648-42.2012.8.22.0007

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco da Amazônia S. A. Ag. de Belém Pa

Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)

Executado:Alceu Todero, Elvira Teixeira Todero

Advogado:Advogado Não Informado ()

DECISÃO:

Os executados insistem em nomear à penhora o bem (Trator) objeto do financiamento rural. Em momento anterior o exequente recusou a penhora sobre o trator e requereu a penhora do imóvel objeto da hipoteca. Justificou que o veículo teria sido vendido e contrava-se em outra comarca. Por esse motivo determinei que a penhora recaísse sobre o imóvel - fl. 51. Agora é pedida a reconsideração da DECISÃO, informando o local onde o trator se encontra. Esclareceu que há possibilidade de acordo e que a penhora é possível por ser o bem objeto de penhor cedular. O problema é que, não obstante o trator tenha sido dado como garantia - penhor cedular, não se dissipou a dúvida sobre a sua negociação com terceiro, que não é parte da execução. Assim, se for acolhido o requerimento da penhora, corre-se o risco de sobrevir, logo em seguida, embargos de terceiro, para a defesa da propriedade ou posse do veículo, com possibilidade de agravamento da situação do exequente (que é quem figuraria no polo passivo). Observo, ainda, que o trator não é objeto de cláusula de alienação fiduciária, nem de cláusula de reserva de domínio. Desta maneira, não se pode dizer que o direito de propriedade tenha sido reservado ao exequente, recaindo a titularidade do domínio sobre os executados, o que, em tese, lhe permitia dispor do bem, sem embargo das consequências que isso acarretasse para o contrato de financiamento rural. Resumindo, compreendo que somente a requerimento do credor é que a penhora do trator poderia ser deferida, por sua conta e risco. Assim, mantenho a DECISÃO de fls. 51. Cumpra-se. P. DJe. Cacoal-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008599-98.2012.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Willian Nikyson Nalevaiki

Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por WILLIAN NIKYSON NALEVAIKI em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 11.137,50 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 20.07.2011. Juntou documentos.Citada, em resposta, arguiu a ré, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e, na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos.Laudo pericial às fls. 54/55.Relatados, DECIDO. Imprópria, deve ser assentado de início, a preliminar ventilada na contestação de ausência de laudo de exame de corpo de delito do IML pois, de acordo com o disposto na Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º, § 1º, alínea a, somente são necessários para o recebimento do seguro obrigatório a certidão de óbito (no caso de morte) e o registro de ocorrência no órgão policial competente. Sendo assim, tal documento não é indispensável, se por outros laudos médicos é possível verificar-se as sequelas definitivas da vítima. Destarte, resta superada, com a realização de perícia médica (fls. 45/46), a preliminar suscitada, bem como a alegação de falta de comprovação da invalidez alegada.O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 20.07.2011 (fls. 16). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas (fls. 17/18), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 20).Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: ?A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.? O laudo de fls. 54/55 narra no exame físico que o autor “apresenta amplitude de movimento total da mão e cotovelo, informa dor aos esforços” e conclui que “o paciente apresenta dor referida durante os

esforços nos locais de trauma, limitando suas atividades laborativas e recreativas em grau estimado como leve, portanto a perda funcional é estimada em 25% para o membro superior direito.”Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores), é de 70% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 25% da cobertura, porque trata-se de incapacidade leve. Em números, isso corresponde a R\$ 2.362,50 (13.500,00 x 70% = 9.450,00 x 25% = 2.362,50).Por conseguinte, é correto afirmar que o pagamento da indenização fora concretizado nos termos da lei de regência, não sendo devida, por isso, a diferença almejada. ISSO POSTO, julgo improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% do valor da causa, devidos pelo autor da ação. Suspensa a cobrança dos encargos de sucumbência ante os benefícios da gratuidade de justiça, prevista na Lei 1.060/50. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 49), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial.P. DJE.Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008218-90.2012.8.22.0007

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Michael Douglas de Oliveira Ferreira

Advogado:Rodolfo Scher da Silva (OAB/RO 2048), Teófilo Antonio da Silva (RO 1415)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 2666)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por MICHAEL DOUGLAS DE OLIVEIRA FERREIRA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 3.920,28 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 07.08.2011. Juntou documentos.Citada, em resposta, arguiu a ré, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e, na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos.Laudo pericial às fls. 57/58.Relatados, DECIDO.Imprópria, deve ser assentado de início, a preliminar ventilada na contestação de ausência de laudo de exame de corpo de delito do IML pois, de acordo com o disposto na Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º, § 1º, alínea a, somente são necessários para o recebimento do seguro obrigatório a certidão de óbito (no caso de morte) e o registro de ocorrência no órgão policial competente. Sendo assim, tal documento não é indispensável, se por outros laudos médicos é possível verificar-se as sequelas definitivas da vítima. Destarte, resta superada, com a realização de perícia médica (fls. 45/46), a preliminar suscitada, bem como a alegação de falta de comprovação da invalidez alegada.O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas

de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 07.08.2011 (fls.10/11). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas (fls. 13/14), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 16). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” O laudo de fls. 57/58 descreve no exame físico “membro superior esquerdo normal, ombro direito com amplitude de movimento total, discreta dor referida, presença de abaulamento no terço médio da clavícula (possível fratura consolidada)” e, ainda, “assimetria da face com afundamento do arco zigomático à esquerda.” Conclui que não há sinais de invalidez porquanto “o paciente não apresenta queixas referentes aos membros superiores” e “quanto ao trauma facial, o dano é estético, sem repercussões funcionais”. Deste modo, não tem direito à diferença postulada. Por conseguinte, é correto afirmar que o pagamento da indenização fora concretizado nos termos da lei de regência, não sendo devida, por isso, a diferença almejada. ISSO POSTO, julgo improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% do valor da causa, devidos pelo autor da ação. Suspensa a cobrança dos encargos de sucumbência ante os benefícios da gratuidade de justiça, prevista na Lei 1.060/50. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 50), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. P. DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0007987-63.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Lindaura Nomerg Carvalho

Advogado: Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Alexandre Paiva Calil (RO 2894)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por LINDAURA NOMERG CARVALHO em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 8.100,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 02.10.2011. Juntou documentos. Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir em virtude do pagamento operado na via administrativa. No

MÉRITO, sustenta que a pretensão é improcedente tendo em vista que a indenização devida já fora quitada em consonância com a lei. Também juntou documentos. Réplica às fls. 54/57. Juntada do processo administrativo pela seguradora requerida às fls. 61/77. Juntada de laudo médico pela parte autora às fls. 81. Laudo pericial às fls. 91/92. Manifestação das partes às fls. 94 e 97/101. Relatos, DECIDO. Preliminarmente, arredo o argumento concernente à falta de interesse de agir. A jurisprudência já afirmou e reafirmou que o pagamento administrativo não inviabiliza a propositura de ação para cobrança de eventual diferença de que se entenda devida, sendo essa a hipótese dos autos. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 02.10.2011 (fls. 21). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e sequela permanente (fls. 12/20), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 11). Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça, pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” No caso, conforme se verifica com o laudo pericial acostado às fls. 91/92, a lesão sofrida pelo requerente - lesão nervosa parcial em região de panturrilha da perna esquerda e lesão traumática parcial do ligamento colateral medial do joelho esquerdo - no acidente automobilístico noticiado nos autos lhe acarretou perda moderada da função do pé esquerdo e leve da função do joelho. Ainda que o referido laudo pericial quantifique o grau de intensidade leve em 20%, o art. 3º, § 1º, II, da Lei n. 6.194/74 disciplina que indenização será no montante de 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão. Ademais, o laudo juntado pela parte autora às fls. 81, narra que a lesão “evolui insatisfatoriamente com persistência das dores e piora a tentativa de esforço físico.” Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés e de um joelho), é de 50% e 25% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 50% e 25% da cobertura, porque trata-se de incapacidade moderada e leve, respectivamente. Dessa forma, diante da verificação de que o valor da indenização paga ao requerente não observou o percentual acima referido, é devida a complementação até aquele limite. Em números, isso corresponde a R\$ 2.868,75 $[(13.500,00 \times 50\% = 6.750,00 \times 50\% = 3.375,00) + (13.500,00 \times 25\% = 3.375,00 \times 25\% = 843,75) - 1.350,00 = 2.868,75]$. Ante todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por LINDAURA NOMERG CARVALHO para condenar SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificada nos autos, ao pagamento do valor correspondente a R\$ 2.868,75, com correção monetária a partir do pagamento administrativo (08.02.2012 - fls. 11) e

juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Decorrência da sucumbência prevalecente, arcará a requerida com as despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% do valor da condenação. Expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial (fls. 79). P. DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: [0010478-43.2012.8.22.0007](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: VILSON DA SILVA PAZ

Advogado: Flavia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por VILSON DA SILVA PAZ em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 5.197,50 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 17.03.2012. Juntou documentos. Citada, em resposta, arguiu a ré, preliminarmente, falta de interesse de agir em virtude do pagamento operado na via administrativa. No MÉRITO, sustenta que a pretensão é improcedente tendo em vista que a indenização devida já fora quitada em consonância com a lei. Também juntou documentos. Réplica às fls. 65/68. DESPACHO saneador às fls. 73/74. Laudo pericial às fls. 87/88. Manifestação das partes às fls. 90 e 92/93. Relatos, DECIDO. Preliminar arredada às fls. 73/74. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 17.03.2012 (fls. 18/19). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas (fls. 11/15), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 21). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: ?A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.? O laudo de fls. 87/88 narra que o autor sofreu trauma na perna direita em decorrência do acidente narrado na inicial. Descreve no exame físico discreta claudicação e limitação da mobilidade do tornozelo. Conclui o perito que “o paciente apresenta discreta limitação da mobilidade do tornozelo e dor referida aos esforços, portanto, estimo

a perda como leve, com percentual de 25% para o membro inferior direito”. Em números, isso corresponde a R\$ 2.362,50 (13.500,00 x 70% = 9.450,00 x 25% = 2.362,50). Deste modo, não tem direito à diferença postulada. Por conseguinte, é correto afirmar que o pagamento da indenização fora concretizado nos termos da lei de regência, não sendo devida, por isso, a diferença almejada. ISSO POSTO, julgo improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% do valor da causa, devidos pelo autor da ação. Suspensa a cobrança dos encargos de sucumbência ante os benefícios da gratuidade de justiça, prevista na Lei 1.060/50. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 82), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. P. via DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: [0010519-10.2012.8.22.0007](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Rejane Cristina de Oliveira Gozzer

Advogado: Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 26.66)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por REJANE CRISTINA DE OLIVEIRA GOZZER em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 7.425,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 06.11.2010. Juntou documentos. Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e, na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos. Réplica às fls. 47/50. Laudo pericial às fls. 67/68. Relatos, DECIDO. Preliminares arredadas às fls. 57/58. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 06.11.2010 (fls. 25/26). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e sequela permanente (fls. 11 e 13/24), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 12). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se

antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." No caso, o laudo pericial de fls. 67/68 narra que o autor, em razão do acidente narrado na inicial, sofreu lesão muscular da face medial da coxa esquerda e foi submetida a cirurgia com debridamento e enxerto de pele. No exame físico, descreve claudicação, cicatrizes extensas em toda a coxa esquerda, limitação da amplitude de movimento ativo e passivo do joelho. Conclui que "a paciente apresenta perda importante da massa muscular da coxa esquerda, limitação da mobilidade do joelho e dor aos esforços, portanto, estimo a perda funcional como severa com percentual de 75% para o membro inferior esquerdo." Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores), é de 70% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 75% da cobertura, ante a perda funcional estimada pelo perito, em grau máximo, portanto. Dessa forma, diante da verificação de que o valor da indenização paga ao requerente não observou o percentual acima referido, é devida a complementação até aquele limite. Em números, isso corresponde a R\$ 2.362,50 ($13.500,00 \times 70\% = 9.450,00 \times 75\% = 7.087,50 ? 4.725,00 = 2.362,50$). Ante todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por REJANE CRISTINA DE OLIVEIRA GOZZER para condenar SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificada nos autos, ao pagamento do valor correspondente a R\$ 2.362,50, com correção monetária a partir do pagamento administrativo (28.11.2011 - fls. 12) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Decorrência da sucumbência prevalecente, arcará a requerida com as despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% do valor da condenação. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 61), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. P. via DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008769-70.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: DONIZETE JESUS MOREIRA

Advogado: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 2666)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por DONIZETE JESUS MOREIRA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 5.400,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 19.02.2012. Juntou documentos. Citada, em resposta, arguiu a ré, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e, na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento

da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos. Réplica às fls. 87/90. Laudo pericial às fls. 108. Manifestação do autor às fls. 40/41, apresentando impugnação ao laudo pericial, e às fls. 113/114 pela seguradora requerida. Relatos, DECIDO. Imprópria, deve ser assentado de início, a preliminar ventilada na contestação de ausência de laudo de exame de corpo de delito do IML pois, de acordo com o disposto na Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º, § 1º, alínea a, somente são necessários para o recebimento do seguro obrigatório a certidão de óbito (no caso de morte) e o registro de ocorrência no órgão policial competente. Sendo assim, tal documento não é indispensável, se por outros laudos médicos é possível verificar-se as sequelas definitivas da vítima. Destarte, resta superada, com a realização de perícia médica (fls. 45/46), a preliminar suscitada, bem como a alegação de falta de comprovação da invalidez alegada. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 19.02.2012 (fls. 11/12). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e sequelas permanentes (fls. 13/18 e 25/66), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 19). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." O laudo de fls. 57/58 informa que o autor foi submetido a cirurgia de fratura no tornozelo esquerdo e conclui atestando "perda leve de função desse tornozelo". Embora o senhor perito pontue o percentual de 20% para o grau de intensidade leve, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 3º, §1º, II, que a indenização corresponderá ao montante de 25% para as de repercussão leve. Assim, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda completa da mobilidade de um tornozelo), é de 25% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 25% da cobertura, porque trata-se de incapacidade leve. Em números, isso corresponde a R\$ 843,75 ($13.500,00 \times 25\% = 3.375,00 \times 25\% = 843,75$). Embora a parte autora demonstre irresignação ao laudo pericial, na hipótese dos autos, não restou demonstrado qualquer vício no laudo pericial a ensejar sua nulidade, o que se resume ao mero inconformismo com as conclusões do perito oficial. Por conseguinte, é correto afirmar que o pagamento da indenização fora concretizado nos termos da lei de regência, não sendo devida, por isso, a diferença almejada. ISSO POSTO, julgo improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10%

do valor da causa, devidos pelo autor da ação. Suspensa a cobrança dos encargos de sucumbência ante os benefícios da gratuidade de justiça, prevista na Lei 1.060/50. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 100), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. P. via DJe. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008773-10.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Cleidimar Rodrigues de Souza

Advogado: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 2666)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por CLEIDIMAR RODRIGUES DE SOUZA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 5.400,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 29.01.2012. Juntou documentos. Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e, na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos. Réplica às fls. 45/48. Laudo pericial às fls. 71/72. Manifestação das partes às fls. 74 e 76/77. Relatos, DECIDO. Imprópria, deve ser assentado de início, a preliminar ventilada na contestação de ausência de laudo de exame de corpo de delito do IML pois, de acordo com o disposto na Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º, § 1º, alínea a, somente são necessários para o recebimento do seguro obrigatório a certidão de óbito (no caso de morte) e o registro de ocorrência no órgão policial competente. Sendo assim, tal documento não é indispensável, se por outros laudos médicos é possível verificar-se as sequelas definitivas da vítima. Destarte, resta superada, com a realização de perícia médica (fls. 45/46), a preliminar suscitada, bem como a alegação de falta de comprovação da invalidez alegada. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 29.01.2012 (fls. 11). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e sequela permanente (fls. 12/17), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 19). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo

argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." No caso, conforme se verifica do laudo acostado as fls. 71/72, o acidente automobilístico noticiado nos autos pelo requerente lhe acarretou fratura da clavícula esquerda. No exame físico, narra "abaulamento do terço médio da clavícula, sinais clínicos de consolidação, amplitude de movimento total do ombro, força muscular preservada e dor referida. Conclui que "o paciente apresenta dor residual no local da lesão que limita de maneira leve suas atividades, portanto, estimo a perda funcional em 25% para o membro superior esquerdo." Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda antômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores), é de 70% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 25% da cobertura, ante a perda funcional estimada pelo perito, em grau leve, portanto. Dessa forma, diante da verificação de que o valor da indenização paga ao requerente não observou o percentual acima referido, é devida a complementação até aquele limite. Em números, isso corresponde a R\$ 675,00 ($13.500,00 \times 70\% = 9.450,00 \times 25\% = 2.362,50 - 1.687,50 = 675,00$). Ante todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por CLEIDIMAR RODRIGUES DE SOUZA para condenar SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificada nos autos, ao pagamento do valor correspondente a R\$ 675,00, com correção monetária a partir do pagamento administrativo (29.01.2012 - fls. 11) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Decorrente da sucumbência prevalecente, arcará a requerida com as despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% do valor da condenação. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 67), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. Pub. via DJe. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0010471-51.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: José Hélio da Silva

Advogado: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Lucas Vendrusculo (RO 2666), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por JOSÉ HELIO DA SILVA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 7.425,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 06.05.2012. Juntou documentos. Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, ausência do laudo emitido pelo IML, documento necessário ao recebimento do seguro. No MÉRITO, que não há comprovação da invalidez alegada e,

na hipótese de procedência da demanda, que seja aplicada a Lei n. 11.945/09 quanto ao escalonamento no pagamento da indenização em conformidade com o grau de invalidez. Também juntou documentos. Laudo pericial às fls. 116/117. Relatos, DECIDO. Preliminar arremada às fls. 109. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 06.05.2012 (fls. 12/13). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e seqüela permanente (fls. 14/17 e 22/65), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 10). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." No caso, o laudo pericial de fls. 116/117 narra que o autor sofreu trauma de face com fratura de mandíbula e foi submetido a cirurgia. No exame físico, descreve limitação da abertura bucal e desalinhamento oclusal. Conclui que "o paciente apresenta limitação moderada da abertura bucal e da mastigação, com possibilidade de piora e repercussão em função vital. Estimo a perda como moderada (50%), fazendo jus a 50% do valor total segurado." Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais com comprometimento de função vital), é o percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 50% da cobertura, ante a perda funcional estimada pelo perito como moderada. Dessa forma, diante da verificação de que o valor da indenização paga ao requerente não observou o percentual acima referido, é devida a complementação até aquele limite. Em números, isso corresponde a R\$ 3.375,00 (13.500,00 x 50% = 6.750,00 ? 3.375,00 = 3.375,00). Ante todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por JOSÉ HELIO DA SILVA para condenar SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificada nos autos, ao pagamento do valor correspondente a R\$ 3.375,00, com correção monetária a partir do pagamento administrativo (05.09.2012 - fls. 10) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Decorrência da sucumbência prevaiente, arcará a requerida com as despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% do valor da condenação. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 112), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. Pub. via DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0010473-21.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Francisco José de Lima

Advogado: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt S. A. Ag. do Rio de Janeiro

Advogado: Alexandre Paiva Calil (RO 2894), Iracema de Souza Gois (RO 2044), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)

SENTENÇA:

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por FRANCISCO JOSÉ DE LIMA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A postulando o recebimento do valor de R\$ 2.835,00 a título de diferença que diz ser devida pela cobertura indenizatória decorrente do seguro DPVAT, ante a circunstância de haver sofrido invalidez permanente em acidente automobilístico ocorrido em 09.04.2012. Juntou documentos. Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir em virtude do pagamento operado na via administrativa. No MÉRITO, sustenta que a pretensão é improcedente tendo em vista que a indenização devida já fora quitada em consonância com a lei. Também juntou documentos. Laudo pericial às fls. 175/176. Relatos, DECIDO. Preliminarmente, arredo o argumento concernente à falta de interesse de agir. A jurisprudência já afirmou e reafirmou que o pagamento administrativo não inviabiliza a propositura de ação para cobrança de eventual diferença de que se entenda devida, sendo essa a hipótese dos autos. O seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores e Vias Terrestres) foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 com o objetivo de amparar todas as vítimas de acidente automobilístico ocorridos no Brasil, prevendo indenizações em caso de morte e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas hospitalares (DAMS). O pagamento da indenização correspondente independe de culpa, bastando a prova do sinistro e do dano resultante deste. No caso, o(a) requerente comprovou que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 09.04.2012 (fls. 16/23 e 28). Também demonstrou que o fatídico lhe acarretou diversas lesões físicas e seqüela permanente (fls. 12/15 e 29/57), circunstância reforçada ante a prova de que houve pagamento administrativo (fl. 11). Muito embora lhe tenha sido pago, no âmbito administrativo, determinada quantia a título de indenização pelo seguro em referência, assevera o(a) requerente(a) que esse valor não corresponde ao que, por lei, teria direito a receber, de modo que, segundo argumenta, faz jus à correspondente diferença. Quanto ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça pontificou que, independentemente da data do sinistro, se antes ou depois da Lei n. 11.945/09, a tabela de graduação da indenização deve ser observada em cada caso, pondo uma pá de cal no assunto, conforme confere-se da Súmula 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." No caso, o laudo pericial de fls. 175/176 narra que o autor teve fraturas no fêmur e perna direita, sendo submetido a cirurgia. No exame físico, descreve claudicação, encurtamento de 4 cm e limitação da mobilidade do joelho e tornozelo. Conclui que "apesar das fraturas estarem consolidadas há possibilidade de piora do quadro com a idade, há limitação da mobilidade do joelho e tornozelo, encurtamento do membro e dor crônica aos esforços, portanto, estimo a perda funcional em 75% para o membro

inferior direito.” Nessa perspectiva, a indenização devida na espécie, considerando a natureza e o grau da invalidez (perda antômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores), é de 70% do percentual integral. No caso, equivale ao percentual de 75% da cobertura, ante a perda funcional estimada pelo perito, em grau máximo, portanto. Dessa forma, diante da verificação de que o valor da indenização paga ao requerente não observou o percentual acima referido, é devida a complementação até aquele limite. Em números, isso corresponde a R\$ 2.362,50 (13.500,00 x 70% = 9.450,00 x 75% = 7.087,50 ? 4.725,00 = 2.362,50). Ante todo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por FRANCISCO JOSÉ DE LIMA para condenar SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificada nos autos, ao pagamento do valor correspondente a R\$ 2.362,50, com correção monetária a partir do pagamento administrativo (03.09.2012 - fls. 11) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Decorrência da sucumbência prevalecente, arcará a requerida com as despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% do valor da condenação. Ante a comprovação de pagamento dos honorários periciais (fls. 170), expeça-se alvará de levantamento em favor do perito judicial. P. DJE. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: MARIO JOSÉ MILANI E SILVA
ESCRIVÃO: ANDERSON CANTÃO SILVA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl4civel@tj.ro.gov.br
TELEFONE/FAX: 069-3443-1668
ENDEREÇO: AV. PORTO VELHO, Nº. 2728, CENTRO.

Proc.: 0014393-66.2013.8.22.0007

Ação: Monitória

Requerente: Supermercado A Luzitana Industria e Comercio Ltda.

Advogado: Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)

Requerido: Aline Kunde

Advogado: Advogado Não Informado ()

SENTENÇA: Vistos, etc,... SUPERMERCADO A LUZITANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Dois de Junho, 2251, Centro, Cacoal, por intermédio de seu advogado devidamente habilitado, inaugurou AÇÃO MONITÓRIA em face de ALINE KUNDE, brasileira, inscrita no CPF 902.925.612-53, residente na comarca de Cacoal, objetivando o recebimento de valores decorrentes de cheques não recebidos. Após a citação da requerida, o autor retorna aos autos para informar a realização de acordo entre as partes, requerendo a extinção. Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o presente feito, com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo

Civil, em razão do acordo. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial. Mediante cópia nos autos. Transitando em julgado esta DECISÃO, arquivem-se os autos, sem custas adicionais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0011030-71.2013.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Durcelei Parra Simões

Advogado: Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)

Requerido: Gilberto Silva Akerley

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

Decreto a revelia do requerido, aplicando-lhe os efeitos estabelecidos em lei, especialmente a confissão quanto a matéria de fato. Intimem-se as partes para que, em 5 dias, indiquem eventual interesse na produção adicional de prova.;

Proc.: 0009013-96.2012.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: José Mauricio Vialli

Advogado: Flavia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido: Pemaza S.a., Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda

Advogado: Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B), Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

Defiro a indicação de novo assistente, devendo este comparecer independentemente de intimação, pois o anterior já estava ciente da data e local da prova

Proc.: 0000606-33.2014.8.22.0007

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Miguel Brito

Advogado: Altemir Roque (OAB/RO 1311)

Requerido: Autarquia Municipal de Esportes de Cacoal - Amec

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

Verifico que independentemente de haver sido a decisão que determinou a suspensão do autor justa ou injusta, adequada ou não a dinâmica dos fatos, evidente está que resultou de conduta unilateral, sem fundamentação e sem uma análise profunda do ocorrido. Manter a suspensão até DECISÃO deste processo poderia consolidar prejuízo e tornar irreparáveis danos, pelo que concedo a liminar para suspender imediatamente os efeitos da suspensão aplicada ao autor, devendo ele ser incluído já na próxima escala de eventos esportivos. Cite-se a requerida para que tome ciência da liminar concedida e da existência do processo, cumpra a liminar e ofereça, querendo, contestação ao pedido no prazo legal.

Proc.: 0010250-34.2013.8.22.0007

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama

Advogado: Procurador Federal ()

Executado: Ezequiel de Oliveira Antunes

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

DESPACHO É obrigação do credor viabilizar o recebimento dos créditos que são de seu interesse e isto não está ocorrendo

nestes autos. Inexiste possibilidade de, através do bacenjud, efetuar pagamento de GRU e liquidar pendências como insinua o credor às fls 71/72. Faz mais de um ano que os valores estão disponíveis e nada foi feito pela exequente para levantar seu crédito. Intime-se para adotar, em 3 dias, medidas positivas, sob pena de liberação dos valores bloqueados. É NECESSÁRIO O LEVANTAMENTO DOS VALORES, para posteriormente realizar os procedimentos elencados na petição de fls 71 e efetuar o pagamento da GRU e isso é competência do credor. Caso queira, poderá o exequente informar nos autos a conta para transferência dos valores, indicando ainda se é crédito tributário e o código de depósito judicial. Somente com estas informações é possível a transferência on line; caso contrário, é necessário o levantamento dos valores, e esta providência deve ser adotada pelo exequente e seus procuradores e não pelo judiciário. Concedo o prazo de 20 dias para que o exequente adote medidas positivas, sob pena de liberação dos valores bloqueados. Sem prejuízo do acima, oficie-se ao TRF 1ª região – 5ª Vara SJ-RO, solicitando a transferência dos valores para esta Vara, pois em consulta ao Bacenjud não foi possível qualquer ação deste juízo em razão da ordem judicial de bloqueio ter sido efetuada por outro tribunal/juízo, conforme documento ora juntado aos autos. Encaminhem-se os documentos de fls 46 e 80, para auxiliar na providência. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0006305-73.2012.8.22.0007

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: Terezinha Catarina Breda Galli

Advogado: Helena Maria Fermine (RO 3442)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

DESPACHO A culpa da não cobrança dos honorários é exclusivamente da própria advogada subscritora da peça de fls 115/117, pois não incluiu no Cumprimento da SENTENÇA, que na realidade é uma execução, o montante relativo aos honorários. Neste feito foi extinta a prestação jurisdicional com SENTENÇA transitada em julgado, devendo a autora ajuizar ação executória em apartado, para as providências no tocante à citação do INSS. ARQUIVEM-SE estes autos com as baixas e anotações de estilo. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0005023-68.2010.8.22.0007

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Cacoço Comércio de Ferro e Aço Ltda.

Advogado: Glaucia Palharim de Souza (RO 4560), Teófilo Antonio da Silva (RO 1415)

Executado: Vilson Mayer

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

DESPACHO Em razão de não haver no autos endereço atualizado do requerido, determino a suspensão do feito, pelo prazo de 90 dias, no aguardo da apreensão do bem, devendo o autor ainda diligenciar no sentido de localizar o paradeiro do requerido e/ou veículo. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001540-25.2013.8.22.0007

Ação: Monitória

Requerente: Canopus Administradora de Consórcios Ltda

Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Renan Nadaf Gusmão (), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)

Requerido: Jhon Lenon Ferreira Pinto

Advogado: Advogado Não Informado ()

DESPACHO:

DESPACHO Em pesquisa ao RENAJD, verifico constar uma motocicleta de propriedade do requerido, contudo é a mesma objeto de contrato entre as partes e que originou a presente ação, possuindo inclusive restrição de alienação fiduciária. Manifeste-se em 5 dias, acerca do interesse na penhora. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0006153-93.2010.8.22.0007

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec

Advogado: Márcia Passaglia (OAB/RO 1695)

Executado: Flávia Patrícia da Silva

DESPACHO:

DESPACHO Já foram realizadas diligências no endereço fornecido às fls 67, conforme conteúdo da certidão do oficial de justiça (fls 61v). Assim, determino a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, prazo suficiente para que a autora diligencie e informe nos autos o endereço atual da requerida. Publique-se este DESPACHO, sendo desnecessária nova intimação após o decurso do prazo acima. Cacoal-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Anderson Cantão Silva

Escrivã Judicial

COMARCA DE ESPIGÃO D'OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0003061-36.2012.8.22.0008

Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal)

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia/ro

Denunciado: H. E. Comércio de Madeiras Ltda, Eliana Klitzke Lauvers, Hilton Inácio de Melo, Anderson Balbinot da Silva

Advogado: Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)

Audiência de Instrução e Julgamento, para inquirição da testemunha Erli Ferreira de Abreu e Carlos Roberto Liandro Barbosa, sendo redesignada para o Dia 07 de Março de 2014 às 11:15 hrs, na sede da CEJUSC de Ji-Paraná-RO.

Proc.: 0002327-51.2013.8.22.0008

Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia/ro

Denunciado: José Clébio Freitas Santana

Advogado: Jucimar Bispo Rodrigues (OABRO 4959)

SENTENÇA:

Vistos etc. O REPRESENTANTE MINISTERIAL ofereceu denúncia em desfavor de JOSÉ CLÉBIO FREITAS SANTANA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por ter cometido o crime previsto nos artigos. 129, § 9º, 147 e art. 330, todos do Código Penal, na forma da Lei nº. 11.340/2006.

Consta na denúncia dia 3 de junho de 2013, por volta das 21 horas, na residência da vítima e do denunciado, localizada na Rua Maringá, nº 2146, Bairro Vista Alegre, nesta Cidade o denunciado ofendeu a integridade corporal de sua ex-companheira, Maria de Fátima Dias Moreira, mediante golpes com o cabo de uma espingarda de madeira, causando-lhe lesões corporais. Ato contínuo o denunciado ainda ameaçou a vítima, sua ex-companheira, Maria de Fátima Dias Moreira de causar-lhe mal injusto e grave, qual seja a morte, proferindo as seguintes palavras: "eu vou te matar". Narra ainda a pela acusatória que nas mesmas circunstância de tempo e lugar, o denunciado descumpriu ordem judicial de medida protetiva de urgência, ao se aproximar da vítima, sua ex-companheira, Maria de Fátima Dias Moreira. O denunciado foi preso em flagrante, sendo esta convertida em prisão preventiva (3/6/2013) e posto em liberdade em em 19/6/2013. A denúncia foi recebida às fls. 51. Citação do acusado às fls. 63 e apresentou defesa preliminar, às fls. 59/60. Não sendo o caso de absolvição sumária, nem de suspensão condicional do processo, designou-se audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que foi ouvida a vítima e 2(duas) testemunhas comum às partes. O réu foi interrogado, conforme registrado em mídia audiovisual juntada nos autos às fls. 71v. Alegações finais em forma de memorial, apresentadas pelo Ministério Público (fls. 72/75), ocasião em que pugnou pela condenação do denunciado nos termos da denúncia. Alegações finais apresentadas pela defesa (fls. 76/80), pleiteando a absolvição do réu de todas as penas, bem como requer a restituição da espingarda de pressão apreendida nos autos. É o relatório, passo a fundamentar. Cuidam os presentes autos de ação penal pública incondicionada em que o Ministério Público Estadual imputa ao acusado o crime lesão corporal, ameaça e desobediência, na forma da Lei nº. 11.340/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condições da ação penal. Compulsando os autos, verifica-se não haver qualquer nulidade que deva ser declarada de ofício, bem como não há preliminares a serem analisadas. Assim, passo ao exame de MÉRITO. DA MATERIALIDADE A materialidade vem externada pelo auto de prisão em flagrante (fls. 6/9), boletim de Ocorrência Policial (fls. 11); Liminar de medida protetiva concedida (fls. 14); ficha de atendimento médico (fls. 15); auto de apresentação e apreensão (fls. 16); Laudo de exame de eficiência (fls. 30/35). DA AUTORIA QUANTO AO CRIME DE LESÃO CORPORAL A autoria do fato, no caso em apreço, restou sobejamente comprovada pelas declarações da vítima, prestadas tanto na fase policial quanto em juízo. Ao ser ouvida, em juízo, confirmou que vítima e agressor sempre bebiam e se agrediam e que no dia dos fatos o denunciado lhe agrediu com socos. O denunciado quando interrogado em juízo, apesar de não confessar que agrediu a vítima fisicamente, confirma que estava em casa quando a vítima chegou em casa embriagada e como ele estava mexendo no celular deu o atrito entre eles. Segundo o denunciado quem deu início ao entrevero foi a vítima que foi para cima dele e foi por isso que ela se machucou. Alega ainda, que naquele dia agrediu a vítima, no entanto, diz que tal fato ocorreu para se defender, porque ela é muito agressiva. Assim, diante da confissão do denunciado é válido para fortificar, ainda mais, as declarações da vítima, pois confirmou que houve agressão causando-lhe lesão corporal, fato este que, se conjugado com os demais elementos acima já indicados, tornam as provas suficientes e idôneas para condenar o denunciado. Vale ressaltar, também, que a vítima descreveu

claramente os fatos delitivos e mantém seu depoimento prestado na fase inquisitiva, demonstrando, assim, que o denunciado foi o autor da lesão corporal, ora em análise. Os depoimentos das testemunhas, ouvida na fase judicial e o laudo de exame de corpo de delito, também corroboram com as declarações da vítima demonstrando de forma firme a ocorrência da prática delitiva. Muito embora a defesa tenha colocado em dúvida as palavras da vítima e alegado falta de provas, a sua tese não merece guarida até porque nesses casos é de extremo relevo a palavra da vítima para a comprovação dos fatos. Neste sentido, já se manifestou o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: AMEAÇA E VIAS DE FATO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PALAVRA DA VÍTIMA - ALCANCE PROBATÓRIO - INDÍCIOS CONVERGENTES - CONDENAÇÃO MANTIDA. Nos crimes de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância probatória, quando joeirada no crivo do contraditório. Para a condenação do acusado, basta apenas a existência de um quadro suficiente de indícios harmônicos e convergentes a configurar a sua culpa na prática do delito de ameaça e da contravenção das vias de fato. (Autos nº. 1.0177.07.007240-6/001 Relator: Des. Delmival de Almeida Campos. Julgamento: 27.01.2009; Publicação: 06.02.2009. Disponível em www.tjmg.jus.br. Acesso em 10.07.2009). A doutrina pátria, no escólio de Fernando da Costa Tourinho Filho, também manifesta-se neste sentido: Em certos casos, porém, é relevantíssima a palavra da vítima do crime. Assim, naqueles delitos clandestinos qui clam committit solent que se cometem longe dos olhares de testemunhas, a palavra da vítima é de valor extraordinário. (Fernando da Costa Tourinho Filho. Processo penal. 12.ed., São Paulo. Saraiva. v.3; p.262). Por essas razões, deixo de acatar as alegações de que a autoria não restou demonstrada nos autos. QUANTO AO DELITO DE AMEAÇA Quanto a autoria do crime de ameaça também restou configurado nos autos. Ao ser questionada a vítima disse que o réu a ameaçou e esta disse que também ameaçou o réu. No entanto alegou que durante a briga a arma de pressão estava sobre a cama e que ele pegou a arma, tendo a vítima tomado a arma do réu e jogado no chão. O réu ao ser interrogado em juízo negou os fatos e disse que não ameaçou a vítima e que esta arma estava dentro do guarda roupa e que não foi utilizada para ameaça. Apesar da negativa do réu, a vítima em ambas as fase afirmam que houve ameaça, bem como as testemunhas, policiais militares, que atenderam a ocorrência policial, confirmaram seus depoimentos prestados na fase inquisitiva, informando que a vítima, no momento da ocorrência policial afirmou categoricamente que tinha sido ameaçada pelo réu. Não se pode olvidar que, em crimes dessa natureza, a palavra da vítima possui relevância, mormente quando em consonância com outros elementos do conjunto probatório. Anoto que o delito de ameaça é crime formal e instantâneo, que se consuma independentemente do resultado lesivo objetivado pelo agente. Basta para a sua caracterização que a ameaça seja idônea e séria, com vontade livre e consciente de incutir temor na vítima. É certo que a violência moral restou perpetrada pelo réu, pois foram destinadas a perturbar a tranquilidade da vítima pelas promessas de causar-lhe mal injusto e grave, restando demonstrado o temor que a vítima sente do denunciado, pois de posse de uma arma de fogo lhe ameaçou de morte. Pelas provas angariadas nos autos deve o denunciado responder pelo crime de ameaça proferido em face de sua ex companheira Maria de Fátima Dias Moreira. Verifica-se que a conduta do

acusado subsume-se ao tipo do artigo 147, do Código Penal, na forma da Lei nº. 11.340/2006. Do ponto de vista do tipo objetivo, restou comprovado que o denunciado, ameaçou a vítima de causar-lhe mal injusto e grave. Do prisma do tipo subjetivo, o acusado agiu com dolo (vontade livre e consciente de causar temor na vítima). Comprovadas a materialidade do fato e sua autoria e preenchidos os requisitos que compõem o conceito analítico de crime, a condenação do acusado é medida imperativa. QUANTO AO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA Trata-se de delito de desobediência, por ter, o denunciado, em tese, descumprido ordem legal ao se aproximar de sua ex-companheira apesar de existir uma medida protetiva para que não o fizesse. No entanto, após a instrução processual, verifica-se que Maria de Fátima Dias Moreira era conivente com eventual aproximação do réu, tendo inclusive consentido que o denunciado permanecesse na residência até o término do aviso prévio, quando então, iria embora desta Comarca. Assim, não estando esclarecida a relação existente entre José Clébio e Maria de Fátima na data do fato e, sendo confirmado pela vítima de que consentiu com a permanência do mesmo na residência não há que se falar em crime de desobediência. O que ficou demonstrado nos autos é que a vítima, apesar de requerer medida protetiva, aproximava e permitia que ele dela se aproximasse. Assim encontra-se afastado o dolo de desobedecer à ordem judicial. Esse é o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CRIME. DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL. ARTIGO 330, DO CÓDIGO PENAL. 1. (...). 2. Inobstante demonstrada a separação, com afastamento da ré do lar conjugal e proibição desta se aproximar da residência, a acusada retornou, não ficando esclarecido se as partes reataram o relacionamento ou não e, em que circunstâncias ou sob quais condições, permitiu o ofendido a permanência da vítima, persistindo dúvidas sobre a atual situação fática vivenciada pelas partes, não havendo provas suficientes que autorizem a manutenção de um juízo condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Recurso Crime Nº 71001792423, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Angela Maria Silveira, Julgado em 15/09/2008). TJSP: "O crime de desobediência é essencialmente doloso e não se configura sem estar patenteado esse requisito da infração" (RT 517/289). TAMG: "Para a caracterização do delito de desobediência o dolo deve ser inequivocamente apurado, evidenciando-se ele na intenção do agente de opor-se à ordem legal, com imprescindível consciência da antijuridicidade de seu comportamento" (RT 452/449). Portanto, diante das provas colhidas e pelo meu livre convencimento deve o denunciado ser absolvido do crime que ora lhe é imputado. Quanto ao pedido de restituição da carabina de pressão apreendida nos autos, esta não deve ser deferida, uma porque consta como proprietário da referida arma o Sr. Anderson Alexandre Lopes Bidinha, conforme nota promissória acosta aos autos, duas porque após a instrução probatória restou demonstrado que o denunciado utilizou a referida arma para ameaçar a vítima. Assim, considerando que o objeto foi utilizado para ameaçar a vítima, tornou-se objeto do crime e portanto não há que se falar em restituição do mesmo ao réu. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público na denúncia para: a) CONDENAR o denunciado JOSÉ CLÉBIO FREITAS SANTANA, já qualificado nos autos, nas penas do art. 129, § 9º do Código Penal, na forma da Lei nº. 11.340/2006; b) CONDENAR o denunciado JOSÉ CLÉBIO FREITAS SANTANA, já qualificado

nos autos, nas penas do art. 147, caput, do Código Penal, na forma da Lei nº. 11.340/2006 e c) ABSOLVER o denunciado JOSÉ CLÉBIO FREITAS SANTANA, já qualificado nos autos, por não constituir o fato infração penal. Passo, pois, a dosar a reprimenda do réu, conforme o necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critério trifásico estabelecido pelo art. 68, do CP. CRIME DE LESÃO CORPORAL (art. 129, § 9º, do CP, na forma da Lei Federal nº 11.340/2006). Assim considerando a culpabilidade que apesar de reprovável, não apresenta contornos especiais, a não serem os de costume nesta espécie de delito; antecedentes imaculado (fls. 44); conduta social e personalidade: não há informações nos autos presumem-se boas; circunstâncias e consequências do crime são normais para esse tipo de delito; comportamento da vítima não facilitou a ação do agente. Destarte, em razão das circunstâncias judiciais acima sopesadas, estabeleço, com arrimo no artigo 59 e 68, ambos do Código Penal, como necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena base de 3(três) meses de detenção. Na segunda fase reconheço a confissão genérica já que a utilizei para fundamentar a DECISÃO, no entanto, deixo de aplicá-la por já ter fixado a pena base no mínimo legal. Não há agravantes a serem consideradas. Na terceira fase, também não há causas de diminuição ou de aumento de pena a serem apreciadas. Assim, torno concreta e definitiva a pena privativa de liberdade em 3(três) mês de detenção. DO CRIME DE AMEAÇA (ART. 147, CAPUT, DO CO, NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 11.340/2006) Levando em consideração as mesmas circunstâncias acima sopesadas estabeleço, com arrimo no artigo 59 e 68, ambos do Código Penal, como necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena base de 1(um) mês de detenção. Na segunda fase não há agravantes ou atenuantes a serem consideradas. Na terceira fase, também não há causas de diminuição ou de aumento de pena a serem apreciadas. Assim, torno concreta e definitiva a pena privativa de liberdade em 1(um) mês de detenção. Por trata-se de concurso material procedo a somatória da pena tornando a pena em definitivo em 4 (quatro) meses de detenção. Em atenção ao disposto no art. 387, §2º do CPP (§ 2º) O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade. (incluído pela Lei nº 12.736, de 2012). O réu foi preso preventivamente em 3/6/2013 e teve sua liberdade deferida em 19/6/2013, totalizando 17 dias, portanto resta cumprir aproximadamente 3 meses e 13 dias. O regime inicial de cumprimento da pena deverá ser o aberto, nos termos do artigo 33, §2º, letra "c", do Código Penal. No caso, mostra-se inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito tendo em vista que o crime foi cometido com violência à pessoa das vítimas, o que acarreta a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, I, do Código Penal. Entretanto, entendo que o réu faz jus a Suspensão Condicional da Pena, já que preenche os requisitos elencados no art. 77 do CP. Assim, como as circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP foram inteiramente favoráveis, viável a concessão do chamado "sursis especial", previsto no art. 78, §2º, do CP, pelo prazo de 02 (dois) anos, dos quais: a) Proibição de frequentar bares, prostíbulos e outros lugares congêneres; b) proibição de ausentar-se da Comarca, por mais de 15(quinze) dias, sem autorização judicial; e c) comparecimento pessoal e

mensal em juízo para informar e justificar suas atividades. Concedo o direito ao réu recorrer em liberdade. Após o trânsito em julgado, lance o nome do réu no rol dos culpados, expeça os documentos pertinentes, bem como a guia de execução de pena. Custas na forma da lei. P.R.I. Cumpra-se, nada mais pendente, arquivem-se os autos. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000347-35.2014.8.22.0008

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Marcos Francisco Prochnow, Lorena Oliveira Anacleto Prochnow, Carlos André Prochnow, Marcia Cristina Gonçalves Prochnow

Advogado: Lucas Vendrusculo (RO 2666)

Requerido: Banco Bradesco S.A.

DECISÃO:

Marcos Francisco Prochnow e outros propuseram Ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em face de Banco Bradesco, aduzindo, em síntese, que firmaram contrato de cédula bancária de Crédito Pessoal no valor de R\$ 150.000,00, sob o nº 237/8052/2904211-2, em que consta como emitente Marcos Francisco Prochnow e Avalista a Sr Carlos André Prochnow e sua esposa (fls. 23/36). Relata que não conseguiu honrar com o pagamento e em 24/01/2013, o devedor/autor Marcos Francisco Prochnow, foi notificado para purgar a mora fls. 14/15 verso. Ocorre que não houve a notificação do condômino do imóvel, Sr. Carlos André Prochnow, que no presente caso, figurou como avalista do financiamento (fls. 36), bem como não houve a notificação dos envolvidos da data dos leilões extrajudiciais. Assim, pugnam pela para ver declarado a nulidade do procedimento adotado pela requerida, a qual não notificou os condôminos e avalistas. Requer antecipação de tutela para que declarado nulo o leilão realizado pela requerida, ante ausência de notificação. Ao final pugna pela procedência do pedido inicial. Juntou documentos fls. 13/42. DECISÃO indeferindo a antecipação de tutela às fls. 42/43. Pedido de reconsideração às fls. 45/47. É sucinto o relato. Decido. A concessão da tutela antecipada constitui-se a faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. In casu, melhor analisando o feito, vejo que presente os requisitos para que se possa permitir a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, quais sejam: o *fumus boni juris*, que se traduz na verossimilhança das alegações, e o *periculum in mora*, bem entendido como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A verossimilhança das alegações, restou demonstrada principalmente porque não há nos autos, comprovação de que houve a notificação pessoal dos devedores, para que pudessem tomar conhecimento dos Leilões designados. De fato, a jurisprudência do STJ tem entendimento consolidado de que há necessidade de intimação pessoal do devedor acerca do dia e hora da realização do leilão, inclusive do condômino. Consigno, que as notificações extrajudiciais acostada às fls. 14/15v, são para purgação da mora, e somente em relação ao autor Marcos Francisco Prochnow. O efetivo perigo da demora, entendido como fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, está presente no caso em apreço, em vista à possibilidade de perda do imóvel, o que se constitui em prejuízo para os autores. É assente, no âmbito da jurisprudência do STJ, confira-se os seguintes precedentes: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL.

DECRETO-LEI N. 70/66. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. NOTIFICAÇÃO PESSOAL INEXISTENTE. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. INVALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. 1. Esta Corte tem entendimento assente no sentido da necessidade de notificação pessoal do devedor do dia, hora e local da realização do leilão de imóvel objeto de contrato de financiamento, vinculado ao SFH, em processo de execução extrajudicial sob o regime do Decreto-lei nº 70/66. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 08/09/2009, T4 - QUARTA TURMA) "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ? EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - DECRETO-LEI Nº. 70/66 -LEGALIDADE - NOTIFICAÇÃO DO MUTUÁRIO POR EDITAL - VIABILIDADE, DESDE QUE ESGOTADAS AS POSSIBILIDADES DE INTIMAÇÃO PESSOAL -ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESACORDO COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO." (AgRg no Resp 1051064/ SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 11/05/2009) "PROCESSO CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 70/66. LEILÃO. DEVEDOR. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. 1. Esta Corte tem entendimento assente no sentido da necessidade de notificação pessoal do devedor do dia, hora e local da realização do leilão de imóvel objeto de contrato de financiamento, vinculado ao SFH, em processo de execução extrajudicial sob o regime do Decreto-lei nº 70/66. Precedentes 2. Recurso conhecido e provido." (4ª Turma, REsp n. 697.093/ RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 06.06.2005) "SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 70/66. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. - A intimação pessoal do devedor é necessária na execução sob o regime do Decreto-Lei 70/66. Precedentes. Recursos não conhecidos." (4ª Turma, REsp n. 547.249/ RS, Rel. Min. César Asfor Rocha, unânime, DJU de 19.12.2003) Como se vê, a jurisprudência firmada pelo STJ, do qual coaduno, é no sentido de que é imprescindível a notificação pessoal do devedor, do dia, hora e local do leilão do imóvel hipotecado, no âmbito da execução extrajudicial, regida pelo Decreto-lei n.º 70/66, somente admitindo a comunicação editalícia se esgotadas todas as possibilidades de intimação pessoal. Assim, por estarem presentes os pressupostos que a alicerçam, nos termos do art. 273, I, do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, a fim de determinar que o Banco requerido suspenda dos leilões designados, fls. 48, e, se abstenha em encaminhar o imóvel objeto do litígio para leilão extrajudicial, sob pena de multa diária, sem prejuízos de outras medidas coercitivas tendentes a dar eficácia a esta DECISÃO. Consigno que após corrigidos os vícios acima apontados o imóvel poderá perfeitamente ser levado a leilão, nos termos da lei. Fica a parte requerida intimada para dar cumprimento a presente DECISÃO. IC. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000410-60.2014.8.22.0008

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Darci Antônia Gonçalves Silva

Advogado: Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Kely Cristine Benevides (RO 3.843)

Requerido: Sindsaúde - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia

DECISÃO:

Compulsando os autos, vejo que há conexão entre este feito e aquele que tramita na 2ª Vara (autos de n. 000145-

58.2014.8.22.0008), pois as causas de pedir remota se identificam. Portanto, a identidade da causa de pedir possibilita reconhecer a conexão parcial entre as demandas. Tal providência encontra razão de ser justamente diante da existência do risco de decisões logicamente contraditórias, e isto inegavelmente se faz presente na hipótese. É o que basta para fazer incidir a norma do artigo 105 do Código de Processo Civil. Nesse sentido é o ensinamento THEOTÔNIO NEGRÃO que: "O objetivo da norma inserta no art. 103, bem como no disposto no art. 106, ambos do CPC, é evitar decisões contraditórias; por isso, a indagação sobre o objeto ou a causa de pedir, que o artigo por primeiro quer que seja comum, deve ser entendida em termos, não se exigindo a perfeita identidade, senão que haja um liame que os faça passíveis de DECISÃO unificada (voto do Min. Waldemar Zveiter, transcrito em RSTJ 98/191, à p. 207). No mesmo sentido: JTJ 142/185". (Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor", p. 207, Saraiva, 3a ed.) Desse modo, visando evitar SENTENÇAS colidentes, determino que seja remetidos os autos para 2ª Vara e apensado aos autos de n. 0000145.58.2014.8.22.0008. Remetam-se os autos e expeça-se o necessário, com as baixas de praxe. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000766-55.2014.8.22.0008

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria Nalva de Araújo

Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

DESPACHO:

Vistos, etc... Trata-se de Ação de concessão de aposentadoria rural proposta por Maria Nalva de Araújo em face do Instituto Nacional do Seguro Social ? INSS. O prévio requerimento administrativo é necessário para legitimar a parte autora a ajuizar ação requerendo benefício previdenciário. Inexiste interesse processual (interesse de agir), caso não tenha havido recusa de recebimento do requerimento ou negativa de concessão do benefício previdenciário na esfera administrativa. Pelo exposto, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, com o fim de comprovar que: a) Apresentou pedido administrativo antes da propositura da ação judicial; b) Instruiu devidamente o procedimento administrativo, tendo juntado, no mínimo, os documentos que instruem a ação judicial; c) Decorreu prazo razoável para o INSS apreciar o pedido. Intime-se na pessoa da procuradora constituída. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000767-40.2014.8.22.0008

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Luciana Borges Soares

Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

DESPACHO:

Vistos, etc... Primeiramente, enumere o processo. Trata-se de Ação de concessão de salário maternidade proposta por Luciana Borges Soares em face do Instituto Nacional do Seguro Social ? INSS. O prévio requerimento administrativo é necessário para legitimar a parte autora a ajuizar ação requerendo benefício previdenciário. Inexiste interesse processual (interesse de agir), caso não tenha havido recusa de recebimento do requerimento ou negativa de concessão do benefício previdenciário na esfera administrativa. Pelo exposto, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 10 dias, sob pena

de extinção e arquivamento do feito, com o fim de comprovar que: a) Apresentou pedido administrativo antes da propositura da ação judicial; b) Instruiu devidamente o procedimento administrativo, tendo juntado, no mínimo, os documentos que instruem a ação judicial; c) Decorreu prazo razoável para o INSS apreciar o pedido. Intime-se na pessoa do procurador constituído. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000768-25.2014.8.22.0008

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Ivanete Gotardo Gozzer

Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

DESPACHO:

Vistos, etc... Trata-se de Ação de restabelecimento de auxílio-doença ou concessão de aposentadoria por invalidez por Ivanete Gotardo Gozzer em face do Instituto Nacional do Seguro Social ? INSS. O prévio requerimento administrativo é necessário para legitimar a parte autora a ajuizar ação requerendo benefício previdenciário. Inexiste interesse processual (interesse de agir), caso não tenha havido recusa de recebimento do requerimento ou negativa de concessão do benefício previdenciário na esfera administrativa. Pelo exposto, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, com o fim de comprovar que: a) Apresentou pedido administrativo antes da propositura da ação judicial para que fosse restabelecido o auxílio doença; b) Instruiu devidamente o procedimento administrativo, tendo juntado, no mínimo, os documentos que instruem a ação judicial; c) Decorreu prazo razoável para o INSS apreciar o pedido; d) DECISÃO indeferindo o restabelecimento do auxílio-doença. Intime-se na pessoa da procuradora constituída. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0037897-45.2006.8.22.0008

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Credespigão - Cooperativa de Crédito Rural de Espigão do Oeste-Ltda

Advogado: Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)

Executado: Luiz Carlos Valadares, Lourenço Antônio Pilotto, Agropecuária Rio Formiga Ltda

Advogado: Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)

DESPACHO:

Vistos, etc... No caso dos autos estamos diante de procedimento de execução, o qual já se arrasta há vários anos sem qualquer efetividade (já se arrasta há quase oito anos) e todas as tentativas de constrição de bens, que não foram poucas, restaram infúteras. Há, portanto, um descompasso com o princípio da duração razoável do feito, previsto em nossa Carta Magna. Dessa forma, considerando que já foi expedido MANDADO de imissão de posse conforme requerido anteriormente, deve o credor esclarecer o pedido de fls. 134. Assim, diante da situação exposta nos autos, o trancamento dos autos era a medida a ser seguida. No entanto, concedo ao Credor mais uma oportunidade de indicar bens passíveis de penhora no prazo de 05 dias, bens que efetivamente deve pertencer à parte devedora, já deixando consignado que o feito será extinto e arquivado em caso de não atendimento da presente determinação ou indicação genérica de bem. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.

Leonel Pereira da Rocha

Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Juizado Especial Cível

Juiz(a) de Direito: Karina Miguel Sobral

E-mail: karinasobral@tjro.jus.br

Diretor(a) de Cartório: Rita de Cássia de Brito Morais

E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc: 1001580-63.2013.8.22.0015

Ação:Petição (Juizado Cível)

Ana Francisca de Oliveira Ramos(Requerente)

Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)

Advogado(s): FRANCIANNY AIRES DA SILVA OZIAS(OAB 1190 RO), SILVIA DE OLIVEIRA(OAB 1285 RO), Kharina Mielke(OAB 2906 RO)

Ana Francisca de Oliveira Ramos(Requerente)

Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)

Advogado(s): FRANCIANNY AIRES DA SILVA OZIAS(OAB 1190 RO), SILVIA DE OLIVEIRA(OAB 1285 RO), Kharina Mielke(OAB 2906 RO)

Fica neste ato intimada a parte requerida através de seus patronos da Audiência de Conciliação redesignada para o dia 19 de março de 2014, às 10:00 hs.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

1ª Vara Cível

Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral

Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br

Escrivã Judicial: Rita de Cássia de Brito Morais

Endereço Eletrônico: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002886-84.2013.8.22.0015

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Eli Rodrigues do Nascimento

Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)

Requerido:Associação Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Astir

Advogado:Cássio Fabiano Rego Dias (1514OAB/RO), Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2.258), Fábio Mello Andrade (1275)

DECISÃO:

DECISÃO Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais movida por Eli Rodrigues do Nascimento em face da Associação Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia-ASTIR. Aduz o requerente que é soldado da polícia militar, sendo descontados de seus vencimentos o valor a título de convênio com a requerida para que possa usufruir de serviços médicos e laboratoriais. Alega que a requerida não vem repassando os valores pagos aos seus conveniados, que por sua vez, estão suspendendo o referido convênio. Requer seja julgada procedente a ação para que a requerida seja condenada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos. Juntou documentos às fls. 10/19. A requerida foi citada e apresentou contestação às fls. 22/39, sob o fundamento de

que a falta de atendimento é ato unilateral e abusivo cometido pelo profissional que atendeu o requerente, uma vez que o débito devido estava sendo negociado, não justificando a não prestação de serviços sem avisar a requerida. Alegou a inexistência de dano moral e enriquecimento ilícito. Pugna pela improcedência do pedido. O requerente apresentou réplica às fls. 43/45. Intimadas as partes para especificarem provas, a requerente manifestou-se às fls. 47, requerendo a produção de prova testemunhal e o requerido (fls. 49), informou não pssuir provas a produzir. É o relato do necessário. Decido. O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Assim, não havendo outras questões pendentes, declaro o processo SANEADO e defiro a produção de prova testemunhal pugnada pelo requerente, consistente na oitiva de testemunhas. Fixo como ponto controvertido a existência ou não dos danos alegados na inicial e a suas extensões. Designo o dia 06 de maio de 2014, às 11h30min, para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes, através de seus patronos, da data da solenidade. Deve a parte requerente apresentar o rol e requerer a intimação das testemunhas, se o caso, em 5 dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão. Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005289-60.2012.8.22.0015

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Luz Neide Silva Arruda

Advogado:Marilza Gomes de Almeida Barros (OAB/RO 3797)

Requerido:Estado de Rondônia

DECISÃO:

DECISÃO Trata-se de de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada inaldita altera pars movida por Luz Niede Silva Arruda em face do Estado de Rondônia. Aduz a parte autora que é funcionária pública e ingressou com a presente ação visando a sua relocação para a cidade onde seu esposo encontra-se trabalhando, uma vez que ele foi deslocado compulsoriamente para tal cidade. Alega que seu pedido foi negado administrativamente, pois a requerente encontra-se em período de estágio probatório. Requer seja julgada procedente a ação para que o requerido seja condenado a relatar a autora, transferindo-a para a cidade de Governador Jorge Teixeira/RO ou Jaru/RO. Juntou documentos às fls. 07/16 e 18/22. O pedido de tutela antecipada foi indeferido às fls. 23/24. O requerido foi devidamente citado e apresentou contestação às fls. 25/34, sob o argumento de que a requerente pleiteia direito que não tem previsão legal, pois a requerente não completou o estágio probatório, bem como não comprovou ser o seu cônjuge funcionário público, nem mesmo se a transferência dele se deu de forma compulsória para o município onde pretende ser transferida. Pugna pela improcedência do pedido. A parte autora apresentou impugnação às fls. 43/48. Intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir, a requerente manifestou-se às fls. 43, pugnando pela juntada de documentos e o requerido pugnou pelo produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da requerente. É o relato do necessário. Decido. O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Assim, não havendo outras questões pendentes, declaro o processo SANEADO e defiro a produção de prova oral (depoimento pessoal da requerente). Defiro a prova documental apresentada pela autora às fls.

60/65.Fixo como ponto controvertido se a requerente atende aos requisitos legais para relotação.Designo o dia 28 de março de 2014, às 10h30min, para audiência de instrução e julgamento.Intime-se a requerente pessoalmente, para que compareça à solenidade na data e horário designado, para prestar depoimento pessoal, sob pena de confissão. Intime-se o requerido, através de seu patrono, da data da solenidade. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000074-69.2013.8.22.0015

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Patrícia Coutinho de Souza

Advogado:Defensoria Pública (- -)

Requerido:Maximiliano Herbertt de Souza

Advogado:Cleude Zeed Estevão (RO 1210)

DECISÃO:

DECISÃO Trata-se de ação de indenização por danos morais movida por Patrícia Coutinho de Souza em face de Maximiliano Herbert de Souza.Aduz a requerente que, no dia 22/10/2011, o requerido foi até o seu local de trabalho e deixou uma carta por debaixo da porta, dizendo que ela levava o namorado para dormir no local de trabalho e que quando tinham relações sexuais incomodavam os hóspedes, causando-lhe vários transtornos, inclusive quase foi demitida do emprego. Requer seja julgada procedente o pedido, para que o requerido seja condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos. Juntou documentos às fls. 09/28.A audiência de tentativa de conciliação restou sem êxito.O requerido apresentou contestação às fls. 52/56.A requerente apresentou réplica às fls. 58/61.Intimadas as partes para especificarem provas, a requerente manifestou-se às fls. 63, requerendo a produção de prova testemunhal e o requerido, apesar de intimado, permaneceu inerte.É o relato do necessário. Decido. O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Assim, não havendo outras questões pendentes, declaro o processo SANEADO e defiro a produção de prova testemunhal pugnada pela requerente, consistente na oitiva das testemunhas arroladas às fls. 08.Fixo como ponto controvertido a existência ou não dos danos alegados na inicial e a suas extensões.Designo o dia 06 de abril de 2014, às 09h30min, para audiência de instrução e julgamento.Intime-se a parte autora pessoalmente da data da solenidade. Considerando que o requerido não regularizou sua representação processual, a despeito de intimado pessoalmente para tanto, o feito deve prosseguir, independentemente de sua intimação.Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 08.Ciência à Defensoria Pública. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002885-02.2013.8.22.0015

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Adenir Pessoa

Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)

Requerido:Associação Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Astir

Advogado:Cássio Fabiano Rego Dias (1514OAB/RO), Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2.258)

DECISÃO:

DECISÃO Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais movida por Adenir Pessoa em face da Associação

Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia-ASTIR. Aduz o requerente que é sargento da polícia militar, sendo descontados de seus vencimentos o valor a título de convênio com a requerida para que possa usufruir de serviços médicos e laboratoriais. Alega que a requerida não vem repassando os valores pagos aos seus conveniados, que por sua vez, estão suspendendo o referido convênio. Requer seja julgada procedente a ação para que a requerida seja condenada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos. Juntou documentos às fls. 10/18.A requerida foi citada e apresentou contestação às fls. 21/38, sob o fundamento de que a falta de atendimento é ato unilateral e abusivo cometido pelo profissional que atendeu o requerente, uma vez que o débito devido estava sendo negociado, não justificando a não prestação de serviços sem avisar a requerida. Alegou a inexistência de dano moral e enriquecimento ilícito. Pugna pela improcedência do pedido.O requerente apresentou réplica às fls. 41/43.Intimadas as partes para especificarem provas, a requerente manifestou-se às fls. 45, requerendo a produção de prova testemunhal e o requerido (fls. 49), informou não possuir provas a produzir.É o relato do necessário. Decido. O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Assim, não havendo outras questões pendentes, declaro o processo SANEADO e defiro a produção de prova testemunhal pugnada pelo requerente, consistente na oitiva de testemunhas.Fixo como ponto controvertido a existência ou não dos danos alegados na inicial e a suas extensões.Designo o dia 06 de maio de 2014, às 10h30min, para audiência de instrução e julgamento.Intimem-se as partes, através de seus patronos, da data da solenidade.Devem a parte requerente apresentar o rol e requerer a intimação das testemunhas, em 5 dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão.Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Moraes

Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0000312-90.2014.8.22.0003

Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)

Requerente:Angelica Silva Oliveira

Advogado:Carlos Arthur Wanderbroock (RO 5389), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)

Requerido:Município de Jaru - Ro

Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), Rodrigo Reis Ribeiro (RO 1659)

SENTENÇA:

SENTENÇA Relatório dispensado nos termos da Lei 9.099/95. Pretende a autora Angelica Silva Oliveira o recebimento de

verbas rescisórias que tem direito, uma vez que manteve contrato comissionado com o Município de Jaru pelo período de: 06/01/2011 a 17/12/2012, referente as seguintes verbas trabalhistas: Saldo de salário, férias proporcionais, 13 salário proporcional, 1/3 férias. Observa-se que a demandante cobra o valor atualizado de R\$ 7.425,28 (sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos), pertinentes as verbas mencionadas acima, que na época totalizava R\$ 6.543,89 (seis mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos). Pois bem. Faz-se oportuno registrar que, o Código de Processo Civil, em seu art. 333, reparte o ônus da prova entre os litigantes e sobre este sistema o mestre processualista Humberto Theodoro Júnior explica que: "Cada parte, portanto, tem o ônus de provar os pressupostos fáticos do direito que pretenda seja aplicado pelo juiz na solução do litígio. Quando o réu contesta apenas negando o fato em que se baseia a pretensão do autor, todo o ônus recai sobre este [z] Quando, todavia, o réu se defende através de defesa indireta, invocando fato capaz de alterar ou eliminar as consequências jurídicas daquele outro fato invocado pelo autor, a regra inverte-se. É que, ao se basear em fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor, o réu implicitamente admitiu como verídico o fato básico da petição inicial, ou seja aquele que causou o aparecimento do direito que, posteriormente, veio a sofrer as consequências do evento a que alude a contestação" (Curso de Direito Processual Civil. Vol. I, 130 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 421 e 422). A requerente, então, cabia o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, ou seja, comprovar que seu contrato para ocupar cargo comissionado com o Município de Jaru, o que foi devidamente atendido por meio do decreto acostado nos autos (fls.09). A demandante, ainda, apresentou ao Juízo as suas fichas financeiras dos anos de 2011 e 2012, onde se verifica que as verbas rescisórias pleiteadas não foram pagas na sua totalidade. O Município de Jaru, em sua peça de defesa, reconhece o valor principal de R\$ 6.543,89 (seis mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos), conforme termos de rescisão de contrato de trabalho acostados na peça inicial, que alegou falta de recurso financeiro para honrar o pagamento, o que torna incontroverso o pedido autoral nesse ponto. A questão dos autos gira somente em torno da correção monetária e dos juros que a parte autora entende ser devido em razão da inadimplência do requerido, que não quitou a verba rescisória na data oportuna (17/12/2012). Embora o Município de Jaru na sua peça de defesa tenha reconhecido expressamente o valor principal da dívida, o requerido indiretamente confessa ser devidos a correção monetária e juros legais decorrentes de sua inadimplência, que são devidos por força de lei. No presente caso, a autora apresentou o memorial de cálculo do débito atualizado, de acordo as disposições legais da Lei 9.494/97 e 11.960/09, aplicando corretamente os juros de 6% ao ano e a correção monetária. Ante o exposto, DECLARO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por Angelica Silva Oliveira, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar o Município de Jaru/RO, a pagar a parte autora a quantia R\$ 7.425,28 (sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos), que se refere as verbas rescisórias constante no termo de rescisão de contrato de trabalho do período de 06/01/2011 a 17/12/2012, conforme fundamentação supra. Incabível a condenação em custas e honorários nesta instância (art. 55, da Lei n. 9.099/95). Eventual pedido de cumprimento de SENTENÇA deverá ser realizado nos próprios autos. P.R.I. Cumpra-se. Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004872-12.2013.8.22.0003

Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Valdinei de Carvalho

Advogado: Carlos Arthur Wanderbrook (RO 5389), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)

Requerido: Município de Jaru - RO

Advogado: Mario Roberto de Souza (OAB/RO 1765), Merquizeds Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Nayberth Henrique Alcuri A. Bandeira (RO 2854)

DESPACHO:

DESPACHO Intime-se a parte autora, via advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se o valor depositado pela requerida satisfaz integralmente o seu crédito (fls.34), na forma do artigo 794, I, do CPC. Cumpra-se. Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Fábio da Silva Amaral

Diretor de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0004830-60.2013.8.22.0003

Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado (Pronunci: Jadir Afonso Fernandes)

Advogado: Everton Campos de Queiroz (RO 2982)

DESPACHO:

O Ministério Público do Estado de Rondônia denunciou JADIR AFONSO FERNANDES, já qualificado nos autos, como incurso no artigo 147 do CP, nos termos da Lei 11.340/06 (1º fato); artigo 121, §2º, II, c/c artigo 14, II, ambos do CP, nos termos da Lei 8.072/90 e da Lei 11.340/06 (2º fato); artigo 121, §2º, II, c/c artigo 14, II, ambos do CP, na forma da Lei 8.072/90 (3º fato); artigo 329 do CP (4º fato); artigo 129, caput, do CP (5º fato); e artigo 147 do CP (6º fato), todos em concurso material (artigo 69 do CP) pelos seguintes fatos: 1º fato: No dia 15/12/2013, por volta das 20h, na Av. Luiz Terres de Oliveira, 2023, na cidade de Theobroma/RO, nesta Comarca, o denunciado ameaçou por palavras e gestos de causar mal injusto e grave a sua ex-namorada, a vítima Fiana Dias da Silva. 2º fato: Nas mesmas condições de lugar e pouco tempo após o 1º fato, o denunciado, por motivo fútil, tentou matar a vítima Fiana Dias da Silva com golpes de faca, mas foi impedido por Silvano. 3º fato: Nas mesmas condições de tempo e lugar do fato anterior, o denunciado, por motivo fútil, tentou matar a vítima Ailton França de Godoi com golpes de faca, não conseguindo seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade. 4º fato: Momento após os fatos anteriores, no Hospital de Theobroma/RO, nesta Comarca, o denunciado opôs-se à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. 5º fato: Nas mesmas condições de tempo e lugar do 3º fato, o denunciado ofendeu a integridade corporal e a saúde da vítima Marcos José Cardoso de Souza com chutes e socos. 6º fato: Nas mesmas condições de tempo e lugar do 3º fato, o denunciado ameaçou por palavras

e gestos de causar mal injusto à vítima Marcos José Cardoso de Souza. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva (fls. 08/09). A Defensoria Pública apresentou pedido de revogação da prisão preventiva (fls. 12/14), que recebeu oposição do MPRO (fls. 18/20) e restou indeferido (fls. 21/22). Certidão de antecedentes criminais foi encartada aos autos (fls. 23/26). Em audiência preliminar, realizada em 10/10/2013, a vítima Fiana Dias da Silva manteve a representação criminal em desfavor do denunciado, que foi citado e notificado. Na mesma ocasião, a denúncia foi recebida (fl. 27). Resposta à acusação à fl. 30. Durante a instrução foram ouvidos Fiana Dias da Silva, Ailton França de Godoi, Marcos José Cardoso de Souza, Jakson de Assunção, Júnior Artuni de Moura e, ao final, o réu foi interrogado. As partes apresentaram alegações finais orais, registradas via sistema audiovisual. O MP requereu seja julgada procedente a pretensão penal, para pronunciar o réu nos termos da denúncia. A DPE reservou-se o direito de se manifestar em plenário. É o relatório sucinto. Em relação aos requerimentos formulados pelas partes (fls. 65 e 75), defiro-os, consignando ressalva quanto ao item 74º do requerimento do MPRO, tendo em vista que o Juízo não dispõe de retroprojetor, datashow etc. Assim, desde que a parte interessada disponha de tais recursos, estes poderão ser utilizados na apresentação em plenário. Assim, considerando a criação da 1ª Semana Nacional do Tribunal do Júri pelo CNJ, designo o dia 26 de março de 2014, às 08 horas, para que o réu JADIR AFONSO FERNANDES seja levado a julgamento pelo Tribunal do Júri. Intimem-se o réu, o Ministério Público, a defesa e as testemunhas. Requisite-se escorta à Polícia Militar. Expeça-se o que mais for necessário. Jaru-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000825-58.2014.8.22.0003

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Condenado: M. S. Industira e Comercio de Madeiras Ltda

Advogado: José Aristides de Jesus Mota (OAB/PR 9.856-OAB/PR)

DESPACHO:

Vistos, Designo audiência admonitória para o dia 18/03/2014, às 09 horas. Int. Jaru-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000823-88.2014.8.22.0003

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Condenado: Maranata Industrial Madeiras Ltda

Advogado: Ilizandra Sumeck Carminatti (OAB/RO 3977)

DESPACHO:

Vistos, Designo audiência admonitória para o dia 18/03/2014, às 08h45min. Int. Jaru-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000765-85.2014.8.22.0003

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público do Estado do Paraná

Condenado: Jonas Antunes de Lima

Advogado: Alexandre Henrique Guzzo (OAB/PR 026562), Pedro Provin Junior (OAB/PR 043505)

DESPACHO:

Vistos, Designo audiência admonitória para o dia 18/03/2014, às 10h45min. Caso o apenado não seja localizado nesta Comarca, devolva-se os autos ao Juízo de origem. Int. Jaru-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000824-73.2014.8.22.0003

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Condenado: João Batista da Silva

Advogado: José Aristides de Jesus Mota (OAB/PR 9.856-OAB/PR)

DESPACHO:

Vistos, Designo audiência admonitória para o dia 18/03/2014, às 09h30min. Caso o apenado não seja localizado no endereço indicado nos autos, desde já, determino a expedição de MANDADO de prisão, para garantir a aplicação da Lei penal. Preso, deve ser apresentado imediatamente ao Juízo para realização da audiência, independente de pauta. Não sendo dia útil, deverá ser segregado na unidade prisional destinada ao regime semiaberto. Int. Jaru-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Gilson da Silva Barbosa

Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito

Proc.: 0000789-16.2014.8.22.0003

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Salatiel Aliares da Silva

Advogado: Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813)

Requerido: Neon Eletro Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda

Advogado: Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111111)

DECISÃO:

DECISÃO Vistos, etc., Salatiel Aliares da Silva ajuizou ação de restituição de valor pago com indenização por danos morais e antecipação de tutela em face de Neon Eletro Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda, pretendendo, em sede de antecipação de tutela, que seja oficiado ao requerido para que faça a devolução do valor pago pelo produto com juros e correção monetária. Juntou documentos (fls. 12/36), emenda (fls. 41/44). Nos termos do art. 273 do CPC, a antecipação de tutela será concedida quando existir prova inequívoca do direito alegado, bem como verossimilhança da alegação, como fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, restar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. No presente caso, em que pese a verossimilhança das alegações autorais, o Juízo entende que não restou demonstrada a presença dos requisitos autorizadores à concessão da antecipação dos efeitos da tutela, uma vez que não há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Também, não há qualquer comprovação de que a não concessão da antecipação dos efeitos da tutela neste momento processual, possa vir causar ineficácia de eventual julgamento procedente da causa. Portanto, a falta de pressupostos autorizadores desampara a concessão da medida pleiteada. 1- Isto posto, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela requerida na inicial. 2- Cite-se o requerido

para contestar, por carta-AR, com as advertências do art. 285, caput, segunda parte, do CPC, com os benefícios do art. 172, §2º do mesmo Diploma Legal. Inexitosa a citação por carta-AR, expeça-se carta precatória. Nesses casos de expedição de carta precatória para cumprimento dentro do Estado de Rondônia, a Escrivania sempre deverá cumprir a determinação disposta nas Diretrizes Gerais da Justiça do TJ/RO, em seu art. 75: "Quando a carta precatória for expedida para cumprimento dentro do Estado de Rondônia, o escrivão deverá consultar o SAPTJRO, caso sejam necessárias informações acerca da distribuição e andamento, certificando nos autos ou juntando relatório analítico do que constar." A Escrivania poderá obter informações acerca do cumprimento do ato solicitado mediante e-mail. 3- Vindo resposta com preliminares ou documentos, dê-se vistas à parte autora, exceto em caso de revelia. 4- Após, conclusos para saneamento. Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil. Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça. Cumpra-se. Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: [0003544-47.2013.8.22.0003](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Banco da Amazônia S/a

Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro. (RO 2037), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310), Adriana Silva Rabelo (OAB/AC 2609A), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB/AC 2.708), Gisele Coutinho Beserra (AP 1.168-B), Anna Belle de Oliveira Machado (AM 4.419), João Pedro de Deus Neto (RJ 135.506), Martha Lorena da Silva Carneiro (OAB/AM 6113), Dileta Maria de Albuquerque Sena (OAB/DF 4049), Alba Maria de Souza Lima (OAB/TO 1052), Carlos Alberto Braga Diniz Junior (MA 7298), Paulo Sergio Lopes Gonçalves (PA 281005), Silas Araujo Lima (TO 1738), Elisangela Hasse (MF 8689), Aline Meirelles Barros (PA 5543), Aline Penedo de Oliveira (PA 7086), Ana Coeli Bastos Lisboa (OAB/PA 7091), Ana Lucia Barbosa da Silva (PA 8489), Ana Margarida Silva Loureiro Godinho (PA 2309), Ana Maria Fragozo Toscano (PA 1780), André Alberto Souza Soares (OAB/PA 7865), Angelica Patricia Almeida Monteiro (PA 9005), Antonio Félix Teixeira Negrão (PA 6417), Átila Alcyr Pina Monteiro (PA 6558), Cezar Escócio de Faria Junior (PA 6.240), Chiara de Sousa Costa (PA 10.535), Cristiano Coutinho de Mesquita (PA 10311), Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (PA 7690), Denize do Socorro da Conceição Brito (PA 8543), Eder Augusto dos Santos Picanço (PA 10396), Humberto Souza Miranda Pinto (PA 12.942), Izabela Ribeiro Russo Rodrigues (PA 6983-B), Joseane do Socorro de Sousa Amador (PA 11.001), Josiane Maria Maués da Costa Franco (PA 7.308), Luiz Paulo Santos Álvares (PA 1788), Marcel Leda Noronha Macedo (PA 13.559), Maria Rosa Marinho Ferreira (PA 12.164), Maria Rosineide Alves de Lima (PA 8.370), Marlene de Nazaré Amaral Lopes (PA 7547), Marluci de Lima Ferreira (PA 8783-B), Monique Rocha Zoni Botelho (PA 11690), Nazaré de Fátima Santos Domingues (PA 7788), Patricia de

Nazareth da Costa e Silva (PA 11274), Samuel Nystron de Almeida Brito (PA 7535), Rosimar Socorro de Souza Ramos (PA 8562), Vitor Manoel Silva de Magalhães (PA 9346), Walter Silveira Franco (PA 10210), Wellington Marques da Fonseca (PA 9329), José Raimundo Cosmo Soares (PA 2647), Karlene Azevedo de Aguiar (PA 11325), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727), Lauro Lucio Lacerda (OAB/RO 3919), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Monameres Gomes Grossi (OAB/RO 903), Carlos Alberto Cói (SP 60915), Alessandro de Paula Canedo (OAB/TO 1334A), Danilo Amâncio Cavalcanti (OAB/GO 29191), Fernanda Ramos Ruiz (TO 1965), Maurício Cordenonzi (TO 2223)

Executado: Maria Alves dos Santos, Claudiomiro Alves dos Santos

Advogado: Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)

DESPACHO:

DESPACHO Acaso efetivamente pretenda o exequente a penhora requerida às fls. 52, deverá diligenciar para atender o DESPACHO de fls. 53, face a incúria dos executados, em 10 dias, sob pena de indeferimento. Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: [0004729-23.2013.8.22.0003](#)

Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: A. M. da S.

Advogado: Aparecido Modesto da Silva. (OAB/RO 1610)

Requerido: A. F. da S. A. F. da S. A. F. da S. A. F. da S.

Advogado: Advogado Não Informado (NBO 020)

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos. A parte exequente e seu advogado foram regularmente intimados para promover ato processual e quedaram-se inertes. Com efeito, é entendimento predominante no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia a possibilidade de extinção do processo se a parte autora, pessoalmente intimada a manifestar-se, deixa de adotar as diligências necessárias ao andamento do feito, sendo plenamente cabível a aplicação da sanção prevista no art. 267, inciso III, §1º do CPC. Nesse sentido: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INÉRCIA DA PARTE. ABANDONO DO PROCESSO. CONFIGURAÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PENDÊNCIA DE RECURSO ESPECIAL. INDIFERENÇA. A extinção da execução de forma anormal, sem a implementação de sua satisfação, em virtude da inércia das partes, é perfeitamente regular se efetivada após a devida intimação pessoal da parte e do seu advogado mediante publicação em diário oficial. Em se tratando de execução não embargada, é permissível ao juiz, de ofício, reconhecer o abandono da causa por inércia da parte, sendo desnecessário neste caso requerimento da parte contrária. Não gera causa processual para a suspensão de execução o fato de estar a lide principal pendente de julgamento de recurso especial. (101.003.2005.002601-4 Apelação Cível. 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Relator: Desembargador Marcos Alaor D. Grangeia. Data: 11 de junho de 2008). (grifei) Assim, também, é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267, INCISO III, §1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR. SÚMULA 7/STJ. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. 1. Extingue-se o processo, sem resolução de MÉRITO, quando

o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias e quedar-se silente após ser intimado, pessoalmente, a fim de dar prosseguimento ao feito em 48 (quarenta e oito) horas. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem afirmou expressamente que a exequente foi intimada de acordo com o art. 267, III, ?? 1º, do CPC. Rever essa questão ensejaria o reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ). 3. A Súmula 240 não se refere à execução não embargada. Precedentes do STJ. (AgRg no Resp 936372/PB. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, julgado em 19/12/2008) (grifei)PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. ABANDONO DA CAUSA. CITAÇÃO DOS RÉUS NÃO CONFIGURADA. REEXAME DOCUMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. SÚMULA N. 240-STJ. HIPÓTESE DIVERSA. CPC, ART. 267, III, §1º. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR EFETUADA. EXTINÇÃO. I. Se a relação processual litigiosa não se instaurou, porque o Tribunal estadual, no concernente ao exame de documento extrajudicial, considerou o mesmo inaproveitável para firmar a ocorrência de citação dos réus, descabida é a invocação da Súmula n. 240 do STJ, bem como da revelia, eis que o pressuposto básico a tanto ? a integração dos réus ao processo ? está ausente. II. Intimada pessoalmente a parte a promover os atos necessários ao andamento do processo, nos termos do art. 267, III, parágrafo 1o, do CPC, a extinção da lide é consequência da sua omissão, aqui verificada. III. Recurso especial não conhecido. (Resp 440.813/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2003, DJ 25/08/2003, p. 314)Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, nos termos do art. 267, inciso III e §1º do CPC, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos daí decorrentes. Defiro o desentranhamento de documentos que instruem a inicial, exceto a procuração e eventuais taxas da OAB e judiciais, mediante cópia, às expensas da parte exequente. Custas processuais pelo requerente em 05 dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa, o que desde já defiro na hipótese de omissão. Sem honorários.P.R.I. Cumpra-se. Se requerido, defiro a dispensa do prazo recursal.Arquivem-se oportunamente.Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: [0000944-19.2014.8.22.0003](#)

Ação:MANDADO de Segurança

Requerente:Efigênio Natalino Pinto

Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)

Requerido:Prefeito Municipal de Theobroma

Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)

DESPACHO:

DESPACHO 1- Desde já concede-se a gratuidade judiciária ao impetrante, nos termos do art. 12, da Lei n. 1.060/50.2- Intime-se a parte impetrante, via seu advogado, para emendar a peça inicial, no lapso de 10 (dez) dias, sob pena de extinção (art. 284, do CPC), a fim de apresentar cópia da Lei Municipal que supostamente estaria sendo alterada pelo Decreto Municipal n. 1411/GP/2013, cumprindo assim disposição do art. 377, do CPC, bem como elucidando qual norma municipal se refere, tendo em vista que sequer menciona o seu número e data de elaboração.3- Com ou sem a apresentação da emenda, voltem os autos conclusos para análise.Cumpra-se.Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: [0006042-87.2011.8.22.0003](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco do Brasil S/a

Advogado:Karina de Almeida Batistuci (RO 4571), Maria de Lurdes Rondina Mandaliti (SP 134.450), Paula Rodrigues da Silva (SP 221.271), Marina de Castro Carvalho Cury (SP 237.625), José Guilherme Gerin (SP 364.515), Ana Beatriz Belluzzo Navega (SP 193.313), José Henrique Zago Marques (SP 263.433), Letícia Francisco Silva da Costa (SP 171.320), Samar Bechara Cardoso (SP 165.190), Diogo Moraes da Silva (OAB/RO 3830), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620), João Luis Sismeiro de Oliveira Junior (OAB/RO 53879), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)

Executado:José do Carmo Leal

Advogado:Nelma Pereira Guedes (OAB/RO 1218)

DESPACHO:

DESPACHO Defiro a penhora, remoção, avaliação, e intimação do veículo mencionado às fls. 136, juntando-se a consulta ao RENAJUD em anexo.Quanto a penhora do imóvel, deverá o exequente trazer a matrícula atualizada do imóvel para se aferir a situação atual do imóvel, bem como evitar lesão a direito de terceiro interessado. Por ora, está indeferido.Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: [0006445-85.2013.8.22.0003](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Distribuidora Ebenezer Ltda ME

Advogado:Magali Ferreira da Silva (RO 646-A)

Requerido:Banco Volkswagen S/a

Advogado:Nathalia Correia Pompeu (OAB/SP 298.298-A), Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335), Antonio Braz da Silva (OAB/PE 12450), Fabio Torres Ferreira (SSP/PE 32.929), Silvia Valeria do Nascimento Muniz (OAB 27.033), Gilmara Valões Cavalcanti da Silva (OAB/PE 24.533), Melanie Galindo Martinho (RO. 3.793)

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos, etc; DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA EPP, ajuizou ação declaratória de inexistência de débito c.c indenizatório em desfavor do BANCO VOLKSWAGEM SA, todos qualificados nos autos em epígrafe. Disse que comprou um veículo Kombi, tendo financiado esta aquisição com o requerido, em 48 parcelas de R\$ 1.155,53. Contudo, o veículo apresentou problemas de funcionamento e por isso, ajuizou a ação de n. 0005977-92.2011.8.22.0003, onde foi autorização a suspensão dos pagamentos das parcelas do financiamento até que o problema com o veículo se resolvesse. Disse que no referido auto, quando lhe foi determinado, efetuou o depósito judicial das 05 parcelas em aberto, quais seja, a de n. 17 e 18, bem como após depositou em 29/04/2013, depositou em conta judicial o valor de R\$ 6.933,18, que foram transferidas para a conta bancária do requerido, por determinação judicial. Afirmou que mesmo tendo sido pagas as parcelas que, somente ficaram em aberto por autorização judicial, agindo de forma desleal, o requerido inseriu uma restrição em seu nome num cadastro interno das instituições financeiras, em decorrência das parcelas supracitada, que estão pagas. Requereu liminar para a restrição em seu cadastro do SCR do Bacen ser retirado do seu nome e, ao final, que fosse declarado inexistentes os débitos inscritos no relatório do SCR, pertinente ao contrato n. 00223485500, bem como que o requerido fosse condenado ao pagamento de

indenização por danos morais (fls. 03/15). Juntou documentos (fls. 16/87).A parte autora emendou a sua petição inicial (fls. 94).O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi deferido, bem como foi determinada a citação (fls. 95/96).O requerido foi citado por meio de carta-AR (fls. 99).A parte autora alegou que o requerido não atendeu completamente a antecipação dos efeitos da tutela, juntando documentos (fls. 102/127).Foi certificado o decurso do lapso para contestar em 21/01/2014 (fls. 129v).A peça de defesa foi acostada ao feito, tendo chegado a Serventia do Juízo em 29/01/2014 (fls. 132/138). Juntou documentos (fls. 139/154).A parte demandante apresentou impugnação. É o relatório. Passa-se a fundamentação. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder?". (STJ ? 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso concreto, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil.Inicialmente, observa-se que a contestação da parte requerida é intempestiva, pois, apesar de ter sido apresentada no protocolo integrado em 21/01/2014, a mesma somente foi recebida na serventia deste Juízo em 29/01/2014.Pois bem. De leitura atenta dos autos, extrai-se que não fora apresentada qualquer notícia de que a parte autora tivesse protocolado emenda à inicial por meio do protocolo integrado e que ensejasse o aguardo da respectiva peça. Ressalta-se que não há qualquer indício de que a autora tenha enviado fax do seu protocolo na comarca de Porto Velho/RO, como determina as Diretrizes Gerais Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: "Art. 426. Incube à parte, através do seu advogado, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da data de protocolo da petição no Cartório Distribuidor, comunicar ao juízo destinatário, a unidade recebedora da petição.Parágrafo Único. Se a parte não comprovar o cumprimento do disposto no caput, será considerada inexistente a petição."Ressalta-se que não há como o Juízo prever que uma das partes efetuou protocolo integrado e aguardar a chegada da peça! Justamente por esta razão as Diretrizes Gerais Judiciais do TJRO já prevê a sanção para os casos de inexistência de comunicação do uso do protocolo integrado.A condutada da autora faz parecer que somente os Juízes devem cumprir as determinações elencadas nas Diretrizes Gerais Judiciais do TJRO, que dispõe normas de condutas e sanções pelo descumprimento.Não se pode olvidar que as Diretrizes Gerais Judiciais possui natureza de orientação da própria Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e devem ser respeitadas também por todos os servidores, partes e advogados.Dessa feita, declara-se a revelia da parte demandada.De estudo atento dos autos, é perfeitamente possível verificar que os pagamentos referentes aos apontamentos feitos pelo Banco deMANDADO de n. 201309, 201308, 201307, 201306, 201305, 201304, 201303, 2013012, 201301, 201212 no relatório do SCR do Bacen, pertinente ao contrato de n. 0022348500, já foram devidamente pagos pelo requerente por meio de depósito judicial realizado na ação de n. 0005977-92.2011.8.22.0003, como faz prova os documentos acostados às fls. 63/72 e 81/87.Observa-se que a autora sofreu restrição de crédito perante o SCR do Bacen, como se atestou por meio do documento acostado às fls. 26/37 e teve sua honra maculada em razão da conduta perpetrada pela empresa requerida, tal circunstância acaba por evidenciar o nexo causal

entre a conduta da pessoa jurídica Banco deMANDADO e o dano sofrido pela autora.Demais disso, a mera negativação do crédito se mostra suficiente a ensejar o almejado dano, pois aquele que passa a sofrer restrição de crédito, padece de inúmeros infortúnios.A conduta da parte demandada é evidente, pois deveria agir com cautela e prudência no desenvolvimento de sua atividade, evitando causar prejuízos aos seus clientes de boa-fé pela sua ineficiência.Cumprir anotar que, a relação estabelecida pelas partes está inserida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, portanto, deve ser regida por suas normas.Assim, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante, consumidor e parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos de fls. 19/28. Ainda na forma da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva e da inversão do ônus probatório, recaindo sobre a ré o dever de indenizar o requerente, somente podendo ser afastada a responsabilidade se provar a ré que não ocorreu o defeito do serviço ou que a culpa pela ocorrência deste é exclusivamente do consumidor. Ressalta-se que caberia à empresa-requerida comprovar os fatos extintivos de sua responsabilidade, ou seja, deveria provar que a autora efetivamente realizou contrato com a instituição financeiro. Contudo, não conseguiu.Portanto, a parte requerida deveria ter a atenção de verificar a documentação dos seus clientes e quando faz a restrição do nome dos seus devedores, cuidado este que não teve, devendo arcar com as consequências da falta de zelo, indenizando o requerente, pelos danos experimentados.O Código Civil dispõe: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."Ressalta-se que o autor, por meio da documentação acostada às fls. 26/28, 63/72 e 81/87, conseguiu provar que o registro de restrição de seu crédito, foi objeto de discussão e satisfação por meio da ação n. 0005977-92.2011.8.22.0003.Portanto, resta evidente que deve ser declarado inexistente o débito inscrito pelo requerido no SCR do Bacen em relação aos apontamentos feitos pelo Banco deMANDADO de n. 201309, 201308, 201307, 201306, 201305, 201304, 201303, 2013012, 201301, 201212 no relatório do SCR do Bacen, pertinente ao contrato de n. 0022348500.Assim, cumpre ao juízo fixar quais foram os danos e o quantum devido como forma de recomposição, vez que a dor e humilhação sofrida não tem valor estimado, mas pode ser ressarcida monetariamente como forma de compensação.A ocorrência do dano moral não carece de prova, sendo presumido frente ao ato ilícito. Sendo certo que o autor fora cadastrado indevidamente no órgão de proteção ao crédito, por culpa exclusiva da demandada, faz ele jus a indenização por dano moral como forma de mitigar seu sofrimento.Assim, caracterizado está o dano moral.Senão vejamos: "Em se tratando de indenização decorrente de inscrição irregular no cadastro de inadimplentes, a exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular neste cadastro? (STJ - Resp. 233.076-RJ, relator Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira). Vale dizer: O dano moral se presume, mesmo porque ele configura uma lesão a dignidade humana do autor, o qual, sem sombra de dúvidas, fica com sua imagem prejudicada perante a sociedade. Por fim, no que pertine ao valor do ressarcimento por danos, deve ser fixado em um quantum que sirva de alento para ao autor e, ao mesmo tempo, de desestímulo a requerida, a fim de que não volte a incorrer na

mesma conduta. Assim, tem-se por satisfatória e fixação de indenização no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).No tocante ao pedido de nulidade de eventual contrato, extrai-se que o mesmo cai por terra, pois se o débito é inexistente, por óbvio nem há negócio jurídico passível de vícios.Ante o exposto, DECLARO PROCEDENTE os pedidos mediatos formuladas por DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA EPP em desfavor de BANCO VOLKSWAGEN S.A., com resolução de MÉRITO e fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil c/c art. 186 do Código Civil, apenas para:1) Tornar definitiva a DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela, exarada às fls. 95/96;2) Declarar inexistente os débitos que deram causa à ação ajuizada por DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA EPP em desfavor de BANCO VOLKSWAGEN S.A., quais sejam, os apontamentos n. 201309, 201308, 201307, 201306, 201305, 201304, 201303, 2013012, 201301, 201212 no relatório do SCR do Bacen, pertinente ao contrato de n. 0022348500;2) Condenar o requerido BANCO VOLKSWAGEN S.A. ao pagamento de indenização no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em favor do requerente DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA EPP, já atualizados nesta data (Súmula 362 do STJ), à título de indenização por danos morais.O requerido Banco Volkswagen SA fica intimado a adotar de todas as medidas a fim de proceder a baixa definitiva do nome do autor do cadastro dos órgão de proteção ao crédito (SCR do Bacen), em relação aos apontamentos objeto desta ação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) até o limite de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), comprovando nos autos. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais. Assim, oportunamente, conforme determina o inciso IV, do art. 2º da Instrução do TJRO n. 008/2010/PR, enviem-se os autos a contadoria judicial para apuração das custas processuais atualizadas e em seguida, intime-se a parte demandada para comprovar o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, que desde já fica autorizada em caso de omissão.Condeno a parte requerida ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), com fundamento no art. 20, §4º, do CPC.Caso a parte requerida não efetue o pagamento no prazo de 15 dias, a contar do trânsito em julgado, incidirá multa de 10%, nos termos do art. 475-J do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.Jaru-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Fábio da Silva Amaral
Diretor de Cartório

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: [0008152-85.2013.8.22.0004](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Elsenir Catarina Dias

Advogado:Léa Rodrigues de Oliveira (OAB/RO 4566)

Alegações finais Partes:

Fica a parte, por via de sua Advogada, intimada a apresentar alegações finais por memorias no prazo sucessivo de 05 dias.

Proc.: [0004012-76.2011.8.22.0004](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Denunciado:Gésio Cabral de Souza

Advogado:Esperendeus Ferreira de Pinho (OAB/RO 1429)

SENTENÇA:

DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado GÉLIO CABRAL DE SOUZA e, por consequência, julgo extinguo o feito nos termos do artigo 89, §5º da Lei 9.099/95, por entender suficiente para reprovação de sua conduta. Após o trânsito em julgado, procedam-se as comunicações e anotações de estilo. Ouro Preto do Oeste, 5/2/2014. Haruo Mizusaki - Juiz de Direito.

Proc.: [0003220-54.2013.8.22.0004](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Denunciado:Douglas Antonio da Silva Caxias

Advogado: Não Informado

SENTENÇA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 60 DIAS

DE: DOUGLASANTONIO SILVACAXIAS, brasileiro, convivente, vaqueiro, filho de Fabiano Moreira Caxias e Sueli Gomes da Silva, nascido em 25/8/1994, natural de Ouro Preto do Oeste/RO, residente na rua Joana D'arc, n. 228 bairro Nova Ouro Preto, Ouro Preto do Oeste-RO.

FINALIDADE: INTIMAR a parte supramencionada da SENTENÇA de extinção da punibilidade exarada nos autos em epígrafe, conforme parte dispositiva adiante transcrita: "Ante a manifestação do Ministério Público, às fls. 55-56, e o termo de audiência informando o desinteresse da vítima em dar prosseguimento à investigação criminal por violência doméstica (fls.53), julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE, com fundamento no art. 107, V, do CP. Procedam-se as baixas e comunicações que se fizerem necessárias. Sem custas. P.R.I." Ouro Preto do Oeste-RO, 6/2/2014 - Haruo Mizusaki- Juiz de Direito
Ouro Preto do Oeste, 28 de fevereiro de 2014.

HARUO MIZUSAKI

Juiz de Direito

Proc.: [0004016-50.2010.8.22.0004](#)

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Denunciado:Marches Marlone de Paula

Advogado:Eliana Lemos de Oliveira (OAB/RO 4.423)

DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Marches Marlone de Paula e, por consequência, julgo extinguo o feito nos termos do artigo 89, §5º da Lei 9.099/95, por entender suficiente para reprovação de sua conduta. Após o trânsito em julgado, procedam-se as comunicações e anotações de estilo. P.R.I. Ouro Preto do Oeste, 7/2/2014. Haruo Mizusaki - Juiz de Direito.

Proc.: 0006766-20.2013.8.22.0004

Ação:Execução Provisória

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:José de Aguiar

Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)

FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado dos cálculos de liquidação de penas, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para, 28/4/2029; progressão para o regime semiaberto em 08/09/2019; progressão para o regime aberto em 31/7/2023 e livramento condicional em 08/01/2024.

Proc.: 0000236-63.2014.8.22.0004

Ação:Execução Provisória

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:Gean Carlos de Jesus Oliveira

Advogado:Juarez Rosa da Silva (OAB/RO 4200)

FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado dos cálculos de liquidação de penas, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para 23/01/2026, progressão para o regime semiaberto em 23/06/2018; progressão para o regime aberto em 18/07/2021 e livramento condicional em 22/11/2021.

Proc.: 0004096-14.2010.8.22.0004

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:Clenilton Cledison Ramos Teodoro

Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)

DECISÃO:

Assim, RECONHEÇO a falta grave cometida e REGRIDO o ora Condenado CLENILTON CLEDISON RAMOS TEODORO para o regime fechado. Oficie-se à Direção da Casa de Detenção. Elabore-se novo cálculo de pena. Int. Ouro Preto do Oeste-RO, 10/2/2014 - Haruo Mizusaki - Juiz de Direito

Proc.: 0002616-98.2010.8.22.0004

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:Pedro Antonio Marques de Freitas

Advogado:Marcos Donizete Zani (OAB/RO 613), Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815)

DECISÃO:

Ante o exposto, estando presentes os requisitos exigidos pelo artigo 112, caput, da Lei de Execuções Penais, concedo a progressão do regime fechado para o semi-aberto ao reeducando PEDRO ANTÔNIO MARQUES DE FREITAS, devendo o mesmo permanecer na condição em que se encontra, ou seja, albergue domiciliar. Homologo os cálculos de fls. 129-130. Publique-se. Intimem-se o reeducando da concessão do benefício. Oficie-se ao CAPS para que informe a frequência de comparecimento e atendimentos agendados para o reeducando, bem como preste informações quanto à progressão do seu estado de saúde mental. Ciência ao representante do Ministério Público, à Defesa e ao reeducando. Ouro Preto do Oeste-RO, 5/2/2014 - Haruo Mizusaki - Juiz de Direito

Proc.: 0000953-75.2014.8.22.0004

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:Rubens Antonio da Silva

Advogado:Mauricio Pires de Barros (OAB/GO 11.502)

FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado a juntar aos autos documentos inteligíveis acerca do estado clínico do Reeducando, uma vez que o Laudo de Avaliação do fisioterapeuta apenas recomendou a continuidade de tratamento.

Proc.: 0002904-75.2012.8.22.0004

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça

Condenado:Edgar Tadeu da Cruz

Advogado:Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569), Gilson Souza Borges. (OAB/RO 1533)

FINALIDADE: INTIMAR os advogados a se manifestarem acerca da justificativa apresentada pelo Reeducando.

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROJUDI

Sugestões ou reclamações: 3461-3813/3461-2050

e-mail: je_opo@tjro.jus.br

Proc: 1001357-46.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Esmerinalda Ambrosio de Oliveira(Requerente)

Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO) Brasil Telecom Celular S/A(Requerido)

Advogado(s): Renne Maria Barros Almeida de Paula(OAB 5801 RO)

DESPACHO: "(...)Não havendo recolhimento do preparo, a deserção é medida que impõe a lei. Via de consequência, não recebo o recurso, pois ausente pressuposto de admissibilidade. Certifique-se o trânsito em julgado.

Decorrido o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

FICA INTIMADA A PARTE AUTORA A MANIFESTAR-SE SOBRE O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO JUNTADO AOS AUTOS.

Proc: 1001926-47.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Florencio Frigini(Requerente)

Advogado(s): Karima Faccioli Caram(OAB 3460 RO)

Banco Panamericano(Requerido)

Advogado(s): FELICIANO LYRA MOURA(OAB 21714 PE)

SENTENÇA: "(...)Posto Isso, Julgo Procedentes os pedidos propostos por Florencio Frigini em face de Banco Panamericano, para declarar a inexistência do contrato discutido nos autos e consequente inexigibilidade do débito, bem como condenar o requerido a compensar o autor pelo dano moral ao pagamento do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora de 1%, devidos desde a citação e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a indenização e a restituição do valor de R\$1.220,40 corrigidos e com juros de mora devidos desde a citação. Via de consequência, extingo o processo

com análise do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do CPC. Torno definitiva a Liminar concedida. P.R.I. A partir do trânsito em julgado da SENTENÇA, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independentemente de nova intimação, sob pena de incidir em multa prevista no artigo 475J do CPC. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.”

Proc: 1000289-27.2014.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Eusa Marques dos Santos Me(Requerente)

Advogado(s): Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB 3287 RO)

Brasil Telecom S/A - OI(Requerido)

DESPACHO: “Junte-se aos autos a fatura e o respectivo comprovante de pagamento referente ao mês de janeiro/2014. Prazo de 5 dias. Intime-se a autora.”

Proc: 1002218-32.2013.8.22.0004

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Maikon Alves Martins Silva(Requerente)

Gilmar Agnaldo da Silva(Requerido)

DESPACHO: “Intime-se o autor a manifestação quanto a penhora. Prazo de 5 dias.”

Proc: 1001172-08.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Crispim Pereira dos Santos(Requerente)

Advogado(s): Décio Barbosa Machado(OAB 5415 RO)

PAULO XAVIER(Requerido)

Advogado(s): Alexandre Anderson Hoffmann(OAB 3709 RO)

SENTENÇA: “(...)Posto Isso, Julgo Improcedentes os pedidos propostos por Crispim Pereira dos Santos contra Paulo Xavier e extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art.269, I do CPC. P.R.I. Decorrido o prazo recursal, não havendo manifestação, arquivem-se.”

Proc: 1000201-23.2013.8.22.0004

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

Leão & Moura Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Camila Jacob do Nascimento Freitas(OAB 5450 RO)

I. Pereira da Silva - ME(Requerido)

DESPACHO: “Desconstituo a penhora constante no mov.22 e indefiro a constrição dos bens indicados, por se serem necessários à atividade comercial da empresa executada (art. 649, V do CPC). Intime-se o exequente a indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.”

Proc: 1000141-50.2013.8.22.0004

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

Sebastião Albino Pereira(Requerente)

Advogado(s): Naira da Rocha Freitas(OAB 5202 RO)

Janaína Graciana Araújo Domingues(Requerido)

Fica intimado o exequente a dizer se tem interesse na adjudicação do bem, cuja penhora foi mantida (uma estante lateral).

Proc: 1001235-33.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

FABIANO CALATRANI DE MIRANDA(Requerente)

Advogado(s): Jess José Gonçalves(OAB 1739 RO)

Ativo S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros(Requerido), Banco do Brasil S/a - Ag. 1404-4(Requerido)

Advogado(s): OAB:5398 ROOAB:8123 PR

DESPACHO: “Consta no item 3 do acordo, a quitação do pedido objeto da presente ação, tendo o eminente relator declinado a homologação a este juízo, ante a perda do objeto do recurso interposto pelo Banco do Brasil. A SENTENÇA homologatória, substitui a DECISÃO proferida. Desse modo, sem fundamento o prosseguimento do feito. Indefiro. Arquivem-se.”

Proc: 1000575-39.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Valença & Valença Ltda - Farma Reuz(Requerente)

Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)

Sérgio Francisco Filho(Requerido)

DESPACHO: “Não se trata de cálculo de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas, conforme preconiza o art.52 da Lei 9.099/95. Também por ora, não se enquadra o procedimento, nas hipóteses em que poderá o juiz valer-se do contador do juízo, na inteligência do §3º.do art.475B do CPC. O cálculo do valor da condenação depende apenas de cálculo aritmético, devendo portanto, o credor requerer o cumprimento da SENTENÇA, na forma do art.475J e instruir o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo (art.475B, CPC), em observância ao Princípio do Contraditório. Desse modo, indefiro o pedido. Não havendo manifestação, no prazo de 5 dias, arquivem-se.”

Proc: 1000022-89.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Braz Paganini(Requerente)

Advogado(s): Suéllem Carla Fernandes da Costa(OAB 3475 RO)

BANCO DO BRASIL S/A(Requerido)

Advogado(s): OAB:8123 PR

DESPACHO: “Observe o autor a Súmula de Julgamento, assim como a Ementa. Mantenho o indeferimento. Arquivem-se.”

Proc: 1001534-44.2012.8.22.0004

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

Crielys Modas Ltda EPP(Exequente)

Advogado(s): Robislete de Jesus Barros(OAB 2943 RO)

Dayanne Rodrigues Mendes(Executado), Paolla Gonçalves Faustino(Executado)

Advogado(s): Alexandre Anderson Hoffmann(OAB 3709 RO)

DESPACHO: “Intime-se a exequente a manifestar-se quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça. Prazo de 5 dias.”

Proc: 1001043-03.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Valença & Valença Ltda - Farma Reuz(Requerente)

Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)

Maria Aparecida Catelani Correia(Requerido)

DESPACHO: “Defiro o pedido da requerente, por conseguinte, declaro a requerida intimada da SENTENÇA. Aguarde-se o decurso do prazo para cumprimento voluntário.”

Proc: 1001648-46.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Dione Ferreira Campos(Requerente)

Advogado(s): Jess José Gonçalves(OAB 1739 RO)

Banco Bankpar S.A.(Requerido)

Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)

SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Procedentes os pedidos propostos por Dione Ferreira Campos contra Banco Bankpar S/A, para declarar a inexistência do negócio discutido nos autos e condenar a requerida ao pagamento do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, corrigidos a partir da data em que foi arbitrada a indenização e com juros de mora devidos desde a citação. Via de consequência extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I do CPC. Torno definitiva a liminar concedida. P.R.I. A partir do trânsito em julgado, o requerido terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. (Enunciado 105/FONAJE). Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1002049-45.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Edson de Jesus dos Santos(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): OAB:8.123 PR

Adv.: Louise Rainer Pereira Gionédís

SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Procedente o pedido e condeno o Banco do Brasil S/A a pagar a Edson de Jesus dos Santos, o valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais, acrescido de juros de mora devidos desde a citação e correção monetária, a partir da data em que foi arbitrada a indenização. A partir do trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. (Enunciado 105/FONAJE). P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1000152-45.2014.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

M. W. Stein - Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)

Giglionne Caroline Baracho(Requerido)

Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência.

Proc: 1002317-02.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Núvia Aderno Silva(Requerente)

Advogado(s): Robislete de Jesus Barros(OAB 2943 RO)

Embrasystem - Tecnologia em Sistemas, Importação e Exportação Ltda (BBOM RASTREADORES)(Requerido)

Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência.

Proc: 1001450-43.2012.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Reginaldo Soares Martins(Requerente)

Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO), Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)

Cometa Ji Paraná Motos Ltda(Requerido), Moto Honda da Amazônia Ltda(Requerido)

Advogado(s): Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas(OAB 8014 MT)Evelise Ely da Silva(OAB 4022 RO)

SENTENÇA: "(...)Posto Isso, Julgo Improcedentes os pedidos propostos por Reginaldo Soares Martins contra Cometa JiParaná Motos Ltda e Moto Honda da Amazônia Ltda e extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art.269, I do CPC. P.R.I. Decorrido o prazo recursal, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001625-03.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Jota Marcelo Lima Santos(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Banco Bradesco S. A(Requerido)

Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)

SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Improcedentes os pedidos por Jota Marcelo Lima Santos contra Banco Bradesco S/A. Via de consequência, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001626-85.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Lea Titosse Kurata Ishida(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Sky Brasil Serviços Ltda(Requerido), HSBC Bank Brasil S.A Banco Multiplo(Requerido)

Advogado(s): Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO)EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ(OAB 4389 RO), EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO(OAB 4643 RO), GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI(OAB 5546 RO) SENTENÇA: "(...)Em face do exposto, Julgo Procedentes os pedidos propostos por Lea Titosse Kurata Ishida contra Sky Brasil Serviços Ltda, para condenar a requerida a restituir à autora o valor de R\$523,40, corrigidos e com juros de mora devidos desde a citação e ao pagamento do valor de R\$ 2.000,00 a título de indenização por dano moral, com juros de mora de 1%, devidos desde a citação e correção monetária, a partir da data em que foi arbitrada a indenização. Exclua-se o Banco HSBC do polo passivo. Após o trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir com a obrigação, independentemente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001627-70.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Eder Francisco Ribeiro(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Associação Tiradentes dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): ALEX MOTA CORDEIRO(OAB 2258 RO)

SENTENÇA: "(...)Posto Isso, Julgo Procedente o pedido proposto por Eder Francisco Ribeiro contra Associação Tiradentes dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia, para condenar a requerida ao pagamento do valor de R\$537,82, corrigidos e com juros de mora devidos desde a citação. Julgo Improcedente o pedido de indenização por dano moral. A partir do trânsito em julgado, o requerido terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. (Enunciado 105/FONAJE). P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001629-40.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
FATIMA APARECIDA MOREIRA SOUZA(Autor)
Advogado(s): Gilson Souza Borges(OAB 1533 RO)
Silvano Alves de Sá(Requerido)
SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Procedente o pedido proposto por Fátima Aparecida Moreira Souza contra Silvano Alves de Sá, condenando-o a pagar a importância de R\$16,24, referente a fatura vencida no mês de dezembro/2013 corrigida e com juros de mora de 1%, devidos desde a citação, bem como a proceder a transferência de titularidade da unidade consumidora descrita nos autos, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$100,00 (até 10 dias). Via de consequência extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art.269, I do CPC.

P.R.I. Transitada em julgado, intime-se o requerido ao cumprimento da obrigação de pagar, no prazo de 15 dias, sob pena de multa do art.475J, sem prejuízo da sanção constante no DISPOSITIVO."

Proc: 1000698-37.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ELPIDIO GOMES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
Telefônica Brasil S. A.(Requerido)
Advogado(s): Alan Araís Lopes(OAB 1787 RO)
Fica intimada a parte autora a impugnar os embargos, no prazo legal.

Proc: 1001085-52.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
MAYKON MATIAS AMARAL(Requerente)
Advogado(s): Cristiano Silveira Pinto(OAB 1157 RO)
Mercado Livre Atividades de Internet Ltda (Requerido), I. SOUZA BORGES COMERCIO ME(Requerido)
Advogado(s): Alice Reigota Ferreira Lira(OAB 352B RO)
Fica intimada a parte autora a comprovar o levantamento do valor referente à guia expedida.

Proc: 1001061-58.2012.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
RAPHAEL SALES DE MORAIS(Requerente)
Advogado(s): Marcos Donizetti Zani(OAB 613 RO)
OI S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:1501 RO, RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO)
Fica intimada a parte autora a comprovar o levantamento do valor referente à guia expedida.

Proc: 1001054-66.2012.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
SAMUEL CORREA SILVA(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Eletrobras Distribuição Rondonia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Fica intimada a parte autora a comprovar o levantamento do valor referente à guia expedida.

Proc: 1001709-38.2012.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Simone da Silva Coelho(Requerente)
Advogado(s): Claudia Fidelis(OAB 3470 RO)

EUCATUR- Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda(Requerido)

Advogado(s): Edson Ferreira do Nascimento (OAB 296B RO), Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB 813 RO)
Fica intimada a parte autora a comprovar o levantamento do valor referente à guia expedida.

Proc: 1000221-14.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Sales & Valença Ltda. ME(Requerente)
Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)
Eliane Alécia Fernandes(Requerido)
Fica intimada a parte autora a dizer se tem interesse em adjudicar o bem penhorado.

Proc: 1000113-48.2014.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Eusa Marques dos Santos Me(Requerente)
Advogado(s): Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB 3287 RO)
ELIZENE MARIA FERREIRA DA SILVA(Requerido)
Fica intimada a parte autora a providenciar a distribuição da carta precatória expedida.

Proc: 1001158-24.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adizio Teles de Cirqueira(Requerente)
Advogado(s): Eronaldo Fernandes Nobre(OAB 1041 RO)
R. M. A. Agropecuária Ltda(Requerido), Banco Santander S. A.(Requerido), Banco Bradesco S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:15.311 RJMauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Adv.: Carlos Maximiniano Mafra de Laet
SENTENÇA: "(...)Posto isso, acolho as preliminares de ilegitimidade passiva dos requeridos. Via de consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VI do CPC c/c art.53,§4º. da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se. P.R.I."

Proc: 1001568-82.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Valdemiro Bernardes da Costa(Requerente)
Advogado(s): Ana Cristina Menezes Rodrigues(OAB 4197 RO)
Banco Itaú S/A(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
DECISÃO: "(...)Posto isso, julgo Improcedentes os Embargos de Declaração e mantenho a SENTENÇA tal como foi lançada. Intime-se."

Proc: 1001712-56.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adriel Damião Moreira(Requerente)
Advogado(s): Naira da Rocha Freitas(OAB 5202 RO)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a(Requerido), Centauro Vida e Previdência S/A(Requerido)
Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)
SENTENÇA: "(...)Posto Isso, Julgo Procedente o pedido proposto por Adriel Damião Moreira em face de Centauro Vida e Previdência S/A e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro

DPVAT S/A, para condenar solidariamente as requeridas ao pagamento do valor de R\$1.430,00, corrigidos e com juros de mora devidos desde a citação. Via de consequência, extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art.269, I do CPC. A partir do trânsito em julgado da SENTENÇA, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1000280-65.2014.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Franciane de Oliveira Almeida(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Americel S.A - Claro(Requerido)

DESPACHO: "Junte-se aos autos o comprovante de quitação referente ao plano pós pago. Prazo de 5 dias. Intime-se a autora."

Proc: 1001159-09.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Lily Lindolfo Oliveira Souza(Requerente)

Advogado(s): Edson Antonio Sperandio(OAB 3480 RO)

BANCO BANERJ S/A(Requerido)

Advogado(s): OAB:95.490 RJ, OAB:95.677 RJ

DESPACHO: "Intime-se o autor a incluir o Banco Itaú BMG Consignado S/A Banerj, no polo passivo da ação. Prazo de 5 dias."

Proc: 1000880-57.2012.8.22.0004

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

Luciana de Fátima da Silva(Autor)

Advogado(s): Christina de Almeida Soares(OAB 2542 RO)

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG-Brasil Multicarteira(Requerido)

Advogado(s): Marcos Antônio Metchko(OAB 1482 RO), Marcos Antônio Araújo dos Santos(OAB 846 RO)

DESPACHO: "Reitere-se a ordem à autora, para que devolva o valor recebido a maior no prazo de 5 dias."

Proc: 1001738-54.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Jaconias Rodrigues Pereira(Requerente)

Advogado(s): Felliipe Pinho de Godoy(OAB 4306 RO)

EQUATORIAL VIAGENS E TURISMO - EIRELI(Requerido), TAM - Linhas Aéreas S/A(Requerido)

Advogado(s): Juliano Pinto Ribeiro (OAB 3940 RO)Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)

DESPACHO: "O preparo do recurso deve ser feito no percentual de 3% sobre o valor da causa, na inteligência do art.54 da Lei 9.099/95 c/c art.6º., incisos I e II, da Lei n.301/90. Desse modo, não havendo recolhimento integral do preparo, a deserção é medida que impõe a lei. Via de consequência, não recebo o recurso, pois ausente pressuposto de admissibilidade. Certifique-se o trânsito em julgado. Decorrido o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001778-36.2013.8.22.0004

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Joelson Santos de Almeida(Requerente)

Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)

Banco do Brasil S.A.(Requerido)

Advogado(s): OAB:8.123 PR

Adv.: Louise Rainer Pereira Gionédís

SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Procedente o pedido e condeno o Banco do Brasil S/A a pagar a Joelson Santos de Almeida, o valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais, acrescido de juros de mora devidos desde a citação e correção monetária, a partir da data em que foi arbitrada a indenização. A partir do trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC. (Enunciado 105/FONAJE). P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Belª Jozilda da Silva Bezerra

Diretora de Cartório

Emília Maria da Silva

Chefe de Cartório

E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: [0002448-28.2012.8.22.0004](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Fernando Marcos Bernardi

Advogado:Ana Cristina Menezes Rodrigues (RO 4197)

Requerido:Empresa de Transporte de Passageiros Mediterraneo Ltda

DESPACHO:

Aguarde-se julgamento do agravo de instrumento.Intime-se. Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0008123-35.2013.8.22.0004](#)

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda Ou Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda

Advogado:Luciano Boabald Bertazzo. (OAB/RO 1894), Maria Lucília Gomes (OAB/RO 2210)

Requerido:Wanderson Fagundes de Oliveira

Advogado:Defensor Público

SENTENÇA:

Trata-se de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por Consórcio Nacional Honda Ltda em face de Wanderson Fagundes de Oliveira. No curso do processo, as partes transigiram extrajudicialmente.Dessa forma, tendo em vista a satisfação do pedido da autora, extingo o processo, com fulcro no art. 269, inciso II do CPC.Face a procedência do pedido do requerente, a presente DECISÃO transita em julgado nesta, por preclusão lógica (art. 503, CPC).P. R. I. Após, arquivem-se os autos. Sem custas.Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0064152-18.2007.8.22.0004](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Massa Falida de Garavelo & Cia.

Advogado:Ivo Rodrigues do Nascimento (SP 49.889)

Requerido:Wolney Meyer

Advogado:Defensor Público

DESPACHO:

Fl. 120.Realizei pedido on line de bloqueio de numerário por ventura existente nas contas do executado, mas por ser valor irrisório foi desbloqueado (R\$ 21,00).Manifeste-se o exequente no prazo de 5 dias, pena de arquivamento provisório. Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0000153-52.2011.8.22.0004](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Boasafrá Comércio e Representações Ltda

Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa. (RO 2027)

Executado:Francisco José de Lima

Advogado:Defensor Público.

DESPACHO:

“Realizei pedido on line de bloqueio de numerário por ventura existente nas contas do executado, mas por ser valor irrisório foi desbloqueado (R\$ 16,60).Manifeste-se o exequente no prazo de 5 dias, pena de arquivamento provisório. Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito.”

Proc.: [0001284-91.2013.8.22.0004](#)

Ação:Usucapião

Requerente:Neivaldo Fraga Portes

Advogado:Dilcenir Camilo de Melo. (OAB/RO 2343)

Requerido:Manoel Nobre de Oliveira

Advogado:Advogado Não Informado

Petição ¿ Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição de fls. 102-105.

Proc.: [0002575-63.2012.8.22.0004](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Joarray Lima Santos

Advogado:Joilson Santos de Almeida. (RO 3505)

Requerido:Marcos Rogério da Silva

Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)

DESPACHO:

Recebo a Apelação nos seus devidos efeitos devolutivo e suspensivo, por ser tempestiva e conter os demais requisitos legais exigidos pelo art. 514 e seguintes do CPC.Intime-se a Apelada para apresentar as contra-razões.Após o decurso do prazo com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação do recurso. Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0004447-50.2011.8.22.0004](#)

Ação:Habilitação de Crédito

Requerente:João Batista Chaves Neto

Advogado:Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2394)

Requerido:Espólio de Aparís Lino de Souza

Advogado:Advogado Não Informado

DESPACHO:

Independente do falecido possuir plano de saúde, em certas ocasiões, é necessário a utilização de serviços particulares. Ainda, às vezes, o plano de saúde não autoriza os

procedimentos.Constato que, em f. 29 dos autos de inventário existem 02 recibos com carimbo do hospital São Lucas, presumindo-se a utilização dos serviços.Esclareça os serviços efetuados, discriminando-os, e a razão da não utilização do plano de saúde.Intime-se. Prazo 30 dias. Após, cls.Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0003234-72.2012.8.22.0004](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Zelia Muniz Florentino

Advogado:Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792),

Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S

Advogado:Procurador do Inss

SENTENÇA:

ZELIAMUNIZ FLORENTINO, qualificada nos autos em epígrafe, ajuizou a presente Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário em face do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, consoante os fundamentos fáticos e jurídicos insertos na inicial.O requerido propôs a título de acordo a concessão de Aposentadoria por Idade em favor da requerente, nos termos descritos na petição de fls. 94/96, proposta esta que a requerente aceitou (fl. 100). POSTO ISTO, HOMOLOGO acordo formulado entre as partes às fls. 94/96 e 100, nos termos do art. 11, inc. VII, c/c o art. art. 39, inc. I; art. 48, §§ 1º e 2º; art. 55, § 3º e art. 143, todos da Lei n. 8.213/91, que será regido pelas cláusulas nele estabelecidas. Resolvo esta fase do processo, com base no art. 269, III do CPC. Sem custas. DECISÃO não sujeita a reexame necessário, eis que o valor da condenação não atinge 60 (sessenta) salários mínimos. P. R. I.Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: [0001135-32.2012.8.22.0004](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Norma Cristina Martins Lima, João Paulo Aparecido Lima

Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S

Advogado:Procurador do Inss

SENTENÇA:

NORMA CRISTINA MARTINS LIMA E JOÃO PAULO APARECIDO LIMA, qualificados nos autos em epígrafe, ajuizou a presente Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário em face do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, consoante os fundamentos fáticos e jurídicos insertos na inicial.O requerido propôs a título de acordo concedendo benefício de pensão por morte em favor da requerente, nos termos descritos na petição de fls. 70/71, proposta esta que a requerente aceitou (fl. 72). POSTO ISTO, HOMOLOGO acordo formulado entre as partes às fls. 70/71 e 72, nos termos do art. 11, inc. VII, c/c o art. art. 39, inc. I; art. 48, §§ 1º e 2º; art. 55, § 3º e art. 143, todos da Lei n. 8.213/91, que será regido pelas cláusulas nele estabelecidas. Resolvo esta fase do processo, com base no art. 269, III do CPC. Sem custas. DECISÃO não sujeita a reexame necessário, eis que o valor da condenação não atinge 60 (sessenta) salários mínimos. Expeça-se o necessário.P. R. I.Ouro Preto do Oeste-RO, 26 de fevereiro de 2014.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Belª Jozilda da Silva Bezerra

Diretora de Cartório

COMARCA DE PIMENTA BUENO**1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
COMARCA DE PIMENTA BUENO - RO

Proc: 1002290-04.2013.8.22.0009 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Matuzalem Rodrigues de Souza(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Matuzalem Rodrigues de Souza(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 24), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 25). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002242-45.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Adjudicante)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

LUZIA APARCIDA DA SILVA(Adjudicado)

Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Adjudicante)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

LUZIA APARCIDA DA SILVA(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 33 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos etc.

A Requerente manifestou pelo arquivamento do feito, uma vez que não conhece o endereço atual da Requerida.

Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 53, §4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 24 de fevereiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

Proc: 1002664-20.2013.8.22.0009

Ação:Petição (Juizado Cível)

ROSIMEIRE MIRANDA GOULART MARINHO(Requerente),
ELIVALDO DE OLIVEIRA MARINHO(Requerente)

Advogado(s): Diogo Rogério da Rocha Moletta(OAB 3403 RO)

SILMERIS LENTE MACHADO(Requerido)

ROSIMEIRE MIRANDA GOULART MARINHO(Requerente),
ELIVALDO DE OLIVEIRA MARINHO(Requerente)

Advogado(s): Diogo Rogério da Rocha Moletta(OAB 3403 RO)

SILMERIS LENTE MACHADO(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 15 de Abril de 2014, às 11:00 horas.

Proc: 1001238-70.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

WILLIAN RIBEIRO(Requerente)

Motorola Industrial Ltda(Requerido)

Advogado(s): OAB:222219 SP

WILLIAN RIBEIRO(Requerente)

Motorola Industrial Ltda(Requerido)

Advogado(s): Alexandre Fonseca de Mello OAB 222219 SP.

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 45 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

Considerando a informação de que a executada quitou o débito exequendo, conforme documento juntado no movimento n. 25 dos autos, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, nos termos do art. 794, inciso I, c.c art. 795, ambos do Código de Processo Civil autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Expeça-se alvará judicial em favor da Executada para transferência da quantia depositada em conta judicial (movimento n. 28) para a conta-corrente informada na petição de movimento n. 42 dos autos.

P.R.I., após arquivem-se os autos.

Pimenta Bueno, 05 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1001150-03.2011.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo

Ministério Público do Estado de Rondônia(Requerente)

Madeira Pacific LTDA(Infrator), Sayonara Gomes Ferreira Sonda(Não denunciado), Ilson Sonda(Infrator)

Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia(Requerente)

Madeira Pacific LTDA(Infrator), Sayonara Gomes Ferreira Sonda(Não denunciado), Ilson Sonda(Infrator)

Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 110 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos e examinados.

Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público de Rondônia, em face de MADEIREIRA PACIFIC LTDA e ILSON SONDA, acusados da prática do crime previsto no artigo 46, parágrafo único da Lei 9.605/98, assim descrito na denúncia: "No dia 11 de maio de 2011, por volta das 11 h05 min, BR 364, km 87, distrito do Guaporé, zona rural, nesta cidade e comarca de Pimenta Bueno-RO, os denunciandos MADEIREIRA

PACIFIC LTDA e ILSON SONDA vendeu a quantia de 52,6182 m³ de madeiras serradas de várias essências, sem a devida autorização do órgão competente. Apurou-se que Fiscais do IBAMA, em fiscalização da Operação “Arco de Fogo”, no pátio da empresa denunciada (endereço retromencionado), foi constatada a venda da madeira já citada, sem autorização legal para do órgão competente para tal. No dia 11 de maio de 2011, por volta das 11 h05 min, BR 364, km 87, distrito do Guaporé, zona rural, nesta cidade e comarca de Pimenta Bueno-RO, os denunciandos MADEIREIRA PACIFIC LTDA e ILSON SONDA tinha em depósito 32,4571 m³ de madeiras, sendo 25,7927 m³ serradas e 6,6644 m³ em toras, de várias essências, sem a devida autorização do órgão competente. Consta nos autos que em fiscalização da Operação “Arco de Fogo”, os fiscais constataram a existência da quantia das madeiras retromencionadas sem autorização do Órgão competente”.

A denúncia, apresentada e devidamente recebida, atribuiu aos denunciados a conduta descrita na norma penal incriminadora prevista no artigo 46, parágrafo único, da lei n.º 9.605/98 (movimento 36).

Os denunciados foram devidamente citados (movimento 21), tendo apresentado defesa prévia (movimento 39), após o que a denúncia foi recebida (movimento 42).

Deprecou-se a intimação e inquirição das testemunhas arroladas na denúncia (movimento 10) e a testemunha da defesa (movimento 97), foi ouvida em Juízo.

Os réus, devidamente intimados, foram interrogados em audiência (movimento 97).

Em alegações finais, o Ministério Público (mov. 100) requereu a integral procedência da denúncia, tendo em vista que comprovados materialidade, autoria e culpabilidade.

A defesa (mov. 104), por sua vez, pugnou pela absolvição em razão da atipicidade da conduta do acusado.

É o breve relatório.

DECIDO.

Do crime previsto no art. 46, parágrafo único, c/c o art. 2º, ambos da Lei 9.605/98.

Dispõe os artigos supra:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Quando da formação dos autos de infração nº 464062 e 464063 série D, termo de apreensão n. 0288543, série C (juntados no movimento 1), apurou-se que os denunciados venderam a quantia de 52,6182 m³ de madeiras serradas de várias essências, sem a devida autorização do órgão competente.

Foram processados, também, por possuírem em depósito 32,4571 m³ de madeiras, sendo 25,7927 m³ serradas e 6,6644 m³ em toras, de várias essências, sem a devida autorização do órgão competente.

A defesa, por sua vez, alegou que os fiscais se equivocaram, e que não fizeram o devido levantamento da madeira in loco, tendo a medição ocorrido apenas visualmente, o que teria ocasionado as diferenças encontradas. Argumenta, outrossim, que não restou cabalmente demonstrado que mantinham em depósito ou mesmo que venderam madeira sem autorização legal, pois na fiscalização não foram atendidos critérios técnicos de medição, nem mesmo observado qualquer procedimento regular para aferição de supostas irregularidades.

Encerrada a instrução, não se logrou verificar, efetivamente, a conduta ilícita perpetrada pelos Réus.

Os depoimentos dos fiscais do IBAMA (Osvaldo Passos Coutinho e Ana Maria P. dos Anjos - movimentos 51 e 75) não foram esclarecedores quanto à medição efetivada nas madeiras nos dias dos fatos, vez que sequer demonstraram os critérios técnicos utilizados para aferir a divergência quanto ao saldo de madeira existente no pátio da empresa Denunciada, e o saldo existente no cadastro do CEPROF (Cadastro de exploradores de produtos florestais do estado de Rondônia).

Lado outro, a testemunha Jailson Carlos Cornachini – assim esclareceu:

O depoente tem uma madeireira vizinha a dos réus e estava presente quando do levantamento realizado naquele local. Esclarece que havia madeira serrada em pranchas, cuja medida é de 3,5 cm, porém, os fiscais anotaram como sendo tábua de 2,5 cm, não aceitando as explicações quanto a essa diferença de classificação de tábua para prancha. Os fiscais permaneceram de um a duas horas no local, tempo insuficiente para a medição de toda a madeira ali existente, o que exigiria dias para aferição total. Todas as toras, em regra, têm diferença de largura de uma ponta para a outra, sendo que os fiscais faziam a medição tomando por base apenas uma das pontas, quando, o correto, seria medir ambas as pontas e fazer a média. A prancha é utilizada, por exemplo, para a fabricação de mesas e portais, enquanto as tábuas são mais utilizadas para paredes e caixarias. As madeiras cortadas são colocadas em pacotes e, as vezes, por questões de colocação no caminhão que vai transportá-las são empilhadas com medidas diferentes, sendo que alertados sobre esse detalhe de pacotes com madeiras com comprimentos diversos os fiscais fazem uma média deles mesmos e que, por isso, dificilmente irá bater com a medida real. As medidas de pranchas e tábuas são definidas pelo próprio IBAMA e as madeireiras já têm as máquinas de serrar madeira ajustadas para as respectivas medidas.” (grifo meu).

Ora, se de fato os fiscais permaneceram por no máximo duas horas fazendo o levantamento de pátio, reputo impossível a medição exata de toda a madeira apreendida.

Como o levantamento não foi feito em toda a madeira do pátio, surpresa seria se um levantamento desse tipo tivesse resultado correto na apuração.

Remarque-se que as testemunhas de acusação afirmaram que o levantamento ocorreu em 100% da madeira existente.

Entretanto, considerando a existência de várias outras ações decorrentes da mesma “Operação Arco de Fogo”, tive o cuidado de verificar os processos n(s). 1001147-48.2011.8.22.0009, 1001135-34.2011.8.22.0009, 1001136-19.2011.8.22.0009, 1001139-71.2011.8.22.0009, 1001145-78.2011.8.22.0009, 1001140-56.2011.8.22.0009, 1001146-63.2011.8.22.0009 e 1001137-04.2011.8.22.0009.

Pois bem.

Nesses oito (08) processos consta que os levantamentos foram feitos nas mesmas datas (12 e 13 de abril de 2011).

Indaga-se: Oito madeireiras fiscalizadas em apenas 2 (dois) dias poderiam ter 100% da madeira existente nos pátios fiscalizadas?

O fato de o IBAMA ter fiscalizado 08 madeiras em apenas 02 (dois) dias coloca dúvida neste Magistrado quanto à exatidão desses levantamentos, indo ao encontro e abono do que disse a testemunha Jailson Carlos Cornachini, ou seja, que o levantamento não foi tão exato assim, lembrando que referida testemunha asseverou que os fiscais permaneceram por no máximo duas horas na empresa ré.

Assim, pelas provas trazidas aos autos, não ficou provada a tipicidade da conduta dos denunciados na prática delitiva descrita na denúncia, razão pela qual, impõe-se a absolvição dos réus quanto ao crime tipificado no artigo 46, parágrafo único, c/c o art. 2º, ambos da Lei 9.605/98.

Neste sentido:

Ementa: CRIMINAL. ART. 46, DA LEI N. 9.605/98. ORIGEM ILÍCITA DA MADEIRA. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE LAUDO QUE COMPROVE A MEDIÇÃO DA MADEIRA. INFRAÇÃO AMBIENTAL. ABSOLVIÇÃO. A ausência de laudo que comprove os critérios de medição da madeira, leva à absolvição dos denunciados. Não comprovada a origem ilícita da madeira fiscalizada em pátio de empresa madeireira, não restando demonstrado que ela se originou de local diverso ao projeto de manejo autorizado pelo Poder Público, a absolvição por falta de provas é medida que se impõe." (TJ/RO AUTOS: 0000570-74.2008.8.22.0015 Apelação; Data do julgamento: 18/02/2011).

Isto posto, com fundamento no art. 386, V, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida nos autos e absolvo os denunciados MADEIREIRA PACIFIC LTDA e ILSO SONDA, das imputações irrogadas.

Sem custas.

Transitada em julgado a presente, promovidas as anotações e comunicações de estilo, ARQUIVE-SE.

P. R. Intimem-se.

Pimenta Bueno, 23 de janeiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1001912-48.2013.8.22.0009

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Ita Tratores Ltda - ME (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Jose Antonio Thomaz (Adjudicado)

Ita Tratores Ltda - ME (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Jose Antonio Thomaz (Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 35 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: " Vistos.

Cumpra o exequente o disposto no artigo 614, II, do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Pimenta Bueno, 17 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1001280-22.2013.8.22.0009

Ação: Petição (Juizado Cível)

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal) (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Eletrogoes S/A (Adjudicado)

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal) (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Eletrogoes S/A (Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 50 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A exequente foi intimado para indicar outros bens de propriedade da executada passíveis de penhora, conforme DECISÃO de movimento n. 47, entretanto, manifestou requerendo a expedição de carta de SENTENÇA.

Assim, considerando a não manifestação da exequente quanto à indicação de bens, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Após o trânsito em julgado, determino a expedição de carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE: No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 18 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000884-45.2013.8.22.0009

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Italo Mendes Ribeiro (Adjudicante)

Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza (OAB 243-B RO)

Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico (Adjudicado)

Advogado(s): Suelen Sales da Cruz (OAB 4289 RO)

Italo Mendes Ribeiro (Adjudicante)

Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza (OAB 243-B RO)

Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico (Adjudicado)

Advogado(s): Suelen Sales da Cruz (OAB 4289 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 64 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

Considerando que a executada quitou o débito exequendo, conforme comprovante e petição de movimento n. 61 dos autos, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, nos termos do art. 794, inciso I, c.c art. 795, ambos do Código de Processo Civil autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

P.R.I., após arquivem-se os autos.

Pimenta Bueno, 13 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002282-27.2013.8.22.0009

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange (Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB 3689 RO)

Cleison Araujo da Silva (Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Cleison Araujo da Silva(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002292-71.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Odair José Soares Rodrigues(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Odair José Soares Rodrigues(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002256-29.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

Maria da Penha dos Santos(Requerido)

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

Maria da Penha dos Santos(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002260-66.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

HERONITA ALVES DUARTE(Requerido)

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

HERONITA ALVES DUARTE(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002262-36.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

SIMONE APARECIDA GASPARI(Requerido)

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

SIMONE APARECIDA GASPARI(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002287-49.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Jose Nildo Feitosa Araujo(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Jose Nildo Feitosa Araujo(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 30 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 26), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 27). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002284-94.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Edson Machado Fagundes(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Edson Machado Fagundes(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 30 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 26), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 27). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002275-35.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANTONIO ALVES FEITOSA(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANTONIO ALVES FEITOSA(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 30 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 26), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 27). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002281-42.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

CARLOS ROBERTO JACOB JÚNIOR(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

CARLOS ROBERTO JACOB JÚNIOR(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 24), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 25). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002138-53.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Eunice Correa dos Santos(Requerente)

Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda(Requerido)

Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)

Eunice Correa dos Santos(Requerente)

Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda(Requerido)

Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: “ Vistos.

Segue consulta ao BACENJUD.

Intime-se a executada Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda do resultado positivo do bloqueio on line (R\$ 171,28), o qual convolo em penhora, nos termos do artigo 475-J do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo legal.

Determinei o desbloqueio dos valores constantes das demais instituições financeiras, conforme print anexo.

Não Havendo impugnação, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento em favor do exequente.

Cumpra-se.

Intime-se.

Pimenta Bueno, 18 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002214-77.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Vanderlei da Silva Cruz(Requerente)

Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda(Requerido)

Advogado(s): Bruno Marques Sandri(OAB 5357 RO)

Vanderlei da Silva Cruz(Requerente)

Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda(Requerido)

Advogado(s): Bruno Marques Sandri(OAB 5357 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 13 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos e examinados.

Trata-se de ação movida por VANDERLEI DA SILVA CRUZ em face de SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, objetivando a restituição de valores pagos pela aquisição de produto.

Informa que, em 20/04/2013, adquiriu um aparelho de telefonia celular modelo Samsung C276, fabricado pela requerida, havendo pago pela aquisição o valor de R\$ 199,00 (Cento e noventa e nove reais), porém, o aparelho passou a apresentar defeito tendo sido levado à assistência técnica e que não retornou até a data da reclamação.

Requer, em razão da vigência da garantia, o julgamento procedente do pedido, com a condenação da empresa requerida na restituição do valor pago na compra do produto, devidamente corrigido, nos termos do artigo 18, §1º, II da Lei n. 8.078/90. Junta documentos (movimentação n. 1 dos autos).

Infrutífera a conciliação, foi apresentada pelo Requerido contestação, alegando, preliminarmente, a existência de carência de ação – sustentando o pronto atendimento e reparação do aparelho no prazo determinado em lei. Afirma que o interesse de agir somente existiria caso a Requerida negasse atendimento, o que não ocorreu, pois o aparelho foi devidamente encaminhado para a assistência técnica.

No MÉRITO, a Requerida aduziu que os poucos argumentos da Requerente não podem ser considerados verídicos. Aponta a ausência do dever de restituição ou troca. Ao final requereu o acolhimento da preliminar arguida ou, em caso negativo, que seja julgada totalmente improcedente o pedido.

Relatados. DECIDO.

Promovo o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil.

A Requerida argui preliminar de carência da ação por ausência de resistência em prestar o serviço, tendo buscado sempre a composição, no entanto, ainda que presente, a boa vontade, por si só, não exclui a responsabilidade da Requerida em cumprir o disposto na lei consumerista, ou seja, providenciar a imediata restituição dos valores pagos ou a substituição do produto, conforme dispõe o art. 18 da referida lei.

Por tais motivos, afasto a preliminar arguida.

Quanto ao MÉRITO, em que pese a alegação da Requerida no sentido de que a Requerente não apresenta provas aptas a comprovar o alegado, a razão não lhe socorre, uma vez que há nos autos nota fiscal de compra e documento de encaminhamento à assistência técnica.

Assim, os documentos apresentados conduzem de maneira lógica à CONCLUSÃO de que a demanda se enquadra perfeitamente no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, de modo que a procedência do pedido é a única solução vislumbrada.

O simples fato do aparelho não ter retornado da assistência técnica no prazo legal, é gerador do direito do consumidor em buscar a restituição do valor pago. Corroborando com o entendimento, segue julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL – REJEIÇÃO. VÍCIO DE PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIO DO VAREJISTA. RESTITUIÇÃO DO PREÇO DO PRODUTO – ESCOLHA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Não é inepta, perante o Juizado Especial Cível, a petição inicial subscrita pela parte, sem a presença de advogado, de que se extrai compreensão sobre os fatos ocorridos e a pretensão da parte, ainda quando não atenda às formalidades do art. 282, do CPC. A exigência, perante os Juizados Especiais, de adequação da petição inicial aos requisitos formais do processo comum ordinário contraria os princípios que presidem o procedimento sumariíssimo, entre os quais a capacidade postulatória da parte e a informalidade.

2. A existência nos autos de elementos de prova suficientes para a formação da convicção do juiz faz competente o Juizado Especial Cível e elide a necessidade de perícia para tornar complexa a matéria.

3. Por vício do produto compreende-se o defeito que o torna impróprio para o uso a que se destina ou lhe diminui o valor, e, conforme disciplinado nos art. 18 e seguintes do CDC, por ele respondem os fornecedores em cadeia em solidariedade com o fabricante. Não há espaço para se alegar ilegitimidade de responsável solidário (REsp 414986/SC) porque, tratando-se de responsabilidade solidária a demanda pode ser proposta contra qualquer dos obrigados (REsp 402356/MA).

4. PRELIMINARES REJEITADAS.

5. Não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro do prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, a imediata devolução da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. (Precedentes ACJ 2004.09.1.008.855-8, relator João Batista, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F.).

6. Não se presta ao fim que razoavelmente dele se espera o colchão que, adquirido em 11/08/2005 apresenta-se inservível em 03/03/2007, e após conserto volta a apresentar o mesmo defeito no prazo de 03 (três) meses.

7. Acertada a SENTENÇA que constatou a responsabilidade objetiva da apelante em restituir a quantia paga pelo produto comprado, uma vez que o vício não foi sanado no prazo legal, bem como não vislumbrou dano moral vez que o desgaste sofrido pelo consumidor não ultrapassou os padrões normais do aborrecimento cotidiano e nem ensejou a privação do bem jurídico precioso.

8. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

9. SENTENÇA mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95.

10. Diante da sucumbência, nos termos do art. 55 da Lei dos Juizados especiais (9.099/95), condeno o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. (20080710033545ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 01/02/2011, DJ 07/02/2011 p. 110).

Conclui este Magistrado que, diante do não retorno do aparelho da assistência técnica, após o prazo legal de 30 (trinta) dias, deve prevalecer a condenação da requerida na restituição imediata da quantia paga, como lhe autoriza o art. 18, § 3º, do CDC.

Nessas razões, conjugando com os norteamientos legais que incidem na espécie, em especial o art. 6º da Lei 9.099/95, resolvo o MÉRITO e, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para condenar a Requerida SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA a restituir ao autor VANDERLEI DA SILVA CRUZ a quantia de R\$199,00 (cento e noventa e nove reais), corrigidos a partir da propositura da ação com juros a partir da citação.

Ressalto que fica condicionado para recebimento da condenação acima imposta, a devolução do aparelho e de eventuais acessórios que o acompanham, se ainda não o fez, à empresa revendedora M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES – EPP.

Após o trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada acrescida de multa 10% (de dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.

Sem custas ou honorários advocatícios.

P. R. I.

Pimenta Bueno, RO, 11 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000359-29.2014.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Henrique Scarcelli Severino (Adjudicante)

Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano (OAB 2714 RO)

Esequiel Cardoso de Melo (Adjudicado)

Henrique Scarcelli Severino (Adjudicante)

Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano (OAB 2714 RO)

Esequiel Cardoso de Melo (Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 04 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: “ Vistos e examinados.

Emende a parte autora a inicial, no prazo de 10 dias, para adequar o rito e o pedido, haja vista que o documento juntado (nota promissória) aos autos, não preenche os requisitos de título executivo, eis que está prescrito.

Transcorrido o prazo assinalado, in albis, ou cumprida as diligências acima determinada, voltem os autos conclusos para ordenamento.

Pimenta Bueno, 13 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000387-94.2014.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

José Batista dos Santos Açogue - ME - Mercado Cristal (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Maria Rita Vitorino (Adjudicado)

José Batista dos Santos Açogue - ME - Mercado Cristal (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Maria Rita Vitorino (Adjudicado)

DESPACHO e AUDIÊNCIA

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 04 DE ABRIL de 2014,

às 11:00 horas, bem como para tomar ciência do r DESPACHO constante no movimento 05 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: “ Vistos.

1.CITE-SE a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 652 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 655 do CPC.

2. Transcorrido o prazo, sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 736, CPC), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 739-A, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 600 e 601 do CPC).

3. Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.

4. INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada para a data de 4 de abril de 2014, às 11:00 horas, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 745-A, CPC).

5. Nos termos do artigo 365, § 2º do CPC, deverá o advogado ou a própria parte credora apresentar o título original na audiência para conferência, ciente de que a não-apresentação ora determinada ensejará a extinção do processo por falta de título hábil para execução, independentemente de nova intimação.

6. Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.

CUMpra-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.

Pimenta Bueno, 18 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000827-27.2013.8.22.0009

Ação:Petição (Juizado Cível)

Foto Plaza Comercio Fotográfico LTDA - ME(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Ronaldo da Silva(Adjudicado)

Foto Plaza Comercio Fotográfico LTDA - ME(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Ronaldo da Silva(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que a parte requerida NÃO foi localizada, conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, constante do movimento 49 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1000321-51.2013.8.22.0009

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Essencial Com.de confecções Ltda(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Lindalva Michele Barbosa da Silva(Adjudicado)

Essencial Com.de confecções Ltda(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Lindalva Michele Barbosa da Silva(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento da certidão do Sr. Oficial de Justiça, constante no Mov. 79 dos autos acima citados, referente à inexistência de bens de propriedade da parte executada passíveis de penhora, devendo, no prazo 10 (dez) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1000221-62.2014.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

CABEDAL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Veronica Diogenes Willer(Adjudicado)

CABEDAL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

Veronica Diogenes Willer(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme AVISO DE RECEBIMENTO, constante do movimento 16 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1001790-35.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo

Ministério Público do Estado de Rondônia - Prom. Pimenta Bueno(Requerente)

Fabiano da Costa Souza(Infrator), ALAN DAVID DA SILVA(Infrator)

Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia - Prom. Pimenta Bueno(Requerente)

Fabiano da Costa Souza(Infrator), ALAN DAVID DA SILVA(Infrator)

Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte REQUERIDA, FABIANO DA COSTA SOUZA, PARA no prazo de 03 (três) dias, apresentar Alegações Finais.

Proc: 1001709-86.2013.8.22.0009

Ação:Petição (Juizado Cível)

Marcos Antônio Scolari Trindade(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES PIMENTA BUENO LTDA – ME(Adjudicado)

Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)

Marcos Antônio Scolari Trindade(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES PIMENTA BUENO LTDA – ME(Adjudicado)

Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 31 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: “Vistos:

Arquivem-se os autos, sem prejuízo de desarquivamento em caso de manifestação do Requerente.

Intime-se.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000210-33.2014.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

O. M. CRIVELLI TRANSPORTES LTDA - ME(Executado)

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

O. M. CRIVELLI TRANSPORTES LTDA - ME(Executado)

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme AVISO DE RECEBIMENTO, constante do movimento 10 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1001775-66.2013.8.22.0009

Ação:Petição (Juizado Cível)

ELIZIETE ALVES ME(Requerente)

Advogado(s): Ana Paula Gomes da Silva(OAB 3596 RO)

Móveis Romera(Requerido)

Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR), Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

ELIZIETE ALVES ME(Requerente)

Advogado(s): Ana Paula Gomes da Silva(OAB 3596 RO)

Móveis Romera(Requerido)

Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR), Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 25 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos e examinados.

Cuida-se de ação de cobrança ajuizada por ELIZIETE ALVES ME em face de MÓVEIS ROMERALTDA, partes qualificadas nos autos, objetivando a condenação da requerida ao pagamento do montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Alega que pactuou contrato junto a requerida para prestar serviços de transporte de móveis, locução, propaganda com carro de som nas ruas, locução e aparelhagem de som na frente da loja, pelo prazo de três meses ao valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Devidamente citada (movimento 10), a requerida compareceu em audiência, que restou infrutífera apresentando contestação e documentos (movimento 13).

Aduz, em síntese, queo requerente efetuou alguns serviços a seu favor e que tais foram integralmente e tempestivamente pagos. Juntou aos autos notas fiscais e recibos (movimento 10).

Intimados a especificarem provas, o requerente deixou decorrer o prazo “in albis”, e a requerida manifestou pelo depoimento pessoal do requerente e oitiva de testemunhas.

É o relatório.Decido.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma gizada pelo artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

No mais, o julgamento antecipado homenageia o princípio da economia processual, permitindo uma rápida prestação da tutela jurisdicional à parte e à comunidade, evitando-se longas e desnecessárias instruções.

Consigno que o processo está em ordem e apto ao julgamento do MÉRITO, posto que preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação.

Não há preliminares. Passo ao MÉRITO.

Como é sabido por todos, após a proposição da demanda, a atividade probatória deve progredir de acordo com o interesse em oferecer ao Juiz as provas possíveis para a prolação de um provimento apto a solucionar o conflito de interesses.

Em regra, temos o seguinte: para formar a convicção do julgador, o requerente tem o encargo de demonstrar as alegações que amparam seu direito, sob o risco de, assim não agindo, sofrer um julgamento desfavorável.

Por sua vez, a requerida tem o ônus de oferecer prova que modifique, extinga ou impeça o reconhecimento da pretensão de seu adversário.

Em outros termos, essa é a distribuição do ônus da prova presente no art. 333 do CPC, verbis:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A pretensão do requerente não merece prosperar.

Depreende-se dos fatos colhidos que resta incontroversa a realização de contrato entre as partes, bem como a prestação de serviços (frete para entrega de móveis).

Entretanto, o requerente alega que a requerida deixou de cumprir com sua contraprestação, eis que não pagou o montante de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) pelos serviços prestados.

Ocorre que, a requerida juntou aos autos (movimento 13) documentos hábeis a comprovar o cumprimento de sua obrigação, quais sejam: notas fiscais e recibos assinados pela requerente que somam a quantia de R\$17.934,00 (dezessete mil novecentos e trinta e quatro reais). Assim sendo, a requerida cumpriu com o disposto no art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil.

Não vejo provado o suposto crédito que teria o requerente, eis que, além de deixar de se manifestar quanto à produção de provas, o requerido juntou recibos de valores pagos ao requerente.

Não há, portanto, como prover o pedido da Requerente, tal como posto nos autos, pela absoluta ausência de prova idônea a demonstrar sejam-lhe devidos os valores pedidos, bem como por existir documentos nos autos que induzem à extinção do direito do requerente.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes jurisprudenciais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS. MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO LESTE. ÔNUS DA PROVA. ART. 333, I, CPC. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO ALEGADO. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

I. A ausência de licitação não tem o condão de afastar o direito ao recebimento de valores decorrentes do fornecimento de materiais ou serviços prestados ao ente público. A lei veda o enriquecimento sem causa e, por outro lado, não cabe ao fornecedor de materiais ou prestador de serviços responder por eventual irregularidade procedida na escrituração dos atos administrativos, porquanto não contribuiu para a consecução do ato ilegal, em razão de inexistência de licitação e celebração de contrato.

II. Todavia, não tendo a parte autora se desincumbido do ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, notadamente, o fornecimento de peças automotivas e prestação de serviços de manutenção da frota dos veículos do Ente Municipal, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe;

III. A distribuição do ônus da prova é de relevância na busca da verdade real: ao Autor, cumpre provar o fato constitutivo de seu direito; ao Réu, a seu tempo, a prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (Apelação Cível 1.0134.10.014550-4/001, Relator(a): Des. (a) Washington Ferreira, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/07/2013, publicação da súmula em 05/07/2013)

Forte nestes fundamentos, e considerando que "A necessidade de provar constitui um dos postulados básicos do Direito Processual, não só pela imperiosidade de se buscar a verdade, mas também por ser indispensável, para a garantia e segurança das relações jurídicas, a demonstração da veracidade dos fatos alegados pelas partes", JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL deduzido nessa ação de cobrança proposta por ELIZIETE ALVES ME em face de MÓVEIS ROMERA LTDA e resolvo o MÉRITO com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 18 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000212-03.2014.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

M. C. WECCHY E SILVA CEREAIS - ME(Executado)

José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

M. C. WECCHY E SILVA CEREAIS - ME(Executado)

FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme AVISO DE RECEBIMENTO, constante do movimento 10 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1002261-51.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

ROSIMERE LUNKES EICHENBERG(Requerido)

Nossa Loja Calçados(Requerente)

Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)

ROSIMERE LUNKES EICHENBERG(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1000424-24.2014.8.22.0009

Ação:Execução de Título Extrajudicial

José Batista dos Santos Açougue - ME - Mercado Cristal(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

Adriano Postigo Cordeiro(Executado)

José Batista dos Santos Açougue - ME - Mercado Cristal(Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida(OAB 2567 RO)

Adriano Postigo Cordeiro(Executado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 04 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos etc.

Emende o autor a inicial, para adequar o rito e o pedido, haja vista que os documentos juntados aos autos (duplicatas) não preenchem os requisitos de título executivo, pois falta-lhes a assinatura do emitente, como dispõe o inciso IX da Lei 5.474/68.

Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.

Transcorrido o prazo assinalado, in albis, ou cumpridas as diligências acima determinadas, voltem os autos conclusos para ordenamento.

Pimenta Bueno, 21 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002488-41.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Valdir Pereira Leite(Autor)

Advogado(s): NIVALDO VIEIRA DE MELO(OAB 257-A RO)

Eletrogoes S/A(Réu)

Advogado(s): Flavio Kloos(OAB 4537 RO)

Valdir Pereira Leite(Autor)

Advogado(s): NIVALDO VIEIRA DE MELO(OAB 257-A RO), RHENNE DUTRA DOS SANTOS (OAB 5270 RO)

Eletrogoes S/A(Réu)

Advogado(s): Flavio Kloos(OAB 4537 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 37 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos e examinados.

O processo encontra-se em fase de produção de provas, assim, para se evitar futuras alegações de cerceamento de defesa, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, informem se há provas a produzir, justificando sua pertinência e utilidade.

Intime-se.

Após, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.

Pimenta Bueno, 25 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002274-50.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANDERSON DENIS ARAUJO(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANDERSON DENIS ARAUJO(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 29 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 26), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 27). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002299-63.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Wagner Vicente Alves(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Wagner Vicente Alves(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 24), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 25). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002300-48.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Wanderlei Louback(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Wanderlei Louback(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 27 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: " Vistos etc.

Considerando que o Autor requereu a extinção do feito, diante do recebimento integral da pretensão (movimento nº 22), JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil e enunciado de n. 90 do FONAJE. Determino o arquivamento do feito.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 25 de fevereiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

Proc: 1002051-97.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

NATIELE GONÇALVES NEVES(Requerente)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)

NATIELE GONÇALVES NEVES(Requerente)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 24 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: " Vistos.

Pertinente ao Recurso Inominado interposto pela requerida BANCO DO BRASIL S.A, diante da constatação de que não se atendeu a determinação legal que impõe a apresentação do regular preparo¹ juntamente ao recurso ou mesmo no prazo de quarenta e oito horas seguintes à sua interposição (art. 42, § 1º da Lei 9.099/95), o que acarreta a sua deserção em face da impossibilidade do seu conhecimento, JULGO-O DESERTO.

A propósito o Enunciado 80 do XI Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais:

"O Recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo, não admitida a complementação fora do prazo do artigo 42, § 1º, da Lei 9.099/95."

E ainda:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO NÃO CONHECIDO. DESERÇÃO. PREPARO INCOMPLETO. A LJE ISENTA DE CUSTAS AS PARTES NO PRIMEIRO GRAU, MAS, PARA RECORRER, EXIGE O PREPARO INTEGRAL DAS CUSTAS, QUE COMPREENDE TODAS AS DESPESAS PROCESSUAIS, INCLUSIVE AS DISPENSADAS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. SE INSUFICIENTE O PREPARO, OBSTA O CONHECIMENTO DO RECURSO, POR DESERÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE OPORTUNIZAR A SUA COMPLEMENTAÇÃO, DIANTE DA TEXTUALIDADE DO § 1º DO ART. 42 DA LJE. RECURSO QUE NÃO SE CONHECE, PORQUE DESERTO."(ACJ 20010410089573 TJDF)

Intimem-se, certificando o trânsito em julgado da DECISÃO do movimento 31.

Pimenta Bueno, 21 de fevereiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

¹ Em casos tais, cumpre ressaltar que o Regimento de Custas do Estado de Rondônia (Lei Estadual nº 301/90), determina que o recolhimento do preparo deve ser equivalente a 3% (três por cento) do valor da causa.

Proc: 1001499-69.2012.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

AURELIANO LEAL DE MOURA(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

CIMOPAR MÓVEIS LTDA - LIBERATTI MÓVEIS(Adjudicado)

Advogado(s): Aline Schlachta Barbosa(OAB 4145 RO)

AURELIANO LEAL DE MOURA(Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

CIMOPAR MÓVEIS LTDA - LIBERATTI MÓVEIS(Adjudicado)

Advogado(s): Aline Schlachta Barbosa(OAB 4145 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 62 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos, etc.

Considerando a informação de que a executada quitou o débito exequendo, conforme petição de movimento n. 60 dos autos, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, nos termos do art. 794, inciso I, c.c art. 795, ambos do Código de Processo Civil autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

P.R.I., após arquivem-se os autos.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002298-78.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Vandercrei Toledo Barreto(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

Vandercrei Toledo Barreto(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 27 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 24), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 25). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002294-41.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

PAULO CESAR PAIVA SOARES(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

PAULO CESAR PAIVA SOARES(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 21 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos, etc.

A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 18), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 19). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.

Sem custas.

P.R.I.

Pimenta Bueno, 13 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1002428-68.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

FRANCISCO ARRAES ROLIM(Requerente)

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): Ingrid Rodrigues de Menezes(OAB 1460 RO), Ananda Priscila Mota Ximenes(OAB 5331 RO)

FRANCISCO ARRAES ROLIM(Requerente)

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): Ingrid Rodrigues de Menezes(OAB 1460 RO), Ananda Priscila Mota Ximenes(OAB 5331 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 23 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “ Vistos e examinados.

Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Decido.

Tratando-se de matéria de direito e ante as circunstâncias do caso concreto, bem como não haver justificativa para designação de audiência de instrução, promovo o julgamento antecipado da lide, pois “Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder” (RESP 2.832-RJ).

A pretensão do Requerente visa a realização de vistoria no local para constatar possível vazamento no encanamento e, com base na vistoria, seja confeccionada nova fatura para pagamento, uma vez que a conta com vencimento para 09/09/2013 cobrava mais do que o dobro da média das faturas normalmente cobradas. Pretende, ainda, indenização por dano moral, haja vista a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito (mov. 01).

Anoto, por oportuno, que a controvérsia quanto à vistoria e a confecção de novo fatura está devidamente resolvida entre as partes, conforme certidão de movimento nº 21, restando analisar o pedido de dano moral.

Quanto ao dano moral, ficou caracterizada nos autos a responsabilidade da Requerida pela prática do ato ilícito (inscrição indevida).

A Requerida afirma em sua contestação que a inscrição ocorreu de forma indevida, por equívoco, mas que, apesar disso, não houve má-fé, não ensejando o dano moral.

O dano moral por inscrição/manutenção indevida nos cadastros de proteção ao crédito, seja por dolo ou culpa, está mais que solidificado na doutrina e jurisprudência, dispensando maiores fundamentos.

CIVILE PROCESSUAL CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. 1. O QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS DEVE ATENDER AOS CRITÉRIOS COMPENSATÓRIO, PUNITIVO E PREVENTIVO, OBSERVADOS TAMBÉM O GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA, A INTENSIDADE E A DURAÇÃO DA LESÃO E A CAPACIDADE ECONÔMICA DO OFENSOR E DO OFENDIDO. 2. APELAÇÃO PROVIDA. (TJ-DF - APC: 20100112284738 DF 0072316-90.2010.8.07.0001, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Data de Julgamento: 31/07/2013, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 19/08/2013. Pág.: 80)

Restando demonstrado, portanto, que a Requerida agiu ilicitamente e que de sua conduta restaram danos à honra subjetiva do Requerente, o dever de indenizar daquela é um imperativo legal (art. 186, do Cód. Civil, c/c art. 5º, X, da CF/88).

Assim, é presumível o dano moral (dano in re ipsa).

Cabe analisar então a questão atinente à fixação do valor da indenização. Na aferição do valor indenizatório deve-se proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido. Por isso, deve o arbitramento da indenização ser moderado e equitativo, atento às circunstâncias de cada caso, evitando que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem ou lucro descabido.

Desse modo, atento às circunstâncias do caso, tenho que o valor compensatório não deve ser inexpressivo, mas também não pode constituir fonte de enriquecimento, levando-se em conta além da necessidade de reparação dos danos sofridos, a prevenção de comportamentos futuros análogos. No caso sub examine entendo como justo e razoável fixar o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a título de danos morais. Tal quantia permite reparar o ilícito sem transformar-se em fonte de enriquecimento sem causa.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e condeno a Requerida CAERD - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDÔNIA a pagar à Requerente FRANCISCO ARRAES ROLIM o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a título de dano moral. Torno definitiva a liminar concedida no movimento nº 6, no sentido de baixa definitiva do registro creditório negativo (SPC/SERASA), alusivos à Requerente, pelos débitos objetos de questionamento nos autos.

Certificado o trânsito em julgado, a Requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada acrescida de multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.

Sem custas ou honorários, indevidos neste grau de jurisdição. P.R.I.

Pimenta Bueno, 11 de fevereiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

Proc: 1001819-85.2013.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Valmor Nunes de Andrade (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Gerry Pereira Nascimento (Adjudicado)

Valmor Nunes de Andrade (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Gerry Pereira Nascimento (Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 34 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos.

Diante da certidão de movimento n. 30, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, diligenciar no sentido de encontrar bens do executado passíveis de penhora, sob pena de extinção do feito com esquite no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.

Intime-se

Pimenta Bueno, 18 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000306-82.2013.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

C. Piloneto Santos - ME (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

José Barreto Filho (Adjudicado)

C. Piloneto Santos - ME (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

José Barreto Filho (Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 57 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos.

Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 17 de fevereiro de 2014.

Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.

Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.

Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com esquite no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

Pimenta Bueno, 17 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000282-20.2014.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

João Aírton Lopes Matheus (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Aldino Magalhães (Adjudicado)

João Aírton Lopes Matheus (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto (OAB 1826 RO)

Aldino Magalhães (Adjudicado)

DESPACHO e AUDIÊNCIA

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 21 DE MARÇO de 2014, às 10:45 horas, bem como para tomar ciência do r DESPACHO constante no movimento 05 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos.

1. CITE-SE a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 652 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 655 do CPC.

2. Transcorrido o prazo, sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 736, CPC), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 739-A, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 600 e 601 do CPC).

3. Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.

4. INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada para a 21 de Março de 2014, às 10:45 horas, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 745-A, CPC).

5. NOS TERMOS DO ARTIGO 365, § 2º DO CPC, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.

6. Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.

CUMpra-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.

Pimenta Bueno, 06 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1000273-58.2014.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

AUTOSUL AUTO PEÇAS DIESEL SUL LTDA - ME (Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida (OAB 2567 RO)

A J DA COSTA E CIA LTDA (Executado)

AUTOSUL AUTO PEÇAS DIESEL SUL LTDA - ME (Exequente)

Advogado(s): Daniele Pontes Almeida (OAB 2567 RO)

A J DA COSTA E CIA LTDA (Executado)

DESPACHO e AUDIÊNCIA

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 28 DE MARÇO de 2014, às 11:30 horas, bem como para tomar ciência do r DESPACHO constante no movimento 05 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos.

1. CITE-SE a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 652 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 655 do CPC.

2. Transcorrido o prazo, sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 736, CPC), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 739-A, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 600 e 601 do CPC).

3. Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.

4. INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada para a data de 28 de março de 2014, às 11:30 horas, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 745-A, CPC).

5. Nos termos do artigo 365, § 2º do CPC, deverá o advogado ou a própria parte credora apresentar o título original na audiência para conferência, ciente de que a não-apresentação ora determinada ensejará a extinção do processo por falta de título hábil para execução, independentemente de nova intimação.

6. Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.

CUMpra-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.

Pimenta Bueno, 06 de fevereiro de 2014.

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito

Proc: 1001545-24.2013.8.22.0009

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Joece Salete Baldessar (Adjudicante)

Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos (OAB 1468 RO), Walfrane Leila Odisio dos Santos (OAB 3489 RO)

Claudemir Correia Aguiar(Adjudicado)
Joece Salete Baldessar(Adjudicante)
Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos(OAB 1468 RO), Walfrane Leila Odisio dos Santos(OAB 3489 RO)
Claudemir Correia Aguiar(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 25 de março de 2014, às 09:45 horas.

Proc: 1002346-37.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Santos Pereira(Adjudicado)
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Santos Pereira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento que foi designado o dia 26 de MARÇO de 2014, às 09:00 horas, para realização da VENDA JUDICIAL do(s) bem(ns) penhorados nos autos supra caracterizados.

Proc: 1002346-37.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Santos Pereira(Adjudicado)
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Santos Pereira(Adjudicado)
EDITAL DE LEILÃO
Autos nº 1002346-37.2013.8.22.0009
ÚNICO LEILÃO - (Enunciado 79 - Aprovado no XI Encontro do Fórum Nacional de Juizados Especiais) – 26 DE MARÇO DE 2014, às 09:00 HORAS, para a venda acima do valor da avaliação (artigo 686 § 3º do Código de Processo Civil).
EXEQUENTE: RELÓTICA ROLOJOARIA E ÓTICA LTDA.
EXECUTADO(S): ALEXANDRE SANTOS PEREIRA.
BEM (S): - 01(uma) Bicicleta modelo feminina, marca Gênova WRP, aro 26, cor azul perolizada nº serie WRP12G06859, em boas condições, com cerca de seis meses de uso. Avaliada em 400,00 (quatrocentos reais) nota fiscal aquisição Bicletaria Duas Rodas.
LOCAL: Fórum Ministro Hermes Lima ÔNUS: Dos autos não consta qualquer informação sobre a existência de ônus.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas através deste, caso não o sejam pessoalmente. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano de 2014 (21/02/2014).
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000143-68.2014.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
LUZIA ANTONIA DOS SANTOS(Requerido)
Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
LUZIA ANTONIA DOS SANTOS(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: “ Vistos etc.
A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço da requerida no prazo de dez (10) dias, informando que não conhece o endereço atual da Requerida, pelo que requereu a arquivamento do presente feito (movimento nº 13)
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
P.R.I.
Pimenta Bueno, 15 de fevereiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002295-26.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
RODIERI LEMEAS LOPES(Requerido)
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
RODIERI LEMEAS LOPES(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: “
Vistos, etc.
A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do Requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 24), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 25).
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
P.R.I.
Pimenta Bueno, 14 de fevereiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001971-36.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Ciclinda Anita de Almeida(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO), Victor Alexandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Jose Maciel da Silva(Adjudicado)
Advogado(s): Rouscelino Passos Borges(OAB 1205 RO)
Ciclinda Anita de Almeida(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO), Victor Alexandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Jose Maciel da Silva(Adjudicado)
Advogado(s): Rouscelino Passos Borges(OAB 1205 RO)
DESPACHO e AUDIÊNCIA
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 20 DE MARÇO de 2014, às 08:30 horas, bem como para tomar ciência do r DESPACHO constante no movimento 27 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: “

Vistos.

Levando em consideração a necessidade de produção de prova testemunhal, designo audiência de instrução para o dia 20 de Março de 2014 às 08:30.

Intimem-se as partes e a testemunha arrolada na petição de movimento 23.

Pimenta Bueno, 16 de janeiro de 2014.

Luis Antônio Sanada Rocha

Juiz de Direito

Proc: 1002217-32.2013.8.22.0009

Ação:Petição (Juizado Cível)

Primo & Rodrigues Ltda-ME (MERCADO RODRIGUES) (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

José Roberto de Carvalho(Adjudicado)

Primo & Rodrigues Ltda-ME (MERCADO RODRIGUES) (Adjudicante)

Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)

José Roberto de Carvalho(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Processo: [0003562-50.2013.8.22.0009](#)

Ação:Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção

Autor:M. P. do E. de R.

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Representado:G. das V. F.

Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339),

Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)

AssuntoAlegações finais Partes:

Fica a parte Requerida, por via de seus Advogados, intimada a apresentar alegações finais por memorias no prazo sucessivo de 10 dias, conforme determinação de fls 79/80 em audiência realizada no dia 11/02/2014.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL

Rua Cassemiro de Abreu, 237

CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO

Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216

End. eletrônico: pbwcivil@tj.ro.gov.br

Proc.: [0005251-66.2012.8.22.0009](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Ciclo Cairu Ltda

Advogado:Fabiana Ribeiro Gonçalves (SSP/RO 2800)

Executado:José Martins Ferreira de SÁ Me, José Martins Ferreira de Sá

SENTENÇA:

SENTENÇA:Trata-se de execução de título extrajudicial envolvendo as partes acima indicadas.A exequente noticiou a realização de acordo por meio de parcelamento do débito (fls. 46/47) e requereu a suspensão do processo pelo prazo até a data de 30/04/2016, para que o executado providencie o pagamento do débito (petição de folhas 45).É o relatório. Decido. Quando ocorre a transação das partes não há justificativa plausível para o prosseguimento do feito apenas para aguardar o pagamento das parcelas, sendo que a extinção do processo é medida que se impõe, uma vez que não traz qualquer prejuízo aos litigantes, conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia1ª Câmara Cível0000602-58.2012.8.22.0009 - ApelaçãoOrigem:0000602-58.2012.8.22.0009 Pimenta Bueno / 1ª VaraCívelApelante:CCLA de Crédito do Centro Sul Rondoniense SicoobCredipAdvogado:Éder Timóteo Pereira Bastos (OAB/RO 2930)Advogada:Joelma Antônia Ribeiro de Castro (OAB/RO 623E)Apelado:José de Ribamar da Silva FounierRelator:Desembargador Sansão SaldanhaRevisor:Desembargador Moreira ChagasVistos.O apelo é contra a SENTENÇA que, considerando a realização de acordo extrajudicial, homologou a transação e julgou extinto o processo de execução, com base no art. 269, III, c/c art. 794, II, e art. 795, todos do CPC, indeferindo o pedido de suspensão do feito até integral cumprimento do acordo, porque no caso de descumprimento da obrigação pactuada, a SENTENÇA homologatória pode servir de título executivo judicial apto a ensejar a devida execução. A tese jurídica recursal de impossibilidade de extinção da execução está em confronto com a jurisprudência deste e. Tribunal, razão pela qual deve ser julgado monocraticamente, conforme autorizado pelo art. 557 do CPC, que encontra corolário constitucional, pois prestigia o princípio da celeridade e economia processual, que norteiam o direito processual moderno. O entendimento adotado por este e. Tribunal é no sentido de que a composição de acordo que estipula a resolução da dívida concretiza a relação jurídica entre as partes, nos termos do art. 794, II, do CPC. Nesse sentido são os recentes julgados: 0002446-07.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 12/07/2011; 0043682-72.2003.8.22.0014 Apelação, Rel. Des. Sansão Saldanha, j. 22/03/2011). Portanto, nega-se seguimento ao presente recurso. Porto Velho, 18 de fevereiro de 2014. (e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha RelatorAssim, diante da capacidade das partes, licitude do objeto e praticidade do ato, homologo a transação cujo teor de parcelamento do débito tributário consta nas folhas 46/47, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e julgo extinta a execução, com fundamento ao artigo 794, II, do Código de Processo Civil.Autorizo os necessários levantamentos mediante cópia e recibo nos autos. Sem custas finais, face o acordo, conforme determina o artigo 6º, §7º, do Regimento de Custas (Lei n. 301/1990).Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, arquivem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clemente Juíza de Direito

Proc.: [0000732-77.2014.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Maria Adeline Lacerda de Oliveira

Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DECISÃO: Trata-se de ação ordinária para concessão de benefício previdenciário, com pedido de antecipação da tutela, envolvendo as partes acima indicadas. Defiro o pedido de gratuidade. A requerente requereu auxílio-doença administrativamente em 17/10/2013 e lhe foi negada tal pretensão, uma vez que a perícia médica realizada concluiu pela falta de comprovação da qualidade de segurado (fls. 29). Após o pedido administrativo negativo, a parte autora não interpôs recurso ou pedido de reconsideração. A requerente postula, na inicial, a antecipação dos efeitos da tutela, para que seja determinado a concessão de auxílio-doença. Compulsando os autos, verifica-se que o laudo apresentado pelo autor às fls. 33, este não é suficiente para conceder a antecipação dos efeitos da tutela pretendida, pois não há esclarecimentos detalhados sobre a incapacidade do requerente. Ressalta-se que para ser possível deferir o pedido de antecipação, deveria constar no laudo que o requerente está incapacitado para o exercício de toda e qualquer atividade laboral. Por outro lado, o requerido é ente público e caso venha a ser julgada improcedente a ação, torna-se praticamente impossível a devolução dos valores recebidos pela autora em razão da antecipação. Portanto, os documentos juntados não são suficientes para concluir pela incapacidade do autor para o exercício de atividades laborativas, sendo necessária a complementação por meio de provas a serem colhidas durante a instrução processual que possam esclarecer se a parte autora está definitivamente incapacitada para a atividade laboral, em especial para aquelas atividades que exercia antes de ser acometido das enfermidades descritas na exordial, bem quanto à sua condição de segurado, já que não juntou aos autos documentos que comprovem tal situação. Diante o exposto, indefiro, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ressalvando a análise do mesmo caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido. Encaminhem-se os autos com vista à Procuradoria do requerido, consignando-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 319). Advirta-se o requerido que na contestação deverá especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. Com a devolução, tornem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clemente Juíza de Direito

Proc.: 0003767-16.2012.8.22.0009

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Leiliane Francieli Ribeiro, Leidiane Maisa Ribeiro, Victor Gabriel Rocha Ribeiro, Andreyne Rocha Ribeiro

Advogado: Edilei Tenório Volkweis (OAB/RO 4915)

Requerido: Jonisson Bom Fim, Ciclo Cairu Ltda, Itaú Seguros de Auto e Residência Sa

Advogado: Jose Angelo de Almeida (RO 309), João Marcio Maciel da Silva (OAB/PE 822)

SENTENÇA:

SENTENÇA Leiliane Francieli Ribeiro, Leidiane Maisa Ribeiro, Victor Gabriel Rocha Ribeiro e Andreyne Rocha Ribeiro ajuizaram ação de indenização de danos causados em acidente de trânsito em face de Ciclo Cairu Ltda e Jonisson Bom Fim. Alegam que no dia 10/04/2012, entre as 15h e 16h, na BR 364, KM 197, em Pimenta Bueno/RO, Carlos Aparecido Ribeiro, genitor dos requerentes, envolveu-se em um acidente que

resultou em sua morte. Aduzem que o Sr. Carlos Aparecido Ribeiro, na condução de sua bicicleta, foi abalroado por trás pelo veículo, que transitava no mesmo sentido, caminhão, Ford-Cargo, ano 1997, caçamba, placa NDB 6866, Renavan 137586051, cor branca, de propriedade do requerido Ciclo Cairu Ltda e conduzido pelo requerido Jonisson Bom Fim, vindo a óbito. Sustentam que o sinistro foi causado por culpa dos requeridos eis que o veículo trafegava com percentual mínimo de 57,5% acima da velocidade limite de 40Km/h, ou seja, trafegava à 63km/h. Em decorrência dos fatos requerem a condenação dos requeridos a pagar-lhes indenização por danos materiais no importe de R\$2.000,00, danos morais no importe de R\$311.000,00 para cada um dos requerentes, bem como ser devida pensão aos requerentes Andreyne Rocha Ribeiro e Victor Gabriel Rocha Ribeiro, desde o evento danoso até a data em que completarem 25 anos de idade. Requerem a antecipação da tutela para determinar que os requeridos iniciem o pagamento da pensão aos requerentes Andreyne e Victor. Ausentes os pressupostos legais para concessão da medida, o pedido antecipatório foi indeferido, determinando-se a citação dos requeridos e intimação do Ministério Público (fls. 88/90). Devidamente citado, os requeridos alegaram, em síntese: I) preliminar de ilegitimidade ativa; II) denúncia da lide em face da Seguradora Itaú Seguros Auto e Residência S.A.; III) culpa da vítima no acidente, pois estava na contra mão de direção, e adentrou inesperadamente à rampa de acesso à BR 364, à frente do veículo caminhão causando assim o acidente; IV) que, caso sobrevenha condenação por danos morais, requer seja arbitrada no importe de 10 salários mínimos, descontando os valores já pagos a título do Seguro Obrigatório; e V) que, caso sobrevenha condenação ao pagamento de pensão aos filhos menores, seja arbitrado o valor de 30% do salário mínimo para cada um. Ao final, requer a improcedência dos pedidos formulados na inicial. Os requerentes apresentaram impugnação à contestação juntada às fls. 146/148. Audiência de conciliação restou infrutífera (fl. 149/150), sendo proferida **DECISÃO** deferindo o pedido de denúncia da lide. A denunciada Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. apresentou contestação (fls. 156/167), alegando, em síntese: I) limitação do valor da cobertura para riscos de danos materiais no importe de R\$150.000,00 e danos corporais causados à terceiro no importe de R\$150.000,00; II) culpa exclusiva da vítima; III) que, caso sobrevenha condenação ao pagamento de pensão aos filhos menores, seja arbitrado o valor de um salário mínimo aos dois; IV) que, caso sobrevenha condenação, que seja descontando os valores já pagos a título do Seguro Obrigatório. Ao final, requer a improcedência dos pedidos formulados na inicial. Intimadas as partes para especificação de provas, os requeridos Jonisson e Ciclo Cairu Ltda apresentaram documentos e rol de testemunha juntado às fls. 223/227, o litisdenunciado Itaú Seguros afirmou não ter interesse na produção de outras provas (fl. 228). Audiência de Instrução realizada às fls. 238/241. Após foram apresentadas alegações finais pelas partes, seguidas de parecer ministerial. Relatado no essencial. Decido. Primeiramente, verifica-se que a ocorrência do acidente é fato incontroverso, já que devidamente comprovado com a cópia do boletim de acidente de trânsito, bem como do Laudo de Sinistro Automobilístico (fls. 40/60), os quais não foram impugnados pelos requeridos. Da culpa pelo acidente Há nos autos depoimento da testemunha ocular Anderson Miguel de Oliveira, nos seguintes termos: Presenciei o acidente descrito na inicial [?] Viu um ciclista subindo pela

rampa de acesso, em direção à BR 364, em sua mão de direção. O depoente ouviu o barulho do impacto, quando o depoente olhou viu o caminhão passando por cima do ciclista. [?] O caminhão e o ciclista trafegavam no mesmo sentido. Ambos iriam adentrar à BR 364, pela rampa de acesso. (fl. 241) Por meio da análise dos vestígios presentes no local do sinistro, o perito criminal responsável pela elaboração do laudo de folhas 46/60 observou o seguinte acerca da dinâmica do evento: O condutor do veículo de propulsão humana adentrou a pista de rolamento que liga a marginal com a BR 364; trafegando em sentido contrário ao fluxo de tráfego; O condutor do veículo modelo Cargo trafegava com velocidade mínima de 63 Km/h; na pista de rolamento que liga a marginal com a BR 364; quando ocorreu o sinistro automobilístico; Na entrada da cidade de Pimenta Bueno; na marginal direito no sentido Cacoal ? Vilhena está sinalizada com placa de regulamentação de 40 Km/h e em sentido contrário também está sinalizada com placa de regulamentação 40 Km/h. A dinâmica dos fatos descrita pelo perito criminal, por si só induz, no presente caso, que ocorreu culpa concorrente da vítima para o acidente, eis que esta trafegou pela contra mão de direção para adentrar à rampa de acesso à BR 364, pois não respeitou a sinalização local de ?Vire à Direita?, ao invés disso convergiu para a esquerda. No mais, ao final, o perito criminal concluiu o seguinte: [?] entende este Perito Relator que apesar do condutor da bicicleta trafegar em sentido contrário a placa de regulamentação do tipo R-25b ?VIRE A DIREITA? implantada no cruzamento ortogonal da marginal com a Rua Rolim de Moura; o condutor do veículo da marca Ford, tipo caçamba, modelo Cargo 1422, cor branca, placa de licenciamento NBD 6866 (Pimenta Bueno-RO) também contribuiu para que ocorresse o sinistro; pois o mesmo trafegava com percentual mínimo de 57,5% acima da velocidade limitada pela placa de regulamentação que limita em 40 Km/h. (fl. 59, grifou-se) Por essa constatação, chega-se à CONCLUSÃO da existência de culpa por parte dos requeridos também, pois não observou as normas de trânsito ao trafegar acima do limite máximo de velocidade permitida para o local, que, conforme fl. 58, era de 40 Km/h. Apesar de estar trafegando, antes de adentrar à rampa de acesso à BR 364, contrário ao fluxo consistir em uma negligência da vítima, essa circunstância não é suficiente ao rompimento do nexo causal, visto que, a vítima foi abalroada por trás, impossibilitando assim qualquer tentativa de desviar ou impedir o sinistro. Portanto, não havendo dúvidas, que ao trafegar em sentido contrário ao fluxo a vítima contribuiu para o resultado fático do sinistro, caracterizando culpa concorrente, essa circunstância deve ser considerada para abrandar o valor da indenização. Do dano moral A caracterização do dano moral na espécie dispensa aprofundadas considerações, uma vez que é clarividente que a morte prematura do genitor provoca no filho abalo moral merecedor de reparação civil. Trata-se, portanto, de dano presumido, que dispensa prova de sua existência. O arbitramento do quantum indenizatório, segundo iterativa jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, deve ocorrer com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais, o conceito social das partes e as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado. Deve-se evitar o enriquecimento sem causa, conferindo à parte tão-somente uma compensação, a qual serve para abrandar o dano e assume ainda caráter educativo. Do mesmo modo, não pode a indenização ser de

valor tal que se torne inexpressiva frente ao dano ou à capacidade das partes. Adoto tais critérios e, considerando o grau de culpa dos requeridos, bem como a concorrência da vítima para a gravidade do acidente em razão da não observância da sinalização de trânsito e o fluxo da via, fixo o valor da indenização em R\$ 25.000,00 para cada um dos requerentes. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tratando-se de condenação por dano moral, o termo inicial da correção monetária e juros de mora é data do o arbitramento. Confirma-se: APELAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. O dever de indenizar o dano moral nasce no momento em que o nome do devedor é inscrito indevidamente nos cadastros de restrições ao crédito. A fixação da verba indenizatória deve servir de lenitivo à dor infligida e de outro lado razoável para impedir a reiteração do ato ilícito praticado. Tratando-se de danos morais, a apuração dos juros de mora e correção monetária relativa à condenação tem como termo inicial de sua contagem a data de seu arbitramento, conforme Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. (TJRO - 00048193020108220005, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 15/05/2012) Da redução dos valores já pagos a título do Seguro Obrigatório Os requerentes pleitam que, caso sobrevenha condenação, esta seja reduzido o valor já recebido a título de Seguro Obrigatório. Ocorre que não trouxeram aos autos qualquer documento apto a provar tal recebimento pelos requerentes. Como, o ônus da prova cabe a quem alega, não há falar em redução ou abatimento da condenação dos valores já pagos a título do Seguro Obrigatório. Do dano material No que tange aos danos materiais, deve-se levar em consideração que os mesmos não se presumem, mas devem ser comprovados mediante a juntada de documentos que demonstrem sua extensão, tais como notas fiscais e recibos. Ocorre que, os requerentes não trouxeram aos autos qualquer prova dos alegados danos, mitigaram-se a apresentar planilha de cálculo no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) referentes a despesa com funeral, danos à bicicleta e ao celular. Como os requerentes não comprovaram o dano material, não há falar em condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos materiais. Dos alimentos indenizatórios Caracterizada a responsabilidade dos requeridos pela reparação dos danos, merece acolhimento o pedido de pensionamento em favor dos dependentes da vítima, ex vi do artigo 948, inciso II, do Código Civil, que assim dispõe: Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: I ? no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; II ? na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima. A filiação encontra-se comprovada por meio da certidão de nascimento registrada no Registro Civil (fls. 32 e 33), na forma do artigo 1.603 do Código Civil, ao passo que a dependência econômica é presumida. A parte autora não produziu prova acerca do valor dos rendimentos mensais da vítima, aduzindo apenas que a vítima era autônomo. Ocorre que, a ausência de prova dos vencimentos não ilide o dever indenizatório dos requeridos. Mesmo porque, levando em consideração a lei pátria, nenhum trabalhador poderá auferir rendimentos inferior a um salário mínimo, e desse modo, é certo que de alguma forma a vítima contribuía materialmente para o sustento e criação de seus filhos. Nesse diapasão, há que se levar em consideração, para o cômputo do valor da

pensão, o salário mínimo vigente à época de cada prestação. É esse o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vejamos: INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. PENSÃO MENSAL. COMPROVAÇÃO DE RENDA. AUSÊNCIA. CESSAMENTO DA PENSÃO. JUROS MORATÓRIOS. APLICAÇÃO. O fato de o pai do menor ser chamado a responder solidariamente por conduta de seu filho afasta a carência de ação por ilegitimidade passiva, quando este está sob seu poder e sua companhia. Comprovada a ocorrência de culpa concorrente, deve-se reduzir o valor da indenização de acordo com a conduta praticada por cada parte na ocorrência do ato ilícito. Inexistindo comprovação da renda mensal da vítima, a condenação em relação ao pensionamento deve ser arbitrada com base em um salário mínimo, a ser repartido entre os autores da demanda.[?] (TJRO - Apelação Cível, N. 10000120030156644, Rel. Juiz Edénir Sebastião A. da Rosa, J. 02/08/2007) INDENIZAÇÃO POR DANOS. MORTE DE DETENTO. FIXAÇÃO DO QUANTUM. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INEXISTÊNCIA. PENSÃO MENSAL. BENEFÍCIO DE NATUREZA ALIMENTAR. O valor fixado a título de indenização por dano moral não possui caráter de reposição com valor econômico, mas tão-somente a intenção de amenizar o sentimento de perda. O juiz não fica adstrito ao quantum pleiteado pelo autor na inicial, e, ainda que o valor fixado seja inferior ao pretendido, não há que se falar em sucumbência recíproca. É devido o pagamento de pensão mensal à companheira e filho, mesmo que a vítima não exercesse atividade remunerada, sendo família de baixa renda, levando-se em consideração a presunção absoluta de dependência econômica. (TJRO - Apelação Cível, N. 10100120040027871, Rel. Des. Rowilson Teixeira, J. 16/01/2007) A adoção do salário mínimo encontra permissivo no artigo 475-Q, §4º, do Código de Processo Civil, pelo qual, em caso de indenização por ato ilícito, "os alimentos podem ser fixados tomando por base o salário mínimo". É também o entendimento sedimentado pelos tribunais superiores, conforme o enunciado n. 490 da súmula de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal: Súmula 490/STF - A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da SENTENÇA e ajustar-se-á às variações ulteriores. Outro fato relevante para a utilização do salário mínimo como parâmetro é a constatação de que a pensão deve ser fixada em escala móvel, de modo a acompanhar as variações da moeda, mantendo-a atualizada e protegida da corrosão do valor monetário. Não pode corresponder a pensão ao valor integral dos rendimentos da vítima, pois, por certo, uma parcela seria empregada no seu próprio sustento e na satisfação de suas despesas pessoais, a qual deve ser destacada do valor mensal do pensionamento. Na impossibilidade de se determinar ao certo o valor dessa parcela, há que se abater a terça parte dos rendimentos. O assunto é tratado com propriedade por Arnaldo Rizzardo: Dos rendimentos apurados da vítima, qual o montante destinado ao cônjuge sobrevivente e aos filhos, ou a outros dependentes? A resposta encontra ressonância unânime nos pretórios, preponderando o consenso de que parte do valor seria despendido pelo falecido com o próprio sustento. Do Supremo Tribunal Federal se originou o paradigma orientador: "A indenização mensal deve ser fixada à razão de dois terços do salário mínimo..." [RTJ 65/554]. Ou: "Do cálculo da pensão deve ser deduzido um terço, que representa as presumíveis despesas pessoais da vítima" [Resp.

172.335/SP]. (RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. pág. 220) Também pela exclusão de 1/3 do valor dos rendimentos, convém citar os seguintes julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DOLO E CULPA. DEMONSTRAÇÃO. O PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO ENVOLVIDO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO É PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVA DA DEMANDA.[?] A pensão deve ser arbitrada com base na renda do trabalhador, deduzindo-se 1/3 (um terço) relativo ao valor dos gastos pessoais do de cujus. Os honorários advocatícios devem ser fixados em observância aos limites quantitativos e qualitativos do art. 20, § 3º, do CPC. (TJRO - 00535059220068220005, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 25/10/2011) ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA. PROCURADOR. SUBSTITUIÇÃO POSSIBILIDADE. DESISTÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHA. LEGALIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA DE NULIDADE. AMBULÂNCIA. TRANSPORTE DE DOENTE. CAPOTAMENTO. FALECIMENTO. INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE. DANOS MATERIAIS. NÃO-COMPROVAÇÃO DE RENDA. PENSÃO AO CÔNJUGE SUPÉRSTITE. DESPESAS DE FUNERAL. DANOS MORAIS. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. HONORÁRIOS.[?] São devidos os danos materiais consistentes em pensão à esposa do falecido, à proporção de 2/3 do salário mínimo, quando não comprovada a qualidade de assalariado do de cujus. É devido, em caso de acidente automobilístico com morte, o ressarcimento das despesas empreendidas a título de funeral, art. 948, I, do CC. Os danos morais devem ser fixados consoante a razoabilidade e proporcionalidade. Vencida a Fazenda Pública, os honorários de advogados devem ser fixados nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. (TJRO - Apelação Cível, N. 10001420050033399, Rel. Des. Rowilson Teixeira, J. 22/05/2007) A parte não faz jus ao recebimento da quantia correspondente ao 13º salário e férias, pois a inclusão dessas verbas depende de prova da atividade remunerada exercida pela vítima, conforme a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. IDADE DO FILHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM FIXADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.[?] 4. O acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento firmado no STJ quanto à exclusão do 13º salário e das férias do pensionamento estabelecido, uma vez que não há nos autos comprovação de que a vítima exercesse atividade remunerada.[?] (STJ - AgRg no Ag 1419899/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 24/09/2012) Nesses termos, o valor mensal da pensão deve corresponder a 1/3 (um terço) do valor do salário mínimo, para os autores Victor e Andreyna, vigente à época do vencimento de cada prestação. Ainda com relação ao valor da pensão, há que se fazer um ressalva: o quantum ora fixado pode ser modificado, especialmente se outro dependente vier a requerer a mesma prestação, pois essa modalidade de reparação é devida ao grupo de dependentes da vítima, ao qual este prestaria assistência material caso vivo fosse. Inteligência do artigo 475-Q, §3º, do Código de Processo Civil. O pensionamento aos filhos não se opera ad aeternum, pelo que passo à fixação

dos marcos inicial e final. Tratando-se de modalidade de responsabilidade extracontratual, a pensão é, como regra, devida desde o evento danoso (Código Civil, art. 398; Súmula n. 43 e 54/STJ). Assim, a pensão é devida desde o dia do evento danoso, ocorrido em 10/04/2012 (folha 40). Termo inicial das prestações. 1. A data do fato, para a generalidade dos casos [...]. 2. Se a vítima era menor e não contribuía para o sustento do lar: 2a. Aos treze anos da vítima [...]. 2b. Aos doze anos da vítima [...]. 2c. À data do fato, sem consideração de idade [...]. 2d. Indenização não devida [...]. 3. Beneficiário nascituro: Na data do nascimento (JTACivSP 74/99) (Rosa Nery e Renata Gobbet - APMP 686) (NERY JÚNIOR, Nelson. NERY, Roa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 7.ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: RT, 2009. pág. 824. grifou-se) O primeiro fator limitador a ser considerado na determinação do termo final é a provável sobrevida que teria a vítima (Código Civil, artigo 948, inc. II), de acordo com a expectativa média de vida, que, atualmente, corresponde a 73,4 anos, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na data do óbito, a vítima contava 46 anos de idade (nascido em 12/08/1965 e falecido em 10/04/2012, fl. 39), pelo que a prestação de alimentos não por ir além do ano de 2038. O segundo fator limitador diz respeito ao tempo de dependência econômica do filho em relação ao genitor, pois, considera-se que, a partir de certa idade, o filho completa os estudos, qualifica-se profissionalmente, ingressa no mercado de trabalho e constitui família, deixando de depender do genitor. Sobre o tema, confira-se: Presume-se que, com 24 anos, os beneficiários da pensão terão concluído a formação, deixando de ser dependente. Filhos até 24 anos terão direito de receber pensão por morte do pai [?] (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, v.7: Responsabilidade Civil. 19.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. Pág. 137-138) [?] Desse modo, correto o entendimento que fixa a indenização tendo como parâmetro a idade de 24 ou 25 anos do filho, limite correto da relação de dependência (nesse sentido, ver: STJ, REsp 275.274/MG, data da DECISÃO: 17.04.2001, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 03.09.2001, p. 220). (TATURCE, Flávio. Manual de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. pág. 427) APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA POIS A EXISTÊNCIA DE BURACO EM VIA PÚBLICA, SEM SINALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. VALOR DA PENSÃO FIXADO DE ACORDO COM AS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. MANUTENÇÃO. TERMO FINAL DE PAGAMENTO DE PENSÃO IDADE DE 25 ANOS. PRECEDENTES DO STJ. [...] No que diz respeito ao termo ad quem da pensão devida ao filho menor em decorrência da morte do pai, é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que deve alcançar a idade em que os beneficiários completam vinte e cinco anos de idade, quando se presume terem concluído sua formação, incluindo-se a universidade. Incidência da Súmula 83/STJ. (TJRO - 01029230620098220001, Rel. null, J. 27/09/2011) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. IDADE DO FILHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM FIXADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. [?] 3. O STJ firmou a jurisprudência de que é devida a pensão mensal aos filhos menores, pela morte de genitor, até a data em que os

beneficiários completam 25 anos de idade. [?] (STJ - AgRg no Ag 1419899/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 24/09/2012) Como se nota dos arrestos citados, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o Superior Tribunal de Justiça, em recentes julgados, definiram o termo ad quem como a data em que o filho beneficiário completar 25 anos de idade. Desse modo, considerando o critério do homo medius e as regras ordinárias de experiência, fixo o termo final para o pagamento da pensão ao requerente Victor Gabriel Rocha Ribeiro em 09/08/2030 e à requerente Andreyne Rocha Ribeiro em 07/04/2027, data em que completarão 25 anos de idade. Para assegurar o cumprimento da obrigação e com fulcro no artigo 475-Q, §1º, do Código de Processo Civil, determino aos requeridos a constituição de capital suficiente cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão. Às prestações vencidas acrescer-se-á, desde o vencimento de cada prestação, correção monetária e juros de mora, devendo ser adimplidas em única parcela. DISPOSITIVO Pelos fundamentos expostos e na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o MÉRITO para julgar parcialmente procedente os pedidos nos seguintes termos: a) julgo improcedente o pedido de indenização por dano material formulado pelos requerentes; b) condeno o requerido a pagar aos autores, em prestação única, indenização por danos morais no importe de R\$ 25.000,00, acrescido de juros e correção monetária desde o arbitramento; c) condeno os requeridos ao pagamento de pensão mensal pelo valor equivalente a 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente na data do vencimento de cada prestação, sem a incidência de 13º salário ou 1/3 de férias, aos requerentes Victor Gabriel Rocha Ribeiro e Andreyne Rocha Ribeiro, retroativamente ao evento danoso, ocorrido em 10/04/2012, até a data em que completarem 25 anos de idade, ou seja, até 09/08/2030 e 07/04/2027, respectivamente, devendo as prestações vincendas serem adimplidas em parcela única, com acréscimo de juros e correção monetária desde o vencimento de cada parcela, e as vincendas todo o dia 10 de cada mês; d) condeno a denunciada à lide, Itaú Seguros de Auto e Residência S/A, a ressarcir à denunciante, Ciclo Cairu Ltda, o valor que estes pagarem à parte autora em virtude da condenação supra, na forma estabelecida pelo contrato de seguro entre elas celebrado; e) tendo a parte autora decaído de parte mínima do pedido, mormente considerando que, no pedido de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326/STJ), condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 10% do valor da condenação, conforme artigo 20, caput e §3º, e artigo 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Ressalto que o valor destinados aos filhos menores deverão permanecer depositados judicialmente até que atinjam a maioridade. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clemente Juíza de Direito

Proc.: 0005475-67.2013.8.22.0009

Ação: Busca e Apreensão (Cível)

Autor: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda

Advogado: Maria Lucilia Gomes (SP 84206), Luciano Boabaid Bertazzo (MS 7657-B)

Requerido: Edimar Ribeiro dos Santos

DESPACHO:

DESPACHO: Intime-se a parte requerida para efetuar o depósito do valor complementar, conforme petição de fls. 48. Após, conclusos. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000588-06.2014.8.22.0009

Ação: Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)

Requerente: Vitor Júnior Lazzaro, Joana Mendes Gomes Lazzaro

Advogado: Valeriano Leão de Camargo (RO 5414), Débora Mendes Gomes Lauermann (RO 5618), Luciana Comerlatto Chiecco (RO 5650), Valeriano Leão de Camargo (RO 5414), Débora Mendes Gomes Lauermann (RO 5618), Luciana Comerlatto Chiecco (RO 5650)

DESPACHO:

DESPACHO: Compulsando os autos, verifica-se que a parte Joana Mendes Gomes Lazzaro, não assinou o documento de procuração, nem mesmo a declaração de hipossuficiência. A parte autora requer a concessão de justiça gratuita com pedido genérico, sem declinar das razões de sua impossibilidade de arcar com as custas processuais. Analisando os autos, verifica-se que não veio elementos capazes de determinar que os rendimentos da parte autora são de baixa monta em relação às suas despesas ordinárias a ponto de impedir o adimplemento da despesa processual. O autor Vitor declara ser representante de vendas, e a autora Joana declara ser prestadora de serviços gerais. Constituíram advogado particular para patrocinar a causa, assim, mostra-se inverossímil que não tenham possibilidade de pagar o valor referente às custas. Pelo exposto, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita e determino à parte autora que emende a inicial para recolher as custas iniciais, bem como para assinar o documento de procuração às fls. 14, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se, na pessoa do procurador constituído nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das DGJ). Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002174-15.2013.8.22.0009

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: João Pacheco

Advogado: Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)

Executado: Hsbc Bank Brasil Sa Banco Múltiplo

Advogado: Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Caroline Carranza Fernandes (OAB/RO 1915), Evaristo Aragão Santos (PR 24498)

DESPACHO:

DESPACHO: Mantenho a DECISÃO agravada por seus próprios fundamentos. O feito deve permanecer suspenso, conforme já determinado às fls. 449. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002173-30.2013.8.22.0009

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Jorceli Largura

Advogado: Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)

Executado: Hsbc Bank Brasil Sa Banco Múltiplo

Advogado: Evaristo Aragão Santos (PR 24498), Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295)

DESPACHO:

DESPACHO: Mantenho a DECISÃO agravada por seus próprios fundamentos. O feito deve permanecer suspenso, conforme já determinado às fls. 388. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005174-28.2010.8.22.0009

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Noêmia Iraide da Rocha Pereira

Advogado: Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)

Executado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

DESPACHO: Mantenho a DECISÃO de fls. 181, pelos seus próprios fundamentos. Suspendo o feito enquanto se aguarda a DECISÃO do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual deve ser comunicada nos autos pela autora. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Sandra Regina Corso Baptista da Silva

Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL**2º Cartório Cível**

Proc.: 0004047-50.2013.8.22.0009

Ação: Busca e Apreensão (Cível)

Requerente: Banco Bradesco S/A

Advogado: Maria Lucilia Gomes. (OAB/SP 84206)

Requerido: César Borges Scheffer

SENTENÇA:

SENTENÇA: Banco Bradesco S/A, propôs ação de busca e apreensão em face de César Borges Scheffer, ambos qualificados nos autos, alegando em síntese, que realizaram um contrato de financiamento, o qual ficou garantido pela alienação fiduciária de um veículo, descrito à fl. 3, sendo que o requerido não efetuou o pagamento da prestação, estando constituído em mora. Pleiteou assim, a busca e apreensão liminar do bem e a procedência do pedido para o fim de consolidar a propriedade e a posse em suas mãos. Juntou procuração e documentos de fls. 6/26. Concedida (fl. 27) e executada a liminar pleiteada (fls. 28/29), o requerido foi devidamente citado, todavia, não purgou a mora, tampouco ofertou defesa. A parte autora se manifestou à fl. 31, requerendo o julgamento antecipado da lide. É o relatório. Decido. Conforme se infere nos autos, o requerido foi regularmente citado, mas permaneceu inerte ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, inciso II, do Código de processo Civil. No MÉRITO, o pedido inicial deve ser julgado procedente, pois em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 319, do CP), conforme expressa advertência constante no MANDADO de citação. A presunção não é absoluta, mas no presente caso concreto, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados e do silêncio do requerido, que não purgou

a mora, não existe elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pelo autor. Ante o exposto, com fundamento no art. 66 da Lei nº. 4.728/65 e no Decreto-Lei nº. 911/69, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por Banco Bradesco S/A em face de Cezar Borges Scheffer, ambos qualificados nos autos e, em consequência: 1. DECLARO rescindido o contrato celebrado entre as partes, consolidado nas mãos do autor a posse plena e exclusiva do bem descrito e caracterizado na petição inicial, cuja apreensão liminar tornou definitiva. 2. Faculto, ainda, a venda do bem pelo autor, na forma do art. 3º, § 5º, do DL n. 911/69, devendo ser entregue ao devedor o saldo porventura apurado, se houver, na forma do art. 2º, do DL n. 911/69. 3. Cumpra-se o disposto no § 1º, do art. 3º do DL supracitado, oficiando-se ao Detran-RO, comunicando estar o autor autorizado a proceder a transferência a terceiros que indicar. 4. Condeno ainda o requerido no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da ação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC. 4.1. Transitada em julgado, o requerido deve ser intimado para pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa, o que desde já fica determinado, caso não haja o pagamento. 5. Resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC. Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em quinze dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a credora de que poderão ser desarquivados os autos independentemente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475-J, § 5º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0005244-74.2012.8.22.0009

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Cleusa da Silva Sanches

Advogado: Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

SENTENÇA:

SENTENÇA CLEUSA DA SILVA SANCHES, qualificada a fl. 03, ajuizou a presente ação previdenciária em desfavor do INSS pretendendo a concessão da aposentadoria rural por idade, com o argumento de que exerce atividade rural desde jovem e que já atingiu a idade mínima exigida para a concessão do benefício. Pede a concessão da tutela antecipada e, no MÉRITO, a procedência da ação a fim de condenar o INSS a pagar-lhe a aposentadoria rural desde a data do indeferimento do pedido administrativo. Com a inicial apresentou os documentos de fls. 06/25. DECISÃO de fls. 26 indeferiu o pedido de tutela antecipada por falta de prova da verossimilhança da alegação. A requerida foi citada e apresentou contestação a fls. 28/32. Discorre sobre a necessidade de prova do exercício da atividade rural e dos requisitos legais para concessão do benefício. Afirma que a autora não faz jus ao benefício pretendido, primeiro porque não se enquadra na qualidade de trabalhador rural, já que possuíam imóvel rural superior a 04 módulos fiscais, o qual foi vendido por R\$ 245.00,00; segundo porque o marido da autora é beneficiário do LOAS. Transcreve jurisprudência e pede, ao final, a improcedência da ação. Juntou os documentos de fls. 33/44. Durante a instrução foram ouvidas duas testemunhas e foi colhido o depoimento pessoal da autora, fls. 55/57. Em sede de alegações finais o autor pediu a procedência da ação nos termos da inicial e, caso não fosse esse o entendimento, a

concessão de qualquer outro benefício assistencial que melhor se amolda ao caso da autora. Reiterou pedido de tutelas antecipadas. A requerida não apresentou alegações finais, uma vez que ausente a audiência. É o relatório. DECIDO. Trata-se de pedido de aposentadoria rural por idade feito por Cleusa da Silva Sanches. Nos termos do artigo 48 e §§ da Lei nº 8.213/91 e 183 do Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), a aposentadoria por idade de rurícola é devida aos segurados especiais que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, que comprovem o exercício de atividade rural em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício, conforme tabela progressiva do art. 142 da Lei 8.213/91 e que tenham atingido a idade mínima exigida (60 ou 55 anos, se homem ou mulher, respectivamente). No caso da autora, vejo no documento de fl. 08 que ela completou 55 anos no dia 05/12/06, portanto, para ter direito ao benefício deve comprovar o exercício da atividade rural pelo período de 150 meses, isto é, 12 anos e 06 meses. Deve comprovar ainda que no período da implementação do requisito idade ela ainda estava exercendo atividade rural. No entanto, em que pese a farta prova documental carreada nos autos e os depoimentos colhidos todos no sentido de que a autora viveu no sítio e trabalhou na lavoura com o marido por mais de 15 anos, ainda assim não vejo como acolher o pedido da autora, uma vez que não restou satisfatoriamente comprovado, com certeza estreme de dúvidas, de que quando ela implementou o requisito idade ainda estivesse exercendo atividade rural. Pelo contrário, a evidência das provas vai no sentido de que a autora, quando completou o requisito idade já estava morando na cidade e sobrevivendo do benefício assistencial recebido pelo marido (LOAS) e da ajuda prestada por sua genitora. Nesse ponto, a autora em seu depoimento contou que vieram para cidade logo depois que o marido adoeceu e que contava também com auxílio da sua genitora, até o falecimento dela. Indagada várias vezes a autora não conseguiu lembrar exatamente a data em que se mudou para a cidade para cuidar do marido doente, limitando-se a afirmar que achava que já faziam uns 7 ou 8 anos ou mais, o que dá por volta de 2007 ou 2006. Nem mesmo as testemunhas souberam afirmar a data em que a autora saiu do sítio. Veja que o documento de fls. 38 comprova que o marido da autora recebe LOAS desde 11/8/06, o que autoriza presumir que, pelo menos, deste esta data, a autora já estava morando na cidade com ele ou que pelo menos já não estivesse conseguindo trabalhar mais na atividade rural em razão de ter que cuidar dele a maior parte do tempo. Corrobora com a CONCLUSÃO de que eles já não estavam mais no labor rural quando da implementação dos requisitos o fato do marido da autora estar recebendo o LOAS ao invés da aposentadoria rural por idade ou por invalidez, principalmente quando se constata que a prova documental da atividade rural é toda voltada para o nome do marido. O fato é que o §2º, art. 48 da Lei 8213/91 é muito claro quando afirma que o trabalhador rural deve comprovar o exercício da atividade no período imediatamente anterior ao requerimento - ou a data da implementação da idade (jurisprudência) - o que não restou comprovado nos autos. A autora não cumpriu com o ônus processual que lhe cabia e, no caso de dúvida, o não acolhimento da pretensão é medida que se impõe. Portanto, na ausência de provas e diante da possibilidade de que a autora tenha se afastado da atividade rural antes de implementar o requisito idade, não é possível reconhecer o pedido da autora, mas apenas e tão

somente pela falta de prova do preenchimento dos requisitos, e não pelo fato da autora ter residido e trabalhado em área superior a 4 módulos rurais, o que na verdade não ocorreu. Nesse ponto, o requerido confunde alqueires e hectares. O que a Lei impede é o benefício para aquele que possuir área maior a 04 módulos fiscais, o que equivale, no Estado de Rondonia, especificamente na região de Pimenta Bueno, a 240 hectares (ha), já que cada módulo fiscal da região é de 60 ha (hectares) (doc anexo).E, no caso da autora, o sítio vendido tinha por volta de 118,5082 hectares (ha), conforme se constata no contrato de fls.23/24, o que equivale a 1,9 módulo fiscal aproximadamente e 43,5691 alqueires (do norte), mas não 118,5082 alqueires como afirmado pelo requerido.Por fim, não vejo como acolher o pedido da autora feito nas alegações finais no sentido de que, no caso de improcedência, fosse concedido qualquer outro benefício que melhor se adeque ao caso, primeiro porque o pedido do autor foi certo e determinado, razão por que a DECISÃO fica estritamente vinculada a ele; segundo porque cada benefício previdenciário tem seus requisitos próprios e nem a inicial, nem a contestação, nem a prova produzida nos autos abordou qualquer outro requisito inerente aos demais benefícios. DISPOSITIVO.Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido feito por CLEUSA DA SILVA SANCHES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS e, em consequência:Com a ressalva do disposto no art. 12, da Lei 1060/50, CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da requerida, os quais arbitro em R\$ 500,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Resolvo o feito, com MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC.SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 475, § 2º, do CPC.Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá permanecer no arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do CPC.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003901-43.2012.8.22.0009

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria das Graças Silvestre de Souza

Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

SENTENÇA:

SENTENÇA I ? RELATÓRIO.MARIA DAS GRAÇAS SILVESTRE DE SOUZA, ajuizou a presente ação em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, ambos qualificados nos autos às fls. 03, pretendendo seja restabelecido auxílio-doença cominado com a conversão em aposentadoria por invalidez. Pugnou pela antecipação dos efeitos da tutela para que o benefício seja imediatamente restabelecido.Relata que é segurada da previdência social como contribuinte facultativa, que no mês de agosto de 2010 afastou-se das atividades laborais em detrimento da enfermidade que foi acometida.Alega que requereu o benefício de auxílio doença em 25/01/2011, que foi inicialmente deferido sob o NB 542.292.695-8, entretanto, seu benefício foi cessado em 25/04/2011.Afirma que protocolou pedido de prorrogação em 08/07/2011, mas foi gerado um novo número de benefício NB: 546.966.294-9, recebendo este por mais alguns meses.Menciona que sofre de insuficiência renal crônica (IRC) estágio II, III que são resultados das lesões renais irreversíveis e progressivas

provocadas por doenças que tornam o rim incapaz de realizar suas funções.Diante disso, requereu novo pedido de benefício sob o número NB: 550.262.580-6, este que foi indeferido sobre falsa alegação de falta de incapacidade laborativa.Aduz que em um novo laudo médico foi constatado que além da insuficiência renal crônica, sofre também de asma crônica e hipertensão arterial, não possuindo assim mais condições de retornar a atividade laborativa. Com a inicial apresentou procuração e documentos de fls. 11/33.O pedido de antecipação de tutela foi deferido às fls. 34/35.Citado (fls. 35v), o requerido apresentou defesa contestatória, requerendo a improcedência do pedido e apresentando quesitos para perícia médica.A requerente apresentou impugnação à contestação às fls. 43/44, às fls. 45 foi intimada para especificar provas, requerendo a produção de prova pericial e testemunhal.Realizada perícia, o laudo foi juntado aos autos às fls. 58/59.A requerente se manifestou não se opondo sobre a perícia às fls. 61/61v, pugnando pela procedência do pedido.O requerido se manifestou às fls. 63/68, apresentando proposta de acordo.A requerente informou às fls. 70/71 que não concorda com a proposta do requerido, requerendo o seguimento do feito nos termos da inicial.É a síntese necessária.II ? Fundamentação.Versam os presentes autos sobre Ação ordinária de restabelecimento de auxílio-doença cominado com conversão em aposentadoria por invalidez, formulada por MARIA DAS GRAÇAS SILVESTRE DE SOUZA em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS.Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento dos requisitos legais.O período de carência e a qualidade de segurada se encontram devidamente comprovados nos autos, através dos documentos que instruíram a inicial.O próprio requerido já reconheceu, em sede administrativa, a condição de segurada da autora, tanto que reconheceu e concedeu benefício de auxílio-doença..No entanto, também é necessária a comprovação da incapacidade para o trabalho, a qual deve ser total e permanente, nos termos do art. 42 da Lei 8213/91, sem possibilidade de reabilitação, para o caso de aposentadoria por invalidez.Na hipótese dos autos, o laudo de perícia judicial de fls. 58/59 esclarece que a parte autora é portadora de insuficiência renal crônico secundário a necrose tubular aguda por insuficiência renal aguda posterior histerectomia, onde, evoluiu com hipertensão arterial, elevação da escórias nitrogenadas, emagrecimento ao USG, involução do tamanho dos rins progressiva, atrofia renal.Apresenta ainda hipertireoidismo e asma bronquial ITU crônico.Em resposta aos quesitos "4, 5, 6 e 7", o perito afirma que há incapacidade total e permanente para o trabalho, e que a autora não é suscetível de reabilitação nem por meio cirúrgico.A invalidez permanente e total, bem como a impossibilidade de reabilitação da autora, restaram plenamente comprovados nos autos, conforme se constata pelas respostas da expert aos quesitos formulados pelo Juízo (fls. 58/59). No referido laudo há CONCLUSÃO sobre o problema de insuficiência renal da autora, sendo certo que, aliado aos demais laudos médicos carreados aos autos pela requerente, dão conta de que há incapacidade laboral para o exercício de qualquer atividade.Assim sendo a procedência do pedido inicial, a fim de ser concedida a aposentadoria por invalidez a parte autora, é medida que se impõe.A Autora alega que o benefício NB 546.966.294-9 foi cessado em 01/12/2011, entretanto, não juntou aos autos a comunicação de DECISÃO da referida alegação. Os documentos juntados às fls. 32/33 e 66 comprovam que a autora recebeu o benefício entre o período 01/12/2011 à 15/12/2011 da competência 12/2011.

Vale ressaltar ainda, que o Requerido em sua proposta de acordo (Fls. 63/68) propôs que o benefício implantado seria NB 546.966.294-9 a partir de 16/12/2011, com conversão de auxílio-doença para aposentadoria por invalidez, sendo assim, reconheceu a qualidade de segurada e a incapacidade laboral da autora. O termo inicial para pagamento do benefício é o da cessação do benefício NB 546.966.294-9 em 16/12/2011, uma vez que há nos autos prova que desde essa data a Autora permanece incapacitada, conforme laudos juntados às fls. 23/25, documentos que não foram impugnados. III ? DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação movida por MARIA DAS GRAÇAS SILVESTRE DE SOUZA em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, e em consequência: 1. CONFIRMO a antecipação de tutela concedida às fls. 34/35, tornando-a definitiva; 2. CONDENO o requerido a implementar em favor da autora o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, decorrente da conversão do auxílio-doença anteriormente concedido pela própria autarquia, portanto com efeitos retroativos desde a cessação indevida (16/12/2011). 2.1 Nos termos da lei, o benefício concedido importa no pagamento de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive o 13º salário, incidindo, com relação as parcelas retroativas devidas, correção monetária a partir do vencimento de cada prestação (Súmulas 43 e 148 do STJ) e acrescidas de juros legais à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês a contar da citação, nos termos da Lei nº 11.960/2009. 2.2 As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmula n. 148 do STJ). 3. O INSS, sendo autarquia federal, não está sujeito ao pagamento de custas processuais no Estado de Rondônia. 4. Condeno o requerido ao pagamento de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios nos termos do artigo 20, §§ 3º e 4º do CPC, excluindo-se as parcelas vincendas nos termos da Súmula n.º 111 do STJ. 5. Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC. 6. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 475, § 2º, do CPC. Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá permanecer no arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003312-17.2013.8.22.0009

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Shekinah Comércio e Importação de Peças e Acessórios Ltda Epp

Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (), Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Danúbia Aparecida Vidal Petrolini (PR 39.707)

Requerido: Eletrogóes S/A

Advogado: Flávio Kloos (RO 4537)

SENTENÇA:

SENTENÇA I ? RELATÓRIO. SHEKINAH COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA EPP ajuizou a presente ação de cobrança em face de ELETROGÓES

S/A, ambos qualificados à fl. 03, pretendendo receber o valor referente um contrato de prestação de serviços realizado com a requerida que não foi pago. Informa que em 03.01.2011 firmou Carta Contrato n. 5/2011 com a requerida, tendo por objeto a prestação de serviços de plantio de grama no empreendimento da UHE Rondon II, em área prevista de 20.000m², ao custo de R\$ 3,00 o metro quadrado, o que totalizou o valor de R\$ 60.000,00, que poderia variar para mais ou para menos. Relata que os serviços seriam pagos conforme medição mensal, e neste caso, foram feitas duas medições, uma em 13.09.2011, para a qual foi emitida Nota Fiscal n. 00004, Série A, que foi devidamente paga pela requerida. No entanto, sustenta que a segunda medição também ocorreu no dia 13.09.2011, e foi emitida Nota Fiscal n. 000006, Série A, no valor de R\$ 9.720,00, que ainda não foi paga pela requerida. Diz que tentou receber referido valor de todas as maneiras amigáveis, mas não obteve sucesso. Por fim, requer a procedência da ação, com a condenação da requerida ao pagamento do valor de R\$ 12.073,04, que corresponde ao valor da Nota Fiscal devidamente atualizado. Com a inicial apresentou procuração e documentos de fls. 06/38. Recebida a inicial, foi designada audiência de conciliação (fl. 39), bem como a citação da requerida. A requerida ofertou contestação à fls. 60/66, asseverando que não obstante os esforços empreendidos para solução dos problemas, persistiram discordâncias em relação a emissão de Nota Fiscal, haja vista que o objeto social da autora não lhe permitia emitir o documento fiscal que trata a Lei n. 8.846/94, na forma como foi apresentado, além do que era obrigada a apresentar os documentos de regularidade fiscal como posto na Carta-Contrato. Esclarece que era condição de pagamento prevista na Carta contrato, a apresentação de contribuições previdenciárias e trabalhistas, juntamente com as devidas Certidões Negativas do INSS, Receita Federal e FGTS, atualizadas e relação de empregados GFIP. Sustenta que a autora não apresentou as Notas Fiscais como devia, e também não aceitou que fosse retido o percentual referente ao ISS. Informa sobre as dificuldades financeiras que a empresa requerida está passando, requerendo a improcedência da ação. A audiência foi retirada de pauta, transformando-se a presente ação em rito ordinário (fl. 71). A autora apresentou impugnação à contestação (fls. 72/74). É a síntese necessária. II ? Fundamentação. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ?presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder?. (STJ ? 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil. DO MÉRITO. Trata-se de ação de cobrança, em que a autora pretende receber da requerida os serviços a ela prestados, consistentes no plantio de grama no empreendimento da UHE Rondon II, no valor de R\$ 12.073,04. A requerida, por sua vez, narra que está passando por situação financeira difícil, mas justifica sua inadimplência na ausência de cumprimento da autora, em relação ao fornecimento das certidões negativas exigida na Carta-Contrato celebrada com a autora. Pois bem. Dispõe a Carta-Contrato n. 05/11 (fl. 07), em sua última cláusula: ?10. CERTIDÕES. 10.1 - Apresentar juntamente com a nota fiscal para pagamento os Comprovantes de pagamentos das

Contribuições Previdenciárias e Trabalhistas juntamente com as devidas Certidões Negativas (INSS, Receita Federal, FGTS) atualizadas e relação de empregados GFIP?. Assim, basta uma simples analisada nesta cláusula, para averiguar que o pagamento das Notas Fiscais estão atrelados aos comprovantes de pagamentos das contribuições previdenciárias e trabalhistas dos funcionários da autora, bem como das Certidões Negativas supramencionadas. De acordo com a exigência do contrato, observa-se legal a retenção do crédito da autora, pela requerida, pois a autora não pode exigir a obrigação da requerida em pagar os serviços por ela prestados, sem antes cumprir com sua obrigação de entregar as certidões negativas. No caso dos autos, resta configurada a exceção do contrato não cumprido, ou seja, a parte autora não cumpriu com sua obrigação, e por isso, não pode exigir a do outro, conforme dispõe o art. 476 do Código Civil. Demais disso, a recusa é justa e de boa-fé, considerando que a empresa requerida pode ser demandada em ações previdenciárias, trabalhistas ou executivas, por dívidas decorrentes dos serviços contratados pela autora, em razão da responsabilidade solidária existentes nestas relações jurídicas. Observa-se que essa é a razão para a exigência das certidões, e não uma simples desculpa para justificar o inadimplemento. Na medida em que se demonstrou que a ausência de pagamento decorreu em razão de descumprimento de obrigação prévia pela autora, não há como admitir o pedido inicial. Neste sentido, é a jurisprudência: Ação de Obrigação de Fazer c/c Ação de Indenização ? Reconvenção. Ação de Cobrança. Cerceamento de defesa inexistente - Provas consideradas inúteis à formação do convencimento- Demonstração de descumprimento de obrigação dos Autores a impedir o cumprimento daquela assumida pelos Réus apta a sustentar, desde logo, a alegação da exceção de contrato não cumprido. Desnecessidade de instrução para comprovação de fatos que decorrem desse descumprimento. Não comprovação do crédito exigido em reconvenção. SENTENÇA mantida - Recurso improvido?. (TJ-SP - APL: 9134764862008826 SP 9134764-86.2008.8.26.0000, Relator: Luiz Antonio Costa, Data de Julgamento: 15/02/2012, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2012). O requerido alegou em sua defesa questão que configura exceção ao contrato não cumprido, o que não foi negado pela autora, tornando-se ponto incontroverso nos autos. Ademais, a prova do fato positivo contrariando a alegação do réu era incumbência da autora, que não se desincumbiu do seu ônus probatório. III ? DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por SHEKINAH COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA EPP em face de ELETROGÓES S/A, ambas qualificadas nestes autos, e em consequência: 1. CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R\$ 1.000,00, nos termos do §4º, do art. 20, do CPC, ante a baixa complexidade da demanda e o reduzido tempo de serviço necessário. 2. Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC. Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em quinze dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475 ? J § 5º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003313-02.2013.8.22.0009

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Rafael Maciel de Freitas

Advogado: Nivaldo Vieira de Melo (), Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Danúbia Aparecida Vidal Petrolini (PR 39.707)

Requerido: Eletrogóes S/A

Advogado: Flávio Kloos (RO 4537)

SENTENÇA:

SENTENÇA I ? RELATÓRIO. RAFAEL MACIEL DE FREITAS ajuizou a presente ação de cobrança em face de ELETROGÓES S/A, ambos qualificados à fl. 03, pretendendo receber o valor referente ao contrato de prestação de serviços realizado com a requerida que não foi pago. Informa que em 03.01.2011 firmou Carta Contrato n. 4/2011 com a requerida, tendo por objeto a prestação de serviços de plantio de grama no empreendimento da UHE Rondon II, em área prevista de 20.000m², ao custo de R\$ 6,00 o metro quadrado, o que totalizou o valor de R\$ 120.000,00, que poderia variar para mais ou para menos. Relata que os serviços seriam pagos de acordo com medição mensal, tendo sido realizadas duas medições, uma em 16.02.2011, para a qual foi emitida Nota Fiscal n. 00002, no valor de R\$ 138.680,49, que ainda não foi paga. E a segunda medição ocorreu no dia 13.09.2011, mas a Nota Fiscal de Produtor n. 000003, no valor de R\$ 19.440,00, foi emitida apenas no dia 03.04.2012, a qual também não foi paga pela requerida. Diz que tentou receber referido valor de todas as maneiras amigáveis, mas não obteve sucesso. Por fim, requer a procedência da ação, com a condenação da requerida ao pagamento do valor de R\$ 162.826,57, que corresponde ao valor das Notas Fiscais devidamente atualizado. Com a inicial apresentou procuração e documentos de fls. 06/16 e 19/31. Citada, a requerida ofertou contestação à fls. 53/59, asseverando que não obstante os esforços empreendidos para solução dos problemas, persistiram discordâncias em relação a emissão de Notas Fiscais, haja vista que o objeto social da autora não lhe permitia emitir o documento fiscal que trata a Lei n. 8.846/94, na forma como foi apresentado, além do que era obrigada a apresentar os documentos de regularidade fiscal como posto na Carta-Contrato. Esclarece que era condição de pagamento prevista na Carta contrato, a apresentação de contribuições previdenciárias e trabalhistas, juntamente com as devidas Certidões Negativas do INSS, Receita Federal e FGTS, atualizadas e relação de empregados GFIP. Sustenta que a autora não apresentou as Notas Fiscais como devia, e também não aceitou que fosse retido o percentual referente ao ICMS estadual. Informa sobre as dificuldades financeiras que a empresa requerida está passando, requerendo a improcedência da ação. O autor apresentou impugnação à contestação (fls. 60/61). É a síntese necessária. II ? Fundamentação. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ?presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder?. (STJ ? 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil. DO MÉRITO. Trata-se de ação de cobrança, em que a autora pretende receber da requerida os serviços a ela prestados, consistentes no plantio de grama no empreendimento da UHE Rondon II,

no valor de R\$ 162.826,57. A requerida, por sua vez, narra que está passando por dificuldades financeiras, mas justifica sua inadimplência na ausência de cumprimento do autor, em relação ao fornecimento das certidões negativas exigida na Carta-Contrato entre eles celebrada. Pois bem. Dispõe a Carta-Contrato n. 04/11 (fl. 08), em sua última cláusula: ?10. CERTIDÕES. 10.1 - Apresentar juntamente com a nota fiscal para pagamento os Comprovantes de pagamentos das Contribuições Previdenciárias e Trabalhistas juntamente com as devidas Certidões Negativas (INSS, Receita Federal, FGTS) atualizadas e relação de empregados GFIP?. Assim, basta uma simples análise nesta cláusula para se constatar que o pagamento das Notas Fiscais está diretamente condicionado à apresentação dos comprovantes de pagamento das contribuições previdenciárias e trabalhistas dos funcionários do autor, bem como das Certidões Negativas supramencionadas. De acordo com a exigência do contrato, observa-se legal a retenção do crédito do autor, pela requerida, pois o autor não pode exigir a obrigação da requerida em pagar os serviços por ele prestados, sem antes cumprir com sua obrigação de entregar as certidões negativas. No caso dos autos, resta configurada a exceção do contrato não cumprido, ou seja, a parte autora não cumpriu com sua obrigação, e por isso, não pode exigir o adimplemento do outro, conforme dispõe o art. 476 do Código Civil. Demais disso, a recusa é justa e de boa-fé, considerando que a empresa requerida pode ser demandada em ações previdenciárias, trabalhistas ou executivas, por dívidas decorrentes dos serviços contratados pelo autor, em razão da responsabilidade solidária existentes nestas relações jurídicas. Observa-se que essa é a razão para a exigência das certidões, e não uma simples desculpa para justificar o inadimplemento. Na medida em que se demonstrou que a ausência de pagamento decorreu em razão de descumprimento de obrigação prévia pela autora, não há como admitir o pedido inicial. Neste sentido, é a jurisprudência: ?Ação de Obrigação de Fazer c/c Ação de Indenização ? Reconvenção. Ação de Cobrança. Cerceamento de defesa inexistente - Provas consideradas inúteis à formação do convencimento- Demonstração de descumprimento de obrigação dos Autores a impedir o cumprimento daquela assumida pelos Réus apta a sustentar, desde logo, a alegação da exceção de contrato não cumprido. Desnecessidade de instrução para comprovação de fatos que decorrem desse descumprimento. Não comprovação do crédito exigido em reconvenção. SENTENÇA mantida - Recurso improvido?. (TJ-SP - APL: 9134764862008826 SP 9134764-86.2008.8.26.0000, Relator: Luiz Antonio Costa, Data de Julgamento: 15/02/2012, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2012). O requerido alegou em sua defesa questão que configura exceção ao contrato não cumprido, o que não foi negado pela autora, tornando-se ponto incontroverso nos autos. Ademais, a prova do fato positivo contrariando a alegação do réu era incumbência da autora, que não se desincumbiu do seu ônus probatório. III ? DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por RAFAEL MACIEL DE FREITAS em face de ELETROGÔES S/A, ambas qualificadas nestes autos, e em consequência: 1. CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R\$ 1.000,00, nos termos do §4º, do art. 20, do CPC, ante a baixa complexidade da demanda e o reduzido tempo de serviço necessário. 2. Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC. Transitada em

julgado a presente, em nada sendo requerido em quinze dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475 ? J § 5º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0000698-39.2013.8.22.0009](#)

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Wedson Lourenço Rezende

Advogado: Jhonny Garcia Trindade Monteiro (OAB/MT 14287)

Embargado: Ciclo Cairu Ltda

Advogado: José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)

SENTENÇA:

SENTENÇA: I – RELATÓRIO. WEDSON LOURENÇO REZENDE ingressou com embargos a execução em face da execução promovida por CICLO CAIRU LTDA (Processo nº 0005037-12.2011.8.22.0009), alegando preliminarmente que existe conexão entre a ação principal de execução de título extrajudicial em apenso (processo n. 0005037-12.2011.8.22.0009) com ação cautelar de exibição de documentos (processo n. 201103354919), que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Aragarças – GO, e a necessidade de suspensão da execução até o julgamento da ação de cautelar de exibição de documentos. No MÉRITO, requereu que a ação principal seja julgada improcedente, aduzindo se tratar de uma dívida já paga, bem como, que seja o embargado condenado pela repetição de indébito. Por fim, requer o recebimento dos embargos, acolhendo as preliminares arguidas ou julgando procedente o pedido. Juntou procuração e documentos de fls. 10/21. A preliminar de conexão foi decidida à fls. 23/24. O embargado apresentou impugnação às fls. 27/45, alegando preliminarmente a inépcia da inicial em razão da ausência do valor da causa, da ausência de fundamentação jurídica e da carência da ação. No MÉRITO, sustenta que foi feita uma renegociação da dívida, no entanto, o embargante não cumpriu com o combinado, bem como, alegou que o recibo juntado pelo embargante trata-se de uma renegociação. Requereu a improcedência dos embargos e a condenação do embargante em litigância de má-fé. É a síntese necessária. II – Fundamentação. DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - AUSÊNCIA DE VALOR DA CAUSA. Sem maiores delongas REJEITO a presente preliminar, tendo em vista que a irregularidade apontada já foi suprida por este Juízo, que atribuiu de ofício o valor da causa em R\$ 7.772,59, conforme DECISÃO de fls. 23/24. DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL – FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. Assevera o embargado que a inicial apresenta pedido de inexigibilidade e de repetição, contudo, não apresenta sua fundamentação jurídica, bem como não juntou documentos que comprovem tais pedidos. Esta preliminar também não merece prosperar. Basta uma simples leitura da petição inicial para constatar a existência de fundamentação jurídica para os pedidos de inexigibilidade do título e repetição do indébito, especificamente na página 08. Com isso, REJEITO a preliminar. DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL – CARÊNCIA DA AÇÃO. Alega a embargada que os presentes embargos devem ser extintos, tendo em vista que o embargante é carecedor do direito de ação, já que a ação cautelar de exibição de documentos, com

a qual ele alegou conexão com estes embargos, foi julgada improcedente, bem como pelo fato de que o embargante não realizou a denúncia cheia, em virtude dos pagamentos alegados na inicial. A preliminar é no mínimo absurda, como se o embargado não tivesse lido o processo ou tivesse usado fundamentação de outra ação, caso contrário não teria fundamentado sua argumentação na Lei de Locações (Lei 8.245/91), ou mencionado denúncia cheia que nada tem haver com os autos. Demais disso, a informação de que a cautelar de exibição de documentos foi julgada improcedente não interfere nestes embargos, até porque a preliminar de conexão foi afastada já no DESPACHO inicial. Sem maiores considerações, REJEITO também esta preliminar. DO MÉRITO. O embargante alega que o título discutido na ação principal foi devidamente pago ao representante da empresa embargada, que não lhe repassou os valores, e por isso a obrigação encontra-se extinta. Para comprovar sua alegação juntou o recibo de fl. 14, que dá quitação a uma Nota Promissória no valor de R\$ 6.980,00, com vencimento em 09.02.2011, emitida em 08.02.2011. A análise da Nota Promissória que instrui a execução de título extrajudicial em apenso (fl. 16 daqueles autos) permite verificar que o valor é o mesmo, havendo diferença apenas na data de vencimento. Verifica-se ainda que no recibo consta que a nota promissória que instrui a execução foi renegociada em 07 prestações, alterando o valor e data de vencimento da dívida. Tal fato restou incontroverso, já que a embargada confirma que houve renegociação, limitando-se apenas a afirmar que tal renegociação não foi quitada e que também não recebeu as notas promissórias decorrentes da renegociação devidamente assinadas. Dispõe o art. 320 do Código Civil que: "Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante. Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida". Neste diapasão, é a manifestação da jurisprudência: "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. RECIBOS COLACIONADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM PAGAMENTO DO DÉBITO. QUITAÇÃO EXPRESSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 320 DO CÓDIGO CIVIL A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do devedor, ou do seu representante. (Art. 320, Código Civil) PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTIGOS 940 DO CÓDIGO CIVIL E 17, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DE MÁ-FÉ. NÃO ACOLHIMENTO. "Imprescindível a comprovação da má fé daquele que demandou pela dívida já quitada para aplicação da sanção prevista no art. 940 do CPC." (Apelação Cível n., Rel. Des. Stanley da Silva Braga, j. 24-8-09). "Para a configuração da lide temerária do artigo 17 do Código de Processo Civil, é necessária a presença concomitante dos elementos objetivo e subjetivo: o primeiro deles insere-se no dano processual e requer a comprovação do prejuízo efetivo causado à parte contrária com a conduta injurídica do litigante de má-fé; o segundo consubstancia-se no dolo ou culpa grave da parte maliciosa, cuja prova deve ser produzida nos autos, não podendo ser aquilatada com base na presunção." (TJ-SC

- AC: 635917 SC 2008.063591-7, Relator: Altamiro de Oliveira, Data de Julgamento: 01/04/2011, Quarta Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação: Apelação Cível n., de Joinville). "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA. PAGAMENTO PARCIAL. ANOTAÇÃO NO VERSO DA CAMBIAL. EXIBIÇÃO DE RECIBO PELO DEVEDOR. TENTATIVA DE DEDUÇÃO EM DUPLICIDADE. REQUISITOS DO ARTIGO 320 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. NECESSIDADE DE SUA OBSERVÂNCIA. ÔNUS DA PROVA DO PAGAMENTO. ARTIGO 333, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PROVIDO. O pagamento parcial por meio de recibo faz-se mediante exibição de documento hábil, que observe os requisitos do artigo 320 do Código Civil de 2002, sendo do devedor o ônus da prova". (TJ-SC - AC: 142330 SC 2007.014233-0, Relator: Jânio Machado, Data de Julgamento: 19/05/2011, Quinta Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação: Apelação cível n., de Blumenau). Desta forma, conforme se verifica pelo julgado acima colacionado, o recibo juntado pelo embargante dá quitação ao título ora executado (Nota Promissória), devendo esta ser declarada inexigível. No entanto, não é possível verificar a ocorrência de má-fé por parte da embargada, não para justificar o pedido contraposto de repetição de indébito, pois não há prova de que o embargante tenha quitado a renegociação da dívida que possui perante a embargada, o que pode ser comprovado pelo próprio recibo juntado pelo embargante. Importante deixar esclarecido que mesmo que a embargada não possa cobrar o embargante em execução de título extrajudicial, uma vez que não possui as notas promissórias, nada a impede de cobrá-lo em uma ação de conhecimento específica. O que não pode se admitir é que utilize um documento que foi quitado - ainda que por intermédio de uma outra renegociação - simplesmente porque o credor não possui os títulos executivos da renegociação. Em virtude da renegociação operada e da quitação expressa, a presente nota fiscal executada perdeu sua exigibilidade. O que se tira dos autos não é que a dívida não existe, mas sim que o título executado foi quitado, portanto, não há como reconhecer a má-fé da embargada. Por isso também não há que se falar em má fé da executada, tampouco em repetição de indébito prevista no art. 940, do CPC. Desta forma o embargante cumpriu com o ônus que lhe incumbia, já que comprovou o pagamento do título que deu origem a execução em apenso. III - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os embargos ofertados por WEDSON LOURENÇO REZENDE na ação de execução de título extrajudicial que lhe é movida por CICLO CAIRU LTDA (proc. N° 0005037-12.2011.8.22.0009) e, em consequência: 1. DECLARO EXTINTA a execução por falta de exigibilidade do título; 2. CONDENO a Embargada ao pagamento dos honorários advocatícios do Embargante, arbitrados na forma do §4º, do art. 20, do CPC, em R\$ 1.000,00 (mil reais), ante a baixa complexidade da demanda e o reduzido tempo de serviço necessário; 3. Julgo extinto o presente feito, com resolução de MÉRITO, nos termos do Artigo 269, inciso I, do citado diploma processual; 4. Uma vez transitada em julgado, traslade-se cópia da presente SENTENÇA para os autos de execução ora apensos, arquivando-os. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0005189-89.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francisco de Assis de Sousa

Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Defiro a produção de provas requerida pela parte autora.2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24/04/2014, às 9h10min. 3. Assim, intem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas arroladas pela parte autora, à fl. 10.4. Como prova do Juízo, determino que o INSS apresente cópia do processo administrativo referente ao benefício n. 153.998.557-9, até a data da audiência.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO / CARTAINTIMAÇÃO DE:Requerente: FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA, com endereço na Linha 18, Lote 13/16, Gleba 01, Setor Urucumacua, nesta Comarca.Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Procuradoria Seccional Federal, localizada na Avenida Marechal Rodon, 870, Sala 114, Centro, em Ji-Paraná-RO, CEP 76900-082. Testemunhas:a) EDIVALDO PEREIRA DA SILVA, com endereço na Av Costa e Silva, nº 1046, bairro Alvorada, nesta;b) APARECIDA DIAS FERREIRA E SILVA, com endereço na Av Costa e Silva, nº 1046, bairro Alvorada, nesta;c) ANTÔNIO CORREA LIMA, com endereço na BR 364, Km 134, Sítio Novo Sonho, nesta Comarca.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0001084-69.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Atanide Marcolino da Silva

Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Defiro a produção de provas requerida pelas partes.2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24/04/2014, às 9h50min. 3. Assim, intem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas arroladas pela parte autora, à fl. 199.4. Oficie-se ao IDARON para que informe, no prazo de 15 dias, sobre eventuais registros nos últimos dez anos de desenvolvimento da atividade pecuária da parte autora.5. Como prova do Juízo, determino que o INSS apresente cópia do processo administrativo referente ao benefício n. 148.326.340-9, até a data da audiência.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTAINTIMAÇÃO DE:Requerente: ATANIDE MARCOLINO DA SILVA, com endereço no Lote de Terra Rural n. 13/06, BR 364, Km 156, Gleba 01, PF/Corumbiara, Setor Urucumã, Assento Nova Esperança, nesta Comarca. Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Procuradoria Seccional Federal, localizada na Avenida Marechal Rodon, 870, Sala 114, Centro, em Ji-Paraná-RO, CEP 76900-082. Testemunhas:a) CARMEN CARDOSO MARTINS, com endereço no Sítio Nossa Senhora Aparecida, BR 364, Km 155, nesta Comarca, no Assentamento da APRAME, em frente ao restaurante Titanic;b) JULIO DA SILVA ORTIZ, com endereço na BR 364, Km 155, lotes 04 e 05, nesta Comarca, no Assentamento da APRAME, em frente ao restaurante Titanic;c) SILVIO ANTONIO BRAZ, com endereço na Rua José Carlos Luz, Quadra 09, Casa 21, BNH 1, nesta.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0004406-97.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Glória Vieira

Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Defiro a produção de provas requerida pela parte autora.2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 07/05/2014, às 10h. 3. Assim, intem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas arroladas pela parte autora, à fl. 12.4. Como prova do Juízo, determino que o INSS apresente cópia do processo administrativo referente ao benefício n. 151.237.153-7, até a data da audiência.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTAINTIMAÇÃO DE:Requerente: GLÓRIA VIEIRA, com endereço na Av Guararapes, n. 1465, bairro Vila Nova, nesta. Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Procuradoria Seccional Federal, localizada na Avenida Marechal Rodon, 870, Sala 114, Centro, em Ji-Paraná-RO, CEP 76900-082. Testemunhas:a) OSVALDO CRUZ MOREIRA, com endereço na Av Turíbion Odilon Ribeiro, n. 636, nesta;b) DINA VITOR GOLSALVES, com endereço na Av Antônio Ricardo, n. 1400, nesta;c) ANA MARIA NUNES RAMOS, com endereço na BR 364, casa n. 196, Chácara Mineira, nesta Comarca. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0000412-27.2014.8.22.0009](#)

Ação:Carta Precatória (Cível)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)

Requerido:Joaquim Domingos Boaria

Advogado:Joao Evangelista Minari (RO. 574-A)

DESPACHO:

DESPACHO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Cumpra-se na forma deprecada.2. Para tanto, designo audiência para o dia 9/4/2014, às 10h.3. Intime-se a testemunha abaixo identificada para, comparecer à audiência designada, na Sala de Audiências da 2ª Vara Cível, no Prédio do Fórum desta Comarca, localizado na Rua Cassimiro de Abreu, 237. 4. Informe-se à origem. Intem-se.5. Ciência ao Ministério Público.SERVIRÁ O PRESENTE COMO MANDADO. Testemunha:a) LUCIMAR ROQUE GREGOLIN, brasileira, solteira, empresária, com endereço na Rua Carlos Gomes, n. 138, Vila Nova, nesta. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0000738-84.2014.8.22.0009](#)

Ação:Carta Precatória (Cível)

Requerente:Astron Associação dos Transportadores de Rondônia

Advogado:Katyane Cervi (OAB/RO 4972)

Requerido:Auto Posto Ideal Ltda

Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Olenira de Sousa Santiago (OAB/RO 2006)

DESPACHO:

DESPACHO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Cumpra-se na forma deprecada.2. Para tanto, designo audiência para o dia 9/4/2014, às 10h30min.3. Intem-se as testemunhas abaixo identificadas para, comparecerem à audiência designada, na Sala de Audiências da 2ª Vara Cível, no Prédio do Fórum desta Comarca, localizado na Rua Cassimiro de Abreu, 237.

4. Informe-se à origem. Intimem-se.SERVIRÁ O PRESENTE COMO MANDADO.Testemunhas:a) LUIZ CARLOS BELMIRO, brasileiro, com endereço na Rua Costa Marques, n. 570, Centro, nesta;b) ODÍVIO SEBASTIÃO SANTIAGO, brasileiro, casado, com endereço na Av JK, nesta;c) VALDINEI CORREAPEREIRA, brasileiro, casado, com endereço na Av dos Imigrantes, n. 303, nesta;Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0005822-03.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Joaniz Pereira da Silva

Advogado:Thiago Vinicius Mendonça Moreira (OAB/MG 118.994)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

DESPACHO:Determino que a parte autora, no prazo de 10 dias, esclareça qual benefício previdenciário (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) pretende pleitear no presente processo, tendo em vista que os requisitos exigidos para concessão de cada benefício são distintos, sob pena de indeferimento da inicial.Observe-se que o pedido inicial deve ser certo e determinado, portanto, é incumbência da parte autora indicar qual benefício previdenciário se enquadra, de acordo com os requisitos exigidos pela legislação.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0000762-15.2014.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Jacira Rosa Soares

Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DESPACHO:Determino que a parte autora, no prazo de 10 dias, informe se foi homologado o período declarado de atividade rural constante no documento juntado à fl. 14.Em caso positivo, deverá apresentar documentos comprobatórios.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0000808-04.2014.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:Edson Moreira

Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041), Thiago Vinicius Mendonça Moreira (OAB/MG 118.994)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

DESPACHO:Determino que a parte autora, no prazo de 10 dias, esclareça qual benefício previdenciário (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente) que pretende pleitear nos presentes autos, tendo em vista que os requisitos exigidos para concessão de cada benefício são distintos, sob pena de indeferimento da inicial.Observe-se que o pedido inicial deve ser certo e determinado, portanto, é incumbência da parte autora indicar qual benefício previdenciário se enquadra, de acordo com os requisitos exigidos pela legislação.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0002296-62.2012.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Nair Rodrigues Candido

Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DESPACHO:

DESPACHO:1. Diante da juntada dos documentos apresentados pela parte autora às fls. 74/86, ao INSS para manifestação, em 10 dias.2. A intimação da autarquia deverá ocorrer mediante envio do processo à Procuradoria na Comarca de Ji-Paraná, conforme Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TJRO e a Procuradoria Federal em Rondônia.3. Vindo, conclusos. Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0004202-53.2013.8.22.0009](#)

Ação:Divórcio Consensual

Requerente:C. M. J. dos S. M. J. dos S.

Advogado:Sônia Castilho Rocha (RO 2617)

SENTENÇA:

SENTENÇA:Homologo, por SENTENÇA, para que surtam os devidos e legais efeitos, o pedido de extinção formulado pelos autores à fl. 28. Em consequência julgo extinto o processo com fulcro no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas.Ciência ao Ministério Público.P. R. I. C. Oportunamente, arquivem-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0003879-48.2013.8.22.0009](#)

Ação:Busca e Apreensão (Cível)

Autor:Bradesco Administradora Consórcios Ltda

Advogado:Maria Lucilia Gomes (RO 2210.), Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894)

Requerido:Demael Ananias de Oliveira

DECISÃO:

DECISÃO:Avoco o feito. Revogo o DESPACHO de fl.37.1. Diante da informação do falecimento do requerido, conforme certidão da Sra. Oficiala de Justiça (fl. 31), suspendo o processo pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 265, inciso I e 791, inciso II, ambos do CPC, período este suficiente para que o causídico adote as providências de que tratam os artigos 1.055 e seguintes do CPC.2. Decorrido o prazo sem qualquer manifestação da parte autora, voltem conclusos para extinção e revogação da liminar e restituição do veículo ao seu possuidor. Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0004785-38.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Autor:José Fernandes Costa

Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

DECISÃO:

DECISÃO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Defiro a produção de provas requerida pela parte autora.2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24/04/2014, às 8h30min. 3. Assim, intimem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas arroladas pela parte autora, às fls. 07/08.4. Como prova do Juízo, determino que o INSS apresente

cópia do processo administrativo referente ao benefício n. 151.237.302-5, até a data da audiência.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTAINTIMAÇÃO DE:Requerente: JOSÉ FERNANDES COSTA, com endereço na Linha 33, Lote 28, Setor Chacareiro, Primavera de Rondônia, nesta Comarca. Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Procuradoria Seccional Federal, localizada na Avenida Marechal Rodon, 870, Sala 114, Centro, em Ji-Paraná-RO, CEP 76900-082.Testemunhas:a) ELIAS TELARROLI, com endereço na Linha 34, em frente ao Campo de Futebol, Primavera de Rondônia, nesta Comarca;b)ADELINO NUNES TEIXEIRA, com endereço no Setor Chacareiro, Lote 32, Linha 34, Primavera de Rondônia, nesta Comarca.;c) ALTAMIRO JUSTINO DE OLIVEIRA (MIRÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PIMENTA BUENO), com endereço na Linha 34, Assentamento Manoel Cardoso, Primavera de Rondônia, nesta Comarca.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0005497-33.2010.8.22.0009](#)

Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)

Requerente:Jessé Dias Muniz

Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)

Requerido:Banco Fiat S/A

Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)

DECISÃO:

DECISÃO:Após o retorno dos autos do TJRO, sobreveio informação de que os valores a título de honorários depositados judicialmente na Agência do Banco do Brasil foram transferidos para a Caixa Econômica Federal (fls. 106/107).À fl. 108 o Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha requereu a expedição de alvará para levantamento dos valores, o que foi determinado à fl. 109O alvará foi expedido no dia 17/9/2013, sob o n. 314/2013, conforme consta à fl. 110.No dia 18/9/2013 o causídico levou o processo em carga, devolvendo-o no dia 9/10/2013 (fl. 110 v.).À fl. 111 consta certidão de decurso de prazo sem a comprovação do levantamento dos valores, ocasião em que foi procedida intimação da parte autora para comprovar o levantamento, porém, não o fez.À fl. 113 sobreveio petição do Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha informando de que a conta judicial indicada no alvará estava sem saldo e requereu o prosseguimento do feito, com a utilização do convênio Bacenjud para fins de bloqueio de valores para pagamento dos honorários de sucumbência. Com a petição apresentou o alvará e extrato da conta judicial, comprovando que a conta estava sem saldo (fls. 114/115).Pois bem.Diante da afirmação do advogado (e credor dos honorários de sucumbência) de que a conta judicial está zerada, este Juízo buscou no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal informações a respeito do saldo da conta judicial e de eventual saque indevido e qual não foi a surpresa ao constatar que houve o levantamento dos valores exatamente pelo advogado que agora afirma nada ter recebido, conforme documentos anexos. No comprovante de levantamento judicial consta o número do CPF do beneficiário/sacador do alvará, cujo CPF pertence ao advogado Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha, conforme comprova consulta realizada no site da Receita Federal, documento anexo.Diante disso, verifico que o causídico, ao vir em Juízo e afirmar de que a conta judicial estava sem saldo, requerendo prosseguimento do feito para fins de execução dos honorários sucumbenciais já sabendo que os valores por ele

foram levantados, litiga manifestamente de má-fé.O artigo 17, inciso V, do Código de Processo Civil reputa como litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.Não é outra a hipótese que se verifica na espécie.Desta forma, reconheço que o advogado Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha é litigante de má-fé e, nos termos do art. 18 do CPC, e condeno-o a pagar multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, que será revertido em benefício da requerida.Deixo de fixar indenização por não ter havido prejuízo à parte requerida.Em razão da conduta do advogado, que supostamente configura tentativa de ilícito penal, DETERMINO ao Cartório que providencie a extração de cópia dos documentos a partir da fl. 106 até esta DECISÃO (frente e verso), e encaminhe a Delegacia de Polícia Civil e também a OAB - Subseção de Pimenta Bueno para as providências pertinentes. Após tudo cumprido e, não havendo pendências, arquivem-se os autos.Expeça-se o necessário. Intime-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0004857-59.2012.8.22.0009](#)

Ação:Execução de Alimentos

Exequente:C. M. da S. V. M. da S.

Executado:G. C. da S.

Advogado:Darci José Rockenbach (OAB/RO 3054)

DESPACHO:

DESPACHO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Verifico que há ação de revisional de alimentos em trâmite neste Juízo, autos n. 0003541-74.2013.8.22.0009, em cuja ação designei audiência de conciliação.2. Diante disso e, considerando que o processo de execução de alimentos ha muito se arrasta, reputo conveniente realizar audiência também neste feito.2.1. Assim, designo audiência de conciliação para o dia 19/3/2014, às 9h.3. Uma vez que houve expedição de carta precatória para intimação do executado e tendo em vista que as audiências foram designadas para o mesmo dia e horário, é desnecessária expedição de precatória neste autos, a fim de evitar gastos para o erário público.3.1. As autoras ficam intimadas por seu advogado.4. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública desta Comarca.Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: [0003541-74.2013.8.22.0009](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:G. C. da S.

Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ()

Requerido:V. M. da S. C. M. da S.

Advogado:Waldemiro Onofre (OAB/RO 2628)

DESPACHO:

DESPACHO COM FORÇA DE INTIMAÇÃO:1. Designo audiência de conciliação para o dia 19/3/2014, às 9h.2. Intime-se o autor para comparecer à audiência designada que se realizará na Sala de Audiências da 2ª Vara Cível, localizada no Fórum, na Rua Cassimiro de Abreu, n. 237, em Pimenta Bueno - RO.2.1. As requeridas ficam intimadas por seu advogado.3. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.Cumpra-se.

Proc.: [0008814-73.2009.8.22.0009](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Cremonese & Ruschel Ltda

Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127)

Requerido:Produtos Químicos São Vicente Ltda

DESPACHO:

DESPACHO:1. Por questão de celeridade e economia, determinei o bloqueio on line de valores perante o Bacenjud, no entanto a ordem não foi cumprida por inexistência de ativo financeiro. 2. Assim, em prosseguimento do feito, para análise do pedido de fl. 195, DETERMINO a parte exequente que informe o endereço atual da empresa, especificamente o local em que os produtos indicados estão estocados, bem como, informe se pretende a remoção e quem ficará responsável para receber os produtos como depositário judicial.Prazo: 10 dias, a contar da publicação no DJ.Pimenta Bueno-RO, terça-feira, 21 de janeiro de 2014. Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0037855-90.2006.8.22.0009

Ação:Inventário

Inventariante:Ani Célia dos Santos Paula

Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)

Inventariado:Espólio de Clovis Oliveira Paula, Espólio de Elza dos Santos Paula

Advogado:Cibele Thereza Barbosa Rissardo (RO 235-B), Cristhiane Paula Cremonese (OAB-RO 2.470-RO)

DESPACHO:

DESPACHO:1. Verifico que o valor referente a cota-parte do menor T. F. P. foi depositado em conta judicial, sendo que o levantamento só poderia ocorrer mediante autorização judicial.2. Em consulta ao SAP verifiquei que houve levantamento da importância de R\$ 2.959,34, mediante alvará expedido nos autos n. 0004409-23.2011.8.22.0009, que tramitou neste Juízo.3. Quanto ao remanescente, em consulta no site da Caixa Econômica Federal, constatei que ainda existe o valor de R\$ 638,05, cujo levantamento já foi deferido no pedido de alvará, autos n. 0005002-81.2013.8.22.0009, em trâmite na 1ª Vara Cível desta Comarca, conforme cópia da SENTENÇA anexa.3.1. Diante disso, fica prejudicado, por ora, o pedido de alvará, uma vez que já é objeto de ação específica que tramita na 1ª VC.4. Assim, para encerramento e arquivamento do feito, DETERMINO a Sr. Escrivã que aguarde o prazo de 10 (dez) dias e após verifique no site da CEF se já houve o levantamento dos valores e o encerramento da conta judicial, certificando-se nos autos.4.1. Tendo o dinheiro sido sacado e a conta judicial encerrada, e não havendo pendências, deverá então arquivar o presente processo.Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 8 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Sileide Niceia Pedrosa Ramalho Veche e Silva

Escrivã Judicial

COMARCA DE ROLIM DE MOURA**1ª VARA CRIMINAL**

1º Cartório Criminal

Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO

e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

GABARITO

Vara Criminal de Rolim de Moura - RO

Expediente do dia 28 de Fevereiro de 2014

Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Prazo do Edital 05 dias

Proc.: 00055787120138220010

Acusado: JOSIVAN DE ARAÚJO LIMA, brasileiro, nascido em 29/04/1989, filho de Raimundo José e Ivoneide de Araújo.

Adv.: Dra. Sandra Rodini, OAB-RO 214-B, com escritório profissional na Comarca de Rolim de Moura/RO

FINALIDADE:

1– Intimar a advogada acima, para conhecimento e providências sobre o DESPACHO que deferiu a correção de erro material – nome de testemunhas – de folhas 07 e 08 (onde constava Solivan de Souza e Hemerson Andrade Albuquerque, leia-se Natanael Borges Costa e Aparecido Sebastião de Souza), nos autos supracitados. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente. (osf)

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES

Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br

Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br

Proc.: 0003754-77.2013.8.22.0010

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)

Autor:Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura

Advogado:Delegado de Polícia Rolim de Moura (99999)

Flagranteado:Alvino da Silva, Daniele Rodrigues Amaral

Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111111)

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos.I - RELATÓRIOO Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia contra DANIELE RODRIGUES AMARAL e ALVINO DA SILVA qualificados nos autos à fl. 03, como incurso nas sanções do artigo 217-A c/c art. 29, ambos do Código Penal e art. 243, do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela prática dos fatos delituosos descritos nos exatos termos da denúncia:1º FATO“No dia 30 de agosto de 2013, por volta de 15h30min, no motel Lamoline, localizado na Zona Rural de Rolim de Moura/RO, os denunciados Daniele Rodrigues Amaral e Alvino da Silva concorreram para a prática de estupro, tendo como vítima a menor T. S.J de apenas 13 anos de idade.Segundo restou apurado, a denunciada Daniele aproveitando-se de sua amizade com a vítima e com pretexto de lhe presentear, a induziu entrar no carro do segundo denunciado Alvino, conhecido popularmente como “Moreno”.[...] após comum acordo os denunciados levaram a vítima para um quarto de motel onde Alvino ordenou que a vítima se despiasse e ao se negar o mesmo insistiu dizendo “tira logo a roupa” [...] Alvino fez com que a vítima se deitasse na cama e com ela manteve conjunção carnal, conforme laudo de exame de corpo de delito (fls. 21/22) [...] a denunciada Daniele presenciou todo o ato sexual e após deixarem o motel entregou o valor de R\$ 50,00 para a vítima [...]”.2º FATO“Consta, ainda, que nos inclusos autos do Inquérito Policial que no mesmo dia, no estabelecimento comercial “Rancho da Pamonha” em horário incerto, pouco antes do 1º fato, Alvino forneceu e Daniele entregou, sem justa causa, bebida alcoólica à adolescente T.S.J [...] Daniele insistiu para que a menor ingerisse a bebida”O flagrante foi homologado em 31 de agosto de 2013, ocasião em que converteu-se a prisão em flagrante de Alvino em preventiva e concedeu liberdade provisória mediante fiança à acusada Daniele, a qual pagou e foi posta em liberdade (fls. 53/54).A denúncia foi recebida em 13 de setembro de 2013 (fl. 49).O acusado Alvino ingressou com pedido de revogação de prisão, o qual restou indeferido (fls. 99/100).Citados (fl. 125-v), os acusados apresentaram resposta à acusação às fls. 148/151 e 206/207.O acusado Alvino ingressou com vários pedidos de liberdade provisória,

os quais restaram indeferidos (fls. 203/205 e 249).O denunciado impetrou Habeas Corpus, mas foi negada a ordem (fl. 210).Em audiência foram ouvidas as testemunhas Francisco Carlos de Souza (fl. 227), Joel Barbosa de Farias (fl. 227), T.S.J (fl. 227), Selma da Silva (fl. 227), Antônia Sheila Lima de Andrade (fl. 228), Dorival Rodrigues da Silva (fl. 229), Edilene Marcia Alencar Brasil (fl. 229), Ederson de Andrade Albuquerque (fl. 230), José Roberto Rodrigues de Souza (fl. 259), Willian Pereira dos Santos (fl. 259). Na mesma oportunidade foram os réus interrogados (fls. 260/261).As partes desistiram da oitiva da testemunha Arlindo Nascimento, a qual foi homologada (fl. 258).O Ministério Público apresentou alegações finais, por memoriais, às fls. 263/266 pugando seja julgada procedente a denúncia para condenar os acusados nas penas dos artigos 217-A do CP e 243, do ECA.A Defesa de Daniele Rodrigues Amaral manifestou às fls. 272/280, pugnou pela absolvição ante a insuficiência de provas e subsidiariamente pleiteou pela desclassificação da conduta para a descrita no art. 230 do CP e a pena base fixada no mínimo legal.A Defesa de Alvino da Silva manifestou às fls. 282/287, requerendo a absolvição do acusado, pois temerária sua condenação face a insuficiência de provas.É o relatório.II- FUNDAMENTAÇÃOTrata-se de ação penal pública incondicionada para apuração da prática do delito previsto no art. 217-A c/c art. 14, II, do Código PenalNão havendo preliminares a serem decididas, nem nulidades a serem declaradas, passo a analisar o MÉRITO.1º FATO (art. 217- A, c/c art. 29, do CP).O tipo penal imputado aos réus, é de natureza formal, ou seja, aperfeiçoa-se com qualquer ato libidinoso contra menor de 14 anos, não havendo necessidade de consumação de ato, de constatação de violência ou dano físico a vítima.O Código Penal, renovou o tipo penal quanto ao crime sexual contra menor de 14 anos, o qual deixou de priorizar o dano sofrido pela vítima, para dar maior relevância a condição de vulnerabilidade do menor de 14 anos.A materialidade do delito descrito na denúncia está demonstrada pelo registro da Ocorrência Policial (fls. 17/18), pela certidão de nascimento que confirma a idade da menor (fl. 22), pelo laudo de exame de corpo de delito da vítima T.S.J (conjunção carnal) de fls. 25/26, no qual confirma que a vítima era virgem à época dos fatos, bem como pelos depoimentos colhidos em ambas as fases da persecução penal.Quanto à autoria vejamos o que consta nos autos:Depoimento das testemunhas arroladas pela acusação.A vítima T.S.J (fl. 227), afirmou que conheceu Daniele no colégio e que são amiga faz pouco tempo, há umas três semanas. Disse, ainda, que antes nunca tinha visto o Alvino e que Daniele marcou um encontro com ele e a chamou para ir junto, pois Daniele não podia sair de casa sozinha. Assim, Daniele mandou um moto-táxi ir buscá-la na frente da escola e a deixou na pracinha da Cohab, em seguida chegou o Alvino e eles foram para o balneário, depois Daniele queria uma cerveja e o Alvino parou o carro e ela foi na Pamonharia comprar duas cervejas e um refrigerante, sendo que o refrigerante era para ela. Logo após, a deixaram no curso da tarde, mas como não teve aula ela foi embora e no meio do caminho Daniele ligou e disse que queria encontrá-la, foi então que sua amiga a chamou para acompanhá-la junto com Alvino no motel. Ao chegar no motel, Daniele e Alvino ficaram no quarto e ela ficou esperando dentro do banheiro. Perguntado até que horas ela ficou em casa no dia dos fatos e que horas encontrou com Daniele – disse não se lembrar. Perguntado sobre o dinheiro – disse que Daniele não lhe deu nenhum dinheiro. Perguntado porque na delegacia afirmou que tinha recebido dinheiro – manteve-se silente.

Perguntado sobre o exame de conjunção carnal que verificou a existência de esperma – manteve-se silente. Perguntado se Alvino teve relação sexual com ela – manteve-se silente. Disse que tudo que falou na delegacia é mentira e contou isso por medo de sua mãe lhe bater. Perguntado porque sua mãe iria lhe bater nesse dia – ficou-se inerte. Perguntado porque mudou a versão sobre os fatos – permaneceu em silêncio. Perguntado porque o laudo concluiu que ela manteve relação sexual – respondeu que ficou com outra pessoa nesse dia no ginásio, mas não se recorda o nome dele. Disse, ainda, que ele foi embora (depoimento à fl. 232).A informante Selma da Silva, mãe da vítima, (fl. 227), aduziu que Daniele era amiga de sua filha e que elas estudavam na mesma escola. Acrescentou que no dia dos fatos sua filha ao chegar em casa relatou que Daniele e Alvino tinham a levado para o motel e tirado a roupa dela, mas alguns dias depois sua filha começou a chorar e disse que era tudo mentira o que ela havia contado e afirmou que tinha um namorado e no dia dos fatos se encontrou com ele no ginásio. Ressaltou que sua filha disse que Daniele, a qual é casada, havia ligado a chamando para ir para o Motel com ela, pois iria ficar com Alvino, assim, Taisa ficou no quarto e tomou refrigerante enquanto eles ficavam. Perguntado sobre o dinheiro – disse que sua filha chegou com R\$ 50,00 reais que Daniele deu por Taisa ter acompanhado ela, mas que mandou ela devolver para Daniele porque eles não precisavam desse dinheiro. Enfatizou que Taisa falou que tentou ficar com seu namorado no dia dos fatos, mas não aconteceu nada. Acrescentou que sua filha disse que já havia tentado manter relação sexual com o namorado antes, bem como no dia dos fatos, mas nunca se consumou. Perguntado quem era o namorado de sua filha – disse desconhecer sabendo apenas que ele foi embora. Acentuou, ainda, que no dia dos fatos alguém ligou para ela dizendo que sua filha estava no carro de uma pessoa, desse modo, ligou no cursinho dela e sua filha não estava e ao ligar no celular Taisa disse que logo chegava em casa, foi então que ela chegou umas quatro horas da tarde e relatou o acontecido (depoimento à fl. 232).A testemunha de acusação Francisco Carlos de Souza (fl. 227), afirmou que ao chegar na delegacia estava a vítima e a mãe dela, sendo que esta estava nervosa e relataram a situação, ocasião em que a menina apenas informou que o autor do delito era um homem moreno e tinha um gol vermelho e que sua amiga Daniele estava junto. Diante disso, foram em busca de Daniele para que ela informasse onde estava o acusado. Ao encontrarem Daniele ela não sabia ao certo o endereço do infrator, assim, depois de várias voltas sem êxito deixaram Daniele próximo a casa da mãe dela e fizeram campana perto do local. Após vinte minutos passa um cara no gol vermelho e Daniele vai ao encontro dele, ocasião em que eles são abordados. Acrescentou que no caminho da delegacia o rapaz perguntava se era muita pena que ele ia pegar e ao chegar na delegacia negou que tivesse ficado com a vítima, porém no decorrer do tempo disse que tinha enfiado apenas o dedo na vagina dela e que pensava que ela tivesse 15 anos de idade. Acentuou que a garota comentou para a autoridade policial que havia ingerido bebida alcoólica. Ressaltou que Daniele disse que apenas apresentou Taisa a Alvino, mas que Taisa não ficou no quarto. Disse, ainda, que Daniele afirmou que estava sendo ameaçada por alguém e deu a entender que Alvino deu uma quantia em dinheiro para Daniele deixar ele fora disso. Por fim, que Taisa negava sobre o dinheiro (depoimento à fl. 232).Nesse mesmo sentido é o depoimento da testemunha de acusação Joel Barbosa de

Farias (fl. 227), acrescentou que Daniele disse que a vítima e ela entraram no carro do infrator foram para um local perto do Supermercado Bom Dia e depois para o shopping e em seguida foram para o motel. Afirmou que Daniele havia dito que Alvino tinha mantido relação sexual com a vítima e que os três foram ao motel. Relatou que apuraram que Daniele agenciou a vítima para o infrator em troca de dinheiro, pois ao que parecia Alvino queria manter relação sexual com uma menina virgem e Daniele conseguiu Taisa. Aduziu que acompanhou a vítima até o médico, sendo que este relatou que havia sinais de violência sexual e que foi encontrado resto de esperma na menina. Acentuou que a preocupação do infrator na delegacia era quanto a pena que ele iria pegar e para não chamar a imprensa porque ele é pessoa conhecida nesta cidade. Por fim, disse que Daniele e Alvino aparentavam que já se conheciam (depoimento à fl. 232). A testemunha do juízo Ederson Andrade de Albuquerque, Policial Civil, (fl. 230) aduziu que estava de plantão no dia dos fatos e por volta das 15hs a vítima e sua mãe chegaram na delegacia chorando. Após confeccionar boletim comunicou o delegado, e este acionou o SEVIC, os quais passaram a diligenciar em busca dos infratores ante as características informadas pela vítima. Acrescentou que a vítima lhe relatou que Daniele iria presenteá-la com uma calça jeans e mandou um moto-táxi ir buscá-la para elas irem ao centro, porém a vítima foi antes na casa de Daniele e quando estavam a caminho do centro Daniele ligou para Alvino, o qual em seguida chegou no local, mas a vítima se recusou a entrar no carro, porém Daniele disse que podia entrar porque o rapaz era de confiança, foi então ela entrou no carro e ficaram circulando pela cidade. Momentos depois eles a deixaram no centro e depois a pegaram de novo e levaram ela para o motel. Acrescentou que a vítima disse que não queria entrar no motel e o acusado abaixou a cabeça dela para o atendente não vê-la. Segundo a vítima o infrator a ameaçou e mandou que ela tirasse a roupa e Daniele ficou sentada vendo tudo sem fazer nada. Após o ato deixaram a menina próximo a casa dela, e quando chegou em casa a mãe ficou desconfiada e perguntou o que tinha acontecido, foi então que ela contou tudo. Perguntado se a vítima relatou que Daniele e Alvino mantiveram relação sexual – respondeu que a vítima disse que Alvino abusou dela e Daniele viu tudo. Perguntado se a vítima aparentava estar com medo da mãe – respondeu que não. Perguntado se a vítima disse ter ingerido bebida alcoólica – respondeu negativamente. Perguntado sobre o dinheiro – respondeu que Taisa disse que recebeu de Daniele a quantia de R\$ 50,00. Perguntado se a vítima e sua mãe aparentavam estar disfarçando – respondeu que não, pois a atitude delas era coerente com a gravidade da situação. Perguntado se elas mudaram a versão na delegacia posteriormente – respondeu que não (depoimento à fl. 232). Depoimento das testemunhas de defesa arroladas pelo acusado Alvino. As testemunhas Dorival Rodrigues da Silva, Edilene Marcia Alencar Brasil (fl. 229) e Willian Pereira dos Santos (fl. 259), aduziram que nada sabem sobre os fatos, relataram apenas a conduta social do acusado afirmando que se trata de uma pessoa honesta, muito conhecida na cidade e que trabalha no ramo da construção civil (depoimentos às fls. 232 e 262). Depoimento das testemunhas de defesa arroladas pela acusada Daniele. A informante Antônia Sheila Lima de Andrade, menor, acompanhada de sua genitora (fl. 228), aduziu que é irmã do marido de Daniele. Perguntado se tinha conhecimento que Daniele era amiga de Taisa – respondeu que pouco. Disse que nunca viu Daniele com

namorado e que Taisa lhe contou apenas que Daniele tinha ligado para ela, mas não disse o que aconteceu (depoimento à fl. 232). A testemunha Willian Pereira dos Santos (fl. 259), informou que não tem conhecimento sobre os fatos. Disse que estuda na mesma sala que Daniele e nunca viu esta conversando com Taisa (depoimento à fl. 262). Interrogatório dos acusados Daniele e Alvino. Em juízo a acusada Daniele Rodrigues Amaral (fl. 260), esclareceu que ligou para Taisa a chamando para sair, pois seu esposo não a deixa sair sozinha, assim, ligou para Taisa e perguntou se a vítima podia sair com ela, foi então que Taisa disse que podia, mas antes tinha que ir para o curso. Assim ela disse que mandaria um moto-táxi buscar a Taisa, mas esta disse que não precisava e foi andando a pé, porém Taisa demorou demais e tornou a ligar, ocasião que a vítima disse que pegaria um moto-táxi. Quando chegou na casa de Daniele, esta falou para vítima que iria se encontrar com Alvino, pois ficava com ele. Desse modo, ligou para Alvino e ficou aguardando ele na pracinha, local onde comprou refrigerante para ela e para Taisa. Momento depois Alvino chegou e elas entraram no carro e foram para a Pamonharia, e lá comprou dois refrigerantes e uma cerveja, sendo que o refrigerante era para Taisa e Alvino e ela tomaram a cerveja. Em seguida deixaram Taisa no curso, porém minutos depois a vítima mandou mensagem pedindo para ligar para ela, assim, pegou o celular de Alvino e ligou para Taisa, ocasião em que esta pediu para irem buscá-la, pois não tinha mais aula. Ato contínuo, disse para Taisa que iria para o motel com Alvino, momento em que Taisa perguntou se podia ir junto, desta feita, Taisa foi com eles para o motel, mas ela ficou no banheiro comendo chocolate e salgadinho e falando no celular com o namorado dela. Perguntado que horas Taisa passou em sua casa e que horas chegaram no motel – respondeu que Taisa passou em sua casa por volta de 13h ou 13h10min e chegaram no motel às 14hs. Perguntado se tem conhecimento que não pode levar menores a esses ambientes – respondeu que não sabia, pois era a primeira vez que tinha ido ao motel. Perguntado onde se encontrava com Alvino – respondeu que em sua casa, pois seu marido trabalha fora. Perguntado se sua mãe não via que ela ficava com Alvino, uma vez que morava na frente de sua casa – respondeu que não, pois a casa tem muro. Perguntado se sua mãe não via quando ele chegava como ia ver quando ela saía – não soube responder. Perguntado porque chamou Taisa para sair com ela quando não tinha necessidade, pois sua mãe não percebia suas saídas – manteve-se silente. Perguntado sobre o valor de R\$ 50,00 – respondeu que deu para Taisa em razão de tê-la acompanhado, disse, ainda, que a mãe de Taisa ficou dizendo que não precisava do dinheiro e devolveu para ela. Acrescentou que chegaram no motel às 14hs. Perguntado há quanto tempo mantem relacionamento com Alvino – respondeu que há dois anos ou dois anos e meio e eles se encontravam três ou quatro vezes por semana, na sua casa ou nas casas que ele constuía, sempre no horário da tarde e sempre ía sozinha. Aduziu que Alvino nunca deu dinheiro para ela, mas dava presentes. Perguntado se o dinheiro que deu para Taisa foi Alvino que forneceu – respondeu negativamente, pois seu esposo havia lhe dado. Perguntado sobre seu depoimento na delegacia – afirmou que estava nervosa e por isso jogou tudo para cima do Alvino para ficar livre. Acrescentou que Taisa tinha namorado, mas não o conhece. Disse que não sabia a idade da vítima, mas aparentava ter treze ou quatorze anos. Acentuou que os policiais mandaram ela ligar para Alvino e marcar um encontro com ele. Por fim, afirma que Alvino não

manteve relação sexual com Taisa (interrogatório constante no CD à fl. 262). O denunciado Alvino da Silva (fl. 262), esclareceu que no dia dos fatos Daniele ligou pedindo para se encontrarem, ao chegar na pracinha viu que Daniele estava com uma moça e Daniele perguntou se ele podia dar carona para Taisa até o curso dela. Perguntado se ele saía com frequência com Daniele e onde se encontravam – respondeu que saía às vezes e iam para o motel. Acrescentou que após deixar Taisa no curso ele e Daniele foram sentido motel, porém antes de saírem de Rolim Daniele e Taisa se falaram por telefone, ocasião em que Daniele insistiu para que ele fosse buscar a Taisa para não ir sozinha com ele para o motel. Afirmou que Taisa ficou no banheiro enquanto ele ficava com Daniele no quarto. Perguntado sobre o dinheiro – disse que não foi ele quem deu. Aduziu que nesse dia passou no Racho da Pamonha e Daniele quis tomar alguma coisa, e ela foi e comprou duas cervejas e uma coca-cola, sendo que a menina tomou o refrigerante e eles tomaram a cerveja. Perguntado se sabe onde Daniele mora e se já foi na casa dela – respondeu que não sabe onde ela mora e nunca foi na casa dela, pois ela que ligava para ele e eles se encontravam na rua. Perguntado porque a Taisa estava junto nesse dia – respondeu que não sabia, pois eles sempre saíam sozinhos. Perguntado porque não questionou a presença da menina – disse porque ela só pediu uma carona. Perguntado porque Daniele insistiu para levar Taisa – respondeu que por Daniele estar casada, ela ficou com medo de alguém ver ela com ele, pois toda vez que eles saíam Daniele dizia que estava separada. Perguntado se Taisa foi forçada a ir ao motel com eles – respondeu que não, mas Daniele que insistiu para ela ir. Perguntado se Taisa viu eles mantendo relação sexual – respondeu que acredita que não, mas no banheiro não tem porta. Por fim, afirma que não manteve relação sexual com Taisa e que esta aparentava ser maior de idade (interrogatório presente no CD acostado à fl. 262). Da defesa da acusada Daniele. A defesa sustenta a absolvição da denunciada ante a insuficiência de provas e subsidiariamente pleiteou pela desclassificação da conduta para a descrita no art. 230 do CP e a pena base fixada no mínimo legal. Abstrai-se dos autos que a acusada Daniele em juízo apresentou outra versão sobre os fatos, consistente em afirmar que ela mantinha relacionamento extraconjugal com Alvino e que Taisa apenas a acompanhou porque não podia sair sozinha. Ao final, esclareceu que a vítima não manteve relação sexual com o acusado. Pois bem. Percebe-se claramente que Daniele, Taisa e Selma, tentaram em juízo sustentar uma nova versão sobre os fatos com intuito exclusivo de destorcer as declarações prestadas na delegacia. Depreende-se, desse modo, que a vítima em juízo ficou temerosa em seu depoimento e preferiu manter-se silente a falar o que exatamente aconteceu, não podendo precisar os motivos que a levaram a tanto. Desta feita, verifica-se que houve uma mudança brusca dos depoimentos da vítima e de Selma, bem como o interrogatório de Daniele, havendo, entre elas, ao se analisar a nova versão dada, alguns pontos contraditórios, evidenciando que não condizem com a realidade, os quais são pontuados abaixo. 1- Daniele afirmou em juízo que Taisa chegou em sua casa às 13hs e chegaram no motel às 14hs. Aduziu, ainda, que a vítima tinha um namorado e que ficou no banheiro do motel conversando com ele por telefone. Taisa em juízo manteve-se silente quando perguntado se manteve relação sexual com Alvino e questionada porque o perito constatou que houve desvirginamento, disse que no dia dos fatos ficou com seu namorado no ginásio da escola antes de ir para casa de Daniele,

porém não sabe sequer o nome dessa pessoa. A genitora da vítima senhora Selma afirmou que no dia dos fatos sua filha chegou em casa chorando e contou que Daniele e Alvino tinham a levado para o motel e Alvino mandou ela tirar a roupa e com ele teve relação sexual, porém dias depois sua filha disse que havia mentido e que no dia ficou com seu namorado, no entanto, perguntado para Selma se Taisa disse ter mantido relação sexual com seu namorado naquele dia, respondeu que sua filha afirmou que eles apenas tentaram, mas não se consumou. Contudo, tais alegações não se sustentam, pois se considerar o horário de aula da vítima (07 às 11hs) e que a mesma após a aula foi para sua casa almoçar e descansar e posteriormente saiu para casa de Daniele em horário próximo de seu curso de computação, bem como que Daniele disse que Taisa chegou à sua residência às 13 horas, depreende-se que não havia tempo suficiente para a vítima ter mantido relação sexual com outras pessoas nesse ínterim. Acrescente-se, também, que se a vítima manteve relação sexual com seu namorado, o que pressupõe ser uma pessoa que ela goste, tal circunstância destoa do fato dela ter chegado em sua residência chorando e apavorada ao ponto de sua mãe perceber que havia algo de errado. Ora, se uma adolescente mantém relação sexual com uma pessoa que estime e com quem namore, tendo apenas medo de que alguém descubra referida situação, evidentemente, não chegaria em casa tão transtornada, pois, ao contrário, estaria sem alterações e feliz, inclusive como uma melhor forma de dissimular tal ocorrência de sua genitora, já que tal situação não gera tamanho assombro, mas sim apenas a tentativa de disfarçar para que ninguém descubra e então possa continuar a ficar com a pessoa. Desta feita, a atitude da vítima não foi de quem teve uma relação de amor, mas de quem foi violentada sexualmente e envergonhada pelo acontecido, sentimento este presente em vítimas de estupro. Oportuno frisar que Selma disse que Taisa tentou ficar com o suposto namorado, mas não se consumou, sendo que perguntado para esta por que o perito concluiu o desvirginamento disse que o médico havia informando que ele tinha apenas a machucado. Pois bem, se considerarmos a hipótese de Taisa ter mantido relação sexual com seu namorado anônimo e a mãe ter tido conhecimento dos fatos depois, por que somente em juízo apresentou nova versão. Indaga-se, por qual razão deixaria uma pessoa pagar pelo que não cometeu inventando uma história? E mais, perguntado para Selma por que não foi atrás do suposto namorado já que indignada com o acontecido, não soube responder e falou que tinha conhecimento de que ele foi embora. Ora é fácil atribuir o fato a uma pessoa sem nome, sem endereço, sem características e sem destino, não se tendo nenhuma informação concreta nos autos da sua existência. Inclusive, causa extrema estranheza a vítima ao menos saber declinar o nome de seu namorado. Destaca-se que a vítima disse em juízo que mentiu para sua mãe por medo dela lhe bater, no entanto, ao ser perguntado a Taisa se teve relação sexual com o acusado, não respondeu e permaneceu de cabeça baixa chorando e pedindo a presença de sua mãe na sala de audiência. Referida atitude demonstra, na realidade, que ela não tinha receio da mãe a ponto de sustentar na delegacia que Alvino havia a estuprado sem que tal tivesse ocorrido. Não, é comportamento de quem via na mãe proteção e segurança. Portanto, cai por terra a alegação de que a vítima ficou com seu suposto namorado no dia dos fatos, pessoa esta totalmente estranha à Selma e à Taisa, pois como alguém não se lembra do nome do namorado e sobretudo o dia que mantém a primeira relação íntima com ele?

Evidenciando, portanto, evidente versão fantasiosa de Taisa.2- Daniele afirmou em juízo que mantém relacionamento extraconjugal com Alvino há mais de dois anos e por isso chamou a vítima para sair com ela, pois seu esposo não a deixa sair sozinha. Acrescentou que sua mãe reside na casa da frente e por isso a controla. Quando questionado à acusada sobre o relacionamento e os horários em que ficavam juntos ela se contradisse completamente, pois esclareceu que ficava com Alvino em sua casa sempre no período da tarde e sua mãe não via os dois porque a casa tinha muro. Ora se sua mãe não via quando ela chegava como iria ver quando ela saía, pois se tinha muro não precisava chamar Taisa para sair, visto que sua mãe não conseguia lhe observar (tais alegações foram feitas em audiência e Daniele não conseguiu responder e ficou agitada com aludidas perguntas, pois sabia que não tinha fundamento de verdade no que falava). Em juízo Daniele informou que após deixar a vítima no cursinho ela mandou mensagem pedindo para ir buscá-la, porém Taisa afirma que estava voltando para casa, pois não tinha aula no cursinho e no meio do caminho Daniele ligou dizendo que queria encontrá-la e então a chamou para acompanhá-la no motel. Desse modo, percebe-se a incongruência do interrogatório de Daniele, pois se Taisa tinha ido em sua casa e elas saíram, não havia motivos para novamente ligar para Taisa e chamá-la para ir ao motel, uma vez que já tinha atingindo seu objetivo, qual seja, o de sair de casa. E mais, disse em juízo desconhecer que menores não podem frequentar estabelecimentos desse gênero, pois era a primeira vez que tinha ido a um motel. Acentua-se, por oportuno, que Alvino disse que Daniele e Taisa se falaram por telefone, ocasião em que Daniele insistiu para que ele fosse buscar a Taisa para não ir sozinha com ele para o motel, assim, sem crédito a alegação de Daniele no sentido de que Taisa pediu para ir ao motel. Percebe-se, claramente a impropriedade de seu interrogatório ao confrontá-lo com o de Alvino. Vejamos: Daniele afirmou em juízo desconhecer que menores não podem frequentar estabelecimentos desse gênero, pois era a primeira vez que tinha ido a um motel, tendo em vista que eles sempre ficavam em sua casa ou nas construções três ou quatro vezes por semana. Alvino, por sua vez, esclareceu que não sabe onde Daniele mora e nunca foi na casa dela, pois ela que ligava e eles se encontravam na rua, sendo que sempre saíam sozinhos e frequentavam o mesmo motel, porém ficavam esporadicamente. Desta feita, a contradição acima confirma que Daniele não precisava de ninguém para sair com ela, a uma porque sua casa tinha muro e sua não via a movimentação em sua casa, como ela própria afirmou, a duas porque era prática habitual eles se encontrarem no motel, demonstrando, assim, que sabia exatamente o que estava fazendo ao levar a vítima para mencionado local. Destaca-se que Daniele afirmou que estava nervosa na delegacia e por isso jogou toda a culpa em Alvino, o que evidencia que tinha conhecimento da gravidade do ocorrido, pois se não tivesse já teria contado que mantinha com ele um caso amoroso e não tentaria prejudicá-lo, pois sabia que ele certamente seria preso, mas preferiu sair ilesa. Indaga-se, então, quem gostaria de ver uma pessoa que ama presa? E sobretudo por um fato que alega em juízo não ter ele cometido? Registre-se, ainda, que o fato de Daniele ter relacionamento com Alvino não a impediria de “conseguir” meninas para ele com intuito de agradá-lo e em contrapartida se beneficiar também, pois consoante seu interrogatório ele a presenteava constantemente. Assim, não há respaldo a alegação da acusada de que apenas chamou Taisa porque não

podia sair sozinha, pois como ela propriamente disse eles já ficavam há mais de dois anos e sempre ia sozinha. Assim, estranho é ela só agora precisar de alguém para acompanhá-la.3- Daniele em seu depoimento informou que deu cinquenta reais para Taisa em razão de a vítima ter acompanhado ela. A genitora da vítima senhora Selma aduziu que Taisa chegou com a quantia de R\$ 50,00 reais em casa e mandou ela devolver para Daniele. Nesse sentido, pensamos quem daria o valor de R\$ 50,00 para uma amiga simplesmente sair com ela? Ora se é amiga porque vai cobrar por sua companhia prometendo presentes e mais se o valor fosse “de presente” porque a mãe da vítima ficou tão revoltada e mandou devolver, portanto, não se mantém aludido argumento. Destarte, não há falar em absolvição por insuficiência de provas, pois consoante fundamentos alhures descritos restou sobejamente provado que Daniele concorreu para a prática delitiva, sendo, assim, que a condenação é medida que se impõe. De igual modo, não há respaldo para desclassificação da conduta para a decrita no artigo 230, do CP, uma vez que contundente a participação da acusada no delito. Ademais, para a desclassificação pretendida exige-se o elemento subjetivo do tipo específico consistente no habitus, ou seja, a vontade de se praticar a conduta com habitualidade, como estilo de vida, o que no presente caso não restou configurado, bem como é necessário que a própria vítima pratique a prostituição e haja exploração financeira dessa prática pela acusada o que, efetivamente, não é o caso dos autos. Assim, afasto as teses defensivas. Da defesa do acusado Alvino. Pontuo, de início, que o perito concluiu que a vítima era virgem à época dos fatos e que houve rotura himenal com vestígios de desvirginamento recente (Laudo de Exame de Corpo de Delito – Conjunção Carnal), desse modo, estreme de dúvida, que a vítima manteve relação sexual no dia dos fatos. Destarte considerando que acima foi afastada a alegação de que Taisa teria mantido relação sexual com o suposto namorado e as controvérsias do interrogatório de Daniele com o de Alvino, passo a analisar a autoria do denunciado. A vítima em juízo permaneceu em silêncio quando foi lhe perguntado se manteve relação sexual com Alvino. O acusado em juízo negou os fatos e disse que seu erro foi ter levado a vítima para o motel junto com Daniele, em razão desta ter insistido. Acrescentou, ainda, que mantém um relacionamento extraconjugal com a denunciada e que no dia dos fatos ficou com Daniele no quarto, enquanto Taisa ficou no banheiro comendo salgadinho. Por fim, disse que o banheiro não tem porta. A Defesa pugnou pela absolvição do acusado aduzindo ser temerária sua condenação face a insuficiência de provas. Analisaremos as provas realizadas sob o crivo do contraditório. A testemunha do juízo Ederson Andrade de Albuquerque, Policial Civil, afirmou que vítima relatou que não queria entrar no motel e o acusado abaixou a cabeça dela para o atendente não vê-la, bem como a ameaçou e mandou que ela tirasse a roupa e Daniele ficou sentada vendo tudo sem fazer nada, pois, segundo a vítima o infrator a ameaçou e mandou que ela tirasse a roupa e Daniele ficou sentada vendo tudo sem fazer nada. O Policial Civil Francisco Carlos de Souza ressaltou que ao encaminhar o acusado para a delegacia ele perguntava se era muita pena que iria pegar, porém ao chegar na delegacia negou que tivesse ficado com a vítima, todavia, no decorrer do tempo disse que tinha enfiado apenas o dedo na vagina dela e que pensava que ela tivesse 15 anos de idade. Nesse mesmo sentido, é o depoimento da testemunha Joel Barbosa, Policial Civil, ao afirmar que a preocupação do infrator na delegacia era o quanto

de pena que ele iria pegar e para não chamar a imprensa porque ele é pessoa conhecida nesta cidade, sem se olvidar que informou ter Daniele dito que ela e a vítima entraram no carro e que Alvino manteve relação sexual com a vítima e que os três foram para o motel. Desta feita, percebe-se que nítida era a preocupação de Alvino com os fatos relatados e não por ser casado e vir à tona seu affair, mas por saber que algo grave havia acontecido e que teria consequências legais, pois do contrário não iria perguntar o quanto de pena iria levar, mas sim do que estava sendo acusado. Assevera-se, ainda, que a testemunha PC Francisco que acompanhou o acusado à delegacia, narrou com detalhes o comportamento do denunciado no dia, afirmando que Alvino inicialmente negou os fatos, mas momentos depois esclareceu ter apenas enfiado o dedo na vagina da menina, ou seja, tal relato responde o porquê da preocupação do acusado. Acentua-se que o acusado afirmou que Daniele insistiu para levar Taisa, e por isso acabou levando, mas eles sempre ficavam sozinhos. Ressaltou, por fim, que acredita que Taisa não viu eles mantendo relação sexual, mas que o banheiro não tinha porta. Aduziu, ainda, que a vítima aparentava ser maior de idade. Pois bem. Note-se que a vítima poderia muito bem ter negado os fatos em juízo, uma vez que elucidou outra versão sobre os fatos, mas ao contrário por motivos escusos preferiu não se comprometer e/ou tentou livrar a acusação que paira sobre os acusados. Portanto, além da incogruências existentes nos testemunhos de Selma, Taísa e Daniele dado em juízo conforme já abordado, o que demonstra que esses não condizem com a realidade, os testemunhos dos policiais demonstram a ocorrência do delito nos termos que restou evidenciado pelos depoimentos de Taisa e Daniele dados na fase policial caindo por terra a versão delas apresentada em juízo. De fato, os testemunhos dos policiais são totalmente congruentes e em sintonia com os depoimentos dados por Taísa e Daniele na fase policial. Assim, a palavra dos réus dada em juízo não encontra guarida na prova dos autos, sendo que não pairam dúvidas de que o réu manteve relações sexuais com a menor Taisa quando ela contava com apenas de 13 anos de idade, consoante certidão de nascimento acostada aos autos à fl. 22. Ademais, o dolo que norteou a conduta dos acusados emana do seu próprio comportamento, revelado na vontade livre e consciente de praticar com a vítima conjunção carnal, a fim de satisfazer a sua lascívia. Nesse toar, considerando que não obstante a tentativa de maquiagem os fatos, restou clarividente que o acusado Alvino foi o autor do delito de estupro de vulnerável. Dessa feita, considerando o laudo constatando que a vítima teve relação sexual na época dos fatos, indo até o hotel com os acusados, tendo essa (a vítima) narrado no Inquérito Policial que, efetivamente, teve relação sexual com o acusado, no que foi seguida pelo depoimento da acusada Daniele dado na fase policial, os quais foram corroborados pelos testemunhos dados pelos policiais em juízo e na fase policial, restando, ainda, não provada as versões apresentadas pela vítima e por Selma e Daniele em juízo, não havendo, ao menos, a menor prova da existência de um suposto namorado, sendo incongruente os horários relatados nos depoimentos judiciais, sem se olvidar as incongruências existentes entre as versões dos acusados dada em juízo, as quais já foram abordadas no bojo da presente DECISÃO, torna-se de rigor a prolação do édito condenatório relativamente ao primeiro fato. 2º FATO – (art. 243, do ECA). In verbis: Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa,

produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. Os acusados Daniele e Alvino negaram terem oferecido bebida alcoólica para a vítima. No caso em exame, restou ausente a prova da materialidade afim de comprovar o componente capaz de causar dependência, e, ainda, que não obstante tenha havido indícios de autoria no início da investigação, eles não se sustentaram em juízo, uma vez que o próprio tipo do art. 243 do ECA exige a constatação de que o produto tenha componentes que possam causar dependência física ou psíquica, demandando-se a absolvição quando inexistir prova técnica a respeito, não sendo o caso de supri-la por prova testemunhal, o que é o caso presente. Registre-se, por oportuno, que a orientação jurisprudencial é no sentido de que não há como enquadrar a bebida alcoólica como substância capaz de causar dependência física ou psíquica para fins de tipificação do delito previsto no art. 243 do ECA, eis que o art. 81 distingue bebida alcoólica das substâncias referidas no art. 243 da Lei n.º 8.069/90. Nesse sentido, é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: FORNECER BEBIDA ALCOÓLICA A ADOLESCENTE. ART. 243, "CAPUT", DO ECA. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. Não sendo a prova estreme de dúvida quanto à ocorrência do delito e sua autoria, eis que o réu negou a prática do delito, a vítima e a corré não foram ouvidas e os policiais não souberam informar quem forneceu cerveja para a adolescente, a absolvição se impõe, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal [...] (Apelação Crime Nº 70033871435, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genacéia da Silva Alberton, Julgado em 17/11/2010) APELAÇÃO CRIME. ECA E ESTUPRO. AÇÃO PENAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Não se pode admitir crime hediondo condicionado à representação. FORNECER BEBIDA ALCOÓLICA A MENOR. ART. 243 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 63, I, DA LEI DE CONTRAÇÕES PENAS. Desclassificação do delito capitulado no artigo 243 do ECA para a contração prevista no artigo 63, I, da LCP, em face de orientação jurisprudencial no sentido de que não há como enquadrar a bebida alcoólica como substância capaz de causar dependência física ou psíquica para fins de tipificação do delito previsto no art. 243 do ECA, eis que o art. 81 distingue bebida alcoólica das substâncias referidas no art. 243 da Lei n.º 8.069/90. Desclassificação mantida. ESTUPRO PRESUMIDO. Absolvição mantida, pois não há prova de que o réu deixou a vítima em estado de inconsciência, a fim de que não oferecesse resistência à prática da conjunção carnal. PRELIMINAR DEDUZIDA PELA DEFESA REJEITADA. RECURSO MINISTERIAL IMPROVIDO, POR MAIORIA. PRESCRIÇÃO DECLARADA EM RELAÇÃO AO FATO 01, RESTANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO DEFENSIVO. (Apelação Crime Nº 70048982805, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genacéia da Silva Alberton, Julgado em 22/05/2013) Assim, considerando que não há provas concretas do ilícito, não há falar em mutatio libelli com a FINALIDADE de desclassificar o delito para a conduta descrito no artigo 63, I, da LCP. Desta feita, ao contrário do primeiro fato, os elementos de provas produzidas da fase judicial, incluindo os depoimentos dos policiais, não demonstraram a existência do 02º fato, assim, as provas

existentes nos autos não passam de indícios, não permitindo a certeza que uma condenação requer. Sendo assim, havendo o conjunto probatório sobressaído precário e insuficiente, a absolvição é medida que se impõe. O benefício da dúvida pacifica a consciência do julgador e o interesse da sociedade, além de ser critério protecionista do jus libertatis. (Apelação Criminal nº 20000110508258 (224879), 1ª Turma Criminal do TJDF, Rel. Edson Alfredo Smaniotto. j. 01.09.2005, unânime, DJU 14.10.2005). Nessa linha de pensamento, outro caminho não resta senão o da absolvição. O entendimento é corroborado pela jurisprudência: “O Direito Penal não opera com conjecturas ou probabilidades. Sem certeza total e plena da autoria e da culpabilidade, não pode o Juiz criminal proferir condenação” (Ap. 162.055. TACrimSP, Rel. GOULART SOBRINHO). III- DISPOSITIVO Diante ao exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão estatal constante da denúncia de fls. 03/05 para: a) ABSOLVER os acusados DANIELE RODRIGUES AMARAL e ALVINO DA SILVA, da imputação do artigo 243, do ECA, nos moldes do artigo 386, VII, do CPP. b) CONDENAR os denunciados DANIELE RODRIGUES AMARAL, alcunha “Dani”, brasileira, casada, estudante, nascida aos 19/03/1995, natural de Rolim de Moura/RO, inscrita no CPF n. 023.234.452-35, filha de Josiane Dias Amaral e Clodoaldo Antônio Rodrigues, residente e domiciliada na Rua B, n. 6095, Bairro Boa Esperança/Cohab, Rolim de Moura, e ALVINO DA SILVA, alcunha “Moreno”, brasileiro, convivente, construtor, nascido aos 21/8/1977, natural de Cáceres/MT, portador do RG n. 596.199 SSP/RO e inscrito no CPF n. 598.725.782-49, filho de Dorcelina Maria de Jesus e Abel Bauduino da Silva, residente na Av. Rolim de Moura, n. 5231, Bairro Boa Esperança, Rolim de Moura, como incursos nas sanções do artigo 217-A c/c art. 29, ambos do Código Penal. Passo à dosimetria da pena e fixação do regime carcerário. Da acusada Daniele Rodrigues Amaral Quanto à culpabilidade, a ré tinha consciência da ilicitude de sua conduta, da reprovabilidade da mesma e por isso podia e deveria ter atuado de forma diversa. A ré não registra antecedentes criminais. Conduta social, pelo que se pode vislumbrar é boa; a personalidade não pode ser efetivamente definida pelo que consta nos autos. O motivo participou do delito para satisfazer a lascívia de outrem, Circunstâncias do crime, são relevantes porque se aproveitou do fato de ser amiga da vítima e pediu que ela a acompanhasse no motel com a FINALIDADE desta manter relação sexual com Alvino, e ao chegarem ao motel viu o desespero da vítima em negar manter relação sexual com o réu, mas mesmo assim ficou sentada vendo tudo e sem fazer nada; as consequências nestes crimes são sempre graves, pois deixam traumas; o comportamento da vítima não contribui para a prática do crime. Assim, com base nessas diretrizes fixo a pena-base em 08 (oito) anos de reclusão. Reconheço em favor da ré a atenuante prevista no inciso I, do art. 65, do CP (menor de 21 anos na data do fato – nascida em 19/03/1995), no entanto, deixou de reduzir a pena em razão desta ter sido fixada no mínimo legal. Inexistem circunstâncias agravantes. Não vislumbro causa de diminuição e aumento de pena. Ante a ausência de outras causas modificadoras da pena, torno-a DEFINITIVA em 08 (oito) anos de reclusão. Fixo o regime inicialmente semiaberto para o cumprimento da pena (art. 33, §2º, “b”, do CP). Considerando que a ré respondeu o processo em liberdade, assim deverá permanecer em caso de recurso, salvo se por outro motivo estiver presa. Isento a ré do pagamento das custas processuais, uma vez que sua defesa foi patrocinada pela Defensoria

Pública. Do acusado Alvino da Silva Quanto à culpabilidade, o réu tinha consciência da ilicitude de sua conduta, da reprovabilidade da mesma e por isso podia e deveria ter atuado de forma diversa. O acusado não registra antecedentes criminais. Conduta social, pelo que se pode vislumbrar é boa; a personalidade não pode ser efetivamente definida pelo que consta nos autos. O motivo foi a satisfação de sua lascívia, em detrimento da liberdade sexual de uma adolescente. Circunstâncias do crime, são relevantes porque arquitetou com Daniele para que esta convencesse a vítima a acompanhá-la ao motel, com intuito de manter relação sexual com a vítima; as consequências nestes crimes são sempre graves, pois deixam traumas; o comportamento da vítima não contribui para a prática do crime. Assim, com base nessas diretrizes fixo a pena-base em 08 (oito) anos de reclusão. Inexistem circunstâncias atenuantes e agravantes a serem consideradas. Não vislumbro causa de diminuição e aumento de pena. Ante a ausência de outras causas modificadoras da pena, torno-a DEFINITIVA em 08 (oito) anos de reclusão. Fixo o regime inicialmente semiaberto para o cumprimento da pena (art. 33, §2º, “b”, do CP). O réu permaneceu preso durante todo o processo. No momento, sobreveio uma SENTENÇA condenatória, devendo ser mantido o cárcere cautelar, pois ainda persistem os mesmos motivos que ensejaram a decretação da preventiva, assim sendo, nego-lhe o direito de apelar em liberdade. A defesa do réu foi patrocinada por advogado constituído, assim, condeno-o ao pagamento das custas processuais. IV- DISPOSIÇÕES FINAIS Oficie-se a unidade prisional na qual se encontram os réus, para a imediata transferência ao estabelecimento penal adequado, se por outro motivo não estiverem presos na unidade. Havendo recurso desta DECISÃO, expeça-se guia de execução provisória da pena privativa de liberdade imposta a Alvino. Transitada em julgado: 1 - Ficam suspensos os direitos políticos do Réu pelo tempo da condenação, nos termos do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. 2 - Expeçam-se as comunicações necessárias (INI/DF, TRE, Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos que se faça necessário). 3 - Expeça-se a carta de guia dos Apenados. 4 - Realize-se a detração penal, caso necessário. 5 - Restitua-se os objetos apreendidos aos seus proprietários mediante comprovante de aquisição. 6 - Decreto a perda do valor referente à fiança (fl 58), devendo o mesmo ser transferido para a conta do juízo, a saber: Agência: 2755, Conta: 01505753-4, Caixa Econômica Federal (autos 0004442-39.2012.8.22.0010). SENTENÇA publicada e registrada automaticamente no sistema. Intimem-se. Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000710-16.2014.8.22.0010

Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado: Claudionor Ferreira de Arruda

DECISÃO:

Vistos. O acusado a apresentou resposta à acusação às fls. 59/61, alegando em sede de preliminar a inépcia da inicial, falta de pressupostos e condições da ação e justa causa. Requereu, ainda, a quebra do sigilo telefônico do acusado e da vítima, bem como a acareação entre Maira, Claudionor e Luiz Matello. DECIDO. Reexaminando a denúncia verifica-se que a peça se presta ao fim que se destina, qual seja, narra de forma coerente o fato o qual o réu está sendo acusado, lhe permitindo a devida compreensão da amplitude de sua acusação,

garantindo-lhe a possibilidade do devido contraditório. Noutro norte, não há que se falar em falta de justa causa para a instauração da ação penal, eis que os fatos narrados constitui delito penal, bem como, o bem jurídico protegido foi atingido, devendo-se, assim, ser apurada a autoria do mesmo. Desta feita, à luz do que foi aduzido na resposta inicial apresentada pelo réu, não vejo, nesta fase processual, a presença de elementos taxativos capazes de conduzir à absolvição sumária do acusado, na forma disciplinada pelo artigo 397 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 11.719/08, devendo a questão de MÉRITO ser analisada após a instrução. Assim, refuto as preliminares arguidas. Do pedido de quebra de sigilo telefônico. É consabido que o deferimento do pedido de quebra do sigilo telefônico é medida extrema, que só deve ser determinada depois de esgotadas todas as possibilidades de investigação, todas as vias ordinárias de produção de provas, nos termos do art. 2º, inc. II, da Lei n. 9.296/96: Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; Assim, evidente que a extensão do pedido do acusado instiga cautela, considerando que a medida estaria violando a vida e a intimidade das pessoas, sem que, nesse momento, se mostre como único caminho de o acusado provar suas teses defensivas, razão pela qual, por ora, indefiro pedido. Do pedido de acareação. Para o deferimento deste pedido é mister que haja divergência no relato das pessoas, sobre fatos ou circunstâncias relevantes. Assim, considerando que ainda não houve depoimentos prestado em juízo, deixo para manifestar-me quando da realização da audiência, uma vez que assim poderá ser aferida a pertinência do pedido e/ou indeferi-lo se considerar ser protelatório ou desnecessário. Outrossim, afastadas as teses defensivas, não vejo a presença de elementos taxativos capazes de conduzir à absolvição sumária do acusado, na forma disciplinada pelo artigo 397 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 11.719/08. Com efeito, confirmo o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15 de abril de 2014 às 08h00min. Intimem-se o acusado e as testemunhas para comparecerem à solenidade. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Caso necessário, requirite-se e/ou depreque-se. Pratique-se o necessário. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Solange Aparecida Gonçalves
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura, RO.

e-mail: je_rmo@tj.ro.gov.br

Escrivã Judicial: Maria Aparecida Ribeiro Santos Lopes

Juiz de Direito: Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1003051-32.2013.8.22.0010

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

MARLI MENDES MORO TRANSPORTES - ME (Autor)

Advogado(s): DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR (OAB 3214 RO)

FÁBIO FLORENCIO DA SILVA (Réu), Zurich Minas Brasil Seguros S.a. (Réu)

MARLI MENDES MORO TRANSPORTES - ME (Autor)

Advogado(s): DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR (OAB 3214 RO)

FÁBIO FLORENCIO DA SILVA (Réu), Zurich Minas Brasil Seguros S.a. (Réu)

Intimação do procurador do autor para, no prazo de 5 dias, apresentar o endereço completo do requerido Fábio Florêncio da Silva face a carta de citação e intimação devolvida pelos correios (mov. 22).

Proc: 1000440-72.2014.8.22.0010

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

João Bautz (Requerente)

Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra (OAB 126707 SP)

BRASIL TELECON CELULAR S/A RO (Requerido)

João Bautz (Requerente)

Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra (OAB 126707 SP)

BRASIL TELECON CELULAR S/A RO (Requerido)

Intimação do procurador do autor acerca da DECISÃO mov. 7, abaixo transcrita.

Nada obstante a verossimilhança do que alega João, sobretudo em vista de inúmeras outras demandas fundadas em apontamento indevido e em que se tem julgado a favor do consumidor, deixou ele de descrever conjuntura com base na qual se pudesse presumir a ocorrência iminente ou a experimentação já de dano irreparável ou de difícil conserto (CPC, art. 273, incs. I e II). Assim, por ora, apenas cite-se e intime-se a ré à audiência conciliatória.

Rolim de Moura, em 27 de fevereiro de 2014 Juiz Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

1 Pág. 3: Não resta dúvida, no caso em tela, que o autor sofreu e continua sofrendo um enorme constrangimento diante da vergonha e decepção com a negativa da venda toda vez que tenta realizar uma compra no comércio.

Proc: 1002870-31.2013.8.22.0010

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Leticia Freitas Lima (Requerente)

Advogado(s): Salvador Luiz Paloni (OAB 299-A RO)

Financeira Losango Promotora de Vendas Ltda. (Requerido), City Lar (Requerido)

Leticia Freitas Lima (Requerente)

Advogado(s): Salvador Luiz Paloni (OAB 299-A RO)

Financeira Losango Promotora de Vendas Ltda. (Requerido), City Lar (Requerido)

Intimação do procurador do autor acerca da SENTENÇA mov. 17, abaixo transcrita.

LETÍCIA FREITAS LIMA pleiteia a condenação de FINANCEIRA LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA e CITY LAR a lhe indenizar os danos morais experimentados ao descobrir haver sido seu nome incluído em cadastro de devedores (SCPC), por conta da inadimplência de um negócio parcialmente desfeito. Somente a segunda requerida foi citada (mov. 13), todavia, ambas as rés não compareceram à audiência de conciliação e tampouco apresentaram contestação (mov. 15). Desse modo, devem ser reputadas revéis (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Conclui-se do acervo probatório que a segunda ré

(City Lar) direcionou o financiamento da compra realizada pela autora à primeira ré (Losango). Haveria aqui responsabilidade solidária, todavia, diante da citação negativa, preferiu a autora desistir da demanda em relação a esta, conforme requerimento feito em audiência. Nada obstante, verifica-se que todo o negócio se deu entre a autora e a segunda requerida, desde a compra, entrega do produto para a garantia, até o acordo relativo ao cancelamento do remanescente da dívida. É que, conforme alegações de Letícia, o produto adquirido na City Lar apresentou defeito, o qual foi encaminhado à garantia por duas vezes. Como não houve conserto, resolveu-se entre a autora e o gerente da segunda ré pela troca por outro produto com valor equivalente ao que já havia sido pago, bem assim, seria o restante do débito cancelado¹. Tratando-se essencialmente de relação de consumo, não se desincumbiu a ré de comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, presumindo-se, portanto, verdadeiros os fatos, mormente diante da ausência de qualquer evidência em contrário². Desta forma, há de se reconhecer que de fato houve um acordo verbal entre a requerente e a City Lar relativo à troca do produto com defeito por valor equivalente ao do débito já pago, e que, consequentemente, o restante da dívida seria por esta cancelado. Lado outro, quanto ao propalado dano moral, adota-se o posicionamento da Turma Recursal daqui, no sentido de que no sentido de que presumido o dano moral (Turma Recursal de Ji-Paraná, Recurso Inominado nº 10012003520118220007, Rel. Juiz Marcos Alberto Oldakowski, j. 25/06/2012). Portanto, tratando-se de responsabilidade solidária e, levando-se em conta a desistência da demandante quanto à primeira requerida (Losango), ainda assim cabível a condenação por dano psicológico quanto à segunda ré (City Lar), em razão de que era seu dever a comunicação à financiadora quanto ao remanescente da dívida. Ante o exposto, julgo procedente o pedido para declarar a inexistência da dívida sub judice e condenar City Lar à entrega de R\$ 5.000,00, quantia que o e. Tribunal de Justiça daqui vem atribuindo aos danos morais em situações congêneres (Ap. Nºs 0025350-86.2009.8.22.0001, 0006190-12.2008.8.22.0001, 0000120070206812 etc.). Oficie-se o órgão mantenedor para a exclusão do registro. Com o trânsito em julgado arquivem-se ou dê-se início a fase do art. 475J do CPC, mediante bloqueio de valores (bacenjud). Rolim de Moura, em 26 de fevereiro de 2014. Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito _____ 1 Débito de R\$ 502,74, parcelado em 9 vezes de 55,86. Quitação das 6 primeiras parcelas (R\$ 335,16) e cancelamento das 3 últimas (R\$ 167,58).

2 () A revelia aliada a inversão do ônus da prova prevista no direito consumerista e a negativa do consumidor de inexistência de relação jurídica autorizam a declaração de inexistência de débito. (...) (RI N. 10011883320118220003, Rel. Juiz Oscar Francisco Alves, J. 21/11/2011)

Proc: 1002647-78.2013.8.22.0010

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Neide dos Santos da Costa(Autor)

Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)

Tim Celular S/A(Réu)

Advogado(s): RUBENS GASPAR SERRA(OAB 119859 SP), OAB:34847-A GO

Neide dos Santos da Costa(Autor)

Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)

Tim Celular S/A(Réu)

Advogado(s): RUBENS GASPAR SERRA(OAB 119859 SP), Felipe Gazola Vieira Marques OAB 76696 MG

Intimação dos procuradores das partes acerca da SENTENÇA mov. 29, abaixo transcrita.

No desempenho de atividade meramente homologatória limitase o juiz à análise das regras de ordem pública concernentes à validade e eficácia dos negócios jurídicos em geral. Na hipótese em tela, haja vista os documentos por meio dos quais se identificaram os demandantes, verificamse a representação hígida e legitimidade das partes envolvidas (CC, art. 5º, e art. 349, parágrafo único, CPC vide eventos nºs 1, 13 e 26), bem assim o desembaraço do bem disputado (direito de crédito, art. 841, do Código Civil), de modo que homologo reconhecimento, extinguindo o feito com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, inc. II, do Código de Processo Civil. Arquivemse. No caso de descumprimento, iniciase a fase do art.

475J do CPC por meio de bloqueio de valores (BacenJud).

Rolim de Moura, em 16 de Janeiro de 2014 Juiz Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1001492-40.2013.8.22.0010

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Joeder Bruniere de Souza(Requerente)

Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)

BELLAPRATICA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA(Requerido)

Advogado(s): OAB:153732 SP

Joeder Bruniere de Souza(Requerente)

Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)

BELLAPRATICA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA(Requerido)

Advogado(s): OAB:153732 SP

Intimação do procurador do autor para, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca do depósito judicial efetuado pelo requerido mov. 66.

Proc: 1000356-08.2013.8.22.0010

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Comercial Guarujá Ltda - EPP(Exequente)

Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)

Gerson Paulino da Silva(Executado)

Comercial Guarujá Ltda - EPP(Exequente)

Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)

Gerson Paulino da Silva(Executado)

Intimação do procurador do autor acerca da SENTENÇA mov. 48, abaixo transcrita.

Mov. 45: Tendo em vista a existência de ônus sobre os veículos de Gerson (alienação fiduciária, mov 24), inviável a penhora deles¹ e, consequentemente, o trâmite do feito, de modo que, a teor do art. 51, inc. II, da Lei nº 9.099/95, extingo o processo. Com o trânsito em julgado, arquivemse. Rolim de Moura, em 24 de fevereiro de 2014 Juiz Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

1 Rec. Cível, N. 10001420060044840, Rel. Juiz Marcos Alberto Oldakowski, J. 03/07/2007

Proc: 1000106-72.2013.8.22.0010

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Lucinei Monteiro da Silva(Requerente)

Advogado(s): Salvador Luiz Paloni(OAB 299-A RO)

Sebastiana Aparecida Pereira de Paulo(Requerido)
Lucinei Monteiro da Silva(Requerente)
Advogado(s): Salvador Luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Sebastiana Aparecida Pereira de Paulo(Requerido)
Intimação do procurador do autor de que foi expedida carta precatória para penhora, avaliação e intimação mov. 30, distribuída na Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO no dia 26/2/2014 sob o nº 1000158-04.2014.8.22.0020.

Proc: 1000478-84.2014.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
Margarida Batista de Jesus(Requerente)
Advogado(s): Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
Meridiano Fidc Multisegmentos(Requerido)
Margarida Batista de Jesus(Requerente)
Advogado(s): Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
Meridiano Fidc Multisegmentos(Requerido)
Intimação do procurador do autor acerca da DECISÃO mov. 7, abaixo transcrita.
Deixo de antecipar o efeito da tutela, pois que, embora plausível sim a tese de Margarida, no sentido de que inexistiria para com a ré pendência financeira alguma a justificar o apontamento, não descreveu ela alguma circunstância representativa do fator risco, que exige a lei (CPC, art. 273, inc. I) ao deferimento da medida, o que, por certo não se configura por momentânea indisponibilidade de crédito. Assim, por ora, apenas cite-se e intime-se a ré à audiência conciliatória. Rolim de Moura, em 27 de fevereiro de 2014 Juiz Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1000043-13.2014.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
JOAO BATISTA FONSECA DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): RUBENS VIERA LOPES(OAB 273 RO)
Eletrobras Distribuição Rondonia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Gabriela de Lima Torres(OAB 5714 RO)
JOAO BATISTA FONSECA DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): RUBENS VIERA LOPES(OAB 273 RO)
Eletrobras Distribuição Rondonia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Gabriela de Lima Torres(OAB 5714 RO)
Intimação dos procuradores das partes acerca da SENTENÇA mov. 17, abaixo transcrita.
Pretende JOÃO BATISTA FONSECA DA SILVA seja a CERON condenada a lhe ressarcir os danos morais causados por indevida suspensão do fornecimento de eletricidade à sua residência. Sustenta a parte ré, preliminarmente, ilegitimidade ativa ad causam, bem assim, que houve falha da instituição financeira no repasse dos pagamentos à requerida. É o intróito necessário. Inicialmente, verifica-se que a preliminar não pode prosperar, já que o destinatário final do serviço de energia elétrica é legitimado para propor ação indenizatória, bem como porque era o responsável pelo pagamento das faturas¹. Adiante, em que pese lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica, se, após aviso prévio, o consumidor permanecer inadimplente, João Batista não estava com faturas em atraso na data do corte. A fatura sub judice refere-se ao mês de novembro de 2013, com vencimento no dia 27 do mesmo mês, e paga no dia 23 de dezembro². Porém, a suspensão do fornecimento foi levada a efeito no dia 09 de janeiro de 2014, ou seja, 14 dias

após o adimplemento. A demandada possui o encargo de prestar serviço adequado nos termos do art. 22, da Lei nº 8.078/90, devendo satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência e segurança. Portanto, o sistema de compensação da instituição financeira não tem o condão de eximir a responsabilidade da concessionária, que interrompeu a prestação do serviço essencial arbitrariamente. Ademais, a empresa efetuou o corte da eletricidade quando não havia nenhum morador, impedindo a pronta comprovação do adimplemento. Nesta linha, evidente a conduta indevida da fornecedora, apta, portanto, a ensejar a reparação pretendida³, a qual deverá ser arbitrada segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, isso considerando que o autor pagou a dívida com atraso, porém sequer foi notificado do corte, sendo que mesmo após o pagamento, a CERON efetuou a interrupção do serviço essencial. Ante o exposto, julgo procedente o pedido para condenar a ré a entrega de R\$ 2.000,00, a título de danos morais. Com o trânsito em julgado arquivem-se ou dê-se início a fase do art. 475J do CPC, mediante bloqueio de valores (bacenjud). Rolim de Moura, em 27 de fevereiro de 2014. Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito _____ 1 TJ/RO, RI n. 1002884-83.2011.8.22.0010, Relator: Juiz Oscar Francisco Alves Junior, Julg. 09.07.2012. 2 Evento 1, reg. 2. 3 INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE POR FALTA DE PAGAMENTO. PAGAMENTO REALIZADO. ERRO DA CONCESSIONÁRIA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. A concessionária de energia elétrica que corta o fornecimento do serviço por falta de pagamento, quando este foi devidamente efetivado pelo consumidor, responde pelos danos morais sofridos pela falha no corte indevido. (Não Cadastrado, N. 00010001008920098220015, Rel. Juiz João Adalberto Castro Alves, J. 01/06/2010)

Proc: 1003084-22.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Romerson Tavares(Exequente)
Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)
Ivandar dos Anjos(Executado)
Romerson Tavares(Exequente)
Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)
Ivandar dos Anjos(Executado)
Intimação do procurador do autor para manifestar-se no prazo de 5 dias, face a diligência positiva junto ao rejanud mov. 15.

Proc: 1002636-49.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Nelson Ferreira da Costa Filho(Requerente)
Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)
Banco Ibi S A Banco Múltiplo(Requerido)
Nelson Ferreira da Costa Filho(Requerente)
Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)
Banco Ibi S A Banco Múltiplo(Requerido)
Intimação do procurador do autor acerca da SENTENÇA mov. 17, abaixo transcrita.
NELSON FERREIRA DA COSTA FILHO pleiteia a condenação de BANCO IBI S.A. BANCO MULTIPLO a lhe indenizar os danos morais experimentados ao descobrir haver sido seu nome incluído, pela empresa, em cadastro de devedores (SCPC), por conta da inadimplência de um negócio que com

ela jamais efetuiu. A parte requerida foi citada (mov. 14), compareceu à audiência de conciliação (mov. 15), todavia, não apresentou contestação. Pois bem. Nelson negou o débito sendo ele consumidor bastaria mesmo apenas a negativa. A instituição bancária não fez prova em sentido contrário. Assim, tem-se como não existente qualquer dívida (art. 6º. inc. VIII, CDC). Lado outro, quanto ao propalado dano moral, adota-se o posicionamento da Turma Recursal daqui: É objetiva a responsabilidade da empresa pelos danos morais causados ao consumidor em razão da negativação indevida do nome [...] (Recurso nominado nº 1002644-31.2010.822.0010). Ante o exposto, julgo procedente o pedido para declarar a inexistência da dívida e condenar a ré à entrega de R\$ 5.000,00, quantia que o e. Tribunal de Justiça daqui vem atribuindo aos danos morais em situações congêneres (Ap. Nºs 0025350-6.2009.8.22.0001, 0006190-12.2008.8.22.0001, 10000120070206812 etc.). Oficie-se ao órgão mantenedor para a exclusão do registro. Com o trânsito em julgado arquivem-se ou dê-se início a fase do art. 475J do CPC, mediante bloqueio de valores (bacenjud). Rolim de Moura, em 27 de fevereiro de 2014.

Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc: 1002287-46.2013.8.22.0010

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Sidinei de Araújo da Silva(Requerente)

Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): Maricélia Santos Ferreira(OAB 324B RO)

Sidinei de Araújo da Silva(Requerente)

Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Requerido)

Advogado(s): Maricélia Santos Ferreira(OAB 324B RO)

Intimação dos procuradores das partes acerca da SENTENÇA mov. 19, abaixo transcrita. Com efeito, se se considerar que, por ocasião da vistoria (22/8/2013), as obras necessárias à nova ligação e a cargo do consumidor estivessem satisfatoriamente concluídas, ultrapassou mesmo a requerida o lapso preconizado para atender à solicitação de fornecimento de água dez dias -, pois que só em 17 de setembro foi-lhe posto à disposição o serviço¹, ou seja, vinte e cinco dias depois. Independente disso e da regra (Lei nº 8.078/90, art. 6º) aplicável às relações de consumo, como a dos autos², não se verificando aqui circunstância cujos resultados, segundo entendimento jurisprudencial, são presumidamente danosos³, necessário comprovasse Sidinei algum suficiente para causar algum abalo psíquico ou frustrações significativas aptas a violarem direitos da personalidade. Nesse ponto, observa-se que desvestido o serviço do caráter de essencialidade haja vista não se tratar de residência habitada), a implementação dele pela demandada antes mesmo de tomar conhecimento da presente⁴ e a inexistência de previsão legal do tempo para a providência⁵. Mesmo assim, desinteressou-se ele na produção de outras provas, deixando de comprovar os prejuízos que, segundo diz, exigiriam compensação por dinheiro. Ressalte-se o entendimento de Turma Recursal daqui no sentido de que a falha na prestação do serviço, por si só, não enseja dano moral (Não Cadastrado, N. 00013275020128220008, Rel. Juiz Oscar Francisco Alves, J. 19/08/2013) Ante o exposto, com base no

art. 6º da Lei nº 9.099/95, julgo improcedente a pretensão indenizatória, dando por prejudicado, pela falta de interesse processual superveniente, o pedido de obrigação de fazer (CPC, art. 267, inc. VI). Com o trânsito em julgado, arquivem-se. Rolim de Moura, em 27 de Fevereiro de 2014 Juiz Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira _____ 1 Vide registros de atendimento e ordem de serviço mov. 12, itens 10 e 11. 2 É firme o entendimento no STJ de que a relação entre a empresa concessionária de serviço público de fornecimento de água e o usuário final classifica-se como consumerista. Correta, portanto, a aplicação das disposições do CDC” (STJ, AgRg no Ag n. 1418635/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. em 16.10.2012). 3 (...) configura o dano moral in re ipsa, o dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos () REsp 786239Ag 1295732REsp 1087487REsp 299532Ag 1410645REsp 631204REsp 608918REsp 1020936(Ag 1.379.761).

4 Conforme AR mov. 11 e ordem de serviço mov. 12.

5 O Decreto nº 4334/89 que regulamenta os serviços da CAERD nada dispõe sobre tal prazo.

Proc: 1001796-39.2013.8.22.0010

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Antonio Carlos de Paiva(Exequente)

Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)

Sergio Paulo Benicio Saraiva(Executado)

Antonio Carlos de Paiva(Exequente)

Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)

Sergio Paulo Benicio Saraiva(Executado)

Intimação do procurador do autor de que foi expedida carta precatória para penhora, avaliação e intimação mov. 51, distribuída na Comarca de São Francisco do Guaporé no dia 26/2/2014 sob o nº 1000076-61.2014.8.22.0023.

Proc: 1000414-45.2012.8.22.0010

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

FABIO'S RELOJOARIA LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)

JOSE ALEXANDRE DOS SANTOS MOREIRA (Executado)

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

FABIO'S RELOJOARIA LTDA ME(Exequente)

Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)

JOSE ALEXANDRE DOS SANTOS MOREIRA (Executado)

Intimação do procurador do autor acerca da única venda judicial designada para 4 de Abril de 2014 às 09 horas, bem como para, caso queira, providenciar a publicação do Edital de Venda Judicial expedido mov. 92.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0004518-63.2013.8.22.0010

Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda

Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)

Requerido:Alex Felipe Godoy Jesus

Advogado:Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)

DECISÃO:

DECISÃO Transitada em julgado. Não houve interposição de recurso pelas partes. Cumpra-se a SENTENÇA de f. 45. Defiro f. 48. Quanto aos honorários de sucumbência, corrija-se a autuação e a classe para cumprimento de SENTENÇA, retificando-se o pólo ativo. Após, venham-me os autos, eis que, desde já, decreto a indisponibilidade de ativos financeiros para execução forçada dos honorários. Rolim de Moura/RO, 26 de fevereiro de 2014.

Proc.: [0002960-56.2013.8.22.0010](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Claudir Jardim Gomes

Advogado:Amaury Adão de Souza (AOB/RO 279-A)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Custas Judiciais; Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 338,38, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0079402-73.2007.8.22.0010](#)

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia

Advogado:Procurador Estadual

Executado:F. C. M. Abed Ibrahim Com. de Celular Me

Advogado:Lauro Franciele Silva Lopes (RO 1005), Rubens Vieira Lopes (RO 273)

SENTENÇA:

O valor do crédito perseguido por meio desta execução é insignificante, não superando sequer aos custos que envolvem a própria demanda. Deveras, o provimento jurisdicional pretendido pela exequente terá um custo fixo com diligências de oficiais de justiça, autuação, publicações, correspondências, etc. que certamente superarão os limites da obrigação que ele pretende ver adimplida. Com efeito, o conceito de interesse de agir está ligado ao binômio necessidade-utilidade. A despeito disso, leio em Cândido Rangel Dinamarco que inexistente interesse de agir quando a “atividade preparatória do provimento custe mais, em dinheiro, trabalho ou sacrifícios, do que valham as vantagens que dele é lícito esperar” (ALVARES, Manoel “et ali”, Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2ª ed., p. 305). Assim, em que pese o direito à percepção do crédito decorrente da(s) CDA(s) que embasa(m) a execução, certo é que o processamento deste processo onera os cofres públicos do Estado, tornando desproporcional a quantia gasta com a tramitação da demanda em relação à prestação exigida. Logo, vislumbra-se que no caso em tela há maior prejuízo ao erário do que proveito, haja vista a equação custo-benefício que poderia ocorrer com o processamento do feito. Demais disso, não se pode perder de vista que o exercício da jurisdição deve sempre levar em conta o interesse de agir, observando-se a utilidade do provimento judicial em relação ao custo social de sua prestação. A propósito do assunto, os seguintes julgados: RECURSO ESPECIAL – PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO – VALOR TIDO COMO IRRISÓRIO – PRINCÍPIO DA UTILIDADE – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – PRECEDENTES DA PRIMEIRA TURMA – PROVIMENTO NEGADO. Não se pode perder de vista que o exercício da jurisdição deve sempre levar

em conta a utilidade do provimento judicial em relação ao custo social de sua preparação. A doutrina dominante tem entendido que a utilidade prática do provimento é requisito para configurar o interesse processual. Dessa forma, o autor detentor de título executivo não pode pleitear a cobrança do crédito quando o provimento não lhe seja útil. O crédito motivador que a Caixa Econômica Federal apresenta para provocar a atividade jurisdicional encontra-se muito aquém do valor razoável a justificar o custo social de sua preparação, bem como afasta a utilidade do provimento judicial. Não necessita de reparos o acórdão recorrido, porquanto acerta quando respeita o princípio da utilidade da atividade jurisdicional, diante de ação de execução fulcrada em valor insignificante, ao passo que este Sodalício acata a extinção do processo em face do valor ínfimo da execução. Precedentes da egrégia Primeira Turma. Recurso especial ao qual se nega provimento. (STJ. 2ª Turma. Resp n. 601356. Rel. Min. Franciulli Netto. DJ. 30/6/2004). EXECUÇÃO FISCAL. ALÇADA. VALOR IRRISÓRIO. A execução fiscal cujo valor não ultrapassa o de alçada denota ausência do interesse de agir, e sua extinção não viola o princípio do acesso ao Judiciário, especialmente quando se constata que as despesas judiciais são superiores ao valor cobrado (TJRO, Apel. Cível n. 100.101.2007.002859-8, Rel. originário: Des. Rowilson Teixeira, Rel. p/ o acórdão: Des. Waltenberg Junior, J.: 25/9/2007). Acrescente-se a isso que a sobrecarga do Poder Judiciário decorre de inúmeras execuções fiscais de valores anti-econômicos o que prejudica o bom andamento das demais ações. Além disso, a própria credora noticiou o desinteresse no prosseguimento da demanda, haja vista o ínfimo crédito existente em seu favor. Acerca do assunto, relevante é o ensinamento de Manoel Álvares (in Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada, ed. RT 1996), segundo o qual “ao invés de carrear recursos para os cofres públicos, inibir a inadimplência e a sonegação, a cobrança de valores irrisórios, congestionam a ‘máquina’ judiciária e prejudica todo o sistema de cobrança da dívida ativa, em prejuízo do interesse público”. Dessarte, carece a exequente de interesse processual, devendo o feito ser extinto. Precedentes: Resp 913.812/ES, 1ª Turma, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, publicado no DJ 24/5/2007 e Resp 601356/PE, 2ª T., Rel. Min. Franciulli Netto, publicado no DJ de 30.06.2004. Isso posto, extingo a execução, o que faço com fundamento no art. 267, VI do CPC. Torno ineficaz eventual constrição realizada nestes autos. Procedo à liberação da restrição judicial que recai sobre o veículo localizado em nome da parte devedora. Por sua vez, anoto que inexistente bloqueio de ativos financeiros porventura existentes em contas de titularidade da parte executada. Outrossim, proceda-se à correção da classe destes autos haja vista tratar-se de execução fiscal. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. P.R.I. Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0005833-34.2010.8.22.0010](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Salvador Luiz Paloni

Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)

Requerido:B. F. B. Leasing S. A. Arrendamento Mercantil

Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)

Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: [0001480-43.2013.8.22.0010](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Expresso Nacional Ltda

Advogado:Sílvio Vieira Lopes (OAB/RO 72B)

Requerido:Antonio Marcos dos Santos

Custas Judiciais; Autor:

Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 15,61, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: [0004960-97.2011.8.22.0010](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Boasafrá Comércio e Representações Ltda

Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)

Executado:Nilton Alves Chalegra

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Trata-se de execução extrajudicial por meio do qual BOASAFRA COM. E REPRES. LTDA objetiva o recebimento de valor que lhe é devido por NILTON ALVES CHALEGRA, decorrente de título de crédito vencido e não pago.O devedor foi devidamente citado (f.31). A tentativa de bloqueio de ativos financeiros, via Bacenjud restou inexitosa. De igual forma também não houve a localização de veículo pelo sistema RENAJUD em nome da parte devedora. A parte exequente pediu a suspensão do processo (fls. 44), visando localizar bens da executada.A tentativa de localização de semoventes em nome do devedor, bem como a quebra de sigilo fiscal, restaram negativas (fls.46 e 58/59).Deveras, ao compulsar os autos restou evidente que todas as tentativas realizadas para localizar bens do devedor já foram feitas no curso desta demanda, sendo todas elas inexitosas.Dessarte, o título executivo é do ano de 2009 (f.13), e a ação tramita desde o ano de 2011 sem resultado eficaz. Em verdade, execução mostrou-se, até agora, frustrada pela não localização de bens da parte devedora.Logo, considerando a vedação legal e jurisprudencial da extinção do processo executivo quando da não localização de bens, arquivem-se os autos, sem baixa.Localizados bens da devedora ou escoado o prazo prescricional, desarquivem-se os autos.Movimente-se como processo sobrestado por execução frustrada e arquivado sem baixa.Se requerido, expeça-se certidão informando o valor do crédito e sua natureza, tudo para fins de protesto.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0005310-17.2013.8.22.0010](#)

Ação:Carta Precatória (Cível)

Autor:Ministério Público Federal

Advogado:Procurador Federal (. 00)

Requerido:Ivo Narciso Cassol

Advogado:Adão Turkot (OAB/RO 2933), Ernandes Viana de Oliveira (OAB/RO 1357)

DESPACHO:

Considerando a solicitação do perito (f. 96), nomeio os Oficiais de Justiça Cleiton Felipe Costa e Eliezer Fernandes de Medeiros para acompanharem e assistirem o Sr. Paulo Bregalda nos atos que serão realizados nos dias 18 e 19 de março de 2014, cabendo a cada Oficial de Justiça o valor correspondente a uma diligência composta rural. Considerando

que existe a quantia de R\$41.125,09 depositada nos autos, autorizo o perito a fazer a atualização monetária dos honorários já propostos (correção monetária, sem juros).Comuniquem-se: Justiça Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, advogados dos réus, o perito e os Oficiais de Justiça incontinenter.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0003584-42.2012.8.22.0010](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Techio & Silva Ltda - Me

Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)

Requerido:Industria de Madeiras Glowatzki Ltda

Advogado:Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)

SENTENÇA:

Retifique-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.A parte exequente requereu a extinção do feito, não tendo mais interesse em seu prosseguimento (f.41). Logo, resta caracterizada a desistência da execução.Iso posto, julgo extinta a execução, nos termos do art. 475-R c/c art. 569, ambos do Código de Processo Civil. Registro que procedi à liberação da restrição judicial que recaía sobre o veículo da parte devedora. Se requerido, expeça-se certidão informando o valor do crédito e sua natureza.Sem ônus. P.R.I.Após o trânsito em julgado desta DECISÃO e procedidos os atos decorrentes, arquivem-se os autos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0002998-68.2013.8.22.0010](#)

Ação:Embargos à Execução

Embargante:João Carlos da Costa

Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo (OAB/RO 3181)

Embargado:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo

Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111111)

DECISÃO:

Ao embargado para resposta, na forma e prazos legais.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0002866-11.2013.8.22.0010](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Alice Scheidegger de Almeida

Advogado:Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB-RO 2245)

Requerido:Banco Itaú S/A, Mastercard Brasil S/C Ltda

Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111111)

DECISÃO:

Processe-se pelo rito sumário, conforme preceitua o art. 275, I, do Código de Processo Civil.Esta demanda comporta, em tese, conciliação entre as partes (meio alternativo de solução e composição de conflitos).Logo, nos termos da Resolução n. 8/2013-PR (DJe 98/20013, 29/5/2013), encaminhem-se os autos ao CEJUSC ? CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA para designar e realizar audiência de conciliação; intimar as partes e seus patronos, Ministério Público, Defensoria Pública (se necessário) para o(s) ato(s) processual(ais) vindouros, praticando ainda a Secretaria outros atos ordinatórios.Com efeito, ficam autorizados os servidores

do CEJUSC a praticar todos os atos ordinatórios necessários às suas funções, nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal; art. 162, § 4º do CPC; arts. 124 e 125 das Diretrizes Gerais Judiciais, independentemente de prévio DESPACHO judicial. Advirta a parte requerida quanto aos termos dos arts. 277 usque 281 do CPC. Intime-se a parte autora para comparecer à solenidade designada, por meio de seu(s) advogado(s), via DJ. Cite-se a parte requerida com as advertências legais, bem como intime-a para comparecimento na audiência designada. Expeça-se o necessário. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0001392-05.2013.8.22.0010](#)

Ação: Execução de Alimentos

Exequente: D. J. B. O. D. H. B. de O.

Advogado: João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)

Executado: H. C. de O.

Advogado: Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

De acordo com o recibo de protocolamento anexado aos autos, houve a implementação, por meio eletrônico, via sistema Bacenjud, da indisponibilidade (bloqueio) de ativos financeiros depositados em conta bancária da parte executada, conforme extrato anexo. Assim, convolo esse bloqueio em penhora, servindo esta DECISÃO como termo de penhora. Registro ainda que, nos termos do art. 655-A, § 2º, do CPC, compete à parte executada comprovar que a(s) quantia(s) depositada(s) em conta corrente refere(m)-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 do CPC, ou que está(ão) revestida(s) de outra forma de impenhorabilidade. Intime-se a parte executada, acaso haja comparecido nos autos constituindo patrono. Decorrido in albis o prazo para o oferecimento de embargos, certifique-se e, em seguida, expeça-se alvará em favor do credor ou de seu advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto. Desde já fica autorizada a transferência acaso haja informação do número de conta. Após, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender oportuno devendo, nessa oportunidade, apresentar o valor atualizado do débito, deduzida a importância já recebida. Ao Ministério Público. Somente então, tornem-me os autos conclusos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0000736-48.2013.8.22.0010](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Aiumi Oliveira Yamada

Advogado: Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615)

Requerido: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado: Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Processe-se pelo rito sumário, conforme preceitua o art. 275, I, do Código de Processo Civil. Esta demanda comporta, em tese, conciliação entre as partes (meio alternativo de solução e composição de conflitos). Logo, nos termos da Resolução n. 8/2013-PR (DJe 98/20013, 29/5/2013), encaminhem-se os autos ao CEJUSC ? CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA para designar e realizar audiência de conciliação; intimar as partes e seus patronos, Ministério Público, Defensoria Pública (se necessário) para o(s) ato(s) processual(ais) vindouros, praticando ainda a Secretaria outros atos ordinatórios. Com efeito, ficam autorizados os servidores

do CEJUSC a praticar todos os atos ordinatórios necessários às suas funções, nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal; art. 162, § 4º do CPC; arts. 124 e 125 das Diretrizes Gerais Judiciais, independentemente de prévio DESPACHO judicial. Advirta a parte requerida quanto aos termos dos arts. 277 usque 281 do CPC. Intime-se a parte autora para comparecer à solenidade designada, por meio de seu(s) advogado(s), via DJ. Cite-se a parte requerida com as advertências legais, bem como intime-a para comparecimento na audiência designada. Expeça-se o necessário. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0066812-98.2006.8.22.0010](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Requerente: A. S. L.

Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Sandra Maria Feliciano da Silva (RO 597)

Requerido: C. F. N.

Advogado: Advogado não informado (RO 2222222)

DECISÃO:

Trata-se de cumprimento de SENTENÇA por meio do qual ÁTIMO SOFTWARE LTDA objetiva receber quantia decorrente de título executivo judicial de CLODOALDO FERMINO NUNES. A tentativa de bloqueio de ativos financeiros, via Bacenjud restou inexitosa. De igual forma também não houve a localização de veículo, via Renajud, em nome da parte executada. Devidamente intimada, a parte exequente pugnou pela expedição de certidão para fins de protesto (fls.637). Deveras, todas as tentativas realizadas para localizar bens do devedor já foram feitas no curso desta demanda, sendo todas elas inexitosas. Dessarte, a ação tramita desde o ano de 2006 sem resultado eficaz. Em verdade, a execução mostrou-se, até agora, frustrada pela não localização de bens da parte devedora. Logo, considerando a vedação legal e jurisprudencial da extinção do processo executivo quando da não localização de bens, arquivem-se os autos, sem baixa. Localizados bens da parte devedora ou escoado o prazo prescricional, desarquivem-se os autos. Movimente-se como processo sobrestado por execução frustrada e arquivado sem baixa. Como requerido, expeça-se certidão informando o valor do crédito e sua natureza para fins de protesto, sob responsabilidade do exequente. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0005780-82.2012.8.22.0010](#)

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Orion Comércio de Motos Ltda

Advogado: Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)

Executado: Luiz Vicente Gomes

Advogado: Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Expeça-se MANDADO de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito, observando preferencialmente o(s) bem(ns) restritos a f.35, e o indicado pelo credor a f.36, devendo, o Sr. Oficial de Justiça, na mesma oportunidade, intimar a parte executada para, querendo, oferecer impugnação, no prazo e com as advertências legais. Deverá, ainda o Sr. Oficial de Justiça, observar a disposição inserta nos arts. 649 e 655, § 2º, ambos do CPC. Após, decorrido o prazo

sem o oferecimento de embargos, certifique-se e, em seguida, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito devendo, nessa oportunidade, manifestar eventual interesse na adjudicação do(s) bem(ns) porventura penhorado(s) nestes autos. Somente então, tornem-me os autos conclusos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0047816-28.2001.8.22.0010](#)

Ação: Execução Contra a Fazenda Pública

Exequente: Larrúbia Daviane Huppers

Advogado: Larrúbia Daviane Huppers (OAB/RO 3496)

Executado: Fazenda Nacional

Advogado: Procurador da Fazenda Nacional Pfn Ro (OAB 00000)

SENTENÇA:

Trata-se de cumprimento de SENTENÇA por meio do qual o credor objetiva o recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em seu favor. Intimada no procedimento executório, a parte devedora opôs embargos à execução, o qual foi rejeitado por este Juízo (f. 110). Diante disso, houve a expedição de RPV para o adimplemento da obrigação em quantia correspondente ao débito apresentado pela parte exequente, cuja quantia correspondente a esse pagamento foi devidamente depositada nos autos e já levantada, conforme se observa às fls. 122/125. Ora, o depósito realizado é suficiente para o adimplemento integral da obrigação, haja vista o valor do débito apresentado pela parte credora naquela ocasião. Demais disso, houve o recebimento da quantia depositada sem qualquer insurgência pela parte exequente. Desse modo, tendo em vista que o depósito foi suficiente para a quitação do valor da dívida apresentada à época e, assim sendo, a extinção da execução é medida que se impõe, sob pena do feito tramitar por anos a fio. Isso posto, dou por satisfeita a obrigação exigida por meio desta demanda, razão pela qual extingo a execução, o que faço com fundamento no art. 794, I, do CPC. Sem custas processuais. P.R.I. Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0018684-52.2003.8.22.0010](#)

Ação: Cumprimento de SENTENÇA

Exequente: Silva & Maria Lemos Ltda

Advogado: João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)

Executado: Classitel Editora e Listas Ltda

Advogado: Advogado não informado (RO 2222222)

DESPACHO:

Intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito, observando pedidos já analisados por este juízo. Somente então, tornem-me os autos conclusos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0002152-51.2013.8.22.0010](#)

Ação: Divórcio Consensual

Requerente: J. M. da S. D. V. F.

Advogado: Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882)

SENTENÇA:

JUVENAL MARQUES DA SILVA e DÉBORA VIEIRA FERREIRA SILVA, ambos qualificados nos autos, ingressaram em juízo

com pedido de dissolução do vínculo matrimonial por meio do divórcio. Segundo os interessados, desta relação adveio o nascimento de uma filha, menor impúbere. Na constância do matrimônio o casal adquiriu bens móveis e imóveis. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela decretação do divórcio do casal e pela homologação do acordo celebrado pelas partes quanto ao patrimônio, guarda, alimentos e visitas do infante. Eis o breve relatório. A DECISÃO. Nos termos do § 6º do art. 226 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, não sendo mais exigido períodos de carência no caso de separação judicial ou de fato. A rigor, a liberdade de escolha prevalece não só na constituição e na manutenção, mas também na extinção da entidade familiar. Deveras, nos termos da teoria da deterioração factual, a ninguém é dado restringir ou impor a existência ou permanência de uma entidade familiar, muito menos ao Estado. Isso posto, nos termos do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, c/c art. 1.571, IV e § 1º e art. 1.582, ambos do Código Civil, decreto o divórcio dos requerentes JUVENAL MARQUES DA SILVA e DÉBORA VIEIRA FERREIRA SILVA, já qualificados nos autos, e, como consequência, declaro dissolvido o casamento válido havido entre eles. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja: DÉBORA VIEIRA FERREIRA. Outrossim, homologo o acordo entabulado entre as partes, cujos termos encontram-se definidos às fls. 4 e 48/51. Uma vez que o casamento foi registrado nesta comarca, sirva-se a cópia desta SENTENÇA como MANDADO de averbação (art. 67, parágrafo único, das DGJ). Sem custas processuais finais. Custas da averbação e expedição da nova certidão pelos interessados. Expeça-se o necessário. P.R.I. Oportunamente arquivem-se os autos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: [0000789-92.2014.8.22.0010](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Odilon Osório da Silva

Advogado: Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado: Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

Tramite-se o feito pelo rito ordinário. O pedido de antecipação de tutela será analisado futuramente. Cite-se o INSS por meio de correspondência (carta registrada) ou mediante vista dos autos (TCT n. 8). Em caso de citação por correspondência, desnecessário é o encaminhamento de todos os documentos que instruem a inicial, já que os Procuradores do INSS poderão ter livre acesso aos autos. Com efeito, o c. STJ já firmou o entendimento segundo o qual, nas comarcas onde não houver escritório de representação judicial da Autarquia Federal, nada impede que a sua citação ou intimação sejam promovidas na forma do art. 237, II, do CPC, isto é, por carta registrada. Aliás, sobre o tema, os seguintes julgados: TRF1, 2ª Turma, AC 200201990097756, rel. Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva, j. em 11/9/2006; AC 2003.01.99.003775-4. Registre ainda que a inépcia da inicial só se configura nos casos previstos no art. 295, parágrafo único, do CPC. Logo, inexistente obrigatoriedade de estar o MANDADO de Citação ou a Carta Precatória Citatória acompanhados de cópia dos documentos que instruem a petição inicial. Não se pode confundir a notificação da ação de MANDADO de Segurança, Lei n. 1.533/51, art. 7º, I, com a citação do procedimento comum (TRF1, 2ª Turma,

AC 9301237113, rel. Juiz Jirair Aram Meguerian, j. 26/02/1998). Após, com a apresentação de contestação com preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo legal. Caso contrário, certifique-se e, em seguida, tornem-me conclusos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000814-08.2014.8.22.0010

Ação: Monitória

Requerente: E.J. Prior & Cia Ltda Me

Advogado: Mahira Waltrick Fernandes (OAB/RO 5659)

Requerido: Juraci Claro de Souza

Advogado: Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

1. Cite-se o réu para que no prazo de quinze dias pague a quantia ora requerida, podendo, em igual prazo oferecer embargos, sendo que, se estes não forem opostos, o MANDADO inicial ficará automaticamente convertido em MANDADO de execução, o que deverá ser certificado pela escrivania, prosseguindo-se de imediato e sem qualquer DECISÃO deste magistrado, pelo rito processual previsto no Livro II, título II, capítulo IV, do Código de Processo Civil. 2. Saliente-se ao réu que, em efetuando o pagamento, ficará isentos das custas processuais e honorários advocatícios (arts. 1.102a a 1.102c, do CPC), mas, na hipótese de embargos, desde já, arbitro os honorários advocatícios provisórios em 15% sobre o valor da causa, inclusos nestes os da ação monitória. 3. Havendo a conversão em execução, sem resistência (item 1), para o pronto pagamento, fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito, majorando-se nas demais hipóteses. 4. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000834-96.2014.8.22.0010

Ação: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Julio César Rocha de Souza

Advogado: Cleodimar Balbinot (MT 9939)

Executado: Eula de Caldas Serralbo

DECISÃO:

Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do MANDADO, o oficial de justiça deverá proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Arbitro os honorários advocatícios em R\$ 5.000,00. Com efeito, para a fixação de honorários advocatícios em ação de execução, inexistente falar em vinculação a percentuais (§ 3º, do art. 20 do CPC). Nesse sentido, TJRO, Ag. Inst. 100.018.2007.000526-2, rel. Des. Miguel Mônico, j. em 30/5/2007. No que se refere ao valor desses honorários, assevera o professor Antonio Cláudio Costa Machado que "[...] a ?apreciação equitativa? significa liberdade (por isso não se aplica o § 3º) e não modicidade (a nova redação deste § 4º é decorrente da Lei n. 8.952/94)? (in Código de processo civil interpretado, Manole, 6ª ed., 2007, pág. 33). No caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 dias, a verba honorária será reduzida pela metade. Não encontrando o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem

para garantir a execução. Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o devedor três vezes em dias distintos; não o encontrando, certificará o ocorrido. SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Antônio Pereira Barbosa

Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da

infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO

E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0043838-04.2005.8.22.0010

Ação: Execução Fiscal

Exequente: Fazenda Nacional

Advogado: Procurador da Fazenda Nacional ()

Executado: Antônia Francisca de Souza - ME

Advogado: Advogado não informado (RO 2222222)

DESPACHO:

1) DEFIRO, em parte (fl. 104). Atento à ordem do art. 655 do CPC e ao princípio da realidade da execução, pelo qual o credor tem o direito de ser satisfeito o mais brevemente possível, foi procedida nova tentativa de penhora on line (negativa fl. 104, v). 2) De igual modo, foi tentada penhora de veículos junto ao sistema RENAJUD, também negativa (vide fl. 100, v). 3) A localização de bens e sua indicação à penhora competem ao Credor/Exequente, pois afinal é no interesse do mesmo que o processo executivo corre (vide art. 612 do CPC) e não ao Juízo, que exerce atividade secundária à da parte neste caso. Neste sentido, entendimento do E. TJRO: Data de distribuição: 22/09/2009 Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa DECISÃO: ?por UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AORECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Ementa: Execução. Diligências. Interesse da parte. As diligências a serem promovidas no interesse da parte Exequente cabem, em princípio, ao seu patrono, que deve esforçar-se para levá-las a efeito. A expedição de ofício por parte da autoridade judiciária só deve ser feita de maneira suplementar, quando as circunstâncias revelam a evidente necessidade do uso de MANDADO judicial na constrição dos bens. (Diário da Justiça n.º 218, de 25/11/2009, p. 92). No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em inúmeras decisões: PROCESSO CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA - BEM DE FAMÍLIA - PROVA - INTIMAÇÃO DO CÔNJUGE NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO - DESNECESSIDADE. 1. É do credor a responsabilidade pela localização de bens penhoráveis do devedor (...) REsp 1026276 / PB RECURSO ESPECIAL 2008/0021877-6 Ministra ELIANACALMON (1114) Corroborado pelo AgRg no Ag 496398 SP, AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO 2002/0170400-2, Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108), DJ 15/09/2003 p. 317.4) Devem ser priorizados os processos

com alguma chance de êxito.5) Como até hoje o Exequente nada fez para localizar bens dos Executados, descumprindo sua parte no feito, SUSPENDA-SE por um ano, sem baixa e sem transcurso do prazo prescricional (art. 40 da LEF). Transcorrido o prazo acima, deverá a Exequente indicar bens dos Executados, para que seja possível a penhora, e o valor da dívida atualizado. Também deverá quanto ao resultado da tentativa de penhora on line e sistema RENAJUD, requerendo o que entender de direito. Intime-se. Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 5 de março de 2014. Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006116-23.2011.8.22.0010

Ação:MANDADO de Segurança

Impetrante: Elizeu Vital, Vagner Miranda Lopes, Cicero Silva da Costa, Ailson de Jesus Silva, Klewerson José de Almeida Garcia, Clodoaldo da Silva Matos, João Batista Cardoso, Luciano Ossuna de Melo, Ailso Gomes Vieira, Jonas Luiz Cardoso, Leandro Ribeiro Rosa, Romildo Alves Cabral, Oséias Pereira da Silva, Elaine Cristina da Silva, Estevão Andrew de Oliveira Miranda, Rosineide Eller Ossuma de Melo, Lindomar Zanolli, Ronaldo da Silva Xavier, Renilson Ferreira dos Santos, Reginaldo Xavier da Silva, Adalto Cabral, Eronildo Alves Cabral, Cícero Ferreira Nunes, Luciano Ferreira Silva, Celso Siqueira Campos, Milvane Paulino de Souza, Valmir José de Moraes, Odair José Bastos, Gelson Batista Guimarães, José Ailton de Lacerda, Vantuil Ludtke, Elias Pereira Santana, Valdecir da Rosa, Ester Silva da Fonseca

[illegible]

Impetrado: Prefeito Municipal de Rolim de Moura/RO

Advogado:Procurador do Município de Rolim de Moura (000)
DECISÃO:

1) As custas calculadas não foram recolhidas, mesmo intimados. Isso justifica a tomada de providências por parte do Poder Judiciário, evitando outras lides. Aliado a isso, devem ser cumpridas as Metas 02 e 03/2010 e 03/2011, todas do CNJ, que determinam a redução de executivos fiscais em até 20% ao ano, sem contar que devem ser sentenciados/extintos mais processos que ingressam e a todo momento recebemos cobranças neste sentido, com inúmeros relatórios, sistemas, etc. (Meta 2: julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31

de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Meta 3: reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009). Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal).E quem não cumpre as metas é divulgado como inoperante ou não efetivo estatisticamente, pois é comum dizer ?o tribunal X cumpriu n% das metas?... ou ?o tribunal Z foi o que menos cumpriu as metas?E não custa dizer que a cada dia temos cada vez mais processos (aumento entre 35 a 40% na demanda, comparando-se os anos de 2010 e 2011) e menos funcionários e estrutura. Cumprir estas metas é uma ?equação? que não fecha: TEMOS CADA VEZ MAIS PROCESSOS PARA JULGAR, MAS CADA DIA COM MENOR ESTRUTURA E MENOS FUNCIONÁRIOS (vide, por ex. vide, por ex. Portaria n. 0135/2012-PR, publicada no DJ de 15/02/2011, p. 1; Portaria n. 0622/2012-PR, Diário da Justiça de 11/07/012, p. 02 e Portaria n. 0459/2012-SA, publicada no DJ de 14/03/2012, p. 103). Em contraposição à menor estrutura, MANDA-SE SENTENCIAR MAIS LIDES DO QUE INGRESSAM E REDUZIR EXECUTIVOS FISCAIS em até 20% ao ano, valor muito grande, pois seria 1/5 de todas Execução Fiscal que tramitam. TUDO É REDUÇÃO E ?BAIXAR NÚMEROS?. Isso ocasiona excesso processual, cobrança de todos segmentos da sociedade, justificando a tomada de medidas mais enérgicas para andamento processual o mais rápido possível, em cumprimento às determinações acima. Considero, também a opinião do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Jorge Mussi o qual adverte que a sociedade brasileira está “perdendo a paciência” com o Judiciário (<http://www.espacovital.com.br/noticia-26742-ministro-do-stj-adverte-que-sociedade-brasileira-esta-perdendo-paciencia-judiciario>). Ou seja, todas providências para agilidade devem ser adotadas, cumprindo o que determinam o CNJ e Superior Tribunal de Justiça. Aliados aos fatores acima, esta DECISÃO é tomada tendo em vista o OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG, determinando maior rigor na cobrança de custas e emolumentos, tanto no foro judicial como extrajudicial.Considero, também, que não ser nem sensato inscrever as custas em Dívida Ativa Estadual, ocasionando mais danos e prejuízos ao Estado, gerando uma nova Execução Fiscal, em especial quando o juízo tem meios muito mais ágeis para fiscalizar a cobrança das custas, um simples comando junto ao BACEN.Um novo processo acarreta inúmeros custos e provoca danos a todos jurisdicionados que realmente necessitam do Poder Judiciário e não têm como pagar as custas, o que não se apresenta no caso dos autos, DIVERSOS AUTORES, em litisconsórcio. Desta forma, devem ser utilizados todos meios para que o processo tenha andamento mais rápido (cumprindo o art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal). Para isso, como garantia do feito e integral cumprimento das obrigações, foi feita busca de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD (fl. 219, verso) para recolhimento das custas.Portanto, em cumprimento do art. 1.º, c, das DJG, OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG, art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal e para mais rápida solução da lide, foi procedida restrição on line do valor das custas.Utilize-se o valor constrito para recolher as custas. OFICIE-SE à Caixa Econômica Federal para este fim.Se for

apresentado recurso ou outro expediente, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais). Cumpridos, arquivem-se. Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 5 de março de 2014. Jeferson Cristi Tessila de Melo Juiz de Direito
Heloisa Gonçalves Dias
Diretora de Cartório

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000209-04.2010.8.22.0010
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adilson Ferreira Nobre
Advogado: Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A), Joanito Vicente Batista (OAB/RO 2.363)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA:
Trata-se de Execução de Título Judicial contra a Fazenda Pública (art. 730 do CPC). O Autor recebeu seu crédito, conforme informação de fl. 121, assim como seu Advogado (fl. 116). Ante o exposto, extingo este processo com fulcro no art. 794, I do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Intime-se na pessoa dos procuradores constituídos, via DJe. Dispensada intimação pessoal das partes, por medida de economia, pois apenas uma diligência custa cerca de R\$ 80,00 aos cofres públicos e porque não terão prejuízos. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se. Rolim de Moura, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000879-03.2014.8.22.0010
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Valdeir Tomaz de Almeida
Advogado: Mahira Waltrick Fernandes (OAB/RO 5659)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO:
RECEBO a inicial. Custas ao final, pelo vencido, tendo em vista a natureza da causa e quantidade de ações envolvendo pagamento do seguro DPVAT, sendo que boa parte das ações propostas não tem fundamento e apenas abarrotam o Poder Judiciário quando deveriam ser resolvidas administrativamente. Cite-se e intime-se, por Carta A.R., para querendo, contestar, sob pena de revelia e seus efeitos. Desde já, DETERMINO que a Requerida junte o procedimento administrativo relativo ao sinistro destes autos e comprovantes de pagamento da indenização securitária, pois não foram juntados pela parte Autora na íntegra. Fica o Requerente intimado, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das DGJ) mediante a publicação desta no DJe. Rolim de Moura, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004267-16.2011.8.22.0010
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jacira Alves dos Santos Lobato
Advogado: Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
Considerando que o Patrono da Autora (Dr. Edson Luiz Rolim) faleceu recentemente, fato notório nesta Comarca (vide <http://rolnews.com.br/index.php?pag=noticia-ler&id=12178>). INTIME-SE a parte Autora, no endereço informado a fl. 134, VIA CARTA ARMP para, no prazo de 10 (dez) dias: a) constituir novo Procurador. b) Comparecer no Fórum com seus documentos pessoais e retirar o alvará. Publique-se no DJe. Aguarde-se. Rolim de Moura, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0016660-41.2009.8.22.0010
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Auto Posto Rolim de Moura Ltda
Advogado: Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido: Claudinei Teixeira da Luz
Advogado: Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)
DECISÃO:

Transitado em julgado a SENTENÇA de fls. 42/43, o Autor (condenado pela inércia) não pagou as custas finais. Neste caso em que o Autor (AUTO POSTO ROLIM DE MOURA LTDA) é a maior rede de postos desta Comarca não é nem um pouco razoável não pagar as custas, ainda mais com o singelo valor de R\$ 126,01. Apenas uma citação num processo novo já alcançaria parte deste valor. Considero, também, que não ser nem sensato inscrever as custas em Dívida Ativa Estadual, ocasionando danos e prejuízos ao Estado, gerando uma nova Execução Fiscal, em especial quando o juízo tem meios muito mais ágeis para fiscalizar a cobrança das custas, um simples comando junto ao BACEN. Um novo processo acarreta inúmeros custos e provoca danos a todos jurisdicionados que realmente necessitam do Poder Judiciário e não têm como pagar as custas, o que não é o caso do Auto Posto Rolim de Moura, obviamente. Considere-se, por fim, que este processo tramita há mais de 5 anos, sem que o Autor cumpra os provimentos jurisdicionais, ocasionando atraso processual injustificado. A diretriz do OFÍCIO CIRCULAR 072/2012/DECOR-CG, de 26/06/2012, recomenda rigor na fiscalização e cobrança de custas e emolumentos judiciais. Portanto, em cumprimento do art. 1.º, c, das DJG, do OFÍCIO CIRCULAR 072/2012/DECOR-CG, de 26/06/2012 e para mais rápida solução da lide e arquivamento do feito, foi procedida penhora on line do valor das custas finais (R\$ 126,01). INTIMEM-SE o Exequente (por A.R. e mediante publicação no Diário da Justiça, na pessoa de seu Patrono) quanto ao valor penhorado visando a quitação das custas judiciais. Não havendo impugnação, utilize-se o valor constricto para recolher as custas. OFICIE-SE à Caixa Econômica Federal para este fim, devendo levantar o saldo disponível nas contas de fl. 49 com todas as correções e quitar o boleto, encerrando as contas, comprovando as transações nos autos em 5 dias. Se for apresentado recurso ou outro expediente, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos. Cumpridos, arquivem-se. Ficam as partes intimadas, por meio de seus procuradores, com a publicação desta no Diário da Justiça (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais). Rolim de Moura, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Heloisa Gonçalves Dias
Diretora de Cartório

COMARCA DE VILHENA**1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL**

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

COMARCA DE VILHENA

JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI

DIRETORA DE CARTÓRIO: ELISMARA DE BRIDA MARTINS
- CADASTRO 002908-4

Proc: 1002084-43.2011.8.22.0014

Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)

Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Interessado (Parte Ativa))

Foster Transportes Ltda(Autor do fato), Mario da Mota Paz(Autor do fato), Marcio Rodrigo Arce Foster(Autor do fato)

Advogado(s): Corina Fernandes Pereira(OAB 2074 RO)

Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Interessado (Parte Ativa))

Foster Transportes Ltda(Autor do fato), Mario da Mota Paz(Autor do fato), Marcio Rodrigo Arce Foster(Autor do fato)

Advogado(s): Corina Fernandes Pereira(OAB 2074 RO)

Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(30 Dias)

Por força e em cumprimento ao r. DESPACHO do MM. Juiz de Direito deste Juízo, fica Vossa Senhoria, pelo presente, INTIMADO para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento, abaixo mencionada, na Sala de Audiências do Juizado Especial Criminal;

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO:

21 de maio de 2014, às 10 horas.

AUTOS: 1002084-43.2011.8.22.0014 Processo Virtual

AÇÃO: Termo circunstanciado - Auto de Infração n. 708016/D/IBAMA

TIPIFICAÇÃO: Ambiental

AUTOR: Ministério Público

AUTOR(ES) DO FATO: FOSTER TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 10.886.284/0001-19, com endereço à Avenida Aracaju, n.1242, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, ou Rua Argemiro Fontoura, n. 2131, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade e comarca de Ji-Paraná/RO, na pessoa de seu representante legal; e MÁRIO MOTTA PAZ, brasileiro, podendo ser encontrado, à Rua Castanheira, n. 1930, Setor 01, na cidade e comarca de ARIQUEMES-RO.

Advogado(a): Dr^a Corina Fernandes OAB/RO 2074 com endereço à Avenida Fortaleza, n. 2222, Setor 03, na cidade e comarca de Ariquemes/RO;

Vilhena-RO, 21 de fevereiro de 2014.

(a.) Elismara de Brida Martins

Diretora de Cartório Cad. 2908-4

Assina por ordem do MM. Juiz de Direito.

Proc: 1000107-16.2011.8.22.0014

Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)

Ministério Público-NBO(Interessado (Parte Ativa))

Júnior Storto(Autor do fato)

Advogado(s): Cristiane Tessaro(OAB 1562 RO), OAB:654-A RO

Ministério Público-NBO(Interessado (Parte Ativa))

Júnior Storto(Autor do fato)

Advogado(s): Cristiane Tessaro(OAB 1562 RO), OAB:654-A RO

Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(30 Dias)

Por força e em cumprimento ao r. DESPACHO do MM. Juiz de Direito deste Juízo, fica Vossa Senhoria, pelo presente, INTIMADO para comparecer à Audiência abaixo mencionada, na sala de Audiência deste Juizado Especial Criminal, fazendo-se o Autor do Fato acompanhar de Advogado, ocasião em que deverá comparecer acompanhado de até 03 (três) testemunhas de defesa, independentemente de intimação.

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO:

31 de março de 2014, às 11 horas.

AUTOS:-16.2011.8.22.0014 Processo Virtual

Ação: Termo circunstanciado n. 269/2010

Tipificação: ambiental

Capitulação: Art. 46, § único da Lei 11.605/98

AUTOR(ES) DO FATO: JUNIOR STORTO, brasileiro, comerciante, portador do RG n. 881856-SSP/RO, CPF n. 824.269.372-20, nascido em 16/02/1085, filho de Lúcio Dejar Storto e Marlene de Oliveira, com último endereço informado à Avenida José do Patrocínio, n. 2735, Apto 02, Centro, nesta cidade e Comarca de Vilhena/RO. Vilhena-RO, 21 de fevereiro de 2014.

(a.) Elismara de Brida Martins

Diretora de Cartório - Cad. 002908-4

Assina por ordem do MM. Juiz de Direito.

Proc: 1001710-90.2012.8.22.0014

Ação: Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)

Delegacia de Polícia Civil de Vilhena-RO(Autor)

Adenilson Aurelio Scheiffer(Autor do fato)

Delegacia de Polícia Civil de Vilhena-RO(Autor)

Adenilson Aurelio Scheiffer(Autor do fato)

Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(30 Dias)

Fica(m), através do presente, o(s) autor(e)s do fato: ADENILSON AURÉLIO SCHEIFFER devidamente intimado(s) da r. SENTENÇA prolatada nestes autos dia 09 de agosto de 2013, contida no movimento n. 38, cujo tópico final segue transcrito:

SENTENÇA: (...) Isto posto, e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para CONDENAR, como de fato condeno o réu ADENILSON AURELIO SCHEIFFER, qualificado nos autos, nas penas do art. 311 do Código de Trânsito Brasileiro, consoante imputação inicial. Passo a seguir a dosar a pena. Atendendo às circunstâncias do art. 59 do Código Penal, verifico que o réu registra antecedentes criminais. No entanto, o trânsito em julgado de tal SENTENÇA deu-se em data posterior ao fato aqui apurado, razão pela qual não deve ser considerada. Nada há que se valorar acerca da sua conduta social. Inexistem maiores elementos acerca da personalidade. O motivo, as circunstâncias e as consequências são inerentes ao tipo, não apresentando particularidades a serem consideradas. Portanto, diante das circunstâncias

expostas, FIXO A PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL, ou seja, 06 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO. Não existem circunstâncias atenuantes e nem agravantes, bem como inexistem causas de aumento ou de diminuição, razão pela qual mantenho a pena acima aplicada, tornando-a definitiva em 06(SEIS) MESES DE DETENÇÃO. O réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada no regime aberto. De acordo com o constante no art. 44 do Código Penal, bem como por entender que a medida se mostra socialmente recomendável, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, consistente na prestação de serviço à comunidade pelo período da pena aplicada, na proporção de 1 (uma) hora por dia de condenação. O local a ser cumprido a pena substitutiva será estabelecido por ocasião da audiência admonitória. Assim, transitada em julgado a SENTENÇA, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e proceda-se às anotações, baixas e comunicações necessárias, bem como, expeça-se o necessário para fins de Execução Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena, 09 de agosto de 2013. ^a Gilberto José Giannasi. Juiz de Direito.

AUTOS:-90.2012.8.22.0014 Processo Virtual

Ação: Termo circunstanciado n.351/2012

Tipificação: DIREÇÃO PERIGOSA

Capitulação: art. 311 do CTB

AUTOR(ES) DO FATO: ADENILSON AURELIO SCHEIFFER, brasileiro, solteiro,, RG 1131515 SSP/RO, nascido aos 28 de agosto de 1991, natural de Ipiranga/PR, filho de Adinor José Scheiffer e Maria Glaci da Silveira Scheiffer, com último endereço conhecido à Rua 737, n. 1893, Bairro Cristo Rei, nesta cidade e Comarca de Vilhena/RO.

Vilhena-RO, 24 de fevereiro de 2014.

(a.) Elismara de Brida Martins

Diretora de Cartório - Cadastro 002908-4.

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Juíza: Liliane Pegoraro Bilharva

Escrivão: Lorival Dariu Tavares

vha2criminal@tj.ro.gov.br

Proc.: 0010930-03.2010.8.22.0014

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)

Denunciado:Fabrício Rodrigo Loviski Pilz

Advogado:Armando Krefta (OAB/RO 321B)

SENTENÇA:

Vistos.FABRÍCIO RODRIGUES LOVISKI PILZ, qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 303, parágrafo único c/c artigo 302, parágrafo único, I e artigo 304, todos da Lei 9.503/97 (CTB), na forma do artigo 69 do Código Penal.No dia 18/08/2010, por volta da 19h30min, na estrada 05, frente a Chácara Risadinha, Bairro Embratel, nesta cidade e comarca de Vilhena, o réu praticou lesões

corporais na vítima Maria Ferreira da Costa, que trafegava pela via publica, em uma bicicleta Ceci, consoante faz prova o laudo de exame de corpo delito.A denúncia foi recebida em 05.08.2013 (fl. 58).Citado (fl. 67), o réu apresentou defesa preliminar (fls. 61/64).Durante a instrução foram ouvidas quatro testemunhas e procedido o interrogatório do réu (fls. 76/78). Em alegações finais, o Ministério Público postulou a condenação do réu nos estritos termos da denúncia (fls. 79/83).A Defesa, por sua vez, pediu a improcedência da denúncia, com o fim de absolver do réu.Vieram para os autos os antecedentes criminais (fls. 89/90).É o breve relatório. Passo a decidir.Registre-se primeiramente que o réu não faz jus ao benefício da suspensão condicional da pena, a uma porque a soma das penas mínimas previstas para os crimes imputados é superior a um ano e ainda porque responde a outro processo na Justiça Federal, como se vê da certidão de antecedentes.Passo a análise do MÉRITO.A materialidade do crime restou devidamente demonstrada consoante ocorrência de acidente de trânsito (fls. 03/08), laudo de exame de corpo de delito lesão corporal (fls.10/12) e prova oral constante dos autos.A autoria também restou comprovada, até porque o próprio acusado admitiu que conduzia, de fato, o veículo, no momento do sinistro, mas tenta se eximir da responsabilidade alegando que estava em baixa velocidade e com os faróis acesos, sendo que a vítima é que teria lhe atravessado a frente.A vítima, por sua vez, aduz que estava conduzindo sua bicicleta na mesma via em que o réu vinha conduzindo a motocicleta, sendo atingida por trás, sendo que o réu não chegou a prestar socorro.A dinâmica do acidente, em que pese a alegação do réu, deu-se na forma descrita pela vítima.O filho da vítima, Neemias Rodrigues da Costa, afirmou em juízo que também estava conduzindo outra bicicleta logo atrás de sua mãe, no mesmo sentido de direção e via em que vinha o réu, sendo que este acabou atingindo sua mãe por trás.A testemunha Moisés Pedro Paixão afirmou que conduzia uma bicicleta em sentido contrário ao sentido em que vinham o réu, a vítima e seu filho, quando viu o acidente, afirmando que o local estava escuro, mas percebia-se claramente duas pessoas de bicicleta à frente da motocicleta.Portanto, a prova oral colhida demonstra nitidamente que o réu acabou atingindo a vítima por trás e isto porque não tomou as cautelas necessárias dentro das condições de trafegabilidade no local.O local estava escuro e sem nitidez, como disse a testemunha Moisés, e haviam pessoas trafegando de bicicleta. Evidentemente o condutor de veículo motorizado deve ter redobrada atenção e diminuir a velocidade para transpor as bicicletas de forma segura, o que não ocorreu.De acordo com o inciso II do art. 18 do Código Penal, diz-se culposo o crime quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia, que foi o caso do réu.Ainda, o réu confessou não possuir carteira nacional de habilitação.Por outro lado, no tocante o crime de omissão de socorro, previsto no art. 304 do Código de Trânsito, as provas colhidas não são suficientes para a condenação.O réu afirma que parou a motocicleta e perguntou ao filho da vítima, Neemias, se estava tudo bem, tendo este respondido que sim. Neemias, em juízo, afirmou que nada disse ao réu, mas confirma que o réu chegou a perguntar se estava tudo bem.A par disso, a testemunha Odair Antonio do Nascimento, embora não tenha ouvido a conversa, afirmou que o réu permaneceu no local do acidente por dois ou três minutos, corroborando a alegação do réu de que não abandonou imediatamente o local do acidente.

Deste modo, embora não tenha permanecido no local até a chegada do socorro, sua atitude não representa omissão de socorro, até porque o Corpo de Bombeiros já havia sido acionado por vizinhos, como aludido às fls. 21. **DISPOSITIVO** Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA e CONDENO FABRICIO RODRIGUES LOVISKI PILZ, devidamente qualificado nos presentes autos, como incurso no artigo 303, parágrafo único c/c artigo 302, parágrafo único, inciso I, ambos da Lei 9.503/97 (CTB), absolvendo-o da imputação do crime previsto no art. 304 da mesma lei. Passo a dosar-lhe a pena. A culpabilidade do réu é evidente, pois como condutor de veículo motorizado, deveria ter redobrada atenção ao ultrapassar bicicletas em via estreita; O condenado não ostenta antecedentes criminais de acordo com as certidões constantes dos autos; Não há nada nos autos que desabone sua conduta social; Quanto a sua personalidade, à míngua de maiores elementos, é normal. Os motivos do crime são inerentes ao tipo incurso; As consequências não foram graves; O comportamento da vítima (sociedade) não contribuiu para a infração. Fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, em 6 (seis) meses de detenção. Presente a atenuante da confissão espontânea, mas deixo de atenuar a pena em razão de ter sido fixada no patamar mínimo. Não há agravantes. Há, no entanto, a presença da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do art. 303 do CTB, razão pela qual aumento a pena do condenado em 1/3, perfazendo, nesta fase, 8 (oito) meses de detenção. Não há causa de diminuição de pena. Não havendo outras causas modificadoras, torno a pena definitiva em 8 (oito) meses de detenção. Ainda, imponho ao réu a suspensão de seu direito de dirigir ou obter a CNH pelo prazo de 2 (dois) meses. A pena será cumprida em regime inicial aberto (art. 33, § 2º, “c” do CP). Presentes os requisitos legais do art. 44, § 2º do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade cominada ao réu por uma pena restritiva de direito, ou seja, prestação pecuniária, à base de 02 (dois) salários mínimos, a considerar a sua condição financeira, em favor de entidade a ser definida na fase da execução. Condeno o réu nas custas processuais. Concedo ao acusado o direito de apelar em liberdade porque solto respondeu ao processo. Oficie-se ao DETRAN comunicando acerca da pena acessória imposta nesta SENTENÇA. Através dessa SENTENÇA, fica o réu intimado para pagamento da prestação pecuniária, no prazo de 10 (dez) dias, após o trânsito em julgado. Havendo o pagamento, desnecessária a expedição da guia de execução. Certificado o trânsito em julgado da DECISÃO condenatória ou do eventual recurso que a confirme, lance-lhe o nome no rol dos culpados, e promovam-se as anotações e comunicações pertinentes, inclusive ao TRE e, se for o caso, a guia de execução. P. R. I. Cumpridas as determinações, archive-se. Vilhena-RO, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0012378-06.2013.8.22.0014

Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)

Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado: Ironi de Fátima Freitas Muller, Mayara Thiara Novais Santos

Advogado: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041), Hugo Moura Martins (RO 4042)

SENTENÇA:

Vistos. Ironi de Fátima Freitas Muller e Mayara Thyara Novais Santos, ambas já qualificadas nos autos, foram denunciadas

pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL como incursas nas sanções do artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 (Lei de Tóxicos) na forma do artigo 29 do Código Penal. Em síntese, diz a peça acusatória que no dia 28.10.2013, por volta das 20h35min, na Av. José Roberto Garcia Moreira, n. 7791, bairro Embratel, neste município e comarca de Vilhena/RO, as denunciadas Ironi de Fátima Freitas Muller e Mayara Thyara Novais Santos, foram surpreendidas mantendo em depósito para venda 383,18g (trezentos e oitenta e três gramas e dezoito centigramas) de cannabis sativa, popularmente conhecida como maconha, 39,76g (trinta e nove gramas e setenta e seis centigramas) de erythroxylon coca, popularmente conhecida por cocaína, substâncias entorpecentes causadoras de dependência física e psíquica, conforme laudo de constatação de materiais toxicológicos de fls. 18/19, bem como cinco folhas de cheque, totalizando um valor de R\$ 1.240,00 (um mil duzentos e quarenta reais) e a quantia de R\$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais) em espécie, uma balança de precisão digital, marca Balmak e diversos sacos plásticos recortados para embalagem da droga (auto de apresentação e apreensão de fl. 16). As rés foram notificadas às fls. 68 e apresentaram defesa preliminar às fls. 75/76 e 96/98. A denúncia foi recebida em 02.01.2014 (fl. 101). Durante a instrução processual foi colhido o interrogatório das acusadas e procedido a oitiva de cinco testemunhas (fls. 106/108). Nas alegações finais, na forma de memoriais, o Ministério Público sustenta a materialidade e autoria delitiva, pugnando pela condenação da acusada Ironi de Fátima Freitas Muller e a absolvição da acusada Mayara Thiara Novais Santos (fls. 119/129). A Defesa da ré Ironi requereu que em caso de condenação, que o faça no mínimo legal, bem como o reconhecimento da atenuante da confissão e a restituição do dinheiro apreendido sustentando ser de origem lícita (fl. 127/143). A Defesa da ré Mayara sustenta a ausência de provas para embasar uma condenação (fls. 144/145). É o extrato da lide. Decido. A materialidade do delito está consubstanciada pelo auto de prisão em flagrante delito (fls. 02/09), pelas ocorrências policiais (fls. 13/15), pelo auto de apresentação e apreensão da droga e outros objetos (fl. 16), pelos laudos toxicológicos preliminares (fls. 18/19) pelo laudo definitivo de substância (fl. 117). As provas quanto à autoria delitiva, por seu turno, pesam somente em face de ré Ironi, sendo frágeis em relação a Mayara. Trata-se o crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 de tipo penal misto alternativo, bastando para configurá-lo a prática de apenas qualquer uma das condutas, descritas: “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização legal ou regulamentar.” É incontroverso que as acusadas Ironi de Fátima Freitas Muller e Mayara Thyara Novais Santo, foram presas em flagrante, pois tinham em depósito 383,18g (trezentos e oitenta e três gramas e dezoito centigramas) de cannabis sativa, popularmente conhecido como maconha e 39,76g (trinta e nove gramas e setenta e seis centigramas) de erythroxylon coca, popularmente conhecida por cocaína, substância entorpecente causadoras de dependência física e psíquica, além de vultosa quantia em dinheiro. A acusada Ironi, quando ouvida em juízo, afastando qualquer responsabilidade da ré Mayara, confessou a prática delitiva, alegando que toda a cocaína apreendida era sua e para

venda, sendo que a maconha era para seu consumo. O PM Wagner Henning em seu depoimento judicial confirmou que a ré Ironi assumiu que o dinheiro e os cheques encontrados em sua bolsa eram provenientes da droga, bem como que a mesma era conhecida por comercializar entorpecentes antes mesmo da prisão de seu filho Sidney em Cuiabá. O referido policial afirmou que a ré Mayara havia chegado nesta cidade no dia da prisão, nada sabendo a seu respeito. No mesmo sentido e ratificando o depoimento acima, tem-se o testemunho do PM Geraldo Magela Alves, que disse que também participou das diligências e narrou a dinâmica em que aconteceu a prisão das acusadas, confirmando que encontraram toda a droga apreendida na casa da ré Ironi, bem como grande valor em dinheiro e cheques na bolsa da mesma e que as informações obtidas em relação ao tráfico eram somente em relação a ré Ironi. Acerca do valor probatório da confissão da acusada, a jurisprudência pátria é pacífica e remansosa no sentido de se prestarem para embasar a condenação da ré, quando estiver em consonância com as demais provas produzidas: "A confissão vale não pelo lugar em que é prestada, mas pela força do convencimento que contém; assim, sendo corroboradas pelas demais provas do processo aquela realizada quando do inquérito policial deve ter valor reconhecido" (TACRIM-SP – RJTACRIM 29/194). Em relação à ré Ironi, portanto, não há dúvidas de que ela praticou o crime de tráfico de drogas, já que confessou a autoria delitiva e sua confissão está aliada às demais provas coligidas aos autos. Observo ainda que a quantidade e diversidade das substâncias que estavam sendo comercializadas pela ré era relevante, sendo 383,18g (trezentos e oitenta e três gramas e dezoito centigramas) de cannabis sativa, popularmente conhecido como maconha, e 39,76g (trinta e nove gramas e setenta e seis centigramas) de cocaína. A alegação de Ironi de que a maconha era para seu consumo não se comprovou nos autos, sendo que incumbia a ela o dever de provar o seu vício e o que alegou. Quanto à acusada Mayara, no entanto, a prova é dúbia, como já afirmado. O único indício efetivo que pesa contra si, é o fato dela estar passando uns dias na casa da sogra, Ironi. Afora isso, não há nos autos informações de que ela praticava a mercancia com a ré. As testemunhas policiais nada sabem a respeito da ré Mayara e somente confirmaram que ela chegou no mesmo dia da prisão a esta cidade, dando crédito a negativa da mesma. É cediço que para a condenação de uma pessoa, necessário que haja certeza plena; caso contrário, se o conjunto probatório é inseguro, a absolvição é a melhor medida, isso em homenagem ao princípio in dubio pro reo. Aliás, determina o art. 386, VII do Código de Processo Penal, que deve o réu ser absolvido se "não existir prova suficiente para a condenação". No tocante ao dinheiro e bens apreendidos com a ré Ironi, verifica-se tratar de bens de origem ilícita. A ré não trouxe prova segura de que exercia atividade lícita, sendo a atividade de venda de produtos da Avon apenas mera forma de despistar a sua atividade de tráfico. Consequentemente, o dinheiro arrecadado e os outros objetos indicam serem produtos da tráfico. **DISPOSITIVO POSTO ISSO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA O FIM DE: A) CONDENAR IRONI DE FÁTIMA FREITAS MULLER, devidamente qualificada nos autos, como incurso nas sanções do art. 33, caput da Lei 11.343/2006. B) ABSOLVER MAYARA THYARA NOVAIS SANTOS da imputação contida na denúncia, o que faço com fundamento no art. 386, V, do Código de Processo Penal. Passo a dosar a pena da ré IRONI, com a análise das**

circunstâncias judiciais, a teor dos arts. 59 e 68 do Código Penal e as disposições da Lei n. 11.343/2006. A diversidade de substâncias (maconha e cocaína) e a relevante quantidade, influenciam na fixação da pena-base; aculpabilidade da condenada é inerente ao tipo incurso; A condenada registra antecedente, mas, tendo em vista que tal circunstância implica ao mesmo tempo em reincidência, deixo de valorá-la, reservando sua aplicação para a segunda fase de dosimetria da pena, em observância à súmula 241 do STJ, como forma de não incorrer em bis in idem. Sua conduta social ou personalidade, à míngua de maiores elementos, são normais; Os motivos do crime são inerentes ao tipo incurso; As circunstâncias foram normais as que cercariam o tipo; As consequências são graves, posto que atinge principalmente adolescentes e excluídos; O comportamento da vítima (Sociedade) não contribuiu para a infração, ao contrário vem sistematicamente engendrando ações para o combate de tão nefasto crime. Atendendo que, na fixação das penas, deve ser considerada com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal a natureza e a quantidade da substância ou do produto (art. 43, Lei 11.343/2006) que, in casu, são desfavoráveis, fixo a pena-base acima do mínimo legal, ou seja, em 06 (seis) anos de reclusão e pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa, a razão de 1/30 do salário mínimo. Presente a confissão parcial da ré (não admitiu que a maconha fosse para tráfico). Há ainda a presença de agravante genérica já que a ré é reincidente (autos n. 0023557-73.2009.8.22.0014), uma vez que praticou novo crime depois de transitar em julgado SENTENÇA condenatória. Sendo a reincidência a circunstância preponderante, até porque a confissão foi parcial, agravo a pena em 6 (seis) meses. Não há outras circunstâncias atenuantes e agravantes. Entendo que, no caso, não comprovou a ré que exercia atividade lícita, sendo a atividade de venda de produtos da Avon apenas mera forma de despistar a sua atividade principal, resultando daí que se dedica a atividade de tráfico, ou seja, atividade criminosa, tanto que reincidente neste mesmo tipo de crime, o que impede a aplicação da redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Tóxicos. Não havendo outras causas modificadoras, torno a pena definitiva da ré IRONI em 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa, no valor dia já fixado. Considerando a reincidência, o regime de cumprimento é o fechado, nos termos do art. 33 do CP. Não há possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade ante a quantidade de pena imposta e os antecedentes que não recomendam. Não concedo a ré IRONI o direito de recorrer em liberdade, eis que respondeu o processo presa, persistindo os motivos da segregação cautelar, mormente a manutenção da ordem pública e garantia da aplicação da lei penal. Condeno a ré ao pagamento de custas processuais. Destrua-se a droga apreendida, juntamente com os artefatos e utensílios destinados ao consumo da droga, eventualmente apreendidos. Não é necessária a reserva de porção para contraprova, tendo em vista que a ré não impugnou os laudos existentes nos autos. Decreto a perda do numerário apreendido, pois produto do ilícito, já que não tinha atividade lícita, como consta da fundamentação. Havendo recurso da acusada, expeça-se o necessário para a execução provisória da pena. P.R.I. Transitada em julgado, comuniquem-se os organismos de Identificação, ao Cartório Distribuidor e a Justiça Eleitoral e, inaugurada a fase de execução, observando, por óbvio, a detração. Após, archive-se. Vilhena-RO, 28 de fevereiro de 2014. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0013195-70.2013.8.22.0014

Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)

Autor:1ª Delegacia de Polícia Civil

Advogado:Delegado de Polícia ()

Denunciado:Luiz Ricardo Suldini

Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654-A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)

SENTENÇA:

Vistos.O Ministério Público ofereceu denúncia, acompanhada do inquérito policial n. 1140/2013, em face de LUIZ RICARDO SULDINI qualificado, como incurso nas sanções do artigo 33 e 35, caput c/c o artigo 40, V, ambos da Lei n.º 11.343/2006. Consta da denúncia que no dia 20.11.2013, por volta das 03h00min, na Rodovia BR-364 (Posto Fiscal – Sefin), próximo à divisa dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, o réu, previamente associado com dois indivíduos identificados apenas como “Leandro” e “Jhone”, transportava 176,62kg de maconha, em vários pacotes, da cidade de Campo Grande/MS com destino a Ouro Preto do Oeste/RO, para fins de traficância.Notificado, o réu apresentou defesa às fls. 66/69, sendo a denúncia recebida no dia 17.01.2014 (fl. 82).No decorrer da instrução, foi procedido o interrogatório do réu e inquiridas quatro testemunhas (fls. 93/95).Em alegações finais, o Ministério Público pleiteia a condenação nos termos da denúncia (fls. 96/100). Já a Defesa do réu sustenta a inocorrência do crime do art. 35 da Lei de Tóxicos e pugna pela aplicação de pena mínima com a causa de diminuição e afastamento da causa de aumento - interestadualidade (101/108).É o relatório. Decido. A materialidade do crime do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 está devidamente comprovada nos autos pelo auto de prisão em flagrante (fls. 02/09), ocorrência policial (fls. 14/16), auto de apresentação e apreensão (fl. 17), laudo preliminar e laudo toxicológico (fls. 19/22), laudo de exame de avaliação merceológica direta (fls. 21/22), laudo de transcrição de mensagem e chamadas (fls. 24/32), laudo de exame de constatação (fl. 34), termo de restituição (fl. 42), laudo toxicológico definitivo (fl. 89) e declarações.O laudo de exame químico toxicológico definitivo confirma que a substância apreendida trata-se realmente da principal substância psicoativa encontrada nas plantas de gênero Cannabis conhecido como maconha, sabidamente entorpecente e que causa dependência física e psíquica, restando incontroversa a materialidade delitiva.A autoria do crime de tráfico ilícito de entorpecentes pelo réu ficou bem delineada nos autos pelas provas carreadas tanto na fase indiciária quanto em juízo.O réu, na fase policial e em juízo, confessou que estava transportando a droga desde a cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, para a cidade de Vilhena em Rondônia, pela quantia acertada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), alegando que aceitou fazer o transporte porque estava precisando de dinheiro.O depoimento de Bruno Lehbados Martins, funcionário do IDARON, que trabalhava no posto da Sefin, confirmou que, a princípio, o réu negou dizendo que o produto não era dele, mas posteriormente confessou o transporte da droga, alegando que a transportadora não tinha nada haver com o transporte do produto.Como se vê, a prova é farta e robusta comprovando a autoria delitiva pelo réu, a iniciar pela sua livre e espontânea confissão em seu interrogatório em juízo. Demais disso, as provas testemunhais são contundentes e coerentes com a confissão, além da prova material coletada.Caracterizada, também, a causa de aumento prevista no inciso V do artigo 40 da Lei n. 11.343/2006, eis que

o réu transportou a droga desde o Estado do Mato Grosso do Sul até o Estado de Rondônia, passando ainda pelo Estado do Mato Grosso, efetivamente com a FINALIDADE de trazer a droga daquele Estado (Mato Grosso do Sul) até este Estado (Rondônia), caracterizando o tráfico interestadual.No tocante a causa de redução de pena, prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, a quantidade da droga apreendida é obstativa do benefício, consoante recente DECISÃO emanada do TJRO:EMENTA: Apelação Criminal. Tráfico interestadual de entorpecentes. Conjunto probatório harmônico. Pena-base acima do mínimo legal. Circunstâncias judiciais desfavoráveis. Majoração fundamentada na quantidade do entorpecente. Possibilidade. Minorante especial do § 4º do art. 33 da lei 11.343/06. Elevada quantidade de droga. Impossibilidade. Recursos improvidos.Havendo uma só circunstância judicial desfavorável ao réu é o quanto basta para que ocorra o aumento da pena-base, dentro de um juízo de razoabilidade, sobretudo em se tratando de elevada quantidade de droga (mais de 311 kg de maconha).A quantidade elevada da droga apreendida impede a redução da pena, na forma do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006;Recursos improvidos.(in TJRO, Apelação Criminal n. 0008913-44.2012.8.22.0007, Rel. Juiz Osny Claro de O. Junior, Revisor Des. Valdeci Castellar Citon, DJE n. 037/2014, de 24/02/2014, p. 66).No caso presente, em que pese a primariedade do réu, a quantidade de droga apreendida (mais de 176 kg de maconha) demonstra a inviabilidade de aplicação da minorante, pois seria um estímulo a reiteração da conduta, além de se presumir que não se trata de ato isolado e individual do réu, mas de um conjunto de pessoas, ainda que não se tenha conseguido provar nos autos a associação.No tocante ao crime do art. 35 da Lei n. 11.343/2006, como já afirmado acima, não há nos autos a comprovação efetiva da prática de tal delito, embora haja indícios de que exista tal associação, pois não é crível que a aquisição e o transporte de quase 180 kg de substância entorpecente seja realizado, entre diferentes e longínquos Estados da Federação, sem um mínimo de organização.Entretanto, tal presunção lógica, não tem o condão de servir como prova de que o réu, efetivamente, faça parte de tal associação. Pode ser que, como ele afirmou, tenha sido a primeira e única vez que aceitou o transporte, mas sem o ânimo de vínculo com os demais participantes (e que não foram identificados).O art. 35 da Lei 11.343/06, assim prevê: “Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1o, e 34 desta Lei. Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa. Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.”Rogério Sanches Cunha, ao comentar o referido artigo, afirma que o art. 35 traz a modalidade especial de quadrilha ou bando (art. 288 do CP). Contudo, diferentemente da quadrilha, a associação para o tráfico exige apenas duas pessoas (e não quatro), agrupadas de forma estável e permanente, para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos no art. 33, caput (tráfico de drogas), e 34 (tráfico de maquinário) desta Lei (in Nova Lei de Drogas comentada por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006/Luiz Flávio Gomes [et al.] coordenação – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006 – p. 170).E continua o citado autor afirmando que, para a caracterização do delito, não basta a convergência de vontades para a prática das infrações constantes dos arts. 12 e 13 (atuais

arts. 33 e 34), sendo necessária, também, a intenção associativa com a FINALIDADE de cometê-las, retratando então a necessidade do dolo específico para o crime do art. 35 da Lei Antidrogas (Op. Cit., p. 171). Examinando os autos, verifica-se, em que pese haver indícios, não há provas suficientes para embasar uma condenação criminal por tal crime em face do acusado, já que tais indícios não se confirmaram em juízo. O julgador não pode formar um convencimento condenatório com base apenas em probabilidades. É preciso a certeza da prática criminosa. Assim, pelas provas carreadas aos autos, deve o réu ser condenado pelo crime do art. 33 e absolvido da imputação do crime do art. 35, ambos da Lei n. 11.343/2006. Por fim, no tocante a alegação da Nobre Defesa de que o acusado faz jus ao benefício previsto no art. 41 da Lei n. 11.343/2006, não é possível o acolhimento. Verifica-se das transcrições das mensagens contidas no laudo de transcrição de fls. 24/32 que o réu conhece algumas das pessoas envolvidas no ato criminoso, inclusive sendo chamado de "Broww" por um deles (69-8123-0096) e numa mensagem vê-se claramente a alusão ao valor pago transferido e a quantidade da droga (fls. 25), em que o interlocutor que enviou a mensagem o trata pelo seu segundo nome (Ricardo). No entanto, o réu em nada colaborou para efetivamente identificar tais pessoas, restringindo-se a fornecer números de telefones celulares que sabia que seriam identificados em razão da apreensão do seu próprio aparelho celular. Não mencionou ele as mensagens que tinha recebido relacionadas ao fato e de quem eram, efetivamente, pois notoriamente são pessoas que ele conhecia, pelo que se denota da forma de tratamento nas mensagens transcritas. Para a aplicação do benefício previsto no citado artigo da lei, necessário que o acusado participe efetivamente da identificação dos demais envolvidos, não bastando a simples menção a um primeiro nome, que até pode ser fictício, e a números de telefones que de antemão sabia que seriam captados pela autoridade policial em seu aparelho celular. Deste modo, não há como alegar o pedido da valente Defesa para aplicação do benefício (art. 41 da Lei n. 11.343/2006).

DISPOSITIVO Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu LUIZ RICARDO SULDINI, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do artigo 33, caput c/c artigo 40, V, ambos da Lei n. 11.343/2006, ABSOLVENDO-O da imputação da prática do crime previsto no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006, esta com fulcro no art. 386, VII do CPP. Passo a fixar a pena. Considerando as circunstâncias legais e judiciais ditadas pelo artigo 59 do Código Penal e art. 42 da Lei n. 11.343/2006, atendendo: a) a natureza da substância entorpecente desfavorável, já que se trata de maconha, reconhecidamente danosa à saúde pública e de fácil proliferação entre adolescentes; b) a expressiva quantidade de droga apreendida, mais de 176 kg de droga, extremamente desfavorável e determinante para a fixação da pena-base; c) à culpabilidade desfavorável, agindo com plena e ampla consciência da ilicitude do seu ato, extremamente reprovável; d) aos antecedentes favoráveis, pois consta dos autos ser o réu primário e não responde a nenhum outro processo; e) à conduta social favorável, eis que não há elementos nos autos em contrário; f) à personalidade favorável, pelo que demonstrou em seu comportamento na audiência, demonstrando calma e simplicidade, não havendo outros elementos de aferição; g) os motivos favoráveis, eis que próprios do tipo, quais sejam a ganância para auferir lucro fácil e imediato, não constando dos autos dados que identifiquem

outros motivos; h) às circunstâncias favoráveis, não havendo notícias de circunstâncias especiais e também devido à intervenção da autoridade policial que interrompeu a ação ilícita empreendida pelo Réu; i) às consequências favoráveis, já que, apesar de danosas, não há notícias de consequências além das próprias do crime de tal natureza; j) o comportamento da vítima desfavorável, no caso a sociedade, pois além de não contribuir para o desiderato criminoso, não se pode olvidar que está mudando a sua passividade para uma atitude de cobrança das autoridades para a repressão enérgica deste tipo de ilícito. Sopesadas tais circunstâncias, havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis, notadamente a quantidade expressiva de droga, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, ou seja, em 07 (sete) anos de reclusão e pagamento de 700 (setecentos) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo por dia. O réu confessou o crime, sendo-lhe atribuída a atenuante da confissão, razão pela qual atenuo a pena em 6 (seis) meses, não incidindo sobre a pena de multa. Não há outras circunstâncias atenuantes e agravantes. Ainda, reconhecida a causa de aumento prevista no art. 40, inciso V da Lei n. 11.343/2006, conforme fundamentação, aumento a pena até aqui imposta (6 anos e 6 meses e 700 dias-multa) em 1/6 (um sexto), ou seja, em 1 (ano) e 1 (mês) de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa. Incabível a causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, conforme fundamentação supra. Não havendo outras causas modificadoras, torno a pena definitiva em 7 (sete) anos e 7 (sete) meses de reclusão e pagamento de 816 (oitocentos e dezesseis) dias-multa, no valor dia já fixado. O regime de cumprimento de pena será o inicialmente semiaberto, ante a quantidade de pena imposta. Em que pese o disposto no § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90, com a redação dada pela Lei n. 11.464/2007, a jurisprudência pátria já sedimentou o entendimento de que o regime inicial poderá se dar em regime menos gravoso quando a quantidade de pena e as condições pessoais do agente assim permitir, como no caso presente. O réu não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, ante a quantidade de pena imposta, além de não ser suficiente para reprovação adequada da conduta reconhecida. Não concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que respondeu o processo preso, mantendo-se as razões de sua segregação cautelar, notadamente a garantia da ordem pública e a garantia de aplicação da lei penal. No entanto, não havendo outro óbice, poderá ser colocado imediatamente no regime imposto nesta SENTENÇA (semiaberto). Condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Proceda-se a incineração da substância entorpecente apreendida. Decreto a perda dos demais objetos apreendidos em razão de terem sido utilizados na prática do crime. Após o trânsito em julgado, deverá a Escrivania: 1) certificar a data do trânsito em julgado, separadamente em relação ao Ministério Público, ao Defensor e a pessoa do Réu, lançando o nome deste na coluna do rol dos culpados em livro próprio; 2) comunicar o trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória, caso não haja DECISÃO de 2º grau de jurisdição em contrário, ao distribuidor, Instituto de Identificação estadual e nacional, à Corregedoria da Polícia Civil e Justiça Eleitoral; 3) expedir a correspondente guia de execução; 5) cumpridas todas as determinações, anotações e comunicações necessárias, archive-se. P. R. I. C. Vilhena-RO, 28 de fevereiro de 2014. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0006835-90.2011.8.22.0014

Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Réu:Rúbia Tatiany Mendes de Oliveira

Advogado:Delegado de Polícia ()

SENTENÇA:

Vistos.Homologo a prestação de contas promovida pela instituição beneficiada em face de sua regularidade.Aguarde-se o cumprimento do período de prova, que perdurará até 18.12.2015, vindo conclusos somente se houver descumprimento ou por provocação das partes.Vilhena-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0035261-83.2009.8.22.0014

Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado:Antonio Cabral Ribeiro, Gigliane Gomes Lima,

Agustinho Ferreira de Medeiros Júnior

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Vistos.Encaminhe-se as armas e as munições ao Exército para destruição.Os documentos apreendidos devem permanecer juntados aos autos.Os demais objetos e papéis (agendas e outros), sem valor comercial, devem ser incinerados e ou inutilizados.Os telefones apreendidos, caso ainda em funcionamento, deverão ser encaminhados à Polícia Civil local para utilização no combate ao tráfico de drogas. Caso sem funcionamento, deverão ser destruídos.No tocante o valor de R\$ 550,00 apreendido, consoante a certidão retro, requirite-se da autoridade policial a disponibilização ao juízo, em 5 dias. Vindo aos autos a comprovação do depósito, transfira-se o valor para a conta judicial, nos termos da Resolução 020/2013. Não havendo pendências, archive-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0000680-47.2006.8.22.0014

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)

Denunciado:Aldo Busanello, Manoel Aparecido da Silva

Advogado:Rafael Endrigo de Freitas Ferri (RO 2832)

DESPACHO:

Vistos.O réu Manoel foi citado por edital e compareceu nos autos através de Advogado constituído, apresentando a resposta.Quanto o réu Aldo, sequer foi expedida a deprecata para a sua citação (ao menos não há certidão nos autos).Assim, depreque-se a citação do réu Aldo.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0009982-56.2013.8.22.0014

Ação:Restituição de Coisas Apreendidas

Requerente:Lairce Martins de Souza

Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)

DESPACHO:

Vistos.Arquive-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0001770-51.2010.8.22.0014

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Denunciado:Fsv Indústria e Comércio de Carnes Ltda,

Humberto Antonio Rover, Jucelino Antônio Salla, Jair Rover,

Marlon Donadon, Melkisedek Donadon

Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)

DECISÃO:

Vistos.INDEFIRO o pedido de fls. 262 do réu Jucelino, eis que há pluralidade de réus, com prazos em comum, devendo o feito permanecer em cartório.Após a citação de todos os réus e o decurso do prazo para a resposta, colha-se a manifestação ministerial acerca de eventuais preliminares aventadas e, somente após, tornem conclusos.Cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Lorival Darius Tavares

Escrivão Judicial Criminal

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

COMARCA DE VILHENA

JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI

CHFE DE CARTÓRIO: SILVANIA BERNARDI

CADASTRO 203.487-5

Proc: 1000983-97.2013.8.22.0014

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Ronnie Patrick Gordon Panduro(Autor)

Advogado(s): Gloria Chris Gordon(OAB 3399 RO)

C. DOS SANTOS LOYO ME(Requerido), JOSÉ FATIMO DO PRADO(Reclamado)

Ronnie Patrick Gordon Panduro(Autor)

Advogado(s): Gloria Chris Gordon(OAB 3399 RO)

C. DOS SANTOS LOYO ME(Requerido), JOSÉ FATIMO DO PRADO(Reclamado)

DESPACHO: "Vistos

Intime-se o reclamante para indicar o endereço da reclamada não localizada, no prazo de dez dias.

Vilhena, 13 de fevereiro de 2014."

Proc: 1000894-11.2012.8.22.0014

Ação:Execução de Título Judicial

Comércio de Calçados Calce Pague Ltda ME(Requerente)

Advogado(s): Francielle Cristiane Dal Pra(OAB 4777 RO)

MARLENE PINHEIRO FREITAS(Requerido)

Comércio de Calçados Calce Pague Ltda ME(Requerente)

Advogado(s): Francielle Cristiane Dal Pra(OAB 4777 RO)

MARLENE PINHEIRO FREITAS(Requerido)

SENTENÇA:"... Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu MÉRITO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo o (a) exequente promover o desarquivamento se localizados bens da parte devedora.

Expeça-se certidão de crédito, se assim requerido.

Arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Vilhena, 13 de fevereiro de 2014. "

Proc: 1002499-89.2012.8.22.0014

Ação:Petição (Juizado Cível)

José Joaquim da Cunha(Requerente)

Advogado(s): Joao Paulo das Virgens Lima(OAB 4072 RO)

BJ SANTOS CIA LTDA(Requerido)

Advogado(s): OAB:19043 PR, OAB:49359 PR
José Joaquim da Cunha(Requerente)
Advogado(s): Joao Paulo das Virgens Lima(OAB 4072 RO)
BJ SANTOS CIA LTDA(Requerido)
Advogado(s): Marco Antonio Silva OAB/PR 49.359 e Nelcides Alves Bueno OAB/PR 19.043
DESPACHO: "Vistos.
Intime-se a apresentar as peças faltantes, em 10 dias, sob pena de preclusão.
Cumpra-se.
Vilhena, em 5 de Junho de 2013."

Proc: 1003090-17.2013.8.22.0014
Ação:Petição (Juizado Cível)
Adair Silva Carvalho - ME (A. S. CARVALHO & CIA LTDA -ME - NOSSA CONFECÇÕES)(Reclamante)
Advogado(s): Elenice Aparecida dos Santos(OAB 2644 RO)
Mirian Gomes Azevedo Santana(Reclamado)
Adair Silva Carvalho - ME (A. S. CARVALHO & CIA LTDA -ME - NOSSA CONFECÇÕES)(Reclamante)
Advogado(s): Elenice Aparecida dos Santos(OAB 2644 RO)
Mirian Gomes Azevedo Santana(Reclamado)
SENTENÇA: "... Face ao exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL da presente ação que ADAIR SILVA CARVALHO ME (A.S. CARVALHO & CIA LTDA ME NOSSA CONFECÇÃO) ajuizou em face de MIRIAN GOMES AZEVEDO SANTANA para CONDENAR esta a pagar à Requerente a importância de R\$ 441,54 (quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), que deverá ser corrigido da seguinte forma: R\$ 301,08 (trezentos e um reais e oito centavos) corrigido a partir de 03/08/2009 e R\$ 140,46 (cento e quarenta reais e quarenta e seis centavos) corrigido a partir de 16/04/2009, acrescidas de juros de 1% ao mês, a partir da citação. Declaro constituído título executivo em favor da Requerente nos termos do art. 269, I, do CPC.
O pagamento deverá ser feito no prazo de 15 dias contados da intimação dos cálculos, sob pena de incidência de multa de 10% sobre o valor devido, nos termos do art. 475-J, do CPC.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena, 13 de fevereiro de 2014."

Proc: 1002708-24.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Sebastião Lourenço de Moura(Requerente)
Advogado(s): Cleonice Aparecida Rufato Grabner(OAB 229-B RO)
Dismobras Imp. Exp. Distr. Móveis e Eletrodomésticos S/A City Lar(Requerido)
Advogado(s): OAB:6483 MT, OAB:6848 MT
Sebastião Lourenço de Moura(Requerente)
Advogado(s): Cleonice Aparecida Rufato Grabner(OAB 229-B RO)
Dismobras Imp. Exp. Distr. Móveis e Eletrodomésticos S/A City Lar(Requerido)
Advogado(s): Fãbio Luis de Mello Oliveira - OAB/MT 6.848 e da advogada Inessa de Oliveira Trevisan Sophia OAB/MT 6483
SENTENÇA: "... Posto isto e pelo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial da presente ação de Indenização por Danos Materiais e Morais que SEBASTIÃO

LOURENÇO DE MOURA moveu em face de DISMOBRAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS S/A (City Lar), declarando extinto o feito com resolução do MÉRITO nos termos do art. 269, I, do CPC.
Sem custas e honorários.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

Proc: 1000465-73.2014.8.22.0014
Ação:Petição (Juizado Cível)
Karla Cristina Bortolozo Pereira(Requerente)
Advogado(s): Romilson Fernandes da Silva(OAB 5109 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia (Requerido)
Karla Cristina Bortolozo Pereira(Requerente)
Advogado(s): Romilson Fernandes da Silva(OAB 5109 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia (Requerido)
DECISÃO: "Vistos.
Pretende o reclamante medida liminar para determinar a reclamada a restituição de valores pagos referente a diferença de consumo de energia apurado e formalizado termo de confissão de dívida.
Não vislumbro que estejam presentes os princípios ensejadores para concessão de medida liminar para determinar a devolução dos valores pagos pela reclamante, eis que ao que consta o termo de confissão de dívida é válido.
Assim, não estando presentes os princípios ensejadores da concessão da medida liminar, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela pleiteado.
Cite-se, se ainda não o foi.
Designa a serventia data para realização de audiência de conciliação, se for o caso.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, 27 de fevereiro de 2013."

Proc: 1000412-92.2014.8.22.0014
Ação:Petição (Juizado Cível)
Rosimara Nunes de Araujo(Requerente)
Advogado(s): Cezar Benedito Volpi(OAB 533 RO)
Claro S. A(Requerido)
Rosimara Nunes de Araujo(Requerente)
Advogado(s): Cezar Benedito Volpi(OAB 533 RO)
Claro S. A(Requerido)
DECISÃO: "... Assim, visando evitar prejuízos maiores a reclamante defiro ordem para determinar a suspensão dos efeitos da inscrição nos sistemas de proteção ao crédito, bem assim proibir qualquer informação a respeito do débito ora discutido, culminando multa no valor de R\$100,00 (cem reais) por dia de manutenção da inscrição após esta DECISÃO, a contar do 10º dia de intimação, limitada a multa a 40 salários mínimos.
Designa a Serventia data de audiência de tentativa de conciliação, se for o caso.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cite-se, se ainda não o foi.
Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

Proc: 1002539-42.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Judicial
Bolson Comercio de Calçados LTDA - ME(Requerente)
Advogado(s): Laís Trevisan Soares(OAB 4831 RO)
Adriana de Oliveira(Requerido)

Bolson Comercio de Calçados LTDA - ME(Requerente)
Advogado(s): Laís Trevisan Soares(OAB 4831 RO)
Adriana de Oliveira(Requerido)
SENTENÇA: "... Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu MÉRITO nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo o (a) exequente promover o desarquivamento se localizados bens da parte devedora. Expeça-se certidão de crédito, se assim requerido. Arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena, 28 de fevereiro de 2014."

Proc: 1002186-94.2013.8.22.0014

Ação:Petição (Juizado Cível)

Patricia Reis Vezintana(Requerente)

MÓVEISROMERALTDA(Requerido), Britania Eletrodomesticos Ltda.(Requerido)

Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR)OAB:211481 PR, OAB:306306 SP

Patricia Reis Vezintana(Requerente)

MÓVEISROMERALTDA(Requerido), Britania Eletrodomesticos Ltda.(Requerido)

Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR) Guilherme Teubl Ferreira, OAB/SP 211.481

SENTENÇA: "... Face ao exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial da presente ação que PATRÍCIA REIS VEZINTANA ajuizou em face de MÓVEIS ROMERALTDA e BRITANIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA, para condenar esta última, como de fato a CONDENO, a pagar à Reclamante a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de dano moral, corrigidos a partir desta DECISÃO. A verba será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Por fim, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO em relação à Reclamada MÓVEISROMERALTDA, por não verificar conduta lesiva de sua parte. Declaro, por fim, constituído título executivo nos termos do art. 269, I, do CPC em favor da reclamante. O pagamento deverá ser feito no prazo de 15 dias contados da intimação dos cálculos, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários. Com a intimação do decisório, sem o cumprimento da obrigação, intime-se a reclamante para manifestar-se nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

Proc: 1001292-21.2013.8.22.0014

Ação:Petição (Juizado Cível)

Ângela Nara Facioni(Requerente)

EUCATUR- Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda(Requerido)

Advogado(s): OAB:296-B RO, Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB 813 RO)

Ângela Nara Facioni(Requerente)

EUCATUR- Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda(Requerido)

Advogado(s): OAB:296-B RO, Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB 813 RO)

SENTENÇA: "... Face ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial da presente Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais que ÂNGELA NARA FACIONI ajuizou em face de EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA e CONDENAR esta a pagar à reclamante a quantia de R\$5.000,00 (cinco mil reais)

a título de dano moral. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data da presente propositura da ação, acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir da citação. Declaro constituído título executivo nos termos do art. 269, I, do CPC. O pagamento deverá ser feito no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado da SENTENÇA, sob pena de incidência de multa de 10% sobre o valor devido, nos termos do art. 475, J, do CPC.

Sem custas e honorários. Com a intimação do decisório, sem o cumprimento da obrigação, intimem-se a reclamante para manifestar-se nos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

Proc: 1000462-21.2014.8.22.0014

Ação:Petição (Juizado Cível)

Maurício Firmino da Silva(Requerente)

Advogado(s): Cleonice Aparecida Rufato Grabner(OAB 229-B RO)

Banco Gerador S. A.(Requerido)

Maurício Firmino da Silva(Requerente)

Advogado(s): Cleonice Aparecida Rufato Grabner(OAB 229-B RO)

Banco Gerador S. A.(Requerido)

DECISÃO: "Assim, visando evitar prejuízos maiores ao reclamante defiro ordem para determinar a suspensão da exigibilidade do pagamento dos valores cobrados pela reclamada, ensejadores da inclusão no sistema de proteção ao crédito, discutido nestes autos, culminando multa de R\$100,00 (cem reais) por dia, limitada a multa a 40 salários mínimos, a contar do 5º dia da intimação da presente.

Designa a Serventia data de audiência de tentativa de conciliação, se for o caso.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se.

Cite-se, se ainda não o foi.

Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

Proc: 1002384-05.2011.8.22.0014

Ação:Execução de Título Judicial

Ideval Zanchetta(Requerente)

Advogado(s): Regiane Estefanny Castilho(OAB 4835 RO)

Contecvil Consultoria Técnica de Vilhena Ltda ME(Requerido)

Advogado(s): Adriana Regina Pagnoncelli(OAB 3021 RO)

Ideval Zanchetta(Requerente)

Advogado(s): Regiane Estefanny Castilho(OAB 4835 RO)

Contecvil Consultoria Técnica de Vilhena Ltda ME(Requerido)

Advogado(s): Adriana Regina Pagnoncelli(OAB 3021 RO)

DESPACHO: "Vistos.

Junte-se o detalhamento de ordem judicial. Ciência à parte autora do resultado negativo da penhora on line.

Intime-se para indicar outros bens passíveis de penhora, em cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, nos termos do artigo 53, §4º da lei 9099/95.

Vilhena, 27 de fevereiro de 2014. "

Proc: 1000605-15.2011.8.22.0014

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Cleber José Alves Mendes(Requerente)

Advogado(s): Regiane Estefanny Castilho(OAB 4835 RO)

Empresa de Telefonia Oi.(Requerido), Gorila e Soluções em Internet LTDA(Requerido)

Advogado(s): MARLEN DE OLIVEIRA SILVA(OAB 2928 RO), Eustáquio Machado(OAB 3657 RO), OAB:635 RO
Clever José Alves Mendes(Requerente)
Advogado(s): Regiane Estefanny Castilho(OAB 4835 RO)
Empresa de Telefonia Ol.(Requerido), Gorila e Soluções em Internet LTDA(Requerido)
Advogado(s): MARLEN DE OLIVEIRA SILVA(OAB 2928 RO), Eustáquio Machado(OAB 3657 RO), OAB:635 RO
DESPACHO: "Vistos. Ciência às partes do retorno dos autos. Cumpra-se o R. Acórdão. Diga a parte vencedora o que de direito em cinco dias. Vilhena, 27 de fevereiro de 2014."

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.

Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br

Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury

Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0001850-44.2012.8.22.0014

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Paulo de Lima Coelho

Advogado:José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897)

Requerido:Gilberto Duarte Zica, Viação Itapemirim Sa

Advogado:Alan Leon Krefta (OAB/RO 4083), Rodrigo Moreno Paz Barreto - OAB/SP 215.912

FINALIDADE: Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 157.

Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Proc.: 0004590-38.2013.8.22.0014

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Márcio Bassanesi

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt

Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Armando Krefta (OAB/RO 321B)

DESPACHO:

Vistos.As preliminares arguidas pelo réu na peça de contestação se tratam de matéria de MÉRITO, de modo que serão apreciadas por ocasião da SENTENÇA.A apresentação de cópia da procuração e substabelecimento não enseja a decretação de revelia do réu como pretende o autor na peça de impugnação, uma vez o STJ firmou o entendimento de que é desnecessária a autenticação das cópias de tais documentos "porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade", nesse sentido vejamos:AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE PROCESSUAL. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO. AUTENTICAÇÃO DESNECESSÁRIA. ENTENDIMENTO DA SEGUNDA SEÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. SÚMULA 371/STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual "desnecessária a autenticação de cópia de procuração e

de substabelecimento, porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade" (EResp 725.740/PA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2009, DJe 08/02/2010). 2. "Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização." (Súmula 371/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no Ag 932.931/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 18/08/2011). (grifei)Da preliminar de carência da açãoAlega o requerido à carência de ação em razão da falta de interesse de agir, uma vez que o autor já recebeu totalmente a cobertura devida em conformidade com as normas que regulamentam a matéria.A preliminar levantada não merece guarida, pois o procedimento é adequado para atingir um provimento jurisdicional acerca do litígio versado nos autos, de forma que se mostra útil ao autor, porquanto por meio dela pode ter atendida a pretensão inicial. De igual forma, a necessidade da ação se revela, ante a resistência do réu ao pagamento total da indenização prevista no at. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74.,Por tais motivos, rejeito a preliminar.Do Saneamento do feitoAs partes são legítimas e possuem capacidade postulatória.Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo.O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade.Dessa forma, dou o feito por saneado.Fixo como ponto controvertido da lide o direito do autor em receber a totalidade da indenização descrita no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07.Das ProvasConsiderando que as partes já especificaram as provas que pretendem ver realizada nos autos, conforme se depreende na peça de contestação e impugnação, vejo desnecessária nova intimação para este fim. Portanto, defiro a produção da prova pericial requerida pelas partes, consistentes na avaliação médica do autor, no sentido de verificar se a incapacidade sofrida é parcial ou total.Nomeio o médico Dr. Luiz Primo Laraya para proceder a perícia, o qual poderá ser localizado na Clínica Orto Germain Rua Gonçalves Dias, 191 - 5 Bec, fone: 3322-9822. Fixo honorários em R\$ 800,00 (oitocentos reais), o qual deverá ser adiantadas pelo réu.Intime-se o réu para, no prazo de 05 dias, depositar o valor dos honorários em juízo, para o início dos trabalhos, sob pena de perda da prova. Efetuado o depósito, intime-se o perito para dar início aos trabalhos, devendo, se for o caso, dizer se eventual incapacidade apresentada no autor se enquadra em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, incluída pela Lei n. 11.945/2009, que junto neste momento aos autos, devendo a cópia da referida tabela ser entregue ao perito no momento da intimação. O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua intimação.Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem assistentes técnicos.O perito nomeado deverá comunicar este Juízo, o dia, local e hora em que será realizada a perícia. Com a informação, intimem-se as partes. Depositado o laudo em cartório, intimem-se as partes para apresentarem seus pareceres, no prazo comum de 10 (dez) dias.Expeça-se o necessário. Intimem-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0000496-47.2013.8.22.0014

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Reinaldo Rodrigues da Costa

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt

Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)

DESPACHO:

Vistos.A apresentação de cópia da procuração e substabelecimento não enseja a decretação de revelia do réu como pretende o autor na peça de impugnação, uma vez o STJ firmou o entendimento de que é desnecessária a autenticação das cópias de tais documentos “porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade”, nesse sentido vejamos:AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE PROCESSUAL. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO. AUTENTICAÇÃO DESNECESSÁRIA. ENTENDIMENTO DA SEGUNDA SEÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. SÚMULA 371/STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual “desnecessária a autenticação de cópia de procuração e de substabelecimento, porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade” (EREsp 725.740/PA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2009, DJe 08/02/2010). 2. “Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.” (Súmula 371/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no Ag 932.931/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 18/08/2011). (grifei)Da preliminar de carência da açãoAlega o requerido à carência de ação em razão da falta de interesse de agir, uma vez que o autor já recebeu totalmente a cobertura devida em conformidade com as normas que regulamentam a matéria.A preliminar levantada não merece guarida, pois o procedimento é adequado para atingir um provimento jurisdicional acerca do litígio versado nos autos, de forma que se mostra útil ao autor, porquanto por meio dela pode ter atendida a pretensão inicial. De igual forma, a necessidade da ação se revela, ante a resistência do réu ao pagamento total da indenização prevista no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74,.Por tais motivos, rejeito a preliminar.Do Saneamento do feitoAs partes são legítimas e possuem capacidade postulatória.Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo.O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade.Dessa forma, dou o feito por saneado.Fixo como ponto controvertido da lide o direito do autor em receber a totalidade da indenização descrita no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07.Das ProvasDefiro a produção da prova pericial requerida pelas partes, consistentes na avaliação médica do autor, no sentido de verificar se a incapacidade sofrida é parcial ou total.Nomeio o médico Dr. Luiz Primo Laraya para proceder a perícia, o qual poderá ser localizado na Clínica Orto Germain Rua Gonçalves Dias, 191 - 5º Bec, fone: 3322-9822. Fixo honorários em R\$ 800,00 (oitocentos reais), o qual deverá ser adiantadas pelo réu.Intime-se o réu para, no prazo de 05 dias, depositar o

valor dos honorários em juízo, para o inícios dos trabalhos, sob pena de perda da prova. Efetuado o depósito, intime-se o perito para dar início aos trabalhos, devendo, se for o caso, dizer se eventual incapacidade apresentada no autor se enquadra em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, incluída pela Lei n. 11.945/2009, que junto neste momento aos autos, devendo a cópia da referida tabela ser entregue ao perito no momento da intimação. O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua intimação.Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem assistentes técnicos.O perito nomeado deverá comunicar este Juízo, o dia, local e hora em que será realizada a perícia. Com a informação, intimem-se as partes. Depositado o laudo em cartório, intimem-se as partes para apresentarem seus pareceres, no prazo comum de 10 (dez) dias.Expeça-se o necessário. Intimem-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0009307-30.2012.8.22.0014

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:José Adão Serafim

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt

Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

DESPACHO:

Vistos.As preliminares arguidas pelo réu na peça de contestação se tratam de matéria de MÉRITO, de modo que serão apreciadas por ocasião da SENTENÇA.Do Saneamento do feitoAs partes são legítimas e possuem capacidade postulatória.Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo.O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade.Dessa forma, dou o feito por saneado.Fixo como ponto controvertido da lide o direito do autor em receber a totalidade da indenização descrita no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07.Das ProvasDefiro a produção da prova pericial requerida pelas partes, consistentes na avaliação médica do autor, no sentido de verificar se a incapacidade sofrida é parcial ou total.Nomeio o médico Dr. Luiz Primo Laraya para proceder a perícia, o qual poderá ser localizado na Clínica Orto Germain Rua Gonçalves Dias, 191 - 5º Bec, fone: 3322-9822. Fixo honorários em R\$ 800,00 (oitocentos reais), o qual deverá ser adiantadas pelo réu.Intime-se o réu para, no prazo de 05 dias, depositar o valor dos honorários em juízo, para o inícios dos trabalhos, sob pena de perda da prova. Efetuado o depósito, intime-se o perito para dar início aos trabalhos, devendo, se for o caso, dizer se eventual incapacidade apresentada no autor se enquadra em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, incluída pela Lei n. 11.945/2009, que junto neste momento aos autos, devendo a cópia da referida tabela ser entregue ao perito no momento da intimação. O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua intimação.Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem assistentes técnicos.O perito nomeado deverá comunicar este Juízo, o dia, local e hora em que será

realizada a perícia. Com a informação, intimem-se as partes. Depositado o laudo em cartório, intimem-se as partes para apresentarem seus pareceres, no prazo comum de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0000901-83.2013.8.22.0014](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Manoel Gomes dos Santos

Advogado: Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt

Advogado: Lucimar Cristina Gimenez (OAB/RO 5017), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)

DESPACHO:

Vistos. A apresentação de cópia da procuração e substabelecimento não enseja a decretação de revelia do réu como pretende o autor na peça de impugnação, uma vez o STJ firmou o entendimento de que é desnecessária a autenticação das cópias de tais documentos "porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade", nesse sentido vejamos: AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO DE INSTRUMENTO. NULIDADE PROCESSUAL. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO. AUTENTICAÇÃO DESNECESSÁRIA. ENTENDIMENTO DA SEGUNDA SEÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. SÚMULA 371/STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual "desnecessária a autenticação de cópia de procuração e de substabelecimento, porquanto se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos pelas partes, cabendo a elas arguir a falsidade" (EREsp 725.740/PA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2009, DJe 08/02/2010). 2. "Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização." (Súmula 371/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no Ag 932.931/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 18/08/2011). (grifei) Da preliminar de carência da ação Alega o requerido à carência de ação em razão da falta de interesse de agir, uma vez que o autor já recebeu totalmente a cobertura devida em conformidade com as normas que regulamentam a matéria. A preliminar levantada não merece guarida, pois o procedimento é adequado para atingir um provimento jurisdicional acerca do litígio versado nos autos, de forma que se mostra útil ao autor, porquanto por meio dela pode ter atendida a pretensão inicial. De igual forma, a necessidade da ação se revela, ante a resistência do réu ao pagamento total da indenização prevista no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74. Por tais motivos, rejeito a preliminar. Do saneamento do feito As partes são legítimas e possuem capacidade postulatória. Presente às condições da ação e os pressupostos processuais de existência, validade e de desenvolvimento regular do processo. O feito encontra-se escoimado de quaisquer vícios que possam inquiná-lo de nulidade. Dessa forma, dou o feito por saneado. Fixo como ponto controvertido da lide o direito do autor em receber a totalidade da indenização descrita no art. 3º, inciso II, da

Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07. Das Provas Defiro a produção da prova pericial requerida pelas partes, consistentes na avaliação médica do autor, no sentido de verificar se a incapacidade sofrida é parcial ou total. Nomeio o médico Dr. Luiz Primo Laraya para proceder a perícia, o qual poderá ser localizado na Clínica Orto Germain Rua Gonçalves Dias, 191 - 5 Bco, fone: 3322-9822. Fixo honorários em R\$ 800,00 (oitocentos reais), o qual deverá ser adiantado pelo réu. Intime-se o réu para, no prazo de 05 dias, depositar o valor dos honorários em juízo, para o início dos trabalhos, sob pena de perda da prova. Efetuado o depósito, intime-se o perito para dar início aos trabalhos, devendo, se for o caso, dizer se eventual incapacidade apresentada no autor se enquadra em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, incluída pela Lei n. 11.945/2009, que junto neste momento aos autos, devendo a cópia da referida tabela ser entregue ao perito no momento da intimação. O laudo deverá ser entregue nos autos no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua intimação. Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem assistentes técnicos. O perito nomeado deverá comunicar este Juízo, o dia, local e hora em que será realizada a perícia. Com a informação, intimem-se as partes. Depositado o laudo em cartório, intimem-se as partes para apresentarem seus pareceres, no prazo comum de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0086291-60.2009.8.22.0014](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Jorge Padilha de Souza Sobrinho

Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)

Requerido: Companhia de Seguros Aliança do Brasil Bb Seguros

Advogado: Beatriz Bianchini Ferreira Barlette (OAB/RO 3602), Pedro da Silva Dinamarco (OAB/SP 126256)

DESPACHO:

Vistos. I ? Considerando a tempestividade e o recolhimento do preparo recursal, recebo as apelações nos efeitos legais (CPC, art. 520). II ? Intime(m)-se o(s) apelado(s) a responder(em), no prazo legal. III ? A seguir, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao TJ/RO. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0005179-64.2012.8.22.0014](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Natan Gurkewicz Nunes

Advogado: Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt

Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Alan Leon Krefta (OAB/RO 4083)

DESPACHO:

Vistos. Intime-se o réu para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto a petição de fls. 69. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0000273-94.2013.8.22.0014](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Alisson Moraes de Souza

Advogado: Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
Advogado:Alexandre Paiva Calil (RO 2894 - RO), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)

DESPACHO:

Vistos.Analisando detidamente os autos, verifico que o autor especificou o grau de sua lesão, conforme se depreende às fls. 5, qual seja, 70% de perda anatômica dos membros inferiores, de modo que não deve subsistir o DESPACHO de fls. 82 que determinou a emenda da petição inicial.No mais, intím-se as partes para, no prazo de 10 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.
Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0009724-46.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Silvoni dos Santos Linhares

Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493), Josângela Mayara Rodrigues (OAB-RO 5909)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)

DESPACHO:

Vistos.Analisando detidamente os autos, verifico que o autor especificou o grau de sua lesão, conforme se depreende às fls. 5, qual seja, 70% de perda anatômica dos membros superiores, de modo que não deve subsistir o DESPACHO de fls. 47 que determinou a emenda da petição inicial.No mais, intime-se o autor para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados pelo réu.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0005107-77.2012.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Antonio Ferreira de Carvalho

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
Advogado:Alan Leon Krefta (OAB/RO 4083), Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Armando Krefta (OAB-RO 321-B)

DESPACHO:

Vistos.Intime-se o réu para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto a emenda de fls. 70.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0012813-77.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Diney Ramanzate Oliveira

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:

Vistos.Acolho a emenda de fls. 44.Defiro o pedido de justiça gratuita à parte autora.A demanda tal qual proposta importará na realização de perícia médica, prova técnica de maior complexidade, razão pela qual determino a conversão para o rito ordinário CPC, art. 277, § 5º.Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, juntar nos autos a cópia da contrafé da emenda da petição inicial.Após, cite-se o réu para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 285)

e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 319, do CPC, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor."Intime-se.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0008181-08.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Cleberson Aparecido da Silva

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
DESPACHO:

Vistos.Acolho a emenda da petição inicial.Conforme DECISÃO do agravo de fls. 34, o autor é beneficiário da justiça gratuita. Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, apresentar a contrafé da emenda da inicial.Após, cite-se como determinado no DESPACHO de fls. 22.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0012815-47.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Vair Ferreira de Araújo

Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:

Vistos.Acolho a emenda de fls. 23.Defiro o pedido de justiça gratuita à parte autora.A demanda tal qual proposta importará na realização de perícia médica, prova técnica de maior complexidade, razão pela qual determino a conversão para o rito ordinário CPC, art. 277, § 5º.Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, juntar nos autos a cópia da contrafé da emenda da petição inicial.Após, cite-se o réu para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 285) e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 319, do CPC, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor."Intime-se.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0004059-83.2012.8.22.0014](#)

Ação:MANDADO de Segurança

Requerente:Orlando Hanemann

Advogado:Luiz Antonio Gatto Junior (RO 4683), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)

Requerido:Secretário Municipal de Saúde de Vilhena Ro

DESPACHO:

Vistos.Intime-se o impetrado para, no prazo de 5 dias, fornecer a(s) medicação(ões) necessária(s) para o tratamento médico do impetrante, sob pena de sequestro.Caso não haja o cumprimento da DECISÃO, intime-se o impetrante para apresentar o orçamento da(s) medicação(ões), para efetivação do sequestro nas contas do impetrado a fim de custeio do(s) remédio(s).Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0007805-56.2012.8.22.0014](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Posto de Molas Noma Ltda

Advogado:Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)

Executado:Joaldo Teixeira de Oliveira

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos etc...Considerando a satisfação do débito pelo pagamento, conforme informação da parte exequente às fls. 31, JULGO EXTINTA a execução de SENTENÇA promovida por POSTO DE MOLAS NOMA LTDA contra JOALDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, nos termos do art. 794, I, do CPC. HOMOLOGO a desistência do prazo recursal, manifestada às fls. 31.Custas pelo Executado, o qual deverá ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa. Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados.Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0070913-69.2006.8.22.0014](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Fertilizantes Heringer S/A

Advogado:João de Deus Pinto Monteiro Neto (MT 9319-B), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)

Executado:Carlos Cesar Amaral Marques

Advogado:Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084)

DESPACHO:

Vistos.HOMOLOGO o aditamento do acordo de fls. 170/172. Permaneça a suspensão do processo até o cumprimento integral do acordo (20/10/2014).Decorrido o prazo acima, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito sob pena de arquivamento.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0004702-07.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Instituto do Rim de Rondônia Ltda - Irr

Advogado:Thalles de Souza Rodrigues (B-OAB/MT 9874), João Henrique de Paula Alves Ferreira (OAB/MT 11354)

Requerido:Município de Vilhena

Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:

Vistos.Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0005599-35.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:João Roberto Pinto Francisquini

Advogado:Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Albert Suckel (OAB/RO 4718)

Requerido:Banco Itaú S/A

Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (RN 392-A), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)

DESPACHO:

Vistos.Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0002727-47.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Uni Pneus Serviços de Recapagem Ltda ME

Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551)

Requerido:Edgar Pedro Kupp

Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:

Vistos.Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar o feito, sob pena de extinção e arquivamento. Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0007884-06.2010.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Wilson de Souza Moreira

Advogado:Josemarí Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)

Requerido:Consórcio Nacional GM Ltda

Advogado:Cynthia Durante (OAB/RO 4678), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos etc...Considerando a satisfação do débito pelo pagamento, conforme informação da parte exequente às fls. 213, JULGO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA promovido por WILSON DE SOUZA MOREIRA contra CONSÓRCIO NACIONAL GM LTDA, nos termos do art. 794, I, do CPC.Custas pelo Executado, o qual deverá ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa. Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados.Tendo em vista que o feito foi extinto pelo total cumprimento da obrigação, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0011187-23.2013.8.22.0014](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:A. L. S. S.

Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)

Executado:C. C. S.

SENTENÇA:

SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 29/3, para que dele

surtam seus legais e jurídicos efeitos.Em consequência, com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução de alimentos promovida por A. L. S. S. contra C. C. S..Sem custas, nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei 301/90.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados. Tendo em vista que o feito foi extinto pela vontade das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.No caso de descumprimento do acordo, os autos serão desarquivados independentemente do pagamento de custas pelo interessado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0050180-77.2009.8.22.0014](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP

Executado:Jair Machado

DESPACHO:

Vistos.HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes às fls. 101/102, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos. Defiro o pedido de suspensão requerido às fls. 102.Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 48 horas, impulsionar o feito, importando a inércia o total cumprimento da obrigação e consequente extinção do processo.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: [0033883-63.2007.8.22.0014](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Exequente:Banco Volkswagen S/a

Advogado:Marcelo Brasil Saliba - OAB/RO 5.258

Executado:Nely Constância Araujo Cruz Vasconcelos

FINALIDADE: Intimação - Alvará - Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Edeonilson Souza Moraes

Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível

E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: [0012437-91.2013.8.22.0014](#)

Ação:Arrolamento Sumário

Requerente:Rosemira Carvalho Cardoso, Milka Lilian Silva Cardoso, Miquéias Francisco Silva Cardoso, Midiam Silva Cardoso, Mizael Silva Cardoso

Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)

Arrolado:José Gomes Cardoso

SENTENÇA:

Rosemira Carvalho Cardoso, Milka Lilian Silva Cardoso, Miqueias Francisco Silva Cardoso, Midiam Silva Cardoso

e Mizael Silva Cardoso, requereram Arrolamento Sumário de bens deixados por José Gomes Cardoso, falecido em 16/10/2012. A requerente Rosemira Carvalho Cardoso foi nomeada inventariante independente de compromisso. Informaram como bens a inventariar um imóvel e uma motocicleta a serem partilhados, cabendo 50% (cinquenta por cento) do imóvel e 100% (cem por cento) da motocicleta, para a viúva meeira Rosemira Carvalho Cardoso e os outros 50% do imóvel, para os herdeiros, na proporção de 12,5% (doze e meio por cento) para cada filho. Juntaram documentos. Apresentaram certidões negativas de tributos municipais estaduais e federais (fls.28/30). A inventariante apresentou plano de partilha e comprovou o recolhimento do ITCMD (fls.39/66). As partes são capazes e a transação é amigável (CPC, art. 1.031). É o relatório. Decido.Ante a manifestação dos autores, certidão de óbito, certidões negativas de tributos, comprovantes de recolhimento de impostos e todos os demais documentos juntados aos autos, julgo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos a partilha de fls. 07/08 destes autos de arrolamento sumário dos bens deixados por José Gomes Cardoso, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros.Pagas as custas, expeça-se formal de partilha.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP. Publique-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: [0000102-45.2010.8.22.0014](#)

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:P B Transportadora Ltda

Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio

Pedot (OAB/RO 2022), Sandro Signor (OAB/RO 2810)

Executado:Sérgio Luiz Prado

DESPACHO:

Em consulta ao INFOJUD, segue o endereço encontrado para o CPF fornecido.Diga o credor em dez dias.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: [0108450-65.2007.8.22.0014](#)

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:Juarez Roque Dallazem

Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)

Requerido:Laudir Huppes

DESPACHO:

Em consulta ao INFOJUD, o endereço é o mesmo do qual já houve diligência negativa. Diga credor em dez dias.Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: [0001071-55.2013.8.22.0014](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Aparecido Souza de Carvalho, Denise Regina Von Dentz de Carvalho, Charlene Crystian dos Santos

Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)

Requerido:Banco do Brasil S/A

Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédís (PR 8123)

DESPACHO:

Recebo a apelação de fls. 183/194, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Remetam-se os autos para o Tribunal de Justiça, com as homenagens deste juízo. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0013186-11.2013.8.22.0014

Ação: Embargos de Terceiro (Cível)

Embargante: B Três Participações e Empreendimentos Ltda

Advogado: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)

Embargado: Banco da Amazônia S/A - Basa

Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Monamães Gomes Grossi (OAB-RO 903), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)

SENTENÇA:

I ? RELATÓRIO B3 Participações e Empreendimentos Ltda ajuizaram os presentes embargos de terceiro c/c pedido de concessão de medida liminar para suspensão da ação de execução e dos leilões designados contra Banco da Amazônia S/A, alegando que é a legítima proprietária do imóvel denominado ? Quadra 92 (noventa e dois), antiga 104 (cento e quatro), setor 03 (três), bairro industrial, nesta cidade de Vilhena - RO? e que o referido bem foi penhorado nos autos nº 0072787.07.1997.8.22.0014, sendo que jamais pertenceu a executada ou seus sócios e também que não há qualquer documento que comprove o registro da penhora. Requereu liminarmente a manutenção da posse do bem e a suspensão da execução e dos leilões designados para 12/03/2014 e 27/03/2014, e, ao final, a procedência dos embargos. Juntou procuração e documentos (fls. 11/713). Recebido os embargos com a suspensão da execução e revogação das hastas públicas. O embargado apresentou impugnação aos embargos de terceiro (fls. 717/725), alegando que o imóvel foi penhorado entre os anos de 1986/1987 e que a aquisição do embargante é recente. Argumentou que o imóvel foi à venda judicial várias vezes e numa delas o embargante se fez presente e ofertou lance, ou seja, o embargante tentou comprar o imóvel que lhe pertence no dia 23 de agosto de 2013, pois em tese teria a propriedade do imóvel que afirma estar na posse há mais de quatro anos, porém, somente em 10/07/2013, há poucos meses, é que comprou o imóvel dos supostos proprietários. Disse que não havia registro da penhora porque se aperfeiçoou à mais de duas décadas, noutro momento de certificação de propriedade prática neste Estado. Requereu a improcedência dos embargos. Juntou documentos (fls. 726/739). Instados a produzirem provas, a embargada requereu a produção de prova documental e testemunhal, porém não juntou documentos e nem apresentou o rol de testemunhas, e o embargante requereu o julgamento antecipado da lide. II ? FUNDAMENTAÇÃO Pretende o autor a desconstituição da penhora realizada na Quadra 92 (noventa e dois), antiga 104 (cento e quatro), setor 03 (três), bairro industrial, nesta cidade de Vilhena - RO, alegando que é o legítimo proprietário e que quando adquiriu o bem em 29/07/2013, não havia penhoras registradas no cartório de registro imobiliário. A embargada disse que o autor adquiriu o imóvel de terceiro alheio à execução, suposto proprietário, mas não foi de boa-fé porque sabia da execução e inclusive participou de leilão e ofertou lance, porém não comprovou o alegado. A transferência da propriedade imobiliária ocorre

com o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis. Analisando os autos constato que a executada em momento algum figurou como proprietária, no cartório de registro de imóveis, do imóvel objetivo dos embargos. O embargante adquiriu o bem dos proprietários, constantes no registro imobiliário, e, segundo alegaram, exerciam a posse há mais de quatro anos e inclusive peticionaram nos autos da execução afirmando serem os proprietários do imóvel, e posteriormente venderam para o embargante, que, independente de saber da existência da execução, adquiriu o bem livre de quaisquer constrições no registro imobiliário, até por que a executada não figurava como proprietária do bem. A jurisprudência presume a boa fé do adquirente quando há ausência de registro de penhora e neste caso concreto, além da ausência do registro da penhora, a propriedade do imóvel pertencia a terceiros e não à executada. Nesse sentido segue jurisprudência: Ementa: Embargos de terceiro à penhora. Alienação após a penhora não registrada. Boa fé do adquirente. Registro do instrumento contratual pelo adquirente. A ausência de registro da penhora, ou da existência da ação, na matrícula do imóvel, presume a boa-fé do embargante. A presunção se elide nos termos do Súmula nº 375 do STJ: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente." O registro, ou não, do instrumento contratual pelo adquirente caracteriza direito real de aquisição, ou não, situação jurídica que não prejudica ação do adquirente, seja a adjudicação compulsória, sejam embargos de terceiro, incidindo os enunciados das Súmulas 84 e 239 do STJ. Considera-se que o exeqüente e embargado de terceiro deu causa aos embargos de terceiro e responde pela sucumbência. Faltando registro da penhora, considera-se que a exeqüente e embargada tenha dado causa aos embargos de terceiro, necessários para livrar o imóvel da execução, além de se ter oposto aos embargos de terceiro, do que decorre a imputação da sucumbência.. (Apelação Cível Nº 70057754897, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Cini Marchionatti, Julgado em 18/12/2013). Portanto, considerando que o embargante comprovou que adquiriu os imóveis dos proprietários anteriores, em consonância com o princípio da continuidade dos atos registrais, que a executada não figurava como proprietária do imóvel e também não havia registro algum de penhora, a procedência da demanda é medida que se impõe. III ? DISPOSITIVO Face do exposto, julgo PROCEDENTES os embargos de terceiros aforados por B3 Participações e Empreendimentos Ltda contra Banco da Amazônia S/A, e julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, e via de consequência desconstituo a penhora realizada na Quadra 92 (noventa e dois), antiga 104 (cento e quatro), setor 03 (três), bairro industrial, nesta cidade de Vilhena - RO, nos autos da execução 0072787.07.1997.8.22.0014. Junte-se cópia desta DECISÃO no processo executivo. Condene a embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 20, parágrafo 4º, do CPC. SENTENÇA registrada automaticamente no SAP. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE. Vilhena-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Harry Roberto Schirmer
Diretor de Cartório

PRIMEIRA ENTRÂNCIA**COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE****1ª VARA CRIMINAL**

1º Cartório Criminal

Proc.: [0000943-26.2013.8.22.0017](#)

Ação:Carta Precatória (Criminal)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Réu:Clóvis Nascimento dos Santos, Rosemary de Oliveira Soares Santos

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

Vistos.Devolva-se à origem para apreciação do pedido dos réu pelo juízo da execução.Alt. Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0000812-85.2012.8.22.0017](#)

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Réu:Ezequiel Eidans Farias

Advogado:Sergio Roberto Mazzaroto (RO 58-A)

SENTENÇA:

SENTENÇA [...] DISPOSITIVO - Ante o exposto, CONCEDO INDULTO ao apenado EZEQUIEL EIDANS FARIAS, em relação à pena em execução nestes autos e, em consequência, DECLARO EXTINTA A PENA, nos termos do artigo 1º, inciso XIII do Decreto nº 8.172, de 24 de dezembro de 2013. Expeça-se termo circunstanciado de indulto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, archive-se.

Proc.: [0000663-89.2012.8.22.0017](#)

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Réu:José Farias Filho

Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)

SENTENÇA:

SENTENÇA [...] - DISPOSITIVO. Ante o exposto, CONCEDO INDULTO ao apenado JOSÉ FARIAS FILHO, em relação à pena em execução nestes autos e, em consequência, DECLARO EXTINTA A PENA, nos termos do artigo 1º, inciso XV do Decreto nº 8.172, de 24 de dezembro de 2013. Expeça-se termo circunstanciado de indulto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, archive-se os autos.

Proc.: [0001348-62.2013.8.22.0017](#)

Ação:Execução Provisória

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Réu:Nilton Sandro de Oliveira

Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)

DECISÃO:

[...] Isto posto, DEIXO DE CONCEDER INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA, nos termos do artigo 9º, inciso III, e 8º, parágrafo 1º, do Decreto 8.172/2013. Intimem-se e comuniquem-se, conforme for necessário. Prossiga-se com a execução penal em seus ulteriores termos.

Proc.: [0000007-64.2014.8.22.0017](#)

Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente:Maria de Fatima Teixeira Benites

Advogado:Advogado Não Informado (000)

Requerido:Adilson Benites Teixeira

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

DESPACHO Os autos deverão ficar suspensos até 8/4/2014, nos termos da DECISÃO que concedeu a medida protetiva.Alt. Floresta DOeste-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

digite o nome do escrivão
tratamento

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: [0002049-23.2013.8.22.0017](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Antonio Alves da Luz

Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)

DECISÃO:

DECISÃO SANEADORA - Trata-se de ação de concessão de benefícios previdenciários, alegando a autora que se encontra incapacitada para o trabalho. Apresentada defesa pela parte requerida, não arguiu preliminar. Apesar de intimado, o requerente não impugnou a contestação. Constata-se, no mais, a presença dos pressupostos processuais positivos e a ausência dos negativos. Do ponto de vista das condições da ação, o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação. Há interesse processual e as partes são legítimas. Dou o feito por saneado. O ponto controvertido da demanda é a existência ou de enfermidade considerada como deficiência capaz de tornar o requerente totalmente incapacitado para vida independente e para o trabalho, sendo necessário esclarecer, na hipótese da incapacidade ser confirmada, se ela é temporária ou definitiva e se há possibilidade ou não de readaptação para outras atividades. Fixada essa premissa, mostra-se pertinente a produção de prova pericial, razão pela qual nomeio como perito do juízo o médico Dr. Alexandre Rezende, especialista em ortopedia. Diante do grau de especialização do perito, a complexidade do exame o local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 3º, parágrafo único da Resolução 541 do CJF, fixo os honorários periciais em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), que será pago pela Seção Judiciária do Estado, na forma da referida resolução. Advirta-se ao INSS de que, se eventualmente for vencido na SENTENÇA, poderá ser condenado a ressarcir o erário do valor da perícia acima, com a ressalva de que caso a autora beneficiária da justiça gratuita seja vencida, não há que se falar em reembolso, nos moldes do artigo 6º da Resolução 541 do CJF. Concedo o prazo de 5 dias para o autor apresentar os seus quesitos, bem como para ambas as partes indicarem assistentes técnicos, caso desejem. Após, notifique-se o perito da presente nomeação, bem como para agendar data da

perícia no prazo de 5 dias, com a ressalva de que o ato não poderá ser realizado durante o horário de trabalho e nem nos locais que eventualmente exerça medicina na rede pública. Vindo a indicação, intimem-se as partes, devendo o autor ser intimado pessoalmente para comparecer na data agendada para realização da perícia. Após a realização da perícia o Sr. perito terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o laudo em juízo. Intimem-se e cumpra-se. Seguem os quesitos do juízo: [...]

Proc.: 0002220-82.2010.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Balbina Ferreira Plaster

Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

Vistos.Cuida-se de ação de cunho previdenciário em fase de execução da SENTENÇA.Intimada para manifestar-se sobre os cálculos apresentados pela credora, a autarquia ré pediu a intimação do autor para informar eventual interesse em renunciar ao crédito excedente ao limite para se possibilitar o pagamento via RPV, tendo requerido a expedição da requisição de pequeno valor em caso de anuência da parte.O credor, por sua vez, concordou com a opção dada pela autarquia ré e preferiu renunciar ao crédito excedente ao teto, a fim de receber o que lhe cabe pela via mais célere (RPV).Sendo assim, homologo a renúncia do autor (exequente) ao crédito que excede o limite para classificação do requisitório como sendo de pequeno valor.Por consequência, determino a expedição de RPV para pagamento dos valores.Com a comprovação dos depósitos e após verificada a regularidade pela escritania, fica autorizado, desde já autorizada a expedição dos alvarás para levantamento dos valores depositados, sendo um em nome do advogado, referente ao depósitos dos honorários e outro exclusivamente em nome do beneficiário (requerente), para levantamento dos valores referentes ao crédito principal, salvo se o instrumento de procuração conferir poderes ao advogado para retirar o expediente e/ou efetuar o levantamento em nome da parte, o que deverá ser observado pela escritania no momento oportuno. Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escritania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento.Com a retirada dos alvarás, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.Altá Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000329-84.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Flaviana Ferreira Maioli

Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Vistos.Considerando que a parte pleiteou justiça gratuita, e verifico que a mesma tem a causa patrocinada por advogado particular, intime-se o advogado da parte

autora para emendar inicial para:a) trazer comprovações de rendimentos.Issso porque, para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50, a parte autora deve apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face o não recolhimento das custas.Por oportuno, colaciono jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Tribunal sobre a possibilidade da determinação ora estabelecida:PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. 1. Dispõe art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário. 2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais. 3. Recurso especial desprovido. (REsp 544021/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2003, DJ 10/11/2003 p. 168)O pedido de assistência judiciária pendente de análise na primeira instância não poderá ser apreciado em segundo grau, sob pena de ocorrer supressão de instância. (TJRO, Ag Instrumento 100.001.2005.013974-5, Rel. Des. Moreira Chagas, j. 11-01-2006)PROCESSO CIVIL. CUSTAS. RECOLHIMENTO. LEI N. 1.060/50. RELATIVIDADE. A DECISÃO que determina o recolhimento das custas, mediante a não-comprovação da alegada hipossuficiência é legítima, porquanto, existindo nos autos elementos que indiquem a possibilidade de pagamento das custas, razoável é a exigibilidade do recolhimento, visto que a norma que concede o benefício não é absoluta. (TJRO, Ag. Instrumento 100.001.2004.017454-8, Rel. Des. Sansão Saldanha, j. 15-12-2004).Em não tendo rendimentos, ou sendo ele insuficientes para arcar com as despesas do processo, deverá juntar declaração de pobreza, sob as penas da Lei.Caso a parte proceda o recolhimento das custas processuais, fica sem efeito a determinação de juntada dos comprovantes do estado e hipossuficiência.Prazo de 10 (dez) dias.Altá Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000332-39.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Elietes Rosa de Almeida Zetoles

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

DECISÃO - [...] Pelo exposto, indefiro, por hora, o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o INSS com as advertências legais, bem como para que referido. Instituto manifeste se pretende produzir provas em audiência. Havendo procedimento administrativo junto ao requerido, determino a juntada, pelo próprio órgão, de cópia do mesmo ao processo, bem como do CNIS atualizado da parte requerente. Vindo a contestação, manifeste-se a parte autora. Na oportunidade a parte requerente deverá informar se possui provas a produzir em audiência, sob pena de preclusão. Deverá o autor informar, também, os dados constantes do anexo da Recomendação Conjunta nº. 04 CNJ/CGJF de 17/05/2012, bem como juntar documento que informe o nº do PIS/PASEP, NIT da requerente e do CNIS atualizado, no caso do último, se não for apresentado pela parte ré. Expeça-se o necessário.

Proc.: 0000333-24.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Alexandre Zoppi Rodrigues

Advogado:Adriana Janes da Silva (OAB/RO 3166), Wallasclei Nogueira Pimenta (OAB/RO 5742)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

DESPACHO Recebo o feito pelo rito ordinário.Considerando que a parte autora afirmou nos autos que exerce função de serviços gerais e juntou comprovante de rendimento indicando que trabalha na empresa A. Paulo EPP exercendo atividade de ?Carga e Descarga?, percebendo remuneração mensal bruta equivalente à um salário mínimo previsto em lei (fl.13), bem como o fato de ter anexado à inicial a declaração de hipossuficiência, defiro o benefício da justiça gratuita.Cite-se a ré com as advertências legais (art. 285 e art. 319, ambos do CPC) para, querendo, oferecer defesa em 15 (quinze) dias contados da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do MANDADO devidamente cumpridos, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Decorrido o prazo da defesa, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.Restando infrutífera a citação ou com a defesa tempestiva, vista a parte autora para manifestar-se em 10 (dez) dias. Com a manifestação da parte autora ou certificado o decurso do prazo, voltem-me conclusos.Intime-se, expedindo-se o necessário, servindo o presente de MANDADO ou carta de citação, caso seja conveniente ao cartório. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014.Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000130-62.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Juliano Martins do Couto

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

DESPACHO Recebo o feito pelo rito ordinário.Considerando que a parte autora afirmou nos autos que exerce atividade vendas e que atualmente está desempregado, não possuindo rendimentos fixos, bem como o fato de ter anexado à inicial a declaração de hipossuficiência, defiro o benefício da justiça gratuita.Cite-se a ré com as advertências legais (art. 285 e art. 319, ambos do CPC) para, querendo, oferecer defesa em 15 (quinze) dias contados da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do MANDADO devidamente cumpridos, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Decorrido o prazo da defesa, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.Restando infrutífera a citação ou com a defesa tempestiva, vista a parte autora para manifestar-se em 10 (dez) dias. Com a manifestação da parte autora ou certificado o decurso do prazo, voltem-me conclusos.Intime-se, expedindo-se o necessário, servindo o presente de MANDADO ou carta de citação, caso seja conveniente ao cartório.Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000129-77.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Douglas Augusto Vieira de Arruda

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

DESPACHO Recebo o feito pelo rito ordinário.Considerando que a parte autora afirmou nos autos que exerce atividade autônoma e não possui rendimentos fixos, bem como o fato de ter anexado à inicial a declaração de hipossuficiência, defiro o benefício da justiça gratuita.Cite-se a ré com as advertências legais (art. 285 e art. 319, ambos do CPC) para, querendo, oferecer defesa em 15 (quinze) dias contados da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do MANDADO devidamente cumpridos, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Decorrido o prazo da defesa, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.Restando infrutífera a citação ou com a defesa tempestiva, vista a parte autora para manifestar-se em 10 (dez) dias. Com a manifestação da parte autora ou certificado o decurso do prazo, voltem-me conclusos.Intime-se, expedindo-se o necessário, servindo o presente de MANDADO ou carta de citação, caso seja conveniente ao cartório. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0026931-35.2002.8.22.0017

Ação:Execução Fiscal

Exequente:Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Rondônia

Advogado:Procurador da Fazenda Nacional no Estado de Rondônia (DNI DNI)

Executado:Madeira e Laminados Chupinguaia Ltda

Advogado:Advogado não informado (DNI DNI)

DESPACHO:

Vistos.Indefiro o pedido de fls. 242/243, uma vez que não foi apresentada qualquer justificativa pela agente para se postergar o ato, bem como pelo fato de que as datas para as quais o leilão foi redesignado, ou seja, dia 20/03/2014 (primeira tentativa) e 03/04/2014 (segunda tentativa), foram indicadas e agendadas pela própria leiloeira.Ademais, as diligências processuais referentes à comunicação das partes e procuradores, além de publicação, já foram efetivadas, tornando-se inviável e dispendioso ao processo tornar a cumprir as mesmas diligências diante da inexistência de qualquer justificativa.Comunique-se à leiloeira pelo meio que se fizer mais célere (telefone, e-mail, etc), observando, ainda, os contatos indicados à fl. 243, certificando nos autosAlta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014.Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000346-23.2014.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Josiani Alice Pimenta

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

DECISÃO - [...] Pelo exposto, indefiro, por hora, o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o INSS com as advertências legais, bem como para que referido. Instituto manifeste se pretende produzir provas em audiência. Havendo procedimento administrativo junto ao requerido, determino a juntada, pelo próprio órgão, de cópia do mesmo ao processo, bem como do CNIS atualizado da parte requerente. Vindo a contestação, manifeste-se a parte autora. Na oportunidade a parte requerente deverá informar se possui provas a produzir em audiência, sob

pena de preclusão. Deverá o autor informar, também, os dados constantes do anexo da Recomendação Conjunta nº. 04 CNJ/CGJF de 17/05/2012, bem como juntar documento que informe o nº do PIS/PASEP, NIT da requerente e do CNIS atualizado, no caso do último, se não for apresentado pela parte ré. Expeça-se o necessário.

Proc.: [0000330-69.2014.8.22.0017](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria Aparecida de Lima Silva

Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Considerando que a parte autora é lavradora, segundo sua afirmação, fato que inviabiliza a juntada de comprovantes de rendimentos, e tendo em vista a declaração de hipossuficiência juntada aos autos, defiro os benefícios da justiça gratuita.Indefiro o benefício da prioridade na tramitação processual, tendo em vista que a parte não preenche o requisito exigido pelo artigo 71 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), pois não conta com 60 (sessenta anos de idade).Constado que o pedido insere-se na regra do art. 260 do CPC. Dessa forma, atribuo à causa, de ofício, o valor de R\$ 8.688,00 (oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais). Ao distribuidor para a devida retificação.Cite-se o INSS com as advertências legais, bem como para que referido Instituto manifeste se pretende produzir provas em audiência. Havendo procedimento administrativo junto ao requerido, determino a juntada, pelo próprio órgão, de cópia do mesmo ao processo, bem como do CNIS atualizado da parte requerente. Vindo a contestação, manifeste-se a parte autora. Na oportunidade a parte requerente deverá informar se possui provas a produzir em audiência, sob pena de preclusão. Deverá o autor informar, também, os dados constantes do anexo da Recomendação Conjunta nº. 04 CNJ/CGJF de 17/05/2012, bem como juntar documento que informe o nº do PIS/PASEP, NIT da requerente e do CNIS atualizado, no caso do último, se não for apresentado pela parte ré. Expeça-se o necessário. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0000322-92.2014.8.22.0017](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Orçila Maia

Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

D E C I S Ã O Comprovada a condição de idosa por meio do documento de identificação, que atesta que parte possui 77 (setenta e sete) anos de idade, defiro o benefício da prioridade na tramitação, devendo a escrivania fazer a identificação pertinente na capa dos autos.Demonstrado que a requerente é idosa, viúva e pensionista do INSS, defiro também os benefícios da assistência judiciária gratuita.Cuida-se de ação ajuizada por ORCILA MAIA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS, visando a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, com pedido de tutela antecipada para que se determine ao INSS a imediata implantação do benefício. A antecipação de tutela será concedida quando, existindo prova inequívoca, se convença o Juiz da verossimilhança da alegação da parte e ocorra fundado

receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC). No presente caso, não há nenhum elemento nos autos que indique que o réu tenha agido com abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório, não havendo, ainda comprovação do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.Ademais, não consta nos autos que a parte autora ingressou com pedido administrativo e que o mesmo tenha sido indeferido pela autarquia ré, não havendo, portanto, prova inequívoca apta a convencer sobre a verossimilhança das alegações da parte de que o INSS não tenha agido conforme lhe determina a lei.Pelo exposto, indefiro, por hora, o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o INSS com as advertências legais, bem como para que referido Instituto manifeste se pretende produzir provas em audiência. Havendo procedimento administrativo junto ao requerido, determino a juntada, pelo próprio órgão, de cópia do mesmo ao processo, bem como do CNIS atualizado da parte requerente. Vindo a contestação, manifeste-se a parte autora. Na oportunidade a parte requerente deverá informar se possui provas a produzir em audiência, sob pena de preclusão.Deverá o autor informar, também, os dados constantes do anexo da Recomendação Conjunta nº. 04 CNJ/CGJF de 17/05/2012, bem como juntar documento que informe o nº do PIS/PASEP, NIT da requerente e do CNIS atualizado, no caso do último, se não for apresentado pela parte ré. Expeça-se o necessário. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0000059-60.2014.8.22.0017](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ernesto Marcos de Carvalho

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

D E C I S Ã O Considerando a declaração de hipossuficiência juntada pela parte à fl. 73 e o fato do mesmo ser lavrados, segundo ele, fato que dificulta a apresentação de comprovantes de rendimentos, defiro também os benefícios da assistência judiciária gratuita.Cuida-se de ação ajuizada por ERNESTO MARCOS DE CARVALHO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS, visando a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, com pedido de tutela antecipada para que se determine ao INSS a imediata implantação do benefício.Aantecipação de tutela será concedida quando, existindo prova inequívoca, se convença o Juiz da verossimilhança da alegação da parte e ocorra fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ficar caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC). No presente caso, o autor alega que o INSS indeferiu o pedido administrativo em razão da não comprovação da qualidade de segurado especial pelo tempo mínimo exigido por lei.Ao analisar a inicial e documentos que a acompanham, não observo a presença de nenhum elemento que indique que o réu tenha agido com abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório, não havendo, ainda comprovação do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.Ademais, não consta nos autos prova inequívoca apta a convencer sobre a verossimilhança das alegações da parte de que o INSS não tenha agido conforme lhe determina a lei.Pelo exposto, indefiro, por hora, o pedido de antecipação de

tutela. Cite-se o INSS com as advertências legais, bem como para que referido Instituto manifeste se pretende produzir provas em audiência. Havendo procedimento administrativo junto ao requerido, determino a juntada, pelo próprio órgão, de cópia do mesmo ao processo, bem como do CNIS atualizado da parte requerente. Vindo a contestação, manifeste-se a parte autora. Na oportunidade a parte requerente deverá informar se possui provas a produzir em audiência, sob pena de preclusão. Deverá o autor informar, também, os dados constantes do anexo da Recomendação Conjunta nº. 04 CNJ/CGJF de 17/05/2012, bem como juntar documento que informe o nº do PIS/PASEP, NIT da requerente e do CNIS atualizado, no caso do último, se não for apresentado pela parte ré. Expeça-se o necessário. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0001453-39.2013.8.22.0017](#)

Ação: Embargos à Execução

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Procurador do Inss (000.)

Embargado: Juarês Henrique

Advogado: Lizandréia Ribeiro de Oliveira Jungles (OAB/RO 2369)

SENTENÇA:

SENTENÇA [...] DISPOSITIVO - Firme na argumentação supra, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES embargos à execução, com o fim de reconhecer o excesso da cobrança no montante de R\$ 9.115,19 (nove mil, cento e quinze reais e dezenove centavos), devendo a execução prosseguir pelo valor restante, ou seja, o apontado pela contadoria judicial às fls. 32/34. Isento de custas (Lei n. 301/90, artigo 8º, inciso IV). Sem honorários, já que a sucumbência é recíproca em razão da procedência parcial dos embargos. Transitada em julgado, junte-se cópia desta SENTENÇA na execução principal e archive-se estes autos. Após certificado o trânsito em julgado, fica desde já autorizada a expedição, nos autos principais, de RPVs para pagamento dos valores, inclusive dos alvarás para levantamento, caso seja confirmada a regularidade dos depósitos, sendo um dos alvarás em nome do advogado, para levantamento do depósito dos honorários e outro exclusivamente em nome do beneficiário (requerente) para levantamento do depósito das parcelas em atraso, salvo se o instrumento de procuração conferir poderes ao advogado para retirar o expediente e/ou efetuar o levantamento em nome da parte, o que deverá ser observado pela escrivania no momento oportuno. Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento. Com a retirada dos alvarás, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

Proc.: [0000374-93.2011.8.22.0017](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Vera Lúcia Alves da Rocha

Advogado: Joanito Vicente Batista (RO. 2363)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Diante da anuência da parte autora com relação aos cálculos apresentados pelo INSS às fls. 109/110 (fl. 121), HOMOLOGO referidos cálculos (fls. 109/110) e determino a expedição das respectivas RPVs. Com a comprovação dos depósitos, e após verificada a regularidade pela escrivania, autorizo desde já a expedição de alvará para levantamento do valor que for depositado em nome da parte autora, ressaltando que a retirada do alvará poderá ser realizada pelo advogado, contudo, o levantamento será realizado exclusivamente pela parte, salvo se a escrivania verificar a existência de poderes constituídos ao patrono para assim proceder em nome da parte. Com relação ao depósito do valor relativo aos honorários advocatícios, considerando o teor da petição de fl. 121, determino que sejam transferidos/depositados diretamente no processo de inventário do falecido advogado, que tramita na Comarca de Rolim de Moura/RO, ficando a escrivania autorizada, desde já, a entrar em contato com aquele juízo solicitando os dados do processo necessários para realização do procedimento. No alvará deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento. Com a retirada do alvará, e após comprovada o depósito dos honorários nos autos de inventário, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação. Cumpridas integralmente as diligências acima determinadas e não havendo qualquer pendência nos autos, voltem conclusos para extinção. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0000761-40.2013.8.22.0017](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Luiz de Castro

Advogado: Mayara Glanzel Bidu (OAB/RO 4912)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

DESPACHO Caso não haja interposição de recurso contra a DECISÃO prolatada pela instância superior (fls. 93/97), após certificado o trânsito em julgado nos autos, intime-se o requerido para cumprir o que foi determinado na referida DECISÃO. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: [0000154-90.2014.8.22.0017](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Neli Aparecida Zanotto de Paula Oliveira

Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado: Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Proceda-se a retificação do valor da causa. Defiro o prazo de suspensão do feito por 15 (quinze) dias para a parte juntar os documentos indicados. Com o decurso do prazo e silêncio da parte, intime-se a requerente para providenciar o que foi determinado, no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de indeferimento da inicial. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000806-49.2010.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:João Soares de Brito

Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Autorizo a expedição dos alvarás para levantamento dos valores depositados, sendo um em nome do advogado, referente ao depósitos dos honorários e outro exclusivamente em nome do beneficiário (requerente), salvo se o instrumento de procuração conferir poderes ao advogado para retirar o expediente e/ou efetuar o levantamento em nome da parte, o que deverá ser observado pela escrivania no momento oportuno. Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada à expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento. Com a retirada dos alvarás, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação. Expeça-se o necessário. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0029705-91.2009.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Terezinha de Jesus Silva Santos

Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DNI dni)

DESPACHO:

DESPACHO Caso os valores depositados não tenham sido levantados e os alvarás anteriores já tenham expirado, autorizo a expedição de novos alvarás para levantamento, devendo os anteriores serem cancelados, sendo que, um alvará deverá ser expedido em nome da advogada para levantamento do valor referente aos honorários e outro exclusivamente em nome da parte autora para levantamento do valor referente as parcelas em atraso, salvo se a escrivania confirmar a existência de poderes ao advogado para assim proceder em nome da parte. Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada à expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento. Com a retirada dos alvarás, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação. Comprovado nos autos que os valores foram levantados e que inexiste saldo nas respectivas contas, promova-se o arquivamento do processo, após efetuadas as baixas e comunicações necessárias. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0001376-11.2005.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Maria dos Santos Maciel

Advogado:Alcander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295/RO)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Advogado não informado (DNI DNI)

DESPACHO:

DESPACHO Ao Inss para manifestar-se quanto aos cálculos apresentados, devendo impugnar, caso deseje, no prazo legal. Alta Floresta DOeste-RO, segunda-feira, 24 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0024704-28.2009.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Neusa de Oliveira Neves

Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DNI dni)

DESPACHO:

DESPACHO Autorizo a expedição de alvarás para levantamento dos valores depositados referente à RPV principal (fls. 101 e 103), bem como com relação à RPV complementar (fl. 118), sendo que, no caso da última, deverá ser aguardada a confirmação de realização do depósito nos autos, ficando a escrivania autorizada, desde já, a expedir ofício à autoridade competente cobrando referida informação na hipótese de demora injustificada. Ressalto que os alvarás deverão ser expedido para levantamento exclusivo em nome da parte autora, salvo se a escrivania confirmar a existência de poderes ao advogado para assim proceder em nome da parte. Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada à expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento. Com a retirada dos alvarás, a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação. Cumpridas integralmente as diligências acima determinadas e não havendo qualquer pendência nos autos, voltem conclusos para extinção. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0002401-49.2011.8.22.0017

Ação:Carta Precatória (Cível)

Exequente:Azevedo & Hakozaki Ltda

Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)

Executado:José Luiz dos Santos Neto

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:

DESPACHO Autorizo a expedição dos alvarás para levantamento dos depósitos judiciais efetuados nesta carta precatória em nome da parte exequente. Após, devolva-se à origem, conforme requerido pela parte (fl. 64). Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000588-16.2013.8.22.0017

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Helenildo Lino da Silva

Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvt

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)

DECISÃO:

DESPACHO Sendo tempestivo e sem incidência de preparo, uma vez que a parte é beneficiária da justiça gratuita, recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos (CPC, art. 520). Vista ao apelado para apresentar as contra-razões recursais no prazo legal, caso queira. Após o decurso do prazo, com ou sem as contra-razões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso, observadas as formalidades legais. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000915-29.2011.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ilma Francisca de Amaral

Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DESPACHO:

DESPACHO Considerando que o perito nomeado, Dr. Credival Silva Carvalho, até o momento não agendou a perícia médica e sequer apresentou qualquer manifestação nos autos, mesmo após reiterada a solicitação de agendamento da avaliação, presumo que referido profissional não deseja realizar o procedimento pericial, sendo o caso de desincumbi-lo da tarefa para nomear outro especialista. Portanto, destituo o médico Credival Silva Carvalho da obrigação de realizar a perícia médica na parte autora. Nomeio como novo perito o especialista em cardiologia Dr. Josué A. Tondo, que atende no Hospital e Maternidade Bom Jesus, na cidade de Rolim de Moura/RO, mantendo o valor dos honorários médicos já ajustado. Intimem-se e comuniquem-se, nos termo da DECISÃO saneadora, expedindo o que for necessário. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0002028-47.2013.8.22.0017

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Anita Monica de Almeida da Silva

Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

DECISÃO SANEADORA Cuida-se de ação ajuizada por Anita Monica de Almeida da Silva contra o INSS, pleiteando a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural. Citada a parte requerida, apresentou contestação sem arguir preliminares (fls. 35/40). Apesar de intimada, por meio de seu advogado (fl. 41-v), a parte autora não apresentou impugnação (fl. 42). No mais, constata-se a presença dos outros pressupostos processuais positivos e a ausência dos negativos. Do ponto de vista das condições da ação, o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação. Há interesse processual e as partes são legítimas. Dou o feito por saneado. Resta, agora, fixar os pontos controvertidos da demanda. Nesse

norte, o desate do presente litígio depende de se verificar existência ou não do exercício de atividade rural por parte do autor pelo tempo mínimo exigido pela lei e o alcance da idade mínima para a concessão de aposentadoria rural por idade. Fixada essa premissa, mostra-se pertinente a produção de prova oral, razão pela qual designo o dia 06/06/2014, às 08:30 horas, para a colheita do depoimento pessoal da parte autora e oitiva das testemunhas. Advirtam-se as partes de que deverão providenciar o comparecimento de suas testemunhas na data da audiência acima designada, salvo se fizerem requerimento tempestivo de intimação e arrolarem testemunhas no prazo de até 20 (vinte) dias antes da data da audiência (CPC, artigo 407). Intimem-se as partes e respectivos advogados, expedindo o que for necessário. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0022366-52.2007.8.22.0017

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Banco Bradesco S/A

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Executado:Clínica de Máquinas Floresta e Jardim Ltda, Paulo

Ricardo Schenatto, Luciana Aparecida Lopes da Silva

Advogado:Advogado não informado (DNI DNI)

DESPACHO:

Posto isso, inexistentes os requisitos para fundamentar tal DECISÃO, indefiro o pedido de quebra do sigilo fiscal. Promova o credor o regular andamento do feito, no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, intime-se, na forma do parágrafo único, do art. 238, do CPC, pessoalmente a parte autora para impulsionar o feito, no mesmo prazo, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0000612-78.2012.8.22.0017

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Exequente:Boasafrá Comércio e Representações Ltda

Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)

Executado:Nailton Aparecido Costa

Advogado:Advogado Não Informado (000)

DECISÃO:

Vistos. Chamo o feito à ordem e revogo o DESPACHO de folha anterior. Isso porque, é cediço que, não obstante a quebra do sigilo fiscal seja possível, ela só pode acontecer quanto presentes os requisitos. A expedição de ofício à Receita Federal, com o objetivo de localizar bens dos executados, constitui medida excepcional que, consoante a jurisprudência, só deve ser deferida se atendidos três requisitos: a) a providência deve ser imprescindível; b) o exequente deve ter anteriormente diligenciado sem sucesso para obter tais informações; e c) existência de relevante interesse da justiça. Destarte, para o deferimento de tal pleito, inicialmente tem-se que o postulante, comprovar o esgotamento de todos os meios necessários para a localização de bens do devedor. E somente após isso verifica-se a existência dos outros dois requisitos. Isso se justifica porque tal medida é excepcional e deve ser utilizada com parcimônia, sob pena de ser substituída a parte pelo juiz, vez que não se afigura adequado que o credor, antes de percorrer os caminhos que existem ao seu alcance para localizar bens passíveis de penhora do executado transfira tal ônus para o Judiciário, posto que este não é instrumento de pesquisa da

parte. O entendimento jurisprudencial majoritário é nesse sentido, ou seja, o acolhimento somente é plausível quando preenchido os requisitos o que viabiliza a fundamentação de tal DECISÃO. Do contrário, não pode a pretensão ser deferida: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A REPARTIÇÕES PÚBLICAS PARA CONSULTA SOBRE BENS DO DEVEDOR. SIGILO FISCAL. MATÉRIA FÁTICA. SUMULA 07/STJ. (...) É cediço que somente em hipóteses extremas está o juiz autorizado a quebrar o sigilo fiscal e buscar, pelas declarações de renda, junto à receita federal bens do devedor para garantir a execução. Precedentes do STJ. Ademais, a comprovação do exaurimento dos meios para obter informações sobre bens penhoráveis dos executados é matéria fática que esbarra na interdição erigida pela Súmula 07, do STJ. Agravo regimental improvido. Superior Tribunal de Justiça - ACÓRDÃO: AARESP 499373/PR (200300125382) - 513556 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RESP - DATA DA DECISÃO: 21/10/2003 - RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX - FONTE: DJ DATA: 03/11/2003 PG: 00258 - CD ROM JUIS n. 36, 2o trimestre de 2004). Execução. Devedor em lugar incerto e não sabido. MANDADO de prisão. Depositário infiel. Expedição de ofício à Receita Federal. Somente se admite a expedição de ofício para a Receita Federal e outros órgãos públicos em casos especiais, no interesse da Justiça, e não no interesse do credor, quando comprovado que este já exauriu todas as medidas para encontrar o devedor. Estando o devedor em lugar incerto e não sabido e já existindo MANDADO de prisão expedido contra ele, este fato, por si só, já caracteriza ação da Justiça para encontrá-lo. (TJRO - 100.005.2001.008519-5 Agravo de Instrumento ? Relator: Des. Gabriel Marques de Carvalho ? Data do Julgamento: 7 de junho de 2005). (negritei e sublinhei)AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL - DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS - CITAÇÃO POR EDITAL - INTERESSE DA JUSTIÇA - DEFERIMENTO. Não obstante tratar-se de medida excepcional o envio de ofício à Receita Federal visando localizar bens do devedor passíveis de constrição, também deve ser levado em consideração que além do credor, o Estado possui interesse direto na busca concreta da verdade real e, portanto, de assegurar a penhora, e a satisfação do crédito objeto da execução fiscal. No interesse da Justiça, é plenamente possível a requisição de informação à Receita Federal, desde que limitada à averiguação de existência de bens em nome dos executados. (TJMG - AGRAVO N° 1.0398.06.001194-5/001 ? Relator: Teresa Cristina da Cunha Peixoto ? Data do Julgamento: 14/08/2008). (negritei e sublinhei)No autos, pelo que se depreende, as únicas diligências são as do próprio judiciário, as quais feitas em deferimento à pedido do autor, mas nenhuma diligência dele próprio, como consultas sobre possíveis imóveis existentes etc. Posto isso, inexistentes os requisitos para fundamentar tal DECISÃO, indefiro o pedido de quebra do sigilo fiscal. Promova o credor o regular andamento do feito, no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, intime-se, na forma do parágrafo único, do art. 238, do CPC, pessoalmente a parte autora para impulsionar o feito, no mesmo prazo, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Alta Floresta DOeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Galileu Pereira da Silva
Escrivão Judicial

COMARCA DE BURITIS

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório
Edital - Publicar:
Lauda n.5269
Órgão emitente: 1ª Vara
Data: 3 de Março de 2014

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Proc.: 0003688-64.2013.8.22.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: Dione Paulo da Silva, Brasileiro, Solteiro, agricultor, CPF 028.590.902-90, Nascido em 31/10/1993, no Município de Cerejeiras, filho de João Batista da Silva e Maria Helena Paulo da Silva, recolhido na unidade prisional em Buritis/RO
Advogado: CESAR EDUARDO MANDUCA OAB/RO 520, Militante na Comarca de Ariquemes/RO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do defensor acima citado para comparecer a audiência de Instrução e Julgamento abaixo mencionada.
AUDIÊNCIA: 13.03.2014, às 09h00m
DESPACHO: "Vistos. A análise detida do feito, notadamente da defesa preliminar apresentada, não indica tratar-se de caso de absolvição sumária, na forma do art. 397, do Código de Processo Penal. Imprescindível, pois, a instrução processual. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13.03.2014, às 09h00m. Intimem-se. Buritis-RO, sexta-feira, 17 de janeiro de 2014. Jaires Taves Barreto - Juiz de Direito"
Buritis, 3 de Março de 2014

Jaires Taves Barreto
Juiz de Direito

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Vara Cível-Juizado Especial Cível(PROJUDI)Nova Brasilândia d'Oeste-RO
Email: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz(a): Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc: 1001141-08.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
IRANI LUIZ DOS SANTOS(Autor)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)
Advogado(s): DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO)
Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de instrução.

Proc: 1001137-68.2011.8.22.0020

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Maria Isildinha Favaro Martins(Autor)

Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)

OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)

Advogado(s): DANIELDOSANJOSFERNANDESJÚNIOR(OAB 3214 RO)

Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de Instrução.

Proc: 1001142-90.2011.8.22.0020

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Almir Candido da Silveira(Autor)

Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)

OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)

Advogado(s): DANIELDOSANJOSFERNANDESJÚNIOR(OAB 3214 RO)

Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de Instrução.

Proc: 1001140-23.2011.8.22.0020

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Marcelo Canevari(Autor)

Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)

OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)

Advogado(s): DANIELDOSANJOSFERNANDESJÚNIOR(OAB 3214 RO)

Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de Instrução.

Proc: 1001143-75.2011.8.22.0020

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

DANIEL ROSSINI (Autor)

Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)

OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)

Advogado(s): DANIELDOSANJOSFERNANDESJÚNIOR(OAB 3214 RO)

Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de Instrução.

Proc: 1001139-38.2011.8.22.0020

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

VALDIR FRANCO DE CARVALHO(Autor)

Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)

OZAEL CABRAL DE SOUZA(Requerido), MARLENE DIAS DE OLIVEIRA(Requerido)

Advogado(s): DANIELDOSANJOSFERNANDESJÚNIOR(OAB 3214 RO)

Ficam as partes através de seu procuradores INTIMADAS a apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo consecutivo de 10 dias, nos termos da Ata da Audiência de Instrução.

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0000323-13.2014.8.22.0006

Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)

Requerente:Pollyane da Silva Rodrigues

Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)

Requerido:Estado de Rondônia

Advogado:Procurador do Estado (000.)

DECISÃO:

Vistos.Trata-se de ação de concessão de auxílio transporte c/c pagamento das parcelas retroativas com pedido de antecipação de tutela ajuizada por POLLYANE DA SILVA RODRIGUES, já qualificada nos autos em face do ESTADO DE RONDÔNIA.Em síntese, narra a autora que é servidora pública estadual, regida pela LC 68/92, fazendo, jus, portando, a todos os benefícios descritos na lei mencionada, dentre eles, o auxílio transporte. No entanto, após seu ingresso no serviço público, nunca recebeu o benefício de auxílio transporte previsto em lei, ao contrário de outros servidores lotados em outros municípios. Pede, em antecipação de tutela, que o requerido seja obrigado a conceder o pagamento imediato do auxílio transporte mensalmente a parte autora, sob pena de multa diária. Juntou documentos (fls. 13/22).É o necessário. Decido.Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, como é curial, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da SENTENÇA final de MÉRITO, desde que, segundo disposto no artigo 273, do CPC, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação.No entanto, no presente caso, não há nem que ser analisado os requisitos ora mencionados, pois o § 2º do art. 7º da Lei 12.016/2009 dispõe que: "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza."No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial:STJ: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO. PAGAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO. FLAGRANTE ILEGITIMIDADE. A DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela incorre no que a lei denomina de flagrante ilegitimidade porque a lei veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza (art. 2º-B da Lei nº 9.494, de 1997, e art. 7º, ? 2º, da Lei nº 12.016, de 2009) e na espécie é disso que se trata. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SLS: 1502 PI 2011/0313293-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 29/08/2012, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 06/09/2012)Além disso, a vedação supramencionada encontra amparo também no art. 1º da Lei 9.494/97 e art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92.Eventual deferimento da medida, ou seja, concessão do auxílio transporte, redundará na obrigação da requerida em pagar numerário, o que, nessa fase processual de cognição sumária, não é permitido pela legislação e jurisprudência pátria.Assim, considerando a vedação legal de concessão de

tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando importar pagamento de qualquer natureza INDEFIRO a antecipação de tutela pleiteada pela autora. Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública não é firmado acordo, o que redundaria em desperdício de tempo e expediente da escrivania. Intime-se a autora dessa DECISÃO. Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos arts. 7º e 9º da Lei 12.153/09. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar no prazo de 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos para SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem-me os autos conclusos. Presidente Médici-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: [0000324-95.2014.8.22.0006](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Pedro Alves Costa

Advogado: Valter Carneiro (RO 2466.)

Requerido: Estado de Rondônia

Advogado: Procurador do Estado (000.)

DECISÃO:

Vistos. Trata-se de ação de concessão de auxílio transporte c/c pagamento das parcelas retroativas c/c antecipação de tutela ajuizada por PEDRO ALVES DA COSTA, já qualificado nos autos, em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Em síntese, narra a parte autora que é servidora pública estadual, regida pela LC 68/92, fazendo jus, portando, a todos os benefícios descritos na lei mencionada, dentre eles, o auxílio transporte. Afirma que, após seu ingresso no serviço público, nunca recebeu o benefício de auxílio transporte previsto em lei, ao contrário de outros servidores lotados em outros municípios. Requer, em antecipação de tutela, que o requerido seja obrigado a conceder o pagamento imediato do auxílio transporte mensalmente, sob pena de multa diária. Juntou documentos (fls. 13/24). É o necessário. Decido. Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, como é curial, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da SENTENÇA final de MÉRITO, desde que, segundo disposto no artigo 273, do CPC, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Ocorre que, o § 2º do art. 7º da Lei 12.016/2009 dispõe que: "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: STJ: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO. PAGAMENTO

A SERVIDOR PÚBLICO. FLAGRANTE ILEGITIMIDADE. A DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela incorre no que a lei denomina de flagrante ilegitimidade porque a lei veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza (art. 2º-B da Lei nº 9.494, de 1997, e art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016, de 2009) e na espécie é disso que se trata. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SLS: 1502 PI 2011/0313293-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 29/08/2012, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 06/09/2012) Além disso, a vedação supramencionada encontra amparo também no art. 1º da Lei 9.494/97 e art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92. Assim, eventual deferimento da medida liminar pleiteada, ou seja, concessão do auxílio transporte, redundará na obrigação do requerido em pagar, o que, nessa fase processual de cognição sumária, não é permitido pela legislação e jurisprudência pátria. Desta forma, considerando a vedação legal de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando importar pagamento de qualquer natureza INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redundaria em desperdício de tempo e expediente da escrivania. Intime-se a parte autora dessa DECISÃO. CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos arts. 7º e 9º da Lei 12.153/09. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar no prazo de 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos para SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem os autos conclusos. Presidente Médici-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: [0000325-80.2014.8.22.0006](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Jenice Neves dos Santos

Advogado: Valter Carneiro (RO 2466.)

Requerido: Estado de Rondônia

Advogado: Procurador do Estado (000.)

DECISÃO:

Vistos. Trata-se de ação de concessão de auxílio transporte c/c pagamento das parcelas retroativas c/c antecipação de tutela ajuizada por JENICE NEVES DOS SANTOS, já qualificada nos autos, em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Em síntese, narra a autora que é servidora pública estadual, regida pela LC 68/92, fazendo jus, portando, a todos os benefícios descritos na lei mencionada, dentre eles, o auxílio transporte. Afirma que, após seu ingresso no serviço público, nunca recebeu o benefício de auxílio transporte previsto em lei, ao contrário de outros servidores lotados em outros municípios. Requer, em antecipação de tutela, que o requerido seja obrigado a conceder o pagamento imediato do auxílio transporte mensalmente, sob pena de multa diária. Juntou documentos (fls. 13/24). É o

necessário. Decido. Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, como é curial, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da SENTENÇA final de MÉRITO, desde que, segundo disposto no artigo 273, do CPC, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Ocorre que, o § 2º do art. 7º da Lei 12.016/2009 dispõe que: "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: STJ: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO. PAGAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO. FLAGRANTE ILEGITIMIDADE. A DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela incorre no que a lei denomina de flagrante ilegitimidade porque a lei veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza (art. 2º-B da Lei nº 9.494, de 1997, e art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016, de 2009) e na espécie é disso que se trata. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SLS: 1502 PI 2011/0313293-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 29/08/2012, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 06/09/2012) Além disso, a vedação supramencionada encontra amparo também no art. 1º da Lei 9.494/97 e art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92. Assim, eventual deferimento da medida liminar pleiteada, ou seja, concessão do auxílio transporte, redundará na obrigação do requerido em pagar, o que, nessa fase processual de cognição sumária, não é permitido pela legislação e jurisprudência pátria. Desta forma, considerando a vedação legal de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando importar pagamento de qualquer natureza INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redundaria em desperdício de tempo e expediente da escrivania. Intime-se a autora dessa DECISÃO. CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos arts. 7º e 9º da Lei 12.153/09. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar no prazo de 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos para SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem os autos conclusos. Presidente Mérci-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000326-65.2014.8.22.0006

Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Maria Soraia Barros Cavalcante

Advogado: Valter Carneiro (RO 2466.)

Requerido: Estado de Rondônia

Advogado: Procurador do Estado (000.)

DECISÃO:

Vistos. Trata-se de ação de concessão de auxílio transporte c/c pagamento das parcelas retroativas c/c antecipação de tutela ajuizada por MARIA SORAIA BARROS CAVALCANTE, já qualificada nos autos, em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Em síntese, narra a autora que é servidora pública estadual, regida pela LC 68/92, fazendo jus, portando, a todos os benefícios descritos na lei mencionada, dentre eles, o auxílio transporte. Afirma que, após seu ingresso no serviço público, nunca recebeu o benefício de auxílio transporte previsto em lei, ao contrário de outros servidores lotados em outros municípios. Requer, em antecipação de tutela, que o requerido seja obrigado a conceder o pagamento imediato do auxílio transporte mensalmente, sob pena de multa diária. Juntou documentos (fls. 14/23). É o necessário. Decido. Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, como é curial, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da SENTENÇA final de MÉRITO, desde que, segundo disposto no artigo 273, do CPC, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Ocorre que, o § 2º do art. 7º da Lei 12.016/2009 dispõe que: "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: STJ: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO. PAGAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO. FLAGRANTE ILEGITIMIDADE. A DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela incorre no que a lei denomina de flagrante ilegitimidade porque a lei veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza (art. 2º-B da Lei nº 9.494, de 1997, e art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016, de 2009) e na espécie é disso que se trata. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SLS: 1502 PI 2011/0313293-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 29/08/2012, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 06/09/2012) Além disso, a vedação supramencionada encontra amparo também no art. 1º da Lei 9.494/97 e art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92. Assim, eventual deferimento da medida liminar pleiteada, ou seja, concessão do auxílio transporte, redundará na obrigação do requerido em pagar, o que, nessa fase processual de cognição sumária, não é permitido pela legislação e jurisprudência pátria. Desta forma, considerando a vedação legal de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando importar pagamento de qualquer natureza INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redundaria em desperdício de tempo e expediente da escrivania. Intime-se a parte autora dessa DECISÃO. CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos arts. 7º e 9º da Lei 12.153/09. Havendo interesse da parte requerida

em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar no prazo de 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos para SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem os autos conclusos. Presidente Médi-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000327-50.2014.8.22.0006

Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)

Requerente: Elizeu de Araujo

Advogado: Valter Carneiro (RO 2466.)

Requerido: Estado de Rondônia

Advogado: Procurador do Estado (000.)

DECISÃO:

Vistos. Trata-se de ação de concessão de auxílio transporte c/c pagamento das parcelas retroativas c/c antecipação de tutela ajuizada por ELIZEU DE ARAÚJO, já qualificado nos autos, em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Em síntese, narra a parte autora que é servidora pública estadual, regida pela LC 68/92, fazendo jus, portando, a todos os benefícios descritos na lei mencionada, dentre eles, o auxílio transporte. Afirma que, após seu ingresso no serviço público, nunca recebeu o benefício de auxílio transporte previsto em lei, ao contrário de outros servidores lotados em outros municípios. Requer, em antecipação de tutela, que o requerido seja obrigado a conceder o pagamento imediato do auxílio transporte mensalmente, sob pena de multa diária. Juntou documentos (fls. 14/22). É o necessário. Decido. Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, como é curial, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da SENTENÇA final de MÉRITO, desde que, segundo disposto no artigo 273, do CPC, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Ocorre que, o § 2º do art. 7º da Lei 12.016/2009 dispõe que: "Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza." No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial: STJ: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO. PAGAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO. FLAGRANTE ILEGITIMIDADE. A DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela incorre no que a lei denomina de flagrante ilegitimidade porque a lei veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza (art. 2º-B da Lei nº 9.494, de 1997, e art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016, de 2009) e na espécie é disso que se trata. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SLS: 1502 PI 2011/0313293-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 29/08/2012, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 06/09/2012) Além disso, a vedação supramencionada encontra amparo também no art. 1º da Lei 9.494/97 e art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92. Assim, eventual deferimento da medida liminar pleiteada, ou seja, concessão do auxílio transporte, redundará na obrigação do requerido em pagar, o que, nessa fase processual de cognição sumária, não é permitido pela legislação e jurisprudência pátria.

Desta forma, considerando a vedação legal de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública quando importar pagamento de qualquer natureza INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, eis que é público e notório que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública não é firmado acordo, o que redundará em desperdício de tempo e expediente da escrivania. Intime-se a parte autora dessa DECISÃO. CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos arts. 7º e 9º da Lei 12.153/09. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar no prazo de 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos para SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem os autos conclusos. Presidente Médi-RO, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001093-40.2013.8.22.0006

Ação: Execução de Título Extrajudicial (Juizado Faz. Pública)

Exequente: Nilton Cezar Carneiro

Advogado: Valter Carneiro (RO 2466.)

Executado: Município de Presidente Médici RO

Advogado: Procurador do Município de Presidente Médici RO (000.)

SENTENÇA:

Vistos. Trata-se de ação de execução extrajudicial ajuizada por Nilton Cezar Carneiro em desfavor do Município de Presidente Médici. A parte ré, devidamente intimada, não compareceu a audiência de conciliação, tampouco opôs embargos. Ato contínuo, a parte autora requereu a expedição de RPV, qual foi confeccionado à fl. 34. Às fls. 35/36, informa a parte exequente o pagamento da obrigação por parte do ente deMANDADO, noticiando que nada mais tem a requerer. Diante do cumprimento da obrigação pelo executado, com fulcro no art. 794, I, do CPC, declaro extinta a execução. Sem custas e sem honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P. R. I. Após, archive-se. Presidente Médi-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.

Simone de Melo

Juíza de Direito

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000053-86.2014.8.22.0006

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: Aparecida Rabelo da Silva Rocha

Advogado: Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)

DECISÃO:

Vistos.APARECIDA RABELO DA SILVA ROCHA foi condenada a uma pena de 3 (três) anos, 1 (um) mês e 10 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, por ter sido condenada a conduta descrita no art. 171, caput, na forma do art. 71, caput, ambos do Código Penal.Em razão da ausência de tornozeleira eletrônica, a apenada foi intimada a comparecer em juízo para realização de audiência admonitória e tomar ciência das condições do regime aberto. No entanto, a apenada peticionou nos autos informando a impossibilidade de comparecimento em razão de problemas de saúde (fl. 32), pedido que foi indeferido pelas razões expostas na DECISÃO de fl. 33, na qual foi determinado mais uma vez o comparecimento da apenada, no prazo de 2 (dois) dias, para colocação da tornozeleira, eis que os equipamentos já haviam chegado. Intimada por seu advogado, a apenada atravessou nova petição, na qual aduz que é servidora pública e questiona a razão de ser submetida ao uso de tornozeleira se só vai ao trabalho e volta para casa.Afirma que, em razão da doutrina religiosa que adere, não pode usar calça, somente vestidos ou saias, razão pela qual se sente constrangida em utilizar a tornozeleira na escola onde trabalha que possui mais de seiscentos alunos. Diz que se sente constrangida até a utilizar a tornozeleira durante a frequência aos cultos religiosos.Sustenta que a função da pena não é lhe constranger. Sugere que seja fiscalizada através da folha de ponto da escola e monitorada eletronicamente aos finais de semana, mesmo que tenha que se ausentar dos cultos religiosos. Postula a substituição do monitoramento por comparecimento semanal ou quinzenal perante esse juízo para assinar folha de frequência.Instado, o Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (fls. 37/39).É o relatório. DECIDO.O pedido da apenada não deve ser acolhido. Atualmente o regime semiaberto nesta comarca não mais é cumprido na modalidade regime domiciliar como outrora, mas através de monitoramento eletrônico devidamente fiscalizado pela Unidade Prisional.Eventual deferimento do pedido da apenada, mostra-se ilegal, porquanto inviável aplicar tratamento diferenciado para pessoas que estão na mesma situação de outros reclusos que cumprem pena no regime semiaberto, independentemente do constrangimento que o fato possa gerar. Além disso, não cabe à apenada escolher a forma com que vai cumprir sua pena restritiva de liberdade, pois, na fixação da pena, o juiz, através de parâmetros legais, fixa o regime adequado para a pena aplicada.Não se olvide que a apenada está pagando uma dívida que possui com a sociedade por ter cometido um crime. Nesse caso, é ela quem deve se adequar ao regime/cumprimento da pena e não o contrário, pois se assim fosse, pena não seria.A apenada, no dia 30/01/2014 (fl. 31-v), foi intimada a comparecer em juízo para participar de audiência admonitória (quando não tinha tornozeleira) e não compareceu, atravessando, porém, petição nos autos. Posteriormente, foi intimada para, no prazo de 2 (dois) dias, colocar a tornozeleira (fl. 33-v) e mais uma vez atravessou pedido.Os fatos dos autos demonstram que a apenada vem utilizando de meios processuais para não iniciar o cumprimento de sua pena, o que não será mais tolerado por este juízo.Repise-se que, na execução de pena, é exigido do apenado que demonstre disciplina, pena de regressão do regime.A apenada foi condenada e a pena e regime impostos, neste momento, não são mais passíveis de discussão, porquanto, se discorda da condenação deve a parte utilizar-se dos recursos próprios na ação penal para tanto. Com isso quer-se dizer que não há qualquer justificativa para a apenada não

dar início ao cumprimento da sua pena.Iso posto, INDEFIRO o pedido de fls. 34/35 feito pela apenada APARECIDA RABELO DA SILVA ROCHA.Intime-se a apenada para, no prazo de 24 horas, comparecer à Unidade Prisional para submeter-se a colocação da tornozeleira, sob pena de ser considerada foragida, e, portanto, será determinado a expedição de MANDADO de prisão.A apenada poderá peticionar nos autos autorização para trabalhar e frequentar uma vez por semana o culto da religião que frequenta a fim de ser aduado o monitoramento eletrônico, consoante art. 3º da portaria n. 001/2012/VARA CRIMINAL. Intime-se a apenada, pessoalmente desta DECISÃO, bem como seu patrono.Ciência ao MP.SERVE A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000519-51.2012.8.22.0006

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministerio Publico Estadual

Réu:Luiz Carlos de Moraes

SENTENÇA:

Autos nº 0000519-51.2012.8.22.0006Réu: Luiz Carlos de MoraesVistos.LUIZ CARLOS DE MORAIS, devidamente qualificado nos autos, foi condenado a pena unificada de 07 (sete) anos e 08 (oito) meses de reclusão, cumprindo até a presente data, mais da 1/2 (metade) da pena, conforme pode ser aferido do cálculo de pena de fls. 382/384.A certidão de fls. 418, menciona que o apenado, em tese, preenche os requisitos elencados no Decreto nº 8.172/2013, mais precisamente em seu art. 1º, inciso I, fazendo jus ao indulto.O Ministério Público manifestou-se favoravelmente a concessão do indulto, conforme pode ser verificado das fls. 419.D E C I D O.O apenado atende satisfatoriamente as condicionantes subjetivas, pois tem cumprido as condições delineadas na DECISÃO de fls. 411/412, que faz presumir sua perspectiva na reinserção ao meio social. Está amplamente demonstrado o cumprimento do percentual exigido pelo Decreto para o indulto. Não há, portanto, óbice para o deferimento do pleito o qual foi devidamente ratificado pela insigne representante do Parquet. POSTO ISTO, com arrimo no 1º, inciso I, do artigo Decreto nº 8.172/2013, concedo ao apenado LUIZ CARLOS DE MORAIS, o INDULTO PRESIDENCIAL e, nos termos do artigo 107, inciso II, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do delito atribuído nestes autos.Comuniquem-se os organismos de identificação, após o trânsito em julgado desta DECISÃO, archive-se com as cautelas de praxe.Pres. Médici-RO, sexta-feira, 28/02/2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002472-29.2012.8.22.0013

Ação:Execução da Pena

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça ()

Condenado:José Edenildo de Oliveira

SENTENÇA:

Autos nº 0002472-29.2012.8.22.0013Réu: José Edenildo de OliveiraVistos.JOSÉ EDENILDO DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos, foi condenado a pena de 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão, cumprindo até a presente data mais de 1/3 (um terço) da pena, conforme pode ser aferido do cálculo de pena de fls. 149/150.A certidão de fls. 151, menciona que o apenado, em tese, preenche os requisitos elencados no Decreto nº 8.172/2013, mais precisamente em seu art. 1º, inciso I, fazendo jus ao indulto.O Ministério Público manifestou-se favoravelmente a concessão do indulto, conforme pode ser verificado das fls. 152.D E C I D O.O apenado atende

satisfatoriamente as condicionantes subjetivas, pois tem cumprido as condições delineadas na DECISÃO de fls. 126/127, que faz presumir sua perspectiva na reinserção ao meio social. Está amplamente demonstrado o cumprimento do percentual exigido pelo Decreto para o indulto. Não há, portanto, óbice para o deferimento do pleito o qual foi devidamente ratificado pela insigne representante do Parquet. POSTO ISTO, com arrimo no 1º, inciso I, do artigo Decreto nº 8.172/2013, concedo ao apenado JOSÉ EDENILDO DE OLIVEIRA, o INDULTO PRESIDENCIAL e com fundamento no artigo 107, inciso II, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do delito atribuído nestes autos. Comuniquem-se os organismos de identificação, após o trânsito em julgado desta DECISÃO, archive-se com as cautelas de praxe. Pres. Médici-RO, sexta-feira, 28/02/2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002305-33.2012.8.22.0006

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: Daniel Pereira

SENTENÇA:

Autos nº 0002305-33.2012.8.22.0006 Réu: Daniel Pereira Vistos etc., DANIEL PEREIRA, devidamente qualificado nos autos, foi condenado a pena de 02 (dois) anos de reclusão, cumprindo até a presente data mais de 1/3 (um terço) da pena, conforme pode ser aferido do cálculo de pena de fls. 43/44. A certidão de fls. 45, menciona que o apenado, em tese, preenche os requisitos elencados no Decreto nº 8.172/2013, mais precisamente em seu art. 1º, inciso I, fazendo jus ao indulto. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente a concessão do indulto, conforme pode ser verificado da fl. 45-verso. D E C I D O. O apenado atende satisfatoriamente as condicionantes subjetivas, pois tem cumprido as condições delineadas na DECISÃO de fls. 25, que faz presumir sua perspectiva na reinserção ao meio social. Está amplamente demonstrado o cumprimento do percentual exigido pelo Decreto para o indulto. Não há, portanto, óbice para o deferimento do pleito o qual foi devidamente ratificado pela insigne representante do Parquet. POSTO ISTO, com arrimo no 1º, inciso I, do artigo Decreto nº 8.172/2013, concedo ao apenado DANIEL PEREIRA, o INDULTO PRESIDENCIAL e com fundamento no artigo 107, inciso II, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do delito atribuído nestes autos. Comuniquem-se os organismos de identificação, após o trânsito em julgado desta DECISÃO, archive-se com as cautelas de praxe. Presidente Médici/RO, aos 28/02/2014. Pres. Médici-RO, sexta-feira, 28/02/2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0016950-68.2009.8.22.0006

Ação: Execução da Pena

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: Claudinei dos Santos Eleuterio

SENTENÇA:

Autos nº 0016950-68.2009.8.22.0006 Réu: Claudinei dos Santos Eleutério Vistos. CLAUDINEI DOS SANTOS ELEUTÉRIO, devidamente qualificado nos autos, foi condenado a pena unificada de 05 (cinco) anos e 02 (dois) meses de reclusão, cumprindo até a presente data mais da 1/2 (metade) da pena, conforme pode ser aferido do cálculo de pena de fls. 116/118. A certidão de fls. 119, menciona que o apenado, em tese, preenche os requisitos elencados no Decreto nº 8.172/2013, mais precisamente em seu art. 1º, inciso I, fazendo jus ao indulto. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à concessão do indulto, conforme pode ser verificado à fl. 120. D E C I D O. O apenado atende satisfatoriamente as condicionantes

subjetivas, pois tem cumprido as condições delineadas na DECISÃO de fls. 101/102, que faz presumir sua perspectiva na reinserção ao meio social. Está amplamente demonstrado o percentual do cumprimento de pena exigido pelo Decreto para a concessão de indulto. Não há, portanto, óbice para o deferimento do pleito o qual foi devidamente ratificado pela insigne representante do Parquet. POSTO ISTO, com arrimo no 1º, inciso I, do artigo Decreto nº 8.172/2013, concedo ao apenado CLAUDINEI DOS SANTOS ELEUTÉRIO, o INDULTO PRESIDENCIAL e, com fundamento no artigo 107, inciso II, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do delito atribuído nestes autos. Comuniquem-se os organismos de identificação, após o trânsito em julgado desta DECISÃO, archive-se com as cautelas de praxe. Presidente Médici/RO, aos 28/02/2014. Pres. Médici-RO, sexta-feira, 28/02/2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001361-94.2013.8.22.0006

Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)

Autor: Ministério Público Estadual

Denunciado: Edmilson Vicente Boaro, Elialdo da Silva de Jesus

Advogado: Andreia S. Barreiros (OAB/RO 1455)

SENTENÇA:

SENTENÇA. Vistos. I – Relatório. O Ministério Público do Estado de Rondônia denunciou ELIALDO DA SILVA DE JESUS e EDIMILSON VICENTE BOARO, vulgo “Naruto”, ambos já qualificados nos autos, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal Brasileiro. Consta na peça acusatória que, no dia 18/07/2013, por volta das 14h20, na BR-429, 1ª Linha, Zona Rural, nesta cidade e comarca de Presidente Médici, os réus, agindo em unidade de desígnios, subtraíram para proveito comum e mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, mediante restrição da liberdade, diversos bens melhor descritos às fls. 28/31, pertencentes às vítimas José Lourenço, Joaquim Fagundes de Souza, Fablo Henrique Barbosa Freires e José Aparecido dos Santos. A denúncia foi recebida em 09/08/2013 (fl. 03), e citados (fls. 124/125), os acusados apresentaram defesa preliminar às fls. 128/134 e 144/148. Durante a instrução, foram ouvidas as quatro vítimas e quatro testemunhas (fls. 168-v, 218-v e 289-v). Em alegações finais (fls. 324/337), o Ministério Público ratificou os termos contidos na denúncia, pugnando pela condenação dos réus nos moldes ali descritos. Por sua vez, a defesa postulou a absolvição do acusado Elialdo e a condenação do réu Edmilson na pena mínima. Quanto ao réu Elialdo, a defesa juntou fotografias do réu e da pessoa conhecida como Calango, a qual foi indicado pelo réu Edmilson em seu interrogatório como sendo o seu comparsa no crime em comento. É o necessário relatório. Decido. II – Fundamentação. Trata-se de ação penal ajuizada pelo Ministério Público em face de ELIALDO DA SILVA DE JESUS e EDIMILSON VICENTE BOARO, vulgo Naruto, na qual é imputado aos réus a prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, pelo concurso de pessoas e restrição da liberdade das vítimas. A materialidade do delito está comprovada pelo auto de prisão em flagrante delito (fls. 10/26), pelos boletins de ocorrência policial (fls. 44/52), relatório elaborado pelos Policiais Militares da cidade de Ji-Paraná (fls. 86/87), pelos autos de apresentação e apreensão (fls. 28/31), pelo termo de restituição (fls. 33 e 65), tudo aliado as provas testemunhais colacionadas. A autoria, por seu turno, deve ser analisada com mais cautela, eis que as provas existentes nos autos não confirmam a participação do acusado Elialdo da Silva

de Jesus no crime em comento. Ao ser interrogado, Elialdo da Silva de Jesus (fl. 168-v) negou os fatos descritos na inicial, asseverando que no momento em que ocorreu o fato, estava na cidade de Ji-Paraná, pois naquela data, por volta das 11h40, havia sido liberado da casa de detenção de Ji-Paraná/RO. Disse que não tinha para onde ir, razão pela qual adentrou na casa onde foi encontrado, a qual tinha aparência de abandonada. Por seu turno, o acusado Edmilson Vicente Boaro (fl. 168-v) confessou o ato delituoso em relação a sua pessoa. No entanto, disse que praticou o crime com a pessoa por quem conhece pelo apelido de Calango e não com o corréu Elialdo da Silva de Jesus. Afirmou que não apresentou essa versão durante o depoimento extraprocessual, proferido perante o Delegado de Polícia, por temer que Calango o matasse, mas soube, posteriormente, que dias após sua prisão Calango foi assassinado na comarca de Ji-Paraná. Às fls. 135/143, extrai-se que Elialdo foi posto em liberdade às 11h40 do dia 18/07/2013. Segundo consta na denúncia, o crime ocorreu no mesmo dia, por volta das 14h20. Ou seja, pelo transcurso do tempo entre a soltura do acusado na cidade de Ji-Paraná e o horário do cometimento do crime, poderia indicar que o corréu participou da ação delituosa. No entanto, nos autos não consta auto de reconhecimento de Elialdo da Silva de Jesus firmado pelas vítimas. A vítima Fablo Henrique Barboza Freire (fl. 218) afirmou achar que Elialdo da Silva de Jesus não é um dos autores do crime, pois o acusado que praticou o crime com Edmilson Vicente Boaro tinha cabelo maior do que o de Elialdo que possui cabelo cortado bem baixinho. Afirmou que o corte de cabelo do corréu de Edmilson era bem parecido com o seu. As circunstâncias do caso deixam dúvidas, porquanto não houve reconhecimento realizado pelas vítimas indicando que Elialdo foi um dos autores do crime. Diante disso, não há outro caminho senão a absolvição quanto ao delito de roubo, atribuído ao acusado, com a aplicação do consagrado princípio *in dubio pro reo*, uma vez que a prova produzida não é suficiente para um édito condenatório. Acerca do assunto: "Ementa: AÇÃO PENAL. FURTO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO. DÚVIDAS NO TOCANTE À AUTORIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. "No processo criminal, máxime para condenar, tudo deve ser claro como a luz, certo como a evidência, positivo como qualquer expressão algébrica. Condenação exige certeza absoluta, fundada em dados objetivos indiscutíveis, de caráter geral, que evidenciem o delito e a autoria, não bastando a alta probabilidade desta ou daquele. E não pode, portando, ser a certeza subjetiva, formada na consciência do julgador, sob pena de se transformar o princípio do livre convencimento em arbítrio" (RT 619/267). (Apelação Criminal, N. 136571 SC 2010.013657-1, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Segunda Câmara Criminal, Rel. Sérgio Paladino, Data de Julgamento: 07/07/2010)" Diante do quadro probatório acusatório insuficiente, referente à autoria delitiva em relação ao acusado Elialdo da Silva de Jesus, revela-se temerária uma condenação apenas com indícios da autoria, aplicando-se a premissa *in dubio pro reo*. Por outro lado, em relação ao réu Edmilson Vicente Boaro as provas são robustas o suficiente para embasar uma condenação. Em juízo, como já relatado acima, o acusado confessou a autoria delitiva. Acerca do valor probatório da confissão do acusado, a jurisprudência pátria é pacífica e remansosa no sentido de poder embasar a condenação do réu, quando estiver em consonância com as demais provas produzidas: "A confissão vale não pelo lugar em que é prestada, mas pela força do convencimento que contém; assim, sendo corroborada pelas demais provas do processo aquela realizada

quando do inquérito policial deve ter valor reconhecido? (TACRIM-SP ? RJTACRIM 29/194). A confissão do acusado não está isolada nos autos, porquanto está corroborada com os reconhecimentos de fls. 22/23, 75, 77 e 80 realizados pelas vítimas Fablo Henrique Barboza Freire, Joaquim Fagundes de Souza, José Lourenço e José Aparecido dos Santos, os quais reconheceram categoricamente o acusado Edmilson Vicente Boaro como sendo um dos autores do delito. Segundo depoimento das vítimas, prestados em Juízo (fls. 168-v, 289 e 308-v), no dia dos fatos, Fablo e Joaquim vieram até Presidente Médici vender colchões magnéticos, razão pela qual foram almoçar na casa do cunhado de Joaquim, chamado José Lourenço, que é caseiro da propriedade rural onde os fatos aconteceram. Afirmaram que, após o almoço, chegaram no local dois indivíduos, os quais pilotavam uma moto envelopada, marca Honda, pedindo informações de como chegar até Nova Londrina. Após darem as informações, um dos acusados pediu um copo d'água e quando o José Lourenço virou-se para buscar, sacaram um revólver e anunciaram o assalto, mandando que eles colocassem as mãos na cabeça, entrassem na casa e deitassem no chão. Extrai-se dos depoimentos que, enquanto um dos agentes os ameaçavam com a arma em punho, o outro tirou da mochila uma fita crepe e os imobilizou, atando os pés e mãos com a fita, bem como com uma corda. Além disso, os autores pediram para que abrissem a boca e os amordaçaram com a mesma fita. Em seguida, os agentes passaram a revirar a casa em busca de objetos de valor e, ainda, começaram a agredir os autores com chutes, socos e tapas para que lhes dissessem onde os objetos de valor, tais como ouro, dinheiro, armas e joias, estavam. Consta que, cada vez que os autores perguntavam onde estavam os bens de valor para José Lourenço e este respondia que era apenas um caseiro do local, era agredido com socos e chutes nas costelas, inclusive José Lourenço recebeu um chute no olho direito e fizeram um corte em uma de suas orelhas. Continuaram insistindo sobre a localização dos objetos e, ante a resposta negativa, atearam fogo em várias sacolas plásticas emboladas, deixando com que o produto derretido caísse sobre as costas de José Lourenço, causando várias queimaduras. A vítima Joaquim, durante as agressões, recebeu uma coronhada na cabeça, que causou um corte profundo, pelo qual perdeu muito sangue. Nesse ínterim, a pessoa de José Aparecido foi até a casa de José Lourenço levar um laço para que aquele arrumasse, já que mexe com couro. Ao chegar no local, chamou reiteradas vezes e ninguém atendeu, ouvindo apenas uns gemidos vindo da casa. Assim, virou-se para ir embora, mas ouvia gemidos mais altos, azo em que desistiu, voltou-se e, ao chamar novamente, foi atendido por um dos réus que também ordenou que ele entrasse no local, iniciando também as agressões contra ele. É dos autos que, após mais ou menos 30/40min, os réus saíram do local, levando com eles o veículo *saveiro cross*, placa NEF 4848 pertencente à vítima Fablo e os objetos descritos na ocorrência de fls. 68/69, a vítima Fablo conseguiu se soltar das amarras, libertando também as demais vítimas. As vítimas alegam que o acusado Edmilson Vicente Boaro era o mais agressivo dos dois autores que efetuaram o roubo. Ao relatar a ocorrência para os policiais, a vítima Fablo indicou as características de um dos acusados, razão pela qual foi conduzido até a Delegacia e ao lhe ser mostrada diversas fotografias, reconheceu, sem sombra de dúvidas, o réu Edmilson Vicente Boaro como sendo um dos autores. Dos depoimentos dos Policiais Miliare Elias Freitas de Souza, Cristiano de Souza Santos, Geriel de Almeida Barbosa e Rogério Ramos (fl. 218), extrai-se que, após o reconhecimento da vítima, passou-se a diligenciar para encontrar o acusado Edmilson.

De posse das informações, a Polícia Militar de Ji-Paraná montou campana na residência onde o acusado reside, local onde foi localizado. Inicialmente, o acusado Edmilson negava os fatos, porém, foi localizada a carteira da vítima Fablo no bolso da vestimenta do acusado, momento em que a vítima disse que a carteira era dele e, para não ter dúvidas, era só procurar um cartão de memória no compartimento onde se guarda moedas. Após os policiais terem aberto o compartimento e localizado o cartão de memória, o réu Edmilson confessou o crime e indicou onde o veículo da vítima Fablo poderia ser encontrado. No que tange ao acusado Elialdo, tem-se que os policiais o encontraram na casa ao lado da residência de Edmilson que, ao que sabem, ambas pertencem ao acusado Edmilson. No entanto, apesar de terem sido localizados vários produtos de origem duvidosa e uma arma de fogo, a qual o réu Elialdo confessou lhe pertencer, não há nada de concreto que ligue Elialdo ao fato apurado nesse processo, razão pela qual, como já fundamentado, deverá ser absolvido. Importa ressaltar que as vítimas do roubo reconheceram o acusado Edmilson como sendo um dos autores do crime. Em delitos praticados às escondidas e longe de olhares presenciais, a palavra da vítima assume excepcional relevância, quando apoiada nas provas colhidas. Vejamos jurisprudência do Tribunal de Justiça de Goiás: TJGO: “Apelação Criminal. Estupro. Atentado Violento ao Pudor. Roubo Qualificado. Absolvção. Palavra da Vítima. Relevância. Agindo o autor com grave ameaça, exercida mediante emprego de arma de fogo, para dominar, ameaçar e constranger a vítima a, com ele, manter conjunção carnal e praticar ou permitir que com ela se pratique atos libidinosos diversos da conjunção carnal, subtraindo-lhe, ao final, pertences que dispõe, prática os crimes de estupro, atentado violento ao pudor e roubo qualificado. Acrescente-se que, nos crimes patrimoniais, assim como naqueles contra os costumes, via de regra cometidos na clandestinidade, a palavra da vítima reveste-se de relevante valor probatório, mormente se em harmonia com as demais provas produzidas na persecução penal. Apelação Conhecida e Improvida”. (Apelação Criminal N.º 28170-8/213 - 200502217957 - 21.02.2006). A jurisprudência do Tribunal rondoniense é no sentido de que o reconhecimento aliado a outros elementos de convicção basta para amparar o decreto condenatório. Vejamos: TJRO: “Roubo duplamente qualificado. Negativa de autoria. Palavra da vítima. Insuficiência probatória. Absolvção. Improcedência. Nos crimes contra o patrimônio, a versão coerente da vítima, reconhecendo o réu como um dos autores do roubo, alicerçada por outros elementos de convicção, basta para amparar o decreto condenatório, especialmente quando o agente não produziu provas para sustentar o seu álibi” (AC n. 100.014.2004.002378-1, Rel. Des. Ivanira Feitosa Borges, julgado em 02.07.2005). Noutro norte, as provas testemunhais, especialmente os depoimentos das vítimas, na oportunidade em que foram ouvidas, são harmônicos e indicam que o réu Edmilson cometeu o ilícito. Assim, é indubitosa a autoria da prática do delito em apreciação, sendo que as provas carreadas aos autos são suficientes e harmônicas para permitir a condenação. Ainda, no que diz respeito a caracterização da conduta criminosa descrita nos autos (roubo), é imprescindível que a subtração da coisa alheia seja cometida mediante violência ou grave ameaça à pessoa, ou que esta, por qualquer meio, seja reduzida a impossibilidade de defesa, para a subtração da coisa. Sendo assim, verifica-se que os requisitos legais do tipo penal estão presentes, isto é, utilização ostensiva de arma, de forma que as vítimas se sentiram intimidadas, cujo objetivo dos infratores era assegurar a detenção dos objetos subtraídos. In casu, constata-se que o réu agiu com vontade livre

e consciente de subtrair para ele e seu comparsa, coisa alheia móvel (animus furandi), objetivando auferir lucro fácil, sendo que ficou devidamente comprovado que o roubo foi praticado mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, na forma afirmada pelas vítimas. Assim, a causa de aumento de pena prevista no § 2º, inciso I, do art. 157 do Código Penal, está devidamente configurada, devendo a pena ser majorada nesse aspecto. Frise-se, por oportuno, ser pacífico na jurisprudência que a apreensão da arma é prescindível, vejamos julgado recente: STJ: “PENAL. HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA DA PENA. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DE APREENSÃO E PERÍCIA DA ARMA DE FOGO. PRESCINDIBILIDADE. REGIME INICIALMENTE FECHADO. GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES. FLAGRANTE ILEGALIDADE CONFIGURADA. SÚMULA N.º 440/STJ. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. I. Hipótese na qual o emprego da arma de fogo restou demonstrado pelo testemunho das vítimas. Apesar da ausência de sua apreensão e perícia, observou-se a existência de um conjunto probatório que permitiu ao julgador formar convicção no sentido da efetiva utilização, devendo ser mantida a majorante descrita no inciso I, do § 1º, do art. 157 do Código Penal. Matéria pacificada na 3ª Seção desta Corte, no julgamento do EREsp. n.º 961.863/RS. II. Não obstante reconhecer-se a existência de certa discricionariedade, pelo Julgador, na fixação do regime mais rigoroso, quando existirem motivos de fato e de direito a recomendarem tal providência, necessária se faz a pertinente fundamentação em eventuais circunstâncias desfavoráveis do art. 59 do Código Penal, o que não se vislumbra no presente caso. III. A gravidade abstrata do delito perpetrado não se presta a fundamentar a imposição do regime prisional mais severo. Incidência da Súmula n.º 440/STJ. IV. Tratando-se de condenado que preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semiaberto, tendo em vista a quantidade de pena imposta e em virtude do próprio reconhecimento de condições pessoais favoráveis na dosimetria da reprimenda, eis que fixada a pena base no mínimo legal, não cabe a imposição de regime mais gravoso. V. Deve ser permitido ao paciente o desconto de sua reprimenda no regime prisional semiaberto, mantendo-se, no mais, a SENTENÇA condenatória. VI. Ordem parcialmente concedida, nos termos do voto do relator.” (HC 215.557/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/12/2011). Em relação a majorante prevista no inciso II, do art. 157, § 2º, esta também se faz presente, pelos depoimentos carreados nos autos, principalmente pelo depoimento e reconhecimento efetuado pelas vítimas. Portanto, chega-se à CONCLUSÃO que o réu praticou o crime em concurso com terceiro, circunstância que caracteriza o concurso de pessoas. Igualmente, o conjunto de provas orais produzidas durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, demonstram que o acusado restringiu a liberdade das vítimas para o fim de praticar a conduta delitativa. Ressai das provas produzidas que o acusado juntamente com seu comparsa amarraram as mãos e pés das vítimas antes de empreenderem fuga e que, após a vítima Fablo conseguir se soltar, ajudou as demais vítimas. Ainda, a prova dos autos demonstra que o acusado cometeu o delito de roubo a ele imputado, subtraindo patrimônio de vítimas diversas na mesma ação delituosa, razão pela qual impõe-se o reconhecimento da concurso formal de crimes previsto no art. 70 do Código Penal. Nesse sentido: STJ: “PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, INCISO II, C/C OATS. 29, 70 E 61, INCISOS I E II, ALÍNEA H, TODOS DO CÓDIGO PENAL. ROUBO CONTRA VÁRIAS VÍTIMAS E PATRIMÔNIOS DIVERSOS. AÇÃO ÚNICA. CONCURSO

FORMAL. I - Crime de roubo, praticado no mesmo contexto fático, contravindas diferentes, constitui concurso ideal (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ). II - Na hipótese, tendo sido o roubo praticado contra vítimas diferentes, impossível o reconhecimento de que se trataria de crime único. Writ denegado. (STJ - HC: 148447 MG 2009/0186385-6, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 02/03/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2010) Ainda, com relação ao acréscimo a ser utilizado na dosimetria da pena pela aplicação do concurso formal, o colendo STJ assim já pacificou seu entendimento no sentido de que deve o julgador considerar o número de patrimônios atingidos: HABEAS CORPUS. CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. DESNECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO FORMAL. CRIMES DE ROUBO. CONCURSO FORMAL CONFIGURADO. AUMENTO NO MÁXIMO PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO VÁLIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDO. 1. Conforme cediço na doutrina e na jurisprudência, a representação, condição de procedibilidade exigida nos crimes de ação penal pública condicionada, prescinde de rigores formais, bastando a inequívoca manifestação de vontade da vítima ou de seu representante legal no sentido de que se promova a responsabilidade penal do agente. 2. Resta caracterizado o concurso formal quando praticado o crime de roubo, mediante uma só ação, contra vítimas distintas, pois atingidos patrimônios diversos. Precedentes. 3. As instâncias ordinárias utilizaram como parâmetro para a escolha do acréscimo da pena, decorrente do concurso formal, o número de patrimônios atingidos, logo, em respeito ao princípio da proporcionalidade, o aumento deveria ter sido fixado 1/5 (um quinto), já que foram três crimes de roubo qualificados. 4. Ordem de habeas corpus parcialmente concedida para, mantida a condenação, reformar a SENTENÇA e o acórdão, no tocante a individualização da pena, e fixar em 1/5 (um quinto) o aumento decorrente do concurso formal de crimes. (HC 213.571/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 05/11/2013) "PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE USO PERMITIDO. PORTE DE ARMA COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. CONCURSO FORMAL. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) REINCIDÊNCIA. QUANTUM DO AUMENTO. METADE. MOTIVAÇÃO IRRAZOÁVEL. ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. (3) COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFESSÃO ESPONTÂNEA. POSSIBILIDADE. (4) PLEITO DE RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. VÁRIAS ARMAS. IMPUTAÇÕES DIVERSAS: ARTS. 14 E 16, PÁR. ÚNICO DA LEI 10.826/93. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE UNICIDADE APENAS EM RELAÇÃO ÀS DUAS IMPUTAÇÕES PELO ART. 16, PÁR. ÚNICO. PROVIDÊNCIA, CONTUDO, QUE REPERCUTE NEGATIVAMENTE AOS PACIENTES. NÃO INCIDÊNCIA (5) ACRÉSCIMO DO CONCURSO FORMAL. UM QUINTO. TRÊS CRIMES. RAZOABILIDADE. RECONHECIMENTO. [...] 5. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a quantidade de crimes orienta a majoração diante do concurso formal. Existindo, na espécie, três crimes, ter-se-ia como quantum de exasperação: 1/5. No entanto, ante o redimensionamento da reprimenda, com dois acréscimos, na pena-base, pela unificação das duas imputações e, na terceira fase, com o concurso formal, ainda existente em razão do crime do art. 14, ter-se-ia pena mais gravosa ao paciente. Portanto, mais benéfica é a manutenção do concurso formal, com a redução da pena tão-somente pela diminuição do incremento do concurso formal para 1/5. 6. Ordem não conhecida, mas, expedido habeas corpus de ofício para reduzir o incremento do concurso formal

para 1/5, e diminuir o acréscimo da reincidência para 1/6 e, em relação ao paciente DAVID ESCALADA, a fim de se promover a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, remanescendo, então, as penas dos pacientes RICARDO GUIMARÃES e JAIME DE JESUS DA SILVA JÚNIOR em quatro anos, dois meses e doze dias de reclusão, mais treze dias-multa, com valor unitário mínimo, e a reprimenda de DAVID ESCALADA em cinco anos, sete meses e seis dias, mais vinte e dois dias-multa, no valor unitário mínimo, mantida, no mais, a SENTENÇA condenatória." (HC 130.797/SP, 6.ª Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 01/02/2013.) Assim, diante das provas dos autos resta evidenciada a conduta delitiva e, portanto, deve ser imputado ao réu o crime de roubo majorado. III ? DISPOSITIVO. Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para: a) CONDENAR o réu EDMILSON VICENTE BOARO, vulgo "Naruto", já qualificado nos autos, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, I, II e V, do CP, na forma do art. 70 do CP; e b) ABSOLVER o réu ELIALDO DA SILVA DE JESUS dos fatos narrados na denúncia e o faço com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Atendendo ao disposto no artigo 68 do Código Penal Brasileiro, que estabelece o sistema trifásico para quantificação da pena imposta, passo a fixá-la para o réu Edmilson Vicente Boaro. Com relação a culpabilidade do condenado, este agiu com dolo que ultrapassou os limites da norma penal, uma vez que além da conduta inserida no tipo penal, é possível verificar das provas que houve agressividade exacerbada em relação às vítimas; o condenado registra antecedentes, mas é tecnicamente primário; sua conduta social ou personalidade, não podem ser valoradas, uma vez que não foi colacionado aos autos elementos técnicos; o motivo do crime é o de obtenção de lucro fácil, o que já é punido pela tipicidade, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; as circunstâncias se encontram relatadas nos autos e, apesar de graves, já configuram causa de aumento de pena e, portanto, não podem ser valoradas nesta fase, sob pena de bis in idem; não há maiores consequências a irradiar sobre os fatos, tanto mais porque os bens roubados foram restituídos; o comportamento das vítimas não contribuiu para a infração. Assim, com base nestas diretrizes, fixo a pena-base em 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 11 (onze) dias multa (art. 49 do CP). Presentes as atenuantes da confissão espontânea e de ser o condenado, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos, atenuo a pena nos limites da Súmula 231 do STJ, razão pela qual fixo a pena em 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Não há causa de diminuição de pena. Concorrem três causas de aumento de pena, as quais estão descritas no art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal, pelo que majoro a pena-base em 1/3 (um terço), ou seja, 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão e 3 (três) dias multa, redundando a pena, neste tópico, em 05 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias multa. Ainda, presente a causa de aumento especial, referente ao concurso formal de crimes (art. 70 do CP), conforme acima exposto, aplico a pena de apenas um delito e, considerando o número de vítimas (quatro), majoro a pena privativa de liberdade em 1/4, ou seja, 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão e 3 (três) dias multa, resultando a pena em 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 16 (dezesesseis) dias multa, estes que fixo em 1/30 do salário mínimo, patamar no qual a torna definitiva. Com base no artigo 33, caput, primeira parte e §§ 2º e 3º c/c artigo 59, ambos do Código Penal, o réu deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto. Ausentes os requisitos legais do art. 44, I, do Código Penal, deixo de substituir a pena privativa de liberdade cominada ao réu pela pena restritiva

de direitos. Não concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, eis que respondeu o processo preso e permanecem presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar. Custas pelo réu. Considerando que a prisão cautelar no regime fechado é incompatível com a pena a que foi condenado, oficie-se à Unidade Prisional para colocação da tornozeleira eletrônica no acusado Edmilson Vicente Boaro e, conseqüentemente, adequação ao seu regime de cumprimento de pena. Ante a absolvição do acusado Elialdo da Silva de Jesus, expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, se por outro motivo não estiver preso. No que tange a arma apreendida, considerando que possui código (fl. 28 – revólver, calibre 38, especial, marca Taurus, n. PD394905), oficie-se ao DPF solicitando informações sobre eventual registro. Com resposta negativa, encaminhe-se a arma para destruição. Caso contrário, tornem os autos conclusos. Encaminhe-se a faca tipo peixeira e o recipiente de plástico cor azul – SR 80ml apreendidos às fls. 28/29-v para destruição. Os demais objetos apreendidos, restitua-se, mediante a comprovação da propriedade. Caso seja apresentado recurso, expeça-se guia provisória. P. R. I. C. Nos termos do art. 177 das Diretrizes Gerais Judiciais, transitada em julgado esta DECISÃO: a) certifique-se a data do trânsito em julgado; b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; c) comunique-se o desfecho da ação penal ao Instituto Nacional de Identificação Cível e Criminal; d) oficie-se ao TRE/RO, comunicando a condenação do réu, para cumprimento do disposto no art. 71, parágrafo 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, inciso III, da Constituição Federal, encaminhando a documentação necessária, inclusive identificação e cópia da SENTENÇA; e) expeça-se guia de execução definitiva, observando, por óbvio, a detração. Presidente Médici-RO, terça-feira, 25 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001692-76.2013.8.22.0006

Ação: Carta Precatória (Criminal)

Autor: Ministerio Publico Estadual

Réu: Gilmar de Moura Ferreira

DESPACHO:

Vistos. Junte-se o MANDADO constante na contracapa dos autos. Na certidão subscrita pelo Oficial de Justiça, consta que a testemunha ausente está em tratamento de saúde na cidade de Cuiabá/MT sem data prévia para retorno. Assim, devolva-se a deprecata para o Juízo de origem com as homenagens de estilo. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000755-66.2013.8.22.0006

Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)

Autor: Ministerio Publico Estadual

Denunciado: Francisco de Assis Feitosa de Andrade, Renato Pommerening da Silva, Leandro Alcantara dos Santos, Wellington David dos Santos, William Matias Ferreira, Jessica Ruslana Detmann Batista, Izaias Forato Pereira, Abraão Custódio Gomes, Edson Carlos Jussani, Elias da Silva dos Santos, Ozeias Rodrigues de Lima, Flávio Inácio da Silva, Franciel Rodrigues Nogueira, Joelson Matias de Melo, Bruno Fernando Ramos, Relber Campos Ferreira, Edvania dos Santos, Patricia Regina Prestes Nascimento

Advogado: Valtair de Aguiar (RO 5490), Josenelma das Flores Beserra (RO. 1332.), Alexandre Barneze (OAB/RO 2660), Josenelma das Flores Beserra (RO. 1332.), Jose Sebastião da Silva (RO 1474.), Defensor Publico (RO. 000.), Valtair de Aguiar (RO 5490), Jucimaro B. Rodrigues (OAB/RO 4959), Fernando Ferreira da Rocha (RO. 3163.), Defensor Publico (RO. 000.), Luiz Carlos de Oliveira (RO 1032.), Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)

DECISÃO:

Vistos. Encerrada a instrução probatória, os autos foram com vista ao Ministério Público para apresentação das alegações finais. No entanto, o Ministério Público deixou de apresentar alegações finais e postulou, às fls. 2.213/2.215, a transcrição das conversas telefônicas interceptadas judicialmente pelo Delegado de Polícia. Os réus estão sendo denunciados, dentre outros, pelos crimes descritos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06, tendo sido decretada a prisão preventiva de todos às fls. 1.594/1.600. Às fls. 2.080/2.090, foi revogada a prisão preventiva e aplicada medidas cautelares aos réus: 1) BRUNO FERNANDO RAMOS; 2) EDVANIA DOS SANTOS; 3) FRANCIEL RODRIGUES NOGUEIRA; 4) PATRÍCIA REGINA PRESTES NASCIMENTO; 5) JÉSSICA RUSLANA DETMANN BATISTA e 6) RELBER CAMPOS FERREIRA. Assim, permaneceram presos: 1) FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA DE ANDRADE; 2) RENATO POMMERENING DA SILVA; 3) LEANDRO ALCÂNTARA SANTOS; 4) WELLINGTON DAVID DOS SANTOS; 5) WILLIAN MATIAS FERREIRA; 6) ISAÍAS FORATO PEREIRA; 7) ABRAÃO CUSTÓDIO GOMES; 8) EDSON CARLOS JUSSANI; 9) ELIAS DA SILVA DOS SANTOS; 10) OZÉIAS RODRIGUES DE LIMA; 11) FLÁVIO INÁCIO DA SILVA; 12) JOELSON MATIAS DE MELO. É o relatório. DECIDO. O pedido de fls. 2.213/2.215 feito pelo Ministério Público, em verdade já foi objeto de requerimento às fls. 2.025/2.026. Com razão o Parquet, porquanto não há como apresentar as alegações finais sem que todas as provas estejam juntadas aos autos, devendo a Autoridade Policial transcrever as conversas telefônicas que dizem respeito aos fatos apurados neste processo e que foram interceptadas judicialmente. No entanto, observo que os réus estão presos há quase 6 (seis) meses, sem que a instrução processual seja totalmente finalizada. Conforme já ressaltou este juízo, em diversas oportunidades em que se manifestou sobre pedidos de revogação de prisão, é evidente que se trata de processo complexo, com 18 (dezoito) réus e inúmeras testemunhas e, portanto, não haveria, até então, que se falar em excesso de prazo, visto que essa aferição não resulta de simples operação aritmética, como pacificou o entendimento do colendo STJ. Ocorre que apesar da complexidade da presente demanda, este juízo dispendeu de todos os esforços possíveis para concluir a instrução probatória e, assim, proferir a SENTENÇA em tempo razoável, contudo, há situações que fogem ao controle do juízo, como por exemplo, o aguardo do retorno de cartas precatórias. Observa-se, ainda, pela certidão de fl. 2.212, que em razão das enchentes que assolam o Rio Madeira e seus afluentes no nosso Estado de Rondônia, havia um atraso considerável no retorno da carta precatória do réu Abraão Custódio Gomes da comarca de Guajará-Mirim, que está isolada/ilhada em razão das cheias supramencionadas. Diante disso, este juízo determinou a extração de cópia da mídia que consta o interrogatório do referido réu dos autos do TJRO, tudo isso para dar celeridade ao feito. Malgrado os esforços despendidos, compulsando os autos, verifico que, às fls. 2.025/2.026, o Membro do Parquet solicitou a transcrição pela Autoridade Policial das conversas telefônicas interceptadas pelo Judiciário, porém, em razão da complexidade do caso e das inúmeras folhas existentes, por um lapso, o referido pedido não foi objeto de CONCLUSÃO para análise, não sendo percebida a ausência de DECISÃO, até o momento, por nenhuma das partes atuantes no processo, tendo o Ministério Público, somente agora, na fase de alegações finais, observado a ausência de DECISÃO. Ocorre que, com o deferimento dessa importante diligência postulada pelo Ministério Público, os réus

permanecerão presos por prazo exacerbado, já que a Autoridade Policial depende de prazo razoável para ouvir as interceptações e transcrever as conversas, bom como somente após a confecção do ato será aberto vista para alegações finais. Nesse contexto, o fato é que os réus permanecem presos até o momento por causa da complexidade da causa, o que afasta a alegação de excesso de prazo, porém, com o deferimento da diligência o prazo se elastecerá ainda mais e, não por culpa dos acusados. Assim, a situação dos autos, neste momento processual, configura excesso de prazo e, portanto, constrangimento ilegal, situação que não pode ser ignorada pelo juízo. Ademais, segundo o art. 312 do CPP, a segregação, antes da condenação definitiva, depende da necessidade de garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. No caso dos autos, não permanecem mais presentes os requisitos da prisão preventiva, porquanto a instrução criminal, no que diz respeito a colheita de prova, já se esgotou, ou seja, as testemunhas já foram ouvidas, não havendo que se falar em eventual risco de intimidação por parte dos réus em relação às mesmas. Desta forma, apesar dos fatos delituosos, em tese perpetrados pelos réus, serem graves e autorizarem a custódia cautelar, as circunstâncias pessoais dos réus não evidenciam mais, neste momento processual, risco a ordem pública, bem como que seja necessária a privação de liberdade como meio de conveniência da instrução criminal, eis que esta já se encerrou. Assim, considerando o excesso de prazo e a ausência dos elementos que autorizam a manutenção da segregação cautelar, de ofício, deve ser concedida a liberdade dos réus. Posto isso, nos termos do art. 316 do CPP, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA decretada em face de: 1) FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA DE ANDRADE; 2) RENATO POMMERENING DA SILVA; 3) LEANDRO ALCÂNTARA SANTOS; 4) WELLINGTON DAVID DOS SANTOS; 5) WILLIAN MATIAS FERREIRA; 6) ISAÍAS FORATO PEREIRA; 7) ABRAÃO CUSTÓDIO GOMES; 8) EDSON CARLOS JUSSANI; 9) ELIAS DA SILVA DOS SANTOS; 10) OZÉIAS RODRIGUES DE LIMA; 11) FLÁVIO INÁCIO DA SILVA; 12) JOELSON MATIAS DE MELO. Contudo, por entender necessário, até DECISÃO final desta ação penal, aplico aos acusados, nos termos do art. 319 da Lei 12.403/11, as seguintes medidas cautelares: a) manter o endereço atualizado e comparecer em juízo sempre que forem chamados; b) recolhimento domiciliar no período noturno (19 horas até às 6 horas do dia seguinte) e nos dias de folga; c) deverão comparecer quinzenalmente ao Juízo para provar residência fixa e ocupação lícita; e) não frequentar bares, boates, casas de prostituição e locais de reputação duvidosa; f) não mudar de residência sem prévio aviso ao Juízo. g) não manter contato com as testemunhas, devendo ainda manter distância delas de, no mínimo, 100 (cem) metros, salvo nova ordem judicial. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, se por outro motivo não estiverem presos, bem como TERMO DE COMPROMISSO e OFÍCIO a POLÍCIA CIVIL E MILITAR acerca da presente DECISÃO, para fiscalização das medidas cautelares impostas. O réu FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA DE ANDRADE deverá ser restabelecido ao regime semiaberto, o qual se encontrava antes da prisão. O réu JOELSON MATIAS DE MELO, transferido para a Comarca de Ji-Paraná, deverá ser restabelecido no regime aberto daquela Comarca, devendo ser expedida carta precatória. Depreque-se aos Juízes de Costa Marques e Guajará-Mirim a informação acerca da presente DECISÃO, em relação aos réus LEANDRO

ALCÂNTARA SANTOS e ABRAÃO CUSTÓDIO GOMES, respectivamente, uma vez que presos naquelas Comarcas por outros processos. Oficie-se o Tribunal de Justiça nos autos do HC impetrado pelo réu WELLINGTON DAVID DOS SANTOS. Considerando que, doravante, os réus responderão o processo com cautelares, defiro o pedido feito pelo Parquet às fls. 2.213/2.215 e concedo o prazo de 10 (dez) dias para a Autoridade Policial transcrever os diálogos referentes a este processo que foram interceptados judicialmente. Após a juntada das transcrições, ao MP pelo prazo de 10 dias para apresentação de alegações finais. Em seguida, intem-se as partes para apresentação das alegações finais por memoriais, no prazo comum de 10 (dez) dias, facultando nesse período, a retirada dos autos para extração de cópias pelo prazo legal. Ciência ao MP. Intem-se. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.

Simone de Melo

Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: [0000703-70.2013.8.22.0006](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Vilmar da Silva Araujo

Advogado: Welington de Oliveira Teixeira (OAB/RO 2595)

Requerido: Claro S/a

Advogado: Alice Reigota Ferreira Lira. (OAB/RO 352B)

DECISÃO:

Vistos. A SENTENÇA de fls. 67/70 declarou a inexistência de vínculo jurídico entre as partes e condenou a ré ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais. A parte autora apresentou apelação às fls. 73/84. À fl. 87/89 a parte requerida juntou comprovante de pagamento da obrigação. Às fls. 96/97 a demandante requereu a expedição de alvará judicial e informou que persiste o recurso de apelação. Restou certificado nos autos, à fl. 99, que a parte ré/apelada deixou decorrer o prazo para apresentação de contrarrazões. Desta feita, considerando que os valores depositados nos autos são incontroversos, DEFIRO o pedido de fls. 96/97, expeça-se alvará em favor da parte autora e/ou de seu (a) procurador (a), caso possua poderes para receber, com relação aos valores de fls. 87/89. Considerando a tempestividade, RECEBO o recurso de apelação de fls. 73/84, em ambos os efeitos. Remetam-se os autos ao TJ/RO. Pratique-se o necessário. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: [0000806-77.2013.8.22.0006](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Selvita Barbosa de Carvalho

Advogado: Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)

Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social

Advogado: Procurador do Inss (000.)

SENTENÇA:

Vistos. SELVITA BARBOSA DE CARVALHO, já qualificada nos autos, ajuizou presente ação em face do Nacional do Seguro Social – INSS, postulando a concessão de pensão por morte de trabalhador rural. Argumentou que se casou com o Sr. João Teixeira de Carvalho, em 25/06/1973, e que este, desde a infância,

sempre trabalhou da atividade rural, e que após o casamento, ambos passaram a desempenhar referida atividade, em regime de economia familiar, sem ajuda de terceiros, nas lavouras de café e nas plantações de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo a única fonte de renda. Asseverou, ainda, que em 22/01/2013 seu cônjuge faleceu. Acrescentou que obteve, a partir de 10/08/2009, aposentadoria por idade, pela atividade rural, o que confirma que seu cônjuge também era segurado especial. O réu foi devidamente citado e apresentou contestação às fls. 20/31, alegando não restar comprovado a condição de segurado especial do de cujus, já que percebia amparo social ao idoso (LOAS), o que não gera direito à pensão por morte. Durante a instrução, foram ouvidas duas testemunhas (fls. 40/41). Reatei. Decido. Cuida-se de ação de conhecimento em que a parte autora pleiteia que o INSS seja condenado a implantar o benefício de pensão por morte, sob o argumento de que o de cujus exercia atividade rural, ostentando a qualidade de segurado especial, pelo que ela faz jus ao recebimento do benefício. A concessão de pensão por morte no caso sub judice demanda a comprovação dos seguintes requisitos: 1 - o óbito da parte segurada; 2 - a condição de dependente do(a) beneficiário(a); 3 - a demonstração da qualidade de segurado especial do(a) falecido(a). Pois bem. A morte da de cujus restou comprovada pela certidão de óbito de fl. 14. A condição de dependente do beneficiário é presumível, pois a autora era, respectivamente, casada o de cujus, conforme se comprova pela certidão de casamento de fl. 13 (art. 16, § 4º da Lei 8.213/1991). Ressalto que, a certidão de casamento qualifica o de cujus como lavrador, qualificação essa que, segundo a melhor jurisprudência é extensiva à esposa, em razão da própria situação de atividade comum ao casal. No que concerne à demonstração da qualidade de segurado especial do de cujus, impende frisar que a prova exclusivamente testemunhal não é capaz de epedido de benefício previdenciário, em especial a pensão por morte, porque encontra óbice em texto expresso de lei e no enunciado da Súmula 149 do STJ. Entretanto, devido às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais em fazer prova material, tem-se admitido inúmeros documentos para se constatar o início da atividade rurícola, sendo, pois, meramente exemplificativo o rol inscrito no art. 106, parágrafo único da Lei 8.213/91. Nesse passo, como início material de prova da atividade rural do falecido, observo que a autora juntou aos autos os documentos que comprovam o recebimento de seu benefício, à título de aposentadoria por idade, no ramo de atividade rural, o que caracteriza segurada especial (fl. 16), razão pela qual, presume-se que o autor também desempenhava a mesma atividade da autora, já que na constância do casamento, era o único trabalho e renda do casal. Outrossim, na certidão de casamento expedida em 25/09/1973 já expressava naquela época a profissão do de cujus, como, lavrador. Ademais, as testemunhas ouvidas em juízo são uníssonas em afirmarem que a autora e o de cujus sempre sobreviveram do labor rural e que mantiveram o relacionamento até o falecimento deste. Portanto, o início razoável de prova material, confirmada pela prova testemunhal, tornam certo que o de cujus, em vida, exercia atividade rural, ostentando a qualidade de segurado especial, motivo pelo qual a autora faz jus ao benefício pleiteado. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por SELVITA BARBOSA DE CARVALHO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, para o efeito de CONDENAR a autarquia ré a lhe conceder o benefício de pensão por morte, no valor de 01 (um) salário-mínimo mensal, respectivamente, desde a data do pedido administrativo 28/01/2013, devendo inclusive constar a verba referente ao 13º salário e, via de consequência,

julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 269, I do CPC. As verbas vencidas desde então deverão ser corrigidas monetariamente nos termos da Lei n.º 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela, de acordo com a tabela divulgada pelo CJF. Juros devidos à razão de 6% ao ano, a partir da citação. A autarquia ré, uma vez sucumbente, arcará com o pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre valor das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA, nos termos do artigo 20, § 4º, do CPC. Sem custas considerando que a vencida é autarquia, nos termos do art. 3º, da Lei Estadual n. 301/1990. DECISÃO não sujeita ao reexame necessário, nos termos do art. 475, § 2º, do Código de Processo Civil. P. R. I. Transitada em julgado, expeça-se o necessário e, oportunamente, archive-se os autos. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000270-32.2014.8.22.0006

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: V. G. D. M. A. da C. G. M. L. J. D. M.

Advogado: Elisângela de Oliveira Teixeira (RO 1043.)

DESPACHO:

Vistos. Ao MP para parecer. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.

Simone de Melo

Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D'OESTE

POSTO AVANÇADO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Proc: 1000672-65.2011.8.22.0018

Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME (Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota (OAB 558-A RO)

Erisvaldo Martins de Oliveira (Requerido)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME (Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota (OAB 558-A RO)

Erisvaldo Martins de Oliveira (Requerido)

DESPACHO: Vistos etc. Diante da certidão do Sr. Oficial de Justiça (evento 47), o Requerido não reside no endereço indicado, em virtude disso as Diligências restou prejudicada. E ulteriormente a parte autora se manifestou apresentando o atual endereço do Requerido (evento 57).

Assim, Expeça-se MANDADO de Penhora, Avaliação e Intimação.

Efetuada a penhora, intime-se a parte requerida da possibilidade de oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do auto de penhora, EMBARGOS à execução, desde que seguro o juízo e nos termos do art. 52, IX da Lei 9.099/95. Inexistindo bens penhoráveis, DESCREVER os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte executada (art. 659, §3º, CPC). Defiro, desde já, ao Sr. Oficial proceder às diligências na forma do § 2º, do artigo 172, do Código de Processo Civil, bem como concedo a ordem de arrombamento e a requisição de força policial, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 661 e 662 do CPC. Se a penhora recair sobre

bem imóvel, intime-se o cônjuge para tomar conhecimento, bem como a exequente para que providencie a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de MANDADO judicial (art. 659, §4º). Santa Luzia D Oeste RO, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc: 1000275-69.2012.8.22.0018

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

NOELSON JORGE(Requerido)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

NOELSON JORGE(Requerido)

SENTENÇA: Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95. O autor foi intimado para indicar bens passíveis de penhora, porém requereu a este juízo a extinção do feito visto que o requerido não possui bens penhoráveis. o § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95 dita, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Posto isso, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO DO FEITO. Sem condenação em custas e honorários advocatícios (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei 9.099/95).

Feitas as baixas de praxe, archive-se o processo. Fica facultado à parte autora o desarquivamento do feito quando da localização de bens passíveis de penhora. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intime-se. Santa Luzia d Oeste, data certificada.

Cláudia Vieira Maciel de Sousa

Juíza de Direito.

Proc: 1000718-83.2013.8.22.0018

Ação:Execução de Título Judicial

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Exequente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

Carlos Mozer(Executado)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Exequente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

Carlos Mozer(Executado)

SENTENÇA: Vistos. Relatório dispensado, na forma da lei.

Proposta a demanda o juízo determinou a emenda à inicial, para que o requerente junta-se ao processo alguns itens que este juízo julgou necessário para a presente demanda, no entanto, este devidamente intimado (mov.07), permaneceu inerte. DECIDO. Tendo o requerente deixado de atender à emenda da inicial, é forçoso reconhecer a incidência do CPC, art. 284, parágrafo único, indeferindo-se a inicial.

DISPOSITIVO. ANTE O EXPOSTO, com base nos artigos 267, I c/c 284, parágrafo único e 295, VI do CPC, INDEFIRO A INICIAL e, via de consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do MÉRITO. Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95. SENTENÇA registrada e publicada automaticamente pelo sistema de informática.

Intime-se. Feitas as baixas de praxe, archive-se o processo, independentemente de trânsito em julgado.

Santa Luzia d'Oeste, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc: 1001000-24.2013.8.22.0018

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Vanderlai Alves da Silva(Requerente)

Banco Itaucard S.A.(Requerido)

Advogado(s): OAB:392 RN

Vanderlai Alves da Silva(Requerente)

Banco Itaucard S.A.(Requerido)

Advogado: Luiz Almir da R. Mendes Junior, OAB/RN 392-A

SENTENÇA: DISPOSITIVO Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por Vanderlai Alves da Silva em face de Banco Itaucard S/A, para: a) CONDENAR, a empresa requerida ao pagamento da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao autor a título de DANOS MORAIS, devidamente corrigidos e com juros de mora de 1% ao mês, desde a data da SENTENÇA.

Por fim, declaro extinto o processo com julgamento do MÉRITO, na forma do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95).

SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Fica a requerida intimada a cumprir a presente, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, aguarde-se 15 (quinze) dias, nada sendo requerido

arquivem-se. Santa Luzia, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Souza Juíza de Direito

Proc: 1000653-88.2013.8.22.0018

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Raphael Gomes Figueiredo(Requerente)

Advogado(s): ALMIRO SOARES(OAB 412A RO)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)

Raphael Gomes Figueiredo(Requerente)

Advogado(s): ALMIRO SOARES(OAB 412A RO)

Banco do Brasil S/A(Requerido)

Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)

SENTENÇA: DISPOSITIVO. Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Raphael Gomes Figueiredo move contra o Banco Brasil S.A.. para: a) CONDENAR, a empresa requerida ao pagamento da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao autor a título de DANOS MORAIS, devidamente corrigidos e com juros de mora de 1% ao mês, desde a data da SENTENÇA. b) Tornar definitiva a tutela antecipada para que a empresa se abstenha de reinscrever o nome do autor do banco de dados de inadimplentes denominado SPC, Serasa e demais congêneres, no que concerne a suposta dívida discutida nos presentes autos. Por fim, declaro extinto o processo com julgamento do MÉRITO, na forma do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95). SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.

Fica a requerida intimada a cumprir a presente, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, aguarde-se 15 (quinze) dias, nada sendo requerido arquivem-se. Santa Luzia d Oeste/RO, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc: 1000078-46.2014.8.22.0018

Ação:Execução de Título Judicial

Garra Comercio de Motos-ME(Exequente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

Cloves Donizeti Dias(Executado)

Garra Comercio de Motos-ME(Exequente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

Cloves Donizeti Dias(Executado)

DESPACHO: Vistos etc. INTIME-SE a parte autora, por via DJ, para apresentar emenda à inicial, devendo no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o Transito em Julgado referente ao processo 1000079- 65.2013.822.0018, sob pena de indeferimento. Santa Luzia D'Oeste RO, data certificada.

Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc: 1000275-69.2012.8.22.0018

Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

NOELSON JORGE(Requerido)

J. José dos Santos & Cia Ltda - ME(Requerente)

Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)

NOELSON JORGE(Requerido)

DESPACHO: Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95. O autor foi intimado para indicar bens passíveis de penhora, porém requereu a este juízo a extinção do feito visto que o requerido não possui bens penhoráveis. o § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95 dita, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Posto isso, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO DO FEITO. Sem condenação em custas e honorários advocatícios (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei 9.099/95).

Feitas as baixas de praxe, archive-se o processo. Fica facultado à parte autora o desarquivamento do feito quando da localização de bens passíveis de penhora. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intime-se. Santa Luzia d Oeste, data certificada.

Cláudia Vieira Maciel de Sousa

Juíza de Direito.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000472-07.2013.8.22.0018

Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)

Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogado:Promotor de Justiça (20202020 2020202020)

Denunciado:Janderson de Souza Arruda

Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Junior (ooooo), Fabio Jose Reato (RO. 2061.), Danilo Constance Martins Durigon (OAB-RO 5114)

SENTENÇA:

DISPOSITIVO Posto isso, julgo improcedente a pretensão punitiva estatal contida na denúncia para o fim de ABSOLVER o acusado JANDERSON DE SOUZA ARRUDA, brasileiro, filho de José Castilho de Arruda e Maricelia Nunes de Souza Arruda, nascido aos 27/06/1990, em Ji Paraná/RO, residente na Rua Linha P 38, km 10, Alto Alegre dos Parecis/RO, do crime tipificado no art. 35, caput, da Lei n. 11.343/2006, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

SENTENÇA registrada e publicada automaticamente pelo sistema de informática.Sem custas.Transitada em julgado, archive-se.Intimem-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014.

Cláudia Vieira Maciel de Sousa

Juíza de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1000882-19.2011.8.22.0018

Ação:Petição (Juizado Cível)

VANDERLEY JOSÉ DE SOUZA(Autor)

Advogado(s): NADYLSON MARCELINO BRANDÃO RODRIGUES FILHO(OAB 4435 RO)

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A(Requerido)

Advogado(s): OAB:3592 AC, JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO)

VANDERLEY JOSÉ DE SOUZA(Autor)

Advogado(s): NADYLSON MARCELINO BRANDÃO RODRIGUES FILHO(OAB 4435 RO)

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A(Requerido)

Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes OAB:3592 AC, JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO)

FINALIDADE: "...Diante do exposto, pelos argumentos suprerreferenciados, DECLARO a incompetência do Juizado para processar e julgar a presente ação, e declino a competência para a Vara Cível, determinando as devidas baixas e retificações na distribuição. Declaro, com supedâneo no art. 51, II da Lei 9.099/95, extinto o processo sem julgamento do MÉRITO. Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95). SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se." Santa Luzia d'Oeste, data certificada.

Cláudia Vieira Maciel de

Proc: 1000312-96.2012.8.22.0018

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Reginaldo da Silva(Requerente)

Advogado(s): Andre Bonifácio Ragnini(OAB 1119 RO)

Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/a(Requerido)

Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)

Reginaldo da Silva(Requerente)

Advogado(s): Andre Bonifácio Ragnini(OAB 1119 RO)

Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/a(Requerido)

Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)

FINALIDADE: "...Diante do exposto, pelos argumentos supra referenciados, DECLARO a incompetência do Juizado para processar e julgar a presente ação, e declino a competência para a Vara Cível, determinando as devidas baixas e retificações na distribuição. Declaro, de acordo com o art. 51, II da Lei 9.099/95, extinto o processo sem julgamento do MÉRITO.

Intimem-se."

Santa Luzia, data certificada.

Juíza

Cláudia Vieira Maciel de Sousa

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0000942-38.2013.8.22.0018

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Francieli Gonçalves Souza Ferreira

Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

FINALIDADE: Fica a parte Autora por via de Seu advogado no prazo de 10 (Dez) dias a manifestar-se acerca da proposta de Acordo de fl.35 do INSS, sob pena de extinção do Feito.

Antônio de Souza
Escrivão Cível**COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ****1ª VARA CRIMINAL**

1º Cartório Criminal

Sugestões e reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico smg1criminal@tjro.jus.br

Juiz: João Valério Silva Neto

Diretor do Cartório: Adriano Marçal da Silva

EDITAL DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

(Prazo: 15 dias)

Autos nº: 0015667-93.2008.8.22.0022

Classe: Inquérito Policial – Procedimento Investigatório.

Autor: Ministério Público Estado Rondônia

Réu: Marcos de Souza Antunes, vulgo “Kiko”, brasileiro, nascido aos 17/04/1982, filho Neri Antunes e Izer de Souza Antunes, residente Linha 106, Lado Sul, Km 9, São Miguel do Guaporé/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Adv.: Não informado

FINALIDADE: Citar o denunciado acima qualificado para se defender na Ação Penal supra, movida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra o mesmo por infração ao Art. 33, caput, cumulado com art. 40, III, ambos da Lei nº 11.343/06. Notificá-lo para apresentar resposta nos termos do art. 396-A do CPP, no prazo de 10 (dez) dias através de seu advogado e que, na ausência de resposta, será nomeado a Defensoria Pública para oferecê-la. Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO. SMG/RO, 24 de fevereiro de 2014.

EDITAL DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

(Prazo: 15 dias)

Autos nº: 1000009-36.2012.8.22.0022

Classe: Ação Penal– Procedimento Sumário

Autor: Ministério Público Estado Rondônia

Réu: Ailton Nilson Correa, brasileiro, solteiro, nascido aos 6/1/1983, em São João de Manteninha/MG, filho de Ailton Correa e Dejanira Lucio, residente à,Rua Cecília, s/nº, em frente ao nº 2075, São Miguel do Guaporé/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Adv.: Não informado

FINALIDADE: Citar o denunciado acima qualificado para se

defender na Ação Penal supra, movida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra o mesmo por infração ao Art. 147 do Código Penal. Notificá-lo para apresentar resposta nos termos do art. 396-A do CPP, no prazo de 10 (dez) dias através de seu advogado e que, na ausência de resposta, será nomeado a Defensoria Pública para oferecê-la.

Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO. SMG/RO, 24 de fevereiro de 2014.

EDITAL DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

(Prazo: 15 dias)

Autos nº: 1000579-56.2012.8.22.0022

Classe: Ação Penal– Procedimento Sumário

Autor: Ministério Público Estado Rondônia

Réu: Assis Marcolino da Silva, brasileiro, casado, vendedor, portador do RG nº 360741915 SSP/SP, CPF nº 640.175.082-00, nascido aos 6/4/1979, em Cáceres/MT, filho de Luiz Marcolino da Silva e Marina Rosa da Silva, residente à, Av. Brasil, s/nº, Seringueiras/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Adv.: Não informado

FINALIDADE: Citar o denunciado acima qualificado para se defender na Ação Penal supra, movida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra o mesmo por infração ao Art. 331 do Código Penal. Notificá-lo para apresentar resposta nos termos do art. 396-A do CPP, no prazo de 10 (dez) dias através de seu advogado e que, na ausência de resposta, será nomeado a Defensoria Pública para oferecê-la.

Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO. SMG/RO, 24 de fevereiro de 2014.

[a] Adriano Marçal da Silva
Diretor do Cartório Criminal**1ª VARA CÍVEL**

1º Cartório Cível

Vara Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé

Juiz: João Valério Silva Neto

SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000634-58.2011.8.22.0022

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Cybele Yoshiko de Oliveira

Advogado:Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)

Requerido:Oremildo Cortes

DECISÃO:Vistos. Deve a exequente trazer aos autos planilha do débito atualizado.Prazo: 20 dias, sob pena de indeferimento do pedido de penhora online.Intime-se.S.Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000244-54.2012.8.22.0022

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Claudemir Marques da Silva

Advogado:José Luis Torelli Gabaldi (OAB/RO 2543)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para comparecer na Unidade Mista de Saúde de São Miguel do Guaporé, em data de 25 de março de 2014 às 11:00 horas, munida de todos os exames, laudos, relatórios e receituários que estiver em seu poder, para fins de realização de perícia médica coma a Dra Andréa dos Santos Melquisedec. Fica ainda os advogados das partes intimados para, querendo, comparecerem na data designada.

Proc.: 0001223-79.2013.8.22.0022

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Edileuza Alves Boiadeiro

Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/RO 4738)

Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para comparecer na Unidade Mista de Saúde de São Miguel do Guaporé, em data de 25 de março de 2014 às 09:00 horas, munida de todos os exames, laudos, relatórios e receituários que estiver em seu poder, para fins de realização de perícia médica coma a Dra Andréa dos Santos Melquisedec. Fica ainda o advogado da parte intimado para, querendo, comparecer na data designada.

Proc.: 0001176-08.2013.8.22.0022

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Diogo Felix da Silva

Advogado:Joanito Vicente Batista (OAB/RO. 2363)

Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para comparecer na Unidade Mista de Saúde de São Miguel do Guaporé, em data de 08 de Abril de 2014 às 09:00 horas, munida de todos os exames, laudos, relatórios e receituários que estiver em seu poder, para fins de realização de perícia médica coma a Dra Andréa dos Santos Melquisedec. Fica ainda o advogado intimado para, querendo, comparecer na data designada.

Proc.: 0000436-50.2013.8.22.0022

Ação:Monitória

Requerente:Canopus Administração de Consórcio S/C Ltda

Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)

Requerido:Edriele Sousa Brito

Fica a parte Autora, por via de seus Advogados, intimada para, no prazo de 05 dias, retirar o Alvará expedido, bem como, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o seu levantamento.

Proc.: 0001694-95.2013.8.22.0022

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Cleidimar Carbrek

Advogado:Emerson Baggio (OAB/RO 4272)

Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos, a serem respondidos em perícia médica, ou no mesmo prazo indicar assistentes técnicos.

DESPACHO: Vistos. Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado. Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA

DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso) Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS. É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, providencie a escrivania contato telefônico com a Dra. Tangliam M. J. da Silva, clínica geral, inscrita no CRM sob n. 2256, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007. A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Com a vinda das informações pela médica, intemem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 dias. A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia. Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia. Intemem-se. S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 15 de janeiro de 2014. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001695-80.2013.8.22.0022

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Valmir Pereira

Advogado:Emerson Baggio (OAB/RO 4272)

Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos, a serem respondidos em perícia médica, ou no mesmo prazo indicar assistentes técnicos.

DECISÃO: Vistos. Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado. Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO

DE PROVAPERICIAL. PROVATÉCNICAINDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/ AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso) Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS. É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, providencie a escrivania contato telefônico com a Dra. Andréa dos Santos Melquisedec, perita médica legista, inscrita no CRM sob n. 3432, a qual nomeio para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, informando-a que de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007. A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Com a vinda das informações pela médica, intemem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 dias. A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia. Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia. Intimem-se.S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 13 de janeiro de 2014.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: [0001426-41.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Elio Gonçalves Fialho

Advogado:Emerson Baggio (OAB/RO 4272)

Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos, a serem respondidos em perícia médica, ou no mesmo prazo indicar assistentes técnicos.

Proc.: [0001696-65.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Ivair Aparecido de Souza

Advogado:Emerson Baggio (OAB/SC 19262)

Requerido:Inss. Instituto Nacional do Seguro Social

Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos, a serem respondidos em perícia médica, ou no mesmo prazo indicar assistentes técnicos.

Proc.: [0001844-13.2012.8.22.0022](#)

Ação:Inventário

Inventariante:Juliana Miné Gonçalves

Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295)

Inventariado:Espolio de Pedro Miné Gonçalves

Fica a parte inventariante, através de seu advogado, intimada de todo teor do DESPACHO a seguir transcrito: Vistos. Ante as razões esposadas à fl.64, defiro o pedido de suspensão no prazo de 90 dias.Decorrido o prazo, deve a inventariante impulsionar o feito, sob pena de remoção do cargo. Intime-se. S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2014. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: [0002788-78.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Sumário

Requerente:Maria Vaz dos Santos

Advogado:Aristides Gonçalves Junior (4303)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: [0002544-52.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Abel Cesar da Rocha

Advogado:Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: [0001410-87.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:Claudiomiro Madeira Neto

Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado:Jacimar Pereira Rigolon (OAB-RO 1740)

Alegações finais Partes:

Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas a apresentarem alegações finais no prazo legal.

Proc.: [0000413-07.2013.8.22.0022](#)

Ação:Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente:U. A. dos R.

Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)

Requerido:V. N. de B.

Advogado:Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)

DECISÃO:

Vistos. Defiro a prova testemunhal. Desta feita, designo audiência de instrução para o dia 11/06/2014, às 11 horas. Intimem-se às partes, testemunhas e advogados. Expeça-se o necessário para realização da solenidade. S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0000413-07.2013.8.22.0022](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: U. A. dos R.

Advogado: Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)

Requerido: V. N. de B.

Advogado: Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)

Carta precatória - retirar:

Fica a parte requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: [0001162-24.2013.8.22.0022](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Alcides Oliveira da Silva

Advogado: Ligia Verônica Marmitt Guedes (OAB-RO 4195)

Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Advogado: Procurador do Inss (000.)

Laudo Pericial:

Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o Laudo Pericial de fls. 94/108.

Proc.: [0000418-63.2012.8.22.0022](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: José Rodrigues Ferreira

Advogado: Aristides Gonçalves Junior (4303)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

DECISÃO:

Vistos. Digam as partes se pretendem a produção de outras provas, caso queiram, devem ser especificadas e justificadas a necessidade, no prazo de 5 dias, sob pena de preclusão. Nada sendo requerido no prazo, dê vistas as partes para alegações finais. Após, tornem os autos conclusos para SENTENÇA. Pratique-se o necessário. Intimem-se. S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0000741-34.2013.8.22.0022](#)

Ação: Monitória

Requerente: Construtora Magalhães Ltda

Advogado: Alex Luís Luengo Lopes (OAB/RO 3282)

Requerido: Coutinho e Santos Ltda Me

Advogado: Advogado Não Informado (22 SMG)

DECISÃO:

Vistos. Analisando os autos, verifica-se que o exequente requereu citação por edital do requerido, no entanto, verifico que não foram empreendidas todas as diligências necessárias para a localização do executado, posto isto, por ora, indefiro o pedido. Intime-se e pratique-se o necessário. S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0001264-80.2012.8.22.0022](#)

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria Bernadete de Souza

Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado: Procurador do Inss (000.)

DECISÃO:

Vistos. Intime-se a parte autora para impulsionar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Pratique-se o necessário. S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2014. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0002305-48.2013.8.22.0022](#)

Ação: Embargos de Terceiro (Cível)

Embargante: Cooperativa de Crédito Rural Vale do Guaporé Ltda- CREDIVALE

Advogado: Karina Jiosane G. Theis (OAB/RO 6045)

Embargado: Mercantil Nova Era Ltda

Advogado: Maria de Fatima Paiva da Costa (OAB/RO 3037), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)

DECISÃO:

Vistos. Recebo os embargos para processamento. Liminarmente, suspendo a execução relativamente aos bens embargados. No que pertine ao pedido de manutenção de posse quanto ao bem embargado, deixo para apreciá-lo no MÉRITO da ação. No mais, nos termos do art. 1053 do CPC, intime-se a parte embargada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente contestação, querendo. Não sendo contestado os embargos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte embargante (CPC, art. 285 c/c art. 803). Intimem-se. Expeça-se o necessário. S. Miguel do Guaporé-RO, quinta-feira, 19 de dezembro de 2013. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0002333-16.2013.8.22.0022](#)

Ação: Embargos de Terceiro (Cível)

Embargante: Waldair Vieira de Queiroz

Advogado: André Luiz Marques (OAB/RO 2498)

Embargado: Mercantil Nova Era Ltda

Advogado: Maria de Fatima Ferreira (OAB/RO 3037), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)

DECISÃO:

Vistos. Recebo os embargos para processamento. Liminarmente, suspendo a execução relativamente aos bens embargados. No que pertine ao pedido de manutenção de posse quanto ao bem embargado, deixo para apreciá-lo no MÉRITO da ação. No mais, nos termos do art. 1053 do CPC, intime-se a parte embargada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente contestação, querendo. Não sendo contestado os embargos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte embargante (CPC, art. 285 c/c art. 803). Intimem-se. Expeça-se o necessário. S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 18 de dezembro de 2013. João Valério Silva Neto. Juiz de Direito.

Proc.: [0001424-71.2013.8.22.0022](#)

Ação: Procedimento Sumário

Requerente: Vanderlucia Feliciano dos Santos

Advogado: Emerson Baggio (OAB/RO 4272)

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)

Perícia:

Fica a parte Autora intimada, através de seu advogado, para comparecer na Unidade Mista de Saúde de São Miguel do Guaporé, no dia 25/03/2014 às 17 horas, munida de todos os exames, laudos, relatórios e receituários que estiver em seu poder, para fins de realização de perícia médica com a Dra. Andrea dos Santos Melquisedec. Fica ainda os advogados das partes e o assistente técnico indicado pela autora, intimados para, querendo, comparecerem na data designada.

Vânia Maria Vanzin
Diretora do Cartório Cível

PROCLAMAS**COMARCA DE JI-PARANÁ****1ª VARA CÍVEL**

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO CIVIL CORILAÇÃO/ JI-PARANÁ-RO

Rua Pedro Teixeira, nº 1417, Centro - CEP. 76.900-062 Fones: (69)3421-5588 (69)3423-5064

Município e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia

Luzia Regly Muniz Corilaço - OFICIALA

LIVRO D-046 FOLHA 013

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.623

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

GREGORY SILVA GREGÓRIO, de nacionalidade brasileira, farmacêutico, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1988, residente e domiciliado na Av. Brasil, 233, Apto 206, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de GREGORY SILVA GREGÓRIO, filho de LUIZ CARLOS GREGÓRIO e de MARIA IVETE BARCELOS DA SILVA GREGÓRIO; e ÉRICA GONÇALVES MAIA de nacionalidade brasileira, enfermeira, divorciada, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 28 de dezembro de 1986, residente e domiciliada na Av. Brasil, 233, Apto 206, Nov Brasília, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de ÉRICA GONÇALVES MAIA GREGÓRIO, filha de NASCIMENTO GONÇALVES FILHO e de ANTONIA NEUMA BANDEIRA MAIA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 24 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 013 vº

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.624

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

MESSIAS ELIAS NETO, de nacionalidade brasileira, comerciante, divorciado, natural de Vai Volta, em Tarumirim-MG, onde nasceu no dia 24 de setembro de 1953, residente e domiciliado na Rua Matogrossense, 273, Urupá, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de MESSIAS ELIAS NETO, filho de AGENOR ELIAS DA ROCHA e de JULIA VASCONCELOS ROCHA; e LAURA MARCELA BESSA ALVES de nacionalidade brasileira, serviços gerais, solteira, natural de Tupãzinho-PR, onde nasceu no dia 09 de maio de 1966, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 476, Vila Jotão, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de LAURA MARCELA BESSA ALVES, filha de DALVINO ALVES LEITE e de MARIA DE LOURDES BESSA ALVES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 24 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 014

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.625

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

JOSÉ SODRÉ DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, professor, solteiro, natural de Reserva do Cabaçal-MT, onde nasceu no dia 09 de junho de 1974, residente e domiciliado na Rua São Cristóvão, 1404, Jardim Presidencial, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de JOSÉ SODRÉ DE OLIVEIRA, filho de SELVINO SUDRÉ DE OLIVEIRA e de MARIA GASPARE DE OLIVEIRA; e MARIA DA ROCHA RAMOS de nacionalidade brasileira, professora, solteira, natural de Fernandes Tourinho-MG, onde nasceu no dia 09 de agosto de 1961, residente e domiciliada na Rua São Cristóvão, 2416, Jardim Presidencial, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de MARIA DA ROCHA RAMOS SODRÉ, filha de VANADIR LUCIANO DA ROCHA e de ALICE ROSARIO ROCHA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 24 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 014 vº

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.626

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

SEBASTIÃO CESCNETO, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 11 de agosto de 1982, residente e domiciliado na Rua Cuba, 63, Jardim das Seringueiras, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de SEBASTIÃO CESCNETO, filho de RICARDO CESCNETO e de ORMY TEREZA EFFIGEN CESCNETO; e ALANE STÉPHANYE ANDRADE BATISTA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 11 de fevereiro de 1991, residente e domiciliada na Rua Capixaba, 72, Urupá, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de ALANE STÉPHANYE ANDRADE BATISTA, filha de CELIO EDIMAR BATISTA e de CELIA ANDRADE DA CUNHA BATISTA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 25 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 015

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.627

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

CLAUDINEI LOPES REINA, de nacionalidade brasileira, pedreiro, solteiro, natural de Pérola-PR, onde nasceu no dia 11 de janeiro de 1968, residente e domiciliado na Rua São Vicente, 796, Parque São Pedro, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de CLAUDINEI LOPES REINA, filho de ANTONIO MORENO REINA FILHO e de APARECIDA LOPES REINA; e MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO DE PONTES de nacionalidade brasileira, auxiliar de serviços diversos, divorciada, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 20 de setembro de 1970, residente e domiciliada na Rua São Vicente, 796, Parque São Pedro, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO DE PONTES REINA, filha de FRANCISCO NASCIMENTO DE PONTES e de MARIA ESTER ROMÃO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 25 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 015 vº

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.628

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

GENILSON APARECIDO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Umuarama-PR, onde nasceu no dia 28 de agosto de 1981, residente e domiciliado na Linha 12, Km 22, Lote 18 Gleba 8B, Zona Rural, em Ouro Preto do Oeste-RO, continuou a adotar o nome de GENILSON APARECIDO DA SILVA, filho de JOSÉ APARECIDO DA SILVA e de MARIA APARECIDA DA SILVA; e SIRLENE BARBOSA RAFAEL de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de junho de 1986, residente e domiciliada na Linha 207, Lote 42, Gleba 32, Zona Rural, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de SIRLENE BARBOSA RAFAEL, filha de JOÃO RAFAEL e de RITA BARBOSA RAFAEL.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Envio cópia ao Oficial do Registro Civil de Ouro Preto do Oeste-RO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro. Ji-Paraná-RO, 27 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 016

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.629

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

ELIZEU FERREIRA PIMENTEL, de nacionalidade brasileira, operador de recapagem, solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 01 de março de 1981, residente e domiciliado na Rua Paraná, 801, Casa Preta, em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de ELIZEU FERREIRA PIMENTEL, filho de SEBASTIÃO DA SILVA PIMENTEL e de JOANA FERREIRA PIMENTEL; e

ROSIDELMA OLIVEIRA DE SOUSA de nacionalidade brasileira, manicure, solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 03 de abril de 1979, residente e domiciliada na Rua Dos Capixabas, 539, Urupá, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de ROSIDELMA OLIVEIRA DE SOUSA PIMENTEL, filha de EDSMON OLIVEIRA DE SOUZA e de DINALVA FLOZINA DE SOUZA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 27 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

LIVRO D-046 FOLHA 016 vº

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.630

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

CREBSON COSTA DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, auxiliar de entregas, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 31 de maio de 1993, residente e domiciliado na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, 1028, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar o nome de CREBSON COSTA DOS ANJOS DE OLIVEIRA, filho de LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA e de NADIR COSTA DE OLIVEIRA; e LETICIA RAFAELA ALVES DOS ANJOS de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 27 de março de 1997, residente e domiciliada na Linha TN 33, Gleba G, Lote 111, s/n, Zona Rural, Nova Londrina, em Ji-Paraná-RO, passou a adotar no nome de LETICIA RAFAELA ALVES DOS ANJOS DE OLIVEIRA, filha de ISRAEL VICENTE DOS ANJOS e de ROSILEI PEREIRA ALVES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ji-Paraná-RO, 28 de fevereiro de 2014.

Luzia Regly Muniz Corilaço

Oficial

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

República Federativa do Brasil

Estado de Rondônia

Município e Cômara de Cacoal

2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal

Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -

cartoriodavila@gmail.com

FRANCINETE LIMA D'AVILA

Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS

Matrícula

095794 01 55 2014 6 00006 055 0001055 03

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

RAFAEL COELHO SILVA DE ABREU, de nacionalidade brasileira, auxiliar de serviços gerais, solteiro, natural de Corrego Catimbau, em São Mateus-ES, onde nasceu no dia 16 de janeiro de 1989, residente e domiciliado na Rua Flor de Maraca, 2229, Vista Alegre, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de RAFAEL COELHO SILVA DE ABREU, filho de Claudionor Campista de Abreu e de Vanusa Coelho da Silva Abreu;

PATRICIA BARBOSA de nacionalidade brasileira, autônoma, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 30 de julho de 1990, residente e domiciliada na Rua Flor de Maraca, 2229, Vista Alegre, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de PATRICIA BARBOSA DE ABREU, filha de José Barbosa Filho e de Silvanira Maria Bezerra Barbosa;

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil

Estado de Rondônia

Município e Cômara de Cacoal

2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal

Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -

cartoriiodavila@gmail.com

FRANCINETE LIMA D'AVILA

Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS

Matrícula

095794 01 55 2014 6 00006 056 0001056 01

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

LUCIANO VALDEVINO GUERRA, de nacionalidade brasileira, mecânico, solteiro, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1985, residente e domiciliado na Rua Hermatita, 1725, Jardim Bandeirante, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de LUCIANO VALDEVINO GUERRA, filho de Paulino Guerra e de Creusa Valdevino Guerra;

LIDIANA DE OLIVEIRA DA ROCHA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Alvorada do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de fevereiro de 1989, residente e domiciliada na Rua Hermatita, 1725, Jardim Bandeirante, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de LIDIANA DE OLIVEIRA DA ROCHA, filha de Lidio Luiz de Oliveira e de Astride Gomes da Rocha;

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil

Estado de Rondônia

Município e Cômara de Cacoal

2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal

Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -

cartoriiodavila@gmail.com

FRANCINETE LIMA D'AVILA

Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS

Matrícula

095794 01 55 2014 6 00006 057 0001057 01

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

JOÃO PABLO CLAUDINO LIMA, de nacionalidade brasileira, funcionário público, solteiro, natural de São Miguel do Guaporé-RO, onde nasceu no dia 21 de novembro de 1991, residente e domiciliado na Rua Leonardo da Vinci, 392, Bairro Jardim Saúde, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de JOÃO PABLO CLAUDINO LIMA, filho de João Santos Lima e de Irene Claudino Lima;

LETÍCIA ROCHA DA FONSECA de nacionalidade brasileira, bióloga, solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 24 de março de 1988, residente e domiciliada na Rua Leonardo da Vinci, 392, Bairro Jardim Saúde, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de LETÍCIA ROCHA DA FONSECA LIMA, filha de José Gonçalves da Fonseca e de Célia Maria Rocha;

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil

Estado de Rondônia

Município e Cômara de Cacoal

2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal

Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -

cartoriiodavila@gmail.com

FRANCINETE LIMA D'AVILA

Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS

Matrícula

095794 01 55 2014 6 00006 058 0001058 08

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

ARTHUR LIMA CANI, de nacionalidade brasileira, economista, solteiro, natural de Montanha-ES, onde nasceu no dia 07 de novembro de 1991, residente e domiciliado na Rua Anísio Serrão, 1263, Bairro Princesa Isabel, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de ARTHUR LIMA CANI, filho de Lucilo Cani e de Ivanilde Pereira de Lima Cani;

ELAINE DE ARRUDA RIBEIRO de nacionalidade brasileira, cirurgiã dentista, solteira, natural de São Paulo-SP, onde nasceu no dia 08 de abril de 1989, residente e domiciliada na Rua Anísio Serrão, 1263, Bairro Princesa Isabel, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de ELAINE DE ARRUDA RIBEIRO CANI, filha de Severino José Ribeiro e de Severina Herminia de Arruda;

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

LIVRO D-8 FOLHA 199

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.499

matrícula

095976 01 55 2014 6 00008 199 0001499 55

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

ELIVELTON DE OLIVEIRA BISPO VITAL, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Cacoal, em Ministro Andreazza-RO, onde nasceu no dia 28 de abril de 1994, residente e domiciliado na Linha 01-A lote 13 Gleba 01, Zona Rural, em Ministro Andreazza-RO, continuou a adotar o nome de ELIVELTON DE OLIVEIRA BISPO VITAL, filho de João Marculino Vital e de Edileuza Aparecida de Oliveira Bispo; e JHENIFER PEREIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Ji-Parana-RO, onde nasceu no dia 11 de março de 1997, residente e domiciliada na Linha 01-A, lote 13, gleba 01, Zona Rural, em Ministro Andreazza-RO, passou a adotar no nome de JHENIFER PEREIRA DA SILVA VITAL, filha de Flávio Martins da Silva e de Vera Lucia Pereira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavo o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Ministro Andreazza-RO, 14 de fevereiro de 2014.

Francinete Lima D'Avila

Oficial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

VARA CÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969

E-mail: vilsondesouzabrasil@hotmail.com

RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA "A" - CENTRO, CEP: 76.993-000

VILSON DE SOUZA BRASIL - NOTÁRIO REGISTRADOR

GABRIELA MARTINS BRASIL - TABELIÃ SUBSTITUTA

EDITAL DE PROCLAMAS LIVRO D-015, FOLHA 023, TERMO 6.508

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: NATÁLIO SILVA DOS SANTOS, divorciado, com quarenta e seis (46), de nacionalidade brasileira, funcionário público, natural de Pérola do Este-PR, onde nasceu no dia 27 de dezembro de 1967, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 4530, São José, em Colorado

do Oeste-RO, filho de OLMIRO GONSALVES DOS SANTOS e de DIONISIA SILVA DOS SANTOS; Ela: CÍNTIA CANCIAN DOS SANTOS, solteira, com trinta e seis (36), de nacionalidade brasileira, funcionária pública, natural de São Paulo-SP, onde nasceu no dia 12 de novembro de 1977, residente e domiciliada na Rua Mato Grosso, 4530, São José, em Colorado do Oeste-RO, filha de JOSÉ CARNAVALE DOS SANTOS e de NEIDE CARMEN CANCIAN DOS SANTOS. Determinando que o regime de bens a vigor a partir do mesmo seja o de Comunhão Universal de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de NATÁLIO SILVA DOS SANTOS. Que após o casamento, a declarante, continuará a adotar o nome de CÍNTIA CANCIAN DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavo o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Colorado do Oeste-RO, 28 de fevereiro de 2014.

Vilson de Souza Brasil

Notário/Registrador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969

E-mail: vilsondesouzabrasil@hotmail.com

RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA "A" - CENTRO, CEP: 76.993-000

VILSON DE SOUZA BRASIL - NOTÁRIO REGISTRADOR

GABRIELA MARTINS BRASIL - TABELIÃ SUBSTITUTA

EDITAL DE PROCLAMAS LIVRO D-015 FOLHA 024 TERMO 006509

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: JHEYMES NUNES MORAES, solteiro, com dezoito (18), de nacionalidade brasileira, açougueiro, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 13 de fevereiro de 1996, residente e domiciliado na Rua Amapá, 4677, em Colorado do Oeste-RO, filho de CIDIMAR MOREIRA DE MORAES e de LUCIENE NUNES DE OLIVEIRA; Ela: ELIANE ALVES FREITAS, solteira, com trinta (30), de nacionalidade brasileira, professora, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 23 de junho de 1983, residente e domiciliada na Rua Amapá, 4677, em Colorado do Oeste-RO, filha de LAVINIO MUNIZ DE FREITAS e de JOVELINA ALVES FREITAS. Determinando que o regime de bens a vigor a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de JHEYMES NUNES MORAES. Que após o casamento, a declarante, continuará a adotar o nome de ELIANE ALVES FREITAS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavo o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Colorado do Oeste-RO, 28 de fevereiro de 2014.

Vilson de Souza Brasil

Notário/Registrador

COMARCA DE ESPIGÃO D'OESTE**1ª VARA GENÉRICA**

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis
Pessoas Jurídicas e Naturais

MUNICÍPIO E COMARCA DE ESPIGAO DO OESTE – ESTADO
DE RONDONIA

Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador

Av. Sete de Setembro nº 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão do
Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650

LIVRO D-021 FOLHA 139 TERMO 005028

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.028

Matricula nº 095778 01 55 2014 6 00021 139 0005028 62

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os
documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V,
do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDVALDO SOUZA
CHAVES, de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar de
serviços gerais, de estado civil divorciado, natural de Cacoal-
RO, onde nasceu no dia 06 de agosto de 1975, residente e
domiciliado na Rua Tocantins, nº 2.171, Bairro São José,
em Espigão do Oeste-RO, filho de JOSÉ MARIA DE SOUZA
CHAVES e de OLÍMPIA VICENTE CHAVES; e MARIA DE
FÁTIMA ALVES DA SILVA de nacionalidade brasileira, de
profissão do lar, de estado civil divorciada, natural de Espigão
do Oeste-RO, onde nasceu no dia 24 de agosto de 1983,
residente e domiciliada na Rua Tocantins, nº 2.171, Bairro São
José, em Espigão do Oeste-RO, filha de RAIMUNDO FELIX
DA SILVA e de MARIA ALVES DA SILVA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma
da Lei.

Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta
Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça
Eletrônico (www.tj.ro.gov.br).

Espigão do Oeste-RO, 05 de março de 2014.

Bel. Hélio Kobayashi

Registrador

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma
da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado
em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.

Jaru-RO, 28 de fevereiro de 2014.

João Ricardo dos Santos Lacerda

Oficial Substituto

LIVRO D-004

FOLHA 069

TERMO 001445

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.445

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os
documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do
Código Civil Brasileiro, os contraentes: FABIO BARBOSA
FERREIRA e KAROLAYNNE RIBEIRO DE MORAIS.

ELE, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascido em 20
de março de 1989, profissão auxiliar de depósito, estado civil
solteiro, residente e domiciliado na Rua Cicero Felisberto Vieira,
em Tarilândia, Jaru-RO, filho de JOSÉ FERREIRA SOBRINHO
e de MARIA CIRINA BARBOSA FERREIRA.

ELA, natural de Mirante da Serra-RO, nascida em 08 de outubro
de 1994, profissão recepcionista, estado civil solteira, residente
e domiciliada na Linha 630, km 70, neste Distrito de Tarilândia,
Município de Jaru-RO, filha de SILVIO DIAS DE MORAIS e
de MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE MORAIS. O regime de
bens adotado pelos pretendentes é o de Comunhão Parcial
de Bens. O contraente, continuou a adotar o nome de FABIO
BARBOSA FERREIRA e a contraente, passou a adotar o nome
de KAROLAYNNE RIBEIRO DE MORAIS FERREIRA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma
da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado
em lugar de costume e publicado no diário da justiça.

Tarilândia, Jaru-RO, 03 de março de 2014.

Daiane Aparecida Domingos Vieira Minella

Registradora Substituta

[SD]

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE**1ª VARA CÍVEL**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE OURO
PRETO DO OESTE-RONDÔNIA

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.736

GENILSON APARECIDO DA SILVA e SIRLENE BARBOSA
RAFAEL

O Contraente: nacionalidade, brasileira, lavrador, solteiro,
natural de Umuarama-PR, onde nasceu no dia 28 de agosto de
1981, residente e domiciliado na Localidade da Linha 12, Km.
22, Lote 18, Gleba 8-B, Zona Rural, em Ouro Preto do Oeste-
RO, continuou a adotar o nome de GENILSON APARECIDO
DA SILVA, filho de JOSÉ APARECIDO DA SILVA e de MARIA
APARECIDA DA SILVA;.

A Contraente: brasileira, lavradora, solteira, natural de Ji-
Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de junho de 1986, residente
e domiciliada na Localidade da Linha 207, Lote 42, Gleba 32,
Zona Rural, em Ouro Preto do Oeste-RO, continuou a adotar
o nome de SIRLENE BARBOSA RAFAEL, filha de JOÃO
RAFAEL e de RITA BARBOSA RAFAEL.

COMARCA DE JARU**1ª VARA CÍVEL**

LIVRO D-040 FOLHA 139 TERMO 014822

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.822

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os
documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do
Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCOS FERREIRA
DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, operador de balança,
solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 17 de julho de
1991, residente e domiciliado na Rua Amazonas 3843, em Jaru-
RO, filho de JUVENÁRIO SIRINO DE OLIVEIRA e de MARIA
LUCIA FERREIRA DE OLIVEIRA; e JOACICLEIDE FREITAS
SILVA de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural
de Jaru-RO, onde nasceu no dia 02 de fevereiro de 1996,
residente e domiciliada na Rua Amazonas, 3843, em Jaru-
RO, filha de JUADIR JOSÉ DA SILVA e de MARIA LUIZA DE
FREITAS SILVA.

Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA ELE SEM ALTERAÇÃO.

Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.

O presente edital é oriundo do Edital de Proclamas nº 27.628, fls. 15 v., Lv. D-046, emitido aos 27/02/2014 no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Ji-Paraná - RO, e afixado nesta Serventia local de residência e domicílio do contraente.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.

Ouro Preto do Oeste - RO, 28 de Janeiro de 2014.

Oficial Lenise Hentschke

LIVRO D-005 FOLHA 072 TERMO 000972

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 972

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VILSON RESENDE DINIZ, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Mendes Pimentel-MG, onde nasceu no dia 19 de outubro de 1970, residente e domiciliado na Linha 612 lote 61 da gleba 06, em Vale do Paraíso-RO, filho de FRANCISCO TARGINO DINIZ e de JOANA RESENDE FRANCO; e IRANI ROSA DE FREITAS de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Limeira de Matena-MG, onde nasceu no dia 22 de agosto de 1978, residente e domiciliada na Linha 612, lote 61, gleba 06, em Vale do Paraíso-RO, filha de JULIO MARTINS DE FREITAS e de VALMIRA ROSA DE FREITAS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Vale do Paraíso-RO, 24 de fevereiro de 2014.

José Helio Pereira dos Santos

Oficial e Tabelião

LIVRO D-005 FOLHA 073 TERMO 000973

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 973

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ROGERIO SILVA DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, Topografo, solteiro, natural de Vale do Paraíso-RO, onde nasceu no dia 13 de junho de 1988, residente e domiciliado na Linha 199 gleba 25 lote 118, em Vale do Paraíso-RO, filho de REGINALDO DE OLIVEIRA e de ROSALINA MARIA DA SILVA; e CLEANE GONÇALVES DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, serviço gerais, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 03 de outubro de 1988, residente e domiciliada na Rua 4 de Janeiro, s/n, setor 02, em Vale do Paraíso-RO, filha de ALTAIR APARECIDO DOS SANTOS e de CLEIDE GONÇALVES DOS SANTOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Vale do Paraíso-RO, 28 de fevereiro de 2014.

José Helio Pereira dos Santos

Oficial e Tabelião

COMARCA DE MACHADINHO D'OESTE

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.786

LIVRO D-012 FOLHA 186

Matrícula nº 130369 01 55 2014 6 00012 186 0003786 74

Pelo presente edital, faço saber que os nubentes abaixo indicados, pretendendo casar-se sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V do Código Civil Brasileiro.

JOÃO PEDRO DE CARVALHO e ERLY LIMA ROSA

O contraente é brasileiro, divorciado, com sessenta e sete (67) anos de idade, lavrador, natural de Coluna-MG, nascido aos vinte e oito dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e quarenta e seis (28/03/1946), residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 6068, distrito de Terra Boa, neste município de Alvorada do Oeste - RO, filho de; ADÃO PEDRO DE CARVALHO e de MARIA FERREIRA, ambos falecidos.

A contraente é brasileira, divorciada, com cinquenta e cinco (55) anos de idade, do lar, natural de Nova Venécia-ES, nascida ao primeiro dia do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e cinquenta e oito (01/10/1958), residente e domiciliada na Rua Vinícius de Moraes, nº 4671, bairro centro, neste município de Alvorada do Oeste - RO, filha de: GERALDO VICENTE ROSA e de JUDITH LIMA ROSA, ela já falecida, ele casado, aposentado, residente e domiciliado no município de Urupá-RO.

Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de JOÃO PEDRO DE CARVALHO.

Que após o casamento, a declarante, passou a adotar o nome de ERLY LIMA ROSA DE CARVALHO.

Se alguém conhecer impedimentos, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser registrado em livro próprio e afixado, em Cartório, no lugar de costume.

Vencimento: 11 de março de 2014.

Alvorada do Oeste - RO, 05 de março de 2014.

Ana Angélica dos Santos Melquisedec

Tabeliã/Registradora

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

VARA ÚNICA

ESTADO DE RONDÔNIA

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

CARTÓRIO DANILUCCI – Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, Pessoa Jurídica, Notas, Protesto e Registro de Imóveis.

R. Mato Grosso nº 2122, S.13,CP. 43, CEP 76.958-000, Fone 69 3418 2371

MARIA PEREIRA GONÇALVES DANILUCCI

Oficiala e Tabeliã

LIVRO D-012 FOLHA 098 TERMO 002898

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.898

Matrícula

095950 01 55 2014 6 00012 098 0002898 38

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ROBERTO SIMON, de nacionalidade brasileira, de profissão Pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Linhares-ES, onde nasceu no dia 22 de setembro de 1976, residente e domiciliado na Rua Nego Lopes, nº 2426, Setor 13, há 03 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filho de AURELIANO BEBIANO SIMON e de JORZINA FERNANDES SIMON; e LUCIANA CORDEIRO DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão cabeleireira, de estado civil divorciada, natural de Veredinha-MG, onde nasceu no dia 29 de dezembro de 1981, residente e domiciliada na Rua Nego Lopes, nº 2426, Setor 13, há 10 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filha de ODAIR PEREIRA DOS SANTOS e de RITA CORDEIRO DE JESUS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume. Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 28 de fevereiro de 2014.

LIVRO D-012 FOLHA 099 TERMO 002899

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.899

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CLAUDINEI FERNANDES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Mecânico, de estado civil solteiro, natural de Nova Brasilândia D' Oeste-RO, onde nasceu no dia 22 de setembro de 1990, residente e domiciliado na Rua Vitória do Espírito Santo, Bairro Novo Tempo, há 08 anos, em Vilhena-RO, filho de ADEMAR VICENTE DA SILVA e de MARIA ELENA FERNANDES DA SILVA; e DEISIANE AUGUSTO ALVES de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 05 de agosto de 1994, residente e domiciliada na Linha 11, Km 01, Lado Norte, há 04 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filha de ANTONIO AUGUSTO ALVES e de JULIA MORENO ALVES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.

Envio cópia ao Oficial do Ofício de Registro Civil, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro. Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 05 de março de 2014.

COMARCA DE SANTA LUZIA D'OESTE

VARA ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Estado de Rondônia, Comarca de Santa Luzia D'Oeste, Cartório Arruda Serviço Registral e Notarial Rua Jorge Teixeira de Oliveira, 2598 Fone (069) 3434-2505 76950-00 /Cx P.02, Santa Luzia D'Oeste/RO EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1816 D-6 Fls 016, Faço saber que pretendem se casar VALDEBETO JOSÉ DE OLIVEIRA SOBRINHO e LUCINEIA FERREIRA DOS ANJOS, que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Novo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Santa Luzia D'Oeste/RO, nascido a 21 de janeiro de 1994, de profissão agricultor, residente e domiciliado na Linha 188, km 06, Lado Sul, Zona Rural, em Santa Luzia D'Oeste/RO, filho de DONIZETE ANTUNES DE OLIVEIRA e de SILENE ALVES DE SOUZA.

Ela é natural de Santa Luzia D'Oeste/RO, nascida a 30 de outubro de 1995, de profissão do lar, residente e domiciliada na Linha 188 km 09, Lado Sul, Zona Rural, em Santa Luzia D'Oeste/RO, filha de JOAO ANTUNES DOS ANJOS e de MARIA LURDES FERREIRA DE SOUZA ANJOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser afixado em lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Santa Luzia D'Oeste/RO, 28 de fevereiro de 2014.

Av. Tancredo de Almeida Neves, n.º 3436 – Centro, CEP – 76.952-000 – Fone/Fax (69) 3643 1418.

Município de Alto Alegre dos Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.

Ana Maria Leitão Machado – Oficial /Tabeliã.

LIVRO D-003

FOLHA 183

TERMO 001163

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDERSON VILVOCK e MARLEY EDUARDO BATISTA

ELE, brasileiro, agricultor, solteiro, natural de Alta Floresta D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 30 de julho de 1985, residente e domiciliado na Lh. P-48 Km 1,5, Zona rural, em Alto Alegre dos Parecis-RO, filho de AUGUSTO VILVOCK e de ILMA VILVOCK;

ELA, brasileira, agricultora, solteira, natural de Ceres-GO, onde nasceu no dia 13 de junho de 1981, residente e domiciliada na Lh. P-48 Km 1,5, Zona Rural, em Alto Alegre dos Parecis-RO, filha de MAURO EDUARDO BATISTA e de VALDETE PEREIRA BATISTA.

O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".

Que após o casamento o declarante manterá o nome de EDERSON VILVOCK e a declarante adotará o nome de MARLEY EDUARDO BATISTA VILVOCK.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.

Alto Alegre dos Parecis-RO, 28 de fevereiro de 2014.

Bel. Ana Maria Leitão Machado

Tabeliã

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

VARA ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - ESTADO DE RONDÔNIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Duque de Caxias, n. 3448, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: tabelionatofernandes@hotmail.com

JOSÉ APARECIDO FERNANDES

TABELIÃO E REGISTRADOR

EDITAL DE PROCLAMAS

LIVRO D-002 FOLHA 159 TERMO 000359

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WANDERLEY SANTOS DA COSTA, de nacionalidade brasileira, motorista, divorciado, natural de Capixaba-AC, onde nasceu no dia 11 de dezembro de 1974, residente e domiciliado na rua Tiradentes, s/n, bairro Cidade Alta, em São Francisco do Guaporé-RO, filho de UBI-RATAN MARCELINO DA COSTA e de OLIVIA PEREIRA DOS SANTOS; e LUZIA SOUZA LOPES de nacionalidade brasileira, enfermeira, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 22 de janeiro de 1978, residente e domiciliada na rua Tiradentes, s/n, bairro Cidade Alta, em São Francisco do Guaporé-RO, filha de JOSÉ DE SOUZA e de MARGARIDA CAETANO DE SOUZA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

São Francisco do Guaporé-RO, 27 de fevereiro de 2014.

Jhonatan dos Santos Santana

Substituto Designado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - ESTADO DE RONDÔNIA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS

Rua Duque de Caxias, n. 3448, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: tabelionatofernandes@hotmail.com

JOSÉ APARECIDO FERNANDES

TABELIÃO E REGISTRADOR

EDITAL DE PROCLAMAS

LIVRO D-002 FOLHA 160 TERMO 000360

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCÍLIO BARBOSA ALVES, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Costa Marques-RO, onde nasceu no dia 27 de dezembro de 1987, residente e domiciliado na linha 033, Km 1,5, zona rural, em São Francisco do Guaporé-RO, filho de ANTONIO ALVES SOBRINHO e de VALDETE ALVES BARBOSA; e TATIELI JANDRE RIBEIRO de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Costa Marques-RO, onde nasceu no dia 16 de junho de 1994, residente e domiciliada na linha 033, Km 1,5, zona rural, em São Francisco do Guaporé-RO, filha de CLAUDIO APARECIDO RIBEIRO e de SANDRA DA SILVA JANDRE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

São Francisco do Guaporé-RO, 28 de fevereiro de 2014.

Jhonatan dos Santos Santana

Substituto Designado

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

VARA ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS

Rua Princesa Isabel, 240, Centro, Cep: 76934-000, Fone: (69) 3623 2515, E-mail: tabelionatofernandes@hotmail.com

JOSÉ AP. FERNANDES

TABELIÃO E REGISTRADOR

EDITAL DE PROCLAMAS

LIVRO D-003 FOLHA 024 TERMO 000424

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CLAUDEMIR PASSARELLO, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Penápolis-SP, onde nasceu no dia 03 de abril de 1978, residente e domiciliado na Av. dos Pioneiros, n. 730, em Seringueiras-RO, filho de ROOSEWELT PASSARELLO e de MARIA ELENA DA SILVA PASSARELLO; e PAULA CUSTÓDIO BENITIZ de nacionalidade brasileira, vendedora, solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1982, residente e domiciliada na AV. Pioneiros, n. 730, centro, em Seringueiras-RO, filha de TEREZINHA CUSTODIO BENITIZ.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Seringueiras-RO, 17 de janeiro de 2013.

Pedro Henrique de Oliveira Ramos

Substituto Designado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS

Rua Princesa Isabel, 240, Centro, Cep: 76934-000, Fone: (69) 3623 2515, E-mail: tabelionatofernandes@hotmail.com

JOSÉ AP. FERNANDES

TABELIÃO E REGISTRADOR

EDITAL DE PROCLAMAS

LIVRO D-003 FOLHA 026 TERMO 000426

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DOUGLAS NEUMANN, de nacionalidade brasileira, motorista, divorciado, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 24 de outubro de 1979, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, n. 449, em Seringueiras-RO, filho de ALMIRO NEUMANN e de MARIA RODRIGUES NEUMANN; e EUCI AMBROSIO VIEIRA de nacionalidade brasileira, secretária, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 02 de julho de 1981, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 449, em Seringueiras-RO, filha de AGRECINO AMBROSIO e de ILDA FERREIRA VIEIRA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Seringueiras-RO, 10 de fevereiro de 2014.

Pedro Henrique de Oliveira Ramos

Substituto Designado